Introdução a 2ª edição



Leônidas Oliveira

Arquiteto, urbanista, filósofo e professor. Doutor (PhD) em Arquitetura e Urbanismo pela Universidad de Valladolid (Espanha), mestre em Restauração e Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico pela Universidad de Alcalá (Espanha), especialista em Altos Estudos Europeus pela Fundación Carolina e graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

Atua há mais de duas décadas na formulação e na gestão de políticas públicas para a cultura, o patrimônio cultural e o turismo. Foi presidente da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, diretor executivo da Fundação Nacional de Artes (Funarte) e presidente interino da Embratur. Atualmente é Secretário de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais.

É autor de livros e artigos sobre patrimônio cultural, arquitetura, identidade, turismo e cultura, dedicando-se ao estudo da formação histórica, territorial e simbólica de Minas Gerais. Recebeu o título de Doutor Honoris Causa pelo Centro de Ensino Superior de São Gotardo (CESG), em reconhecimento à sua contribuição para a cultura, o patrimônio e o desenvolvimento de Minas Gerais.

ISBN: 978-65-85658-20-1
9 786585 658201

Ao revisitar os trezentos anos de criação da Capitania de Minas Gerais, Mauro Werkema oferece uma leitura abrangente da formação histórica de um território decisivo para a construção do Brasil.

Nesta segunda edição, o livro recebe introdução a segunda edição de Leônidas Oliveira, ampliando o arco da narrativa – das ocupações ancestrais aos desafios contemporâneos de transformar cultura, patrimônio e turismo em caminhos de desenvolvimento.

Patrocínio

ARTS Realizações

copasa

HISTÓRIA E FORMAÇÃO DE MINAS GERAIS EM 300 ANOS DA CAPITANIA

ORIGENS E TRAJETÓRIA

MAURO WERKEMA

PREFÁCIO E EPÍLOGO: LEÔNIDAS OLIVEIRA

ARTS
REALIZAÇÕES

História e Formação de Minas Gerais em 300 anos da Capitania: origens e trajetória
Copyright©2021 - ARTS Realizações

Proibida a reprodução total ou parcial deste livro, por qualquer meio ou sistema, sem prévio consentimento da editora, ficando os infratores sujeitos às penalidades previstas em lei. Todos os direitos desta edição são reservados à ARTS Realizações.

Este livro está disponível para download gratuito, na versão Daisy, para deficientes visuais, em nosso site: www.artsrealiza.com.br

Autor: Mauro Werkema
Prefácio e epílogo: Leônidas Oliveira
Coordenação geral, projeto gráfico e diagramação: Raphael Simões
Coordenação Editorial: Paulo Lemos
Pesquisa iconográfica: Angélica Gonçalves, Cláudia Pessoa, Paulo Lemos
Revisão: Nino Stutz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Werkema, Mauro
História e formação de Minas Gerais em 300 anos da capitania : origens e trajetória / Mauro Werkema ; prefácio e epílogo Leônidas Oliveira. -- 2. ed. -- Ouro Preto, MG : ARTS, 2026.

Bibliografia.
ISBN 978-65-85658-20-1

1. Desenvolvimento econômico - Aspectos sociais 2. Desenvolvimento regional 3. Minas Gerais (Estado) - Aspectos culturais 4. Minas Gerais (Estado) - História 5. Minas Gerais - Descrição I. Oliveira, Leônidas. II. Título.

26-381068.0 CDD-981.51

Índices para catálogo sistemático:

1. Minas Gerais : Estado : História 981.51

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

ARTS Realizações
Rua Vitório Zanetti, 302, apt. 102, Lagoa. Ouro Preto - MG | CEP: 35400-000
Telefone: 31 9 8634-3980 | E-mail: contato@artsrealiza.com.br | www.artsrealiza.com.br
Impresso no Brasil | 2021

HISTÓRIA E FORMAÇÃO DE MINAS GERAIS EM 300 ANOS DA CAPITANIA

ORIGENS E TRAJETÓRIA

MAURO WERKEMA

PREFÁCIO E EPÍLOGO: LEÔNIDAS OLIVEIRA

2ª EDIÇÃO

ARTS Realizações
Ouro Preto
2021



Monumento à
Civilização Mineira
Praça da Estação
Belo Horizonte
Fonte: mapio.net

Agradecimentos

A José Aparecido de Oliveira, mineiro exemplar, com quem muito aprendi sobre a diversidade e a tolerância.

A Carlos Bracher, amigo, com quem aprendi a admirar a sensibilidade, a bondade e o talento.

Aos livros, eternos, amigos e companheiros que nos formam, orientam e alimentam.

A Ouro Preto e seu cenário luso-brasileiro, luz e sombra, que me ensinou história, arte, civismo, multiculturalismo e a contemplação.

A Mariana, Maurício, Andréa e Flávio, filhos, e a Claudia, companheira

Roberto Bastianetto, Leônidas Oliveira, Paulo Lemos, Raphael Simões, Claudia Pessoa, Angélica Gonçalves, Conselhos de Cultura e Turismo da Associação Comercial e Empresarial de Minas e seu então presidente, Aguinaldo Diniz, pelo estímulo inaugural ao debate sobre os 300 anos da Capitania de Minas Gerais.

A Copasa, na pessoa da sua Diretora-Presidente Marília Carvalho de Melo pela viabilização desta segunda edição.



“A descoberta das minas enriquece Portugal, mas traz o fermento que o levará a perder a Colônia.”

Germain Bazin | diretor-conservador do Louvre

“São mineiros esses profetas. Mineiros na patética e concentrada postura em que os armou o mineiro Aleijadinho; mineiros na visão ampla da terra, seus males, guerras, crimes, tristezas e anelos; mineiros no julgar friamente e no curar com bálsamo; no pessimismo; na iluminação íntima; sim, mineiros de há cento e cinquenta anos e de agora, taciturnos, crepusculares, messiânicos e melancólicos.”

Drummond | no adro de Congonhas

“Nos últimos anos do século galante, num país perdido do outro lado do Atlântico, um mestiço realiza esta obra sublime, a última aparição de Deus evocada pela mão do homem.”

Germain Bazin | sobre Aleijadinho

“Não há uma só voz em Minas .... Em Minas há muitas vozes, algumas discordantes. Três vozes são marcantes ao longo da História.... vozes do ouro, da terra e do ferro. A do ouro fala sobretudo em liberdade, a voz da terra de tradição, a voz do ferro de progresso.”

José Murilo de Carvalho | em “As três vozes de Minas”

"O mineiro desenvolveu os "traços do equilíbrio, introversão e vocação para a conciliação. Traços assentados na centralidade geográfica, que amalgama os contrastes e faz a junção dos extremos."

Guimarães Rosa

"Ocorreu em Minas Gerais, nas cidades históricas, especialmente Vila Rica, a terceira onda civilizatória-cultural das Américas: a primeira no México, com os astecas, a segunda em Lima, no Peru."

Janet Leigmann | UCLA, Universidade da Califórnia

"Montani semper liberi."
(Os montanheses sempre serão livres)

Inscrição no "Monumento à Terra Mineira", Praça Rui Barbosa, BH, junto a homenagens a Tiradentes, Felipe dos Santos e Fernão Dias

"Verba volant, scripta manent"
(palavras voam, escritos permanecem)

"Uma das principais responsabilidades do homem é revelar o esquecido, mostrar que o passado comportava outros futuros além deste que realmente aconteceu."

Walter Benjamin

Sumário


Agradecimentos


Prefácio - Leônidas Oliveira 11


1 Introdução 29


2 O levante de 1720 e a criação da Capitania 33


3 O mineiro, das minas, montanhas e da fé 41


4 Minas, sociedade e mentalidade 99


5 O esplendor artístico e cultural 113


6 Vila Rica entre o céu e a terra 167


7 Minas e a proteção aos bens culturais 191


8 Tiradentes e a conspiração mineira 219


9 Do ouro ao ferro, ciclos de espoliação mineral 241


10 Minas no Império e na República 263


11 Ciclos do minério de ferro e a siderurgia 341



12 Polêmicas históricas 361


Epílogo - Leônidas Oliveira 379


Fontes bibliográficas 393

Prefácio

MINAS NASCEU ANTES DE MINAS

Este prefácio não pretende recontar o livro de Mauro Guimarães Werkema. Sua função é outra: explicitar o horizonte de leitura que a arquitetura historiográfica da obra torna possível. Mauro oferece a ossatura temporal e geográfica de Minas — datas, instituições, fronteiras, cidades, conflitos, deslocamentos de poder e transformações econômicas — com a precisão de quem sabe que uma sociedade se torna inteligível quando o tempo encontra o território.

O que se acrescenta aqui não é uma história paralela, muito menos uma interpretação destinada a substituir a narrativa do autor. É uma pergunta filosófica nascida de sua exatidão: o que a história de Minas revela quando deixa de ser apenas sequência de acontecimentos e passa a ser lida como experiência de pertencimento? Como a matéria geológica se converteu em economia, a economia em cidades, as cidades em cultura e a cultura em uma forma — sempre plural e contraditória — de reconhecer o mundo?

O livro permanece, portanto, no centro. O prefácio abre algumas camadas anteriores ao marco político de 1720, acompanha as operações pelas quais a Capitania se transformou em civilização e sugere que a mineiridade não é essência natural, mas construção histórica. O epílogo retomará essas questões depois da travessia proposta por Mauro, deslocando-as para o presente e para o futuro. Entre ambos está a obra: não como intervalo, mas como fundamento.

I. ANTES DO NOME

A longa duração do território

Uma formação histórica não começa no instante em que recebe um nome. A criação política de Minas Gerais possui datas, documentos, autoridades e limites que podem ser localizados no calendário; a existência do território, entretanto, pertence a durações muito mais extensas, nas quais se sobrepõem a matéria geológica, o movimento das águas, a presença humana e as sucessivas maneiras de compreender o mundo. Antes de ser Capitania, Minas era terra habitada; antes de se tornar região econômica, era uma arquitetura mineral; antes de aparecer nos mapas portugueses, constituía uma trama de rios, abrigos, caminhos, plantas, animais, lugares de memória e territórios de muitos povos. A administração colonial não fundou essa realidade: apropriou-se dela, rompeu equilíbrios, acelerou seus tempos e procurou submetê-la a uma nova ordem de propriedade e poder.

Como numa construção sucessivamente ampliada, restaurada e transformada, Minas conserva fundações, acréscimos, fraturas e permanências de épocas diferentes. Nenhuma camada explica sozinha o conjunto. A paisagem presente contém acontecimentos geológicos remotos, trajetos humanos milenares, ocupações originárias, intervenções coloniais e transformações posteriores. Compreender Minas exige mais do que escolher uma fachada histórica: exige reconhecer a construção inteira, inclusive aquilo que foi soterrado, apagado ou incorporado sem receber nome.

A existência do ouro tornou a mineração possível; não tornou inevitáveis a conquista, a escravidão, a expulsão dos povos ou a devastação da terra. A natureza oferece condições, mas não escreve sozinha o destino das sociedades. Foram as sociedades humanas que converteram a matéria em recurso e, ao fazê-lo, reorganizaram também as relações entre seus integrantes. A história colonial de Minas será, em grande parte, a transformação de uma substância antiquíssima em valor político e a submissão de processos formados ao longo de bilhões de anos à urgência da extração, à contabilidade do fisco e ao desejo de acumulação.

A condição hidrográfica oferece uma chave para compreender Minas. O estado parece interior, mas suas águas estão sempre partindo. O São Francisco atravessa sertões e articula regiões distantes; o Rio Doce encontra o oceano depois de percorrer o leste; o Jequitinhonha aproxima serra, vale e litoral; o Grande e o Paranaíba integram Minas à bacia do Paraná; os cursos da Zona da Mata alcançam o Paraíba do Sul. Minas não é somente um lugar ao qual se chega: é também um lugar de onde as águas saem, levando consigo matéria, vida e história.

No pensamento de Ailton Krenak, nascido de uma experiência histórica e cultural específica no Vale do Rio Doce, o Watu não é simples curso d'água: comparece como parente, ancestral e condição de continuidade da vida. Essa compreensão não deve ser projetada retrospectivamente sobre todas as sociedades arqueológicas nem apresentada como síntese de todo pensamento indígena. Sua força filosófica está em abrir outra pergunta: o que acontece com a existência humana quando a terra deixa de ser considerada realidade exterior à vida e passa a ser reconhecida como parte das relações que constituem a própria pessoa?[1]

A região cárstica de Lagoa Santa ocupa posição singular nessa história. Suas grutas e seus abrigos calcários favoreceram a preservação de restos humanos, animais e materiais, fazendo dela um dos centros fundamentais da arqueologia das Américas. Desde as pesquisas de Peter Wilhelm Lund, no século XIX, Lagoa Santa participa de debates internacionais sobre a antiguidade e a diversidade das populações que ocuparam o continente. O esqueleto conhecido como Luzia, com idade estimada entre onze mil e 11.500 anos, tornou-se o emblema mais célebre dessa profundidade, embora sua importância ultrapasse a celebridade de um único achado: em torno dele existe um amplo conjunto de vidas antigas, pesquisas científicas e sucessivas revisões interpretativas.[2]

O Vale do Peruaçu amplia esse horizonte. Suas cavernas, cânions, matas e abrigos conservam vestígios da presença humana de até cerca de doze mil anos, mais de oitenta sítios arqueológicos e extensos conjuntos de pinturas rupestres produzidas ao longo de milênios. Diferentes sociedades retornaram às mesmas paredes, encontraram sinais anteriores, acrescentaram figuras, sobrepuseram grafismos e reorganizaram visualmente o espaço. A arte rupestre não pertence a um único momento nem necessariamente a um único povo: constitui uma longa acumulação de gestos sobre a pedra.[3]

Lagoa Santa e Peruaçu revelam dimensões complementares dessa existência. Em uma região, a terra preserva corpos, instrumentos, fogueiras e ritos funerários; na outra, as paredes guardam sucessivas inscrições de mundos simbólicos. Em ambas, a paisagem funciona como arquivo, mas um arquivo diferente daquele que o Estado colonial produziria. Não está ordenado por decretos, livros de registro, tributos ou correspondências. É um arquivo de matéria: ossos, pigmentos, cinzas, pedras lascadas, sedimentos e marcas. Seu silêncio não é ausência de linguagem, mas exigência de outra leitura.

A expressão "pré-história" torna-se insuficiente quando sugere que sociedades sem escrita alfabética teriam existido antes da história ou fora dela. O período anterior à colonização foi uma história registrada por outros meios, e a chegada dos europeus não encerrou o tempo indígena. Povos originários foram mortos, expulsos, escravizados, aldeados, submetidos à catequese compulsória e classificados por denominações frequentemente criadas ou deformadas pelo colonizador. Ainda assim, resistiram, deslocaram-se, recompuseram comunidades e preservaram pertencimentos e projetos de continuidade.

A presença indígena em Minas não pertence apenas à arqueologia. Entre os povos e as comunidades indígenas presentes no estado estão os Krenak, os Tikmũ'ũn — também conhecidos como Maxakali —, os Xakriabá, os Kaxixó, os Pataxó, os Mokurim e os Xukuru-Kariri, entre outros. Sua contemporaneidade desmente a narrativa que os admite como origem remota, mas os exclui do presente. Não são vestígios equivalentes aos materiais escavados: são sujeitos políticos atuais, portadores de direitos, memórias, conhecimentos e projetos de futuro.[4]

Uma filosofia da existência dos territórios originários deve partir dessa recusa do vazio. Um lugar possui espessura histórica porque alguém o conhece, percorre, nomeia, teme, celebra, nele enterra seus mortos e dele recebe as condições para continuar vivendo. O território não começa quando é medido, cercado ou concedido. Começa, para uma comunidade, quando passa a integrar sua memória e sua experiência do mundo. Nenhuma sesmaria criou a relação com a terra que pretendeu substituir; nenhum mapa inaugurou os rios que desenhou.

Essa compreensão modifica também a ideia de paisagem. A paisagem não é apenas a porção da natureza contemplada por um observador exterior. Aquele que vê participa daquilo que vê e é formado por essa participação. O mundo não existe somente diante da pessoa, mas ao redor, sob seus pés, dentro daquilo que ela respira e ingere, na água que atravessa seu corpo e na memória dos caminhos que aprende. Habitar significa reconhecer que a vida não se sustenta sozinha. Toda existência é uma forma de relação e dependência.

O nome que mais tarde se consolidaria — Minas Gerais — permite reconhecer, para além de sua origem administrativa, uma tensão constitutiva do território. As minas evocam a concentração mineral, a profundidade escavada, a riqueza localizada e a ocupação acelerada. Os Gerais remetem à amplitude dos campos, cerrados, chapadas, veredas e sertões, às distâncias percorridas e às formas de vida que não se organizaram exclusivamente em torno da extração. Não são realidades isoladas, mas dimensões cuja composição produziria uma das formações territoriais mais complexas do Brasil.

Geologia, águas, palavras e arqueologia convergem, assim, para uma mesma interpretação: Minas não surgiu como superfície vazia sobre a qual o colonizador escreveu a primeira história. Era uma realidade antiga, múltipla e habitada, construída pela lenta

transformação da matéria e pela experiência acumulada de incontáveis gerações. As cavernas haviam sido abertas pela água antes de receberem corpos e imagens; os rios haviam organizado vidas antes de moverem engenhos e lavras; as trilhas existiam como conhecimento antes de se transformarem em caminhos régios; a terra possuía nomes e sentidos antes de ser convertida em propriedade.

Quando portugueses e paulistas avançaram pelo interior em busca de metais, introduziram outra temporalidade nesse mundo. À duração da pedra sobrepuseram a urgência da descoberta; aos territórios indígenas, a propriedade colonial; aos caminhos aprendidos e apropriados, a fiscalização; à matéria mineral, o preço; à diversidade de povos, a pretensão de uma ordem fundada na conquista. A exploração do ouro não iniciou simplesmente uma economia: produziu uma colisão entre diferentes formas de compreender a terra e existir nela.

A realidade colonial que viria a constituir politicamente Minas começou a condensar-se nessa colisão de tempos. A lentidão geológica encontrou a pressa da mineração; a continuidade dos povos originários encontrou a ruptura colonial; a água, compreendida como presença, caminho e condição da vida, tornou-se também instrumento de extração; a terra, integrada a pertencimentos diversos, foi repartida, concedida e convertida em domínio. A futura Capitania seria a forma política criada para administrar essa aceleração.

Antes dela, contudo, permanecem a pedra de bilhões de anos, as águas que recusam fronteiras, os mortos de Lagoa Santa, os sinais sobrepostos do Peruaçu, os nomes que sobreviveram ao apagamento e os povos que continuam a afirmar sua existência. É dessa profundidade que a história de Minas deve partir. O ano de 1720 não marca seu nascimento, mas o momento em que o poder colonial procura reunir sob um nome e um governo um território cuja matéria, memória e humanidade o precediam. A Capitania viria a governar uma terra que já possuía tempo, habitantes e sentidos próprios.

II. A FORMA HISTÓRICA

O método de Mauro Werkema

É precisamente nesse ponto — quando a duração da terra encontra a velocidade do acontecimento — que a contribuição de Mauro Werkema se torna decisiva. Seu trabalho não transforma a cronologia em inventário nem a geografia em cenário. O encadeamento das datas revela processos; a localização dos fatos revela consequências. Uma estrada modifica economias e aproxima jurisdições; uma fronteira reorganiza pertencimentos; a criação de uma vila institui autoridade e representação; a mudança de uma capital desloca centros de poder. Em sua leitura, o espaço participa da história.

A riqueza historiográfica desta obra está também em conferir forma organizacional a Minas. Governos, câmaras, comarcas, dioceses, caminhos, vilas, província e Estado deixam de aparecer como nomes isolados e passam a compor uma arquitetura política. Essa estrutura não empobrece a experiência humana; oferece-lhe sustentação. Sem a precisão dos fatos, a filosofia corre o risco de flutuar acima do território. Sem interpretação, a cronologia pode reduzir-se a sequência. Mauro cria o chão sobre o qual a reflexão pode avançar.

Se a longa duração da terra precedeu Minas, foi a velocidade do ouro que tornou necessária sua invenção política. No final do século XVII, as descobertas auríferas modificaram a posição do interior na América portuguesa. Uma região ainda representada de maneira imprecisa nos mapas administrativos converteu-se, em poucas décadas, em destino de pessoas, mercadorias, esperanças e conflitos. O território não nasceu com a mineração, mas passou a ser submetido a outra temporalidade: a urgência de encontrar, extrair, transportar, tributar e acumular. Aquilo que permanecera durante bilhões de anos nas entranhas da terra ingressava subitamente na história dos impérios.

A criação da Capitania de Minas Gerais, em 1720, consolidou esse processo. A decisão não fundou uma realidade inexistente; procurou dar forma política a uma sociedade que se desenvolvera com velocidade maior do que as instituições destinadas a governá-la. A Capitania nasceu da necessidade de administrar uma região que enriquecia a monarquia e, simultaneamente, ameaçava escapar ao seu controle. Foi uma resposta do poder à densidade já alcançada pela vida econômica, urbana e social.

A invenção administrativa condensou sob um mesmo nome uma pluralidade que nenhum decreto conseguiria apagar. O território reunia áreas de mineração intensa, zonas agrícolas, caminhos de abastecimento, sertões, campos, chapadas, vales e regiões articuladas de maneiras distintas a São Paulo, ao Rio de Janeiro, à Bahia, ao São Francisco e, posteriormente, a Goiás. A Capitania criou uma moldura comum, mas não um povo homogêneo. A unidade mineira começaria a formar-se justamente pela convivência entre diferenças territoriais e humanas.

Minas tornou-se, assim, uma dobradiça territorial. Sua centralidade não decorria de uma posição geométrica, mas da capacidade de fazer convergir fluxos provenientes de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Goiás, São Francisco e diferentes sertões. O interior deixava de ser simples periferia do litoral e passava a reorganizar as relações entre regiões da América portuguesa. A Capitania era governada a partir de Vila Rica, mas sua existência dependia de uma rede que ultrapassava largamente o núcleo minerador.

O nome Minas Gerais permite reconhecer, para além de sua origem administrativa, uma tensão histórica entre concentração e amplitude. As minas remetem à profundidade escavada, ao mineral localizado e à ocupação acelerada; os Gerais, à extensão dos campos, chapadas, cerrados, veredas e sertões. Uma dimensão não existia historicamente sem a outra. As vilas mineradoras dependiam dos alimentos, dos animais, das águas e das rotas provenientes de regiões que não se organizavam exclusivamente em torno da extração. A unidade mineira nasceu da articulação entre cidade e sertão, montanha e campo aberto, profundidade mineral e vastidão territorial.

A arquitetura tornou visível a natureza múltipla dessa sociedade. As instituições e parte dos repertórios vinham de Portugal, mas os edifícios foram erguidos por trabalhadores de diversas origens, com materiais disponíveis no território e conhecimentos reelaborados nas oficinas locais. Pedra, madeira, barro, cal e ferro foram transformados por mãos indígenas, africanas, mestiças e europeias, muitas delas anônimas. A cidade monumental não pode ser separada da multidão que a edificou.

A arquitetura mineira não é uma reprodução diminuída da Europa. É uma tradução realizada sobre outro relevo, com outros materiais, por uma sociedade submetida a condições próprias. Os modelos recebidos precisaram adaptar-se aos recursos, à topografia e às formas locais

de trabalho. A construção alterava a paisagem e era alterada por ela. O resultado conservava referências externas, mas adquiria configuração que somente poderia surgir naquele território.

Também o Barroco deve ser compreendido como cultura em movimento. Não permaneceu circunscrito às grandes igrejas e aos conjuntos urbanos mais tarde consagrados como patrimônio. Percorreu caminhos, alcançou arraiais, fazendas, santuários e pequenas comunidades. Mestres, oficiais, músicos, entalhadores, pedreiros, pintores, imaginários e religiosos levavam riscos, técnicas, devoções e repertórios que eram novamente interpretados em cada lugar.

Pode-se chamar barroco estradeiro a esse processo pelo qual a linguagem artística se expandiu, transformando-se enquanto circulava. O termo não designa uma arte inferior, mas uma cultura cuja unidade se produzia pela viagem. Uma pequena capela junto a uma estrada podia marcar a paisagem, organizar a vida comunitária, acolher viajantes e ligar uma população distante a repertórios difundidos por toda a Capitania. O Barroco mineiro não reside apenas nos monumentos excepcionais; existe na rede de ofícios, imagens, cantos, festas e construções que os caminhos fizeram circular.

A centralidade econômica de Minas repercutiu sobre toda a América portuguesa. O ouro descia pelo Caminho Novo em direção ao Rio de Janeiro, enquanto subiam pessoas escravizadas, mercadorias, ferramentas, alimentos e ordens administrativas. A ligação entre o interior minerador e o porto carioca fortaleceu o centro-sul e participou do deslocamento político da Colônia. A transferência da sede do governo-geral de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, teve causas militares, econômicas e geopolíticas, entre elas a defesa da região platina; a proximidade das minas e a necessidade de controlar o escoamento do ouro foram, contudo, elementos fundamentais. Minas não se tornou capital, mas sua importância ajudou a mover a capital.

É nessa sociedade formada entre circulação, fiscalização, vida urbana, vínculos comunitários e negociação que se podem reconhecer os primeiros elementos daquilo que, muito mais tarde, receberia o nome de mineiridade. Ela não nasceu pronta em 1720, nem corresponde a um caráter natural produzido pela montanha ou pelo isolamento. Formou-se historicamente na experiência de habitar uma região interior que se tornara centro econômico; de viver entre a mobilidade das estradas e a vigilância dos registros; de organizar a comunidade pela família, pela vizinhança, pelo compadrio, pelas irmandades e pelas festas; de receber repertórios externos e obrigá-los a viver em outra terra.

A reserva, a prudência, o apego à casa, à conversa e à comunidade seriam posteriormente apresentados como atributos permanentes do mineiro. São representações construídas pela literatura, pela política e pela memória, não características eternas de uma população. Encontraram, contudo, matéria numa sociedade em que a palavra podia proteger tanto quanto revelar, a autoridade precisava ser negociada e a sobrevivência dependia de relações de confiança. A mineiridade foi prática antes de ser discurso; experiência territorial antes de se transformar em imagem de si.

Essa forma mineira não nasceu de um único povo, de uma paisagem uniforme ou de uma economia exclusiva. Resultou da convivência conflituosa entre povos originários, africanos, afrodescendentes, portugueses, paulistas e habitantes de diferentes partes da América portuguesa. A violência da conquista e da escravidão impede qualquer narrativa conciliadora, mas não elimina a capacidade criadora daqueles que, mesmo submetidos, reconstruíram práticas, transmitiram conhecimentos e produziram formas novas de existência.

A invenção da Capitania foi, por isso, mais do que uma operação administrativa. Estabeleceu a moldura dentro da qual experiências diversas começaram a ser percebidas como parte de um território comum. Os limites políticos, os caminhos, as vilas, as câmaras, os mercados, as irmandades, as festas e os conflitos fiscais produziram uma aprendizagem do pertencimento. Primeiro existiu a jurisdição governada; depois, lentamente, formou-se o território vivido, narrado e imaginado como Minas.[5]

A Capitania nasceu para administrar o ouro, mas produziu algo que o ouro, sozinho, não poderia explicar. Da rede de vilas, lavras, roças, oficinas, igrejas, irmandades, mercados e caminhos emergiu uma formação cultural capaz de reunir interioridade e circulação, cidade e sertão, erudição e experiência popular. A riqueza mineral era finita; a sociedade construída ao seu redor encontraria outras formas de continuidade.

Foi assim que o interior começou a fazer-se centro. Da pedra nasceu o valor; do caminho, o território; da cidade, uma forma particular de vida; da convivência entre diferenças, uma linguagem compartilhada. A Capitania institucionalizou uma sociedade em movimento e lhe ofereceu um nome comum. A partir dela, Minas deixaria de ser apenas uma região de descobertas para tornar-se uma das experiências mais complexas de construção territorial, urbana e cultural do Brasil.[6]

III. CIVILIZAÇÃO E TRADUÇÃO

A matéria transformada em mundo

A criação da Capitania conferiu nome, governo e limites a uma sociedade em formação; não bastava, entretanto, instituir autoridades, estabelecer jurisdições e organizar a cobrança dos tributos para que Minas adquirisse a densidade de uma experiência histórica duradoura. Uma sociedade se transforma em civilização quando converte necessidades materiais em formas compartilhadas de existência, quando produz maneiras próprias de habitar, trabalhar, alimentar-se, celebrar, representar o sagrado, elaborar a memória e transmitir conhecimentos. A palavra civilização não designa aqui uma escala de superioridade entre povos, nem a etapa final de uma evolução humana supostamente universal. Nomeia a capacidade de uma coletividade para dar forma ao mundo e deixar, na matéria, na linguagem, nos gestos e nas instituições, testemunhos capazes de atravessar gerações.

A civilização mineira começou a condensar-se quando a riqueza retirada da terra foi convertida em vida social. O ouro podia sustentar a arrecadação, financiar encomendas, estimular o comércio e atrair populações; não possuía, contudo, capacidade autônoma para produzir cidades, igrejas, músicas, alimentos, vínculos ou imagens. Foram as pessoas, submetidas a posições profundamente desiguais, que transformaram o mineral em sociedade. A pedra retirada da lavra reaparecia no muro, na ponte, no chafariz e na cantaria; a madeira tornava-se estrutura, altar, imagem e mobiliário; o ferro convertia-se em ferramenta, grade, fechadura e instrumento de trabalho; o ouro extraído por mãos escravizadas revestia altares diante dos quais essas mesmas populações reconstruíam devoções e pertencimentos. A matéria mudava de forma, mas conservava inscritas as contradições do mundo que a transformava.

A cozinha constituiu outro centro de elaboração cultural. Não surgiu como repertório pronto nem como expressão espontânea de uma identidade regional já formada. Foi construída pela necessidade de alimentar uma população numerosa, móvel e submetida às irregularidades do abastecimento. Produtos originários das Américas, conhecimentos indígenas sobre plantas e ambientes, técnicas africanas de preparo e conservação e hábitos portugueses encontraram-se nas roças, nas casas, nas fazendas, nos pousos e nas vendas. A cultura alimentar mineira nasceu de adaptações sucessivas, condicionadas pelo território, pelos ciclos agrícolas, pela circulação das tropas e pelo trabalho de pessoas cujo nome raramente chegou aos livros.

Celebrar a cozinha mineira sem reconhecer o trabalho das mulheres negras, indígenas, mestiças e pobres que a formaram significaria apropriar-se novamente de seus resultados e silenciar suas autoras. Quem plantava, colhia, transportava, moía, cozinhava e servia ocupava posição distinta de quem podia sentar-se à mesa e conferir prestígio aos alimentos. O patrimônio alimentar guarda essa desigualdade. Sua grandeza não reside numa origem pura, mas na capacidade de revelar como pessoas distintas produziram continuidade em condições adversas.

Essa cultura do fazer talvez seja uma das bases mais profundas da formação mineira. A distância do litoral e a dificuldade de transporte não produziram isolamento absoluto, mas obrigaram a adaptar aquilo que chegava de fora. Um risco arquitetônico precisava responder ao terreno; uma técnica construtiva, às características da pedra e da madeira disponíveis; uma imagem religiosa, às capacidades da oficina; uma receita, aos ingredientes existentes; uma norma, às práticas locais. Minas converteu-se em território de tradução. A originalidade não se encontrava na recusa de toda influência exterior, mas na capacidade de obrigar aquilo que vinha de longe a viver de outro modo.

Ao lado das vilas e das propriedades reconhecidas pelo poder, quilombos e comunidades formadas por fugitivos, libertos, indígenas e outros grupos construíram geografias de resistência. Não eram simples esconderijos situados à margem da história colonial. Alguns constituíram povoados com produção agrícola, estruturas defensivas, relações comerciais e redes de informação. O Quilombo do Ambrósio e os numerosos núcleos associados ao Campo Grande ocuparam extensa região do oeste mineiro e mobilizaram sucessivas campanhas repressivas. A documentação das autoridades os descrevia como ameaça, mas essa linguagem revela justamente sua capacidade de criar territórios que escapavam ao controle senhorial e fiscal.[7]

As irmandades negras dedicadas a Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia, São Benedito, Santo Elesbão e outros santos inseriam-se no projeto católico de catequese, mas não permaneceram apenas como instrumentos da Igreja. Africanos e afrodescendentes apropriaram-se dessas instituições para construir identidades, organizar solidariedades, cuidar dos mortos, reunir recursos e ocupar o espaço público. O culto aos santos negros adquiriu sentidos que ultrapassavam as intenções iniciais da evangelização. A conversão nunca foi processo de mão única; aqueles que recebiam a doutrina também transformavam suas linguagens e seus usos.[8]

Os reinados, as coroações, os cortejos, os tambores e os cantos demonstram essa capacidade de elaboração. A festa não dissolvia a escravidão nem anulava a violência da ordem social, mas abria um tempo e um espaço em que as comunidades negras se representavam por outras hierarquias, narravam memórias e afirmavam dignidade. O

Congado, em suas diversas formas, não pode ser reduzido a sobrevivência folclórica nem a simples resultado do catolicismo português. É uma construção afro-mineira, elaborada no encontro conflituoso entre experiências africanas, devoções católicas, condições americanas e estratégias de continuidade comunitária.

O Barroco mineiro nasceu nesse mundo urbano, escravista, religioso e plural. Reduzi-lo a um estilo decorativo significaria separar as obras das condições que lhes deram existência. O Barroco foi uma maneira de organizar a experiência. A arquitetura conduzia o corpo e o olhar; a talha transformava a madeira em movimento; o douramento devolvia a luz em superfícies instáveis; a pintura prolongava o espaço para além do teto; a música preenchia a nave e alterava a percepção do tempo; a procissão retirava o rito do interior da igreja e o distribuía pelas ruas.

Antônio Francisco Lisboa e Manuel da Costa Ataíde representam momentos culminantes dessa elaboração, mas não devem ser separados do ambiente de oficinas, encomendas e colaborações que os tornou possíveis. A imagem romântica do gênio solitário, construída sobretudo a partir do século XIX, tende a ocultar mestres, oficiais, aprendizes, trabalhadores e comunidades inteiras. Reconhecer a singularidade de Aleijadinho não exige convertê-lo em figura isolada da sociedade. Sua obra pertence a uma rede de tradições familiares, referências artísticas, deslocamentos, contratos e práticas coletivas.[9]

O barroco estradeiro, anunciado na formação da Capitania, alcança aqui seu sentido mais profundo. A linguagem artística caminhava porque os próprios agentes caminhavam. Imaginários, pedreiros, carpinteiros, músicos, religiosos e mestres de ofício deslocavam-se entre vilas, arraiais, fazendas e santuários. Levavam riscos, melodias, técnicas e devoções, mas cada viagem produzia transformações. O repertório recebido em uma comunidade era adaptado às condições da obra, aos recursos disponíveis e às expectativas dos moradores.

Essa perspectiva modifica a própria noção de patrimônio. A obra-prima não existe sozinha. Está ligada à pedreira de onde saiu a matéria, à mata que forneceu a madeira, à oficina que formou o trabalhador, ao caminho por onde chegou a imagem, à irmandade que reuniu recursos, à festa que manteve o templo vivo e às pessoas que o limparam, abriram e cuidaram durante gerações. O patrimônio monumental é a parte mais visível de uma construção muito maior, feita de trabalho anônimo, continuidade comunitária e conhecimento cotidiano.

A escrita, contudo, não possuía monopólio sobre a memória. A maior parte da população transmitia conhecimentos por meio da palavra falada, do canto, do gesto, da prática e da repetição. Uma técnica aprendia-se na oficina; uma oração, ao acompanhar os mais velhos; uma música, pela escuta; uma receita, pela execução; um caminho, pela experiência de percorrê-lo. A civilização mineira foi letrada e oral, documental e corporal. O arquivo escrito conserva apenas parte do que foi vivido.

Restaurar Minas significa reconhecer essas camadas. Uma igreja não é somente sua talha: é a comunidade que a construiu, os trabalhadores que não assinaram a obra, a música que nela ressoou, os mortos sepultados sob seu piso, as festas que ocuparam o adro e as gerações que impediram seu abandono. Uma cidade histórica não é apenas a soma de suas fachadas, mas a relação entre ruas, moradores, usos, paisagens e memórias. Quando a preservação congela a matéria e expulsa a vida, conserva a aparência e destrói parte do patrimônio.

A beleza mineira não deve ser pacificada. O ouro do altar não apaga a lavra; a música não silencia o cativeiro; a delicadeza da pintura não elimina a hierarquia; a festa não dissolve a perseguição; a casa não oculta a violência de suas relações internas. Preservar com dignidade exige sustentar simultaneamente a admiração pela criação e a consciência das condições que a produziram. O patrimônio não é inocente, mas tampouco se reduz ao crime de sua época. É documento material de uma sociedade capaz de produzir beleza, pertencimento e memória dentro de uma ordem profundamente injusta.

A civilização mineira formou-se nessa contradição. Não é grande porque tenha sido harmoniosa, mas porque povos e indivíduos submetidos a conflitos extremos produziram linguagens capazes de sobreviver ao sistema que os reuniu. Africanos e afrodescendentes construíram comunidades sob o cativeiro; povos originários preservaram existência diante da conquista; mulheres criaram redes dentro de uma sociedade patriarcal; trabalhadores anônimos transformaram matéria em arquitetura; comunidades fizeram das devoções instrumentos de solidariedade; quilombolas criaram territórios diante da perseguição.

A mineiridade começou a adquirir consistência nesse universo antes de se tornar conceito político ou literário. Formava-se na relação entre casa, rua, igreja, oficina, mercado, roça e estrada; no valor atribuído à comunidade; na capacidade de adaptar repertórios recebidos; na convivência entre intensa vida urbana e vastidão territorial; na presença cotidiana do sagrado; na prudência exigida por um poder fiscal invasivo; na força das relações pessoais diante da distância das instituições.

Essa formação não produziu um mineiro único. O senhor de lavras, a mulher forra que negociava na vila, o oficial mestiço, o irmão do Rosário, o trabalhador escravizado, o morador do sertão, o indígena aldeado, o quilombola e o letrado não ocupavam a mesma Minas. Compartilhavam parcialmente um território, mas o experimentavam de maneiras profundamente diferentes. A mineiridade não nasceu da igualdade entre eles; nasceu da lenta criação de referências comuns num mundo atravessado por diferenças que jamais desapareceram.

Por isso, não deve ser compreendida como essência imutável, mas como construção. Aquilo que mais tarde seria identificado como reserva, prudência, hospitalidade, apego à casa, religiosidade ou capacidade de negociação resultou de experiências históricas específicas e foi posteriormente reelaborado pela literatura, pela política e pela memória. Há muitas maneiras de ser mineiro porque houve, desde o princípio, muitas maneiras de habitar Minas.

Minas não se fez civilização porque todas as suas partes se tornaram iguais. Fez-se civilização porque diferenças territoriais, humanas e culturais começaram a reconhecer-se, ainda que de maneira incompleta e desigual, dentro de uma história compartilhada. Da matéria surgiram cidades e objetos; do trabalho, técnicas e linguagens; da fé, comunidades; da resistência, territórios; da estrada, circulação; da memória, pertencimento.

A construção, contudo, permanecia aberta. Como numa arquitetura que cresce por acréscimos sem apagar inteiramente suas fundações, Minas continuaria a receber novas regiões, populações, economias e interpretações. O núcleo urbano e barroco não poderia falar sozinho em nome dos Gerais, do São Francisco, do Jequitinhonha, do Rio Doce, do Triângulo, da Zona da Mata, do Sul e do sertão do Alto Paranaíba. A civilização mineira somente se revela por inteiro quando deixa de procurar uma imagem única de si e reconhece as muitas Minas que a constituem.

IV. AS MUITAS MINAS

A unidade feita de diferenças

A civilização que se adensou nas vilas mineradoras não esgotava o território que começava a reconhecer-se como Minas. O ouro dera centralidade política a uma região específica, organizara caminhos, estimulara cidades e produzira uma linguagem artística de extraordinária densidade; ao redor desse núcleo, contudo, estendiam-se sertões, vales, chapadas, matas, campos e bacias hidrográficas cujas histórias não obedeciam inteiramente ao ritmo da mineração. Minas Gerais nunca foi apenas a soma das cidades do ouro. Sua unidade resultou da relação, muitas vezes tensa e incompleta, entre paisagens, povos, economias, memórias e formas de existência que não poderiam ser reduzidas a uma origem única.

A própria expressão "Minas Gerais" contém essa tensão. As minas evocam a concentração mineral, a profundidade escavada, a riqueza localizada e a cidade que cresce em torno da lavra. Os Gerais remetem à abertura dos campos, dos cerrados, das chapadas, das veredas e dos sertões, onde a distância não significa ausência, mas outra maneira de organizar o pertencimento. Uma dimensão não existiu historicamente sem a outra. As minas dependiam dos Gerais para receber alimentos, animais, madeira, ferramentas e pessoas; os Gerais, por sua vez, foram transformados pelas demandas econômicas, pelos caminhos e pelas instituições nascidas no núcleo minerador. A unidade mineira formou-se nessa passagem permanente entre profundidade e extensão, concentração e amplitude, cidade e sertão.

A diversidade das paisagens corresponde a diferentes maneiras de medir o tempo. Nas áreas mineradoras, a riqueza podia reunir rapidamente população, fiscalização e atividades urbanas. Nos sertões de criação, os ciclos eram marcados pela distância, pela reprodução dos rebanhos e pelas estações. Nas margens dos grandes rios, a cheia e a vazante reorganizavam o trabalho e o deslocamento. Nas matas, a abertura de caminhos e a derrubada da vegetação anunciavam outras fronteiras econômicas. Nos cerrados e campos rupestres, o conhecimento dependia da alternância entre seca e chuva, do manejo do fogo, da floração, das sementes e da localização das águas. A história mineira não avança por um único relógio. É composta por temporalidades que se encontram sem se fundir inteiramente.

Essa variedade impede que a mineiridade seja confundida com uma paisagem exclusiva. A montanha tornou-se um de seus símbolos mais poderosos, associada à contenção, à interioridade e ao recolhimento. Não representa, entretanto, todo o estado. Há uma Minas de horizontes abertos, formada pelos cerrados do Alto Paranaíba, do Triângulo, do Noroeste e do Norte; uma Minas dos grandes rios, onde o São Francisco, o Jequitinhonha e o Doce organizam trabalho, memória e deslocamento; uma Minas das matas úmidas, das encostas cafeeiras e das cidades voltadas para o Rio de Janeiro; uma Minas das chapadas, veredas, grotas, campos rupestres e terras secas. Nenhuma delas é menos mineira por não reproduzir a imagem consagrada do núcleo barroco.

A presença indígena contemporânea demonstra que esse processo jamais se completou. Krenak, Xakriabá, Tikmũ'ũn, Pataxó, Kaxixó, Xukuru-Kariri, Mokurim e outros povos continuam a construir suas histórias em Minas. Alguns preservaram vínculos com territórios reconhecidos há muito tempo; outros foram obrigados a deslocar-se e reconstruir comunidades; outros ainda reapareceram publicamente depois de gerações de

silenciamento. Esse reaparecimento não constitui invenção recente, mas recuperação de uma continuidade que o Estado e a sociedade haviam recusado reconhecer.

Ao lado dos povos indígenas e das comunidades quilombolas, Minas abriga geraizeiros, veredeiros, vazanteiros, ribeirinhos, pescadores artesanais, caatingueiros, gurutubanos, apanhadores de flores sempre-vivas, povos de terreiro, povos ciganos ou Romani, faiscadores, famílias circenses e outras comunidades que organizam sua existência por meio de vínculos próprios com o território, o trabalho, a memória e a transmissão dos conhecimentos. Essas denominações não formam catálogo folclórico nem classificação exterior aplicada a populações imóveis. São identidades históricas e políticas por meio das quais comunidades tornam visíveis modos de vida, reivindicam direitos e recusam a transformação de seus territórios em superfícies disponíveis.[10]

Essa pluralidade não se distribui em compartimentos estanques. O São Francisco articula margens, vazantes, sertões e mercados; o Jequitinhonha reúne barro, agricultura, migração, religiosidade e criação; o Rio Doce conserva a presença Krenak e as feridas de uma industrialização que converteu o rio em corredor mineral; o Triângulo e o Alto Paranaíba voltam-se para o Brasil Central sem deixarem de participar da experiência mineira. Norte, Mata, Sul, Oeste, vales e regiões metropolitanas não são periferias de um núcleo autossuficiente. São centros de outras relações.

Na Serra do Espinhaço, as apanhadoras e os apanhadores de flores sempre-vivas revelam outra forma de inteligência territorial. Seu sistema agrícola reúne cultivo, criação, coleta, manejo do Cerrado e dos campos rupestres, guarda e troca de sementes, deslocamentos sazonais e conhecimentos transmitidos entre gerações. A coleta das flores não constitui atividade isolada, mas parte de uma organização mais ampla da vida. Reconhecido como patrimônio cultural mineiro e como primeiro Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial do Brasil, esse modo de existência demonstra que biodiversidade e cultura podem ser dimensões de uma mesma continuidade.[11]

No Vale do Jequitinhonha, a pluralidade territorial assume outra forma. O rio atravessa serras, chapadas, vales estreitos e áreas de transição entre Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga. Povos indígenas, comunidades negras, agricultores, garimpeiros, tropeiros, artesãos e pequenos núcleos urbanos construíram ali modos de vida relacionados a ambientes e economias distintas. A mineração de ouro e diamantes integrou parte do vale aos circuitos coloniais, mas roças, criação, coleta, comércio e deslocamentos sazonais sustentaram grande parte de sua continuidade.

A expressão "vale da pobreza" reduziu uma região complexa à carência. A pobreza e a desigualdade fazem parte de sua história e não devem ser romantizadas; transformá-las na totalidade de sua identidade, contudo, obscurece conhecimentos, linguagens, técnicas, festas e formas de solidariedade. Quando um território é definido apenas pelo que lhe falta, sua capacidade de criar deixa de ser percebida. O Jequitinhonha não é somente destinatário de políticas de reparação. É sujeito cultural que obriga Minas a rever o próprio significado de riqueza.

Aquilo que hoje podemos reconhecer como Afromineiridades não constitui um capítulo separado da história de Minas. Participa de sua estrutura. O trabalho africano e afrodescendente formou lavras, cidades, fazendas e estradas; conhecimentos negros transformaram a alimentação, a cura, a metalurgia, a música, o cultivo e a construção;

devoções e organizações comunitárias reformularam o espaço religioso; irmandades, congados, reinados, quilombos e terreiros produziram territórios de dignidade e memória.

Os povos de terreiro acrescentam a essa história uma concepção específica de casa, natureza e ancestralidade. O terreiro não é apenas edifício destinado ao culto. É território de axé, comunidade de cuidado, lugar de iniciação, arquivo oral, cozinha ritual, espaço de música, dança, cura e transmissão. Folhas, águas, alimentos, objetos, corpos e palavras participam de uma cosmologia na qual o sagrado se realiza por relações. A perseguição e o racismo religioso demonstram que a pluralidade espiritual mineira nunca foi plenamente reconhecida.[12]

A oralidade produziu ainda diferentes maneiras mineiras de habitar a língua. Não existe um único falar de Minas, mas vozes regionais formadas pelo encontro entre matrizes indígenas, africanas, portuguesas e pelas sucessivas circulações internas. Palavras, ritmos, entonações, silêncios, elipses e formas indiretas de dizer preservam experiências do território e das relações comunitárias. O chamado mineirês não deve ser reduzido a caricatura, timidez ou coleção de expressões curiosas. É uma arquitetura da fala: aproxima e resguarda, sugere sem concluir, acolhe pela intimidade e, muitas vezes, transforma a prudência em linguagem. Em Guimarães Rosa, essa potência alcança expressão literária universal, mas sua matéria permanece nas conversas, nos causos, nas cozinhas, nas vendas, nas festas e nas estradas de Minas.

A cozinha constitui talvez a mais cotidiana das linguagens territoriais. Milho e mandioca atravessam regiões, classes sociais e tradições familiares, ligando conhecimentos indígenas, africanos e europeus. Moinhos, monjolos, casas de farinha, pilões, fornos e fogões organizam sistemas inteiros de produção, transformação e partilha. Angu, fubá, broas, farinhas, biscoitos, quitandas, mingaus e inúmeros outros preparos não derivam de um receituário único, mas de variações construídas pelas comunidades. O reconhecimento dos sistemas culinários do milho e da mandioca como patrimônio cultural mineiro afirma que a cozinha começa antes do prato, no plantio, no beneficiamento, nos utensílios e na transmissão do conhecimento.[13]

A industrialização converteu o Rio Doce em eixo de circulação mineral entre as áreas de extração e o litoral. Ferrovias, siderurgia, mineração em grande escala e cidades industriais transformaram a região, produzindo riqueza, trabalho e urbanização, mas também dependência econômica, desigualdade e risco ambiental. O desastre provocado pelo rompimento da barragem de Fundão mostrou de maneira extrema que um rio não é somente volume de água. A lama atingiu comunidades, ecossistemas, atividades econômicas, memórias e vínculos espirituais. Para os Krenak, a agressão ao Watu possui dimensão que nenhum cálculo material alcança por inteiro.

O Alto Paranaíba pertence a essa geografia, mas possui personalidade própria. Fazendas, pequenas cidades, caminhos, capelas e devoções formaram uma rede comunitária que não se reduz à agropecuária. A paisagem aberta convive com chapadas, vales, nascentes e áreas de cultivo. A cidade e o campo permanecem ligados por famílias, festas, trabalho, comércio e memória.

Essa multiplicidade obriga a ampliar a compreensão do patrimônio. A primeira geração da preservação brasileira encontrou nas cidades do ouro uma origem monumental para a nação. Ouro Preto, Mariana, Congonhas, Sabará, São João del-Rei, Tiradentes e Diamantina tornaram-se referências de uma memória nacional. Essa escolha salvou edifícios e conjuntos fundamentais, mas também produziu uma imagem parcial de Minas, como se o Barroco pudesse representar sozinho um território de tamanha diversidade.

O desafio não consiste em reduzir a importância desse patrimônio, mas em reinseri-lo na rede que o tornou possível. A igreja relaciona-se com a pedreira, a mata, o caminho, a oficina, a irmandade, a festa e a comunidade que a mantém aberta. A cidade histórica relaciona-se com fazendas, rios, vilas, quilombos, aldeias e rotas de abastecimento. O monumento se torna maior quando deixa de ser tratado como objeto isolado e passa a revelar o mundo do qual fazia parte.

A mineiridade precisa ser compreendida a partir dessa circulação. Não constitui essência produzida pela montanha, pelo isolamento ou por um caráter psicológico imutável. É narrativa histórica de unidade, construída para permitir que populações diferentes reconheçam algum pertencimento comum. A prudência, a conciliação, o apego à casa, a religiosidade e a hospitalidade foram apresentados como atributos do mineiro, mas representam apenas parte de uma experiência muito mais extensa e contraditória.[14]

Toda identidade coletiva seleciona imagens, acontecimentos e valores por meio dos quais se apresenta. O problema começa quando a seleção se torna exclusão. A montanha pode simbolizar Minas, desde que não apague o Cerrado; o Barroco pode representar sua cultura, desde que não silencie os mundos indígenas, as Afromineiridades, os sertões e as cidades modernas; a conciliação pode descrever determinadas práticas políticas, desde que não esconda a violência da conquista, da escravidão, do racismo e das disputas pela terra.

Guimarães Rosa ofereceu uma das interpretações mais profundas dessa pluralidade. Seu sertão não é margem vazia nem cenário regional. É lugar no qual a experiência particular se abre ao universal e a linguagem precisa ser refeita para alcançar aquilo que o mundo conhecido já não consegue nomear. Ao escrever o sertão, Rosa não reduz Minas a uma paisagem: demonstra que o mundo pode ser pensado a partir do interior.[15]

Minas não precisa abandonar suas interioridades para participar do mundo. Pode falar a partir delas. A originalidade mineira não está em fechar-se, mas em converter a posição interior em forma própria de relacionar o local e o universal. O interior que se fez centro com o ouro pode tornar-se centro de pensamento, linguagem, música, arquitetura, técnica e imaginação.

A diversidade, porém, não deve tornar-se justificativa para a desigualdade territorial. Algumas regiões foram elevadas à condição de símbolos e receberam maior visibilidade; outras permaneceram conhecidas apenas por seus problemas. Reconhecer as muitas Minas significa distribuir não somente prestígio, mas condições de continuidade: educação, infraestrutura, proteção territorial, acesso à cultura e capacidade de participar das decisões que afetam cada comunidade.

A unidade mineira não se encontra na repetição de uma paisagem, de um sotaque ou de um temperamento. Está na capacidade de estabelecer relações entre diferenças sem exigir que deixem de ser diferentes. Minas tornou-se Minas Gerais ao reunir a profundidade das minas e a vastidão dos Gerais; a cidade barroca e o sertão; a montanha e o horizonte; a Mata Atlântica, o Cerrado e a Caatinga; o rio e a nascente; a escrita e a oralidade; as espiritualidades indígenas, africanas e cristãs; o trabalho agrícola, a mineração, o ofício, o comércio e a indústria.

Essa reunião jamais foi completa ou harmoniosa. Precisa ser refeita por cada geração. A unidade não elimina conflitos, e a identidade não corrige por si mesma as desigualdades. O que une Minas não é a igualdade de suas partes, mas a consciência de que nenhuma delas pode explicar o todo sozinha.

DA HISTÓRIA À FILOSOFIA DA MINEIRIDADE

A expansão filosófica proposta por este prefácio somente tem sentido porque parte da estrutura construída por Mauro Werkema e retorna a ela. A anterioridade da terra não diminui a importância de 1720; torna mais clara a natureza daquele acontecimento. A multiplicidade regional não dissolve Minas; explica por que sua unidade precisou ser produzida historicamente. A crítica às violências da conquista, da escravidão e da exploração não cancela a extraordinária criação cultural do território; impede apenas que a beleza seja separada das condições que a tornaram possível.

Mauro restitui ao leitor a sequência, a escala e a localização dos fatos. Ao fazê-lo, oferece algo mais profundo do que uma cronologia: permite compreender como o território se organizou, como suas centralidades se deslocaram e como diferentes regiões foram incorporadas a uma narrativa comum. A exatidão geográfica é, aqui, uma forma de pensamento. Ela mostra que nenhuma ideia de mineiridade pode existir sem os lugares concretos nos quais o pertencimento foi disputado, transmitido e transformado.

Por isso, este prefácio se detém antes de converter-se em livro autônomo. Não compete com a narrativa que anuncia; prepara o olhar para recebê-la. As páginas seguintes pertencem a Mauro e à sua capacidade de organizar três séculos de história sem retirar de Minas sua complexidade. Ao leitor cabe atravessá-las percebendo que cada data possui um território, cada instituição reorganiza relações e cada fronteira política recorta uma realidade humana mais antiga e mais extensa.

Minas nasceu antes de Minas. Mas foi por meio da história — dos acontecimentos, dos conflitos, das instituições e das escolhas humanas que Mauro Werkema recompõe — que esse território antigo recebeu formas políticas, urbanas e culturais capazes de atravessar o tempo. É nesse encontro entre longa duração e precisão histórica que o livro encontra sua maior força.

Leônidas Oliveira
Belo Horizonte, 2026

NOTAS DO PREFÁCIO

1. KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019; KRENAK, Ailton. Futuro ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

2. MUSEU NACIONAL. Crânio humano de indivíduo feminino — Luzia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; MORENO-MAYAR, J. Víctor et al. "Early human dispersals within the Americas". Science, v. 362, n. 6419, eaav2621, 2018. DOI: 10.1126/science.aav2621.

3. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Parque Nacional Cavernas do Peruaçu: patrimônio natural, espeleológico e arqueológico. Brasília: ICMBio; ISNARDIS, Andrei. "Pintar como relação: interações de pessoas e pinturas nas paredes de pedra". Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 19, n. 1, e20220082, 2024.

4. FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. Coordenação Regional de Minas Gerais e Espírito Santo: povos, comunidades e terras indígenas. Brasília: Funai; MUSEU DO ÍNDIO. Tikmũ'ũn — Maxakali. Rio de Janeiro: Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

5. FONSECA, Cláudia Damasceno. Arraiais e vilas d'el-rei: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

6. BOXER, Charles R. A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

7. GUIMARÃES, Carlos Magno. Mineração, quilombos e Palmares: Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

8. SCARANO, Julita. Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976; OLIVEIRA, Anderson José Machado de. "Devoção e identidades: significados do culto de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro e nas Minas Gerais no Setecentos". Topoi, v. 7, n. 12, p. 60–115, 2006.

9. GRAMMONT, Guiomar de. Aleijadinho e o aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

10. COSTA FILHO, Aderval et al. Direitos dos povos e comunidades tradicionais. Belo Horizonte: Ministério Público de Minas Gerais; Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais; UFMG, 2012; PEIXOTO, Luísa Helena Figueiredo et al. "Mapeamento dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais: visibilização e inclusão sociopolítica". Interfaces — Revista de Extensão da UFMG, v. 2, n. 2, 2014.

11. INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. Sistema Agrícola Tradicional de Apanhadoras e Apanhadores de Flores Sempre-Vivas em Minas Gerais. Belo Horizonte: Iepha-MG; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. Traditional Agricultural System of Sempre-Vivas Flower Gatherers in the Espinhaço Range. Roma: FAO.

12. SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. Formação de professores e religiões de matrizes africanas: um diálogo necessário. Belo Horizonte: Nandyala, 2010; BRASIL. Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e de Matriz Africana. Brasília: Ministério da Igualdade Racial.

13. INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. Sistemas culinários da cozinha mineira: o milho e a mandioca. Belo Horizonte: Iepha-MG, 2023.

14. ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

15. ROSA, João Guimarães. Grande sertão: veredas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.



01

Introdução

Minas Gerais completa 300 anos do seu surgimento no mapa político e territorial da Colônia de Portugal no Brasil com a criação da Capitania das Minas do Ouro, em 2 de dezembro de 1720, dois séculos após a presença portuguesa no território brasileiro. A data nos convida a uma oportuna e necessária leitura retrospectiva, em síntese histórica, deste percurso, desde suas origens, a ocupação territorial, fatores geográficos que condicionam sua formação, o homem e suas matrizes raciais, as muitas rebeldias, a conformação de sua identidade cultural, suas lutas por afirmação econômica e social, a construção de suas instituições empresariais ao longo de sua trajetória até os tempos atuais. Impõe-se ainda, nesta embora breve retrospectiva, mas de imenso desafio, assinalar os diversos momentos, na Colônia, no Império e na República, em que os mineiros contribuíram, decisivamente, para a formação da nacionalidade brasileira. Uma singular trajetória histórica distingue Minas Gerais na diversidade da formação da nação brasileira e motiva os ensaios históricos que procuram demonstrar a existência de um caráter regional próprio dos mineiros.



Vila Rica nos tempos da mineração. (Rugendas, 1820 - 1825)
Fonte Pinterest

Muitos fatores condicionam este percurso tricentenário de Minas e conduzem sua formação: a localização mediterrânea e central no mapa brasileiro, o povoamento pioneiro do interior do território do Brasil-Colônia nos anos finais do século XVII, em mescla de vários tipos humanos, em convivência sempre irrequieta e libertária, o terreno montanhoso induzindo ocupações muito próprias, o rico solo mineral que atrai o povoamento rápido e forma sociedades e tipologias urbanas e humanas diferenciadas, as seis fronteiras e as suas regiões de transição cultural são, entre outros, fatores que sustentam os estudos de caracterização dos mineiros. É significativo lembrar a notória diversidade de Minas, não apenas por sua dimensão territorial mas decorrente também pela heterogeneidade das várias regiões resultantes de diferentes processos de ocupação nos seus três séculos. Minas é um mosaico de territórios com diferentes heranças histórias e identidades. Nesta amplitude coexistem especificidades, precocidades e modernidades.

Relançamos textos em parte originários do livro "História, arte e sonho na formação de Minas", que publicamos em 2009, relidos e atualizados, com acréscimos decorrentes da evolução da historiográfica mineiriana. Mantém-se o objetivo fundamental de permitir retrospectiva dos elementos constitutivos fundamentais da Minas tricentenária, dos primeiros anos à atualidade, com a fidelidade histórica essencial, produto de muita leitura e pesquisas, mas também com a visão crítica da evolução de Minas Gerais, esperando que o conhecimento do seu percurso histórico, seus pioneirismos e reconhecida contribuição à cultura brasileira e à formação humanista, contribua para uma necessária reflexão e superação das muitas questões que se colocam na contemporaneidade.

A pesquisa história mais recente ampliou extraordinariamente o conhecimento dos elementos factuais, bem como as análises interpretativas e significados da Sublevação de 1720 e a rápida decisão do governo colonial português, por Alvará do Rei Dom João V, de

criar a Capitania das Minas do Ouro em 1720, conferindo-lhe autonomia administrativa e governo próprio, separando-a da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, que fora criada em 1709 já como uma primeira tentativa de maior controle administrativo e político da região das Minas do Ouro.

Os elementos contemporâneos que sustentam a pesquisa histórica e novos estudos críticos vem conferindo aos acontecimentos de 1720 um caráter de inconformismo político além da insatisfação sobre o opressivo controle imposto pela Coroa Portuguesa ao regime colonial. A região das minas, tumultuada pelo próprio tipo de ocupação veloz e desordenada, na corrida pelo ouro, já impunha resistência a qualquer tipo de organização e governo. Manter controle sobre a Capitania, rica e objeto de cobiça, força Portugal a agir com maior pressa e rigor.

Sustenta-se o caráter precursor das rebeldias e resistências mineiras contra o regime imposto por Portugal, característica que dominará todo o período colonial e mesmo ao tempo do Primeiro Império. E se tornará, como mostram estudos, um traço distintivo dos mineiros como reconhecem os estudos que tratam da caracterização da personalidade regional. A revolta de 1720 inaugura esta constante rebeldia, que levará os mineiros a serem pioneiros na formação do sentimento nativista brasileiro, na Independência de 1822, na resistência ao absolutismo no Primeiro Império e na República de 1889.

É o próprio conde de Assumar, Dom Pedro Miguel de Almeida, governador da Capitania, no relatório em que tenta justificar seus atos de repressão aos insurretos ("Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720"), de que resultaram o suplício de Felipe dos Santos, que diz que os mineiros revoltados pretendiam ter governo próprio e governar a si mesmos, "como uma república".

O termo "república", com as conotações políticas da época, é surpreendentemente explicitado pelo trabalho de Heloisa Starling ("Ser republicano no Brasil-Colônia"), de 2018. O ideal republicano será dominante, como tema básico da aspiração libertária dos mineiros, no ideário ideológico dos inconfidentes de 1789 sob inspiração da Independência Americana de 1776 e no pensamento iluminista da Revolução Francesa, também de 1789, e que chegou aos inconfidentes e constava de seus diálogos e de suas bibliotecas.

Comemorar o tricentenário de Minas Gerais não pode se restringir aos fatos históricos de criação da Capitania, em 1720. É momento auspicioso para uma leitura crítica da formação mineira, das suas instituições políticas e econômicas, traços constitutivos da cultura mineira, conquistas e evoluções, suas vocações e potencialidades que sugerem que poderia ter alcançado estágio mais avançado de desenvolvimento, sobretudo pela riqueza e diversidade do seu solo mineral e outros vetores constitutivos do seu território que lhe conferem competitividade singular.

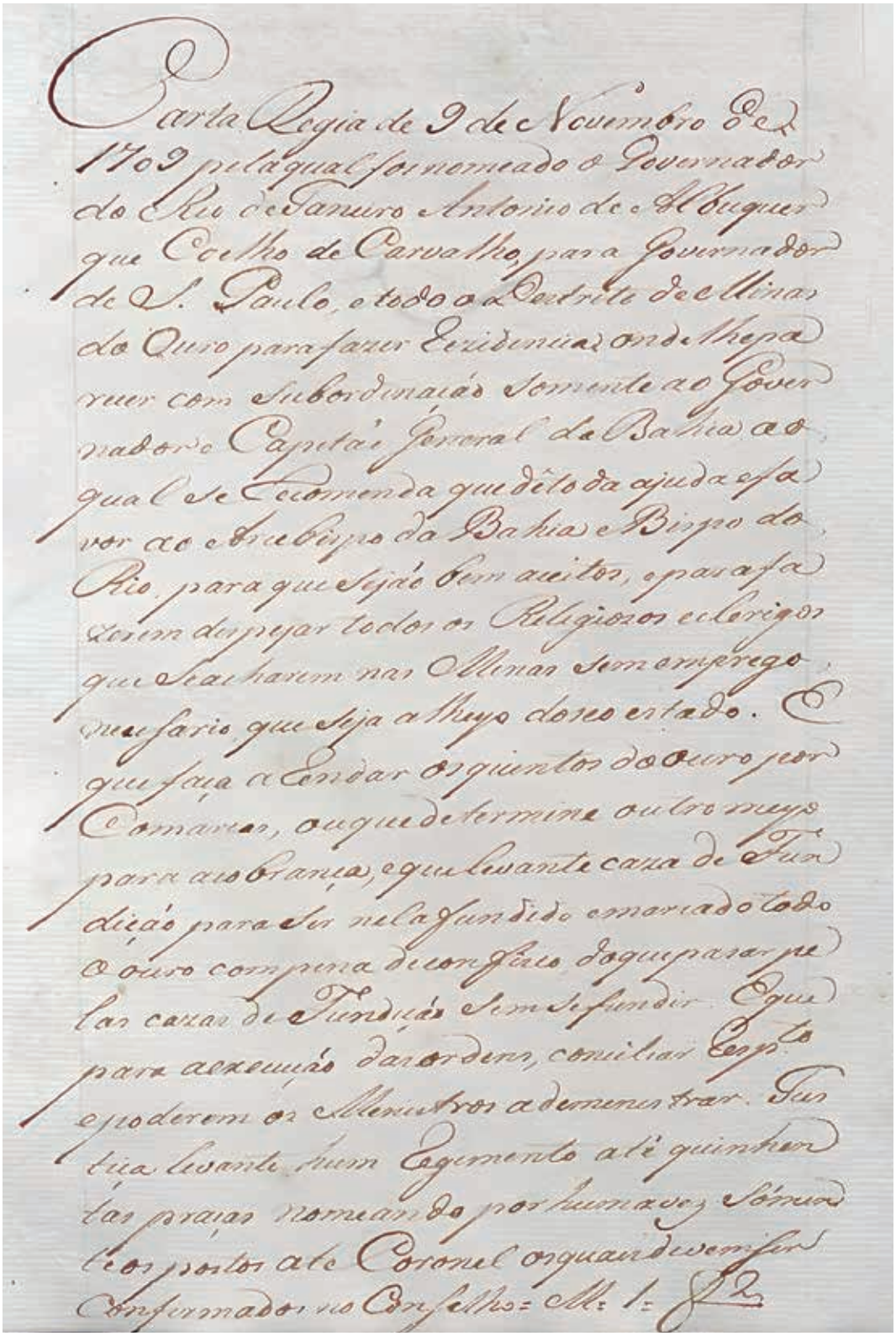
Celebremos, enfim, os 300 anos de Minas.



02

Levante de 1720 e a criação da Capitania

No dia 2 de dezembro de 2020, Minas Gerais completa 300 anos da criação da Capitania de Minas do Ouro, com autonomia administrativa e governo local, separada da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, que integrava desde 1709, data em que o governo português a retirou da Capitania do Rio de Janeiro. O ato de criação, em Alvará assinado pelo rei de Portugal, Dom João V (1707/1750), por solicitação do Conselho Ultramarino, órgão superior da gestão das colônias, era uma tentativa de pacificar e organizar o governo português na região das "Minas do Ouro", logo após a sublevação que ocorrera neste mesmo ano, quando Portugal busca tornar mais regular e efetiva a cobrança do imposto sobre o ouro com a implantação das casas de fundição, onde um quinto do ouro era separado a título de tributo, cobrado dos mineradores, proibindo-se a circulação do ouro em pó, entre outras medidas relativas ao controle do comércio e entrada de gêneros alimentícios e outras mercadorias.



Carta Régia, de 9 de novembro de 1709, que criou a capitania de São Paulo e Minas do Ouro
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa

Com a Capitania, Portugal procura estabelecer um aparato administrativo, jurídico e militar, evitando novas resistências e insurreições e maior rigor e regularidade na cobrança do quinto do ouro. É importante lembrar que o estudo do mundo colonial, e assim o foi com o regime implantado por Portugal no Brasil, deve considerar o que era o sistema colonial da era mercantilista, do que nos adverte Caio Prado Júnior, em "Formação do Brasil contemporâneo".

Rebelde desde os primeiros tempos, as Minas do Ouro terão, em toda sua história, "este ideal luminoso de independência e liberdade que fez do Estado uma instituição decisiva da modernidade", diz João Antônio de Paula ("Minas Gerais no Século XVIII"). A presença e a organização do Estado na região das Minas, como também em todo o Brasil-Colônia, sempre foi frágil. Será em Minas que pela primeira vez irá se estruturar, sob a ótica da gestão colonial, o Estado na Colônia. E, justamente pelo ouro e a necessidade de controlar sua extração e cobrar os impostos, os aparelhos de Estado serão autoritários e coercitivos, com atuação discricionária, sem a dimensão democrática ou "de atendimento do interesse público". Será, portanto, em Minas, que a coroa portuguesa vai impor o Estado no Brasil, conforme diz Francisco Iglesias ("Minas e a imposição do Estado no Brasil", 1974).

A rebeldia mineira com a sublevação de 1720 é vista pelos historiadores como a primeira demonstração de insatisfação com o regime colonial português e, para alguns, o surgimento do sentimento nativista na nação brasileira. Reações e insubmissões ocorrerão por todo o século XVIII, em várias cidades, representando um traço marcante da História Colonial mineira, sempre destacado pelos historiadores que se dedicaram ao período IHH. Historiadores dos primeiros anos das Minas do Ouro relatam uma sociedade caótica, desatinada e irreversivelmente rebelde, como mostram as sucessivas sublevações, como em 1717 e 1718 em Catas Altas, e entre 1717 e 1718 em Pitangui, para onde tinham ido os paulistas fugidos do conflito emboaba, em 1736 com os chamados Motins do Sertão, entre 1761 e 1783 nas duas Inconfidências de Curvelo e, em 1775, em Sabará. Em 1789 ocorre a Inconfidência Mineira, a de maior repercussão, que enforcou Tiradentes e condenou seus principais líderes a degredos na África. Em Pitangui, também em 1720, ocorre rebelião similar à de Vila Rica, em protesto contra o quinto do ouro, liderada por Domingos Rodrigues Prado.

Sociedade rebelde e irrequieta por sua própria origem e constituição, resultante da ocupação veloz e desordenada do território interior da Colônia na corrida pelo ouro, por aventureiros de variadas origem e espécie, já em 20 anos a região das minas contava com mais de 20 núcleos urbanos, formados nos primeiros momentos da busca de ouro e pedras preciosas, a princípio, meros arraiais pobres mas, logo, cidades de maior porte. Mas ainda com estamentos sociais em formação, economia predatória e sem regulação, governos e normas de convivência social ainda incipientes. Nos anos de 1707 e 1708 dá-se a Guerra dos Emboabas, assim chamados os "reinóis", em que os paulistas, primeiros ocupantes do território, se opõem a outros forasteiros que chegavam em busca do enriquecimento e competiam na posse das áreas de mineração e em negócios que sustentavam a atividade.

Ocorreram verdadeiros combates e morticínios iniciando por um conflito em Caeté, passando por Santa Luzia e Sabará, Cachoeira do Campo e Vila Rica e, por fim, na Comarca do Rio das Mortes, em São José del-Rei, hoje Tiradentes, e em São João del-Rei,

onde cessou a resistência paulista após o episódio do "Capão da Traição", em que cerca de 300 paulistas teriam sido mortos. Bando armado de "emboabas" derrotou sucessivamente os paulistas, em combates verdadeiros. O governo português cria então a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, em 1709, e nomeia governador, Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, experiente e conciliador, que consegue uma breve pacificação da Colônia. Em 1711, em outra medida destinada a reduzir conflitos e estabelecer maior controle administrativo, cria as primeiras três vilas, Vila Rica, Ribeirão do Carmo (Mariana) e Sabará.

Mas impunha-se a necessidade de disciplinar a cobrança do imposto, o quinto do ouro extraído e que teria que ser "quintado" nas casas de fundição, que seriam instaladas em várias cidades. Nomeia com esta missão, em 14 de setembro de 1717, para o governo da Capitania, a Dom Pedro Miguel de Almeida Portugal, 3º conde de Assumar e 1º marquês de Alorna, funcionário graduado do governo português. Assumar sucedia a Dom Brás Baltazar da Silveira, que estava no cargo desde 1711. E instala-se em Mariana, após tomar posse em São Paulo, e ocupa o casarão anexo à Igreja de São Francisco, até hoje conhecido como Palácio de Assumar, edificação contígua à Igreja de São Francisco, na Praça Minas Gerais. Trazia como principal missão organizar o governo colonial e, principalmente, disciplinar a cobrança do quinto do ouro, a ser pago por todos os mineradores que realizavam a extração do ouro.

Entre os dias 28 de junho e 16 de julho de 1720, sublevaram-se Ribeirão do Carmo e Vila Rica, uma resistência dos potentados locais, todos portugueses que tentavam manter seu poder diante do governador que trazia o compromisso de estabelecer o poder da Coroa Portuguesa. No estamento colonial, os vassalos tinham que obedecer as ordens do rei Dom João V.

Os principais líderes da rebelião eram Pascoal da Silva Guimarães, Manoel Mosqueira da Rosa, frei Vicente Botelho e frei Francisco de Monte Alverne. Felipe dos Santos Freire, português de Cascais, trabalhava para Pascoal, tido como o homem mais rico da Capitania. Freire chegara a Vila em 1713 e trabalhou como "almocreve" ou "mulandeiro", transportador de mercadorias, atividade importante na nascente Vila Rica. Não era o principal "cabeça" do levante mas um agente de Pascoal e atuou em todas as agitações e tentou a última resistência, razão pela qual recebeu a maior punição. Pascoal chegara em Minas por volta entre 1701/1702, vindo do Rio. Tornou-se mascate em Vila Rica e logo entrou na busca de ouro, junto com o frei Francisco Menezes. Em pouco tempo enriqueceu com o ouro e o transporte de mercadorias. Adquiriu e reativou as lavras dos Irmãos Camargos, em Ribeirão do Carmo, de onde extraiu muito ouro. Assenhorou-se de lavras nos morros que circundam Vila Rica, criando o arraial então chamados de Ouro Podre, hoje conhecido como Morro da Queimada em razão do fogo com que Assumar mandou queimar as casas de Pascoal. Serão estas encostas da Serra do Ouro Preto, do maciço do Espinhaço, aurífero em toda a sua extensão, que atrairão centenas de aventureiros.

Grupos armados, declarados revoltosos, vindos dos morros, em sua maioria mineradores e seus empregados, alguns mascarados, saíram às ruas, amedrontando a população. Invadiram e incendiaram a residência do ouvidor-geral da Comarca, Martinho Vieira, figura detestada pela comunidade que, por pouco, escapou de linchamento. Os revoltosos assinaram um documento extenso, com 15 itens, em que falavam pelo povo de Ribeirão do Carmo e

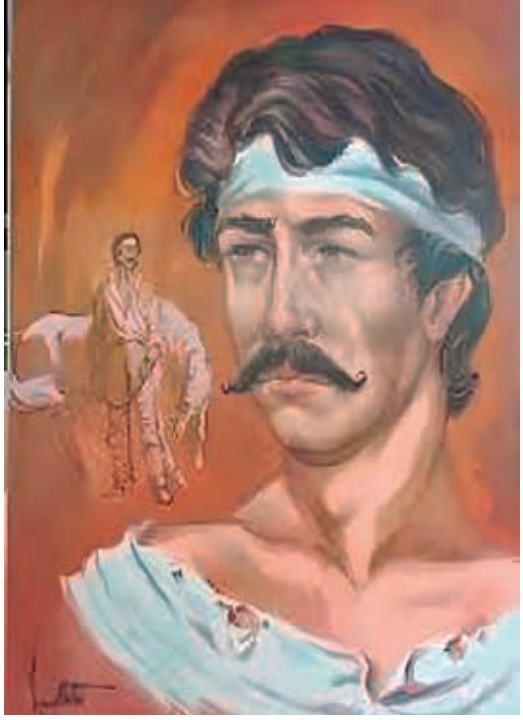
Vila Rica, pediam a suspensão das casas de fundição, onde o ouro era transformado em barras e retirado o quinto como imposto devido ao rei, que "não fosse consentido em contrato novo algum, que se pague o registro da Borda do Campo pelo desconforto que dá para quaisquer cargas", que "as companhias de Dragões comam a custo de seus soldos e não à custa dos povos". E protestavam contra os impostos pagos, que consideravam extorsivos, relativos aos contratadores e os dízimos do comércio, de gêneros e mercadorias. Pediram ainda que fossem freados abusos cometidos pela Câmara Municipal criada em 1711 ("História de Minas Gerais", 1961, João Camillo de Oliveira Torres). Em Mariana, Assumar fingiu concordância, chegou a assinar o documento de reivindicações mas retirou-se para Vila Rica, onde chegou a 16 de julho de 1720, junto com várias pessoas de Vila do Carmo e uma companhia de Dragões, tropa paga criada em 1719, armando sua resistência.

Em Vila Rica instalou-se em antigo casarão, hoje denominado de Palácio Velho, residência de Henrique Dias, de que hoje só restam alguns paredões em ruínas, em região que tem esse nome, próximo ao Bairro de Antônio Dias. O Palácio dos Governadores, hoje pertencente à Escola de Minas da UFOP, só foi construído a partir de 1747. Vila Rica tornou-se então a capital da Capitania e o Palácio da Praça Tiradentes sediou os governos mineiros, nos regimes colonial, imperial e parte do republicano, até 1897, quando a capital mudou para a nova capital, Belo Horizonte.

Agindo com rigor, organizando sua reação, sentindo-se seguro, Assumar já determinara a prisão dos líderes do levante, inclusive os mineradores mais importantes das minas. Fechou as entradas de Vila Rica. Queimou propriedades de Pascoal da Silva Guimarães e casas de mineradores, expulsou os padres solidários com o levante. No Morro da Queimada, em longa extensão, de Ouro Preto a Mariana, ainda existem paredões de pedra de antigas casas, reminiscências de "mundeos" para lavagem e separação do ouro e muitas entradas de minas e seus sarilhos, usados para ventilação de tuneis, especialmente nos Morros de Santo Antônio e Gogô, nas divisas entre as duas cidades.

Felipe dos Santos Freire tentou, em Cachoeira do Campo, com alguns revoltosos, armar uma reação contra o Conde de Assumar e em favor de Pascoal da Silva Guimarães. Preso, foi executado sumariamente em Vila Rica quando deveria ter sido julgado por uma Junta da Justiça em razão de sua condição de homem branco e livre. Sua execução ocorreu em ato público, com Assumar reunindo o povo em Vila Rica para assistir ao seu suplício. Há pontos controversos sobre sua prisão e execução e mesmo sobre sua liderança no movimento. Mas a repercussão do levante e a memória de sua execução pública o tornou um "mito" e passou à história brasileira como herói nacional e revolucionário em favor da liberdade e contra a tirania da gestão colonial portuguesa.

O episódio de 1720 é abordado por todos os historiadores brasileiros. Roberto Southey, em "História do Brasil", de 1862, lhe dedica três páginas. Em 1880, em "História da América Portuguesa", de Rocha Pita, é relatado com destaque para o suplício de Felipe dos Santos. O episódio, passou a ser relatado, especialmente pelos autores mineiros, como "momento importante na construção da nacionalidade" e de "exaltação da consciência de rebeldia perante o opressivo regime colonial", diz a historiadora Laura de Mello e Souza. Couto de Magalhães, em "Um episódio da história pátria – 1720", publicado em 1860, diz que "a



Provável rosto Felipe dos Santos. Fonte: www.uai.com.br

extinção das casas de fundição parece nada mais ser do que um pretexto. Havia já nessa luta uma aspiração muito pronunciada para a independência". Completo e atual relato da Rebelião de 1720, fatos e personagens, está em 'A revolta de Felipe dos Santos", de Alexandre Torres Fonseca ("História de Minas Gerais – as Minas setecentistas", 2007, organizadores: Maria Efigênia Lage de /Resende e Luiz Carlos Villalta). Relato igualmente detalhado encontramos em "Vila Rica de motins: a revolta de 1720 e a construção da política no espaço urbano", de Luciano Figueiredo, em "Poderes e lugares de Minas Gerais", de 2013.

Assumar permaneceu em Vila Rica até setembro de 1721, quando retornou a Portugal e responde a processo sobre os acontecimentos em Minas, sendo substituído pelo governador Lourenço de Almeida. A presença de Assumar se tornara difícil em função dos acontecimentos e as inimizades que despertara com a repressão aos sublevados. Permaneceu por vários anos em ostracismo até que, em 1744, foi nomeado vice-rei das Índias, onde ficou até 1751. Morreu em Cascais, Portugal, em 1756, em condições financeiras difíceis embora tenha prestado vários serviços à Coroa, como afirma em cartas ao rei, Dom João V.

Em cartas enviadas a amigos, Assumar demonstra consciência de que tinha agido com rigor mas procura explicar sua conduta dizendo que se viu obrigado a "proceder sumariamente ao castigo" dos líderes da insurreição, como o suplício público de Felipe dos Santos e a prisão de outros sediosos, mesmo alguns mais abastados, mineradores e comerciantes da região. Tentou justificar-se em cartas que enviou ao ouvidor de Vila Rica e ao governador da Capitania do Rio de Janeiro, Ayres Saldanha Albuquerque e Noronha. Na carta que envia ao ouvidor, a historiadora Heloisa Starling ("Ser republicano no Brasil – a história de uma tradição esquecida", 2018), faz uma "revelação bombástica: a pauta de reivindicações da Sedição de Vila Rica escondia um projeto de república. Tomava corpo entre os rebeldes de Vila Rica a auto percepção de que poderiam governar a si mesmos à sua própria maneira, escreveu Assumar, usando o termo república para nomear a engrenagem que assegurava a marcha da sedição".



Revolta de Felipe dos Santos retratada pelo pintor Antônio Parreiras. Ao fundo a capela do Bom Despacho em Cachoeira do Campo. Fonte Wikipédia

A Ayres Saldanha, após discorrer sobre a insurreição e justificar o rigor da repressão, Assumar afirma que "estava em preparação em Vila Rica um projeto de república, inspirado no modelo das cidades italianas, especialmente em Veneza, do final do século XV e início do século XVI". Escreveu Assumar que "segundo o que se vai averiguando, a república que os cabeças queriam formar de 24 pessoas era com o fim de se dar as mãos com esta cidade (Rio de Janeiro) e levantarem-se para fazerem porto franco aos estrangeiros para que el-rei os não castigasse evitando-lhe os portos do mar e o comércio". Adverte a historiadora que o conde, com o objetivo de defender-se, possa ter exagerado no uso do termo república que, à época, "dispunha de um coeficiente dinâmico e seu campo semântico se mantinha em pleno movimento nas circunstâncias da conjuntura política da colônia". Levanta ainda a hipótese de que a ideia de república podem ter surgido em Vila Rica nos primeiros anos do século XVIII, aportando "na região, graças à migração de colonos pernambucanos que debandaram para Minas". E que "alguns deles também deviam estar empenhadíssimos para tentar escapar do acerto de contas político e da repressão régia desencadeada pelo governador de Pernambuco, Felix Pacheco, em 1712, em represália às duas sedições civis que levantaram a Capitania, entre 1710 e 1711".

Atribui-se ao conde de Assumar o "Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720 – No fim do qual se expendem as razões que o Excelentíssimo Senhor Conde-General teve para proceder sumariamente ao castigo", publicado anos depois em Portugal. Texto anônimo mas várias circunstâncias e análises mostram que o texto teria sido elaborado a seis mãos, por Assumar e dois jesuítas que o acompanharam na estada em Minas, José Mascarenhas e Antônio Correia. Trata-se de uma peça política, de elaboração erudita, que procura explicar e justificar a repressão adotada pelo Conde contra os revoltosos de Vila Rica e Ribeirão do Carmo.

Em 1994, a historiadora Laura de Mello e Souza publica estudo crítico do Discurso na Coleção Mineiriana da Fundação João Pinheiro. O documento viera a público, anteriormente, por duas vezes, divulgado entre 5 e 19 de fevereiro de 1898 no "Minas Gerais", órgão da Imprensa Oficial de Minas Gerais, com comentários de José Pedro Xavier da Veiga, então diretor do Arquivo Público Mineiro em Ouro Preto e autor de "Efemérides Mineiras", preciosa fonte para a História de Minas. Xavier da Veiga revela que o documento fora adquirido em Lisboa, em 1895, durante leilão da biblioteca do conde Linhares, quando se tornou conhecido. O texto tem duas partes: a primeira descreve os episódios relativos ao Levante de Vila Rica e a execução de Felipe dos Santos e, o segundo, justifica a necessidade da execução, sem julgamento e procura explicá-la.

O "Discurso" é fonte de conhecimento de vários aspectos da vida colonial mineira nos primeiros momentos da ocupação territorial, constituindo, segundo Laura de Mello e Souza, um dos mais importantes documentos do século XVIII luso-brasileiro, matriz de todas as narrativas sobre o levante como também "para todos os que se interessam pelos aspectos políticos e sociais de nossa história". O "Discurso", longo e com elevada qualidade terminológica, também gerou muitas análises, estudos e controvérsias na literatura histórica brasileira.

Um trecho, em especial, sobre a Minas nascente e os mineiros, é amplamente lembrado e publicado: "Das minas e seus moradores bastava dizer (...) que é habitada de gente intratável, sem domicílio, e ainda que está em constante movimento, é menos inconstante do que os seus costumes: os dias nunca amanhecem serenos: o ar é um nublado perpétuo; tudo é frio naquele país, menos o vício, que está ardendo sempre. Eu, contudo, reparando com mais atenção na antiga e continuada sucessão de perturbações que nela se veem, acrescentarei que parece que a terra evapora tumultos; a água exala motins; o ouro toca desaforos; destilam liberdades os ares; vomitam insolências as nuvens; influem desordens os astros; o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza anda inquieta consigo e amotinada lá por dentro é como no inferno". Laura Mello e Souza conclui sua análise crítica dizendo que "se procure igualmente ver no Discurso, em vez de um 'libelo monstruoso', um interessante tratado político da época, manifestação peculiar de um universo que, como o luso-brasileiro, não foi pródigo em textos do gênero". Nasce a Capitania das Minas do Ouro como consequência destes tempos conflitivos e tempestuosos e que, em 2 de dezembro de 2020, completa 300 anos. Em favor de Assumar resta o reconhecimento de que "terá conseguido realizar a transição entre a anarquia iniciais das Minas e a consolidação da ordem", como diz Adriana Romero em "Anarquia e caos na origem das Minas Gerais", em "Poderes e lugares de Minas Gerais, de 2013". Enfim, estes acontecimentos convidam a uma reflexão histórica, analítica e crítica do tricentenário do surgimento de Minas Gerais como unidade territorial, política e administrativa. Organiza-se a gestão municipal e Minas torna-se pioneira, em vários aspectos, de uma sociedade predominantemente urbana.



03

O mineiro, das minas, montanhas e da fé

Entre os estudos relativos à formação de Minas Gerais, encontra-se comumente a indagação: O que é ser mineiro? Há um jeito de ser que é distinto ou próprio entre as pessoas que vivem em Minas? Esta indagação ainda persiste entre os estudiosos da História de Minas com relação aos grupos humanos e sua sociedade que, há pouco mais de trezentos anos, ocuparam pioneiramente o território central do Brasil-Colônia. A resposta ocupou mais a literatura dos que os estudos da antropologia. Mas ocorre, nos últimos 30 anos, o surgimento de uma historiografia, com visão ampliada sobre a trajetória mineira, estimulada pela vertiginosa expansão da pesquisa acadêmica, sob nova orientação científica e amparada nos modernos meios eletrônicos, com uma fecunda ênfase na História Social.

E que vem elaborando um conhecimento mais transversal e multisetorial da sociedade que se desenvolve logo após a fundação dos primeiros arraiais, nos últimos anos do século XVII. A História Colonial mineira, antes com enfoque factual, amparada nos fatos políticos e econômicos com visão impressionista, expande-se hoje para a vida social cotidiana, abrangendo o universo cultural e familiar e alcançando a vida privada. Nas últimas três décadas do século XX são muitas as publicações que conferem à História de Minas novas vertentes e dimensões elucidativas e enriquecedoras. Mas essa transversalidade não revoga, antes reforça em vários momentos, a tese, expressa por vários autores, que a busca interpretativa dos traços sociológicos e antropológicos encontrados em Minas e nos mineiros, ao longo do nosso percurso histórico, na Colônia, no Império e na República, alcançando os nossos dias, deve ser feita, precipuamente, no século XVIII e na sua primeira metade. Encontram-se, neste período, as raízes da formação social e da subcultura regional. É a "Minas geratriz", de Guimarães Rosa, representada pelas cidades históricas, surgidas das primeiras ocupações territoriais geradas pela busca do ouro e pedras preciosas. E ainda é possível encontrar, nos núcleos de formação histórica mais antiga, ou naqueles mais preservados e ainda um tanto imunes à massificação padronizadora, os traços da "velha Minas".

Em "Aí está Minas: a mineiridade", Guimarães Rosa detalha sua expressão: "Minas geratriz, a do ouro, que evoca e informa, e que lhe tinge o nome; a primeira a povoar-se e a ter nacional e universal presença, surgida dos arraiais de acampar dos bandeirantes e dos arruados de fixação do reinol, em capitania e província que, de golpe, no Setecentos, se proveu de gente vinda em multidão de todas as regiões vivas do país, mas que, por conta do ouro e dos diamantes, por prolongado tempo se ligou diretamente à Metrópole de além-mar, como que através de especial tubuladura, fluindo apartada do Brasil".

Rosa prossegue: "A que via geral se divulga e mais se refere é a Minas antiga, colonial, das comarcas mineradoras, toda na extensão da chamada Zona Mineralógica, a de montes de ferro, chão de ferro, água que mancha de ferrugem e rubro a lama e as pedras de córregos que dão ainda lembrança da forma mulher subterrânea que era a Mãe do Ouro, deparada nas grupiaras, datas, cavas, lavras, bocas de serra, à porta dessas velhas cidades feitas para e pelo ouro, por entre o trabeculado de morros, sob picos e atalaias, aos dias longos em nevoeiro e friagem, ao sopro de tramontanas hostis ou ante a fantasmagoria alva da corrubiana nas faces de soalheiro ou noruega, num âmbito que bem congrui com o peso de um legado severo, de lástimas avaliadas, grandes sinos, agonias, procissões, oratórios, pelourinhos, ladeiras, jacarandás, chafarizes realengos, irmandades, opas, letras e latim, retórica satírica, musas entrevistas, estagnadas ausências, música de flautas, poesia do reesvaziado — donde de tudo surge um hábito de irrealidade, hábito do passado, do mais longe, quase um espírito de ruínas, de paradas aventuras e problemas de conduta, um intimativo nostalgir-se, a melancolia que coerce, que vem de níveis profundos". E persistem os estereótipos do mineiro e da mineiridade, como "Minas é a alma do país", "Minas é o ponto de equilíbrio da República", "Minas é o centro". Ou, ainda, que os mineiros são conciliadores, discretos e espertos. O mineiro, sobre o que há ampla concordância, são montanheses e por isto, como é da natureza destas pessoas, é mais "fechado", mais "contido" mas também um tanto atrabiliário" ("Sentido e sentimento de Minas", João Paulo Cunha", 2018).

Com território de 588.384 km², divididos entre 853 municípios e cerca de 5 mil povoados, arraiais e distritos, resultantes da colonização nômade da mineração e a agropecuária, com população de 21.119 mil habitantes em 2020 (FJP/IBGE), Minas Gerais é um Estado mediterrâneo, com algumas barreiras naturais separando-o de outros Estados, como cadeias de montanhas – a Mantiqueira, ao sul, nas divisas de Minas com São Paulo e Rio, e o Caparaó, a leste, na divisa com o Espírito Santo. Ou os rios que nascem em suas terras altas, como o Grande e o Paranaíba, que fornecem os limites sul e norte do Triângulo Mineiro até que se juntam para formar o Paraná na ponta do Triângulo; o Carinhanha, que traça a fronteira com Goiás e Bahia, à esquerda do São Francisco, e os rios Verde Grande e o Verde Pequeno, à direita do São Francisco, completando a divisa com a Bahia. O São Francisco, que nasce na Serra da Canastra, no Triângulo, é o maior rio interior brasileiro e define a cultura e a geoeconomia de vasta região, especialmente o Norte de Minas. Sua bacia drena as águas de 40% do território mineiro e sua calha tem 1.135 km de extensão no Estado. Completam o grande potencial hídrico mineiro os rios Grande, Paranaíba, Doce e Jequitinhonha, drenando 80% das águas do Estado. Influências socioeconômicas e culturais diferenciais exercem o rio Jequitinhonha, que dá nome e cultura a toda uma imensa região e, em menores dimensões, o Urucuia, a nordeste, e o Doce, a leste. Esses elementos naturais definiram as fronteiras de Minas, em geral nas décadas finais do século XVIII, quando a fuga da mineração avança nas conquistas territoriais e amplia o mapa territorial mineiro.

Como espinha dorsal de Minas, a Serra do Espinhaço, nome que lhe deu o Barão de Eschwege em 1816, escarposa a oeste e ondulada a leste, corta centralmente todo o território do Estado e serve como elemento de ligação dos três principais biomas: o cerrado, no poente; as elevações cobertas pela Mata Atlântica, no nascente, e uma pequena extensão de caatingas, ao norte. No cerrado, a subcultura dos campos rupestres no Centro-sul, por sobre as terras ferruginosas e de quartzito. Cada um desses biomas tem sua fauna e flora, com ciclo próprio de vida, compondo a rica biodiversidade natural de Minas Gerais, propiciando ocorrências e paisagens singulares para o visitante interessado. Em 2005, a Unesco conferiu à Serra do Espinhaço, de Ouro Preto a Diamantina, o título de Reserva da Biosfera por sua especificidade geográfica e variedade de flora. Publicação da Fundação Biodiversitas, de 2005, apresenta um mapa síntese com um total de 112 áreas consideradas não só de alta prioridade para a conservação da biodiversidade de Minas, mas, por suas expressões temáticas, como raridade, importância biológica de fauna e flora, necessidade de preservação permanente, entre outras.

Centro geográfico do Brasil, Minas tem nesta condição natural, fatores importantes na definição da sua presença na História Nacional, conforme nos diz Nelson de Senna, na sua "Corografia do Estado de Minas Gerais": "Neste território, constituído por um conjunto de platôs, mais ou menos elevados e pelos quais se desenvolve uma série de vales amplos, com ondulações variáveis de terreno, do alto de cujos cimos e montanhas se descobre a mais bela e uniforme paisagem natural, está o centro geográfico do Brasil. Pois pelas vertentes a que pertencem os rios mineiros se liga o território de Minas aos Estados irmãos do extremo sul da República e às vizinhas nações platinas, através da bacia amplíssima do Paraná; e ao nordeste brasileiro, vinculando-nos até ao remoto Piauí, nos prende a vasta caudal do São Francisco – rio e vale essencialmente brasileiros – que corre

dos páramos da Cascata d'Anta no oeste mineiro, ao seu desaguadouro final da Barra do Penedo, em costa alagoana, enquanto que para beira-mar descem, para a costa fluminense e para os litorais capixaba e baiano, as águas do Pomba e do Paraibuna; e mais para o norte rolam as águas do Rio Doce, do Jequitinhonha e do Rio Pardo. Os elos graníticos e contínuos dos sistemas orográficos irradiam de Minas para os quatro pontos cardeais do país outros tantos braços de cadeias montanhosas que cimentam a fraternidade brasileira, na independência do meio físico em que vive a população mineira".

Tanto quanto o Espinhaço, a Serra da Mantiqueira tem papel fundamental na colonização e formação de Minas Gerais. Obstáculo vencido pelos bandeirantes, que já haviam ultrapassado a Serra do Mar, ela modelou os caminhos de penetração e de fixação, ao tempo da corrida pelo ouro. Com extensão de aproximadamente 500 km, dos quais 60% em Minas, a Mantiqueira (montanha que chora, em tupi-guarani, em razão das muitas águas que descem de suas formações rochosas) possui muitas terras altas, entre 1.200 e 2.800 metros de altitude, situando-se ao longo das divisas dos estados de Minas, São Paulo e Rio. Integra os ecossistemas da Mata Atlântica e da Mata da Araucária e possui várias unidades de conservação, como o Parque Nacional do Itatiaia e os parques estaduais da Serra do Brigadeiro, Serra do Papagaio e Campos do Jordão (SP). Nasce na região de Barbacena e inclina-se para o sudoeste até formar as fronteiras naturais com o Rio de Janeiro e São Paulo, até as imediações finais de Joanópolis (SP) e Extrema (MG), e, por fim, Bragança Paulista. Nas "terras altas da Mantiqueira" e suas vertentes, ao norte do maciço que adentra Minas Gerais, onde ocorreram as "chaminés vulcânicas", estão as fontes de águas minerais de Caxambu, São Lourenço, Passa-Quatro, Pouso Alto e Poços de Caldas. Duas cidades mineiras, na Mantiqueira, estão entre as mais elevadas do Brasil: Monte Verde, com 1.555,5 metros e Poços de Caldas, com 1.198 metros. Do Espinhaço e da Mantiqueira, surgem as águas que vão alimentar os principais rios que nascem em Minas e alcançam outros Estados. Topografia e biodiversidade, bem como a sua centralidade no mapa brasileiro, criando climas próprios em sítios privilegiados pela elevação e paisagem, com água abundante e fácil acesso, conferem à Mantiqueira a condição de excepcional propiciadora de atrações turísticas, sobretudo nas vertentes contemporâneas dessa atividade.

Variável também é a altitude das terras mineiras, outra característica diferenciada, a demonstrar a variada altimetria de seu território. Sua altitude varia de 79 metros, no município de Aimorés, a 2.890 metros, no Pico da Bandeira, na divisa com o Espírito Santo. As características geomorfológicas também integram a diversidade mineira: a chamada região cárstica, por exemplo, na qual se localiza Lagoa Santa, apresenta imensa variedade de sítios arqueológicos e paleontológicos, um ecossistema que precisa ser protegido. A variedade natural mineira apresenta, no entanto, enorme exigência de preservação. O desmatamento sem limites imperou por muitos anos. A extração de minério de ferro, a indústria siderúrgica, outras minerações, a exploração agropecuária, a exploração de madeiras naturais, causaram grande devastação, situação que começa a ser corrigida somente nos últimos anos, com legislação e fiscalização rigorosas. No final de 2009, o Instituto Estadual de Florestas era responsável por 205 áreas de proteção ambiental, representando 2 milhões de hectares sob regime de conservação.

Em razão de sua posição central no mapa brasileiro e de sua condição mediterrânea, fazendo fronteira com outros seis Estados, cada um exercendo constante pressão por atratividade e influência cultural e econômica, como também por seu elevado número de núcleos urbanos, além de uma variada natureza nos seus elementos geológicos, topográficos e geográficos, Minas Gerais apresenta grande diversidade cultural. Diz-se que, em qualquer direção, uma distância de 100 quilômetros representa mudança cultural, com alterações locais relativas ao patrimônio histórico e natural, como igualmente nos hábitos, nas festas populares e religiosas, na culinária e no artesanato. E ainda bastante singularidade, exemplaridade e, especialmente, autenticidade e originalidade nesses elementos. Eis a riqueza de Minas.

Além da herança física e geográfica, outros fatores contribuem para a singularidade dos elementos que confluem na formação da sociedade mineira, e que já são perceptíveis nas zonas de mineração, desde os seus primeiros momentos. Devemos, portanto, começar pela leitura desses primeiros tempos qualquer tentativa de caracterização da personalidade do mineiro, reconhecidamente distinta, no contexto brasileiro, e que se manifestará em vários momentos de sua trajetória histórica. Justifica-se, com este propósito, a abordagem abrangente e totalizadora que realizamos, embora sintética, da tricentenária História de Minas, alcançando até os nossos dias, de maneira a permitir avaliação mais consistente e ampla de prováveis singularidades dos mineiros, compatível com o propósito contextualizante deste trabalho e sua natureza turístico-cultural.

Estudiosos da História de Minas – e não só os pioneiros, que produziram obras fundamentais, embora de conteúdo mais ensaístico do que científico, mas, também, os mais recentes, sem o notório caráter apologético do passado — têm destacado a existência de um caráter regional, que é possível distinguir a partir de vários traços comuns, particularidades e características. A tese é que será essa personalidade peculiar, ao longo dos séculos subsequentes e através dos episódios em que vai se construindo a nacionalidade brasileira, que irá modelar atitudes próprias do mineiro. E não só nos fatos pertinentes à organização social e à conduta política, mas, também, na produção cultural.

Na História do Brasil, o século XVIII mineiro prepondera e constitui, com o Ciclo do Ouro, entre a cana-de-açúcar e o café, um período singular. O que ocorre nas minas difere do que ocorreria no resto da Colônia, assim como iria produzir um diferente modelo de sociedade, com tipologia humana própria. Não chega a quebrar a unidade política e cultural da Colônia, mas comparece, crescentemente, nas suas manifestações sociológicas e intelectuais posteriores, com traços distintos do povoamento litorâneo. No litoral, por ação governamental, a terra foi doada com nítido sentido de povoamento e domínio. Nas minas, a invasão foi espontânea, sob o fluxo apaixonado da expectativa de enriquecimento, com povoamento desordenado, aventureiro e marcado por conflitos de toda ordem.

Cunhou-se a expressão "mineiridade" — que Afonso Arinos chamou de "mineirismo" — para o conjunto desses traços da conduta e da personalidade dos mineiros, questão submetida, naturalmente, a controvérsias de caracterização ou, até mesmo, de consistência. Mais recentemente, sob o impacto de uma nova historiografia, que revela incursões desbravadoras procedentes do Norte de Minas, vindas da Bahia e Pernambuco, concomitantemente às bandeiras paulistas, e que percorreram os rios São Francisco e das

Velhas, criando "caminhos de povoamento", tem se exaltado o "mineiro das gerais", o geralista, criador de gado e sertanejo, como também "digno de história" e portador de traços singulares de personalidade, tanto quanto o homem da região da mineração. Esta região — nas duas margens do Rio São Francisco, da foz do Rio das Velhas, em Guaicuí (Rio das Velhas, em tupi-guarani) à foz do Carinhanha, a oeste, e do Verde Grande, a leste — por seu clima, topografia, fauna e flora, mais identificada com o sertão nordestino e mais ligada à Bahia, por isto chamada de "baianeira", ainda reivindica reconhecimento histórico e cívico. Matias Cardoso, ao norte, é hoje reconhecido como de povoamento antigo, por volta de 1680, e reivindica seu pioneirismo com data em que celebra sua fundação.

Sylvio de Vasconcellos, estudioso da alma mineira e do caráter regional, já coloca a condição binária de Minas logo na apresentação do seu "Mineiridade — Ensaio de caracterização". Diz que "pretende o presente ensaio despertar atenção para a possível especificidade de uma região brasileira, contida nos limites precisos da ocupação humana condicionada pelo ouro, não ampliada às fronteiras do território que se chamou Minas Gerais. Isto porque, ao que parece, as Minas diversificaram-se das Gerais, que se deitaram, posteriormente, pelos vales do Doce, do São Francisco e do Paraibuna, Rio Grande".

Reconhece-se, nos nossos dias, em todos os estudos e análises, que Minas Gerais "são muitas", com diferentes formações históricas, naturais e sociológicas, assim como são variados os territórios e suas economias e práticas culturais. Coexistem as Minas do pastoreio, a do café, do sertão, das estâncias climáticas, das montanhas, das cidades e regiões de intensa mineração, como também as que são temporárias, as regiões-épocas, dependentes dos cultivos agrícolas ou explorações não perenes. Não há a polarização dominante sobre um único centro de convergência. Há que se acrescentar que a condição mediterrânea de Minas Gerais e sua centralidade no mapa brasileiro estabelecem em todo o seu entorno territorial zonas ou regiões de confrontação, ou de passagem e dispersão cultural, tantos quantos são os Estados fronteiriços. John Wirth ("O fiel da balança — Minas Gerais na Federação brasileira — 1889-1937", de 1992), assim como vários outros historiadores mais recentes, que trataram da questão do regionalismo, reconhecendo uma identidade mineira diferenciada, afirma que a singularidade do Estado está na sua "fragmentação". E usou a expressão "mosaico mineiro", visto como um conjunto de partes, compostas por "diferentes atividades econômicas e por grupos políticos envolvidos em vários conflitos".

Assim, são muitos hoje os mineiros, nas diversas Minas Gerais, diferencialmente marcados por seu território, suas atividades de sobrevivência, sua formação e produção cultural, sob influência de outros Estados e centros urbanos, nas zonas de fronteira, em especial. Historicamente, no entanto, nos primeiros movimentos de ocupação, nos núcleos iniciais de colonização, dois tipos marcam sua fisionomia humana e cultural: o minerador, que se localizou nas zonas centrais do Estado, em busca do ouro e pedras preciosas, e o sertanista, este criador de gado, "catrumano", porque sempre anda a cavalo, "em quatro patas", expressão italiana usada por Auguste Saint-Hilaire em viagem ao Norte de Minas, em 1817. Ambos antigos e portadores, em algumas regiões, até hoje, de traços originais. Em síntese, a diversidade cultural e natural seria a principal característica de Minas. Por sua formação histórica, determinada por diferentes tipos de ocupação, como por sua variada

natureza, propiciando diferentes condições geográficas, Minas apresenta nessa diversidade uma condição diferencial. E que concretiza sua vocação cultural e turística, potencializada por ainda encontrarmos, em várias regiões e sociedades, heranças genuínas e originais dos primitivos tempos, com autênticas tradições setecentistas.

O "Movimento Catrumano" ganha voz e apoios fortes no Norte de Minas e expressa muito bem o que a diversidade de formação gera de ambiguidades e incompreensões. Na sua tese "Mineiros e baianeiros — Englobamento, exclusão e resistência (UnB, 2006)", João Batista de Almeida Costa, da Unimontes, diz que sua pesquisa visa "compreender a ambiguidade vivida pelos norte-mineiros perante o fato de serem, ao mesmo tempo, incluídos com valor negativo na mineiridade e dela excluídos, como também os meios que mobilizam para resistir à imagem totalizadora de Minas Gerais que inviabiliza sua especificidade cultural e identitária. A dor é também sentida pelos mineiros perante a erosão dessa imagem, assentada nas virtudes da civilização gerada na região montanhosa do Estado, quando da exploração do ouro". E conclui: "O diálogo interior de baianeiros e mineiros desvela, para além do discurso e das práticas hegemônicas, os paradoxos e principalmente o inevitável duplo vínculo existente entre eles, sustentado pelo desejo do baianeiro de ser mineiro e pelo medo que o mineiro tem de ser baianeiro".

Guimarães Rosa, mais uma vez, no seu "Aí está Minas: a mineiridade", retrata essa visão de Minas, das "tantas Minas": "Seu orbe é uma pequena síntese, uma encruzilhada; pois Minas Gerais é muitas. São, pelo menos, várias Minas." E descreve: "É a Mata, cismontana, molhada ainda de marinhos ventos, agrícola ou madeireira, espessamente fértil. É o Sul, cafeeiro, assentado na terra-roxa de declives ou em colinas que europeias se arrumam, quem sabe uma das mais tranquilas jurisdições da felicidade deste mundo. É o Triângulo, saliente avançado, recorte, franco. É o Oeste, calado e curto nos modos, mas fazendeiro e político, abastado de habilidades. É o Norte, sertanejo, quente, pastoril, um tanto baiano em trechos, ora nordestino na intratabilidade da caatinga, e recebendo em si o Polígono das Secas. É o centro corográfico, do vale do Rio das Velhas, ameno, claro, aberto à alegria de todas as vozes novas. É o Noroeste, dos chapadões, dos campos-gerais que se emendam com os de Goiás e da Bahia esquerda, e vão até ao Piauí e ao Maranhão, ondeantes".

No caldeamento dessas variáveis, do meio natural, da história, da sociologia, se forma o mineiro, que Rosa classificou com os seguintes caracteres: "Acanhado, afável, amante da liberdade, idem da ordem, antirromântico, benevolente, bondoso, comedido, canhestro, cumpridor, cordato, desconfiado, disciplinado, discreto, escrupuloso, econômico, engraçado, equilibrado, fiel, fleumático, grato, hospitaleiro, harmonioso, honrado, inteligente, irônico, justo, leal, lento, morigerado, meditativo, modesto, moroso, obstinado, oportunidade (dotado do senso de), otário, prudente, paciente, plástico, pachorrento, probo, precavido, pão-duro, perseverante, perspicaz, quieto, recatado, respeitador, rotineiro, roceiro, secretivo, simplório, sisudo, sensato, sem nenhuma pressa, sagaz, sonso, sóbrio, trabalhador, tribal, taciturno, tímido, utilitário, virtuoso". E ainda é possível encontrar essa "mineiridade", às vezes alterada pelo natural esgarçamento provocado pelo tempo, mas ainda em meio ao enleio e o imaginário farto e saudoso do mineiro sonhador, especialmente do interior.

Entre os muitos ensaios de caracterização do mineiro, sobressai-se "Voz de Minas", de 1945, Alceu Amoroso Lima. Realiza profunda análise da "alma mineira" e aponta vários traços da sua personalidade, certamente mais nítidas ao seu tempo, nos meados do século XX. Diz ele que "o mineiro é antes de tudo um sóbrio. Sóbrio no comer, no vestir e no falar. Sóbrio no modo de sentir e de viver". E prossegue: "Há uma grande medida, sempre natural e nunca forçada, no modo de sentir e de pensar do povo montanhês. Raramente se deixa arrastar por grandes entusiasmos. Suas paixões são arrebatadas e instantâneas. Antes recalcadas e tenazes. Essa sobriedade não é uma mutilação. Não é disciplina imposta. Não é nada de acrescentado e muito menos dissimulado. É algo de absolutamente nativo".

A descoberta de ouro e prata no México e, especialmente, no Peru, que se tornou sede do vice-reinado espanhol nas Américas, sediado em Lima, sempre foi motivo de indagação comparativa de Portugal, surpreso por não encontrar, no Brasil, iguais riquezas no mesmo meridiano. No México, a exploração das minas de prata de Tasco, Zultepeque e Pachuca, e, no Peru, de Porco, Carangas, Andacava, Oruro e Chaquiapu, geraram riquezas imensas para os espanhóis. Em 1545, nas Cordilheiras do Alto Peru, foram descobertas as famosas minas de prata de Cerro Rico de Potosí, ativas até por volta de 1800, com grande renome na Europa pelo que produziram de riqueza para a nação espanhola. Muitos mitos, sonhos com uma terra distante, originários da América espanhola, falavam da existência de um Eldorado, reluzente de ouro e prata, nas terras interiores da Colônia, alimentavam o imaginário e a cobiça dos portugueses, entre eles o que dava notícia da existência de uma serra "resplandescente" ou de uma Lagoa Dourada ou do Vupabuçu, nas terras situadas a oeste. Mas, mesmo assim, as expedições pioneiras não lograram encontrar essas riquezas.

As primeiras notícias da existência de ouro no Brasil, no território mineiro, ocorrem em momento de grande dificuldade para Portugal, vivendo crise econômica e financeira, em decorrência ainda da Guerra da Restauração, em que se libertava do domínio espanhol (1580 a 1640), a chamada União Ibérica, e só efetivamente concluída em 1668, com o reconhecimento, pela Espanha, da independência portuguesa. Além disto, Portugal perdera a exclusividade dos mercados do Oriente para a Inglaterra e a Holanda.

Por sua vez, os franceses, que não reconheciam o Tratado de Tordesilhas, criaram, em 1555, a França Antártica no Rio de Janeiro, e edificaram, na Ilha Sergipe, o Forte Coligny. Em 1612, invadiram o Maranhão e ali fundaram a França Equinocial, sob a liderança de Daniel de La Touche. E, por duas vezes, em 1711, tentaram se estabelecer no Rio de Janeiro. Os holandeses se estabeleceram no Nordeste, na Bahia e em Pernambuco, de 1624 a 1640, exigindo grande esforço para sua expulsão. O comércio de pau-brasil e a exportação de açúcar, mercadoria de alto valor produzida nos canaviais de Pernambuco, concentraram também, em grande parte, a atenção e os esforços da administração colonial nos primeiros 150 anos. Mas, no caso do açúcar, já se encontrava reduzido o seu comércio, pela dificuldade do transporte e pela concorrência. De outro lado, Portugal já conhecia o valor do ouro, extremamente valorizado na Europa, extraído de suas colônias na África Ocidental.

Explorar melhor a colônia brasileira, ocupá-la (e não só na sua extensa costa), tornou-se uma estratégica necessidade e motivou determinações e apoios a expedições que se aventurassem pelas terras interiores. Até então, passados quase dois séculos de presença portuguesa, ela se fazia quase que unicamente pela costa brasileira, donde o território das

minas vai inaugurar efetivamente a penetração e conquista do até então desconhecido interior. Frei Vicente do Salvador, autor de "História do Brasil – 1500 a 1627", chamou a presença dos portugueses de "carangueja" por manterem-se, até então, somente na praia.

Até 1650, século e meio após a chegada lusitana ao Brasil, seu domínio territorial não passava de uma estreita faixa de terra ao longo da imensa costa. O núcleo urbano mais afastado era São Paulo, cidade fundada em 25 de janeiro de 1554, próxima ao pioneiro arraial de São Vicente, no Planalto do Piratininga, que havia sido iniciado em 1532 por Martim Afonso de Souza.

O Tratado de Tordesilhas, entre Portugal e Espanha, assinado a 7 de junho de 1494 por Dom João II e os Reis Católicos espanhóis, destinado a separar as possessões portuguesas a oriente e as espanholas, a ocidente, era uma linha imaginária, jamais traçada com exatidão, mas acabou sendo um obstáculo também imaginário à penetração territorial. Em 1534, Dom João III, rei de Portugal, cria as Capitanias Hereditárias, que pouco renderam, levando a Coroa a nomear, em 1545, um governador-geral do Brasil, Tomé de Souza, que instala seu governo na Vila Velha, origem da cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, iniciada em 1537 pelo seu primeiro donatário, Francisco Pereira Coutinho. A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro só será fundada em 20 de janeiro de 1556, por Estácio de Sá. Todo o vasto interior do Brasil permanecia desconhecido e não oferecia facilidades a expedições. Ao sul e sudeste, duas barreiras eram obstáculos imensos à penetração: a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira, de difícil transposição.

O atual território de Minas Gerais integrava as Capitanias de Porto Seguro, Ilhéus, Espírito Santo, Paraíba do Sul e São Vicente, enquanto uma parte do Triângulo Mineiro situava-se além da linha de Tordesilhas que, se tivesse prevalecido, faria desta região mineira uma possessão espanhola.

Em 1671, segundo menciona Affonso de Escragnole Taunay, o então governador-geral, visconde de Barbacena, baixa instruções recomendando o apoio a quaisquer iniciativas que visem à descoberta "de minas de ouro, prata e pedras". Abre-se, com essas instruções, o chamado "ciclo bandeirante". A partir daí, existem relatos de vários historiadores, a maioria de origem paulista, dando conta de um grande número de expedições que adentraram o território e teriam alcançado a região mineira. Mas sem descobrir ouro ou deixar colonos. A mais significativa dessas expedições foi a de André de Leão, realizada em 1601, que seguiu o curso do Paraíba do Sul até a entrada da Mantiqueira, pela Garganta do Embaú, relatando ter atingido as nascentes do Rio São Francisco e do Paraopeba. Não encontrou as sonhadas minas de prata ou de ouro, motivação principal da entrada. André de Leão retornou a São Paulo em abril de 1602 e sua viagem foi relatada pelo mineralogista holandês Wilhelm Jost Glimmer, participante da expedição, conforme a "História natural do Brasil", publicada em Amsterdã, em 1648, por George Marcgraff. O geólogo americano Orville Adalbert Derby, fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1895, por inspiração de Dom Pedro II e, atendendo indicação do historiador Capistrano de Abreu, realizou pormenorizada conferência no Instituto sobre esta expedição, concluindo ter ela seguido caminho que, mais tarde, seria mais ou menos o trilhado por Fernão Dias Pais. Outra expedição teria sido a de Lourenço Castanho Taques, em 1657, conforme citado por Basílio de Magalhães no seu "Expansão do Brasil Colonial". O autor atribui a esta expedição o mérito de ser a primeira a entrar no "Sertão dos Cataguás".

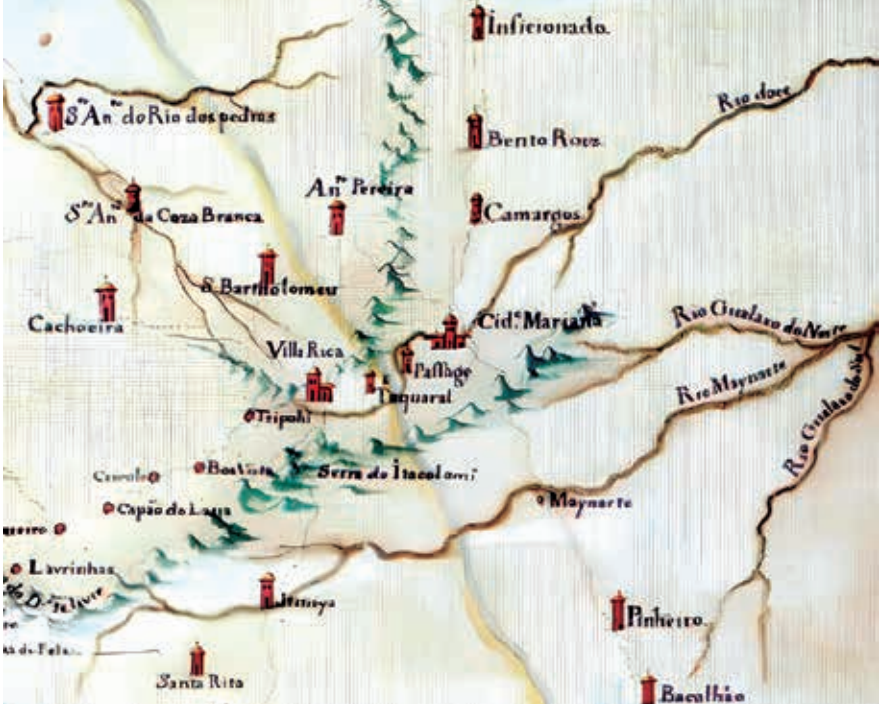


Mapa Tratado de Tordesilhas . Fonte: www.historia-brasil.com

O início efetivo de um povoamento mais extensivo do território das minas só se dará com a bandeira do potentado paulista Fernão Dias Pais, que parte de São Paulo em julho de 1674. Sua excursão é iniciativa planejada, incentivada e financiada parcialmente pela Coroa. Aproveitava-se a sua grande experiência de sertanista, um homem já de 66 anos ao iniciar a expedição, pois teria nascido em 1608. Várias entradas anteriores, em diferentes épocas e territórios, foram incentivadas, mas não produziram descobertas encorajadoras de fluxos migratórios. A bandeira seguiu trajeto ainda hoje em discussão por quase todos os historiadores. Passou por Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá, venceu a Serra do Mar pela famosa "Garganta do Embaú", ou por Atibaia, alcançou as "terras altas" da Mantiqueira, entrou em Minas por Passa Quatro, passando por Pouso Alto, Baependi (pouso bom ou alegre, em tupi-guarani) e Cruzília, atravessou os rios Verde e Grande e atingiu Ibituruna (serra negra, em tupi-guarani), possivelmente o primeiro arraial de Minas, segundo a maioria dos historiadores. Neste instante, já estava próximo do Rio das Mortes e da região onde mais tarde se fundaria São João del-Rei e São José del-Rei, hoje Tiradentes, e demais cidades integrantes da futura Comarca do Rio das Mortes (o nome decorre, segundo a versão mais usual, das constantes mortes causadas pelos intensos conflitos entre colonizadores indígenas da região). De Ibituruna (serra negra), onde teria permanecido por seis meses (Diogo de Vasconcelos afirma tratar-se do primeiro povoado de Minas Gerais), alcançou Lagoa Dourada e, em seguida, a região de São Pedro do Paraopeba (rio do peixe chato, em tupi-guarani), hoje Vargem de Santana, município de Belo Vale, às margens do Rio Paraopeba, e que também reivindica a primazia entre as cidades mineiras. A bandeira cruzou a Serra da Moeda, chegou às imediações de Betim e Lagoa Santa e estacionou na Quinta do Sumidouro, pequena localidade às margens do Rio das Velhas, pertencente ao distrito de Fidalgo, hoje município de Pedro Leopoldo. Fernão Dias Pais teria morrido aí, na Quinta do Sumidouro, onde morou, ou então quando tentava retornar a São Paulo, em 1681, fato que a historiografia não elucida. Há notícias de que seu filho, Garcia Rodrigues Pais, teria levado seu corpo de volta a São Paulo.

Publicações mais recentes veem na bandeira de Fernão Dias Pais "uma empresa", denominação mais apropriada para seus interesses, sua constituição e seu financiamento, mas, e sobretudo, pelo estímulo público a essa iniciativa de alto interesse da administração colonial portuguesa, qual seja o desbravamento do interior brasileiro e a busca do ouro e pedras preciosas. Várias cartas de Dom Pedro, príncipe regente de Portugal, estimulavam os paulistas a realizar incursões em busca de riquezas minerais. Entre 1672 e 1764, tempo de planejamento da "empresa", o governador-geral Afonso Furtado de Castro Rio de Mendonça enviou ao sertanista Fernão Dias Pais várias correspondências, louvando a missão e prometendo honras e mercês se conseguisse seu intento, que era, como primeiro objetivo, descobrir as minas de prata e de ouro do "Sabarabuçu" e a Serra das Esmeraldas, ao norte. O termo "Sabarabuçu" designava amplo território e não só a região do Rio das Velhas. A 30 de outubro de 1672 foi concedida a Fernão a patente de governador de toda a gente que fosse com ele e dos novos territórios, o que demonstra a preparação bem antecipada de sua bandeira.

Fernão Dias nunca encontrou as esmeraldas, mas há a hipótese atual de que a região próxima ao Rio Piracicaba, entre Nova Era e Itabira, onde foram descobertos a partir de 1974 vários e ricos veios de esmeraldas, poderia ser a tão procurada mina do Sabarabuçu.



Mapa Termo de Vila Rica. Fonte: Wikimedia

De Nova Era até Teófilo Ottoni, situa-se uma dos maiores veios pigmatíticos do mundo, fazendo até hoje desta região uma das maiores produtoras de pedras preciosas.

Na sua obra "A grande vida de Fernão Dias Pais", Affonso de Escragnolle Taunay transcreve documentos que conferem ao bandeirante Matias Cardoso a precedência na entrada em território mineiro, com a missão de facilitar o trabalho de Fernão Dias, indicando caminhos, descobrindo trilhas indígenas e fazendo roças. Matias Cardoso teria sido o primeiro a alcançar Ibituruna e, assim, seu real fundador, ao estabelecer ali uma feitoria, em 1672. A 20 de julho de 1674, véspera da partida, Fernão Dias escreve carta em que diz que viajará com "quarenta homens brancos, afora eu e meu filho, e súditos meus brancos, e tenho quatro tropas só de moços meus com toda a carga de mais importância no serro onde está o capitão Matias Cardoso, esperando por mim, o qual me mandou pedir gente escoteira com pólvora e chumbo".

A bandeira de Fernão Dias, ou ramificações da sua expedição, que se tornou fundadora de várias cidades mineiras, partiu do Sumidouro para o Norte, passando pela Serra do Cipó e alcançando as regiões do Serro Frio, (atual Serro), Itamarandiba e Itacambira, sempre em busca da famosa Serra das Esmeraldas, lenda que sempre povoou a mente dos bandeirantes. Os trajetos finais, a presença de expedições complementares desbravando novos territórios, a fundação de arraiais, os fatos ocorridos no arraial do Sumidouro, onde teria enfrentado motins, obrigando-o a enforcar o próprio filho natural rebelado (o mameluco José Dias Pais), a conduta de Manoel de Borba Gato (genro de Fernão Dias) e os territórios por onde andou, e de vários sertanistas da comitiva, são fatos obscuros e controversos. A presença e a extensão dos territórios percorridos por Borba Gato é um dos capítulos em discussão, a começar pelo assassinato de Rodrigo Castelo Branco. Castelhano de nascimento, perito em mineração, com experiência adquirida em viagem ao Peru, tornou-se emissário de Dom Pedro ao Brasil com a missão de pesquisar minas de ouro, prata ou pedras preciosas. Com o título de superintendente-geral das novas regiões, deixou São Paulo em 1681 em busca de notícias da expedição de Fernão Dias Pais, trazendo consigo Matias

Cardoso, que havia estado na bandeira pioneira e que retornara a São Paulo. Não se entendendo sobre o comando e o destino do que restava da bandeira, Rodrigo Castelo Branco teria sido morto em 1682, ao lado do Sumidouro, no arraial que hoje se chamada Fidalgo, por Martinho Dias, subordinado de Borba Gato, que passou à história como coautor do assassinato.

O crime determinou a fuga de Borba Gato e dos restantes da bandeira, que espalharam-se pela região, alguns subindo o Rio das Velhas e fixando-se, mais tarde, na região do Sabarabuçu, em Roças Grandes e Sabará, fundadas, portanto, por volta de 1682 a 1684, e onde se descobriram várias minas de ouro. Datam desta época também os primeiros povoados que dariam origem a Lagoa Santa, Sete Lagoas, Santa Luzia, Caeté, Morro Vermelho e outros lugarejos próximos. Borba Gato viajou para outras regiões, inclusive o Centro-norte, na região de Guanhães, mas acabou anistiado e orientou novas expedições, recebendo honrarias e missões do governo colonial, inclusive a de superintendente da região das minas, vindo a ter papel de destaque nos primeiros anos do século XVIII. Sabará é, portanto, um dos primeiros núcleos urbanos de Minas, quase duas décadas antes do efetivo povoamento das cabeceiras do Rio das Velhas, Mariana e Ouro Preto.

Tão logo desbravado e conhecido o "Caminho do Sertão" ou da Bahia, vindo pelos rios São Francisco e das Velhas, Sabará tornou-se o primeiro e maior núcleo urbano da Capitania. E o foi não só pelo ouro farto, mas por ser o entroncamento para o comércio de víveres e gado, vindos da Bahia e região norte, destinados a abastecer o território das minas, inadequado para a produção de "mantimentos". De Sabará, originaram-se vários outros povoados nas regiões próximas, na medida em que iam sendo descobertas novas minas, fosse ao norte ou ao sul, ou em direção às nascentes do Rio das Velhas, na Serra do Ouro Preto. Entre eles, Nova Lima (chamou-se inicialmente Congonhas de Sabará e, em 1891, Vila Nova de Lima, em homenagem ao seu ilustre filho Augusto de Lima, governador do Estado), Raposos, Rio Acima e outros. É amplo o reconhecimento, por todos os autores e estudiosos dos primórdios de Minas, que a bandeira de Fernão Dias, e várias expedições que gerou, deixaram muitas feitorias e povoados. Sua expedição uniu o litoral à Mantiqueira, ao Rio das Velhas e ao Nordeste mineiro e indicou o primeiro caminho de penetração, denominado inicialmente como "Caminho dos Paulistas" e, depois, "Caminho Velho", já com trajeto alterado, usado por vários outros sertanistas, nos anos finais do século XVII.

Fernão Dias é considerado o fundador de Minas Gerais e a História de Minas, concordam os historiadores, começa efetivamente em 1674. Será com base nas suas orientações e informações que irá desencadear-se, poucos anos mais tarde, a corrida pelo ouro, que ocupará de maneira ampla e definitiva o território mineiro. É por Minas, portanto, que se inicia a presença portuguesa no território interior da colônia, até então desconhecido. Mas a descoberta do ouro, em larga escala, só ocorrerá entre 1696 e 1704, conforme opinião da maioria dos historiadores, sem que se possa definir, com precisão, data e local do primeiro achado.

As descobertas se darão nas jazidas auríferas encontradas ao longo da Serra do Espinhaço, a mais antiga formação geológica mineira e, de maneira concentrada, nos percursos iniciais do Rio das Velhas, que nasce na região denominada Cachoeira das Andorinhas, em Ouro Preto, hoje área de proteção ambiental. Os achados logo se estendem aos ribeirões afluentes, pertencentes à Bacia do Rio São Francisco, de um lado da Serra, e às cabeceiras dos rios



Fernão Dias, considerado o fundador de Minas Gerais (1674). Será com base nas suas orientações e informações que irá desencadear-se, poucos anos mais tarde, a corrida pelo ouro. Pintura "Morte de Fernão Dias" de Antônio Parreiras. Fonte: Wikipédia.

Paraopeba e Doce, de outro. Os primeiros exploradores atingem os leitos do Rio Piranga e do Ribeirão do Carmo, que se juntam com os rios Gualaxo de Cima e Gualaxo de Baixo e o Piracicaba, formando o Rio Doce, regiões também auríferas e que logo receberão vários povoados. Seja em direção à Serra do Caraça, passando por Camargos, Bento Rodrigues, Inficcionado (Santa Rita Durão), Catas Altas, Brumal, Santa Bárbara e Barão de Cocais, estes últimos alcançados também pelos que vinham de Sabará ou Caeté, ou em direção ao sul, onde serão plantadas as sementes iniciais de vários arraiais mineradores, nas regiões próximas que vão de Mariana a Ponte Nova, passando por Diogo Vasconcelos, Acaiaca e Barra Longa e vários lugarejos, hoje distritos de Mariana. Outra direção de ocupação, também a partir de Mariana, levava até Rio Piracicaba e João Monlevade, passando por Rio Doce, Dom Silvério (antiga Saúde) e Alvinópolis (antiga Paulo Moreira).

Os textos históricos mais antigos, como já dito, confirmam tentativas de entradas no Norte de Minas, chegando a alcançar o médio Rio São Francisco, vindas de Salvador, capital brasileira até 1763 e centro urbano mais populoso do Brasil. Mas revelam também a presença de bandeirantes paulistas, dividindo a conquista territorial. Povoada a região das minas, tornada objeto da cobiça portuguesa, opera-se a mudança da capital da colônia para o Rio de Janeiro, mais próximo da exploração aurífera, que já exigia maior controle e presença governamental. A História do Brasil registra as entradas pioneiras de Francisco Espinosa e Aspicuelta Navarro, em 1554, de Sebastião Fernandes Tourinho, em 1573, de Antônio Dias Adorno, em 1574, vindos do Norte, e de Marcos de Azevedo, em 1611, que teria alcançado o território mineiro pelo Rio Doce e descoberto as primeiras esmeraldas. Outras entradas ocorreram também por São Paulo na primeira metade do século XVII, mas sem deixar povoados ou relatos de descobertas, conforme relatos bastante imprecisos.

Cidades como Matias Cardoso, cuja igreja matriz mostra a data de 1674, Grão-Mogol, Espinosa, Manga, São Francisco, Pedras de Maria da Cruz, São Romão, Januária, Janaúba e Montes Claros tiveram origens em incursões muito antigas, a partir de 1670 e até os anos finais do século XVII. O arraial de Matias Cardoso, inicialmente chamado Morrinhos (a localização primitiva é incerta), fundado pelo bandeirante paulista que teria retornado à região ainda como integrante da bandeira de Fernão Dias Pais, foi ponto de passagem e reabastecimento para todas as caravanas entre o Norte e o Sul, especialmente as vindas da Bahia, pelo Rio São Francisco. Sua antiguidade é reconhecida e amplamente citada nos documentos mais antigos. Dele partiu o movimento colonizador em direção à foz do Rio das Velhas, em Guaicuí, hoje do município de Várzea das Palmas, e em direção ao vale do Rio Verde Grande, a leste. Bandeirantes paulistas como Matias Cardoso, Januário Cardoso e Antônio Gonçalves Figueira, este fundador de Montes Claros, tiveram papel de destaque na colonização dessas regiões e como fundadores de várias cidades. Figueira, cunhado de Matias Cardoso, integrou a bandeira de Fernão Dias Pais, esteve na Bahia e no Ceará, no combate aos índios e, em 1694, fixou-se no médio São Francisco e percorreu os sertões dos rios Pardo e Verde. Fundou três fazendas, entre elas a chamada Montes Claros. Neste local, bem mais tarde, por volta de 1764, implantou-se, no entorno de igreja, o primitivo Arraial das Formigas, mais tarde Montes Claros, que cresceu com a criação de gado, que abastecia Pitangui, e a extração de salitre. O movimento "Catrumano", que trata da recuperação da primazia e da importância histórica do Norte de Minas, reivindica para Matias Cardoso a primazia histórica entre as cidades de Minas.

Pelo menos duas décadas antes do século XVIII, já se tinha notícia de currais e fazendas, com criação de gado, estabelecidas ao longo do São Francisco, alcançando a foz do Rio das Velhas, em Guaicuí, e que viriam a ter papel fundamental no abastecimento da região das minas, quase toda inadequada, pela geologia e topografia, para a agricultura e a pecuária. "Muito antes do descobrimento das minas, sabia-se que nas ribeiras do Rio das Velhas e do São Francisco havia mais de cem famílias paulistas entregues à criação de gado" (Capistrano de Abreu, "Capítulos de História Colonial"). Esses paulistas tinham ido para a Bahia e Pernambuco, contratados pelo governo colonial baiano, para lutar contra índios rebelados, no que tinham experiência. O "Caminho do São Francisco", "Caminho Geral do Sertão ou da Bahia", tornou-se uma grande via de penetração no território mineiro, interligando as cidades baianas e pernambucanas com a região do Sabarabuçu (Sabará), da qual se tem notícia, junto com o arraial de Roças Grandes, desde 1684, como já se disse, atribuindo-se sua fundação a Borba Gato ou à sua gente, dispersos após o crime do Sumidouro.

Inovadora, conferindo à região a primazia histórica nem sempre reconhecida, é a pesquisa histórica de Márcio Santos, "Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco — Povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734", concluída em 2006 e que acrescenta informações reveladoras sobre a ocupação do Norte de Minas e do Vale do São Francisco, ainda muito pouco estudada. Para Márcio Santos, estas regiões foram pioneiramente percorridas por paulistas. Persistem, no entanto, divergências de opinião entre historiadores ilustres quanto à predominância de paulistas ou de baianos na região. Expedições vindas da Bahia, quando já conhecido o caminho do Rio São Francisco, já

teriam encontrado várias fazendas de gado de paulistas. É significativo lembrar que as terras à esquerda do Rio São Francisco pertenciam a Pernambuco, enquanto as terras à direita do grande rio, até a barra do Rio das Velhas, em Guaicuí, pertenciam à Bahia, condição que gerou discussões entre os governadores coloniais destas capitanias até a terceira década do século XVIII. Há vários registros de desavenças quanto à vigência e extensão territorial de seus atos administrativos.

Já na passagem para o século XVIII o trânsito torna-se intenso neste caminho, o qual serviu, nos primeiros tempos, como via de emigração em direção à região das minas, a ponto de Ordem Régia, de 1701, seguida pela publicação de um Regimento Especial para a Região das Minas, em 1702, estabelecerem proibição total de acesso de pessoas e mercadorias da Bahia e de Pernambuco para as minas. Esse Regimento das Minas, que durou até o final do século XVIII, com as mudanças introduzidas, disciplinava toda a atividade de extração do ouro e, especialmente, tratava da cobrança do quinto para a Coroa portuguesa. As proibições não foram suficientes para impedir que o caminho se tornasse, em todo o período da mineração, a principal via de escoamento de ouro contrabandeado, em razão da dificuldade de fiscalização. A única exceção foi concedida para o comércio de gado, destinado ao abastecimento das regiões mineradoras, em especial para os núcleos urbanos pioneiros que se formaram em torno de Sabará, como Santa Luzia, Lagoa Santa, Caeté, Morro Vermelho e os que se situavam nos dois caminhos principais para Vila Rica e Ribeirão do Carmo (Mariana): de um lado, o caminho que passava por Raposos, Nova Lima, Honório Bicalho, Rio Acima, Acuruí, Ana de Sá, atravessando o Rio das Velhas, o povoado de Soares, Casa Branca (hoje Glaura), São Bartolomeu e Cachoeira do Campo, alcançando-se Vila Rica por estrada elevada, no cume da serra, passando pelo chafariz de Dom Rodrigo (ainda íntegro, implantado pelo governador Dom Rodrigo José de Menezes, em 1786), pequena localidade denominada Chapéu de Sol, ruínas do Curral de Pedra e entrando na cidade pelo Passa-Dez ou pelos atuais bairros do Veloso e São Cristóvão. Neste trecho, ainda são várias as reminiscências desse antigo caminho, embora hoje existam muitas variantes.

De outro, deixava-se Sabará em direção a Morro Vermelho, passando por Caeté, alcançando o povoado de Cocais e seguindo para Barão de Cocais (antigo Presídio de São João Batista do Morro Grande), Santa Bárbara, Brumal, Catas Altas, Inficcionado (Santa Rita Durão), Bento Rodrigues e Camargos, chegando a Ribeirão do Carmo. Este último trajeto fazia a ligação com o "Caminho dos Diamantes", braço ao norte da Estrada Real, ligando Barão de Cocais com Itabira, Bom Jesus do Amparo, Ipoema, Senhora do Carmo, atravessando a Serra do Cipó, Morro do Pilar, Conceição do Mato Dentro, Córregos, Santo Antônio do Norte, Itapanhoacanga, Alvorada de Minas, Serro, Três Barras, Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras, Vau, Diamantina e Minas Novas.

De 1674 e até os últimos anos do século XVII, a primeira via de penetração conhecida e bastante utilizada é o trajeto seguido pela bandeira de Fernão Dias Pais, que liga as povoações paulistas à região do Rio das Velhas. Esse trajeto, já no território mineiro, com variações adaptativas, será o chamado Caminho Velho, de 823 quilômetros, consolidado nos últimos anos do século XVII, partindo de Parati, porto de embarque do ouro mineiro para Portugal, passando por Cunha, Guaratinguetá e Lorena, em São Paulo e, em Minas, por Passa Quatro

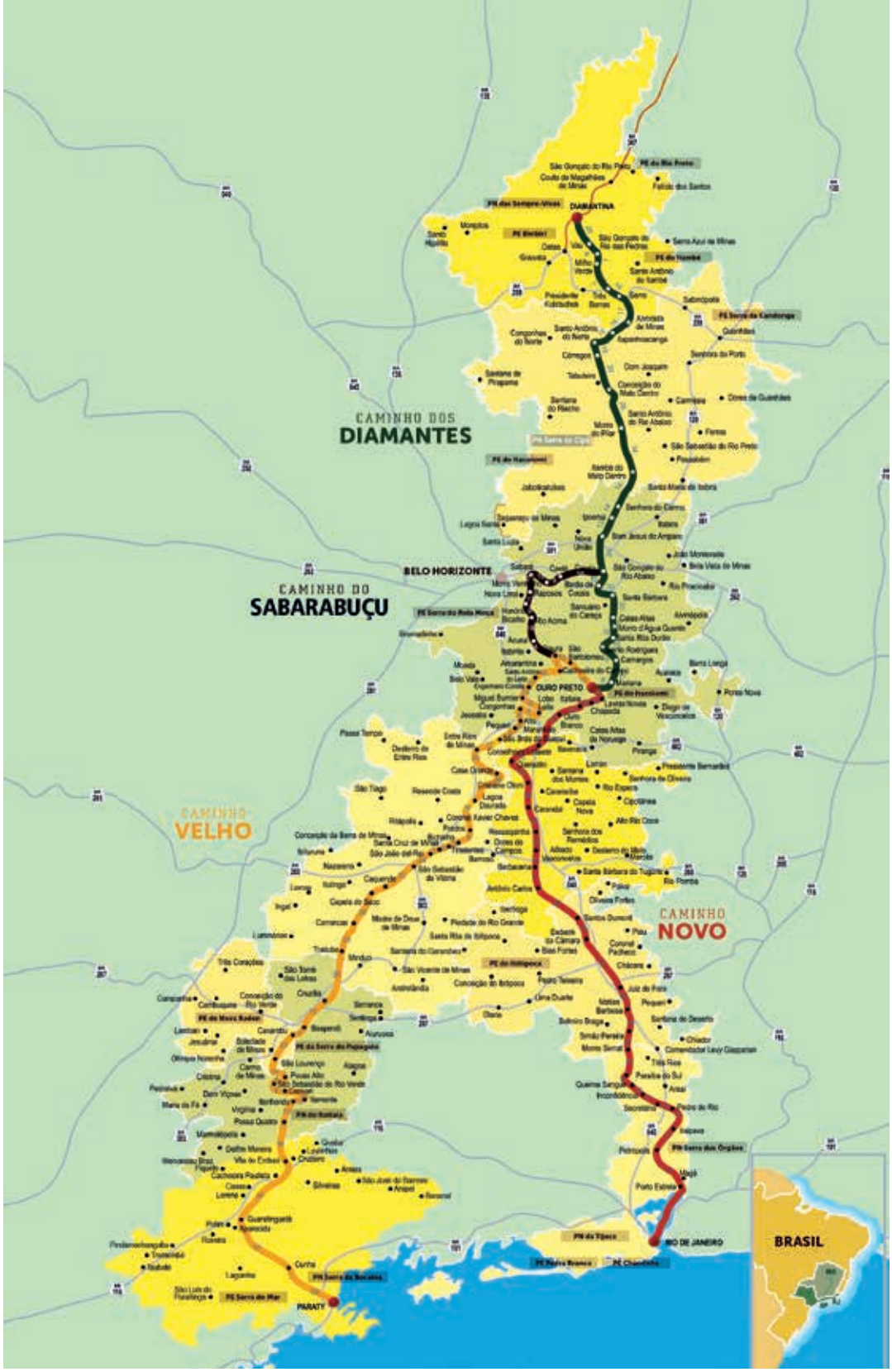
e Itanhandu, Itamonte, Capivari, São Sebastião do Rio Verde, Pouso Alto, São Lourenço, Caxambu, Baependi, Cruzília, Traituba, Carrancas, Capela do Saco, Caquende, São João del-Rei, Santa Cruz de Minas, Tiradentes, Bichinho, Prados, Lagoa Dourada, Casa Grande, Entre Rios de Minas, São Brás do Suaçuí, Alto do Maranhão (em Congonhas do Campo), Miguel Burnier, Engenheiro Correia, Santo Antônio do Leite, São Gonçalo do Amarante (hoje Amarantina), alcançando, por fim, Cachoeira do Campo e seguindo para Vila Rica e Ribeirão do Carmo. A partir de Cachoeira, passando por São Bartolomeu e Glaura, atingia-se o caminho para Sabará. Partindo de Mariana, poder-se-ia chegar a Sabará, passando por Camargos, Bento Rodrigues, Santa Rita Durão e o caminho já citado. Entre Sabará e Cocais e Barão de Cocais, passando por Morro Vermelho e Caeté (mato dentro, em tupi-guarani), havia, como já descrito, caminho antigo que permitia a ligação com a estrada para Diamantina. Esses trajetos hoje são bem conhecidos, pesquisados e levantados, como partes do conjunto de caminhos coloniais mineiros, integrados sob o nome de Estrada Real, projeto turístico que ainda aguarda nova implementação.

Em 1693, a Coroa portuguesa cria a Capitania do Rio de Janeiro, incluindo São Paulo e o território das minas. Em 1697, é designado governador Artur de Sá e Menezes que, em 1700, empreende viagem à região das minas do Rio das Velhas, conforme relatos documentais incontestáveis. Trazia a recomendação do rei de Portugal de explorar as minas de que já se tinham notícias, logo após os primeiros descobrimentos. Esteve em Ribeirão do Carmo e Vila Rica e foi até Sabará, passando por vários arraiais, nomeando administradores e representantes do governo colonial, estabelecendo normas e tomando medidas que representaram passos importantes no estabelecimento de governo na região das minas. Ficou na região das minas por mais de um ano e há depoimentos dando conta de que voltou rico ao Rio de Janeiro. Foi sucedido em 1705 por Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, o qual, por sua vez, passou o cargo a Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em 1709, quando então se dá a criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. A missão de Albuquerque era pacificar a região, restabelecendo a ordem nos distritos mineradores envoltos ainda nos resquícios da Guerra dos Emboabas. Albuquerque tinha experiência em assuntos coloniais e fora governador do Grão-Pará (1685-1690) e do Maranhão (1690-1701). Neste último posto, chefiara a resistência à invasão dos franceses de Caiena (Guiana Francesa). Albuquerque agiu com prudência, mas exigiu obediência e fidelidade ao rei, conseguindo diálogo com paulistas e emboabas (portugueses, baianos e outros vindos de regiões não paulistas), inclusive visitando Caeté, Sabará e outras cidades. Governará até 1710, sendo sucedido por Dom Brás Baltazar da Silveira. Em 1717, foi nomeado para o cargo Dom Pedro Miguel de Almeida e Portugal, o famoso conde de Assumar, que irá permanecer até 1721, logo após a criação da Capitania das Minas do Ouro em 1720. Atritado, questionado por suas atitudes, principalmente a morte de Felipe dos Santos, o conde de Assumar será substituído por Dom Lourenço de Almeida, que governará até 1732. Seguir-se-á André de Melo e Castro, conde de Galveas, de 1732 a 1735, quando, então, é nomeado Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadela, que ocupara o cargo por três vezes, de 1735 a 1736, de 1737 a 1752 e de 1759 a 1763, revelando, por iniciativas e obras, o mais profícuo governador da Capitania.

Com início ainda em 1700, e por influência de Artur de Sá e Menezes, foi contratado o sertanista Garcia Rodrigues Pais, filho de Fernão Dias Pais e um dos participantes da Bandeira de 1674, para implantar o Caminho Novo, com 467 quilômetros, do Rio a Vila Rica – no início nada mais do que uma picada para pedestres, aprimorada ao longo de várias intervenções futuras visando torná-la carroçável. Em 1763 a capital da Colônia transfere-se de Salvador para o Rio, mais próximo da região das minas do ouro. Quando de sua contratação, Garcia já se estabelecera como sesmeiro em duas propriedades na região, uma às margens do Rio Paraibuna e outra em Borda do Campo, próximo a Barbacena e Antônio Carlos. Pelo Caminho Velho, mais longo, a viagem podia demorar quase dois meses. O Caminho Novo, bem mais curto, reduzia a viagem à metade do tempo e passa rapidamente a ser a grande via de todos os que demandavam a região das minas que, finalmente, torna-se independente da pioneira influência das vilas paulistas. Os imigrantes não paulistas passaram a ter um caminho próprio, fora das vilas e estradas dos antigos bandeirantes. O Caminho dos Diamantes, de Ouro Preto ao Tejuco, hoje Diamantina, terceiro braço da Estrada Real, contava 433 quilômetros.

Relatos antigos dão como certa a presença de sertanistas na região do "Sertão dos Cataguás" (primeira denominação dada à região das minas) por volta de 1692, passando por Itaveraba (pedra-relâmpago) e Guarapyranga, hoje Piranga, e alcançando o Tripuí, avistando-se o Itacolomi (ita-curumi, pedra-menino). A atual região de Conselheiro Lafaiete promovia a ligação entre os caminhos Velho e Novo, o primeiro vindo da Comarca do Rio das Mortes, conforme trajeto já citado, e o segundo procedente do Rio, passando por Porto Estrela, Magé, Petrópolis, Itaipava, Pedro do Rio, Secretário, Inconfidência, Monte Serat, Posto de Registro do Paraibuna, na divisa de Minas com o Rio, Simão Pereira, Matias Barbosa, Juiz de Fora, Ewbank da Câmara, Santos Dumont, Antônio Carlos e Barbacena, na região historicamente conhecida como Borda do Campo, denominação que compreendia todo o território do terminal norte da Serra da Mantiqueira. Primitivamente, Barbacena denominou-se Arraial do Registro do Campo (posto de fiscalização do transporte de ouro e mercadorias), que se transformou no arraial da Borda do Campolide e, posteriormente, recebeu o nome do visconde de Barbacena, governador e capitão-general da Capitania de Minas, ao tempo da Inconfidência. E seguia-se por Carijós (denominação surgida pela existência, na região, de tribo indígena dos carijós), vindo depois a se chamar Queluz de Minas e, hoje, Conselheiro Lafaiete.

À direita, seguia-se para Ouro Branco e o antigo arraial do Itatiaia, já no alto da Serra do Ouro Branco e, percorrendo o trajeto ainda hoje mais conservado da Estrada Real, passava-se ao lado dos distritos de Santa Rita de Ouro Preto e Lavras Novas e o povoado da Chapada, alcançando-se Vila Rica e Ribeirão do Carmo. No outro caminho, à esquerda, já na vertente de descida da Serra do Ouro Banco, após percorrer metade do trecho da atual Estrada Real, ia-se para as regiões a montante de Vila Rica, ou seja, em direção aos atuais distritos de Rodrigo Silva (antigo José Correia) e São Julião, hoje Miguel Burnier, Engenheiro Correia, Santo Antônio do Leite, com uma variante para São Gonçalo do Amarante (hoje Amarantina), atingindo Cachoeira do Campo, a região do Tripuí e Vila Rica, através do Passa-Dez de Baixo e, daí, até o Bairro das Cabeças. Para os que desejavam ir para Sabará, de Cachoeira do Campo podia-se seguir para Casa Branca, caminho tão antigo quanto o que partia de Mariana para Diamantina, passando pela Serra do Cipó.



Mapa Estrada Real. Fonte: Instituto Estrada Real

Havia variante, aberta mais tarde, que passava por região denominada Capão do Lana, alcançava José Correia e o Tripuí, entrando em Vila Rica também pelo atual Bairro das Cabeças. Para Sabará, a partir de Casa Branca, o caminho antigo passava sobre o Rio das Velhas na Ponte de Ana de Sá (antiga fazenda na margem do rio), subia-se para Acuruí (rio de pedras, em tupi-guarani), passando em Rio Acima, Raposos, Nova Lima. Para quem viesse pelo Caminho Velho, em direção a Vila Rica, após passar por São João del-Rei, São José del-Rei (hoje Tiradentes), Santa Cruz de Minas, Bichinho, possivelmente Coronel Xavier Chaves, Prados, Lagoa Dourada, Entre Rios e São Braz do Suaçuí, poderia seguir para o Sabarabuçu, à esquerda, passando por Congonhas do Campo e São Julião (hoje Miguel Burnier), ou à direita, alcançar Ouro Branco e a pequena localidade de Itatiaia, no alto da serra.

A atual cidade de Itabirito (pedra de ferro ou que risca vermelho, em tupi-guarani), ao pé do pico que leva o seu nome, avistado em toda a região, mas hoje quase todo destruído pela mineração, tem seu início em 1709, com a chegada à região dos bandeirantes Luiz de Figueiredo Monterroio e Francisco Homem Del Rey, à procura de ouro. Mas só em 1752 é o arraial reconhecido como distrito de Vila Rica. São antigas as famosas minas da Cata Branca (desabada em 1844) e do Córrego Seco, posteriormente exploradas por ingleses. Chamou-se inicialmente Arraial de N. Sra. da Boa Viagem de Itaubyra, posteriormente Itabira do Campo e depois Itabirito. Em 1887 foi inaugurada sua estação da Estrada de Ferro Dom Pedro II.

Por volta de 1696, chega à região de Itaverava o coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, conduzindo comitiva de sertanistas e que saíra de Taubaté em 1695, vindo pelo Caminho Velho. A 16 de julho de 1696, ele acampou às margens de um rio, a que deu o nome de Ribeirão do Carmo, já que era dia de N. Sra. do Carmo. Descobriu-se ouro, em veios riquíssimos, e o coronel assentou arraial, inicialmente na região do Mata-Cavalos, área mais elevada da atual cidade de Mariana e origem da cidade.

A notícia das descobertas motivou, em Taubaté, a excursão de Antônio Dias de Oliveira, que deixa a cidade em abril de 1698, com a determinação de explorar o Tripuí, do qual já se possuíam razoáveis informações. Antônio Dias alcança a região vindo pela Borda do Campo (região de Barbacena), e daí ao Rodeio (proximidades do atual distrito de Miguel Burnier, antigo São Julião) e Serra do Pires, ultrapassando o ribeirão da atual Cachoeira do Campo e chegando ao Campo Grande, região do alto da Serra do Ouro Preto. Avançando na direção sul, na manhã do dia 24 de junho de 1698, dissipada a bruma constante no cume da serra, do seu ponto mais alto, que permite magnífica vista de toda a região, ele contempla o Itacolomi do outro lado do vale profundo onde corre o Tripuí. O ouro aluvionado, a princípio retirado com as bateias nos leitos dos córregos e, depois, com a canalização da lama retirada das encostas, nos chamados mundéus, determinou o início de Vila Rica.

Em 1700, transfere-se para a região do Rio das Mortes o bandeirante Tomé Portes del-Rei, procedente de Taubaté, com família e agregados, estabelecendo-se onde seria o núcleo inicial de povoamento, junto ao rio. A crise de fome logo levou antigos mineradores a plantar roças, expandindo-se o arraial. A historiografia registra, contudo, que o território não era de todo desconhecido, uma vez que por ele passara em 1674 a bandeira de Fernão Dias Pais, que teria permanecido por bom tempo em Ibituruna ou, mais adiante, em Santana do Paraopeba, reabastecendo-se. Alguns historiadores, entre eles Diogo de Vasconcelos, sustentam que

Ibituruna teria sido o primeiro arraial mineiro. Mas é fato incontestável que o início efetivo do povoamento da região se deu a partir do arraial plantado por Tomé Portes del-Rei, em local onde o rio poderia ser transposto e que passou a ser conhecido como Porto Real, Porto da Passagem ou Porto Real da Passagem, origem de São João del-Rei. O arraial recebeu esta denominação em homenagem ao rei de Portugal, Dom João V, dado pelo governador Dom Brás Baltasar da Silveira, em 1713, quando de sua elevação à vila. A descoberta de ouro, em 1702, pelo próprio Tomé del-Rei, em local um pouco acima, num córrego da margem direita do Rio das Mortes que o descobridor chamou Santo Antônio, acelerou ainda mais o fluxo populacional. Este seria o núcleo inicial do arraial de Santo Antônio, pouco depois chamado de Arraial Velho e, em 1718, elevado à vila, sob o nome de São José del-Rei, hoje Tiradentes. Pouco depois Tomé foi morto por seus escravos e substituído por seu genro, Antônio Garcia da Cunha (Afonso de Escragnolle Taunay, em "Relatos sertanistas").

Os primeiros documentos, anteriores a 1709, quando a Coroa portuguesa criou a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro – fato que representa o primeiro reconhecimento oficial do novo território – falavam em "região das minas", ou "sertão dos cataguás", referindo-se aos indígenas que a habitavam. Ou então, um pouco mais tarde, em "minas do Ribeirão do Carmo e Vila Rica", espalhadas por todo o território, em várias direções, onde ocorresse o ouro. Antonil (pseudônimo de João Antônio Andreoni), que publica "Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas em 1711", refere-se à região, dita dos "Cataguases", como "das minas de ouro que chamam gerais". A denominação de "gerais" (Valdemar de Almeida Barbosa, em "História de Minas", vol. 1) visa, portanto, tanto assinalar a amplitude do território onde já se minerava ouro como também as "várias minas". A fixação de "Minas Gerais", como o nome da nova capitania, com citação em documentos oficiais, só vai ocorrer a partir de 1730, quando da nomeação do conde de Galveas, André e Melo e Castro, em 1732, como "governador e capitão general das Minas Gerais". Independentemente desta origem histórica, a denominação "Minas Gerais", na interpretação contemporânea de alguns, enseja a diferenciação quanto aos traços de personalidade e modo de vida, e mesmo quanto ao território, entre o homem das minas, o mineiro/minerador e homem das montanhas, e o homem das "gerais", do sertão, dos planaltos e veredas do Norte.

Os condicionantes humanos e econômicos envolvidos nessa aventura inicial da colonização mineira, entre outros fatores naturais relativos ao território e à luta pela sobrevivência, fornecem os elementos básicos e primários à conformação de Minas e dos mineiros. É possível aquilatar o espírito aventureiro de quem se dispõe a entrar em terras desconhecidas, agrestes, inóspitas e hostis, em busca de um incerto "eldorado". Nos primeiros momentos, já se interpunha a Serra do Mar, com escarpas insuperáveis, levando os descobridores de caminhos a realizar grandes voltas até alcançar os contrafortes mais acessíveis da Mantiqueira. Até o final do século XVIII ainda se dizia que "Minas começa onde terminam as estradas". A luta pelo domínio do território aurífero, difícil pela própria topografia montanhosa, pelo constante conflito com os índios, pela falta de estradas e de meios adequados de transportes; os precários sistemas de exploração do ouro após esgotado o aluvião; a difícil subsistência alimentar; a luta pela segurança e pela

sobrevivência física; o caldeamento étnico em sociedade rarefeita de mulheres brancas a partir das três matrizes, o branco europeu, o negro africano e o indígena; o esforço pelo estabelecimento das primeiras organizações da vida coletiva urbana, partindo do nada, complementam a visão dessa época e já fornecem os elementos sociológicos que ajudarão a entender a feição da sociedade em gestação.

Na formação do mineiro, a partir das contribuições étnicas à sociedade que se mescla no século XVIII, alguns autores têm apontado influências que ajudam a explicar alguns traços de conduta. Até 1760, foi grande o fluxo de portugueses e alguns estrangeiros para as minas. Diz Oliveira Viana ("Populações meridionais do Brasil") que "sadios e fortes campônios do Douro, do Minho e das Beiras, sérios, sóbrios, honrados, de feitura patriarcal e índole plácida", predominaram na vinda. E informa que o traço da hospitalidade origina-se desses povos, em geral do meio rural, como também e principalmente dos açorianos que vieram para o Brasil, onde é tradicional a farta mesa com biscoitos, pães, queijos e doces para os visitantes. "Daí serem os mineiros – acrescenta Oliveira Viana – dentre os vários grupos regionais das nossas populações, talvez aqueles em que mais se conservam os aspectos lusitanos de nossa cultura. Nos mineiros, principalmente, essas afinidades de temperamento e de costumes com o luso do norte parecem-nos perfeitamente discerníveis, especialmente no tocante à organização da família. O português é também uma raça essencialmente doméstica".

Outro componente racial tem sido citado, como lembrou Guimarães Rosa: "Numerosíssimos judeus, manipuladores de ouro", teriam vindo para as minas. Augusto de Lima Júnior, no artigo "Mineiros e paulistas de origem judaica" (cf. Syllas Agostinho Ferreira, "Achegas sobre a presença judaica", Revista do Instituto Histórico e Geográfico, volume XXIII, 2000), afirma que muitos cristãos-novos, de origem sefardita, vindos do Mediterrâneo, especialmente de Portugal e Espanha, vieram para as Minas no século XVIII. Já o historiador João Camilo de Oliveira Torres aponta "outro fato que teria provocado a vinda de pequenos burgueses para as minas: a Justiça. Desde cedo vieram degredados e fugitivos. Nada melhor que a confusão do Mundo Novo para esconder quem tinha contas a prestar com os tribunais civis e eclesiásticos". Não existem, no entanto, estatísticas confiáveis.

A mescla social que a mineração produz será algo novo na Colônia. Roberto Simonsen, na sua "História econômica do Brasil", diz que "enquanto um senhor de engenho necessita possuir grandes cabedais para se instalar, o minerador dos aluviões poderia ser um homem de poucas posses". E mais: "Operou-se no sertão do Brasil uma divisão do trabalho mais intensa do que permitia a organização social do Nordeste brasileiro". O velho feudalismo dos senhores de engenho não se repete na sociedade que a natureza econômica do assentamento minerador produz nas minas. E conclui: "Com os senhores das lavras aparece uma nova ordem de relações sociais e econômicas, mais moderna, que contribui para enfraquecer a força do velho feudalismo dos senhores de engenhos de açúcar". O homem das minas é forçosamente rebelde, aventureiro, democrático e populista. Estas são condições de sua sobrevivência, em meio hostil e em atividade incerta. E o autonomismo e a insubmissão acabam por ser suas forças empreendedoras, até porque são essenciais à sua mobilidade territorial e psicológica.

A primeira publicação mais detalhada sobre os primeiros anos é do jesuíta Florentino Antonil, já citado, com descrições mais pormenorizadas sobre Vila Rica e a região. Antonil, que esteve na Província em 1704, descreve o arraial de Vila Rica e seu entorno, onde mineravam cerca de "30 mil almas", sobre as quais não havia governo algum, nem "ministro nem justiças que tratassem ou pudessem tratar do castigo dos crimes, que não eram poucos, principalmente de homicídios e furtos". Apesar de ter passado pelas censuras civis e eclesiásticas, o livro de Antonil acaba proibido por falar sobre o ouro farto e ensinar como alcançar as minas. Uma segunda edição só foi possível em 1838. Nenhum outro estrangeiro escreverá sobre as minas, proibidos de entrar na região. Os primeiros viajantes estrangeiros, em geral naturalistas interessados na geologia, fauna e flora da região, só foram autorizados alguns anos após a presença de Dom João VI, que instalou governo e corte no Brasil em 1808, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte, que invadiram Portugal. A região das minas, considerando-se apenas os que mineravam em extensa região de entorno do Vale do Tripuí, por volta de 1728, chegou a ter população de 80 mil almas, dos quais 11.521 eram escravos, havendo 332 vendas e 335 oficinas diversas (Arquivo Público Mineiro, S.C., Cód. 24).

Neste quadro de desordem e intensa disputa territorial, não demoram a surgir os conflitos pelo domínio das regiões auríferas, como a luta feroz (1707 a 1709) entre paulistas e emboabas (que usavam botas de cano longo), denominação esta aplicada a todos os migrantes vindos de outras regiões, portugueses, baianos, pernambucanos e outros, com combates e perseguições que configuram uma guerra territorial de largas proporções, seja pelo alcance dos territórios conflagrados ou pelo elevado número de combatentes e populações atingidas. Divergem, até hoje, os muitos autores que dedicaram pesquisas a esse conflito, o qual passou à História com o nome de Guerra dos Emboabas: uns o valorizam extraordinariamente, classificando-o como primeira guerra civil no Brasil e primeira manifestação de um sentimento nativista, de autonomia e rebelião contra o jugo português; outros o veem apenas como disputas e escaramuças pelo domínio das terras férteis em ouro. Publicações mais recentes veem o conflito como de grandes proporções, com combates, muitas mortes e repercussões decisivas na ocupação e povoamento do território mineiro.

Os paulistas, primeiros a chegar à região, considerando-se com direitos naturais à posse plena das terras que haviam descoberto, chegaram a enviar, por meio da Câmara Municipal de São Paulo, ao governador da Capitania, Artur de Sá e Menezes, requerimento pedindo exclusividade na outorga de terras na região das minas. O governador negou a concessão, alegando "serem também os outros habitantes do Brasil igualmente vassalos de Sua Majestade".

O primeiro conflito teria ocorrido no Arraial da Ponta do Morro, ou Arraial do Rio das Mortes, onde um paulista matou um forasteiro, português, gerando uma reação armada de perseguição ao assassino, conforme registram Antonil, os historiadores Rocha Pita e Diogo Vasconcelos e, mais recentemente, o pesquisador Eduardo Canabrava Barreiros ("Episódios da Guerra dos Emboabas", 1984). Desde os primeiros momentos de ocupação da região, nas duas margens do Rio das Mortes, onde o ouro era encontrado e se fixaram os primeiros grupos humanos, foi conflituosa a relação entre paulistas e os outros migrantes, em constante animosidade. A esse incidente inicial, acontecido no final

de 1707, que serviu mais para acirrar os ânimos, se sucederia outro, em Caeté, quando os paulistas agrediram um português, a quem acusavam de roubo. Manoel Nunes Viana, comerciante de gado vindo da Bahia, português, reagiu com os outros forasteiros, dando início ao conflito que se ampliou em Caeté e terras vizinhas e logo se estendeu a Sabará, onde os paulistas, expulsos de Caeté, se fortificaram.

Foram atacados por Manoel Nunes Viana, homem de posses e protetor dos forasteiros, tanto portugueses como os procedentes de outras regiões e países, e que se tornou logo o chefe dos emboabas. A ação dos emboabas radicalizou-se de forma ampla em toda a região do Rio das Velhas, depois que os paulistas, em assembleia, julgando-se fortes e com direito natural às terras, anunciaram que iriam expulsar todos os forasteiros.

Borba Gato, paulista, depois de recuperado seu prestígio com a Coroa e sendo nomeado a 6 de março de 1700 guarda-mor no Rio das Velhas, região do Sabarabuçu, vinha recebendo instruções do governador-geral para restringir algumas atitudes de Viana. Este se julgava representante do dono das terras e prestava obediência à Bahia, sede do governo da Capitania a que ainda estavam ligadas amplos territórios da região das minas, à margem direita do Rio São Francisco. A dura conduta de Borba Gato, que chegou a decretar a expulsão de Nunes Viana da região das minas, teria ampliado a revolta dos emboabas, gerando um quadro de confrontação propício ao conflito.

Nunes Viana, português de nascimento, que vivera na Bahia, tornou-se forte comerciante de gado conduzido pelo "Caminho do Sertão", seguindo o Rio São Francisco e o Rio das Velhas. Vindo para Minas, sediando-se em Caeté, transformou-se também fazendeiro e minerador e representava o famoso potentado baiano Antônio Guedes de Brito e seus descendentes, os quais diziam possuir, por sesmarias antigas, toda a margem direita do Rio São Francisco – cerca de "160 léguas de terras, da Bahia até as nascentes do Rio das Velhas". O conflito teria também como elemento causativo a disputa, até então sub-reptícia, em torno do mando e domínio da zona mineradora, e que vem à tona com os conflitos relativos ao abastecimento de gêneros alimentícios. Era imenso o temor da fome, que já matara e provocara a fuga da região. O certo é que a demarcação definitiva das capitanias da Bahia e da Minas do Ouro só se dará, como já dito, na década de 1720.

Em meio ao conflito, Nunes foi aclamado, em encontro em Cachoeira do Campo, governador das minas pelos revoltosos, reinóis, baianos, pernambucanos e outros vindos de várias partes do Brasil e do mundo, os quais, em mais um combate, haviam expulsado os paulistas. Nunes Viana é apoiado especialmente pelos mais ricos, donos de minas, os chamados potentados, verdadeiros donos de todo o território, por sua riqueza e poder, em regiões ainda sem governos e leis bem estabelecidas.

Sobre ele, divergem as interpretações: para alguns, é mero oportunista, defensor de interesses pessoais, ditador; enquanto outros o veem líder consciente do sentido da revolta. Isaías Golgher, no seu "Guerra dos Emboabas", de 1982, diz que Nunes Viana constitui "o primeiro governo legítimo que apareceria nas terras americanas, oriundo da vontade do povo e Minas teve o seu primeiro governador eleito e sustentado pela força das armas. Foram empossadas as autoridades, conferidos os poderes e distribuídas as funções e responsabilidades". Os paulistas, brasileiros, nesta visão, representariam os

verdadeiros representantes do novo país, lutando pela posse e autonomia política, contra os forasteiros. O fato é que Nunes Viana, chefe inconteste dos emboabas, participante direto dos conflitos, mais tarde acabará perdoado pela Coroa e se tornará um aliado do governo colonial.

Expulsos os paulistas de Caeté e de Sabará, e ainda de Cachoeira do Campo, Nunes Viana entrou triunfalmente em Vila Rica. Em Cachoeira, onde os paulistas haviam levantado fortificações contra os emboabas, travou-se grande batalha em território próximo à cachoeira, na entrada do distrito. Nunes Viana enviou expedições a Ribeirão do Carmo (Mariana) e Guarapyranga (hoje Piranga), que foram repelidas pelos paulistas. A vitória decisiva dos portugueses e outros "estrangeiros" ocorreu em 1708, em combate em local próximo ao arraial da Ponta do Morro (depois São José del-Rei e hoje Tiradentes), às margens do Rio das Mortes. Ali aconteceu, em lugar ainda não identificado, o famoso episódio do "Capão da Traição", no qual cerca de 300 paulistas foram assassinados após renderem-se aos emboabas, fato que teria grande repercussão em todas as minas. Alguns historiadores identificam o Capão da Traição como situado um pouco abaixo da atual ponte sobre o Rio das Mortes, na entrada de São João del-Rei, próximo a Tiradentes.

Outro fato que demonstra o clima de revolta nas minas, bem como a extensão do conflito emboaba, foi o ocorrido com Dom Fernando Martins Mascarenhas de Alencastre, governador e capitão-general da Capitania, sediada no Rio, a que ainda pertencia o território. Com o objetivo de pacificar a região e informado do episódio do Capão da Traição, resolve viajar às minas, em março de 1709. Embora viajasse com tropa regular, o governador foi obrigado, no Rio das Mortes, a retroceder e retornar ao Rio, fugindo de um ameaçador cerco realizado pelos emboabas, chefiados pelo próprio Nunes Viana. A "Guerra dos Emboabas" ainda encontra muitas versões, mas o fato é que Nunes Viana, homenageado em Caeté, com estátua em praça pública, passa à História do Brasil como o primeiro governante efetivamente escolhido pelo povo, em desafio ao regime colonial.

Uma publicação mais recente, extensa e completa, com análises e interpretações mais atuais, é o de Adriana Romeiro, "Paulistas e emboabas no coração de Minas Gerais", de 2008. Ela identifica um "projeto baiano para as minas do ouro", retrata os vários conflitos de mando entre os governadores das capitanias do Rio, de São Paulo e Minas do Ouro e da Bahia, bem com os muitos interesses públicos e privados envolvidos. Reconhece o conflito como o "despertar do nativismo em solo mineiro, a pungente luta do colonial contra o metropolitano". Mas acrescenta que "a disputa em torno da jurisdição administrativa da zona mineradora, até então sub-reptícia e surda, veio à luz com toda a força por ocasião do problema do abastecimento de gêneros essenciais às populações que ali viviam". A escassez de víveres já provocara debandada das populações nas grandes crises de fome dos anos 1698 e 1699 e entre 1700 e 1701. Os gêneros alimentícios tornaram-se escassos e caros nas zonas de mineração e o abastecimento, sobretudo de gado, vindo da Bahia, pelo "Caminho do Sertão", através dos rios São Francisco e das Velhas, era negócio rendoso. Nunes Viana, representante de potentados baianos, era comerciante de gado e via seus interesses cada vez mais contestados pelos paulistas. Enfim, tratava-se de uma contenda de mercado e de acesso à terra aurífera, além de estranhamento étnico.



Obra "O caçador de escravos", de Jean-Batptiste Debret. Alusiva a resistência e história indígena nas antigas terras de Vila Rica. Fonte: Pinterest

Será constante também o combate aos índios, ora para escravização, ora para dizimação. Chegaram a ser utilizados como mão de obra na mineração e no plantio, mas sempre resistentes à escravização. Capturar índios, para prover mão de obra escrava, foi a motivação de várias bandeiras que, em breve tempo, compreenderam a dificuldade de mantê-los em cativeiro e com bom rendimento no trabalho. Estimula-se, então, a introdução do elemento africano para fazer o serviço inóspito nas minas. O historiador Oiliam José ("Indígenas de Minas Gerais — Aspectos políticos e etnológicos") identificou 73 povos ou tribos indígenas no território mineiro. O grande tronco dos Cataguases (habitantes do mato ralo ou cerrado), da raça Gê ou Tapuia, seminômades, ocupava desde o Sul de Minas até o Triângulo Mineiro, o São Francisco, parte do Oeste e o Campo das Vertentes. Dominavam, portanto, todo o planalto da Mantiqueira. Daí a denominação primitiva de Sertão dos Cataguases para a região das minas. Em constante luta entre suas tribos, com várias denominações, entre elas os carijós, constituíram temido obstáculo à penetração dos colonizadores. Várias expedições foram organizadas para aprisionar índios ou eliminá-los, culminando com um grande extermínio e o afastamento, para regiões distantes, dos remanescentes. Entre os grandes estudiosos da presença indígena em Minas está o historiador Nelson de Senna, também autor de várias publicações sobre a cultura popular e o folclore mineiros.

Com os primeiros povoados, discute-se a criação das instituições civis e tenta-se colocar normas para organização das sociedades nascentes. A presença de religiosos logo nos primeiros momentos da corrida pelo ouro levará a Coroa portuguesa a adotar medidas coercitivas de sua presença. A partir de 1709, por determinação do governo português, fica proibida a presença de ordens religiosas nas minas. Com maior instrução, mas nem por isto com maior compromisso com a moral cristã, mineradores ambiciosos, exemplos perniciosos e solidários entre si, os frades e os conventos sempre serão vistos como

perigosos para a Coroa. Os conventos e mosteiros, isolados ou verdadeiras fortalezas, sempre tentam manter-se fechados ao poder civil. Teixeira Coelho, do Tribunal da Relação do Porto, inclui os padres seculares na mesma ordem de preocupação: "Os clérigos são revoltosos, que faltam com pasto espiritual às ovelhas, que são ambiciosos, simoníacos, e que são rebeldes em pagar os quintos, permanecendo não mais a isto obrigados, ocultando os escravos na repartição das bateias".

O único mosteiro de que se tem notícia em Minas é de N. S. da Conceição de Macaúbas, em Santa Luzia do Rio das Velhas, construído em 1730 por Félix da Costa, sob a forma de "Recolhimento Feminino". Já em 1714, Félix teria construído a Fazenda das Minhocas, às margens do Rio das Velhas, com o mesmo objetivo. Em 1749, abrigava 70 mulheres, entre religiosas e pessoas comuns, e mais 14 escravos. "Abrigou viúvas e mulheres casadas que ali buscavam proteção, refúgio e paz, algumas internadas à força pelos maridos como punição para o adultério", segundo Júnia Furtado, em "Chica da Silva e o contratador de diamantes – o outro lado do mito", 2003. Em 1806, no auge da Casa de Recolhimento, outro registro revela que 86 mulheres estavam ali internadas e uma centena de escravos trabalhava na fazenda. No Império, transformou-se em convento e educandário. Situado às margens do Rio das Velhas, Macaúbas tornou-se fazenda de porte como entreposto de comércio vindo da Bahia. Sua capela, devotada a Santa Rita, bem como uma ala do convento, teriam sido custeadas pelo famoso contratador João Fernandes de Oliveira, de Diamantina, que ali internou nove filhas tidas com Francisca da Silva de Oliveira, a Chica da Silva, para receberem boa educação. Uma delas, vivendo com o padre Rolim, inconfidente do Serro, teve cinco filhas, também internadas em Macaúbas por ocasião da Inconfidência Mineira. Em 1926, a Ordem da Imaculada Conceição – Concepcionistas, de origem portuguesa, assumiu a administração do mosteiro, com o regime de claustro. Nele viveu, no século XIX, a irmã Germana, tida como mística e santa.

Na falta das ordens primeiras e seus conventos, e também dos padres seculares ou diocesanos, proliferam em Minas as ordens terceiras, irmandades e confrarias, de leigos, com suas igrejas cumprindo missão além da meramente religiosa. Serão, na verdade, as únicas organizações da sociedade civil na Capitania, cumprindo trajetórias de grande relevância histórica e social até o século XX. Elas construíram igrejas, cuidavam do calendário religioso, administravam os cemitérios, provinham assistência espiritual aos seus irmãos, cuidavam das exéquias e sepultamentos. Organizadas por segmentos e estamentos sociais, adquiriram várias vezes o papel de "corporações de ofício", realizando a defesa dos profissionais filiados. Dois livros tratam desta questão com profundidade, "Associações religiosas do Ciclo do Ouro", de Fritz Teixeira de Salles, de 1963, e "Os leigos e o poder", de Caio César Boschi, de 1986. E, nas cidades históricas de Minas, as irmandades ainda exercem a antiga missão de cuidar das igrejas e do calendário de festas, organizando procissões e outros eventos religiosos.

Em todo o período colonial, ocorre notória resistência às normas da Coroa portuguesa, que estará em constante conflito com o novo território, sempre rebelde, por todo o século XVIII. O caráter meramente exploratório da gestão colonial, as proibições de todas as iniciativas que pudessem estimular o conhecimento e a implantação de indústrias próprias irão despertar naturalmente resistências. Todos esses fatores, próprios e singulares às sociedades

surgidas da mineração do ouro e pedras preciosas, plasmaram um tipo de civilização que é ímpar no contexto brasileiro e que terá desdobramentos amplos, com vários pioneirismos na formação da sociedade urbana nacional e seus fundamentos sociológicos.

Serão tais fatores subjacentes a esse tipo de sociedade, entre outros da conjunção histórica e da natureza, que viriam permitir um surto intenso de criatividade artística e cultural, que lhe daria feições próprias, a ponto de levar ao reconhecimento universal, pela Unesco, como patrimônios exemplares, Ouro Preto, Diamantina e o conjunto da Basílica de Bom Jesus de Matosinhos, igreja, profetas e passos de Congonhas, como testemunhais de um período da história humana nas Américas, considerados acervos a serem preservados para a Humanidade. Fatores, ainda, que levaram essa sociedade, constituída nas cidades históricas de Minas, a sonhar com a autonomia política e econômica, conquistando presença importante na História do Brasil. E que, em diversos momentos, contribuíram para a formação da nacionalidade brasileira, não só no despertar do sentimento nativista, mas na construção de instituições políticas, jurídicas e civis. "Como explicar este florescimento cultural considerando as imposições do 'Pacto Colonial', os constrangimentos pela dominância do trabalho escravo, as precaríssimas condições de transporte e comunicação?", indaga João Antônio de Paula em "Raízes da modernidade em Minas", de 2000.

Alceu Amoroso Lima, no seu "A voz de Minas", de 1946, diz que "o fenômeno mineiro é condicionado, todo ele, pela montanha. A montanha representa horizonte limitado, ritmo lento de andar, economia extrativa, vontade dominando a imaginação, vida sóbria e difícil, concentração psicológica e dispersão demográfica. A montanha é, antes de tudo, limitação do horizonte. Limitação no sentido geográfico e psicológico do termo. A terra se levanta em grandes serranias, que separam toda a região do resto do país. Sobe-se a Minas. O mineiro desce ao litoral e a outros Estados. Minas está em dois planos. Para se chegar ao coração da província é preciso passar por duas serranias. Cada uma delas basta para fechar o horizonte. Para dar a toda a região o seu aspecto de isolamento. A terra é áspera e deserta. O homem se sente pequeno e perdido. O campo, por mais amplo que seja, permite ser cruzado em todos os sentidos. A filosofia autoriza a esperança de uma derrubada. A montanha, a verdadeira montanha, é inabitável, inóspita, fechada. Levanta-se como um obstáculo. Como uma negação. Como um limite. Se a colina é o sorriso da terra, a montanha é a cara fechada. É o sobrolho abaixo. É a barreira. O homem da montanha sente, a cada momento, o horizonte fechado. Daí a sua taciturnidade. Sua concentração. Sua fidelidade. A sociologia mineira é condicionada, antes de tudo, por esta limitação de horizonte. É uma sociologia concentrada. É uma sociologia de integração. É uma sociologia essencialmente orgânica e sensata, não mecânica e aventureira". Tese compartilhada pelo historiador João Camilo de Oliveira Torres no seu clássico "O homem e a montanha", de 1944, entre muitos outros textos de sua vasta, erudita e pioneira produção. Para João Camillo as montanhas determinam uma espécie de "submissão do homem", dando ainda mais força a características morais e de temperamento, como a tristeza e certas dificuldades de comunicação.

Como corolário deste tema é significativo lembrar o que disse Franklin de Oliveira, no seu "Morte da memória nacional", de 1966, após longa viagem de investigação jornalística às cidades históricas mineiras, realizada dois anos antes: "Estou profundamente convencido

de que ninguém compreenderá o Brasil, na complexa densidade de suas raízes e, portanto, estará em condições de empreender com sábia lucidez a tarefa ciclópica de sua transformação, se não conhecer toda a intimidade da civilização do ouro e dos diamantes: sua estrutura econômica, a sua ordem política, a sua dimensão espiritual. Temos em Minas não só o que o Brasil foi mas o que o Brasil é e o que poderá vir a ser".

Elementos fundadores dessa sociedade mineradora ajudam a explicar os fenômenos que marcarão sua trajetória singular. Ela se forma muito rapidamente, sob o impacto da descoberta das minas de ouro. Em três décadas formam-se cidades nas minas com população igual às cidades que, na costa brasileira, a presença portuguesa havia levado dois séculos para construir. Isto é verdade, por exemplo, para São Paulo e São Vicente, no Planalto do Piratininga, núcleos iniciais da colonização portuguesa no Sudeste. Logo novos desbravadores irão percorrer extensamente o território e descobrir novos rios auríferos. A diversidade da formação das regiões, tanto geográfica quanto topográfica ou geológica, entre outros fatores, como clima ou aclividade, não foram obstáculos para a fixação dos povoados. Outras expedições entram e avançam pelo território. Formam-se novos arraiais e ampliam-se os primeiros núcleos, alimentados pela continuidade da exploração mineral e outras atividades econômicas exigidas pela sociedade que se formava.

Vencedores do conflito com os paulistas, os emboabas haviam escolhido chefes territoriais e até um governador, Manoel Nunes Viana, como já dito. Poderoso, rico, Nunes Viana cumpriu papel importante nos primeiros anos do território. A busca de terras férteis, essenciais à lavoura de subsistência, evitando-se as sucessivas crises de fome, é outro motivo de ampliação da conquista regional. Albuquerque dá o seu nome aos primitivos arraiais de Vila Rica, posteriormente retirado por Dom João V. Com presença forte, mas sem perder o diálogo, torna-se o primeiro organizador do novo território. Mas, pela frente, a Coroa portuguesa terá ainda muitas dificuldades para efetivamente estabelecer controles efetivos sobre a região e cobrar seus impostos.

Povoam-se rapidamente as encostas da atual Serra do Ouro Preto e toda a região do entorno, bastante auríferas, até hoje marcadas pelas intervenções de desmonte de terras e implantação de mundéus, para recolhimento e canalização da lama aluvional aurífera. Entre Vila Rica e Ribeirão do Carmo, a mineração é intensa em todas as vertentes da Serra do Ouro Preto. Em busca do ouro de aluvião, pesquisam-se intensamente os cursos d'água, como o Sobreira, o Caquende, o Xavier e o Funil, que descem da serra. Um pouco mais tarde, esgotados os leitos dos rios, é que se cavam as betas, túneis perfurados na rocha, de que Ouro Preto é farto e que revelam o duro trabalho dos escravos africanos.

A Serra do Ouro Preto, extensão sul do Espinhaço e, em especial, o Morro de Santo Antônio, já em Passagem de Mariana, são palmilhados por entradas de antigas minas, sarilhos de ventilação, muralhas de pedra ou canga, de antigas moradias e outras edificações, testemunhos da intensa exploração ali ocorrida, a ponto de Dom Pedro II, em visita à região, em 1881, ter dito que ali se encontrava a "Pompeia brasileira".

A formação geológica das minas é que se dava denominação ao tipo de ouro: o ouro preto, encontrado em mistura com o vanádio, tinha mais valor por sua concentração. No Inficcionado (hoje Santa Rita Durão, distrito de Mariana), o ouro misturado foi chamado

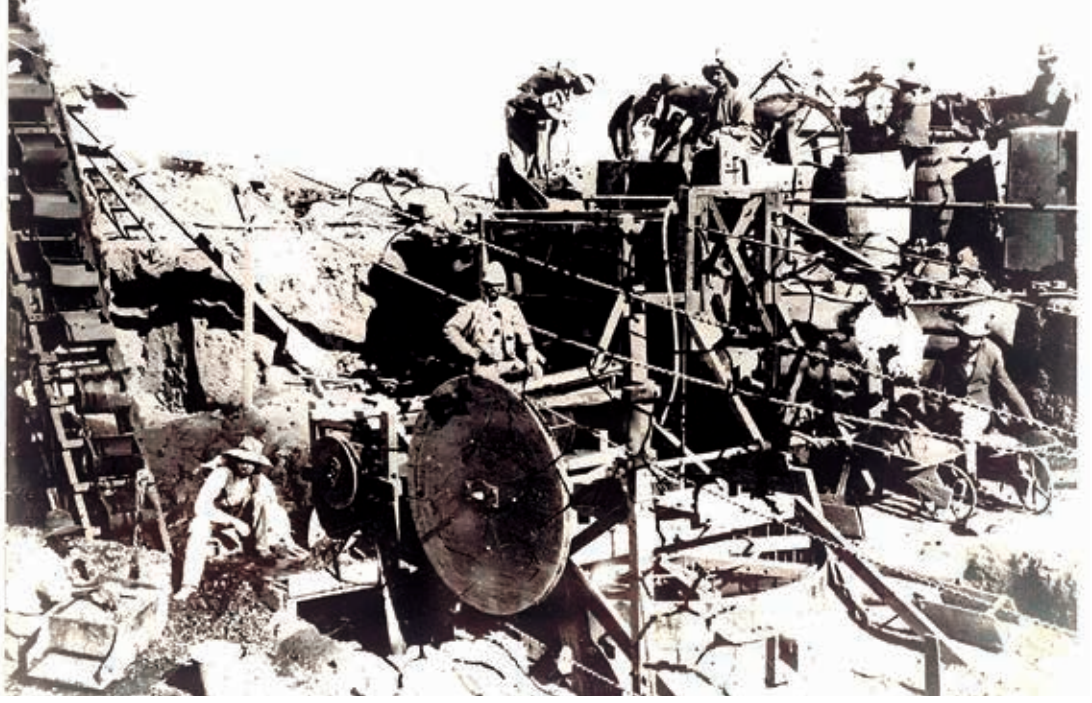


Fazenda dos Macacos, Conselheiro Lafaieite, MG. Onde nasceu, em 1834, Lafaiete Rodrigues Pereira, conselheiro do Imperador Dom Pedro II, que chegou a visitar a propriedade. Futuramente o conselheiro emprestou seu nome ao Município que se chamava Queluz de Minas. Fonte: www.iepha.mg.gov.br/

de "ouro podre", assim como ocorreu também em algumas minas na Serra do Ouro Preto. O "ouro branco", de pouco rendimento, mais pálido, originou a denominação da cidade de Ouro Branco.

É intensa a corrida à região. Novos paulistas, portugueses, baianos, pernambucanos, aventureiros de toda espécie correm às minas, atraídos pela possibilidade do enriquecimento fácil. A febre generalizada pelo ouro não permite o plantio de víveres e acontecem crises de abastecimento e fome coletiva, logo nos primeiros momentos. No entorno de Ouro Preto, distritos como São Bartolomeu, Glaura (denominada Santo Antônio da Casa Branca até 1943, quando recebe o nome do poema "Glaura", em homenagem ao seu autor, Manoel Inácio Silva Alvarenga, nascido em Ouro Preto), Santo Antônio do Leite e Amarantina surgem e desenvolvem-se pela fertilidade de suas terras, quando a fome obriga a busca de áreas de plantio. O mesmo acontece com Mariana e os vários distritos localizados em solos mais férteis. Na região das minas, o território é íngreme e de pouca fertilidade. Só bem mais tarde surgirão as "fazendas de abastecimento", nos limites das regiões auríferas, e que vão legar a Minas magníficas casas coloniais rurais, hoje transformadas em pousadas e que constituem um atrativo turístico forte. Muito cedo se consolidara o comércio de gado, vindo pelos rios São Francisco e das Velhas, inicialmente da Bahia e das "fazendas-currais", que se instalam no território mineiro ao longo do rio, trecho que dispõe de excelentes clima e pastagens para a engorda.

Regiões de belas e muito antigas fazendas são Santana dos Montes, Itaverava, Conselheiro Lafaiete, as cidades da Comarca do Rio das Mortes, de Barbacena e a área de Rio Pomba, Piau e Ubá, de um lado, e de Matosinhos, Santa Luzia, Taquaraçu, estas margeadas pelo Rio das Velhas, são exemplos de propriedades produtivas que alimentavam a região das



A partir de 1720, abre-se novo território de povoamento com a descoberta dos diamantes. É a fundação do Distrito Diamantino, oficializado somente em 1729, com a exploração realizada sob controle e incentivo da Coroa, e que vai gerar Diamantina e vários outros núcleos menores. Fotografia: Memórias Garimperias. Fonte: Museu do Diamante

minas. São as chamadas "fazendas de abastecimento", de que Minas terá dezenas delas, primeiramente para abastecer a região da mineração e, posteriormente, para fornecer víveres para o Rio de Janeiro. As fazendas à margem do Rio das Velhas possuíam "portos" para desembarque de cargas vindas tanto por este rio quanto pelo São Francisco, como mostram a Fazenda das Formigas, a fazenda do Convento de Macaúbas e a famosa Jaguara. Esta última chegou a abrigar até duas mil pessoas, nos diversos afazeres produtivos. Trata-se de um tema que já vem sendo bem analisado. "Minas e os currais — produção rural e mercado interno de Minas Gerais", 1674-1807, de Ângelo Alves Carrara, de 2007, por exemplo, é um rico e inovador estudo desta questão, especialmente sobre a colonização do Norte de Minas a partir do Rio São Francisco e o intenso comércio com a região das minas.

O desbravamento do território mineiro perdurou por todo o século XVIII. Mas foi a partir de 1760, quando ocorreu a escassez do ouro, provocando a fuga da mineração, que houve intenso movimento de busca de novos territórios. O governo colonial passou a incentivar expedições em regiões até então inexploradas, não só com o intuito de descobrir novas minas, mas, também, de ampliar o seu domínio territorial e produzir outras riquezas. Somente de 1750 a 1759 foram concedidas cerca de 1.200 sesmarias de um total de quase 8.000 estabelecidas desde os primeiros anos da ocupação. Os anos de 1780 a 1789 apresentam-se como os mais críticos para a economia, seguindo-se nova leva de concessão de sesmarias, como política colonial de substituição da mineração exaurida. A mineração tornara-se atividade de risco, incerta aos que não possuíam meios suficientes para buscar veios mais profundos. A busca do sustento transferiu-se para a agricultura e o pastoreio. Surgem as grandes fazendas, sustentando as "vilas agrícolas", núcleos urbanos formados não pela presença do ouro, mas por possuírem



Catedral Metropolitana de diamantina- MG. Fonte: www.viajandoexpedia.com.br

terras melhores para o plantio. A atividade rural é naturalmente dispersa, amplia fronteiras e marcará a fisionomia humana, econômica e política do século XIX, ocupando principalmente o Sul de Minas e a Zona da Mata, para abastecer especialmente o Rio de Janeiro.

Essa ocupação, aliada ao intenso fluxo migratório dos primeiros tempos, fará de Minas Gerais a capitania mais populosa da Colônia, condição que permaneceu durante o Segundo Império e alcançou a República. Somente nas duas primeiras décadas do século XX é que Minas perderá população para São Paulo. A dispersão da população, ainda pela exaustão do ouro, levará os mineiros até o território de Goiás, onde ainda deixarão núcleos urbanos formados sob os ditames da sociedade mineradora. Serão também os mineiros que irão povoar Mato Grosso e o Norte do Paraná, já em busca de boas terras para a atividade agrícola, no século XIX. A presença mineira se fará também no Norte e Nordeste de São Paulo, para onde foram os mineiros de Araxá, Paracatu e do Triângulo Mineiro, no final do século XVIII e primeira metade do século XIX, conforme levantamento completo sobre o povoamento dessas regiões, realizado por Mário Leite, em "Paulistas e mineiros – plantadores de cidades", de 1961.

A partir de 1720, abre-se novo território de povoamento com a descoberta dos diamantes. É a fundação do Distrito Diamantino, oficializado somente em 1729, com a exploração realizada sob controle e incentivo da Coroa, e que vai gerar Diamantina e vários outros núcleos menores. Esse fato compõe um relato à parte na História de Minas, pela sua economia singular e um regime colonial opressivo, implantado na região, devido às restrições impostas pela Coroa portuguesa à entrada e saída de pessoas e ao controle da extração de diamantes. Diamantina é um capítulo especial na formação de Minas, rico de fatos e personagens, como as figuras dos intendentes e contratadores, funcionários da administração colonial portuguesa, encarregados de estimular a extração de diamantes e fiscalizar o envio da parte da Coroa. E que, quase unanimemente, se envolveram em corrupção, entre outras histórias que fazem

parte hoje do rico inventário popular sobre a região. É conhecida a história do contratador João Fernandes de Oliveira e de Chica da Silva, objeto de pesquisas que demonstram o estilo de vida e o caráter da sociedade diamantinense. João Fernandes foi o contratador de 1743 a 1771, com sucessivos contratos, e era considerado, à época, um dos súditos mais ricos de toda a Colônia. Déspota, temido, viveu com Chica da Silva, filha de escravos, com quem teve filhas e a quem deu casa e igreja, edificações conservadas no núcleo histórico de Diamantina.

Em 1731, o distrito foi demarcado e providências foram tomadas para dificultar o acesso às lavras, por meio de altas taxas de capitação. Entre 1734 e 1739, a exploração de diamantes foi proibida e estabeleceu-se uma administração própria para a região, constantemente ampliada conforme fossem anunciados novos achados de diamantes. A primeira demarcação alcançava o Tejuco, hoje Diamantina, e mais Gouveia, Milho Verde, São Gonçalo, Chapada, Rio Manso, Picada e Pé-do-Morro, surgidas da mineração ou da busca de terras mais férteis para a atividade agrícola. Em 1745, a Coroa chegou a proibir o livre acesso às terras demarcadas, com as entradas sendo feitas apenas nos Registros, onde eram cobrados os "direitos de entrada", inclusive sobre gêneros alimentícios e escravos. Em 1771, como uma nova tentativa de evitar desvios e gestões corruptas, a Coroa assumiu a extração e comercialização de pedras, com o diamante sendo declarado monopólio régio. Foi criada a Real Extração dos Diamantes e editado um Regimento Diamantino, que se tornou conhecido como o "Livro da Capa Verde", com normas rígidas relativas à retirada e transporte do diamante, bem como a organização administrativa do distrito. Implantou-se uma Junta da Administração-Geral dos Diamantes, constituída por um intendente, um fiscal e três caixas, subordinados a Lisboa e, portanto, autônomos com relação ao governo da Província.

Não havia câmaras municipais, juízes ou outras repartições públicas, mas apenas o intendente e seus funcionários, com poderes absolutos, o que não eliminou as histórias de corrupção e desvios. "A Extração Real teria sido o exemplo mais acabado do despotismo metropolitano, revelando sua face mais cruel, que em seu afã tributarista teria sido capaz de alterar toda a sociedade e a economia da Demarcação" (O Livro da Capa Verde — O regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração", Júnia Ferreira Furtado, 2008). O regimento aplicou-se até 1808, quando o esgotamento das lavras se tornou crítico, ocorrendo pressão da sociedade diamantinense no sentido da busca de alternativas para a sua sustentabilidade econômica. E já o governo não conseguia impedir o contrabando e exercer o controle dos serviços públicos locais.

No seu "Memórias do Distrito Diamantino", publicado em 1868, obra fundamental para a compreensão desta região e deste período, Joaquim Felício dos Santos trata da ocupação do território, informa sobre o achado dos diamantes e as primeiras lavras, a formação do arraial do Tijuco (Diamantina), a busca do ouro na região do Serro do Frio, as excursões pelo Jequitinhonha e, sobretudo, aspectos da vida diamantinense, a gestão colonial, o contrabando e o garimpo, as rebeliões e roubos, a falência da mineração. O conjunto arquitetônico preservado, sua história e seus acervos patrimoniais e artísticos, sua formação um tanto diferenciada das primeiras vilas do ouro, seu enclausuramento, razão maior da sua imutabilidade urbana e arquitetônica, levaram Diamantina a obter, em 1999, o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido pela Unesco.

A diferenciação de Diamantina encontra razões interessantes: viveu dois séculos por conta do diamante, condição que induziu a certo requinte de vida aos que o comercializavam, bastando ver a vida de fausto dos contratadores e de certas camadas da população, muito típica dos novos ricos; o fechamento da região levou-a sofrer menos influências externas, mantendo-se uma sociedade mais estanque; induziu também a certa sociabilidade como meio de suportar a convivência interna; o diamantinense permaneceu em isolamento, determinado pelo distanciamento geográfico e não se expandiu na ocupação do território do entorno, deserto e inóspito, impróprio ao ruralismo. O diamantinense é "o mais urbano dos mineiros, talvez o mais civilizado, o mais fino no trato e o mais alegre", diz Sylvio de Vasconcellos, no "Mineiridade". Os estilos e soluções arquitetônicas, expressos especialmente em suas construções religiosas, possuem traços próprios, diferindo de Ouro Preto e Mariana. Interessante é que, no Serro, núcleo originário da ocupação do Tijuco (Diamantina), origem de vários troncos de ilustres famílias mineiras, geograficamente muito próximo daquela, os traços de personalidade já são bem outros: introversão, recolhimento, sisudez, visão nostálgica da vida e do mundo, pouco dada a maiores aberturas e alegrias, senão aquelas da religião e da vida familiar. O mesmo se dá com Conceição do Mato Dentro, antiga Conceição do Serro, separada da região central do Estado pela Serra do Cipó, de difícil transposição até há pouco tempo. E que, infelizmente, não preservou seu conjunto urbano setecentista, a exemplo do Serro e Diamantina.

São extensos e detalhados os relatos de viajantes estrangeiros que, na primeira metade do século XIX, visitaram Diamantina e que já a distinguem das outras cidades da Província, por certo "refinamento educacional" e a existência de famílias mais abastadas. As restrições não conseguiram evitar o crescimento populacional, que chegou a atingir perto de 100 mil habitantes na primeira década do século XIX. Um relato precioso da vida diamantinense, na segunda metade do XIX, é encontrado em "Minha vida de menina", de Helena Morley, na verdade Alice Dayrell Caldeira Brant (1880-1970), publicado em 1942. Filha de pequeno minerador descendente de ingleses, Alice descreve a vida na região, seus costumes arraigados, relações sociais e contradições, com estilo castiço e surpreendente.

Na década de 30 do século XVIII, quando se inicia a ocupação do território de Goiás, abre-se o chamado "Caminho da Picada de Goiás", percorrendo regiões até então inexploradas destes dois Estados. Em 1736, o governador Gomes Freire de Andrade assina despacho permitindo a construção do caminho, com início em Pitangui e São Bento do Tamanduá, nome primitivo de Itapecerica. E também, com uma variante, partindo de Oliveira. A partir desta autorização e ainda pela notícia de descoberta de ouro em Goiás, três outros caminhos surgiram: um vindo de São Romão, no Norte de Minas, ligando Goiás à Bahia e a Pernambuco; outro procedente também de Pitangui e um terceiro passando pela foz do Rio Abaeté, onde transpunha o São Francisco. Outra versão diz que a Picada de Goiás começava em São João del-Rei, passando por Santa Rita do Rio Abaixo, hoje Ritápolis, próximo à Fazenda do Pombal, onde nasceu Tiradentes em 1746, quando a propriedade pertencia a São José del-Rei. E daí passava em São Tiago, seguia para Morro do Ferro (São João Batista), Oliveira, Formiga, Bambuí, São Pedro de Alcântara (Ibiá), Araxá, Serra do Salitre, Patrocínio, Carabandela (Coromandel) e Paracatu, alcançando Goiás. Por ela passavam os que vinham de São Paulo, pelo Caminho Velho, após atingir



Quilombo do Ambrósio, alguns pesquisadores situam entre Araxá e Ibiá (antigo São Pedro de Alcântara), enquanto outros dizem referir-se a uma região ampla, para onde negros fugidos da mineração iam buscar refúgio. Fonte: www.almanaquemineiro.com.br

São João del-Rei. Os trajetos multiplicam-se ao longo dos anos e hoje é difícil definir os caminhos primitivos ou mesmo saber onde começava a Picada, conforme relatam os historiadores que têm se debruçado sobre esse tema.

A Picada de Goiás, cujo início e verdadeiro trajeto permanecem imprecisos, se tornaria um nome amplo designativo de uma larga faixa do território do Oeste e iria marcar também a mudança da economia mineira: no lugar de concessão de "datas" para mineração, solicitavam-se terras agricultáveis destinadas à lavoura e à criação de gado. Saint-Hilaire, em viagem à região, em 1819, percorrendo de São João del-Rei até Itapecerica, antigo São Bento do Tamanduá, passando por Oliveira, destaca a vocação agrícola dessa área. A Picada de Goiás será ainda responsável pela ocupação do Triângulo e Noroeste do Estado, onde se localizam as terras com melhor vocação agropecuária, percorridas, em grande parte, pelo Rio Paranaíba.

O governador Gomes Freire concedeu várias autorizações e sesmarias a interessados na abertura da Picada e na colonização dos novos territórios, na esperança de descobrir novas minas, assim como ocorrera com o território de Goiás. Mas, principalmente, assegurar-se do domínio de amplas regiões até então bastante desconhecidas. A Picada de Goiás adquire, nesse contexto, importância histórica decisiva na formação territorial de Minas Gerais, possibilitando a inclusão das regiões de Paracatu e do Triângulo Mineiro. A incorporação do Triângulo só ocorrerá, oficialmente, por alvará de 4 de abril de 1816, assinado por Dom João VI, atendendo a abaixo-assinado dos moradores de Araxá. E ocorre justamente porque coube aos mineiros ocupar esse território, denominado "Sertão da Farinha Podre", no qual o primeiro arraial foi Desemboque, atual distrito da cidade de Sacramento (simplificado de Santíssimo Sacramento), que surgiu por volta de 1740. Dele partiram as expedições que iriam desbravar a região, como São Domingos do Araxá, atual Araxá (planalto, de visão alta, em tupi-guarani).

Famoso também, na região, foi o Quilombo do Ambrósio, que alguns pesquisadores situam entre Araxá e Ibiá (antigo São Pedro de Alcântara), enquanto outros dizem referir-se a uma região ampla, para onde negros fugidos da mineração iam buscar refúgio. Pesquisas não conclusivas chegaram a localizar o Quilombo do Ambrósio em Ibiá, onde existe um Córrego do Ambrósio e um Córrego do Quilombo, chegando a gerar um pedido de reconhecimento ao IPHAN, em 2002, que não prosperou. São inúmeros, no entanto, os registros históricos de ataques de negros a fazendeiros e comitivas da região. Famosa também é a resistência dos ferozes índios caiapós, habitantes primitivos dessa área, à presença dos novos colonizadores. Expedições de extermínio foram organizadas pelo governo colonial.

Documentos históricos situam o Sertão da Farinha Podre no território limitado, ao norte, pelo Rio Paranaíba, divisa com Goiás; ao sul, pelo Rio Grande, divisa com São Paulo, rios que se uniam na ponta para formar o Rio Paraná e, a leste, pelas serras da Canastra e da Marcela. A denominação Triângulo Mineiro só foi consolidada na década de 1870 e atribuída ao médico francês, morador de Uberaba, François Henry Trigantdes Genettes, figura bastante conhecida e influente em toda a região e com um longo e intrigante histórico de vida.

Ao lado da Picada, ou por sua influência, nasceram ou cresceram Oliveira (N. Sra. de Oliveira), encruzilhada entre a região de São João del-Rei e os novos territórios, um dos núcleos que enviou colonizadores para Goiás e centro de produção e comercialização de gêneros alimentícios, como Campo Belo, Passatempo, Piumhi, Formiga, Bambuí, Farinha Podre (surgida em 1807, hoje Uberaba, palmito amargoso, na linguagem caiapó). E propiciou a ocupação do Noroeste Mineiro, revelando terras de elevada qualidade produtiva, em municípios como Patrocínio, São Gotardo, Coromandel, Ibiá, Patos de Minas, Carmo do Paranaíba, Presidente Olegário, e muitos núcleos de menor porte, originados já no século XIX, onde estão as melhores e mais férteis terras de Minas, que logo sediaram muitas fazendas, transformando-se em centros de produção agropecuária. São Pedro da Uberabinha (primeiro nome de Uberlândia, denominação adotada somente em 1929), surge em 1818, quando se fixa na região, vindo do Desemboque, seu fundador João Pereira da Rocha. Mais ao norte, a qualidade das terras permitiu, como até hoje, uma melhor produtividade agropecuária, realizando o abastecimento de Goiás e Mato Grosso e especialmente as regiões das minas descobertas nestes dois novos territórios. Um relato mais atual da ocupação dos território do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba está em "Nos confins do Sertão da Farinha Podre – Povoamentos, conquistas e confrontos do Oeste de Minas" de Mário Lara, de 2009.

Pitangui (rio de crianças, em tupi-guarani) foi o principal núcleo urbano dispersor de exploradores do sertão, ao Norte de Minas, região pouco povoada até meados do século XVIII. A cidade foi fundada por paulistas que fugiam do cerco e dos massacres emboabas e que sempre mantiveram a cidade isolada de outras invasões de "estrangeiros". A descoberta de ouro na sua região, assim como em Abaeté e no Rio Grande provocou o povoamento do Oeste de Minas e do Alto São Francisco, estimulado ainda pelo fluxo migratório determinado pela exaustão da mineração nas regiões de Ouro Preto e de Sabará. Notabilizou-se por constantes revoltas, oferecendo contínua resistência ao regime colonial português, e foi a cidade mineira que enviou o maior número de combatentes voluntários para a Guerra do Paraguai. Orgulha-se de ser um "centro de civismo", demonstrado em vários episódios em

que foi preciso tomar posição em defesa da nação. Hoje, um movimento cívico objetiva dar ao Centro-oeste de Minas o reconhecimento histórico pela importância que teve na formação de localidades e conquista de novos territórios. Hoje, pelo porte de suas cidades, amplia-se sua importância econômica e cultural. Participam desse movimento cidades como Divinópolis, Itaúna, Nova Serrana, Abaeté, Pitangui, Pará de Minas, Lagoa da Prata, Pompéu, Santo Antônio do Monte e Bambuí, entre outras da região.

Um caminho que vinha de São Romão, entreposto comercial forte, à margem do Rio São Francisco, alcançava Paracatu, desde o início muito aurífero e destacando-se na criação de gado, cujos rebanhos enviava para a região das minas e depois para Goiás. Paracatu, que recebeu o título de Vila do Príncipe, dado por d. Maria I em 1796, foi povoado por gente da Bahia por volta de 1720, embora haja notícia da presença, na região, do bandeirante paulista Lourenço Castanho Tacques, em torno de 1680, conforme registros de historiadores antigos. Tomás do Lago Monteiro, primeiro habitante a se destacar, declarou-se como sendo da "Cidade da Bahia", Salvador, ao solicitar patente de coronel para melhor combater "o gentio" e procurar o ouro. Um pouco mais tarde, a descoberta de minas de ouro no Paracatu, riquíssimas e até hoje em exploração, viria a atrair novos fluxos populacionais, desenvolvendo este antigo núcleo urbano, um dos mais antigos de Minas Gerais. Até a definição dos limites territoriais entre Minas, Bahia, Pernambuco e Goiás, ocorrida somente na terceira década do século XVIII, Paracatu (peixe-bom em tupi-guarani), assim como quase toda a região à margem esquerda do Rio São Francisco, pertencia a Pernambuco. Curvelo e outras cidades do Norte de Minas pertenciam à Bahia. Devemos ao historiador e pesquisador Antônio de Oliveira Mello vários trabalhos de pesquisa e divulgação histórica e cultural de Paracatu e Patos de Minas e suas regiões.

As notícias de penetração de viajantes procedentes do território do Espírito Santo são raras, uma vez que era visto e mantido pelas autoridades coloniais portuguesas como uma barreira natural entre a região das minas e o mar, e por temerem a presença de invasores estrangeiros, cobiçosos de participar da corrida pelo ouro. Quaisquer conexões terrestres ou fluviais, e mesmo a fixação de povoadores, ainda que meros fazendeiros, foram proibidas pela Coroa portuguesa a partir de 1733, com normas régias determinando punições severas para os transgressores. Impôs-se o monopólio da estrada para o Rio de Janeiro para a comunicação com as minas. As áreas que ficavam a leste dos núcleos urbanos ligados à mineração tornaram-se "territórios proibidos". Só com o esgotamento do ouro e a presença de Dom João VI, em 1808, é que as proibições foram abrandadas, levando o governador capixaba, Francisco Rubim, a determinar a abertura de um caminho entre Vitória e Vila Rica. A estrada, denominada São Pedro de Alcântara, estaria concluída em 1814, mas foi abandonada uma década depois. Somente em 1912, o então governador Jerônimo Monteiro, preocupado com a questão de divisa com Minas, realizou novas obras de reabertura da via. Importante lembrar que o território capixaba teve presença colonial já no século XVI. O trajeto para o Espírito Santo, que em 2009 começa a ser transformado em estrada turística, partia de Ouro Preto, passava por Mariana, Acaiaca, Barra Longa, Ponte Nova, Oratórios, Jequeri, Abre Campo, Pedra Bonita, Matipó, Santa Margarida, São José do Manhuaçu, Luís Burgo, Manhuaçu, Reduto, Martins Soares, Manhumirim, entrando no Espírito Santo e passando, no trajeto inicial, pelas cidades de Príncipe e Luna.



A colonização, com o estabelecimento de convivência pacífica com as tribos indígenas, se deve, em grande parte, ao francês Guido Thomás Marlière. Morreu em 1836 e várias cidades, por onde exerceu sua missão, possuem marcos de homenagem à sua memória. Fotografia do monumento de Cataguases. Fonte: www.minasgerais.com.br

Caminho natural, o Rio Doce permaneceu por quase todo o século XVIII fechado a incursões de domínio territorial e sua colonização só se dará no século seguinte, com desenvolvimento efetivo somente no século XX. Além das florestas tropicais, fechadas e com inúmeros perigos, havia a presença dos índios botocudos, canibais, terror dos brancos e de outros índios, que geraram vários contos que assustavam gerações de mineiros e que foram exterminados por várias expedições especialmente armadas para esse fim. A Carta Régia de 13 de maio de 1808, que permitiu o início da navegação no Rio Doce, é também uma declaração de guerra aos botocudos. Eles representaram, no entanto, por longo período, fator dificultador à ocupação da região. "O sertão do Rio Doce", de Haruf Salmen Espindola (SP, Edusc, 2005), é uma completa pesquisa histórica sobre a ocupação regional.

A colonização, com o estabelecimento de convivência pacífica com as tribos indígenas, se deve, em grande parte, ao francês Guido Thomás Marlière, que chegou a Vila Rica em 1811, e ali foi inclusive preso, sob suspeita de ser espião de Napoleão Bonaparte. Chegou ao posto de alferes do Exército de Napoleão e viveu vários conflitos no conturbado período e que lá viveu. Embora francês de nascimento, fez carreira no Exército de Portugal e integrou a guarda militar que trouxe João VI ao Brasil, em 1808. Solto, reintegrou-se por ordem régia ao Regimento de Cavalaria sediado em Vila Rica e, em 1813, foi enviado em missão de pacificar os índios rebelados na região do Presídio de São João Batista do Morro Grande, hoje Barão de Cocais. Em 1824, após prestar novos serviços na pacificação de indígenas, vai para o posto de Diretor-Geral dos Índios e, pouco depois, já promovido ao posto de tenente-coronel, por ato de Dom Pedro I, é nomeado comandante de todas as Divisões Militares do Rio Doce, criadas para combater os ferozes índios botocudos, da Bacia do Rio Doce, inimigos

de outras tribos e considerados selvagens com os quais era impossível estabelecer qualquer convivência. É considerado o fundador de São Domingos do Prata, Marlieria, Guidoval, Cataguazes, Ubá, Rio Pomba, Astolfo Dutra, e outras, onde existiam aldeamentos indígenas.

Morreu em 1836 e várias cidades, por onde exerceu sua missão, possuem marcos de homenagem à sua memória. De sua convivência deixou relatos de grande valor antropológico e histórico sobre as populações indígenas mineiras, seu primitivismo, sua organização tribal, uniões, línguas, alimentação, medicina natural, sobrevivência, territórios, doenças, costumes e observações minuciosas que até hoje servem aos pesquisadores. Seu trabalho tornou-se objeto de interesse de estudiosos e naturalistas que visitaram Minas no século XIX. Em 1928, foi inaugurado monumento, na estrada Ubá-Leopoldina, onde se lê: "À memória de Guido Tomas Marliere o desbravador das selvas e civilizador dos índios, abrindo estradas e semeando núcleos de população". Em "Marliere, o civilizador", de 1958, William José apresenta valioso trabalho de pesquisa de vida e obra de Marlière.

Bem mais tarde é que o governo colonial permitirá a ocupação de vastos territórios fronteiriços entre Minas e o Espírito Santo. Nos anos finais do século XIX e primeiros anos do século XX, haverá colonização estrangeira nessas terras bastante montanhosas, especialmente por imigrantes alemães. Até 1956, Minas e Espírito Santo disputavam o domínio de extensa região denominada "Contestado", na fronteira entre os dois Estados, e onde, até a definição final territorial, imperava a desordem e o crime por falta de leis e governos estabelecidos.

Realiza-se na região das minas, intensa miscigenação racial, incentivada pela falta de mulheres brancas. Nasce o mulato, o homem pardo, que terá papel importante como formador das classes médias e por sua habilidade para os ofícios e profissões artesanais, contribuindo majoritariamente para o surto artístico que ocorre por todo o século XVIII. É de grande importância histórica e antropológica o caldeamento racial então ocorrido. Deu-se, no território das minas, o "delineamento do homem brasileiro", com predominância do mulato, tipo novo, que não se forma na estrutura social vigente em outras regiões da Colônia, "discriminatória, elitista, fechada e conservadora", características da grande propriedade rural ou da "sociedade setorizada", que distanciava racial e economicamente os extremos, ou seja, branco e negro. A historiografia de caráter sociológico e não só as correntes de pensamento expressas nas obras de Gilberto Freire ("Casa-grande & senzala" e "Sobrados e mocambos"), Viana Moog ("Entradas e bandeiras") ou Buarque de Holanda ("Raízes do Brasil"), situam nesse tipo de sociedade que se formou, nas áreas de mineração, a origem do mulato, distinto não só por sua colocação epidérmica, mas por traços psicológicos específicos, singularmente decorrentes da situação em que nasceu. Em particular, destaca-se seu pendor artístico, na imaginária, na ornamentação escultural em madeira e pedra, nas diversas profissões construtivas. Sobressaíram também no talento musical.

Germain Bazin, buscando as raízes do temperamento barroco do mulato, diz: "Tornada instável pelo choque de sangue, a alma destes mestiços está sujeita aos impulsos mais contraditórios. De temperamento apaixonado, são levados à fantasia, à sensualidade e a um misticismo grosseiro, alimentado pela superstição. Isto tudo contribui para a atmosfera barroca de Minas Gerais no século XVIII — os negros e mestiços não eram os últimos a animarem as ruas com espetáculos que, entre eles, tomaram uma forma particularmente

estrepitosa e ruidosa". O surgimento e ascensão social do mulato correspondem, portanto, ao próprio nascimento da sociedade colonial, como força e expressão de poder e grupo social organizado, inclusive em irmandades e igrejas próprias. É neste momento que ocorre a fragmentação do status até então existente entre o poder reinol metropolitano e os grupos econômicos nascentes na Colônia, como assinala Fritz Teixeira de Salles na sua busca das origens da "consciência nacional" na obra literária setecentista.

A "harmonia social", do ponto de vista e do interesse da Coroa, tinha base na ordem econômica, de características nitidamente feudais, estruturada a partir do senhor de engenho e mão de obra escrava, bipolaridade rigorosa do Ciclo do Açúcar. Entre a casa do senhor de engenho e sua senzala, pouca era a miscigenação. A sociedade minerária, além do contato próximo, imposto pela convivência parceira indispensável à própria atividade, no campo e na cidade, exige categorias econômicas diversas e diferenciadas, propicia a formação do mercado produtor e consumidor de bens intermediários, o que só é possível com uma nova classe social, de homens livres, artesãos e comerciantes em sua maioria, que altera o "equilíbrio de forças" do rígido e dualista regime que tinha base na economia rural e que não permitia deslocamentos interclasses. De resto, a construção de cidades, em ritmo rápido, exigiu a formação de mão de obra intensa nos diversos ofícios da construção.

O sincretismo religioso terá feições próprias nessa sociedade que se forma, sobretudo pela aculturação produzida pela herança africana e o embate com a religião católica. A população negra, africana, aprisionada pelos traficantes e comercializada em toda a região das minas, irá incorporar práticas religiosas próprias ao catolicismo, como forma de convivência possível. Recria, no território mineiro, os "reinados e reizados", com a eleição de "reis congos", exaltando os santos negros São Elesbão, São Benedito, Santa Efigênia e N. Sra. do Rosário. Os congados e moçambiques, existentes em quase todas as regiões que contaram com a presença de africanos e seus descendentes, tornaram-se manifestação cultural-religiosa típica da população negra. "Negras raízes mineiras – Os Arturos", de Núbia Pereira de Magalhães Gomes e Edimilson de Almeida Pereira (Maza Edições, 2000), é publicação valiosa sobre as manifestações atuais afro-brasileiras e, em especial, sobre os Arturos, comunidade negra de Contagem. Em "Afrografias da memória", Leda Maria Martins, em precioso trabalho, revela rituais, cânticos, imagens e sons, vida e celebrações das comunidades afro-brasileira, com base, especialmente, na Irmandade de N. Sra. do Rosário do Jatobá, de Belo Horizonte. Essas devoções originaram-se nas colônias portuguesas na África desde o século XV.

Por longo período, o catolicismo português realiza processo de entrelaçamento com religiões africanas, em sincretismo que implicaria em absorver santos tirados de linhagens reais negras. No Brasil, o processo de "cristianização" dos negros se intensifica ao final do século XVII, em especial devido aos traumas deixados pelas lutas contra Palmares, célebre quilombo que teve, como principal líder, Zumbi dos Palmares. A catequese, realizada por missionários jesuítas, tornou-se elemento fundamental do amálgama cultural. Algumas igrejas católicas, de devoção negra, como Santa Efigênia de Ouro Preto, são magníficos exemplares desse sincretismo, com seus santos negros e diversos elementos ornamentais retirados da fauna e flora africanos, os quais podem ser identificados entre os elementos ornamentais deste templo, como búzios, cascos de tartaruga, folhagens africanas e outros



Brasil Reinado, Ouro Preto-MG, Rugendas (Brasil 1822/1825). Fonte: www.mgquilombo.com.br

de clara origem iorubá. E essa herança reflete-se nas próprias práticas e cultos. A presença da cultura negra nos altares e púlpitos das igrejas de sua devoção, existentes por toda Minas, ainda é capítulo a ser mais profundamente estudado, certamente acarretando a revisão de algumas interpretações de elementos ornamentais do barroco, sempre considerados como criações da elite branca, condicionada pelos cânones da Igreja Católica.

A história ou lenda de Chico Rei, soberano na África, feito escravo e alforriado em Vila Rica, que descobre a Mina da Encardideira, fica rico, liberta o filho, único que sobreviveu na vinda da África em condições terríveis, a bordo de navio negreiro. Organiza novo reinado, com corte, rei, rainha, príncipes e cortejo real, que, no Ciclo de N. Sra. do Rosário, saía do bairro de Antônio Dias, onde supõe-se que Chico Rei morava, junto à mina cuja descoberta ainda hoje lhe é atribuída, e seguia até a Igreja de Santa Efigênia. Diz a tradição ter sido ele o financiador da construção da Igreja de N. Sra. do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz, com seu ouro farto. Na culinária, nas práticas de ofícios e profissões, nas crendices populares, na fala, no canto, nas esculturas e ornatos, no artesanato, manifestam-se, portanto, as influências da matriz negra.

A personalidade do bandeirante/minerador enseja considerações óbvias, mas importantes, na caracterização da sociedade que se forma nas minas. Além do traço da ousadia, inerente ao sertanista, homem disposto a tudo, que arrisca a vida, família e posses, que parte em direção ao desconhecido, há que se concluir que o minerador, tanto quanto o montanhês, é sempre introvertido e reservado como convém a quem extrai e comercializa ouro e pedras preciosas. Mas também democrático, pois necessita do apoio solidário de companheiros para a sobrevivência em ambiente isolado e inóspito. Deve estar disposto a sempre mudar, em busca de novo veio. E, por isto, torna-se arraigado à terra e ao seu valor, mas precisa estar aberto a novas investidas territoriais. Nesta atividade haverá sempre competitividade acelerada seja pelo domínio do território ou pela busca de meios de suprimento. Naturalmente aventureiro,

é também libertário. Foge de governos e do fisco. Ouve mais do que fala. Cuidadoso porque desconfiado, traços inerentes a quem busca e tem ouro, objeto de cobiça universal. Precavido e então austero, face às incertezas do futuro. Esperto e sempre político, pois precisa informar-se e acompanhar os fatos e tendências dos governos que sempre querem apoderar-se de parte do ouro. Torna-se sovina para sobreviver. Conversa com pudor. Conspira. Compreende a necessidade da política. Mas prefere as entrelinhas e a inferência. É também homem de montanha, que precisa caminhar com cuidado.

Esses traços vão se mesclar, um tanto mais tarde, com o do vaqueiro/fazendeiro, que se impõe na vida econômica da colônia pela própria expansão territorial que promove com seu rebanho e por sua importância como fornecedor de cereais, laticínios e carne. A mineração e a agropecuária abrem fronteiras e criam povoados, paragens, vilas, levando Minas Gerais a ter o maior número de municípios e povoados de todos os Estados brasileiros. O mineiro torna-se municipalista e ruralista. Os que habitam o sertão do São Francisco, na região Norte de Minas, especialmente do território que se inicia na foz do Rio das Velhas e é limitado com a Bahia pelos rios Carinhanha, a oeste, e Verde Grande e Verde Pequeno, a leste, mas também os que habitam os vales dos rios Jequitinhonha e do Mucuri, têm seus traços, destacados e cantados, em especial por vários estudiosos e pesquisadores da vida mineira, como também por violeiros, cordelistas, artistas populares, exaltadores da vida sertaneja, nas fazendas, no folclore, na culinária, no artesanato, na criação de gado, na luta contra a seca, deplorando a vida difícil e o recurso extremo do êxodo rural, na busca por vida melhor no sul mais rico. O relato de Riobaldo Tatarana, em "Grande sertão: veredas", de Guimarães Rosa, é documento precioso sobre vida, território, linguajar, práticas e visão do mundo do mineiro sertanejo, vagueiro e "catrumano".

Nos últimos anos começam a surgir trabalhos de pesquisa sobre a história do Vale do Jequitinhonha, ou "o vale das sombras", por só receber energia elétrica, com fornecimento regular, pela Cemig, a partir de 1978. O Vale ainda guarda vários "bolsões de pobreza", ausência de serviços públicos, com clima adverso e pouca diversificação econômica. Em 1987 surge o Movimento Cultural do Jequitinhonha, que realizou por muitos anos um famoso festival e divulgou seu valor cultural, saberes e fazeres do Vale, folclore e cultura popular e seu modo de viver e muitos artistas. Na divulgação do Vale destaca-se Tadeu Martins, artista e promotor cultural. Ainda hoje muito pobre, mas contando com cultura regional que lhe confere identidade própria, o Vale é colonizado tardiamente. Em "O Vale dos Boqueirões – História do Vale do Jequitinhonha", de Luís Santiago, de 1999, encontramos o percurso histórico da região e questões mais atuais.

A administração colonial, a partir do Tejuco (Diamantina), manda instalar postos militares à margem do rio, para combater os índios sempre muito ferozes em toda a região e guarnecer fazendas e os primeiros garimpos de pedras preciosas, que se mostravam muito promissores. O quartel principal postou-se em Jequitinhonha (antigo São Miguel do Jequitinhonha), mas outros postos foram instalados em vários pontos, às margens do rio. Em um deles, Berilo, Tiradentes serviu por algum tempo como alferes do Regimento de Cavalaria da Capitania. A partir da cidade do Serro (Serro do Frio), partem vários colonizadores para o Jequitinhonha, implantadores de cidades como a Freguesia de N. Sra.

do Bom Sucesso das Minas Novas do Fanado e Araçuaí, dois outros núcleos pioneiros da região. "Serro – Três séculos de história", de Aluízio Ribeiro de Miranda, de 1972, é rica e abrangente fontes histórica sobre a cidade, um dos mais antigos núcleos da formação mineira, com longas tradições culturais e humanísticas.

Três décadas após as primeiras descobertas do ouro e já o território mineiro possuía pelo menos 20 cidades de porte. O reconhecimento do novo território vai sendo feito pela Coroa portuguesa com a presença de administradores e criação das circunscrições políticas e religiosas. Em 1711, criam-se as três primeiras vilas: Ribeirão do Carmo (Mariana), a 8 de abril; Vila Rica, a 8 de junho, e N. Sra. da Conceição do Sabará, a 17 de junho, implantadas pelo governador Antônio de Albuquerque, que organiza e pacifica as minas, embora curto tenha sido o seu governo, de 11 de junho de 1709 a 13 de agosto de 1713. São João del-Rei recebe o título em 1713. Em 1714, são reconhecidas as vilas do Príncipe (Serro) e Vila Nova da Rainha, atual Caeté. A Vila de N. Sra. da Piedade de Pitangui obtém o título em 1715 e, em 1718, é a vez de São José del-Rei, hoje Tiradentes. Em 1730, o arraial e N. Sra. do Bom Sucesso das Minas Novas do Fanado, atual Minas Novas, é elevado a vila, seguindo-se então um interregno de 50 anos sem qualquer outro título. Por essa época, já o território das "Minas do Ouro" possuía mais de 40 freguesias e dezenas de pequenos povoados e arraiais.

O modelo de organização municipal português, transplantado para o Brasil, e que vigorou até a Independência, tinha por base jurídica as chamadas Ordenações do Reino, Afonsinas, Manuelinas e Filipinas, alteradas e modernizadas mais tarde por Dom Sebastião de Carvalho, marquês de Pombal, primeiro-ministro de Dom José I (rei de Portugal de 1750 a 1777), a partir de 1756. A relação entre governantes e governados se fazia, na maioria dos assuntos, pelas câmaras municipais eleitas, que dispunham de poderes bastante amplos, na verdade um tanto confundidos com os poderes do governador-geral nomeado pelo rei. Eram compostas por dois juízes ordinários, um juiz de fora, três vereadores, um procurador e um tesoureiro. A Constituição de 1824, após a Independência, reconhece o poder municipal, institui câmaras em todas as cidades e vilas, com vereadores eleitos, funções deliberativas e administrativas, inexistindo a figura do prefeito. O vereador mais votado era o presidente da Câmara, modelo até hoje vigente em Portugal. É o sistema dos pelouros, no qual os vereadores distribuem entre si a gestão municipal. Era rigorosa a fiscalização de seus atos pelo Conselho-Geral da Província, embrião da futura Assembleia Legislativa, e pelo presidente da Província. Nesse sistema, os municípios perderam alguns poderes, sobretudo a função judicante, que se especializou pela organização efetiva dos serviços da Justiça.

Com a Proclamação da República, as câmaras municipais foram dissolvidas e instituídos os conselhos de Intendência Municipal, com membros nomeados pelo governo do Estado. É um período de centralismo político dos governadores. Em 1905, criou-se a figura do intendente municipal, que vai perdurar até 1930, quando nasceram as prefeituras, com todas as funções executivas dos municípios. As câmaras passam a ter função meramente legislativa e de fiscalização dos atos do Executivo. A Constituição de 1934 ampliou a autonomia municipal, determinando a eleição de prefeitos e vereadores. O golpe de 1937, que implantou o Estado Novo getulista, cassou a eletividade dos prefeitos e câmaras, só restabelecida com a Carta de 1946, que trouxe a redemocratização do país. A autonomia

local foi restaurada e fortalecida. Iniciou-se o movimento municipalista. Com o regime militar de 1964, os municípios perdem poder, que só retornará com a Constituição de 1988, quando alcançam a condição de terceiro membro da Federação. A Constituição autoritária de 1967, e sua emenda de 1969, nas capitais, cidades históricas, estâncias hidrominerais e cidades consideradas de interesse da segurança nacional determinavam que os prefeitos fossem nomeados pelo presidente da República, o que vigorou por uma década. Um amplo relato histórico e documental está em "Arraiais e vilas del-Rei – Espaço e poder nas Minas setecentistas", de Cláudia Damasceno Fonseca, de 2011.

Vila Rica segue seu curso e ganhará expressão própria, com presença cultural e política na História do Brasil. Por volta de 1720, Vila Rica apresenta vários povoados primitivos, criados desde os anos iniciais da corrida aurífera, conforme as minas encontradas. A princípio, o arraial do Padre Faria, de um lado, interligado ao de Antônio Dias, passando pelo Alto da Cruz e Santa Efigênia e, de outro, o do Pilar, ou do Ouro Preto, que logo se expande pela acelerada ocupação dos arruamentos que cortam os bairros do Rosário, antigo Caquende, e Cabeças. Na encosta da serra, surgem os núcleos, chamados "bandeirantes", do Taquaral, São João Batista, Ouro Podre, Piedade e Santana, cada um com suas capelas, até hoje preciosos registros históricos dessas ocupações primitivas em busca do ouro que descia da Serra do Ouro Preto. A capela de São João Batista, na vertente da Serra do Ouro Preto, no terreno mais elevado, é a mais antiga de toda a região, de 1698. É o marco histórico e geográfico da chegada da bandeira de Antônio Dias de Oliveira, fundador de Ouro Preto, com quem veio o padre João Fialho Faria, mais bandeirante do que padre, fundador do povoado com seu nome e que retornaria a Guaratinguetá alguns anos depois.

Esse arquipélago de povoados primitivos se adensa, ocupando os espaços vazios com a construção de moradias. O encontro se dará com a ocupação gradativa do Morro de Santa Quitéria, hoje Praça Tiradentes, notadamente a partir de 1747, quando se implanta o novo Palácio dos Governadores, com formato de um forte de quatro pontas, hoje alterado, projeto do arquiteto militar português José Fernandes Alpoim, enviado por Dom João V, rei de Portugal. Alpoim desempenhou também a missão de desenhar o um traçado geométrico para Mariana, que em 1745 tornou-se sede de Diocese e foi elevada à categoria de cidade por Dom João V. A Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu da Inconfidência, será construída a partir de 1784.

Ouro Preto e Mariana, apesar das desfigurações, ainda guardam os mais significativos conjuntos da arquitetura colonial brasileira. Contrariamente à orientação espanhola, que aplicou nas suas colônias as "Leys Generales de los Reynos de Índias", adotado por Felipe II em 1573, e que contemplava sempre a Plaza Mayor ou a Plaza de Armas, a administração colonial portuguesa não trouxe para o Brasil orientação urbanística. Ressalvada a exceção de Mariana, por razões muito específicas, pioneira no Brasil pelo traçado geométrico, Ouro Preto crescerá espontaneamente, assim como as outras cidades do período, sem planejamento ou regularidade, com as edificações se colocando à margem do caminho principal, indicando certa linearidade, mas, também, uma polinuclearização, assim como ocorre com Salvador e Rio de Janeiro. É o traçado medieval, que cresce por onde é possível, sem orientação urbanística ou geométrica.

A arquiteta Lívia Romanelli d'Assumpção, especialista do SPHAN, indica, quanto ao traçado das cidades, como principais elementos delineadores, "o seguimento, quando possível, de uma mesma curva de nível, o desvio de obstáculos, o acompanhamento de cursos d'água ou mesmo de cumeadas de serras, objetivando melhor orientação e economia". No caso ouro-pretano, a topografia tornará ainda mais desfavorável qualquer ocupação mais uniforme. A regra geral, aleatória, é a construção de igrejas nas elevações, em torno das quais uma praça ou adro centralizam a vida social, criando núcleos diferenciados nas cidades. Então, na falta da Plaza Mayor, as igrejas serão o foco organizador da vida e da malha urbana. A Praça Tiradentes, em Ouro Preto, única exceção, implantada tardiamente, pela união natural dos dois núcleos primitivos, se faz por força de uma maior presença da autoridade colonial na antiga Vila Rica, que construiu o Palácio e a Casa de Câmara e Cadeia.

Mariana também tem expansão rápida e se revelará, na história mineira, a "cidade-matriz" de Minas em razão de seus pioneirismos. "Urbs celulla mater" é seu dístico histórico, como já foi dito. Foi a primeira capital, de 1709 a 1720, quando se criou a "Província de São Paulo e as Minas do Ouro". É uma das três primeiras vilas, em 1711, junto com Sabará e Vila Rica. Implanta a primeira câmara de vereadores, também em 1711. Sedia o primeiro bispado, em 1745, criado pelo papa Bento XIV, por solicitação de Dom João V. É o quinto do Brasil. E também o primeiro arcebispado, em 1908. E obtém, também em 1745, o título de cidade, igualmente por decisão de Dom João V, que lhe dá o nome de sua esposa, Maria Ana d'Áustria, em substituição à já então chamada Vila de Ribeirão do Carmo.

Com o desenho geométrico, outro traço pioneiro de Mariana entre as cidades históricas brasileiras, a antiga vila se prepara para ser sede de um bispado. No seu núcleo histórico, bastante preservado, o traçado de quarteirões quadrangulares se mantém ainda, favorecido pelo terreno plano. O primeiro bispo, Dom Frei Manoel da Cruz, só foi empossado em Mariana em outubro de 1748, vindo de São Luís do Maranhão por terra, em viagem que durou um ano e dois meses, em que percorreu quatro mil quilômetros, pelos sertões do Maranhão, Piauí, Bahia e Minas. Sua entrada e posse em Mariana foram comemoradas com festas e celebrações que passaram à História sob o nome de "Aureo Throno Episcopal", título dado por autor desconhecido a livro editado em Lisboa, em 1749, pelo cônego Francisco Ribeiro da Silva e que relata o fausto e o brilhantismo da festa, com luxo e ostentação. Por oito dias consecutivos, precedentes da solenidade, sinos repicaram, cavaleiros desfilaram, fantasias, carros alegóricos, saraus, discursos, concertos, sermões e uma espécie de concurso literário integraram o programa, revelando traços da sociedade do ouro, no seu auge, como o seu gosto pela ostentação, pelas festas e desfiles. O bispo, português de nascimento, de personalidade controversa e centralizadora, servirá mais ao rei do que ao papa e dele dizem que acumulou inimigos e enorme fortuna em ouro. Morreu em Mariana em 1769. Sua vida e obra, com detalhes de sua viagem e festas de recepção, foram registrados pelo escritor mineiro Luís Giffoni, no livro "Dom frei Manoel da Cruz", publicado em 2008. O autor refez, pessoalmente, todo o trajeto do bispo do Maranhão a Mariana.

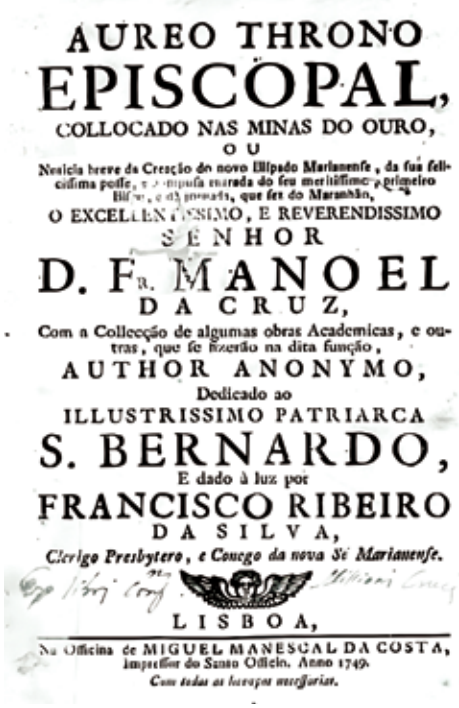
Dom Frei Manoel da Cruz se revelará um empreendedor. Cria o Seminário de Mariana, inaugurando o ensino religioso em Minas e que será o responsável pela formação intelectual e religiosa de dezenas de gerações, até hoje em funcionamento. É o incentivador da

construção da Igreja de São Francisco, em Mariana, e de várias outras nas principais cidades da época. Aliás, Mariana será pioneira também no ensino normal, formando professoras e acolhendo jovens moças pobres, com o Colégio Providência, criado em 1847, iniciativa de irmãs vicentinas, trazidas da Europa por Dom Antônio Ferreira Viçoso, bispo da cidade a partir de 1843 e que, com o padre Leandro Rebelo Peixoto e Castro, também lazarista e português, fundou o Colégio e Seminário do Caraça, ampliando a obra iniciada pelo irmão Lourenço, que morrera em 1919. Dom Viçoso fundou vários educandários em Minas e no Rio, é tido como reformador da vida religiosa no Estado e deixou reputação de homem santo. Em 1908, o bispado de Mariana se torna arquidiocese e o primeiro arcebispo, Dom Silvério Gomes Pimenta, homem de vasta cultura, abre processo de canonização de Dom Viçoso, após escrever a sua biografia. O processo tramita no Vaticano.

As várias primazias de Mariana, os acervos históricos, artísticos e documentais preservados, os templos repletos de obras de arte, a história da Arquidiocese e dos bispos, o papel dos seus dois seminários, sua intensa participação nos atos políticos e cívicos da nação brasileira nos seus mais de três séculos de existência, na conquista da Independência, na vida política do período imperial como também na República, conferem à cidade uma posição singular na História de Minas e do Brasil. Por tudo isto, recebe de Getúlio Vargas, em 1945, o título de "Cidade Patrimônio Nacional" e, em 1938, é tombado pelo SPHAN o seu "conjunto urbanístico e paisagístico". Em "Mariana, assim nascem as Minas Gerais", de 2016, Roque José de Oliveira Camello publica pesquisa histórica sobre a cidade, da sua fundação aos nossos dias. Todo ano, a 16 de julho, Mariana recebe o Governo do Estado em celebração ao Dia de Minas, conforme lei estadual aprovada pela Assembleia Legislativa.

Há concordância de pensamento de que as cidades históricas mineiras mais preservadas devem sua conservação ao empobrecimento de sua população após a mineração e até os nossos dias. Sem recursos para obras, sem vitalidade econômica, imobilizadas, as populações de Ouro Preto e Mariana, por exemplo, pouco investiram em novas construções ou em intervenções desfigurativas. O crescimento se fez perifericamente, produto do êxodo rural, em habitações pobres e clandestinas, em áreas de ocupação de risco.

"A respeito da trajetória de Ouro Preto", por exemplo, Rodrigo Melo Franco de Andrade faz a seguinte descrição: "Caracterizada pela disposição em vários níveis numa topografia íngreme, carrega as marcas de sua história – riqueza inicial, um período de rápido desenvolvimento, um século e meio de poder administrativo e prestígio, seguidos por um declínio gradual, empobrecimento e perda de status". Ouro Preto amparou-se no serviço público, como sede do governo estadual. Mariana, sede do bispado, "Roma brasileira", viveu dos serviços da religião e também da mineração. Perdendo a condição de capital do Estado em 1897, Ouro Preto passará por período de estagnação ainda maior. Uma "redescoberta" da antiga Vila Rica, bem como de outras cidades históricas mineiras, só se dará efetivamente a partir da década de 1920, quando paulistas, criadores e participantes do movimento modernista a visitam e nela veem o símbolo de uma identidade nacional e fonte de uma cultura autêntica brasileira. Como consequência desse reconhecimento, em julho de 1933 Ouro Preto recebe o título de "Monumento Nacional" e, em 1938, é tombada pelo SPHAN.



AUREO THRONO
EPISCOPAL,
COLLOCADO NAS MINAS DO OURO,
OU
Noticia breve da Creação do novo Bispado Marianense, da sua felicissima posse, e pomposa entrada do seu merecidissimo primeiro Bispo, e 4º governo, que foi do Maranhão,
O EXCELLENTISSIMO, E REVERENDISSIMO
SENHOR
D. Fr. MANOEL
DA CRUZ,
Com a Collecção de algumas obras Academicas, e outras, que se fizerão na dita função,
AUTHOR ANONYMO,
Dedicado ao
ILLUSTRISSIMO PATRIARCA
S. BERNARDO,
E dado à luz por
FRANCISCO RIBEIRO
DA SILVA,
Clerigo Presbytero, e Conego da nova Sé Marianense.
LISBOA,
Na Officina de MIGUEL MANESCAL DA COSTA, Impressor do Santo Officio. Anno 1749.
Com todas as licenças necessarias.

Livro Aureo Throno Episcopal. Fonte: Biblioteca Nacional Digital

No entorno de Ribeirão do Carmo e Vila Rica, surge, logo nos primeiros anos de ocupação territorial, na medida em que novos veios de ouro iam sendo descobertos, cerca de meia centena de povoados, formados nos anos finais do século XVII e nas duas primeiras décadas do século XVIII, hoje distritos e municípios, com sua fisionomia urbana ainda marcada pelos casarões coloniais e igrejas, com ruas de traçado irregular, seguindo o caminho natural primitivo. A aclividade, no caso de Ouro Preto, bem como a formação geológica instável, em especial devido ao filito grafitoso dominante, impõem a conurbação das edificações, ligadas e amparadas, pela parede única ou coladas. As igrejas, por sua vez, ocupam os altiplanos, com visão ampla, símbolos da prevalência do poder temporal sobre o secular. E as antigas matrizes, quase sempre seguindo o estilo jesuítico dos primeiros anos, de canga (minério de ferro pobre) até por volta de 1730 e depois pedra nos alicerces e nos cunhais, quase sempre conjugados com madeira nos outros elementos estruturais, sempre imponentes e elevadas, retilíneas no frontispício e no corpo quadrangular da construção, com duas sineiras quadradas, nascem com a devoção dedicada à padroeira do povoado original.

Novas igrejas vão representando as ordens religiosas na medida em que se conformam as classes e estamentos sociais, abrigando, em seus altares, púlpitos e demais elementos ornamentais, o nascente "barroco colonial mineiro", que vai adquirindo características próprias conforme elementos condicionantes locais, seja pelas características humanas e sociológicas das sociedades que se formam ou pelo uso de materiais locais, como o itacolomito e a pedra-sabão. Logo a região estará intensamente povoada.

É ilustrativo desta constatação o fato de que o município de Ouro Preto, com extensão de 1.245 km², no final da primeira década do século XXI tenha 13 distritos e cerca de 60 povoados, em processo de expansão. Os distritos são Cachoeira do Campo, Glaura (antiga Santo Antônio da Casa Branca), Amarantina (antigo São Gonçalo do Amarante), Santo Antônio do Leite, Santo Antônio do Salto, Rodrigo Silva (antigo José Correia), São



Seminário Menor de Mariana e Capela de N.Sra. da Boa Morte. Fonte: Wikipédia

Bartolomeu, Miguel Burnier (antigo São Julião), Engenheiro Correia, Santa Rita de Ouro Preto, Lavras Novas, Antônio Pereira e a sede do município. O mesmo ocorre com Mariana, com 9 distritos: Passagem de Mariana, Furquim, Padre Viegas, Cachoeira do Brumado, Monsenhor Horta, Santa Rita Durão, Cláudio Manoel, Camargos e Bandeirantes. E havia o distrito de Bento Rodrigues, destruído pela lama do rompimento da barragem do Fundão, da Samarco. Cada distrito possui vários pequenos povoados, na sua totalidade originários do século XVIII, com casario e igrejas preciosas na arquitetura e na talha artística, com culinária e artesanatos singulares, além da beleza natural, compondo a diversidade cultural e natural de Minas, seu principal diferencial quanto à vocação e potencialidade turísticas.

Nenhuma região, em todo o Brasil, povoou-se tão rapidamente quanto o território das minas. Em "Vilas e cidades do Brasil Colonial", Aroldo Azevedo observa que, de 1500 a 1822, foram criadas no Brasil 210 vilas, sendo 159 na região das minas. E isto se deu em menos de 100 anos, período da corrida do ouro. Estatística relativa a Portugal, confirmada por vários autores, revela que a população que se transferiu para o Brasil, em dois séculos, chegou a 800 mil pessoas, enquanto a população total do país era de pouco mais de 2 milhões, obrigando o governo a adotar medidas coercitivas para essa migração. E, desse contingente, grande parte teria vindo para as minas. Ao final do século XVII, o Brasil tinha perto de 100 mil habitantes, entre eles, em torno de 18 mil índios e 14 mil negros. O Nordeste abrigava 70% dessa população. As concentrações principais estavam na Bahia, com 23 mil habitantes, e Pernambuco, com 18 mil. São Paulo tinha 15 mil habitantes.

Para se bem aquilatar o alcance do surto populacional das cidades mineiras do período, é importante estabelecer comparações com outros países, de formação bem mais antiga. Em 1776, censo populacional apontava a população residente nas quatro principais comarcas mineiras como de 319.769 pessoas, com a seguinte distribuição: Vila Rica, 78.618 pessoas; Rio das Mortes, 82.781 pessoas; Sabará, 99.576 pessoas e Serro do Frio, com 58.794 pessoas.

A população da Nova Inglaterra (EUA), colonizada 100 anos antes, era a seguinte: Boston, 16 mil pessoas; Philadelphia, 40 mil; New Port, 11 mil; Charleswton, 12 mil e New York, 25 mil, totalizando 104 mil pessoas (Annuario Demographico de Minas Geraes, Anno I, 1928, Imprensa Oficial de MG; Bruchey, S.D. citado in "Raízes da modernidade em Minas Gerais", de João Antônio de Paula). Em 1806, a população mineira atingia 406.915 pessoas e, ao final do século XIX, em 1900, um total de 3.594.471 pessoas.

João Antônio de Paula, no seu já mencionado "Raízes da modernidade em Minas Gerais" (Ed. Autêntica, Belo Horizonte, 2000), cita a criação de um "sistema urbano", integrado por várias cidades, todas surgidas da corrida pelo ouro, com características similares, vivendo desde cedo uma singular luta de classes para a sobrevivência, numa sociedade irrequieta, multirracial e multifacetada. Estes serão os fatores decisivos para explicar o surto cultural que se desenvolve no século XVIII mineiro. Implanta-se em Minas Gerais, em pouco tempo, "uma sociedade urbana, uma rede articulada de núcleos urbanos que se estruturam rapidamente". A concentração urbana é que permite o estabelecimento de outros sistemas, o econômico, o religioso, o estatal e o monetário-mercantil. "As cidades permitem um novo padrão de sociabilidade, permitem novas relações políticas e econômicas, moldam novos costumes, sensibilidades, mentalidades". É na vida coletiva que se desenvolve a cidadania, impõe-se a democracia como sistema político e se estabelecem normas de convivência. A vida urbana, com todas as suas conquistas e consequências, implanta-se em Minas rapidamente e protagoniza uma experiência ainda muito nova, senão única até então no Brasil.

Francisco Iglesias, historiador dedicado ao estudo da formação mineira, destaca a singularidade da civilização que se forma nas minas. Diz que "a economia original configura sociedade que também é original". E analisa a originalidade, que se basearia em três pontos: economia mineradora, que cria mercado interno e estimula a sociedade à diversificação econômica, indispensável à sobrevivência de uma sociedade; forte centralização política e rígido aparelho tributário e de Justiça e possibilidades para os grupos médios, produto de um processo de urbanização bastante intenso. Celso Furtado destaca três características marcantes da sociedade minerária que se forma no novo território: mais democrática e com maiores oportunidades que a sociedade dos engenhos de açúcar, com grande mobilidade social e um mercado interno, criado pela necessidade das relações de produção e consumo em núcleos urbanos nascentes. A rede de cidades cria um mercado consumidor, de bens e serviços, com o ouro como moeda, forte e valorizada. Acumula-se o capital, vetor fundamental para o investimento. Os mercados de construções e de abastecimento se estabelecem. Cria-se a concorrência.

Concordam os historiadores desses primeiros tempos que a rede de cidades que se forma em Minas, nas duas primeiras décadas do século XVIII, ensejará a primeira "civilização urbana" brasileira, com feições próprias. Os componentes raciais e humanos, a herança religiosa e a relativa diversidade cultural, que vão interagir nos primeiros povoados, atraídos pelo ouro, ao se organizarem forçosa e rapidamente em núcleos urbanos, como condição de sobrevivência e fixação, formarão um "caldo de cultura" singular, fermento e matéria-prima para uma criatividade exemplar que se manifestará ao longo do século XVIII. O isolamento geográfico de Minas, que deixa essas cidades em acentuado imobilismo econômico e social por dois

séculos, permite manter íntegros certos traços de personalidade formados nos primeiros anos de povoamento e organização comunitária. Os mineiros, até meados do século XX, aqueles das comunidades interioranas conservadas, preservaram uma "identidade regional distinta", até hoje encontrada em várias comunidades interioranas de menor porte ou mais distantes.

Outro fator é preponderante. Trata-se da religiosidade do homem desse princípio do século XVIII. A religião que se transporta para as minas, que vem junto com os primeiros exploradores, traz os cânones do catolicismo contrarreformista, estabelecidos pelo Concílio de Trento, a partir de 1549. A Igreja Católica, diante do avanço do protestantismo na Europa, celebra claro entendimento com os reis, apoiando as condutas do Estado absolutista, chegando até a uma aceitação tácita da concepção popular da teoria da "origem divina" dos poderes reais, mas exigindo, em troca, apoio no combate aos resistentes a Roma, fossem as doutrinas originárias do pensamento luterano ou outras classificadas de heresias. Com apoio dos reis católicos, a Igreja armou-se para conter o protestantismo, ameaçando com a prisão, processos, torturas e até a morte, por intermédio da famosa Inquisição, que chegou até Minas pela diocese de Mariana, de onde partiram as temidas "Visitações do Santo Ofício da Inquisição" para várias cidades.

Na Península Ibérica, Portugal e Espanha foram os principais apoiadores da Contrarreforma católica e se transformaram em propagadores do Barroco absolutista, de aspectos severos, graves, e adeptos dos elementos ornamentais da tradição canônica.

O Barroco, como estilo de arte, expressará o absolutismo dos reis e se transformará em claras mensagens e tentativas de recomposição da fé. É a igreja/teatro, que visa captar e enlevar a atenção e renovar a crença dos fiéis, desviada pelo luteranismo e outras heresias. O Barroco que chega a Minas, nos primeiros anos, ao tempo de Dom João V, apresenta-se, no estilo e no aspecto, com semblantes severos e expressões graves, seguindo rigorosamente os preceitos canônicos nos seus elementos simbólicos e figurativos. Visava impressionar os fiéis, amedrontá-los e reconquistar sua atenção. A igreja torna-se repleta de símbolos, quer prender a atenção pela profusão de ornatos, mas, também, pela lembrança de que a salvação tem um caminho único, que é a Igreja Católica, conforme as Sagradas Escrituras.

O homem do século XVIII é um ser atormentado. De um lado, a Igreja lhe cobra fidelidade às Sagradas Escrituras, como fonte única e incontestável de revelação de verdades sobre os homens e todas as coisas da terra e do céu. De outro, já começa a ser alcançado pelo racionalismo iluminista e pelas ideias políticas que pregam um novo ordenamento no seu modo de pensar, dado pela observação do mundo natural. No campo político, surgem a monarquia constitucional ou a república, em oposição ao Absolutismo. O iluminismo enciclopedista de Diderot e D'Alembert e tantos outros pensadores da Ilustração, o pensamento liberal, que fala em república constitucional, de Voltaire, de Rousseau e Montesquieu e de vários outros, vão desaguar na Independência Americana de 1776 e na Revolução Francesa de 1789. Muitos mineiros, com formação europeia, retornavam a Minas com essas ideias revolucionárias formando nas cidades históricas mineira e, especialmente em Vila Rica, uma "sociedade de pensamento". O homem setecentista começa a voltar-se para a observação da natureza, a ciência e a técnica, sob o incentivo da Ilustração e Iluminismo europeus, e questiona a fé revelada como verdade única, que não permite o



Livro de Affonso Ávila- Resíduo Seiscentistas. Fonte: Arquivo pessoal do autor

primado da racionalidade. Debate-se Copérnico, Galileu e Descartes. Esta dicotomia religiosa e ideológica torna o homem do século XVIII um ser dividido, cindido, dicotômico, dualista, flutuante entre duas instâncias de crenças básicas sobre vida e morte, no céu ou nas coisas terrenas. É um ser atormentado, sob a ameaça do castigo do inferno pela Contrarreforma, mas já avançado na descrença pela própria observação da vida e das coisas da natureza, que têm leis próprias cada vez mais observadas, e que homens como Descartes, Copérnico, Giordano Bruno ou Galileu Galilei começavam a desnudar.

Simão Ferreira Machado, cronista português, que em 1733 assiste à festa de inauguração da nova edificação da Matriz do Pilar, que classifica de suntuosa e, ao mesmo tempo, sacra e profana, acaba descrevendo, com detalhes, a primeira demonstração do barroquismo nascente e que passou à História com o nome de "Triunfo Eucarístico". No dizer de Simão Ferreira Machado, no relato publicado em 1734, Vila Rica era a "cabeça de toda a América, pérola preciosa do Brasil", isto quando ainda tinha pouco mais de três décadas de existência. A "Solene Trasladação do Diviníssimo Sacramento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário para um Novo Templo da Senhora do Pilar", nome dado à festa, durou três dias e encerrou-se com um grande cortejo, dele participando todos os estamentos sociais, devidamente paramentados, numa grande manifestação popular multicolorida, com elementos sacros e profanos, ricos e variados figurinos, cavaleiros, figuras da mitologia, encenações e coreografias, tornando-se uma demonstração de um nascente estilo de vida e de arte, próprios daquela sociedade, de claro gosto barroco. "É a transplantação de uma mentalidade e um estilo de vida", diz Affonso Ávila, no seu "Resíduos seiscentistas em Minas", em competente e elucidativa análise, em que mostra a extensão e a importância histórica, estética e sociológica desta e outras festas do período. Em 1993, 260 anos depois, a festa foi reproduzida em Ouro Preto, com brilho e originalidade exemplares, em iniciativa parceira da Prefeitura, a Matriz do Pilar e a Fundação Clóvis Salgado.

O caráter festivo das cidades coloniais mineiras tem interessado, mais recentemente, a historiadores. A causa primeira, comumente apontada, seria o caráter barroquista dessas sociedades nascentes, um estilo de arte e de vida, estimulador do ostentatório, do lúdico, do colorido e ornamentado, do gosto popular pelo suntuoso, como encontramos nos monumentos da época. Admite-se também que as festas sempre foram estimuladas pela Coroa portuguesa como instrumento de controle social, a exemplo da velha Roma e o circo nos espetáculos do Coliseu. Affonso Ávila afirma que o português que veio para as minas, além do desejo do enriquecimento, "trazia a capacidade de sonho e melancolia", atributos herdados não só de um traço típico da alma portuguesa, desde os grandes feitos lusitanos dos "Descobrimentos", de que Camões é o exemplo maior, mas também do espírito barroco, que gera um modo singular de ver a vida. De resto, toda a história da formação mineira, desde sua origem de busca de um pretenso "Eldorado", até as rebeliões e sentimentos autonomistas, sempre foi marcada por "sonhos".

Não só o Triunfo Eucarístico, de 1733, mas todo um conjunto de festividades e comemorações revela esse traço sociológico. Por sua maior expressividade, passaram à história as festas do Áureo Trono Episcopal, de 1748, em Mariana, as exéquias de Dom João V, realizadas em São João del-Rei e Vila Rica, em 1751, e as exéquias da infanta dona Maria Francisca Doroteia, em Paracatu, em 1771. Obra recente, "Cultura e sociabilidade na América Portuguesa", organizada por István Jancsó e Íris Kantor (Edusp, 2001), traz descrição e interpretação de variadas festas, como despedidas triunfais na celebração da morte e culto de memória, enterros satíricos, etiqueta e cerimônias públicas ou religiosas, entradas solenes, cavalhadas e lutas entre mouros e cristãos, festas e batuques negros, reinados, reizados e congados, sua repressão e assimilação, os carnavais, folguedos, feiras e feriados, comemorações de Natal, Semana Santa, Corpus Christi, Festas do Divino, o Ciclo de N. Sra. do Rosário, o teatro e a música, as festas particulares dos batizados e casamentos. E que, ainda hoje, se fazem em várias cidades históricas, com as mudanças naturalmente ocorridas pela evolução social.

Essa sociedade que se cria na região das minas, abrigada em cidades formadas em veloz processo de urbanização, resultante de um crescimento demográfico explosivo, e que vai viver em luta constante com o Estado colonial, é objeto de estudos recentes, os quais tentam dissecá-la nos seus elementos constitutivos e comportamentais mais profundos, como vida familiar, papel da mulher, vida social, criminalidade, aspectos econômicos, produção rural e abastecimento, hábitos alimentares, festas e tradições. É a chamada História Social, que realiza análise transversal da sociedade, com pesquisa de aspectos até então desprezados da vida humana em grupo, suas grandezas e vicissitudes como também seus pecados. Desmistifica-se um pouco a imagem romântica da "vila rica", que teria vivido período de "esplendor e fartura, porque o ouro a tudo comprava", situação que pode perfeitamente ser aplicada também a outras cidades históricas que tiveram processos similares.

Formou-se logo a sociedade de classes, ricos e pobres, aristocratas e plebeus, com todas as mazelas sociais de uma sociedade multipolar, com acentuados desníveis de renda, com criminalidade, habitações pobres, misérias. Não é a sociedade bipolar de senhores e escravos, da casa grande e a senzala do Nordeste canavieiro ou da colônia rural. "Com os senhores das lavras apareceu uma nova ordem de relações sociais e econômicas, mais moderna,

que contribui para enfraquecer a força do velho feudalismo dos senhores de engenho de açúcar", diz Roberto Simonsen na sua "História econômica do Brasil". E acrescenta: "Por suas atividades econômicas, o litoral agrário e as Minas auríferas já se diferenciam bastante. O primeiro goza de estabilidade razoável, é conservador na manutenção de prerrogativas e privilégios, é paternalista, as segundas são dinâmicas, rebeldes, populistas e democráticas".

Em vários aspectos, essa rede de cidades propiciará experiências pioneiras no Brasil quanto à vida urbana. Ocorre relativa desconcentração de renda com o surgimento das classes médias urbanas. A principal moeda, o ouro, oferecia a possibilidade de acesso dos "homens livres pobres", em razão da exploração mineral aberta a qualquer um nos primeiros tempos. E essa é uma moeda fluente, que permite relações de troca amplas e imediatas. O ouro é simultaneamente riqueza e moeda. Foram as restrições impostas à sua livre circulação que geraram as primeiras revoltas dos mineiros, rebeldia que marcou todo o século XVIII. A luta por autonomia é sempre seu motivo principal. A independência econômica é o motivo básico e inicial que suscita e estimula o desejo de liberdade, de soltura das amarras. A luta pela livre extração e circulação do ouro e pedras preciosas constitui o ímpeto primitivo gerador de revolta, enquanto a vontade de livre exercício de ideias e de autonomia política e governamental vai constituir o sentimento mais elaborado, já ideologicamente estruturado. Eis, em síntese, a história da rebeldia de Minas, que lhe conferirá caráter marcante e a levará a exercer papel singular na formação e surgimento dos primeiros movimentos nativistas, bem como aspirações de independência e de república.

A verdade é que somente um pouco mais tarde é que ocorrerá nas minas a criação de estamentos nítidos, os aristocratas, a burocracia civil e militar, os religiosos, os comerciantes, os mais ricos e uma classe rural em ascensão, misturando a exploração mineral com a lavoura e a pecuária. Quanto aos negros, o tráfico de escravos africanos perdurou por todo o período colonial, só encerrando-se, parcialmente, em 1850, com a legislação que o proibia. Já em meados do século XVIII se concluía pela dificuldade de escravizar os índios, que passaram a ser alvo de catequização na doutrina cristã, tarefa a que se dedicaram precipuamente os jesuítas. Em 1755, lei do marquês de Pombal declarou livres todos os índios.

O rápido crescimento das cidades, plantadas em todo o território, demandando edificações, em ritmo acelerado, exigirá a formação de mão de obra especializada em construções, propiciando o surgimento das profissões médias, pedreiros, carpinteiros e marceneiros, pintores, artífices diversos, artistas, que vão compor as famílias medianas da sociedade. Os primeiros "riscos" surgem de mestres pedreiros portugueses que vêm diretamente de Portugal para a Colônia ou então do Rio, São Paulo ou Salvador. Para as edificações religiosas, os desenhos seguem o estilo jesuítico, retilíneo, que vai caracterizar as primeiras grandes matrizes mineiras. Acelera-se a integração racial, surge o mulato, que terá papel fundamental nessas profissões e também no surto artístico do século XVIII. Logo também essa sociedade sofre limitações à sua organização política e à sua expansão econômica pela Coroa, interessada apenas na exploração das riquezas da Colônia. Imprensa e universidade eram proibidas. Mantinha-se restrita a liberdade da organização política e representativa, proibiu-se o desenvolvimento industrial, a geração e transmissão de conhecimento e a oferta de educação, a circulação/divulgação de ideias e críticas. Novos caminhos só podiam ser

abertos com ordem da Metrópole. O governador, com o título de capitão-general, tinha poderes quase absolutos. E mesmo a religião servia ao Absolutismo e à conformação, com a Igreja Católica aliada dos reis, em troca do apoio à Contrarreforma. A máquina estatal que se implanta na região é "apenas fisco, polícia e justiça", diz João Antônio de Paula.

Mas será essa sociedade, com tais restrições e com essas singulares feições humanas e sociológicas, que produzirá exemplar acervo de obras de valor intelectual e artístico nas principais cidades históricas. Há hoje concordância de que essa criatividade se faz como resultante de duas vertentes principais: de um lado, o "caldo de cultura" próprio dessa sociedade multifacetada, atormentada, conflitiva e oprimida, condições que se refletem em sua visão do mundo, seus sentimentos e sensibilidades; de outro, sua criatividade artística é uma contrafação dialética à restrição ampla da liberdade, representando, portanto, a busca de alguma expressão. A essas duas vertentes se agregam a mentalidade e seu estilo de época, o Barroco absolutista. Sua criatividade artística é seu meio de liberdade, único instrumento sancionado pelo regime colonial e até aprovado pelo caráter lúdico, faustoso e concorrencial dado pela mentalidade de época e estimulado pelo barroquismo incrustado no modo de ver o mundo e na própria vida social.

Na História de Minas aparecem também muitas mulheres que, por diferentes razões e condutas, marcaram presença na memória dos mineiros. Além de Marília de Dirceu, cantada por Tomás Antônio Gonzaga, ou Bárbara Heliodora, caráter forte e até superior ao marido, Alvarenga Peixoto, outros nomes são lembrados. Maria da Cruz, mulher combativa, que dá seu nome ao município de Pedras de Maria da Cruz, emancipado em abril de 1992 no Norte de Minas. Viúva do baiano Salvador Cardoso, administrou grandes propriedades na região, entre elas a Fazenda Capão. Chefiou vários motins em São Romão, Januária e região do São Francisco, de 1736 a 1738, contra o governo colonial e o sistema da captação, que convulsionava os sertões do Rio São Francisco. Comandou tropa, mas acabou presa no Rio e na Bahia e libertada em razão de seu grande prestígio popular e entre as autoridades. Deixou memória de mulher forte, além de querida pelo povo por sua generosidade.

Joaquina Maria Bernarda da Silva Abreu Castelo Branco Souto-Mayor de Oliveira Campos, a famosa Joaquina do Pompéu, nascida em Mariana em 1752, tornou-se fazendeira próspera na região do Pompéu, após ter morado em Pitangui. De suas fazendas, partiam grandes tropas com gêneros alimentícios para diversas cidades, inclusive Vila Rica. Abasteceu emergencialmente a Corte portuguesa que chegou com Dom João VI, estimada em 15 mil pessoas. E tornou-se a fornecedora de alimentos para o Rio por muitos anos. Foi chefe política de toda a sua região, nomeava e punia, com total liberdade de ação. Ao morrer, em 1824, deixou 11 fazendas, 40 mil cabeças de gado e algumas centenas de escravos, baixelas de prata e barras de ouro. E uma imensa área territorial.

Ana Jacinta de São José, a D. Beja, nasceu em Formiga em 1800 e morreu em Bagagem (Estrela do Sul), em 1873. A partir de Araxá, tornou-se influente nos negócios e na política do Triângulo Mineiro. Acabou conhecida nacionalmente por sua personalidade forte e vida singular, mistura de heroína e cortesã, cercada por lendas e fatos reais. Raptada na juventude, por sua grande beleza, apaixonada e não correspondida, escandalizou a sociedade com sua conduta em época marcada pela submissão feminina.

Sobre o papel das mulheres nas sociedades dos dois primeiros séculos mineiros, com base no novo enfoque historiográfico que contempla a vida social cotidiana e o universo cultural e familiar, há o importante trabalho de Júnia Ferreira Furtado "As mulheres nas Minas do ouro e dos diamantes" ("As Minas Setecentistas", em "História de Minas Gerais", 2007, Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta).

Explica-se por esse "mosaico" urbano e civilizatório mineiro a riqueza de sua cultura, seu rico folclore e a expressividade da sua arte popular, internacionalmente reconhecida. Em todo o território mineiro, com as variações dadas pelas heranças singulares do meio, da história e da conformação sociológica, são ricas as manifestações da cultura popular, povoada de festas, adorações, feitiços, superstições, crendices, simpatias, benzeções e rituais. As lendas falam de mulas sem cabeça, saci-pererê, assombrações. E inúmeros arquétipos, variações de um inconsciente coletivo amplo, que se manifestam nas rodas de conversas, ao redor do fogão a lenha nas velhas cozinhas e nos muitos "causos", entre esses vários tipos do "mineirinho capiau", mas sabido. A culinária mineira reflete a variedade de costumes e materiais das matrizes portuguesa, africana e indígena, com incorporações árabes e italianas. E o artesanato, variadíssimo e regional, aproveita os diferentes materiais e a criatividade da mão popular alimentada pela multiplicidade da herança cultural.

Essa sociedade, tão logo encontrou meios de expressão, em especial nas artes visuais, acolhidas pela igreja, soube romper o universo cultural europeu, com seu repertório simbólico dominante, para criar arte própria, com elementos novos. O fato, como salienta João Antônio de Paula, é que se manifestou "a capacidade da cultura colonial de forjar, a partir do repertório simbólico metropolitano, um universo de formas, significados, temas que são, antes de tudo, a explicitação da liberdade criativa, da capacidade dos artistas da colônia de tomarem o modelo europeu e fazerem dele a firmação de uma vocação emancipatória". O caráter autônomo, senão libertador, da arte produzida em Minas no século XVIII, ao tempo da opressão colonialista, é salientado por vários autores. Aqui – e não só pelo uso de materiais específicos, como a moldável pedra-sabão e o itacolomito, e vários tipos de madeira adequados à lavra escultórica, mas pela escolha de temas, de símbolos fito e biomorfos, pela própria expressividade das figuras humanas – há evidente libertação dos cânones do barroco português transplantado nos primeiros tempos e, quase todo ele, criado ou influenciado por arquitetos e artistas jesuítas ou por portugueses imigrantes, formados nesta estética.

No período de 1978 a 1981, a Fundação João Pinheiro realizou extensa e qualificada pesquisa de monumentos religiosos de todo o Circuito do Diamante, no Norte de Minas, revelando tesouros até então desconhecidos. Região pouco estudada, vista como abrigando bolsões de pobreza, quase nada se conhecia de seu patrimônio artístico, exceções do Serro e Diamantina. Revela que o fenômeno cultural e artístico mineiro teve alcance territorial ampliado, além dos primeiros municípios mineradores.

Constatou-se a extensão territorial do fenômeno barroquista e mas também a desarticulação, no século XIX, dos estilos, caminhando-se para os gostos neoclássicos e românticos de um "ecletismo diluidor". O trabalho, realizado sob coordenação de Affonso Ávila e Hélio Gravatá e publicado pela "Revista Barroco" em 1994, traz preciosas descrições de igrejas de Conceição do Mato Dentro e suas adjacências, do Serro, Diamantina, Minas Novas, compreendendo

cerca de 30 cidades antigas, como Congonhas do Norte, Ferros, Morro do Pilar, Alvorada de Minas, Itapanhoacanga, Rio Vermelho, Santo Antônio do Itambé, Serra Azul de Minas, Couto de Magalhães, Datas, Felisberto Caldeira, Gouveia, Modestino Gonçalves, Berilo, Carbonita, Chapada do Norte, Itamarandiba, Turmalina e Virgem da Lapa. Preciosidades, nos sistemas construtivos, na escultura e na pintura, nos diversos elementos ornamentais, de autores desconhecidos, revelam a riqueza artística de Minas, dos povos do passado, em magnífica diversidade cultural, com preponderância para o fervor religioso que a arte sacra expressa.

Existem várias estimativas relativas à quantidade de ouro extraído em Minas Gerais no século XVIII e quanto ao percentual efetivamente levado a Portugal, cálculos difíceis, seja pelo precário sistema de controle colonial como pelo intenso e contínuo contrabando verificado desde os primeiros anos. Não há dúvida, no entanto, quanto à sua influência na economia portuguesa como também na inglesa, como reconhecem os historiadores destes dois países que se debruçaram sobre o tema.

Charles Boxer, inglês, estudioso de Portugal e suas colônias, com visão ampla do processo econômico europeu, no seu famoso "A idade do ouro no Brasil -1695-1750", publicado em 1962, observa que se acreditava ser Dom João V o mais rico monarca da Europa pelos gastos de sua corte e pelas obras que realizou. Mas Boxer não parece compartilhar inteiramente com a tese da riqueza imensa e exclusiva do ouro e das pedras preciosas brasileiras, julgando que também a cana-de-açúcar, o tabaco e outros produtos da Colônia tiveram pesos muito importantes para Portugal e a Inglaterra. E afirma: "Embora sob certos aspectos a idade de ouro do Brasil fosse tudo, menos de ouro, e sob outros aspectos nem tudo quanto reluziu foi ouro, benefícios muito reais resultaram para a comunidade luso-brasileira". A imagem, bastante difundida, do esplendor de uma época, de riqueza ampla e sem limites, amparada na visão edênica do ouro e do diamante, começa a ser desfeita com Boxer e irá encontrar adesão entre vários historiadores. Mas a História de Portugal registra, com fatos e indubitáveis elementos, o período de prosperidade ao tempo de Dom João V, monarca que, segundo se dizia, tentava imitar o fausto e a criatividade de Luís XIV, o Rei Sol, e Luís XV, o Bem-Amado, monarcas franceses, no auge do Absolutismo. É fato que com o ouro do Brasil Dom João V construiu o Convento de Mafra, o Palácio das Necessidades, permitiu a reconstrução de Lisboa e sustentou os gastos de uma corte perdulária. E, para conseguir o título de "Fidelíssimo" e obter o título de "Patriarca de Lisboa", pagou à Cúria Romana uma fortuna em ouro, prata, diamantes e dinheiro em espécie, até hoje objeto de controvérsias.

As minas brasileiras logo se transformaram em objetos de cobiça internacional. Os holandeses, inimigos dos portugueses, fizeram duas tentativas de se instalar no Brasil, em Salvador e Recife. Os franceses, aliados dos espanhóis, que vinham saqueando as colônias portuguesas africanas, desembarcaram no Rio de Janeiro, com evidentes propósitos de alcançar a região das minas. Em 1711, Jean François Duclerc, com 1.500 homens, surge na Baía do Rio de Janeiro e realiza uma invasão. Ainda em 1711, desembargou no Rio o corsário francês René Duguay-Troin, com 3.300 homens, em missão apoiada pelo rei Luís XIV. Tomaram e saquearam a cidade, mas foram obrigados a render-se e a retirar-se pela presença de 5.000 homens, organizados na região das minas, sob o comando do governador Antônio de Albuquerque. Paulistas e emboabas, superando o conflito, integram essa expedição de expulsão dos franceses. Um ano depois os franceses realizaram nova investida, no Maranhão.

Acredita-se que o ouro mineiro esteve na origem da aproximação comercial entre Portugal e a Inglaterra e que viria permitir a expansão industrial inglesa, notória beneficiária dessa relação. A produção atinge maiores volumes entre 1725 e 1760. Pelo Alvará de 3 de dezembro de 1750, o marquês de Pombal, então secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1750 a 1756), estabelece que quando a cobrança do quinto do ouro, realizado pelas casas de fundição, não fosse além de 100 arrobas, limite mínimo de produção com o qual estavam comprometidas as câmaras municipais, haveria uma "derrama" pelo sistema de "captação", ou seja, recolhimento de ouro conforme o número de mineradores, escravos ou não, envolvidos na busca do metal. Os déficits foram se acumulando até que em 1788 somavam 528 arrobas, impagáveis em razão da exaustão da mineração. O visconde de Barbacena, Luís Antônio de Castro do Rio de Mendonça e Faro, governador que chega a Vila Rica em 1788, traz a recomendação da cobrança, denominada Derrama, motivo de grande descontentamento e causa mais próxima da Inconfidência.

Em Minas, a partir de meados do século XVIII, podemos dizer que ocorreu a mesclagem entre o barroco dos primeiros tempos e um "pragmatismo racionalista" inerente à Ilustração. A Independência Americana de 1776 terá grande influência em todas as colônias de Espanha e Portugal nas Américas, e os povos tomam consciência de que podem tomar nas mãos as rédeas de seu próprio destino. Nos espíritos, nas mentalidades, essa dialética histórica levará a um surto cultural com feições próprias, que se torna, nas fases posteriores, naturalmente mais aberto, menos sóbrio, severo ou grave, características do Barroco Canônico imposto pela Contrarreforma e que foi transposto para a Colônia, nos primeiros tempos. Este estilo de arte, opressivo e admoestador, tridentino, em Minas não impedirá que se desenvolva o espírito conspirador e libertário.

A Inconfidência Mineira e, sobretudo, a severidade da punição imposta aos conspiradores, causou grande temor em toda a Capitania. Muitos, simples ouvintes, em diferentes regiões, atemorizaram-se perante a extremada repressão, as delações e outras ameaças, que atingiram autoridades, os ricos e os intelectuais da Colônia. Admite-se que decorre desses fatos o que se tem chamado "trauma da Inconfidência", traço comportamental do mineiro que faz com que qualquer iniciativa de pensamento ou autonomia se manifeste com a estudada e devida discrição. Torna-se esse traço, em acréscimo à índole do minerador, forçosamente reservado, uma característica da personalidade do mineiro. Fábio Lucas, no seu "Luzes e trevas – Minas Gerais no Século XVIII", diz que "o mineiro foi se formando tangido pela astúcia da ocultação". Diz ainda que "o cerco fiscal levou-o a esconder sua fortuna ou as exteriorizações de riqueza. A vigilância social estimulou de um lado a delação e, de outro, a reserva. A rigorosa política fiscal do Absolutismo Português entrou em conflito com variados interesses gestados na dinâmica da produção aurífera e do sistema financeiro que a suportava. Grupos sociais emergentes emitiam a voz dissonante. A decadência da atividade mineradora iria fazer explodir a regularidade da arrecadação dos tributos e a passividade dos agentes reinóis. A manifestação ostensiva e teatral da religiosidade foi sendo mitigada pelo cepticismo, pelo emprego de uma ética civil, aspirante à cidadania.



04

Minas, sociedade e mentalidade

O Ciclo do Ouro constitui, entre a cana-de-açúcar e o café, uma espécie de parêntesis na História do Brasil. O que ocorre nas minas difere do que ocorreria no resto da Colônia, assim como iria produzir um peculiar tipo de sociedade, com tipologia humana própria. Não chega ela a romper a unidade política da Colônia, mas comparece crescentemente nas suas manifestações sociológicas e intelectuais posteriores com traços distintos do povoamento litorâneo. Neste, por ação governamental a terra foi doada com nítido sentido de povoamento e domínio territorial. Nas minas, invasão e ocupação foram espontâneas, sob o fluxo migratório criado pela expectativa de enriquecimento, incontido e sempre desordenado, aventureiro e marcado por conflitos de toda ordem.

Nas três primeiras décadas da ocupação territorial todas as atividades econômicas não relacionadas diretamente com a retirada do ouro e do diamante foram desestimuladas. Proibia-se a construção de novas estradas e quaisquer manufaturas, inclusive de tecidos, que teriam de vir de Portugal. A coação voltava-se especialmente para um opressivo sistema de fiscalização e cobrança do imposto, antes e após a revolta de 1720. Não se desenvolveu, portanto, na Capitania, nestes primeiros anos, um setor econômico privado que tivesse expressão e fosse autônomo. Tal condição é apontada como estimuladora de conflitos e constantes revoltas. Diferentes sistemas de cobrança foram tentados: do quinto do ouro à capitação por escravos, ofícios e negócios, e as cotas de produção. Praticou-se o confisco de diamantes acima de 20 quilates o imposto sobre lojas e terrenos e usou-se também o estabelecimento de Dízimos, Entradas e Passagens para o comércio de mercadorias, através do regime de contratos dados a particulares.

O governo português limitou-se a tentativas de ordenação dos territórios em micro extensões, igualmente interessado, a princípio, que a atividade se realizasse e que se obedecesse ao pagamento de sua parte. E essa mineração se fazia na aventurosa busca da terra mais promissora da ocorrência aurífera, não dependeu, nos primeiros tempos, do poder real para a posse de terra, o trabalho é mais individual e implica em maior nivelamento social e seu fruto traduz-se em imediata riqueza, que não é concentrada. Segundo Roberto Simonsen ("História Econômica do Brasil"), "entre 1700 e 1770, a produção do Brasil foi praticamente igual a toda produção de ouro do resto da América verificada entre 1493 e 1850 e alcançou cerca de 50% do que o resto mundo produziu nos séculos XVI, XVII e XVIII". Os que nos primeiros anos acumularam acabaram por se envolver nos conflitos emboabas e foram praticamente destruídos pela administração portuguesa que procurava se firmar e garantir o seu quinto, o que realmente só ocorre com o Conde de Assumar, Dom Pedro de Almeida, a partir de 1720, após vencer forte resistência da região mineradora, especialmente Vila Rica e Ribeirão do Carmo (Mariana).

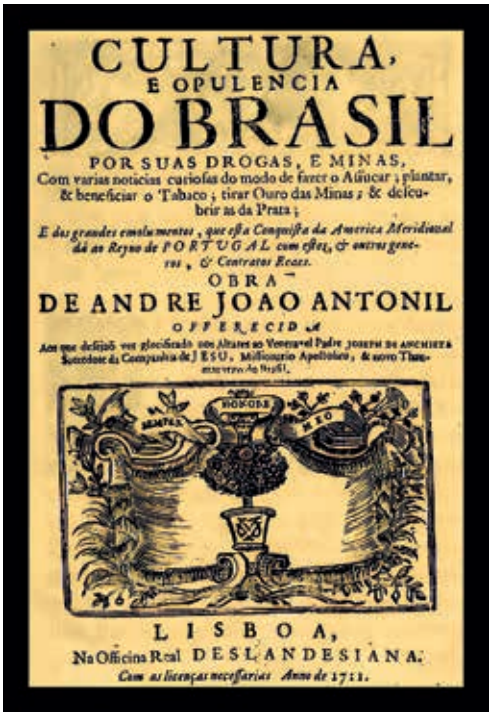
Surge deste período também o esforço da Coroa em estabelecer maior controle sobre as terras banhadas pelo São Francisco, invadidas por fazendeiros vindos da Bahia e Pernambuco, como também paulistas, dedicados à criação de gado, em aproveitamento das condições favoráveis das terras. A mescla social que tal atividade produz é nova na realidade brasileira. É de Simonsen, ainda, a afirmação de que "enquanto um senhor de engenho necessita possuir grandes cabedais para se instalar, o minerador dos aluviões brasileiros poderia ser um homem de poucas posses (...) é inegável que se operou no sertão brasileiro uma divisão de trabalho muito mais intensa do que permitia a organização social do Nordeste brasileiro". O velho feudalismo dos senhores de engenho não se repete na sociedade que a natureza econômica do assentamento minerador produz nas Minas: "Com os senhores de lavras aparece uma nova ordem de relações sociais e econômicas, mais moderna, que contribui para enfraquecer a força do velho feudalismo dos senhores de engenhos de açúcar", diz Simonsen. O homem de Minas é rebelde, aventureiro, dinâmico, populista e democrático. O senhor de engenho tem apoio do absolutismo e se torna umbilicalmente um áulico da Corte, que tem nele o esteio do colonialismo.

"A administração portuguesa se dissimulará modestamente à sombra dos senhores de engenho", diz Roger Bastide. "As minas, ao contrário, se impulsionaram pela autossuficiência, o autonomismo e a insubmissão". "Os mineiros vivem num Estado cercado de serras, do tamanho da França, e são conhecidos como o povo montanhês. Tem uma identidade regional distinta que remonta às raízes do século XVIII" ('Minas Gerais – O fiel da balança – 1889/1937", John Wirth, Paz e Terra, 1982). É ainda do "brazilianist" John Wirth a observação de que "todos os Estados brasileiros são criações políticas mas nenhum tem a variedade de paisagens que constitui o patrimônio singular de Minas Gerais. As fronteiras do Estado não definem uma região geopolítica coerente. Refletem, antes, a conveniência colonial portuguesa, isto é, seu desejo de isolar Minas Gerais desde a primeira corrida do ouro do mundo moderno, de 1690 a 1740". A povoação da região das minas é acelerada, sob o impulso da descoberta e pesquisa de ouro e pedras preciosas. Nas minas a povoação é rápida como também é veloz o atingimento de vida urbana compatível com os grandes centros da época. Revela-se a Serra do Espinhaço como aurífera, principalmente em sua extensão sul. Dela correrá o ouro para o Rio das Velhas e os riachos que abasteciam sua bacia hidrográfica e que se tornarão o principal meio geográfico de penetração territorial.

De 1500 a 1822, data da Independência, foram criadas em todo Brasil 220 Vilas (título de reconhecimento de cidade concedido pela Coroa Portuguesa), das quais perto de uma centena estavam na região aurífera, mais da metade destas surgidas no século XVIII. Explica-se o fato de Minas Gerais ter hoje 853 municípios e perto de cinco mil povoados e distritos. Nos primeiros anos do século XIX, São Paulo tinha cerca de 150.000 habitantes e Minas já tinha 500.000. A transferência de população se faz em poucos anos, difundida a notícia dos primeiros descobrimentos nos últimos anos do século XVII. Charles Boxer ("Idade do ouro do Brasil", 1969) diz que durante os primeiros 60 anos do século XVIII a corrida do ouro provocou a vinda, de Portugal, de aproximadamente 600 mil pessoas, em média anual de 8 a 10 mil. Em 1709 estima-se que 30 mil pessoas estavam ocupadas em atividades mineratórias, agrícolas e comerciais na região aurífera.

Passados os primeiros anos, a região mineradora produz três núcleos de ocupação razoavelmente definidos: o primeiro constituindo uma região em que se incluíam Vila Rica, Mariana, Sabará, Santa Bárbara, Barão de Cocais, Caeté, Santa Luzia, Itabira e Moeda; outra compreendendo São José del-Rei, hoje Tiradentes, e São João del-Rei e povoados menores como Prados. Ritápolis, Lagoa Dourada, Resende Costa, São Brás do Suaçuí e Congonhas; e outra, mais distante, compreendendo Conceição do Mato Dentro, Serro, Diamantina, Minas Novas. E muitos povoados, antigos arraiais. Estas regiões são entrecortadas por caminhos antigos e, embora mantenham suas características gerais, vão apresentando algumas diferenças na arquitetura e nos traços sociais, como ainda hoje se observa. Nas minas, e de maneira marcante na região do Tripuí, Vila Rica e Ribeirão do Carmo (hoje Mariana), faz-se a "confluência cultural" de todas as raças que ali aportaram e como sugere e exige a sua própria posição geográfica central.

Passados os primeiros anos de fixação das vilas, de marcada desorganização social, própria da busca ambiciosa da fortuna imediata e fácil, sucede o estabelecimento de uma sociedade já com os contornos da vida urbana integrada. É de Antonil ("Cultura e opulência


CULTURA,
E OPULENCIA
DO BRASIL
POR SUAS DROGAS, E MINAS,
Com varias noticias curiosas do modo de fazer o Assucar; plantar, & beneficiar o Tabaco; tirar Ouro das Minas; & descubrir as da Prata;
E dos grandes emolumentos, que esta Conquista da America Meridional dá ao Reyno de PORTUGAL com estes, & outros generos, & Contratos Ecaes.
OBRA
DE ANDRE JOAO ANTONIL
OFFERECIDA
Ao que desejou ver glorificado nos Altares ao Venerauel Padre JOSEPH DE ANCHIETA Soteriose da Companhia de JESU. Missionario Apostolico, & novo Thaumaturgo do Brasil.
HONORE
SEMPER
DEO
LISBOA,
Na Officina Real DESLANDESIANA.
Com as licenças necessarias Anno de 1711.

Livro Antonil. Fonte: Blog Fernando Nogueira Costa

do Brasil", André João Andreoni, 1711), que terá visto Vila Rica com os próprios olhos, a afirmação: "Sobre essa gente, quanto ao temporal, não houve até o presente coação ou governo algum bem-ordenado e apenas se guardam algumas leis que pertencem às datas e repartição dos ribeiros". Aventureiro por imposição da própria atividade que o trouxera àquela terra e o obrigava sempre a ocultar o produto de sua descoberta dos competidores e do fisco, introvertido e desconfiado, escondendo o arrojo subjacente à sua personalidade de pioneiro e desbravador, o homem das minas enfrentava ainda outras dificuldades próprias da geografia mineira, as montanhas, quase sempre escarposas, algumas de difícil transposição e dificultadoras também da própria atividade mineratória. Introvertido por esperteza, mas de ouvido atento, aventureiro porque sempre em busca de novos veios de ouro, o mineiro é desconfiado por decorrência da própria luta pela sobrevivência e político por necessidade de estar informado dos fatos e ocorrências bem como dos ordenamentos públicos relativos à repartição da terra, fiscalização e tributação.

E, sobretudo, é homem da montanha, naturalmente mais cuidadoso ao andar, evitando os precipícios. E sua vida, rude e isolada, o obrigava a ter na mão de obra escrava mais do que serviçal mas o companheiro de trabalho do qual dependia em um nível elevado de lealdade em razão da própria natureza do trabalho comum. Não há, nas Minas, a grande oposição entre o senhor e escravo ocorrida, por exemplo, nos engenhos de açúcar. Minerador, homem das montanhas, é obrigado a certos comedimentos e a ser convivente com seus escravos. Esses condicionantes, aqui colocados de maneira sucinta, marcam indelevelmente o tipo psicológico do mineiro e são reconhecidos como traços de personalidade inconfundíveis herdados de sua formação histórica. Capitania e Província, Minas contribui mais que qualquer outra região para a exaltação dos sentimentos nativistas e a aspiração da Independência por razões decorrentes de sua origem e luta pela sobrevivência. É farta a literatura que procura distinguir um caráter singular dos mineiros.

Nelson de Sena, na "Coreografia do Estado de Minas Gerais", de 1922, inaugura o tema: "Foram sempre os mineiros gente conservadora de tradições e de hábitos, aferrados à terra e ao lar, temente a Deus e à lei, de poucas e descansadas falas e nenhuns amores pela exibição e patacoadas... No meio desta aparência moleirona e apática, repassada de uma certa astúcia inata, são os mineiros, em geral, escravos fiéis da palavra empenhada, destemerosos opositores do despotismo, amigos leais da ordem, extremados na defesa de sua fé religiosa, da honra de seus lares e da independência de suas crenças políticas". O tempo passa e muda estereótipos mas ainda é possível identificar no mineiro tradicionalista, especialmente nas cidades interioranas e nas atividades rurais, estes traços distintivos dos mineiros, resultado de pouco mais de três séculos contados desde o início do povoamento do território. Distinta do senhor de engenho, a figura do senhor de minas de ouro ou pedras é fundamental à afirmação das cidades e o desenvolvimento de sua vida social e econômica. É ele que presidirá o ordenamento das novas relações sociais, sempre e fundamentalmente conspirando contra a administração colonial, inepta e casuística até na repressão. É questão interessante na História Colonial Mineira a apropriação vultosa realizada pelas muitas fortunas que se fizeram no período de maior produção aurífera, possibilitando a expansão urbana e o investimento em edificações de maior porte e valor arquitetônica e artística. Diz-se que os mineiros, perante o fisco real, aprenderam a falar nas entrelinhas e as elites a praticar a ostensiva conciliação, procedimentos herdados destes tempos em que a apropriação de alguma riqueza, subtraída da ganância da corte colonizadora, exigia esses subterfúgios e disfarces de conduta. Fábio Lucas diz que "O mineiro foi-se formando tangido pela astúcia da ocultação. O cerco fiscal levou-o a esconder sua fortuna ou as exteriorizações de riqueza.

A vigilância social estimulou de um lado a delação e, de outro, a reserva. A política fiscal-cezarista do Absolutismo português entrou em conflito com variados interesses gestados na dinâmica da produção aurífera e do sistema financeiro que a suportava" ("Luzes e trevas – Minas Gerais no século XVIII", Humanitas, 1998). A Inconfidência Mineira, que teria envolvido muitos mais pessoas do que os condenados, ampliou a conduta reservada, precavida, ao "pé do ouvido", pouca conversa, embora sempre atenta aos fatores e novidades. O traço libertário/conspirador é decorrência natural desta situação de imanente conflito e que terá na Inconfidência, em 1789, seu ponto alto. Tornaram-se conspiradores padres, militares, comerciantes, funcionários graduados e os mais abastados da Colônia e, sobretudo, os intelectuais e artistas, cujo "Iluminismo" forneceu o suporte ideológico às aspirações de autonomia. Este conflito torna-se concreto logo nos primeiros anos, com a Guerra dos Emboabas, depois com a sublevação de 1720 contra o quinto do ouro e as casas de fundição e a execução de Felipe dos Santos, e em muitos outros episódios de motins e revoltas, ocorridas durante todo século XVIII em quase todas as regiões da Capitania. O grande interesse de Portugal na Capitania e sua constante rebeldia faz com que seja instalado um aparato judiciário, com quatro comarcas, em Vila Rica, Rio das Mortes, Sabará e Serro, enquanto e outras capitanias criou-se apenas uma comarca.

Pode-se dizer que a estrutura social era relativamente simples. Os brancos podem ser divididos entre a nobreza local, em sua totalidade funcionários da Coroa e militares e os mais abastados concessionários de minas e grandes comerciantes. Desde logo criou-se uma

sociedade com uma classe média de homens livres, entre brancos e mulatos que exerciam as "profissões de ofícios". Significativa é a presença, desde muito cedo, de homens de cor já livres, fator certamente decorrente do tipo de atividade econômica, que é a busca relativamente livre da extração mineral nos primeiros anos, levando a uma razoável distribuição da riqueza local.

Na segunda metade do século ocorre transformação na economia mineira. A mineração em decadência expulsa população para outras regiões, em busca de sobrevivência em terras mais férteis. A Capitania, excluídos os índios, era superior a 300 mil habitantes e o número de escravos era equivalente ao de brancos, em vários momentos. A sociedade era uma mistura de raças: novos emigrantes brancos, segunda e terceira geração de brancos nascidos na Capitania, de novos escravos e os nascidos em cativeiro, os pardos e mulatos já constituindo um segmento libertos presentes nos novos estamentos sociais, alguns já ocupando cargos burocráticos, os grandes proprietários morando nas cidades ou fazendas, tudo isto compondo um quadro de aparente mobilidade e elasticidade social, pois prevaleciam restrições de cor especialmente para a frequência em igrejas e irmandades, constituídas por categorias raciais e econômicas.

Merece menção a publicação "Uma visão sobre as enfermidades dos negros", em 2019, do médico e estudioso da História da Medicina, Geraldo Barroso, que relata ter existido em Vila Rica, por volta de 1801, uma pioneira escola de medicina, organizada e ministrada pelo cirurgião Antônio José Vieira de Carvalho, formado em Portugal, que chegara à cidade em 1779 como médico-militar do Real Hospital Militar de Vila Rica, que atendia o Regimento de Cavalaria Regular da Capitania. Trazido para Vila Rica pelo governador Rodrigo José de Menezes, o médico obteve autorização, a 17 de junho de 1801, do regente de Portugal, Dom João, para ministrar aulas de Anatomia, Arte Obstetrícia e Cirurgia e que funcionou por muitos anos, com presença de outros professores. Será mais um pioneirismo da Minas colonial no ensino da Medicina no Brasil, que ocorre sete anos antes da criação das duas primeiras escolas de Medicina no Brasil, a primeira a 18 de fevereiro de1808, na Bahia, em Salvador e, a segunda, no mesmo ano, no Rio, por atos de Dom João VI.

Em "Desclassificados do ouro", de 1982, Laura de Mello e Souza desfaz o mito de que as regiões mineradoras e, de modo especial, Vila Rica, viveram uma espécie de esplendor, com a riqueza do ouro mas, em grande medida, "um falso fausto". Para ela a "riqueza foi enganadora" e foi "apanágio de poucos, e teria sido consagrada pela ritualização do barroco da opulência". Se a sociedade de então enriqueceu alguns, criou, no entanto, um enorme contingente de "desclassificados sociais", pobres, sem profissão e atividade certa, analfabetos, perambulando pela região, negros sem pouso, criminosos, levando as câmaras municipais a pedir constantes providências para conter abusos, crimes, agressões e roubos.

A antiga tese da passividade dos negros, mesmo quando submetidos a maus tratos, se desfaz em pesquisas mais atuais: registra-se que nos séculos XVIII e XIX, a ocorrência de muitas revoltas dos negros e que, entre 1711 e 1798, existiram em Minas cerca de 126 quilombos ("A negação da ordem escravista", Carlos Magno Guimarães, 1986). O maior deles, o Quilombo do Ambrósio, na região de Ibiá, durou vários anos. Álvaro da Silveira, em "Narrativas e Memória", de 1924, informa que localizou, entre Ibiá e São Gotardo, vestígios do quilombo, ruinas, valas e trincheiras. E relata que no local existia o "Povoado do Quilombo" e um córrego chamado "Quilombo do Ambrósio". O Quilombo foi destruído em

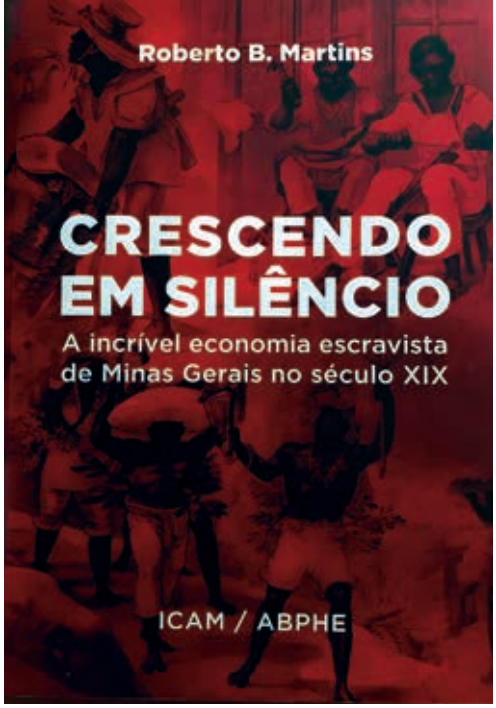


Ruínas do Real Hospital Militar de Vila Rica, que atendia o Regimento de Cavalaria Regular da Capitania
Fonte: Revista Médica de Minas Gerais

1746 por ordem do governador Gomes Freire de Andrade ("Negros e quilombos em Minas Gerais", Waldemar de Almeida Barbosa, 1972". Pesquisas posteriores tem concordado com esta localização. Estudos mais recentes vem destacando que a mão de obra escrava exerceu missão social e econômica fundamental, em ofícios além da mineração, como carpinteiros, mestres de oficina, pedreiros, calafates, barbeiros, ourives, ferreiros, cozinheiros e como fabricantes de açúcar, cachaça, sapateiros, condutores de animais, alfaiates.

A mineração, a princípio a céu aberto, rios e riachos, que recolhiam a erosão provocada por chuvas e ventos das montanhas, mas logo depois nos tuneis cavados nas rochas também pelo braço humano, usou intensa e majoritariamente a mão de obra escrava. Roberto Martins, no seu extraordinário livro "Crescendo em silêncio – A incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX", republicado em 2018 com novas pesquisas e desenvolvimento da sua tese basica, nos dá dados da presença de escravos na Capitania nos séculos XVIII e XIX. Em 1717, cita o autor, a Capitania tinha uma população escrava de 33 mil pessoas, número que aumenta gradativamente a cada década, alcançando 96.541 em 1735 e 188.941 em 1786, quando a extradição do ouro já reduzira. Outro interessante quadro mostra que em 1819 Minas Gerais liderava no Brasil o número de escravos, com 168.543, enquanto a Bahia, segunda em população negra, tinha 147.263 escravos. Em quase todo o período analisado, em Minas, sobretudo, a população branca excedia em pequeno número a população negra e os chamados pardos.

Interessante é que em 1872, oito anos antes da abolição, pela mesma estatística, Minas tinha 306.425 escravos, argumento utilizado por Roberto Martins para sustentar sua tese de que a agropecuária, o café e a economia centrada nas fazendas, contraria a tese amplamente divulgada pela historiografia de que Minas apresentava, após o Ciclo do Ouro, extrema pobreza. A mão de obra escrava localiza-se majoritariamente nas fazendas e em pequenos negócios intermediários, oficinas, fábricas de ferro e ferramentaria, serviços urbanos na



Livro "Crescendo em silêncio – A incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX", de Roberto Martins, republicado em 2018, nos dá dados da presença de escravos na Capitania nos séculos XVIII e XIX. Fonte: Arquivo do autor

construção e domiciliares. É importante lembrar que o Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão, o que ocorre somente m 1888, resistindo mesmo às proibições do tráfico negreiro por vários atos governamentais e atitudes de outros países, especialmente a Inglaterra.

Levantamento de 1776, citado por Tarquínio José Barboza de Oliveira e Kenneth Maxwel, atribuído a José Joaquim da Rocha, autor de pesquisas demográficas e de mapas da Capitania, tidas como as mais fidedignas, mostram que a população total era de 309.769 pessoas. "Vila Rica tinha 78.616 pessoas, sendo 49.7889 homens e 28.829 mulheres. Da população total, 7.847 eram homens brancos, 7.891 pardos e 33.961 pretos. Haviam 28.829 mulheres, sendo 4.832 brancas, 8.810 pardas e 15.187 negras. Sabará era a comarca mais populosa, com população de 99.567l pessoas, sendo 60.366 homens e 39.210 mulheres. Os negros somavam 17.011 da população branca masculina e, entre as mulheres, 5.746 eram brancas, 16.725 pardas e 16.239 negras.

Sylvio Vasconcellos diz que "a mineração extensiva, não contrabalançada por várias atividades agrícolas ou pastoris; o isolamento da área para melhor controle da produção aurífera; as sucessivas revoltas populares contra a administração real; a debilidade e tergiversação desta, limitação do número de escravos destinados a uma mesma exploração e a promiscuidade entre brancos e negros, promovida pelo tipo de trabalho que cumpriam e a escassez de mulheres brancas, levaram à formação de uma sociedade eminentemente urbana, aberta, liberal e progressiva". E de cor morena.

De grande importância antropológica é o caldeamento racial então ocorrido. É certo que, nesse ambiente mineiro, ocorreu o delineamento do "homem brasileiro", com franca inserção social e formação de uma classe média majoritária, com a predominância do mulato, tipo novo, que não se formara da estrutura social vigente no Nordeste e Norte da Colônia, onde a

sociedade era "discriminatória, fechada e conservadora", característica da grande propriedade rural ou da "sociedade setorizada", que distanciava racial e economicamente os extremos branco e negro. Hoje, a historiografia nacional de caráter sociológica e interpretativa, e não só as correntes de pensamento expressas nas obras de Gilberto Freire ("Casa grande e senzala", "Sobrados e Mocambos"), Viana Moog ("Bandeirantes e Pioneiros") ou Buarque de Holanda ("Raízes do Brasil"), situa neste tipo de sociedade que se formou nas áreas de mineração a existência dos fatores determinantes da origem do mulato, de pele morena, mas não só distinto pela coloração epidérmica como por traços psicológicos específicos, singularmente decorrentes da situação em que se originou e formou, entre eles a criatividade artística.

Nas primeiras cidades do Ciclo do Ouro formam-se também as classes médias, artesãos, pedreiros, pintores, entalhadores e mestres de cantaria, serralheiros, bombeiros, músicos e homens práticos, indispensáveis à vida urbana e à manutenção do casario e serviços públicos básicos, atendendo às demandas da vida coletiva e urbana.

A historiografia contemporânea vem enfatizando um novo perfil da tipologia humana das sociedades coloniais brasileiras. A vinda de africanos, em grande número, criará uma sociedade "negra e morena" também nos grandes centros da colonização espanhola, especialmente México e Peru, assim como Salvador, no Brasil, desde os primeiros anos da ocupação colonial. A colonização do Novo Mundo inaugura também a experiência da "africanização" da mão de obra em grande escala. "Na América Portuguesa, vilas e cidades do litoral, tais como Olinda e Recife, Rio de Janeiro, Belém, São Luís, as do Recôncavo Baiano e as áreas de mineração, principalmente as de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, também conheceram, umas mais do que as outras, essa africanização e essa hibridação intensas, movimento de dimensões incomparáveis na época moderna" ("Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas", Eduardo França Paiva e Isnara Pereira Ivo, organizadores, Edições UESB, 2008).

Dizem estes autores que "nestas regiões desenvolvem-se as práticas da população negra e mestiça por três séculos: festas, associações religiosas, cultos tradicionais e mesclados, ritmos, comidas, técnicas, línguas e saberes os mais diversos circularam intensamente". E ainda: "Reis negros foram eleitos nestas cidades, mulheres africanas e mestiças dominaram o pequeno comércio de alimentos nas ruas e vendas, ocorreu mobilidade social e ascensão econômica, técnicas de mineração e de fundição inalteradas ou adaptadas foram empregadas, alimentos e remédios foram traficados, explorados ou aclimatados, alforrias e coartações foram conquistadas pelos escravos". Ocorre também uma revisão importante quanto à participação de negros e mulatos na criação artística que resultou no surto cultural de Minas nos séculos XVIII e XIX. "Ocorreu um silêncio quanto à participação escrava e forra" nos primeiros estudos e publicações sobre a produção artística e patrimonial, "mesmo quando o foco fosse uma sociedade escravista em que o mundo do trabalho era quase exclusivamente dominado pelos escravos". O tema da escravidão e condições de vida da população negra desperta maior interesse da historiografia mais recente. Exemplo alusivo está em "No sertão das Minas – Escravidão, violência e liberdade (1830-1888), de Alysson Luiz Freitas de Jesus, de 2007.

O próprio Sylvio de Vasconcellos ("Vida e obra de Aleijadinho", Brasiliana,1979), arquiteto e historiador emérito, diz que "O Brasil, até o século XVIII, era integralmente e só português (....) portuguesa era a maioria da população ponderável, os usos e costumes, as



Papa negro na Igreja de N. Sra. do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz, onde recentemente se vem identificando alguns símbolos africanos, de origem Iorubá, como cascos de tartarugas, búzios e de flora. E as imagens de santos e demais alusões são negras. Fonte: Acervo digital UNESP

ferramentas e o modo de ser da colônia". Com ressalva para Antônio Francisco Lisboa, filho de português branco com escrava negra, bem como os "músicos mulatos", revelados no século XX, que eram os únicos destacados na historiografia. Igualmente não se identificava na ornamentação das igrejas quaisquer elementos de origem africana, mesmo nas de devoção negra, exceção para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz, em Ouro Preto, onde bem recentemente se vem identificando alguns símbolos africanos, de origem Iorubá, como cascos de tartarugas, búzios e de flora. E as imagens de santos e demais alusões são negras. O que se explica, historicamente, também pela origem da igreja, que revela ter sua construção originária de um conflito com a Igreja do Padre Faria, de devoção tomada pelos brancos. E até hoje a história-lenda de Chico, rei na África, se liberta em Vila Rica, descobre a Mina da Encardideira, hoje aberta à visitação, e recria seu reinado com um séquito que o acompanhava à Igreja.

Citações relativas à participação escrava e africana só aparecem na historiografia sobre a produção artística mineira após a comemoração do centenário da Abolição, com destaque para o trabalho das historiadoras da arte Cristina Ávila e Maria do Carmo Andrade Gomes, que comentam a insuficiência de estudos sobre a participação dos negros no Barroco Mineiro, embora sua "influência se faz notar nos próprios domínios da arte, da música e da literatura". Para as autoras, a produção artística mineira esteve submetida, por um lado aos cânones estéticos dos modelos eruditos europeus e por outro teve seu conteúdo rigidamente ordenado pelos preceitos da Contrarreforma Católica ("O negro no Barroco Mineiro: o caso da Igreja do Rosário de Ouro Preto", Cristina Ávila e Maria do Carmo Gomes, 1988).

É questionada, na atualidade, a opinião dominante entre os pioneiros historiadores, que nas obras artísticas e arquitetônicas o domínio sempre foi dos brancos, mestres e oficiais reinóis, restando aos negros e mestiços a atuação como auxiliares para "as tarefas mais árduas e mais simples". Wilson Martins, na sua extraordinária "História da Inteligência Brasileira" (Volume I – 1550 a 1794, Ed. Cultrix, 1972), diz que "a afirmação do mulato como força intelectualmente e artisticamente criadora não significa que houvesse desaparecido o preconceito social inseparável de uma sociedade escravocrata mas revela indiretamente uma modificação profunda que seria incorreto ignorar". E mais: "Com efeito, não se trata de uma ascensão do mulato e sim da ascensão do brasileiro. Além disto, esses mulatos, livres e salariados, prenunciam uma sociedade em que a consciência econômica, como fator mental, faz a entrada".

Martins, na análise deste processo social, afirma que "a terceira fase do processo será marcada justamente pela geração do Aleijadinho e será aquela em que a superioridade social, e certamente econômica, do branco, começa a ser contrabalanceada pela superioridade intelectual e artística do mestiço ou, mais precisamente, aquela em que todos, identificados pelo contato emotivo do grande teatro de Deus que é a igreja barroca, começam a ter consciência obscura de sua solidariedade essencial". E conclui: "O processo sociológico que a figura do Aleijadinho pode simbolizar de forma magnífica não é o da ascensão do mulato; é a constituição, àquela altura perfeitamente caracterizada, de uma nova raça histórica e, por isso mesmo, de uma nação com a clara consciência de si mesma".

German Bazin, diretor-conservador do Louvre de Paris, que visitou Ouro Preto pela primeira vez em 1945 e conheceu o acervo artístico deixado pelo século XVIII, com especial dedicação ao estudo da vida e obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, pesquisando as raízes do temperamento "barroco" do mulato, nos diz: "Tornada instável pelo choque de sangue, a alma destes mestiços está sujeita aos impulsos mais contraditórios. De temperamento apaixonado, são levados à fantasia, à sensualidade e a um misticismo grosseiro, alimentado pela superstição. Isto tudo para a atmosfera barroca de Minas no século XVIII – os negros e os mestiços não eram os últimos a animarem as ruas com espetáculos que, entre eles, tomaram uma forma particularmente estrepitosa e ruidosa". Os mulatos demonstram talento e criatividade artísticas, com presença destacada em todas as ações, obras, iniciativas e criações que vão integrar o imenso acervo artístico do esplendor do Ciclo do Ouro.

O surgimento e ascensão social do mulato corresponde ao nascimento da sociedade colonial, como força e expressão de poder e grupo social organizado. É neste momento que ocorre fragmentação do status até então existente entre o poder reinol metropolitano e os grupos econômicos nascentes na Colônia", assinala Fritz Teixeira de Salles ("Vila Rica do Pilar", 1982) na sua busca das origens da "consciência nacional" na obra literária brasileira setecentista. É por essa época que a Corte começa a restringir o poder municipal das Câmaras, até então de acesso restrito aos "homens bons" da vila. É que a "harmonia social", do ponto de vista e do interesse da Coroa, tinha até então base na ordem econômica, de característica nitidamente feudal, estruturada a partir do senhor de engenho e a mão de obra escrava, bipolaridade rigorosa do Ciclo do Açúcar. A sociedade minerária exige categorias econômicas diversas e diferenciadas, propicia a formação do mercado produtor e consumidor de bens intermediários. Surge, então,



As matrizes culinárias portuguesa, afro-brasileira, indígenas e de migrações de vários povos, conferem a Minas uma apreciada cozinha, de fama internacional, que se apresenta hoje nas melhores mesas e que retoma presença nas casas tradicionais. Fonte: Jornal Hoje em Dia

uma nova classe social, de homens livres, artesãos e profissionais prestadores de serviços básicos e também comerciantes, em sua maioria, que altera o "equilíbrio de forças" do rígido e dualista regime que tinha base na economia rural.

O componente indígena no conjunto racial dos dois primeiros séculos mineiros merece reconhecimento. Até meados do século XIX as populações indígenas eram vistas como inimigas. As tentativas de escravizar índios eram difíceis pela própria herança cultural. Calcula-se que em Minas existiam cerca de 80 tribos, com população calculada em 400 mil. E os remanescentes, em nossos dias, sobrevivendo em condições precárias, não passam de 15 mil, segundo dado do IBGE, reconhecidos pela Funai. Os grupos existentes são: Krenak, na região de Resplendor, no Leste do Estado, os Maxacali, em Ladainha, Teófilo Ottoni, Bertópolis e Santa Helena de Minas, no Vale do Mucuri, os Pankararu, em Araçuaí e Coronel Murta no Vale do Jequitinhonha, os Pataxó, em Carmésia, Senhora do Porto, Guanhães, Açucena, Governador Valadares, no Vale do Rio Doce e em Itapecerica, no Centro-oeste, os Xacriabá, em São João das Missões e Itacambari, na região Norte, os Xukuru-Kariri, numa fazenda da Funai, em Caldas, no Sul, os Kaxixó, em Martinho Campos e Pompeu, na Região Central. Os Aranã, em Coronel Murta, os Aranã-Caboclo, também em Coronel Fabriciano, os Mucuriñ, em Campanário. A Funai reconhece outros grupos menores, sem dados atuais, como os Pataxós em Bertópolis, os Tuxá, em Pirapora, os Awa-Katur, em Araxá e Uberlândia. Pode-se dizer que as condições de vida destes grupos remanescentes, bastante precárias, indicam um processo de extinção em curso.

A ocupação territorial de Minas, nos anos finais do século XVIII, encontrou feroz resistência dos índios botocudos, do Vale do Rio Doce. Dom João VI, logo após a chegada ao Brasil, assinou no dia 13 de maio de 1808 Carta Régia, pedida pelo governador

da Capitania, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, determinando o uso de tropas do Regimento Regular de Cavalaria de Minas para impedir "invasões" praticadas pelo botocudos, descritos como antropófagos. A Carta diz que os ataques não só "devastam todas as fazendas naquelas vizinhanças" como também os indígenas "passam a praticar as mais horríveis e atrozes cenas de bárbara antropofagia, ora assassinando os portugueses, ora dilacerando os corpos e comendo seus tristes restos" ("Legislação indigenista no século XIX, 1808-1889", Manuela Carneiro da Cunha, 1992).

Na atualidade, como atrativos turísticos e culturais de Minas, adquirem fama e reconhecimento duas práticas herdadas da diversidade da formação mineira: a culinária, resultante de uma rica e variada cozinha, e o folclore, com as suas excepcionais manifestações nos diversos ramos da cultura popular. As matrizes culinárias portuguesa, afro-brasileira, indígenas e de migrações de vários povos, conferem a Minas uma apreciada cozinha, de fama internacional, que se apresenta hoje nas melhores mesas e que retoma presença nas casas tradicionais. Entre as iguarias de fama internacional o queijo e a cachaça mineiros, com premiações internacionais e um avanço e sofisticado preparo.

A cultura popular, nas expressões de um riquíssimo folclore, apresenta variedade, criatividade, singularidades e muitas matrizes regionais e no uso de diferentes materiais. E mantém vivas tradições e práticas relativas aos modos de viver, as festas e celebrações, a religiosidade e crendices, o artesanato, cânticos e danças, as heranças africanas dos grupos de congadas e folias, os folguedos, a medicina popular. Fundada em fevereiro de 1948, por grandes nomes da cultura mineira, como Ayres da Matta Machado Filho, Nelson de Sena, Antônio Joaquim de Almeida, Lúcia Machado de Almeida, Francisco Inácio Peixoto, Henriqueta Lisboa, João Camilo de Oliveira Torres, Saul Alves Martins, Tabajara Pedro e muitos outros, a Comissão Mineira de Folclore mantém-se ativa com reuniões, palestras, livros e revistas, divulgando e registro manifestações de diversas regiões do Estado. Entre seus presidentes, em tempos atuais, destacam-se Antônio de Paiva Moura, Domingos Diniz, Sebastião Rocha, Carlos Felipe Marques Horta, José Moreira de Souza.



05

O esplendor artístico e cultural

Muitas questões atraem e fascinam os que se dedicam à leitura do século XVIII mineiro. Trata-se da decifração plena dos fundamentos sociológicos que permitam análise comparativa com fenômenos civilizatórios, similares no continente americano, ao surto de criatividade artística e intelectual que ocorre fundamentalmente nas cidades históricas mineiras, surgidas na "corrida" desencadeada pela descoberta do ouro e pedras preciosas nos territórios interiores da América portuguesa, particularmente em Ouro Preto, Mariana, Sabará, São João del-Rei, São José del-Rei (Tiradentes), Congonhas, Caeté, Serro, Diamantina, Pitangui e Paracatu, núcleos urbanos principais e pioneiros da ocupação setecentista e irradiadores de um tipo singular de sociedade. E que abrangerá todos os campos do espírito humano, culminando com os ideais de liberdade política e autonomia econômica, inerentes às sociedades que atingem maior grau de civilização.

É importante lembrar que a pesquisa histórica recente assinala pioneirismo de ocupação territorial também no Norte Mineiro, às margens do Rio São Francisco, especialmente com a fundação de Matias Cardoso, com viajantes vindos da Bahia, dedicados à criação de gado, em período coincidente com a descoberta das minas de ouro.

A revisão crítica dos primórdios da ocupação do território, na região minerária, assinala uma singular confluência de fatores históricos, geográfico/naturais, étnicos, religiosos, econômicos e políticos plasmou nas "Minas do Ouro" um singular tipo de sociedade que foi capaz de gerar um conjunto de homens, poetas, escritores, religiosos, pintores, ornamentistas, escultores, arquitetos, músicos, naturalistas e pensadores políticos, entre outras e variadas profissões e atividades, unidos por um sentimento de emancipação nacionalista e constante rebeldia face ao regime colonial português, inepto e opressor. Sociedade irrequieta, em luta e conflitos pela sobrevivência, inicialmente em ambiente natural inóspito, mescla de aventureiros de toda espécie que acorreram à região em busca do ouro. Ocorre um certo refinamento pelo gosto artístico, traço distintivo que se forma pelo caldeamento dos fatores estimulados pelas características de uma sociedade irrequieta e libertária, submetida a sentimentos religiosos em um tempo de transformações espirituais e que forma, muito cedo, vida urbana que permite e estimula a evolução do pensamento e maior liberdade na criação artística.

Torna-se claro que a fertilidade intelectual e artística desse período, a partir da segunda metade do século XVIII, só se explica a partir da existência, nas Minas setecentistas, de uma cultura humanística mais ampla, com alcance além das belas letras e artes, uma sociedade de letrados, uma Arcádia Mineira, com homens atualizados no pensamento político da Ilustração e do Iluminismo que domina o século. Reconhecem os historiadores brasileiros e estrangeiros que ocorreu em Minas, nas cidades históricas, a primeira e grande cristalização artística de uma autêntica cultura brasileira. A compreensão dos vetores que instruem essa sociedade, capaz de incorporar a cultura transportada pelo colonizador e dar-lhe feições próprias, é fundamental para a plena decifração do fenômeno cultural mineiro e sua fruição como objeto de Turismo Cultural. A influência e o exemplo das cidades históricas mineiras, no campo cultural e na organização urbana e suas instituições, é ressaltado no livro "Cidades Históricas que mudaram o Brasil", do jornalista Francisco Brant, de 2012.

Nas novas terras americanas, segundo as melhores análises do fenômeno sociológico de transplantação cultural, os conquistadores espanhóis encontraram os astecas, no México, e os incas, no Peru, como também os maias em outras regiões, em estágio civilizatório mais avançado. E, por esta condição, obrigaram-se a empregar ação de conquista e dominação via desestruturação cultural e, em algumas situações, a destruição das sociedades encontradas, em episódios que constituem um dos mais marcantes exemplos de genocídio cultural de toda a História da Humanidade. Nessas regiões, mesmo submetidas a deliberado e agressivo processo de extinção, as culturas pré-colombianas, preservadas pelos grupos étnicos e sociedades remanescentes, ainda são marcantes, senão dominantes, nas diversas manifestações artísticas, apresentando evoluções e sincretismos diversos com a influência espanhola e o estilo barroco europeu dos séculos XVII e XVIII.

Na América portuguesa, os colonizadores encontraram grupos indígenas em estágio mais primitivo, tribal ou clânico. As cidades que se implantam na região das minas, começando do nada, organizadas velozmente e sob impactos de uma ocupação desordenada, observam o caráter básico português e não só na sua formação urbanística e arquitetônica.

A vida civil e religiosa, os códigos de organização social e administrativa, são elaborados conforme as disposições lusas, sob dominação e acompanhamento da administração colonial portuguesa desde o início, fortemente e quase unicamente interessada no ouro. É específico, portanto, o fenômeno de transplantação cultural. Além da influência portuguesa, apenas serão incorporadas algumas práticas culturais, em menor escala e em maior tempo, vindas do negro africano, trazido como mão de obra escrava, cujo contingente populacional chegou a equiparar-se com o branco, e dos indígenas, estes sempre resistentes às tentativas de escravização ou mesmo de integração urbana e social.

O idioma português se mantém intacto e será elemento fundamental de transmissão cultural. O tupi-guarani, falado nos primeiros tempos no Brasil pela população aclimatada, estimulado pelos jesuítas nos núcleos sob sua influência, onde eram mais próximos os contatos com o indígena, será proibido na Colônia. Os elementos simbólicos principais das culturas asteca e inca, e mesmo dos maias, encontrados nas edificações deixadas por esses grupos, nas suas muitas cidades e templos, e até os nossos dias em processo de descoberta e de elucidação histórica e cultural, vêm revelando sociedades com organização social avançada e conhecimentos codificados dos elementos naturais. Já se vivia em cidades, com traçado urbanístico e especialização de equipamentos públicos. O que constitui questão surpreendente no caso das "Minas do Ouro" e suas cidades é que, embora a transplantação cultural tenha se feito de maneira absoluta, ocupando espaços vazios, e tenha a Coroa portuguesa tentado, por todos os meios coercitivos, manter a região fechada e imune a qualquer influência estrangeira ou ao florescimento de modos próprios de pensar e de se informar, mesmo assim, muito cedo se criou uma espécie de consciência própria, rebelde, irredentista e nacionalista.

É o que demonstram os inúmeros conflitos com o governo português, motins e ações de resistência, particularmente nas duas primeiras décadas do século XVIII. Mais tarde, desenvolvidos os núcleos urbanos, formados os diversos estamentos e classes sociais, estabelecida a vida coletiva organizada, essas manifestações de autonomia intelectual vão se expressar com mais intensidade na criatividade artística, na arquitetura, em algumas práticas da vida coletiva, religião, hábitos e costumes. Se a rebeldia é a reação dialética à opressão, o surto artístico e intelectual será o meio sociológico de expressão dessa sociedade nascente e oprimida.

Para uma decifração maior dessas questões, contribuiu significativamente o trabalho "Ensaios sobre o Ciclo do Ouro", do professor Washington Albino, de 1978, em que discorre sobre "As lições das vilas e cidades de Minas Gerais". Primeiramente, discute o papel e a influência do ouro e pedras preciosas na riqueza de nações, construtores de prestígio e facilitadores do crédito e do movimento dos negócios. Para ele, não havia, por parte das nações colonizadoras ocidentais, experiência jurídica ou vivência institucional, representadas por princípios normativos, sobre como tratar e gerir as novas regiões mineradoras: "A prática espanhola, que poderia ser lembrada, baseou-se, inicialmente, na depredação e no saque de monumentos e de templos, onde o ouro já se encontrava extraído e trabalhado, e

já integrado, portanto, à cultura local autóctone. Não se tratava de regiões vazias e, portanto, de transplante populacional e cultural completos, mas, ao contrário, de dominação violenta de uma cultura sobre outra, repetindo-se, de certa maneira, o modelo romano de conquista e ocupação dos territórios". Ainda no caso espanhol, havia governos estabelecidos, sociedade organizada, com normas de vida coletiva mais elaboradas e antigas. Mas na região das minas o processo de ocupação e urbanização ocorreu com certa autonomia na organização das cidades, que tiveram que ser construídas do nada. Suas sociedades, sua cultura, vão adquirir traços do seu momento histórico e seus condicionantes do espaço, do meio físico, das influências étnicas, da economia de subsistência, das práticas coletivas.

Sérgio Buarque de Holanda, no seu "Raízes do Brasil", faz ressalvas no caso da colonização espanhola. Diz que, "no primeiro momento, ficou ampla a liberdade ao esforço individual, a fim de que, por façanhas memoráveis, tratasse de incorporar novas glórias e novas terras à Coroa de Castela, logo depois, porém, a mão forte do Estado fez sentir seu peso, impondo uma disciplina entre os novos e os velhos habitantes dos países americanos, apaziguando colonos para maior proveito da metrópole". A dominação espanhola se mostrou favorável à implantação de cidades e em 1563 baixou as "Ordenanzas de Descubrimiento Nuevo y Población", para governadores e povoadores, complementado, dez anos depois, pelas "Leyes Generales de los Reynos de Índias", baixado por Felipe II. Este documento trazia normas não só para a organização governamental como para o traçado urbano: "As ruas não se deixam modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo; impõem-lhes antes o acento voluntário da linha reta". A construção da cidade começaria pela chamada praça maior: "Quando em costa do mar, essa praça ficaria no lugar de desembarque do porto; quando em zona mediterrânea ao centro da povoação". E a praça deveria ser sempre um quadrilátero. Eram feitas recomendações específicas sobre a escolha de locais para as cidades, em geral, afastadas do mar, em locais altos.

No caso mineiro, cidades foram plantadas pelo casuísmo e várias, como Ouro Preto, em locais inadequados, porque próximas ou junto às próprias minas. Buarque de Holanda conclui que "o empreendimento de Portugal parece tímido e mal aparelhado", com relação ao domínio e organização da colônia e, especialmente, nas minas. "O esforço dos portugueses distingue-se principalmente pela dominância de seu caráter de exploração comercial", enquanto os "castelhanos, ao contrário, querem fazer do país ocupado um prolongamento orgânico do seu". No Brasil, diz o autor, nos primeiros tempos, "somente a obra dos jesuítas foi uma rara e brilhante exceção". As missões jesuíticas, destruídas por sua independência, mostraram organização superior, fraterna e cooperativa, pode-se dizer que pré-socialistas. Os espanhóis, embora também trouxessem a intenção extrativista e exploratória, já por volta de 1530 criam universidades, circunscrições religiosas e até permitem a imprensa nos territórios conquistados. No Brasil, essas iniciativas foram obras dos jesuítas, sempre mal vistos pela Coroa e, ao final, expulsos.

Em 1642, desfeita a União Ibérica dois anos antes, com Portugal adquirindo autonomia (de 1580 a 1640, Portugal esteve anexado à Espanha), foi criado o Conselho Ultramarino destinado a concentrar a gestão das colônias. No entanto, por insuficiência de recursos de toda ordem, este Conselho, embora tivesse vida longa, até o século XIX, pouco influenciou

no caso brasileiro e especialmente nos primeiros anos da ocupação das minas, segundo opinião dominante entre os historiadores. Em 19 de abril de 1702, foi estabelecido o Regimento dos Superintendentes, Guardas-Mores e Oficiais Deputados para as Minas do Ouro, a primeira tentativa do governo português de colocar ordem e impor normas no novo território, que vivia verdadeiro tumulto, com o deslocamento de milhares de indivíduos de diversas procedências, todos movidos pela ambição do enriquecimento fácil pelo ouro. Esse instrumento pouco ou nada valeu quanto ao nascimento e organização das primeiras cidades. Limitou-se a estabelecer critérios aos atos de concessão de sesmarias e das chamadas datas, áreas de terreno auríferas, em geral nas margens dos rios. Mas, segundo a farta bibliografia existente, a ocupação do espaço urbano, como mostra muito bem o exemplo de Vila Rica, se fez de modo desordenado e até caótico, por falta de um planejamento urbano. Na verdade, segundo os testemunhos mais fiéis e detalhados sobre esses momentos, falhos eram os governos locais e, especialmente, na nascente Vila Rica que, só a partir de 1720, quando se instala na cidade a sede da Capitania emancipada, é que contará com algum controle público.

Concordam os analistas da época que, "engolfada em contradições, a administração mineira apresentou um movimento pendular entre a sujeição máxima ao Estado e a autonomia" (Laura de Mello e Souza). O historiador Francisco Iglesias, no seu artigo "Minas e a imposição do Estado no Brasil", de 1974, diz que "houve centralização política, imposta pela Coroa, mas não a centralização administrativa, uma vez que a metrópole sempre reconheceu as peculiaridades locais, não vendo o Brasil como um todo, mas as suas especificidades. Este reconhecimento explica a plasticidade e alguns êxitos do administrador". Será essa maleabilidade um dos fatores que explicam o fato de Portugal ter conseguido manter íntegro o imenso território do Brasil Colônia.

Em Minas, é claro que os fenômenos de aculturação que vão surgindo, representados pela manifestação de elementos próprios de formação cultural, são alimentados e condicionados basicamente pelos vetores conformadores locais da irrequieta e insólita sociedade que se vai criando, implantada no território virgem e direcionada pelas próprias limitações do meio e da luta pela sobrevivência. E marcada, sobretudo, pela especificidade de uma ocupação territorial rápida, desordenada, de difícil controle, causada por uma explosiva e rápida corrida pelo ouro. Muito cedo, como produto dessas realidades, surgiria nas minas o sentimento de resistência a normas e controles. E daí, até como defesa de seu modo e meio de vida, logo surgiria a exaltação de elementos tipicamente brasileiros, do sentido épico da vida, o canto das coisas da terra, entre outros motivos que demonstram o desejo de uma autonomia cultural, captados pela literatura que se produz nos primeiros tempos. O "abrasileiramento" é fenômeno que se manifesta logo nos primeiros anos, espécie de força libertadora, espaço de vida própria, elementos de visão do mundo que surgem do próprio confronto entre a vida e o meio, em sobrevivência difícil naquelas terras virgens, mas ricas. A esse contexto, acrescenta-se o "espírito de época", dado pelo Absolutismo e sua aliança com a Igreja Católica, em apoio à Contrarreforma, ensejando um estilo próprio de arte, o barroco.

Affonso Ávila, no seu "Iniciação ao Barroco Mineiro", de 1984, afirma que "transplantado em pleno vigor do Seiscentos para a Bahia e a faixa litorânea do Nordeste, onde se ergueram os nossos primeiros templos de suntuosidade típica do estilo, o barroco acompanhou a



Ornamentações da Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, de Cachoeira do Campo, no Estilo Nacional Português, cuja a contrução data da primeira metade do século XVIII, sendo um dos mais antigos templos de Minas Gerais. Fotografia: Sabrina Delamore. Arquivo Graphar

corrida do ouro e acabou por insular-se em Minas, aqui alcançando grandeza e autonomia criativa e fazendo demorar por todo o século dezoito a prevalência de suas formas. É o tônus barroco que anima o inteiro organismo da sociedade mineradora – as suas festas públicas, as suas solenidades religiosas, o cenário de formas e cores onde elas decorrem". Há que se buscar, nesta matriz cultural, ampliada com os outros fatores que condicionam o início da sociedade mineira, as explicações para o fenômeno artístico do século XVIII, que é o tempo inaugural de Minas. A religiosidade do colonizador português, implantada nas minas, será a motivação básica do espírito de suntuosidade e monumentalidade, de resto orientação seguida pela Igreja Católica, "que buscava enfatizar o poder temporal da religião através da pompa e do brilho exterior do culto", como forma de retomar a cristandade, como determinava a Contrarreforma. Conforma-se, mesclado desses vários vetores, o quadro que emoldura o ambiente cultural das minas setecentistas.

Fábio Lucas, escritor e crítico literário, estudioso da formação do mineiro, referindo-se a uma afirmação de Antônio Torres, destaca no seu "Luzes e trevas – Minas Gerais no século XVIII", uma circunstância que, por si, é significativa da fermentação sociológica/cultural desta região. Em um período de 20 anos, num raio de menos de 20 léguas, nasceram os quatro melhores poetas do século XVIII: José de Santa Durão (Inficcionado, Distrito de Mariana, em 1722), Manoel Inácio da Silva Alvarenga (Vila Rica, 1749), Cláudio Manuel da Costa (Mariana, 1729), José Basílio da Gama (São José del-Rei, hoje Tiradentes, em 1741). Os motivos nacionalistas ou do canto da terra natal dominam, como no "Caramuru", de Santa Rita Durão, no "Glaura" e outros temas de um nacionalismo nascente de Silva Alvarenga, como também em Cláudio Manuel da Costa, com o poema "Vila Rica" e outros escritos, e Basílio da Gama, em "Uruguai". E todos, com exceção de Santa Rita Durão, se envolveram em processos políticos,

assim como três outros, poetas e inconfidentes, da mesma geração e contemporâneos no mesmo território, mesmo clima e inspiração, também integrantes da Arcádia Mineira: Tomás Antônio Gonzaga, ouvidor de Vila Rica, onde viveu de 1782 a 1789, nascido português de pai e mãe brasileiros; Inácio José de Alvarenga Peixoto, carioca residente em São João del-Rei, e Francisco de Melo Franco (Paracatu, 1757), médico e literato, autor de "Reino da estupidez", crítica à Inquisição e que o levou à prisão, em Portugal. Em 1777, Francisco de Melo Franco, estudante de Filosofia e Medicina em Coimbra, foi preso pelo Tribunal do Santo Ofício sob a acusação de heresia, naturalismo, apostasia, blasfêmia e dogmatismo. Era aluno de Domingos Vandelli, líder maçom, amigo e mestre de vários estudantes brasileiros e que os influenciou na formação nacionalista e na gestação das ideias que iriam culminar na Inconfidência Mineira. Cumpriu quase quatro anos de prisão e só após conseguiu licenciar-se em Medicina, em 1796.

A esses autores e seus escritos coube "construir os códigos poéticos, míticos e figurativos adequados à expressão do jeito brasileiro – o nosso peculiar modo de falar do amor", como a "a graciosidade queixosa e meiga de Gonzaga", ou a "pungente gravidade do lamurioso Cláudio", como diz Edward Lopes, em "Metamorfose – A poesia de Cláudio Manuel da Costa" (Unesp, 1997). Edward Lopes procura reabilitar Cláudio perante os muitos detratores, que insistem em ver seus escritos como somente enquadráveis na ideologia e nos valores portugueses e o julgam pelos depoimentos prestados nos "Autos de devassa", quando preso na Casa dos Contos, dias antes de sua morte. E repele a crítica que não vê em Cláudio nem em seus companheiros um repertório arcádico com ligação com o localismo mineiro ou brasileiro, como também desprovido de evidências antilusas. O fato é que Edward Lopes vê no período "o mais importante ciclo artístico do Brasil colonial", alinhando-se ao lado do Romantismo e do Modernismo como "as três fases decisivas da História da Civilização Brasileira". Martins de Oliveira ("História da literatura mineira", 1963) afirma que "de Cláudio correrá sempre a notícia de que fora senhor absoluto, em língua portuguesa, dos segredos da grande poesia. Ombreando com os sonetistas mais famosos do mundo, seja do porte de um Dante, ou de um Petrarca, seja da estatura de Camões, fez-se dono de notabilíssima bagagem literária".

Rogério Faria Tavares, jornalista e escritor, presidente da Academia Mineira de Letras (2019/2020), diz que "em trezentos anos Minas Gerais legou ao país vários dos expoentes mais refinados da produção literária brasileira". O livro "Literatura Mineira: trezentos anos", de 2020, publicado pelo BDMG Cultural, organizado por Jacynto Lins Brandão, traz a mais completa e atual leitura da produção literária mineira nos três séculos, em textos de professores, pesquisadores e críticos literários, tornando-se referência indispensável aos interessados na literatura mineira. Os autores realizam ensaios temáticos dos autores de todos os tempos da história mineira e sua rica, farta e excepcional obra, chegando até à atualidade, revelando uma "vida interior", refletida no "apego à memória e o apreço pelas letras", traços atribuídos aos mineiros. Verifica-se, nesta excepcional publicação, como a "literatura percorre de cabo a rabo os 300 anos de Minas Gerais .... e como "ela, em extemporaneidade, se faz contemporânea de seu tempo e se diversifica", diz Jacynto Lins Brandão.

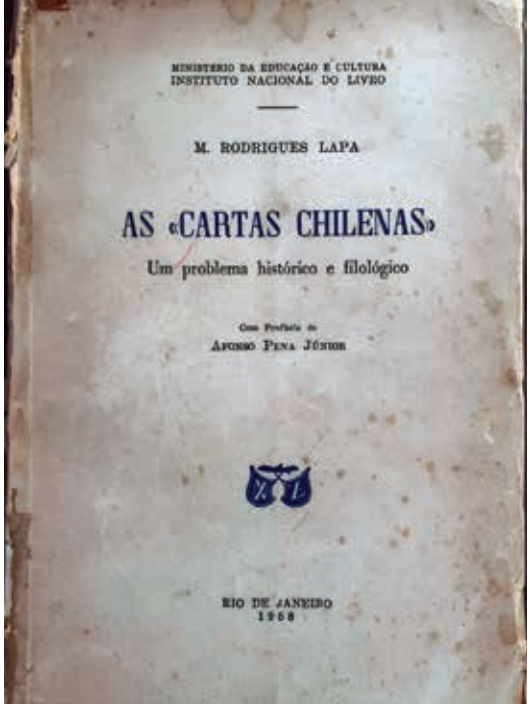
Alguns autores concordam que Cláudio Manuel da Costa, autor de vasta obra, com refinada elaboração e reconhecido pendor poético, criara em Vila Rica, em 1768, usando o pseudônimo de Glauceste Satúrnio, uma Arcádia Ultramarina, tendo como integrantes


MARILIA
DE
DIRCEO.
POR T. A. G.
LISBOA:
NA TYPOGRAFIA NUNESIANA
ANNO M. DCC. XCII.
Com Licença da Real Meza da Commissão Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros.

Livro Marília de Dirceu, autoria de Tomás Antônio Gonzaga, teve dezenas de edições e foi traduzido em várias línguas.. Fonte: Blog Cultura Genial

os principais inconfidentes poetas. Persiste a notícia de que Cláudio pertencera também à Academia Brasílica dos Renascidos, sediada na Bahia, que acabou fechada por determinação do governo português por vê-la como instituição de inspiração maçônica e conspiratória. Cláudio, poeta e advogado, homem culto, inconfidente, tem sua vida e obra descritas, com visão abrangente e atualizada, em "Claudio Manuel da Costa, poeta das Minas Gerais", de 2019, de Andréa Sirihal Werkema. Quanto a Tomás Antônio Gonzaga, poeta e ouvidor de Vila Rica, que tornou-se o autor mais conhecido e estimado em língua portuguesa "pela doçura dos versos, intensamente amorosos e, acima de tudo, pelo desfecho trágico, pungentíssimo da sua vida, golpeada de maneira tão brutal", afirma Martins de Oliveira. Seu livro "Marília de Dirceu" teve dezenas de edições e foi traduzido em várias línguas. E seu "Carta Chilenas", poético e político, inconfidente, é referência da Ilustração mineira do período, nas críticas à gestão colonial portuguesa e na afirmação do sentimento de rebeldia dos mineiros nos anos finais do século XVIII.

Justamente quando se inicia a decadência econômica, com a exaustão do ouro, registrada pela queda de produção a partir de 1750, floresce em Vila Rica um "esplendor cultural". Os escritos produzidos já expressam, segundo Edward Lopes, "os dizeres iluministas" e os "ideais enciclopedistas", ao gosto da Ilustração, que toma conta da segunda metade do século XVIII. Os valores ideológicos exprimem a "afirmação do primado da razão, da experiência e da análise, para o conhecimento de qualquer fenômeno, de qualquer realidade; o apego à noção pré-romântica do retorno à natureza como espaço de harmonia; a perspectiva antropocêntrica do humanismo iluminista, cujo suporte é o conceito civil da igualdade (não se trata, ainda, como a Revolução Francesa acentuará, da igualdade universal entre as pessoas, mas, sim, da discriminativa igualdade entre os iguais); os postulados da liberdade e da fraternidade; a crença no progresso da humanidade, por meio do desenvolvimento das ciências positivas, matematizáveis



As cartas Chilenas, autoria de Tomás Antônio. Versos apócrifos satíricos que circularam em Vila Rica, vão suscitar grande debate na literatura brasileira quanto à sua autoria. Fonte: arquivo do autor

e experimentais, com o descarte explícito dos dogmas do catecismo mofado da Escolástica; a decadência das ideias absolutistas, como reconhecimento da necessidade de adoção do regime de governo republicano, mais consentâneo com a visão laica da modernidade do Estado".

Para ele, "o legado literário do Brasil para o patrimônio cultural português crescerá, de maneira notável, na segunda metade do século XVIII, com o aporte das novidades que lhe são carreadas pelas obras da Escola Mineira", como as "Obras poéticas" (1768) de Cláudio Manuel da Costa, em especial o poema "Vila Rica", "O Uruguai" (1769), de Basílio da Gama, o "Caramuru" (1781), de Santa Rita Durão, as "Cartas chilenas" (1789) e "Marília de Dirceu" (1792), de Tomás Antônio Gonzaga. Em Silva Alvarenga ("O desertor das letras") e Francisco de Melo Franco, destacam-se as "sátiras à pedagogia bolorenta da Escolástica e o apoio à reforma da Universidade de Coimbra". Silva Alvarenga, nascido em Vila Rica, autor do poema "Glaura", muda-se para o Rio, cria um clube literário, é preso em 1794, acusado de conspirar contra o governo e a religião, permanece dois anos e meio na prisão, é posto em liberdade por clemência de d. Maria I. Morre em 1814.

As "Cartas chilenas", versos apócrifos satíricos que circularam em Vila Rica, vão suscitar grande debate na literatura brasileira quanto à sua autoria. Retratam a vida colonial em fins do século XVIII, com críticas ácidas e irônicas ao governador Luís da Cunha e Menezes, conde de Lumiares, chamado de "Fanfarão Minésio", e que permaneceu em Vila Rica de 1783 a 1788, quando foi substituído pelo visconde de Barbacena. Refletem o pensamento iluminista e demonstram a existência, em Vila Rica, de um nascente pensamento inconfidente, de caráter irredentista e resistente ao jugo governamental incompetente. Alguns autores as atribuíram por algum tempo a Cláudio Manuel da Costa, hoje comprovada a autoria de Tomás Antônio Gonzaga. A partir da década de 1950, graças a estudos de Afonso Pena Júnior, Afonso Arinos de Melo Franco, Alberto Faria e, especialmente, do filólogo português Rodrigues



Barão de Eschwege, mineralogista alemão, que estudou as riquezas minerais do Estado, no princípio do século XIX, quando residente em Vila Rica, onde viveu de 1810 a 1821.
Fonte: wikipédia

Lapa, com o seu "As cartas chilenas — um problema histórico e filológico", MEC/1958, a autoria ficou consagrada a Tomás Antônio Gonzaga. O historiador Tarquínio José Barboza de Oliveira, com "Cartas chilenas – fontes textuais", de 1972, que efetuou extensa pesquisa histórica, documental e genealógica em Vila Rica, onde residiu por 11 anos, apresenta novas sustentações em favor de Gonzaga. Persiste a polêmica quanto à data de circulação dos versos, apócrifos, em Vila Rica, se no ano final da presença de Luís da Cunha ou no ano posterior à sua substituição, já com o visconde de Barbacena.

O fenômeno artístico/cultural que ocorre na região das minas se estende, com maior ou menor escala, à rede de cidades, com feições sociológicas próprias, surgidas da corrida pelo ouro e pedras preciosas. Será essa corrida a motivação inicial de povoamento do território mineiro, complementado pelos "caminhos de abastecimento". A produção de víveres, vindos de onde a qualidade das terras era melhor, e onde não prevalecia a monocultura extrativa mineral, será um segundo maior motivo de abertura de novos territórios de ocupação. Duas questões, interdependentes, transporte e abastecimento, serão as dificuldades maiores de todo o período colonial. De um lado, a dependência de víveres externos que evitassem as crônicas crises de fome. De outro, a necessidade do escoamento do ouro em condições seguras. Pesquisas recentes sobre os primeiros caminhos e estradas no território das "Minas do Ouro" destacam a primazia histórica do Caminho do Sertão, da Bahia e do Rio São Francisco, que ligava Salvador, capital brasileira até 1763, a Sabará. E, um pouco mais tarde, já nos anos finais do século XVIII, pelo Rio das Velhas, a Vila Rica e Ribeirão do Carmo, hoje Mariana.

Incluem-se nesse "sistema urbano", já existente ao final da primeira década do século XVIII, um conjunto de cidades formadas no entorno dos primeiros núcleos, quase todos localizados às margens dos percursos do Caminho Velho, Caminho Novo e Caminho dos Diamantes, hoje



Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, que nasceu em Vila Rica, em 1737/8, e morreu em 18/11/1814. À esquerda, retrato póstumo de Aleijadinho realizado por Euclásio Ventura, séc. XIX.À direita, Retrato de Aleijadinho feito pelo renomado pintor Henrique Bernardelli. Fonte wikipédia

reunidos sob a denominação de Estrada Real. O Caminho Novo, direto do Rio a Vila Rica, é implantado pelo governo colonial alguns poucos anos mais tarde, encurtando o percurso. O Rio das Velhas será a grande via de penetração, assim como o grande atrativo será a aurífera Serra do Espinhaço, espinha dorsal de Minas, na expressão inaugural do barão E.L von Eschwege, mineralogista alemão, que estudou as riquezas minerais do Estado, no princípio do século XIX, quando residente em Vila Rica, onde viveu de 1810 a 1821. Ambos, rio e serra, que correm juntos, arcarão e orientarão os caminhos de entrada e fixação no novo território. Esse sistema urbano vai gerar, especialmente entre a segunda e a terceira década de sua existência, a classe média integrada por artesãos e artistas, filhos da terra, que marcarão singularmente a fisionomia cultural mineira.

Bastaria lembrar Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, Patrono das Artes Plásticas Brasileiras, que nasceu em Vila Rica, em 1737/8, e morreu em 18 de novembro de 1814, filho de pai português e mãe negra escrava, ícone e matriz de uma escola de escultores, santeiros/entalhadores, de tradição até hoje muito viva em Minas, com flagrante influência em artistas/artesãos de reconhecido valor pelo refinamento de suas obras. Germain Bazin, conservador-chefe do Museu do Louvre, Paris, visitando Minas, apaixonou-se pela obra de Aleijadinho e publicou, na Europa, seus "L'Architecture Religieuse Baroqueau *Brésil*" (1956) e "Aleijadinho et la sculpture baroque au Brésil" (1963), este também editado no mesmo ano no Brasil. Obra monumental, lançou Antônio Francisco no mundo. Para Bazin, "nos últimos anos do século galante, num país perdido do outro lado do Atlântico, um mestiço produz esta obra sublime, a última aparição de Deus evocada pela mão do homem". Aleijadinho e sua obra genial, ornamentista e arquiteto, e fundamentalmente escultor, mundialmente reconhecido, objeto de extensos e aprofundados estudos analíticos são, cada vez, mais vistos como resultantes do "cadinho sociológico" dessa sociedade inicial das "Minas do Ouro".

As fontes pioneiras e mais valiosas sobre Aleijadinho são dois artigos de Rodrigo José Ferreira Bretas, mineiro de Cachoeira do Campo, publicados no "Correio Oficial de Minas", em 1858, sob o título "Traços biográficos relativos ao finado Antônio Francisco Lisboa, distinto escultor mineiro mais conhecido pelo apelido de Aleijadinho", em que cita o vereador de Mariana, Joaquim José da Silva, contemporâneo do mestre. No "Registro dos Fatos Notáveis da Capitania", de 1790, escrito por ordem régia assinada pela rainha d. Maria I, a 20 de julho de 1782, que determinava à Câmara de Mariana assentar em livro próprio "fatos e casos mais notáveis, dignos de história", o vereador afirma que, "com efeito, Antônio Francisco, o novo Praxíteles, honra igualmente a arquitetura e a escultura". E mais: "Admira-se a invenção, o equilíbrio natural ou composto, a justeza das dimensões, a energia dos usos e costumes e a escolha e disposição dos acessórios com os grupos verossímeis que inspira a bela natureza."

Precioso e enriquecedor publicação sobre Aleijadinho é do promotor público e historiador Marco Paulo de Souza Miranda, "O Aleijadinho revelado", de 2014, que pesquisou em Portugal a genealogia da família do pai de Aleijadinho, Manoel Francisco Lisboa, a sua vinda para Minas Gerais, a constituição familiar. E, o mais importante, pesquisando o Livro de Batismo da Igreja de Antônio Dias, onde Aleijadinho foi batizado e está enterrado, encontrou registro com data de 1737, bastante verdadeiro pela citação dos nomes. Antes, as atribuía-se como datas de nascimento de Aleijadinho 1738 e 1730, sempre um elemento de divergências entre vários pesquisadores. Atualizações sobre Aleijadinho, vida, obra e meio estão no livro "Aleijadinho – 200 anos", de 2014, Editora Graphar, com coletânea de artigos e com pinturas alusivas de Carlos Bracher.

Assim como a vida de todo artista famoso, também a de Aleijadinho é recortada de mistérios e fragmentações, a começar pela data de seu nascimento, se 1730 ou 1738 ou, conforme publicação recente, em 1737, confusão causada inicialmente pela discrepância entre estas duas primeiras datas e a certidão de batismo e o registro da morte. E também pelo erro no sobrenome do pai, Manoel Francisco Lisboa, chamado Costa no registro de óbito. Hoje, a maioria dos autores prefere as datas de 1737/38. Sua fama, e a valorização comercial de seus trabalhos, levam a que lhe atribuam a autoria de muitas obras, móveis e imóveis, em quantidade superior até ao seu tempo de vida. Igualmente discutida é a natureza de sua doença, objeto de intensas pesquisas envolvendo especialistas de renome e várias publicações, que a tentam diagnosticar a partir dos relatos de suas lesões, com especulações sobre a impossibilidade de exercer trabalho manual pela perda dos dedos e da mobilidade manual. Sua doença, ou lesão por acidente, se manifesta em 1776, segundo seu primeiro biógrafo, Rodrigo Ferreira Bretas, e os diagnósticos variam de lepra, artrite reumatoide, um tipo raro de sífilis com comprometimento cerebral e outras, para fixar-se, nos últimos anos, em porfiria, patologia rara, mas sobre a qual há razoável concordância e que foi formulada após a exumação de seus supostos ossos.

A Associação Médica de Minas reuniu especialistas para discutir o tema, mas não houve concordância nos diagnósticos. Em 1970, após participar de uma mesa-redonda com especialistas da Faculdade de Medicina da UFMG, o médico Tancredo Furtado publicou O "Aleijadinho e a medicina", analisando várias hipóteses e concluindo pela "lepra nervosa". Em 1998, o médico Geraldo Barroso de Carvalho publica livro em que analisa as patologias possíveis e conclui que Aleijadinho teria sofrido duas graves

enfermidades: a porfiria cutânea tardia e a hanseníase. Em 2018, no livro "Aleijadinho – 200 anos", Editora Graphar, que traz artigos que atualizam vida e obra do artista, à luz de novas pesquisas e leituras, Geraldo Barroso, dermatologista e hanseniologista, publica texto em que reafirma sua opção pela hanseníase, após novos estudos sobre a doença e sua manifestação em Aleijadinho. A opinião de Barroso é hoje a mais aceita.

O médico Geraldo Guimarães da Gama publicou, em 2004, trabalho em que fala em derrame cerebral por acidente físico, como a queda de um andaime e na "sífilis terciária". Adverte, no entanto, que Vila Rica do século XVIII, e até anos recentes, teve grande incidência de leprosos, a ponto de uma ordem do governo, de 18 de maio de 1788, conforme relatório juramentado dos médicos Tomás Belo Aquino e Manoel Fernandes Santiago, encontrado no Arquivo Público Mineiro, "fez confinar, sob escolta, no arraial de São Bartolomeu, todos os portadores do mal de São Lázaro, incluindo os de aparência suposta ou duvidosa, moradores de Vila Rica, sem exceção alguma". Aleijadinho, no entanto, embora residente nessa época, não foi incomodado. E é fato que era conhecido e que sua doença não o impediu de trabalhar até dois anos antes de sua morte, em 1814, quando já apresenta sintomas claros de deformação.

Há mistério também sobre sua formação profissional e artística, provavelmente originária do pai, português e emérito construtor Manoel Francisco Lisboa, como também sobre a inspiração de várias criações, na imaginária e na arquitetura, supostamente incompatível com sua condição intelectual. É certo, no entanto, que teve mestres de valor e renome, lia e escrevia corretamente e teve acesso a gravuras e livros sacros. Várias obras e mesmo sua existência chegaram a ser contestadas por autores de renome e, mesmo nos nossos dias, procura-se "desmistificar" o artista, com questionamentos amplos que envolvem a formação de sua reputação, as fontes da biografia, as atribuições de obras e o que foi produzido pelos seus ajudantes. Mas Aleijadinho continua Patrono das Artes Plásticas brasileiras, símbolo da brasilidade artística, objeto de estudo e de publicações, ícone maior da criatividade e da genialidade do excepcional acervo produzido no século XVIII mineiro, mestre e matriz de uma escola de escultores que ainda hoje diferencia Minas Gerais.

Intensamente discutidas são as características estéticas da obra de Aleijadinho e sua inserção no século XVIII mineiro ou, mais especificamente, como produto de um meio como o que ocorre em Vila Rica. Conviveu com revoltas, com o autoritarismo da Metrópole, com a derrama e a exaustão do ouro e com a Inconfidência Mineira de 1789, e certamente conheceu vários inconfidentes. Mas – e sobretudo – criou obra com personalidade distintiva, com refinado desenho e acabamento, na madeira e na pedra-sabão, hoje classificada como de vinculação ao estilo rococó. Orlandino Seitas Fernandes, no artigo "Sobre a arte do Aleijadinho: abrasileiramento e valoração", de 1968, diz: "Quer nas esculturas, quer na arquitetura, vemos na obra de Aleijadinho um abrasileiramento que em Minas se produz, consciente ou inconscientemente, prenunciando, acompanhando e reafirmando um nacionalismo que, em termos políticos, foi expressado na Inconfidência". Distinguem o seu estilo pela "graciosidade das suas composições", inclinando-se para "as fachadas onduladas e curvas, para as torres cilíndricas, para a supressão dos cantos vivos, para a transição suave dos planos". Para Celso Kelly, que exilou-se em Ouro Preto, fugindo da ditatura de Floriano Peixoto, "sob o impulso de forças mais poderosas do que a convenção e o conformismo, foi um desbravador de





Profetas de Aleijadinho no adro da Basílica Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas. Carlos Drummond de Andrade vê os Profetas, "um colóquio de estátuas", em uma "assembleia insurgente" e conclui que inspiram um nítido sentido irredentista. Fonte: Wikipédia

caminhos, bandeirante como os fundadores de Vila Rica, não nas picadas do sertão, porém nas atrevidas soluções artísticas que são hoje o verdadeiro ouro das antigas cidades da mineração".

Será em Congonhas do Campo onde Aleijadinho mais se revelará. Implanta o conjunto escultórico da Basílica de Bom Jesus de Matosinhos – erguido pelo português Feliciano Mendes em 1757 – nos anos de 1796 a 1808, já doente, compreendendo não só os profetas, mas as cenas da Via-Sacra, encarnadas (pintadas) por Manoel da Costa Ataíde e Francisco Xavier Carneiro, e colocadas nas capelas dos Passos, posteriormente construídas. O visitante, de imediato, sente a força espiritual que emana do conjunto da Basílica do Bom Jesus de Matosinhos – as capelas dos Passos, os Profetas no adro da Igreja, dispostos na colina que domina o espaço, a mil metros de altitude, contemplando o horizonte desenhado pela Serra de Ouro Branco, a leste, e pela Serra de Santo Antônio, ao oeste e ao norte. Ao longe, os cumes continuados das muitas serras fazem a paisagem típica de Minas Gerais. Tudo isso compõe a beleza plástica do conjunto, de singela suavidade, mas que encanta e atrai logo no primeiro instante. Muitas são as imagens usadas pelos que buscaram definir a impressão que o conjunto lhes deixou. A sua harmonia, leveza e integração levou Germain Bazin a ver "ballet sacro", tema já anteriormente adotado na arte barroca religiosa, sempre monumental e grandiosa. Encantamento é a palavra que usa Franklin de Oliveira "como a única capaz de traduzir a instantânea iluminação que se deflagrara em nosso espírito quando, subindo a coluna em que está a Basílica do Bom Jesus de Matosinhos, defrontamo-nos com a frontaria do adro, no qual as figuras dos Profetas do Antigo Testamento monumentalizam a contemplativa paisagem de Congonhas do Campo". Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira explica que "esta grandiosa cenografia barroca descende em linha direta dos famosos sacromontes europeus, teatros simbólicos



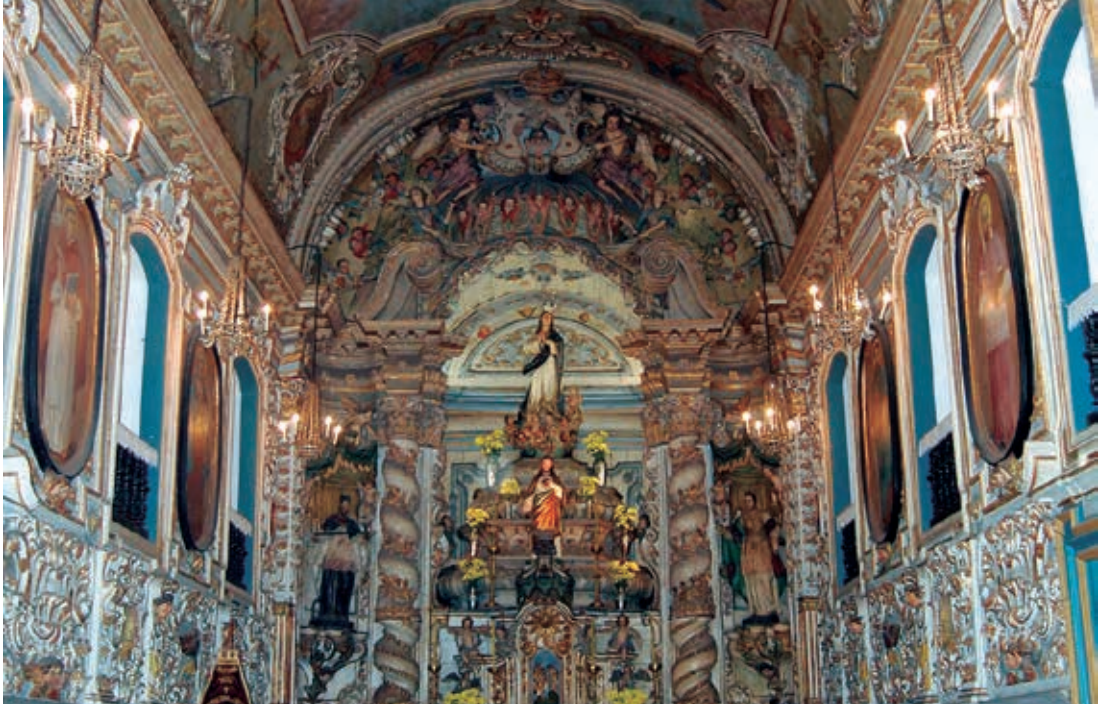
Imagens do Passo da Prisão de Jesus esculpidos por Aleijadinho em Congonhas, encarnadas (pintadas) por Manoel da Costa Ataíde e Francisco Xavier Carneiro.
Fotografia de Sabrina Delamore. Arquivo Graphar

encenados para que os cristãos, impossibilitados de viajar à Terra Santa, pudessem realizar peregrinações de substituição" ("Patrimônio Mundial do Brasil, Unesco", 2001).

Carlos Drummond de Andrade vê os Profetas, "um colóquio de estátuas", em uma "assembleia insurgente" e conclui que inspiram um nítido sentido irredentista. Conspiram por sobre as montanhas de Minas e levantam suas advertências aos que, perdidos nas coisas terrenas, se esqueceram do transcendente sentido deste mundo, que os profetas se incumbem de anunciar. Aleijadinho fazia "parte da legião de oprimidos a que tudo se negava". E via fracassar a recente tentativa de liberdade com os inconfidentes. Sua arte ainda resistia à passagem do estilo. Sua idade e a doença ainda mais lhe inquietavam a alma. Nos Passos e nos Profetas, ele se liberta e outra não poderia ser sua manifestação do que a de estigmatizar a tirania, política, social e racial, de que era vítima, junto com os seus iguais. Esse era seu ambiente e essa era a tragédia de Minas, exaurida de sua riqueza a ensaiar os primeiros passos de sua libertação. É importante lembrar que foram esculpidos ao tempo em que Minas passava pelo drama da Inconfidência de 1789.

Drummond se estende na decifração dos profetas: " Sobre o Vale profundo, onde frui o Rio Maranhão, sobre os campos de congonhas, sobre a fita da estrada de ferro, na paz das minas exauridas, conversam entre sí os profetas". E prossegue:" Aí onde os pôs a mão genial de Antônio Francisco, em perfeita comunhão com o adro, a Basílica, a paisagem toda - magníficos, terríveis, graves e eternos – eles falam de coisas do mundo que, na linguagem das Escrituras, vão se transformando".

Afonso Arinos de Melo Franco (Belo Horizonte, 1905; Rio, 1990; jurista, historiador, político udenista, professor, ensaísta e crítico, sobrinho do escritor Afonso Arinos) será o primeiro a ver o sentido irredentista de sua obra, o cunho não conformista – "não sei quê de revolucionário, de subversivo" – que se exprime na própria estética, expressa pela deformação voluntária dos



Altar-mor da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Ouro Preto, onde Aleijadinho está enterrado no altar de N. S. da Boa Morte, primeiro à direita de quem entra na Igreja. Fonte Arquivo Graphar

verdugos e soldados romanos, e na escolha das frases que coloca nas cartelas dos Profetas. "Existe em tudo – diz Arinos – um traço marcado de rebeldia". Já antes, Mário de Andrade, diante do adro de Congonhas, dissera: "Um marxista poderia falar em consciência de classe". Pensava nas condições humana e social do artista, uma vida e seu martírio, a luta libertária dos povos de Minas, o traço conspiratório que imprime aos Profetas, a proclamar sua bíblica consciência de que os injustos serão castigados por uma ordem social baseada na justiça e na igualdade.

As capelas, dispostas na colina, refletem, na via dolorosa de Cristo, a opressão reinante e, sobretudo, a recusa da palavra do justo e do fraterno. Drummond ("Canto Mineral", 2018) faz analise interpretativa dos textos contidos nas cartelas dos Profetas, onde Aleijadinho colocará a advertência e o anátema que dirigem aos ímpios: Habacuque, braço esquerdo levantado, investe contra os tiranos: "Oh Babilônia, Babilônia, eu te arguo, eu te arguo oh tirano da Galileia; mas a ti, oh Deus benigno, canto em salmos". Jeremias clama a sorte da sua raça: "Eu choro o desastre da Judeia e a ruína de Jerusalém e rogo ao meu povo que queira voltar ao Senhor". Abdias, mãos ao alto, prevê a ruína da prepotência: "Eu vos arguo, idumeus e gentios. Anuncio-vos e vos prevejo pranto e destruição". Isaías diz: "Depois que os serafins celebram o Senhor, um deles trouxe aos meus lábios uma brasa com uma tenaz". E prosseguem as mensagens, cheias de presságios e metáforas, em que alguns veem alusões à ruína das minas exauridas e ao protesto dos inconfidentes. No Morro do Maranhão, em Congonhas, estaria o anfiteatro que exprime a tragédia de Minas e do seu povo, nos anos de passagem para o século XIX.

Atribui-se a Dom Silvério Gomes Pimenta, arcebispo de Mariana a partir de 1909, o trabalho "Apontamentos biográficos de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho", publicado em 1881, documento encontrado no Museu Imperial, em Petrópolis. Outros aspectos da vida e trabalho de Aleijadinho são conhecidos por documentos diversos, desenhos, recibos



Santa Ceia de Manoel da Costa Ataíde, no Santuário do Caraça. Inigualável mestre na pintura de perspectiva. Fonte: Wikipédia

e livros de irmandades, para as quais prestou serviços. Artista genial, filho de escrava, com doença que lhe dará o apelido e vida de mártir, irá morrer pobre, em casa modesta, desamparado, em estado físico deplorável, conforme relato da parteira Joana Lopes, sua nora. Em vida, trabalhou intensamente em Vila Rica, Mariana (chafariz da Samaritana), Caeté, Barão de Cocais, Rio Pomba, São João del-Rei, Jaguara, Sabará, Congonhas, Catas Altas, Serra Negra, Tiradentes. Entre as obras, a Igreja de São Francisco de Ouro Preto e o conjunto de Profetas e Passos de Congonhas são obras-primas de reconhecimento mundial. Está enterrado no altar de N. S. da Boa Morte, primeiro à direita de quem entra na Matriz de N. Sra. da Conceição de Antônio Dias, Ouro Preto.

Inigualável mestre na pintura de perspectiva é Manoel da Costa Ataíde, já no rococó, com magníficas obras, que ornam os mais famosos templos mineiros, expoente maior e inspirador de uma escola, amplamente reconhecida e disseminada nos séculos XVIII e XIX, que nasceu em Mariana, em 1762, e morreu em 1830. Foi parceiro de Aleijadinho em várias obras. Destacam-se também os marianenses Manoel Rebelo de Souza, autor da pintura da Sé, e João Batista Figueiredo, autor da excepcional pintura da nave da Igreja de N. S. do Rosário de Santa Rita Durão, anterior e provável mestre de Ataíde. Estudos mais contemporâneos atribuem à escola de Mariana a condição de um núcleo básico que exerceu influência geográfica, atingindo todo o território das minas no século XVIII. Bastaria constatarmos as pinturas de Ataíde e dos discípulos dessa escola nos forros das igrejas da própria Mariana, Ouro Preto, Santa Bárbara, Itaverava, Nova Era, Itabirito, Caeté, Sabará e Ouro Branco, além de pinturas isoladas, como as que o próprio Ataíde realizou em Conceição do Mato Dentro e no Recolhimento do Caraça, onde se encontra sua famosa Santa ceia.

Em 1818, já com 56 anos, Ataíde pleiteia de Dom João VI a criação de uma escola de desenho e arquitetura em Mariana. Junta atestado da Câmara de Vereadores de que era "professor de Artes de Arquitetura e Desenho, sendo dadas bastante provas de que não é só capaz de pôr em praxe o risco das cartas geográficas dos animais e plantas, aves e outros produtos da natureza, como explicar e instruir aos que se quiserem aproveitar". Sua obra máxima encontra-se no forro de São Francisco de Assis, de Ouro Preto, obra-prima do gênero no mundo luso-brasileiro, trabalho que adquire monumentalidade pela extensão da abóboda e seu formato especial, com chanfros laterais para maior elevação vertical. Composições similares encontram-se nas capelas-mores da matriz de Itaverava e de N. Sra. do Rosário de Mariana.

O Tejuco (Diamantina) desenvolveu, no Ciclo dos Diamantes, uma escola de pintura igualmente reconhecida por vários pesquisadores. Rodrigo Melo Franco de Andrade destaca o guarda-mor José Soares de Araújo como expoente dessa escola, que inclui Manoel Alves ou Alvarez, Silvestre Almeida e um anônimo que realizou trabalhos na Capela do Bonfim. Nas igrejas de São Francisco de Assis e do Amparo, nas Mercês e Bonfim, existem obras de valor e expressão comparáveis aos melhores pintores da Minas colonial.

O fenômeno artístico mineiro inclui dezenas de mestres-artesãos nos seus ofícios, como Manoel Francisco Lisboa, pai do Aleijadinho, português de Odivelas, que teria chegado a Vila Rica em 1724, tido na Colônia como o "grande arquiteto", construtor, mestre e avaliador da Fazenda Real, criador dos mais expressivos monumentos do Ciclo do Ouro em várias cidades; Francisco Xavier de Brito, português, introdutor no Brasil do estilo chamado Nacional Português ou joanino, que executou os seis altares laterais da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, no Rio, entre 1735 e 1730, e que se mudou para Minas, onde trabalhou intensamente; é autor dos mais belos retábulos de Minas, comparado por alguns a Aleijadinho, pela qualidade artística do seu trabalho; morreu em Vila Rica em dezembro de 1751; Francisco Vieira Servas, português (1720-1811), também artista de renome, com vários trabalhos de elevado valor artístico; José Pereira Arouca, mestre-construtor, que executou os principais monumentos civis e religiosos de Mariana; Francisco de Lima Cerqueira, português, grande mestre construtor, residente em Vila Rica, mas que construiu, em São João del-Rei, as Igrejas de São Francisco e Carmo, onde faleceu em 1811; José Coelho de Noronha, João Gomes Martins, "abridor de cunhos", pintor e desenhista requintado, tido como mestre e instrutor de Aleijadinho na arte do relevo, e João Nepomuceno, pintor. Merecem lembrança nomes como Antônio e Manuel Francisco Pombal, Pedro Gomes Chaves, Antônio Pereira de Souza Calheiros, Francisco Xavier Carneiro, Jerônimo Felix, João de Carvalhais, Domingos Moreira de Oliveira, Bernardo Pires da Silva, Antunes Costa, João de Carvalhais, Veríssimo Vieira da Mota e diversos outros, muitos anônimos, com presença em mais de uma centena de edificações religiosas ou civis, como arquitetos e autores de "riscos", entalhadores, escultores e pintores, que nos legaram preciosos edifícios, como também ricos retábulos em magníficos altares e púlpitos, na madeira e na pedra.

Merece citação o "Mestre de Piranga", designação de um artista ou escola-ateliê, com vasta produção no Vale do Rio Piranga, próximo a Ouro Preto e Mariana. A questão, quanto à identificação de autores, intriga pesquisadores há várias décadas. O restaurador Adriano Ramos e o historiador Célio Macedo Alves relataram, em 2009, terem identificado em esculturas encontradas na Basílica de Bom Jesus de Matosinhos, em Santo Antônio do



Obra atribuída ao Mestre Piranga. Escultura em madeira policromada e dourada, Nossa Senhora do Carmo Séc. XVIII. Fonte: www.vonbrusky.com.br

Pirapetinga, o Bacalhau, distrito de Piranga, imagens sem dúvidas de autoria do Mestre de Piranga, e que documentos do IPHAN, encontrados no arquivo desta instituição em Mariana, comprovam como sendo de autoria do "mestre entalhador Antônio de Meireles Pinto, português e branco", o qual atuou em vasta região. Ele, e seu provável irmão, José de Meireles Pinto, vieram de Portugal e seus trabalhos têm plena identificação estilística com a escola denominada "Mestre de Piranga". Relatam ainda que a imagem de N. Sra. das Mercês, da matriz da cidade de Mercês, de autoria comprovada de Antônio de Meireles Pinto, pesquisada por Adriano Ramos, "possui todas as características do Mestre de Piranga, ou seja, estrabismo, panejamento acentuado na altura dos ombros, cabelos em zigue-zague e querubins com as mesmas particulares atribuídas ao escultor" chamado Mestre de Piranga.

Igualmente deve ser lembrado o Mestre Valentim, nascido na Vila do Serro, em 1744, filho de mãe escrava e pai branco, que realiza sua formação artística em Minas, transferindo-se para o Rio de Janeiro por volta de 1766, onde se tornará autor das principais obras de ornamentação. Até hoje, espalhados pelo território mineiro, santeiros de alta expressão artística, eruditos ou populares, tornam diferenciada esta arte mineira, internacionalmente reconhecida. Extensa e ilustrada pesquisa de José Alberto Nemer ("A mão devota – santeiros populares das Minas Gerais nos séculos XVII e XIX"; Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2008) revela a extensão da devoção popular ao imaginário religioso e a rica produção dos santeiros nos diversos territórios mineiros.

Minas também produziu naturalistas, botânicos e mineralogistas de renome nacional, que deixaram pesquisas e estudos até hoje citados nas obras especializadas. Dois deles, botânicos, são o padre Joaquim Velloso de Miranda, que nasceu em 1742, no Inficcionado (hoje Santa Rita Durão, Mariana), e o frei José Mariano da Conceição Veloso (nascido em 1747, em São José del-Rei, hoje Tiradentes). Formados em Coimbra, ambos cumpriram várias missões



José Pedro Xavier da Veiga Criador do Arquivo Público Mineiro (APM), historiador e escritor, autor de Efemérides Mineiras, fundador do jornal "A Província de Minas Gerais". Fonte APM

para a Coroa portuguesa na pesquisa de elementos naturais, inclusive mineralógicos, mas, sobretudo, da flora americana, brasileira e mineira, enviando coleções não só para Portugal, como, também, para outros jardins botânicos europeus. O primeiro trabalhou na formatação de um estabelecimento botânico em Vila Rica, criado em 1798, por decisão da Coroa portuguesa, implantado no Passa-Dez, à entrada de Ouro Preto. Este seria o segundo jardim botânico criado no Brasil, dez anos antes do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, fundado em 1808 por decisão de Dom João VI. O primeiro fora implantado em Belém do Pará. A cidade possuiu outra instituição botânica, no século XVIII, aproveitando as margens acidentadas do Córrego do Xavier, que desce da Rua Padre Rolim à Ponte do Pilar, hoje parcialmente restaurado e adaptado a visitas turísticas com o nome de Parque Horto dos Contos. No Passa-Dez, foram cultivadas várias espécies nativas, em especial o chá-da-índia e o bicho-da-seda, por orientação portuguesa. No seu antigo casarão, funcionou escola agrícola. Uma instituição, com a denominação de Jardim Botânico, terá sido reinaugurada em 1825, conforme citação contida nas Efemérides mineiras, de José Pedro Xavier da Veiga, de 1897. Por sua vez, José Mariano, que seria primo de Tiradentes, a quem teria transmitido conhecimentos de plantas curativas, é o autor principal da obra "Flora fluminense", em onze volumes, até hoje importantíssima no seu ramo. Teria ainda ajudado na formação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Também com nomes semelhantes são os naturalistas José Vieira Couto (nascido em 1752, no Arraial do Tejuco), que estudou Matemática e formou-se em Filosofia em Coimbra, e José Vieira Couto de Magalhães (também nascido no Tejuco, em 1837, e que faleceu em 1898, no Rio). O primeiro escreveu, em 1801, "Memória sobre a Capitania de Minas Gerais", resultado de pesquisas sobre ocorrências minerais na Comarca do Serro e parte da região norte da Capitania. Para demonstrar a viabilidade econômica da exploração, enviou para Portugal amostras de ouro, prata, ferro, cobre, chumbo, estanho, enxofre e nitro, com as descrições



José Álvares Maciel, químico e mineralogista, líder de maior formação e convicção ideológica entre todos os inconfidentes de 1789 Fonte: ymy.blogs.sapo.pt

científicas, além de considerações sobre as causas da decadência da mineração. O segundo foi político, militar, escritor e folclorista brasileiro. Estudou no Seminário de Mariana, formou-se na Academia Militar do Rio de Janeiro, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi o iniciador da navegação a vapor no Planalto Central brasileiro. Foi conselheiro e deputado por Goiás e Mato Grosso. Presidiu as províncias de Goiás, Pará, Mato Grosso e de São Paulo, cargo que ocupava na Proclamação da República. Fundou, em 1876, o primeiro observatório astronômico de São Paulo. Falava várias línguas e publicou, entre outros estudos, "Viagem ao Rio Araguaia", em 1863, "O selvagem", em 1876, e "Ensaios de antropologia", em 1894.

Estudos mais recentes destacam a figura de José Álvares Maciel, nascido em Vila Rica em 1760 (morreu em Angola, em 1804), também formado em Coimbra, químico e mineralogista, como o líder de maior formação e convicção ideológica entre todos os inconfidentes de 1789. Após Coimbra, foi para a Inglaterra onde, em Birminghan, estudou indústrias siderúrgicas e manufaturas têxteis. Por volta de 1788, encontrou-se em Coimbra com José Joaquim da Maia, que havia se avistado com Thomas Jefferson, embaixador dos Estados Unidos na França e com quem tratara da independência brasileira. Em Vila Rica, cumpriu missão dada pelo governador de realizar prospecções minerais em Sabará, entre outras. Maciel pregava o desenvolvimento da Capitania, com a criação de fábricas de ferro e de uma universidade. Degredado para Angola, acabou fundando por lá sua desejada fábrica de ferro.

Outro mineiro ilustre foi Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, o famoso Intendente Câmara (Itacambiruçu, 1762; Bahia, 1835). Bacharelou-se em Coimbra em Leis e Filosofia, viajou à Inglaterra, França, Suécia e Alemanha, fixando-se em Freiburg, onde estudou química e metalurgia. Pertenceu a várias instituições científicas europeias e foi o primeiro intendente do Distrito Diamantino. Implantou a primeira fábrica de ferro em Minas, no Morro do Gaspar Soares, em Morro do Pilar, comarca do Serro Frio,

que produziu por algum tempo, a partir de 1815. A produção de ferro em Minas só foi liberada a partir de 1795, por alvará de Dom Rodrigo de Souza Coutinho (1797-1812). Outro alvará, de 1803, nomeou Manuel Ferreira da Câmara Intendente-Geral das Minas. Manteve intenso diálogo com os viajantes e cientistas que visitaram Minas, como Saint-Hilaire, Eschwege, Spix e Martius, Mawe.

Entre os inconfidentes figuravam vários letrados, formados na Europa, assim como clérigos de renome, como o cônego Luís Vieira da Silva, residente em Mariana, nascido no distrito de Lobo Leite, Congonhas, professor de Filosofia no Seminário, orador sacro, proprietário de biblioteca que continha 241 títulos e 556 volumes, não só de Teologia, mas, também, da cultura clássica, como dos enciclopedistas e pensadores libertários ("O Diabo na Livraria do Cônego", Eduardo Frieiro, 1957). O valor de sua biblioteca não estava na quantidade, mas na qualidade dos livros. Entre os clérigos de Mariana, professores do Seminário, dirigentes da sede diocesana, encontravam-se vários homens de formação cultural elevada.

O fenômeno humano/cultural mineiro apresentou várias interpretações entre historiadores e sociólogos. Wilson Martins, no seu famoso "História da inteligência brasileira" - Vol. I, 1500/1794, diz que, "ao contrário do que sugere uma observação superficial do fenômeno, o processo sociológico que a figura do Aleijadinho pode simbolizar de forma magnífica não é o da ascensão social do mulato. É o da constituição, àquela altura perfeitamente caracterizada, de uma nova raça histórica e, por isso mesmo, de uma nação com a clara consciência de si mesma". Não só Aleijadinho ou Ataíde, mas dezenas de mestres, de sucessivas gerações de mulatos, surgidos e formados nesse "caldo cultural", é que vão permitir às cidades históricas mineiras o surto artístico do chamado Ciclo do Ouro. Será ainda Wilson Martins quem dirá que "um século depois, Sílvio Romero daria expressão a esse axioma de sociologia e história num postulado que, apesar das aparências, nada tem de preconceituosamente racista": "A nação brasileira, se tem um papel histórico a representar, só o poderá fazer quanto mais separar-se do negro africano, do selvagem tupi e do aventureiro português". Ou seja, será quando surgisse o brasileiro.

Luiz Carlos Villalta, em artigo para "Tempo e história", de 1992, sob o título "O diabo na livraria dos inconfidentes", cita os obstáculos à circulação de livros na Colônia e fornece outras informações sobre a censura. Desde a colonização do território até 1768 havia a censura sob os cuidados da Inquisição, do Juizado Ordinário e do Desembargo do Paço. Mas foi criada, neste ano, a Real Mesa Censória, aumentando o rigor do processo de seleção e proibição de publicações. Criou-se um Index Expurgatório, com proibição de livros contrários à "religião, moral, à cultura, à ordem política vigente". D. Maria I instituiu, em 1787, um novo organismo, que era a Comissão-Geral para o Exame e a Censura de Livros. Entre as proibições, os franceses lideravam, especialmente os pensadores da "Ilustração", como D'Alembert, Buffon, Diderot, Condorcet, Brissot, Montesquieu, Raynal, Rousseau, Voltaire, Mably, Condillac, Helvetius, La Mettrie, Marmontel. Outros pensadores, de outras nacionalidades, como Hobbes, Spinoza, Cesare Beccaria, Rosseo, Milton, Thomas Paine, Locke e Thomas Morus também eram proibidos pelos portugueses, assim como escritores, filósofos, artistas e, inclusive, pensadores católicos. Mas isto não impediu que, entre os inconfidentes, os padres e homens de formação europeia, fossem encontradas várias dessas obras em suas bibliotecas, e não só em Mariana

ou Vila Rica, conforme os Autos de Sequestros relativos às bibliotecas encontradas com alguns inconfidentes. Villalta procedeu a uma valiosíssima pesquisa analítica das bibliotecas dos inconfidentes, referidas nos Autos de Sequestros dos Bens dos conjurados, reveladora da personalidade dos seus proprietários e do quanto algumas publicações conseguiram fugir do cerco português e do catolicismo inquisidor. Exemplo ilustrativo é a biblioteca do cônego Luís Vieira, inconfidente de Mariana, onde foram encontradas, entre outras, "Espírito das Leis", de Montesquieu, e a "Enciclopedia", de Diderot e D'Alembert, livres-pensadores, a serviço de uma nova ordem política.

Outro tema em discussão, ainda referente ao surto cultural mineiro setecentista, tem ocupado a atenção de vários interessados no fenômeno. Ora, como poderiam florescer letras e artes em Minas, contrariando a realidade socioeconômica, de brutal restrição a qualquer circulação de ideias ou de comunicação por quaisquer meios com os centros mais evoluídos? Germain Bazin chega a indagar: "Não é curioso que tal florescimento, exigindo grandes recursos financeiros emanados de um povo inteiro, coincida com o momento em que se completa a decadência de Minas Gerais?" Sabemos que a atividade mineral, e nela especialmente o ouro e pedras preciosas, é universalmente restritiva da circulação de pessoas e bens. A região das minas foi mantida fechada pela Coroa portuguesa por quase um século, não bastassem a distância e os caminhos difíceis. A Carta Régia de 25 de março de 1725, e a Ordem de 29 de abril de 1727 mandam suspender a abertura de caminhos da região das minas para Mato Grosso. Novas ordens, de 30 de abril de 1727 e de 15 de novembro de 1730, proíbem a abertura de uma nova estrada de São Paulo para Minas. O Conselho Ultramarino, a 26 de outubro de 1733, proíbe abrir estrada para Goiás. E veta qualquer tipo de ocupação ou colonização do território do Espírito Santo. Outros alvarás proíbem a abertura de estradas para minas descobertas ou a descobrir. Não era permitida a imprensa nem escolas médias. A explicação plausível é que a leitura e circulação de livros, entre eles vários proibidos, ou propagadores de "ideias francesas", já se fazia como resistência cultural e, portanto, integrante do fenômeno de criação intelectual e artística mineiro. Como já se disse, Portugal sempre tentou evitar que surgisse uma nova nação, desejando, apenas, extrair riquezas.

A Inconfidência Mineira já recebeu críticas de alguns historiadores por não ter tido conflitos concretos, luta e resistência. "A questão da interação entre ideias e práticas políticas costuma ser abordada de uma e outra maneira conforme a perspectiva teórica dos debatedores", diz Sérgio Paulo Rouanet no seu instigante artigo "As minas iluminadas – a Ilustração e a Inconfidência", em "Tempo e história", Companhia das Letras, 1992. Para Rouanet, "no tocante à Inconfidência Mineira, de qualquer maneira, não há quem negue a influência das ideias. Para alguns autores, inclusive, elas foram tudo – os fatos é que foram marginais". E afirma Rouanet: "Esta é a posição de Afonso Arinos. Para ele, do ponto de vista da justiça régia, os fatos não tinham existência real. Tratava-se de visitas que alguns se faziam, para conversar e jogar gamão. As conversas, coisa imaterial, é que tinham vida. Os Autos de devassa só dão notícia de conversas. A devassa se fazia com o sentido de apurar delitos de intenções, crimes de ideias. Foi o que disse o advogado defensor, José de Oliveira Fagundes: tudo não passava de um criminoso excesso de loquacidade e entretenimento de quiméricas ideias, que se desvaneciam tão logo os réus se separavam. Os fatos são a matéria morta da Inconfidência, as ideias, as do iluminismo franco-americano, sua substância viva".

O que os Autos de Sequestro dos Bens dos inconfidentes mostram como é que o pensamento iluminista entrara em Minas. Vêm do Iluminismo as ideias e posições anticolonialistas, o antidespotismo, o antiescravismo, o antimilitarismo e as primeiras ideias sociais. E, marcantemente, segundo cita Sérgio Paulo Rouanet ("Tempo e história"), o anticlericalismo: "Como se sabe, a cruzada antirreligiosa foi a grande bandeira da Ilustração. Ela teve duas vertentes, uma deísta, com Voltaire e Rousseau, que pregava a religião natural, sem templos e sem cultos, e outra materialista, com Holbach e Diderot, que negava a existência de Deus. Ambas tinham em comum a condenação da Igreja e a denúncia do clero, cúmplice da tirania e instigador do fanatismo, pela mentira e pela manipulação".

Para Rouanet, "as ideias da Ilustração funcionaram como a grade intelectual dentro da qual os revolucionários viam e pensavam sua realidade. O mundo era percebido segundo categorias descritivas extraídas do direito natural e do empirismo, sobre um fundo normativo que incluía pressupostos subjacentes e não questionados, como a autonomia e a universalidade da razão, o poder da educação para arrancar os homens das trevas, a perfectibilidade do homem, a onipotência da política e a fé na dignidade e liberdade do homem". Ainda conforme Rouanet, duas "entidades são onipotentes" no iluminismo: a razão e a natureza. Elas conduziriam a "batalha da luz contra as trevas". A Ilustração "queria iluminar o mundo" e, para isto, toma como tema constante a luta entre as trevas e a luz. Rouanet busca em Holbach o esclarecimento: "A superstição e a tirania invadiram o mundo, fazendo dele um cárcere tenebroso, cujo silêncio só é perturbado pelos clamores da mentira, ou pelos soluços que a opressão arranca dos cativos que aprisiona. Sempre vigilantes, essas duas fúrias impedem a luz de abrir passagem em sua morada escura". Esse é o discurso ilustrado, por onde perpassou o discurso inconfidente mineiro, revelado nos "Autos de devassa", mas também nos versos dos árcades rebelados. Na opressão do jugo colonial, rude e bronco, forja-se a opinião rebelde, nos cânones da Ilustração, e que, ao longo da construção da cultura mineira, constituiria um traço identitário das minas sempre irredentistas. Em síntese, o barroquismo surge de um compromisso profundo com a Igreja, que foi o fator maior de unidade. O arcadismo significou o rompimento com o espírito da contrarreforma e uma opção definitiva ao Iluminismo e à Ilustração. E estas mudanças, nas últimas décadas do século XVIII, ocorreram em meio a várias transformações em Minas: o esgotamento do ouro, o surgimento de uma elite ilustrada, a densidade populacional urbana, a Independência Americana de 1776 e a gestão colonial portuguesa, entre inepta e opressora, impedimento qualquer iniciativa de desenvolvimento econômico da Colônia.

Francisco Curt Lange, musicólogo austríaco, radicado no Uruguai, encontrou, nos anos em torno de 1945, nas sacristias das velhas matrizes mineiras, partituras que revelaram intensa produção musical no século XVIII, com compositores e instrumentistas de surpreendente qualidade. Revelaram-se as cidades históricas como núcleos urbanos intensamente musicais, com criações próprias de refinada composição, apresentadas nas igrejas, salões e casas de ópera. A atividade musical não foi reduzida durante o século XIX. Os bispos mineiros tinham especial orgulho de produzir e veicular boa música nos ofícios religiosos, a exemplo das antigas catedrais europeias. Logo na criação da Diocese de Mariana, em 1745, foram criados cargos musicais de chantre, mestre-de-capela e organista. As irmandades sempre zelavam pela qualidade da música em suas igrejas. Os Te-Déuns e as Missas Solenes Cantadas integravam os calendários anuais



Partitura Padre José Maurício Nunes Garcia. Fonte: Wikiwand

religiosos em diversas ocasiões. As bandas civis e das corporações militares também sempre tiveram apoio destacado das comunidades e dos governos. Na música de câmara, existiam as liras, para saraus e apresentações teatrais, com os músicos sendo objeto de valorização social.

O Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, recebeu e guarda precioso acervo cedido por Curt Lange em 1984, por solicitação do então secretário de Estado de Cultura, José Aparecido de Oliveira, composto por missas, cantatas, oratórios, antífonas e até óperas, incluindo o canto coral. Essa documentação havia sido levada por Curt Lange para o Uruguai, onde residia, por não confiar na sua conservação nas igrejas mineiras, onde muitas se perderam – partituras criadas por músicos e compositores como Joaquim Emerico Lobo de Mesquita, padre José Maurício Nunes Garcia, padre João de Deus Castro Lobo, Jerônymo de Souza Lobo, Tristão José Ferreira, Marcos Coelho Neto, pai e filho, Inácio Parreira Neves, Francisco Gomes da Rocha. E também Anna Maria dos Mártires, do Tejuco, o padre Domingos Simões da Cunha, de Paracatu, Joaquim de Paula Souza, de Prados, Manoel Dias de Oliveira, de Tiradentes, Padre Manoel Cabral Camelo e Antônio dos Santos Cunha, de São João del-Rei. E muitos anônimos, autores de partituras que são executadas hoje por grandes orquestras e nos melhores teatros do Brasil e do exterior. "A obra de Lobo de Mesquita é um importante conjunto da literatura musical brasileira, que possibilita a compreensão do gosto construído pelas influências napolitana e portuguesa na música executada em cerimônias fúnebres no Brasil", afirma Rodrigo Teodoro de Paula, em "Memória Sonora" (As Minas setecentistas, 2007).

A antiga Comarca do Rio das Mortes, onde estão São João del-Rei, Tiradentes, Prados, Dores de Campos, Rezende Costa, ainda hoje tem intensa atividade musical. Em São João del-Rei, como resultado do trabalho de alguns pesquisadores, em especial o da professora e pesquisadora Anna Maria Parsons, de Tiradentes, o Instituto de Musicologia José Maria Neves recuperou e guarda excepcional acervo musical, incluindo partituras antigas e originais dos séculos XVIII e XIX. Duas corporações musicais sanjoaneses destacam-se na História

da Música em Minas: a Lira Sanjoanense, que tem como precursora a Companhia de Música, surgida em 1776, uma das mais antigas das Américas em atividade, e a Orquestra Ribeiro Bastos, surgida em 1790 e que, em 1840, recebeu o nome do maestro Francisco José das Chagas, para, finalmente, em 1859, adotar o nome do maestro Martiniano Ribeiro Bastos, que regeu o conjunto até 1912. Em todo esse tempo, diversos muitos músicos se destacaram, entre eles o notável padre José Maria Xavier, nascido em 1819, que nos deixou várias composições sacras, por exemplo, o famoso "Ofício de Trevas", nome popular do "Matinas e Laudes".

Em Mariana e seus distritos, está viva uma dezena de bandas e o antigo Palácio dos Bispos, monumental casarão restaurado e mantido pela Fundação Cultural da Arquidiocese, abriga hoje o Museu da Música, onde precioso e raro acervo de partituras e documentos, incluindo antigos instrumentos musicais, surpreende especialistas de todo o mundo.

Ser em mutação, alcançado pela crise filosófica que domina todo o século XVIII, o homem das minas, que migrara para um novo mundo e lutava pela sobrevivência numa sociedade em formação, terá nas encenações, nas festas e no ostentatório, canais de expressão de sua visão do mundo e seus conflitos. O caráter teatral, estimulado pelo espírito barroco, estilo da Contrarreforma tridentina, já era parte da pedagogia jesuítica, que o adotava no ensino e na catequese religiosa. A inspiração estética e temática centrava-se no teatro de Pedro Calderón de La Barca (dramaturgo e poeta espanhol, viveu de 1600 a 1681, com vasta produção de autos sacramentais, comédias religiosas, de amor e de ciúmes, zarzuelas e textos filosóficos), com encenações que vão se transferir também para as minas. Em sua obra metafórica "El grande teatro del mundo", que estreia em 1645, expressa a ideia de que o mundo é um grande teatro, no qual os homens atuam na presença do Deus Pai e de uma corte celestial. A obra que interpretam é sua própria vida e o cenário é o mundo. As peças de Calderón "La vida es sueño" e "El grande teatro del mundo", muito encenadas, revelam o nascimento do estilo barroco e sua forma de ver o mundo. A própria Igreja implanta as igrejas-teatros, com faustosa ornamentação visando atrair, enlevar e até "ofuscar" os súditos e, ao mesmo tempo, transmitir conteúdos ideológicos, conforme as recomendações da Contrarreforma tridentina. Nas procissões, nos desfiles, nas comemorações públicas, nos carnavais, mesmo nas festas do calendário religioso, a teatralidade sempre foi o elemento de atração. "O Triunfo Eucarístico de Vila Rica", de 1733, é o exemplo do espetáculo completo, com todas as linguagens. A ópera, como espetáculo e gênero múltiplos, é uma criação barroca.

O gosto pelas encenações é comum à sociedade da época. O "teatrinho de bolso", de Chica da Silva, já estaria em função entre os anos de 1753 a 1771, em Diamantina. Em 1841, a cidade recebeu o famoso Teatro Isabel, demolido em 1912. A Casa da Ópera, de Vila Rica, inaugura-se em 1770 e é o mais antigo teatro das Américas em funcionamento, frequentado também pelos aristocratas e com programação extensa. Já em 1768, Cláudio Manoel da Costa apresenta, no Palácio dos Governadores, sua peça "O Parnaso obsequioso", em homenagem ao jovem governador conde de Valadares. Em São João del-Rei, funcionou teatro de 1775 a 1782 e, em 1893, é inaugurado o belo Teatro Municipal. Em 1819, inaugura-se a Casa da Ópera de Sabará, raro exemplar arquitetônico da época. Cidades como Juiz de Fora, Paracatu, Campanha, Lavras, Barbacena, Itabira, São José del-Rei (Tiradentes), Santa Luzia, e muitas outras, possuíam teatros, nos quais



A Casa da Ópera, de Vila Rica, inaugura-se em 1770 e é o mais antigo teatro das Américas em funcionamento. Fonte: tconline.com.br

se apresentavam não só atores, mas também músicos e marionetes. Danças de salão, espetáculos circenses e rodeios também integravam o calendário de espetáculos. Em várias outras cidade, no século XIX, construíram-se teatros.

Em claro paradoxo com o regime de opressão imposto pela Coroa portuguesa, sempre temerosa de expansões intelectuais, inibidora de processos educacionais, da imprensa e das manifestações do livre pensamento, as cidades históricas mineiras, em especial em Mariana, Vila Rica e São João del-Rei, possuíam homens de boa formação intelectual, formados na Europa.

Os rigores do regime colonial imposto à região das minas atingiram todos os setores. As restrições à viagem e à presença de religiosos já começam em 1709, quando Carta Régia proíbe o deslocamento de religiosos do reino às minas. As restrições culminam com duas determinações régias, uma de 1726, e, outra, de 1732, proibindo o estabelecimento de ordens religiosas em Minas, em conventos e mosteiros. A Coroa sempre temeu as ordens religiosas, trauma decorrente das famosas Missões Jesuíticas, do Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai, experiência de colônias autônomas, que Portugal e Espanha destruíram em ação conjunta. Desbravadores, ousados, os jesuítas criam na confluência dos três países o que se chamou de "Império Jesuíta", com economia socialista, leis próprias e refratárias à dominação colonialista. Sua destruição é um dos genocídios mais cruéis praticado pelos espanhóis com consentimento português. Na região das minas, muitos relatos informam que grande número de clérigos, vagando pelo território, "faziam mais mal do que bem pelo mau exemplo", inclusive tornando-se mineradores gananciosos.

"Inegavelmente, num país sem imprensa, sem jornais, sem livros ou comunicações, era o púlpito a única tribuna por onde se divulgavam as ideias e opiniões", diz Pereira dos Reis, no seu "O colonialismo português e a Conjuração mineira", de 1964. Somente em 1772 se permitirá a criação, em Mariana, Vila Rica e São João del-Rei, das três primeiras escolas públicas

de "ler, escrever e contar". Até então, toda a educação de base era sustentada pela Companhia de Jesus, situação que persistiu até 1759, quando os jesuítas foram expulsos do Brasil pelo marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro-ministro de Dom José I, de 1756 a 1777), interrompendo todo um importante, senão único, sistema de ensino organizado.

Mas o fato é que nas câmaras municipais e nas academias literárias que vão surgindo, estas sempre vigiadas e vistas como instituições libertárias e contrárias ao regime colonial, nas lides políticas e religiosas, nas formulações jurídicas, registram-se manifestações e demonstrações de certo requinte intelectual. E vários são os exemplos de modernidades, como assinala João Antônio de Paula no seu precioso trabalho "Raízes da modernidade em Minas", Ed. Autêntica, 2000. Na sua evolução urbana e como sociedades organizadas, as cidades históricas de Minas darão vários exemplos e demonstrações de pioneirismo, de avanços, de condutas de "modernidade", em singular processo sociológico, inerente ao surto de criatividade que as distinguirá no âmbito da própria História do Brasil. Essas cidades logo vão abrigar um tipo de estamento social mais refinado, em geral com formação europeia, que se distinguirá pelo valor humanístico, fenômeno que se amplia ao longo do século XVIII e se estende ao século XIX, e que constituirá um traço distintivo da identidade regional, conforme reconhecido e assinalado por vários viajantes estrangeiros que percorrem o território mineiro na primeira metade do dezenove. Pode-se dizer que a sociedade que se forma nas minas, pioneira em várias formas de vida urbanizada no Brasil, acabará adquirindo algumas manifestações de pensamento autônomo e genuíno, até por uma espécie de reação ao rigor do colonialismo, como se procura demonstrar. "Sob vários aspectos, Minas Gerais tem singularidade no relativo à recepção-aclimatação de certas criações da modernidade. Vão se desenvolver em Minas Gerais vários sistemas — um sistema urbano, um sistema estatal, um sistema cultural, um sistema religioso, um sistema monetário-mercantil — que têm especificidades no quadro brasileiro", diz João Antônio de Paula.

Bastante ilustrativas dessa identidade, pois constituíram núcleos de destacada influência na sua formação educacional, cultural e religiosa, são três instituições mineiras com amplas repercussões nos séculos subsequentes. São elas o Seminário de Mariana, o Colégio e Seminário do Caraça, em Catas Altas e a Escola de Minas, de Ouro Preto. As duas primeiras instituições são matrizes de um tipo de educação religiosa, mas com acentuado cunho humanista e cívico, marcante em vários aspectos da vida política e intelectual mineira. O irmão Lourenço, figura mística e misteriosa, de origem portuguesa, sobre quem foram feitas várias especulações quanto à sua verdadeira identidade e origem (seria o último vivo da família Távora, de Carlos Mendonça Távora, perseguida pelo marquês de Pombal, que queimou onze de seus membros, por ter patrocinado atentado contra o rei Dom José I, em 1758), surge em Diamantina, onde se torna membro da Ordem Terceira Franciscana, em 1763. Vocacionado para a função missionária, em seu sonho místico, em 1774, funda ermida em local distante, de difícil acesso, ao sopé de um dos contrafortes do Espinhaço, hoje Serra do Caraça, município de Catas Altas. Ali, na serra confrontante, a natureza desenhou enorme caraça. Ao morrer, em setembro de 1719, deixa seu patrimônio para Dom João VI e cita sua origem, contrariando o mito de pertencer à família Távora. O rei encarrega os padres lazaristas, da Congregação da Missão, com sede no famoso Priorado de São Lázaro,



Santuário do Caraça em Catas Altas, MG. Uma das matrizes, juntamente com o Seminário de Mariana, de um tipo de educação religiosa, mas com acentuado cunho humanista e cívico, marcante em vários aspectos da vida política e intelectual mineira. Fonte: Wikpédia

em Paris, França, fundada por São Francisco de Paula, em 1640, de continuarem a obra. Em 1820, chegam ao Caraça os lazaristas portugueses padres Leandro Rabelo Peixoto e Antônio Ferreira Viçoso (este, futuro bispo de Mariana), que fundaram o famoso educandário religioso e várias instituições educacionais em outras cidades. Tinha início o período que se chamou "Caraça português".

O Seminário do Caraça será dirigido por lazaristas franceses de 1854 a 1903, tornando-se núcleo de formação religiosa e cívica, com um rigoroso padrão escolar, por onde passaram várias gerações de padres e homens públicos. O primeiro superior francês é o padre Miguel Maria Sípolis, iniciador de um período áureo, que se consolida a partir de 1867, quando é diretor o padre francês Júlio Clavelin, o qual será o construtor da igreja gótica. No seu período, o número de alunos oscilou entre 350 e 400. O curso de humanidades era de sete anos e o aluno tinha que sair falando latim. Destacam-se, neste período, vários professores, homens de cultura religiosa e de humanidades. O Caraça foi visitado por Dom Pedro I e a imperatriz, d. Amélia, em 1831, e por Dom Pedro II e d. Tereza Cristina, em 1881. Como era de seu costume, Dom Pedro II registrou francos elogios ao educandário em seu diário de viagem ("Anuário do Museu Imperial de Petrópolis", vol. XVIII). Mas anotou, também, a discussão filosófica, durante aula de Teologia Dogmática, com o professor e padre Chanavat, sobre o Placet, ou seja, a aprovação régia para nomeações pontifícias, matéria controversa e que gerara a famosa Questão Religiosa (1871-1875). O professor defendeu a prevalência da Igreja sobre as nomeações, de forma absoluta, no que discordou Dom Pedro II, travando-se discussão que exigiu a intervenção do diretor. O colégio perdurou até 1979, quando foi parcialmente destruído por incêndio e, hoje, restaurado, transformou-se em local de recolhimento e descanso, em meio a uma área de proteção ambiental.



Escola de Minas de Ouro Preto, iniciativa direta de Dom Pedro II, preocupado com a estagnação econômica da Província de Minas Gerais, outrora próspera no Ciclo do Ouro, com rico subsolo inexplorado. Fotografia: Dimas Guedes. Fonte: Arquivo Graphar

O Seminário de Mariana foi criado em 1750, por Dom frei Manoel da Cruz, primeiro bispo de Mariana, tornando-se centro de ensino e formação de larga influência em Minas e no Brasil. A direção pedagógica foi entregue aos jesuítas, até sua expulsão do Brasil, em 1759 pelo Marquês de Pombal. Ambas as instituições, cultistas e austeras, tornaram-se escolas matrizes na formação do pensamento mineiro, de acendrado conservadorismo religioso, mas avançadas em certas posições políticas e nacionalistas e, fundamentalmente, difusoras de posturas éticas e cívicas de larga influência em várias gerações de mineiros e na própria identidade regional.

A Escola de Minas resulta de iniciativa direta de Dom Pedro II, preocupado com a estagnação econômica da Província de Minas Gerais, outrora próspera no Ciclo do Ouro, com rico subsolo inexplorado. Pedro II, homem com visão mundial, formada em viagens ao exterior e vinculação com várias academias de ciências europeias, preocupava-se com o desenvolvimento dos conhecimentos mineralógicos no Brasil e com a transplantação de tecnologias minerais que já tinha visto na Europa e nos EUA. Ele busca apoio na Escola de Minas de Paris, que envia o jovem mineralogista Claude Henri Gorceix, dotado de excelente formação acadêmica, rigor científico e reconhecida aplicação profissional, com vocação para a pesquisa e o ensino. Organizada e dirigida por Gorceix, a escola inicia suas atividades em Ouro Preto, em 1876. Os professores franceses Armand de Bovet, Arthur Thiré e Paul Ferrand foram trazidos por Gorceix.

Entre os brasileiros que ajudaram Gorceix a organizar a escola, estavam Archias Medrado, Leônidas Botelho Damásio, Francisco von Erven e Bernardino A. de Lima. A escola formou gerações de engenheiros de minas, geólogos e metalurgistas e se consolidou como núcleo de formação, pesquisa e desenvolvimento do conhecimento brasileiro nessas áreas e mais em matemática aplicada, construção de grandes usinas siderúrgicas,



Escola de Farmácia, criada em 1839, ao tempo da Regência, que, juntamente com a Escola de Minas, foram os núcleos pioneiros da Universidade Federal de Ouro Preto.
Fonte: UFOP

barragens, pontes, ferrovias e petroquímica, tendo como orientação doutrinária básica o desenvolvimentismo econômico, mentalidade disseminada entre seus alunos e que vão liderar várias iniciativas de exploração mineral e implantação de usinas. Surgiram da escola também os principais códigos minerais brasileiros. A Escola de Minas, juntamente com a Escola de Farmácia, criada em 1839, ao tempo da Regência, foram os núcleos pioneiros da Universidade Federal de Ouro Preto, surgida em 1969, e que, em 2020, apresenta vasta extensão de cursos universitários.

Estas escolas, especialmente o Caraça e a Escola de Minas, representam bem o espírito mineiro, e até seus aspectos contraditórios, segundo José Murilo de Carvalho, no prefácio ao livro "Minas Gerais – o fiel da Balança", do brasilianista John Wirt. Para ele, "de um lado, o espiritualismo beirando, às vezes, a fuga mística da realidade, bem simbolizado na torre gótica que surpreende o visitante na solidão da Serra do Caraça; de outro, o senso prático e a razão cartesiana transmitidos aos alunos de Gorceix no cenário barroco de Ouro Preto. Entre o jansenismo religioso dos lazaristas e o desenvolvimentismo econômico avant la lettre de Gorceix, dividiu-se muitas vezes o caminho de Minas". Saíram do Caraça e da Escola de Minas presidentes da República, governadores, professores, políticos, empresários, engenheiros e técnicos de alto nível, que vão constituir a elite brasileira capaz de promover, sobretudo a partir de 1930, o desenvolvimento econômico. Antes, a elite dirigente era formada, sobretudo, por bacharéis em Direito. Já no século XX, por ato do então presidente do Estado, Artur Bernardes, surge em 1926 a Universidade Federal de Viçosa, núcleo e matriz de conhecimentos, hoje com reconhecimento internacional pela excelência acadêmica no ensino, extensão e pesquisa nos campos da agricultura, pecuária, veterinária e áreas correlatas.

No século XIX, os colégios de orientação religiosa, notadamente os franciscanos, predominantemente dirigidos por religiosos holandeses, irão prover as populações mineiras de várias cidades de educação sólida, constituindo um capítulo importante da formação educacional do Estado, reconhecidamente de melhor qualidade em relação aos outros Estados brasileiros. Deve-se também às ordens religiosas femininas a formação de professoras, por meio das escolas normais.

Há crescente concordância quanto à necessidade de maiores estudos comparativos do fenômeno mineiro com os primeiros núcleos civilizatórios ocorridos nas Américas, dando-se destacada ênfase nos surtos de criatividade artística/cultural. Ouro Preto/Mariana, expressões urbanas maiores das cidades mineiras surgidas na corrida pelo ouro, por diversas características que dariam singularidade ao fenômeno, sediariam uma "terceira onda" civilizatória, tese que já suscitou pesquisas e dissertações acadêmicas, mas ainda carente de maior aprofundamento. A primeira ocorrera na Península do Yucatán, no México, com os astecas. A segunda iniciou-se com os incas e suas ramificações tribais e que produziram Lima, no Peru, e Quito, no Equador, ambas com seus centros históricos inscritos pela Unesco como Patrimônios Culturais da Humanidade, como Ouro Preto e Diamantina. No México, Peru e Equador, a criatividade artística, expressa concretamente nas artes plásticas, reflete marcadamente a presença espanhola, mas sem perder raízes e motivos dos primeiros povos pré-colombianos. A exemplaridade, nesses casos, é o principal elemento a justificar o tombamento universal. Já a antiga Vila Rica, como também a cívica e religiosa Mariana, resultantes da aventura humana na corrida pelo ouro e a ocupação dos territórios interiores da Colônia, mostram um harmonioso conjunto urbano setecentista, produto da técnica construtiva colonial luso-brasileira, com uso de materiais locais, como a canga, o itacolomito e a pedra-sabão, em meio à criatividade dos artesãos locais, dando feições próprias ao barroco jesuítico dos primeiros tempos.

A história oficial da Ciudad de México remonta a 1325, com a cidade asteca de Tenochtitlán, conquistada, destruída e refundada por Hernán Cortés em 1524. Seus tesouros culturais abrangem todos os ramos da criatividade humana. Sua arte tem estilo e identidade próprios, heranças únicas das antigas culturas asteca e maia, a influência espanhola e a evolução mexicana. Curiosamente, embora tenha passado à História como sanguinário destruidor da cultura asteca, Cortés recusou-se, após o completo domínio espanhol, a destruir templos e outras construções da cultura local, exigência da Igreja Católica interessada em impor sua doutrina única. Já Quito guarda as influências dos incas, dos aborígenes shyris e dos espanhóis. Assistiu à luta de Ataualpa e Francisco Pizarro e guarda o título de "Relicário del Arte en América", com destaque para sua famosa Escuela Quiteña. Lima, no Peru, com o nome de "Cidade dos Reis", também fundada por Francisco Pizarro em 1534, já em 1543 torna-se o "Vice-Reinado do Peru" e obtém a atenção e favores do governo espanhol, do qual foi a capital americana até a independência. Hoje, a Grande Lima estende-se por mais de 100 km ao longo da costa e abriga cerca de 8,4 milhões de habitantes, um terço da população peruana. Em 1551, implanta sua primeira universidade, por ato do vice-rei Antônio de Mendonça, que também ali instalará, em 1553, a Universidade do México, que gozará, como a de Lima, de todos os privilégios da famosa Salamanca. No final do século XVI, cria-se a Universidade de Santo Antônio de Cuzco, além de diversos colégios. Livros podiam ser impressos e circular livremente na colônia





Tropeiros no largo de São Francisco de Assis no final do século XIX. Fonte wikipédia | Ilustração de Henrique Bernardelli do Aleijadinho com sua oficina na Igreja de São Francisco de Assis em Ouro Preto, 1904. Fonte: wikipédia

espanhola e também não foram proibidas algumas indústrias, como a famosa fundição de Puebla, no México. Tecidos de lã, algodão e linha eram fabricados em Lima e Acapulco. Lima torna-se sede de diocese em 1541 e mantém imprensa regular a partir de 1584.

Mas será somente a partir de meados do século XX que começará a ser removido o grande silêncio cultural que se abateu sobre a América Latina e, especialmente, sobre os povos da Mesoamérica, habitantes dessas regiões há mais de três milênios. Os atos de independência das colônias espanholas se deram em datas próximas à declaração brasileira. Mas, sempre fragilizadas por conflitos internos, ainda vivendo os traumas do genocídio inicial realizado pelos espanhóis, acabaram por perder-se no subdesenvolvimento político e econômico e que alcança, em maior ou menor grau, a todos os países. Os gritantes desníveis pessoais e regionais de renda, os governos populistas, as prolongadas ditaduras reacionárias e sanguinárias, a submissão a políticas imperialistas internacionais exploradoras de suas riquezas naturais, pouco deixando para as populações nativas, a falência dos sistemas educacionais e culturais, explicam o estágio de subdesenvolvimento desses países, ainda na primeira década do século XXI, quando começam a experimentar um novo tempo, com governos progressistas, voltados para a exploração de suas vocações econômicas em proveito dos seus povos.

Deve-se à Unesco, a partir da década de 80 do século XX, ao inscrever Lima e Quito na lista dos Patrimônios Culturais da Humanidade, o reconhecimento da exemplaridade/unicidade dos seus acervos histórico-culturais. Seus centros históricos, tombados em 1978, guardam preciosidades históricas, arqueológicas e artísticas nas dezenas de museus, igrejas e casas de cultura, abrigando edificações portadoras de arquitetura de grande expressão plástica e singularidade construtiva. Ouro Preto obterá o título somente em 1980.



Vista do centro de Ouro Preto: à esquerda temos a igreja de São Francisco de Assis, à direita o Museu da Inconfidência e ao lado a Igreja do Carmo. Fotografia: Sabrina Delamore. Arquivo Graphar

O arcabouço antropológico em que se forma o homem das "minas", os mecanismos de transmissão cultural, os condicionantes do meio, da economia, da religião, do regime político, o início das primeiras vilas e a vida coletiva, entre outros fatores, fornecem elementos de análise a serem estudados nessa perspectiva da "terceira onda cultural" nas Américas. De particular importância seria o estudo comparativo das evoluções urbanas, das instituições governamentais e de surtos culturais. No caso mineiro, Laura de Mello e Souza, no "Civilização em Minas", ao referir-se às cidades que se formam na Colônia, diz: "pode-se falar que existia, pela primeira vez na América Portuguesa, um verdadeiro sistema cultural".

O Absolutismo, regime político de sustentação da Contrarreforma, tem em Portugal e Espanha propagadores fortes. O Barroco, estilo do Absolutismo e que serve à Igreja e aos reis, é exportado para as colônias e será um instrumento coadjuvante no controle e governo das novas sociedades. Particularmente na América espanhola, o Barroco será forte arma para a dominação e será usado para justificar a selvagem destruição das culturas encontradas, já estruturadas religiosamente. Com Torquemada (Tomás de Torquemada, 1420-1498, frade dominicano, inquisidor-geral dos reinos espanhóis), a Inquisição espanhola já atingira o ápice histórico da intolerância, da tortura e do assassinato em nome de Deus. Atribui-se a Torquemada a realização de cerca de 2.020 autos de fé contra vários tipos de "crimes de religião". Em Minas, há ampla concordância de que o Barroco nunca serviu ao poder, mas, antes, foi forma de expressão própria da sociedade nascente. O Barroco, embora dominante como pensamento e forma de "ver o mundo", foi apropriado pela criatividade local, pela via da arte sacra e da arquitetura ornamental, com expressões que demonstravam rebeldia e liberdade. De resto, a arquitetura e a arte sacras nunca em Minas se fizerem com o patrocínio governamental, mas pela economia e pela mão do povo que começava a se organizar pelo único caminho permitido, que era os das sociedades religiosas.

O barroquismo, "como estilo de arte e de vida", já aparece no Triunfo Eucarístico de 1733, em Vila Rica, festa comemorativa de inauguração da Igreja do Pilar, mas já mostrando uma sociedade irrequieta, irreverente, transgressora de padrões, conforme o relato de Simão Ferreira Machado e a interpretação reveladora de Affonso Ávila. A descrição do desfile, minuciosa, permite ver o quanto o lúdico, o sonho e o fantasioso já permeavam a vida em Vila Rica. O homem das minas, sob esse conjunto de normas e influências, é um ser permanentemente atormentado, dividido. Martins de Oliveira, na sua "História da literatura mineira", ao referir-se ao "Áureo Trono Episcopal", festa realizada em Mariana, em 1748, para receber o primeiro bispo, Dom Manoel da Cruz, cita vários religiosos e suas publicações destinadas a homenagear o primeiro bispo e o novo bispado. Esses religiosos permanecerão reunidos para a administração da diocese e criação do Seminário N. Sra. da Boa Morte, em 1750, que vai se tornar uma academia cultista/religiosa na velha cidade. A festa de regozijo pela entrada do bispo em Mariana teve também procissão, folguedos, danças e desfiles de rua, mas o seu ponto alto, que a diferenciou, foi uma espécie de certame literário, com apresentação de vários textos e poemas, revelando pendores e talentos.

Martins de Oliveira lembra ainda a discutida Arcádia de São João del-Rei, seus integrantes e publicações e que sempre foram locais de rebeldia pela propagação de ideias libertárias. A exaustão do ouro, que já acontece por volta de 1750, aprofundará as contradições de toda ordem. A luta pela sobrevivência cria descontentamentos e insatisfações. Culpa-se o regime colonial, antidesenvolvimentista, limitador de iniciativas e autonomias. Acelerarão os extremos sociais e a luta de classes, agora urbanas, próximas, vivendo sob a mesma regulação e um território comum. Amplia-se a ocupação territorial. Aventuras e êxodos, as situações críticas pessoais e coletivas, os horizontes de sobrevivência restritos, moldam tipos humanos raros. É o "caldo de cultura" que ensejará o surto artístico.

O mundo colonial, na América espanhola ou portuguesa, apresenta similaridades extremas a partir das sociedades que se formam e a "cultura barroca", que as domina, e que se entrelaça com um "estilo de vida". De resto, impera as matrizes ibéricas, espanhola e portuguesa, que estiveram sob o mesmo domínio de 1580 a 1640, e onde imperou um catolicismo conservador, contrarreformista, apoiador e sustentador da Inquisição. É o que vão revelando estudos mais recentes, ao mesmo em que assinalam a distância entre estes países quanto à cooperação, intercâmbio e trocas culturais. Somente na literatura há certa difusão, por meio da leitura de autores mais conhecidos. Angel Rama, pensador uruguaio ("Literatura, cultura e sociedade na América Latina", UFMG, 2008) define muito bem esses mundos: "Aquele mundo contraditório da colônia, onde o esplendor convivia com a pobreza, onde o arabesco intelectual extremamente refinado era contemporâneo da crueldade mais bestial, onde o churrigueresco, ao alcançar o seu exaltado desvario, captava a reverência do povo indígena e do conquistador, onde a cobiça foi uma paixão miserável que corria desenfreadamente junto ao ascetismo intelectual de muitos mártires, onde o vulgar ia de braço dado com o aristocrático, não poderia ter encontrado melhor expressão do que esta forma fantástica aprisionada pela fantasia, pois jogava com a coexistência dos extremos para resolvê-los num único espetáculo do homem e seu destino". Essa matriz sociológica se aplica perfeitamente à sociedade colonial mineira, especialmente nos primeiros tempos.

Mas cada ocorrência tem sua tipicidade. Estudos comparativos podem desvendar aspectos fundamentais para uma objetiva categorização. Será possível construir um paradigma, um modelo descritivo, certamente útil para uma sociologia explicativa? Publicações recentes na linha metodológica da transversalidade, com ênfase na História Social, têm desvelado aspectos inteiramente novos da sociedade que se forma nas cidades históricas de Minas, decodificando mitos e símbolos, dando-lhe realismo, despojado do natural, mas anti-histórico sentimento ufanista e nativista, que dissemina e alimenta versões heroicas e épicas. Discute-se, inicialmente, até que ponto o memorialismo mineiro, em especial a obra dos ensaístas e não tanto dos historiadores, assim como os textos literários, de cunho mais impressionista, desprovidos de análise transversal propiciada pela História Social, sacralizaram o Ciclo do Ouro mineiro, glorificando o passado pela exaltação de um desejado esplendor artístico, sustentado por pretensa riqueza econômica.

E tudo isto ampliado pelo imaginário sobre Minas, sustentado por tantos episódios, desde as primeiras lutas emboabas até a Inconfidência, que transita entre o sonho de poetas, padres e militares, e certa dimensão épica, estimulada pelas figuras míticas de Aleijadinho e de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Discute-se até que ponto o sentimento nativista, orgulhoso da história regional recheada de elementos épicos e alimentado pela elite ilustrada que escreveu as primeiras letras sobre a História de Minas, o fez numa linha notoriamente orgulhosa e exaltativa da sociedade que se cria no século XVIII. Esse contexto, recheado de surrealismo, é característica da América Latina, em contraposição à visão do mundo e modo de vida dos povos anglo-americanos, que têm origem no moralismo protestante-calvinista, conforme vasta literatura existente, que procura interpretar o racionalismo desenvolvimentista norte-americano em comparação ao latino.

Fontes importantes para o conhecimento realista e circunstanciado da formação mineira, usos, costumes, tradições, cultura e religiosidade dos mineiros, suas cidades, o meio físico, economia e organização social, são os relatos publicados pelos viajantes estrangeiros que percorreram o território, conheceram as cidades históricas e outras regiões do Estado. Esses viajantes, todos eles homens de formação elevada, em geral naturalistas interessados em conhecer vida, a geologia, fauna e flora da América do Sul e do Brasil, só puderam entrar no território mineiro com a vinda de Dom João VI, em 1808. Antes, o acesso era proibido pela Coroa portuguesa, que temia a cobiça estrangeira sobre os territórios do ouro e pedras preciosas da Colônia. Esses viajantes, quase todos amparados por governos ou instituições estrangeiras, representavam o grande interesse dos países europeus em conhecer o novo continente e, especialmente, o Brasil, que fez por longo tempo a felicidade de Portugal. Minas Gerais, com suas cidades do século XVIII, província mineralógica, era atrativo especial para os naturalistas que nos deixarão preciosos depoimentos. Serão eles os primeiros classificadores da fauna e da flora de Minas e do Brasil, em mais um pioneirismo mineiro para a cultura brasileira.

O primeiro deles foi o geólogo inglês John Mawe, que publicou em 1818 "Viagens pelo interior do Brasil", em que diz, sobre Vila Rica, que "nada na vizinhança corresponde à magnificência do seu nome". Mas faz elogios aos jardins de Vila Rica, às residências e suas comodidades. Destaca a beleza da Rua Direita e assinala, com certa surpresa, que havia



Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire: botânico, naturalista e viajante francês, foi quem mais viajou por Minas Gerais, deixando amplos e minuciosos relatos. Fonte: Wikipédia

teatro "com cenários bonitos e atores passáveis". John Luccok, que morou no Brasil de 1808 a 1818, esteve em Vila Rica e escreveu "Notas sobre o Rio de Janeiro e partes do Sul do Brasil", publicado em 1820. Descreve Vila Rica, suas casas, a religiosidade popular, mas desagradaram-lhe certas condutas da população local, em que destacou a grande presença de negros e mulatos, em situação de pobreza. Auguste de Saint-Hilaire, naturalista francês, foi quem mais viajou por Minas Gerais, deixando amplos e minuciosos relatos de extraordinário valor como fonte histórica sobre todos os aspectos da vida na Colônia. Em 1816 e 1817, fez duas longas viagens pelo território mineiro, reunidas sob o nome de "Viagens pelo interior do Brasil", publicadas em Paris, em 1852. A leitura dos seus relatórios sobre o território, fauna e flora, vida e sociedade, economia, descritas em detalhes, é fundamental para quem deseja se aprofundar sobre Minas Gerais, sua formação e organização social e urbana, não só da área de mineração, mas, também, de outras regiões do Estado. Observador rigoroso, formou coleção com mais de 30 mil espécies, entre vegetais e insetos, das quais cerca de 4.500 desconhecidas, que ajudou a classificar. Faz elogios e críticas aos mineiros e seus costumes, mas é justo e objetivo nas suas observações. Outro inglês, o reverendo Walsh, publicou "Notícias do Brasil (1828-1829)". George Gardner, que esteve no Brasil entre 1836 e 1841, publicou "Viagens ao interior do Brasil", em Londres, em 1846.

De grande valor histórico-científico são os relatos do bávaro Karl Friedrich Fhilipp von Martius, botânico, etnólogo e naturalista, que viajou pelo Brasil de 1817 a 1820, incluindo Minas Gerais, recolhendo vasto material para seu herbário. Publicou "Flora brasiliensis", em 40 volumes, e também "Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros", em 1844. É considerado o pai da Etnologia brasileira. Com Johann Baptist von Spix, zoólogo e naturalista, seu companheiro de viagem pelo Brasil, publicou "Viagem pelo interior do Brasil", entre outros estudos. Outros visitantes que merecem destaque são Francis de la Porte, Conde de Castelnau, chefe de missão francesa ao Brasil em 1843, que publicou "Expedição às regiões

centrais da América do Sul", incluindo relato de visita a Minas Gerais, Charles James Fox Bunbury, que escreveu "Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais – 1833-1835", Ernest de Courcy, que publicou "Seis semanas nas minas de ouro do Brasil", já em 1889. James W. Wells, engenheiro inglês, que esteve em Minas de 1873 a 1875, trabalhando na Estrada de Ferro Dom Pedro II, lançou, em 1886, "Três mil milhas através do Brasil – do Rio de Janeiro ao Maranhão", com informações detalhadas sobre o interior de Minas Gerais, suas populações, economia, meio físico, condições de trabalho.

Destaque, pelo volume de suas observações, merece o naturalista e viajante inglês Richard Burton, a serviço do governo inglês, autor de "Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico" e "Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho", resultados de excursão que realizou em 1868 a Minas Gerais. Preciosas são suas informações sobre a vida mineira, com observações detalhadas sobre Ouro Preto e outras cidades. Seus escritos são um depoimento vasto e importante como fonte histórica e sociológica.

Dois pintores e desenhistas, um francês e um alemão, vão retratar as primeiras imagens de Minas Gerais, paisagens naturais, tipos humanos, aspectos da vida e dos costumes da primeira metade do século XIX. O primeiro é Jean-Baptiste Debret (1768-1848), de Paris, que estudou Belas Artes e Engenharia e chegou ao Brasil, em 1816, como integrante da Missão Artística Francesa, e que fundou, no Rio, uma academia de artes e ofícios, mais tarde transformada em Academia Imperial de Belas Artes. De volta à França, em 1831, publicou "Viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1834/1839")", com várias pranchas sobre Minas Gerais, especialmente Ouro Preto. Sua obra, caracterizada como "pintura histórica", constitui acervo valioso para a História do Brasil e de Minas.

O segundo foi Johann Moritz Rugendas (1802-1858), de Augsburg, que estudou Belas Artes em Munique e viajou por todo o Brasil, de 1822 a 1825, pintando pessoas, paisagens e costumes. Passou grande período em Minas, em 1824. Rugendas chegou ao Rio em 1821, para integrar a expedição científica do barão Georg Heinrich von Langsdorff (1774-1852), alemão, nascido em Wollstein, que se tornou cônsul do czar da Rússia no Brasil, médico, interessado em História Natural e em "desvendar a América portuguesa, um mundo que permaneceu desconhecido" em razão das proibições defensivas e protecionistas da Coroa. A abertura se deu após a chegada de Dom João VI ao Brasil em 1808. Langsdorff, que já realizara diversas excursões em várias partes do mundo, percorreu grande parte do Brasil, mas acabou enlouquecendo, com perda da memória, em 1830, durante viagem ao Mato Grosso, retornando à Europa. Rugendas permaneceu por conta própria no Brasil e publicou "Viagem pitoresca ao interior do Brasil", com desenhos e aquarelas realizados durante suas viagens.

Merece citação o médico, botânico e zoólogo dinamarquês Peter Willian Lund, que veio ao Brasil em 1825 e percorreu as províncias do Rio e São Paulo. Em 1832, retornou definitivamente ao Brasil, fixando-se em Minas Gerais. Em 1842, um seu relato informa ter visitado cerca de 200 cavernas nas regiões de Curvelo e Lagoa Santa e descrito 115 espécies de animais, entre os quais os famosos tigres-de-dentes-de-sabre e uma preguiça-gigante. Em 1843, encontrou vestígios de um homem pré-histórico, que ficou conhecido como "Homem de Lagoa Santa". Repentinamente, em 1845, encerrou suas pesquisas e enviou todas as suas coleções, com mais de 20 mil itens, para o rei Cristiano VIII, da Dinamarca, abrigadas em



Lagoa Santa homenageia Lund e Warming com um cemitério exclusivo, levantado por inspiração da Academia Mineira de Letras em 1935. Fonte: ipatrimonio.org

museu de Copenhague. Não mais retornou à Europa, falecendo em Lagoa Santa em maio de 1880. Com ele trabalharam o zoólogo Johannes Theodor Reinhardt (1816-1882) e o botânico Eugenius Warming (1841-1924), autores de vários trabalhos de pesquisas, ambos iniciadores, no Brasil, do conhecimento e sistematização de suas especialidades. Warming publica em 1840 um dos primeiros estudos mundiais de fitoecologia.

Publicação completa dos trabalhos de Lund ocorreu em 1888, com o "Museo Lundi". Em 1859, ao publicar o famoso "A origem das espécies", Charles Darwin faz seis citações de Lund, a região de Lagoa Santa e os seus achados paleontológicos, que julga virem em apoio à sua tese da evolução biológica das espécies. O Museu do Homem, de Paris, e o de Copenhagem, possuem crânios do Homem de Lagoa Santa. Lund, pioneiro da Arqueologia e da Paleontologia no Brasil, chamou a atenção para a região mineira de Lagoa Santa a Curvelo, despertando dezenas de pesquisas e expedições científicas que hoje já comprovaram a existência do homem na região há 30 mil anos. Lagoa Santa homenageia Lund e Warming com um cemitério exclusivo, levantado por inspiração da Academia Mineira de Letras em 1935. Lund encontrou-se algumas vezes com Henri Gorceix, fundador da Escola de Minas de Ouro Preto e recebeu apoio de Dom Pedro II, que foi em Lagoa Santa, em 1881, para conhecer o trabalho. Infelizmente um ano após a sua morte. Minucioso e completo levantamento sobre Lund, suas pesquisas e sua importância histórica e científica está em "P.W. Lund e as grutas com os ossos de Lagoa Santa", dos dinamarqueses Birgitte Holten e Michael Sterli, de 2011, obra atualíssima sobre vida, obra, pesquisas e importância científica de Lund.

A partir de 2009, o Governo do Estado implanta na região dois projetos que visam à sua proteção em face de novas investidas destruidoras, especialmente da indústria cimenteira, e também dar aproveitamento turístico à sua vocação arqueológica. E obteve promessa do governo dinamarquês de devolver a Minas, uma vez demonstrada a segurança de sua devida

conservação, vários achados de Lund e que se encontram hoje em instituições museológicas e científicas na Dinamarca. Os projetos são a Linha Lund e o Parque Arqueológico do Sumidouro, que integram o Circuito Turístico das Grutas, implantados parcialmente. Já na década de 70 do século XX, por solicitação da UFMG, Darcy Ribeiro e Oscar Niemeyer elaboraram anteprojeto de um Museu do Homem para Lagoa Santa, não implantado.

Hoje, a região de Lagoa Santa é citada internacionalmente e foi intensamente pesquisada por várias expedições científicas. Em 1975 expedição franco-brasileira, coordenada pela arqueóloga francesa Anette Laming-Amperaire, descobriu na Gruta Lapa Vermelha, em Pedro Leopoldo, o crânio de uma mulher, entre 20 e 24 anos, que se chamou de "Luzia", e que estudos posteriores determinaram sua antiguidade entre 12.500 a 13 mil anos. A reconstituição de seu crânio mostrou feições do tipo dos aborígenes da Austrália ou do negroide africano. A descoberta suscitou debates em todo o meio científico internacional por suscitar questões relativas à antiguidade do crânio, a emigração no território americano e a origem racial. Os paleontólogos Walter Neves, da USP, e André Prous, da UFMG, contribuíram com estudos posteriores relativos ao valor científico da descoberta de "Luzia". Infelizmente, um incêndio no Museu Nacional, no Rio, em 2018, danificou o crânio, reconstituído parcialmente.

Será mero ensaio literário, desprovido de verdade histórica ou comprovação científica, dizer que o mineiro, especialmente aquele da "Minas Geratriz", de Guimarães Rosa, nascido e formado nas cidades históricas, que transita entre a precaução e a aventura, aprofundará sua personalidade com o trauma da devassa da Inconfidência de 1789, fixando o traço do equilíbrio, da introversão, da vocação para a conciliação? Traço também assentado na centralidade geográfica, que amalgama os contrastes e faz a junção dos extremos. E que é precavido, ouve mais do que fala, um tanto disfarçado, mas austero e sóbrio, com inclinação para as "coisas do espírito"? E sempre libertário e democrata, como é essencial ao minerador, com gosto pela política e pela conspiração, como mostra sua história e seus embates em todos os episódios da vida pública? Esse mineiro existe ainda, no século XXI, com a sociedade marcada pela vida urbana veloz e competitiva, pela substituição da dominante economia extrativa mineral e agrária pela grande indústria e empresas de serviço, provocadoras de grande mobilidade espacial da população? Existiu e persiste, enfim, um caráter mineiro?

O fato é que esse mineiro e seus traços originários do século XVIII, bem como uma possível especificidade do seu caráter e da singularidade da sociedade urbana que constituiu, e que gerou um surto artístico e cultural nos legando patrimônio artístico excepcional, foram bastante cantados e exaltados pelos poetas, pensadores, historiadores e sociólogos, mineiros, brasileiros e estrangeiros. Ao mesmo tempo, Ouro Preto, cidade tida como centro originário da formação e difusão da cultura mineira e também inspiradora do sentimento nacionalista-libertário brasileiro e da consciência preservacionista do patrimônio cultural, foi lembrada por todos os estudiosos da História do Brasil. Igualmente Mariana, berço de vários episódios inaugurais e da formação de Minas, sempre foi objeto de atenção e referência, assim como São João del-Rei, Serro e Diamantina, berços de vários brasileiros ilustres, matrizes de linhas de pensamento, de afirmação de traços éticos e humanistas entre os mais lídimos da nação brasileira. O século XVIII mineiro, do Ciclo do Ouro e seus inúmeros fatos, conquistas, ocorrências e evoluções, torna-se capítulo especial da história brasileira. Francisco Adolfo de Varnhagem (1816-1878), diz que o século



Em 1975 expedição franco-brasileira, coordenada pela arqueóloga francesa Anette Laming-Amperaire, descobriu na Gruta Lapa Vermelha, em Pedro Leopoldo, o crânio de uma mulher, entre 20 e 24 anos, que se chamou de "Luzia". Fonte: Wikipédia

XVIII na História do Brasil é o século de Minas ("História Geral do Brasil", 1857). Artur Cezar Ferreira Reis, então presidente do Conselho Federal de Cultura, no prefácio à monumental à edição da obra de Germain Bazin "O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil", de 1971, diz que "as Minas Gerais iam compor, está visto, uma área diferente no quadro da vida que os luso-brasileiros estavam montando no Brasil em formação". E conclui: "Dela iriam emergir, como força estranha, as expressões telúricas do urbanismo, da arquitetura, da imaginária, da música sacra, das letras arcádicas, mas, também, rebeldes".

Já se disse que a historiografia mineira é a maior do Brasil e vai muito além da obra de caráter meramente histórico. Ora com tratamento ensaístico, ora poético, como roteiros de visita, crônicas e prosas, quase sempre como tentativas de decifração da "alma mineira", todos abordaram os vários aspectos e fatos da formação de Minas. São relatos que exaltam Minas e os mineiros, a partir das figuras épicas dos bandeirantes, das ousadias e aventuras da conquista e dominação territorial, o espírito de rebeldia, o contínuo sentimento de autodeterminação. O surto artístico. O sentimento libertário. E não são relatos irreais, invenções ou exageros nativistas e que, à luz da pesquisa histórica contemporânea, vão naturalmente sendo reinterpretados por novas pesquisas, análises transversais e uma notória riqueza de informações. De resto, esse é o processo histórico em que não só o instrumental de pesquisa e o desvendamento são maiores como também mudam as mentalidades.

As referências básicas e pioneiras, fontes mais antigas dos primeiros momentos de Minas, encontram-se nas obras de Pedro Taques de Almeida Pais Leme, "Notícias das Minas de São Paulo e dos sertões da mesma Capitania", que trata dos antecedentes da formação de Minas, e Antonil (André João Andreoni), "Cultura e opulência no Brasil", de 1711, que relata os primeiros anos de ocupação da região das minas. O poema épico "Vila Rica", de Cláudio


Poema
de
Claudio Manoel da Costa
Arcade Ultramarino conterraneo
de
Manoeste Saturnio
Offerecido
ao
Illmo Exmo
Senhor Joze Antonio
Freyre de Andrada Conde de Bobadella
Villa Rica
anno de 1773

Poema épico "Vila Rica", de Cláudio Manoel da Costa, divulgado e impresso no Rio, em 1839, mas escrito em meados do século XVIII, tornou-se referência no relato dos primeiros momentos de ocupação das terras mineiras. Fonte: www.bn.gov.br/

Manoel da Costa, divulgado e impresso no Rio, em 1839, mas escrito em meados do século XVIII, tornou-se referência no relato dos primeiros momentos de ocupação das terras mineiras. Cláudio faz a louvação, em versos, aos fundadores da Capitania das Minas do Ouro, criada em 1709, em especial ao governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que dá início à organização cívica e administrativa do novo território, entregue à desenfreada corrida pelo ouro. A partir de meados do século XIX, o movimento republicano faz a divulgação dos inconfidentes e de Tiradentes, reproduzidos em textos, palestras, esculturas e pinturas. Nas primeiras décadas do século XX, a exaltação aos mineiros será feita pelos modernistas paulistas. Foram campanhas notoriamente de cunho nacionalista, apologéticas porque buscavam razões, fatos e causas idealistas, mas, e por isto mesmo, amparadas na singularidade do processo histórico mineiro e na exemplaridade da sua produção cultural.

Entre os poetas que sentiram e cantaram Ouro Preto, já na República, mineiros e não mineiros, encontram-se Raimundo Correia (1859-1911), que, perseguido pelo presidente Floriano Peixoto, durante o "estado de sítio", implantado em 1892, refugiou-se na velha cidade, reconhecida como território de liberdade, dando aulas de Direito; Olavo Bilac (1865-1918), que também se exilou em Ouro Preto, em 1893, com vários artigos reunidos na coletânea Críticas e fantasias, publicado em 1904. Fugindo do regime autoritário de Floriano Peixoto vieram também para Ouro Preto Carlos de Laet, Valentim Magalhães, Gastão da Cunha, Coelho Neto. Foram recebidos e abrigados por Afonso Arinos, então residente em Ouro Preto. Com Olavo, veio inicialmente para Ouro Preto o pintor francês Émile Rouède, que estava no Brasil, desde 1880, para decorar o Palácio do Catete, no Rio, envolvendo-se em política, e que foi contratado em 1894 para documentar o arraial de Curral del-Rei. Celebraram Ouro Preto os escritores Bernardo Guimarães (1825-1884), Alphonsus de Guimaraens (1870-1921), o escritor Coelho

Neto (1863-1934), com "Por montes e vales", de 1899, Manuel Bandeira (1886-1968), com o seu "Guia de Ouro Preto", de 1938, Cecília Meireles (1901-1964), com seu "Romanceiro da Inconfidência", Vinicius de Moraes (1913-1980), que residiu por breve tempo na cidade, Henriqueta Lisboa (1904-1985), Bueno de Rivera (1911-19820) ou a escritora Raquel de Queiroz (1910-2003). Emílio Moura e Murilo Mendes ("Contemplação de Ouro Preto", "A viúva de Ouro Preto", MEC-1954) trataram da paisagem, clima e cor de Ouro Preto em vários poemas. Os primórdios da literatura do Estado estão bem estudados na "História da literatura mineira", de Martins de Oliveira, de 1963. Lúcia Machado de Almeida publicou roteiros de "Passeios" a Ouro Preto (1980), Sabará e Diamantina. Fontes permanentes de informação são as "Efemérides Mineiras – 1664-1897", de José Pedro Xavier da Veiga, publicado em 1897, e a "História antiga e História média de Minas Gerais", de Diogo de Vasconcelos, cujo primeiro tomo surgiu em Ouro Preto em 1901. Merece lembrança Lúcio José dos Santos, com sua "A Inconfidência Mineira – o papel de Tiradentes", de 1922.

Outo Preto é pioneiro na imprensa, como revela Xavier da Veiga, criador e diretor do Arquivo Público Mineiro, que levantou a história das publicações, de 1807 a 1897. Os primeiros jornais surgiram após a Independência: "Compilador Mineiro", de 1823, "Abelha do Itacolomi", de 1824/25, e "O Universal", 1825/42. O padre José Joaquim Viegas de Menezes foi o precursor na impressão, com a técnica de "gravura a buril". A historiadora Francelina Ibrahim Drummond, em tese de mestrado na UFMG. de 1995, divulga ter encontrado na Biblioteca Nacional a coleção completa de "O Recreador Mineiro", primeira revista literária de Minas Gerais, fundada em Ouro Preto pelo editor e livreiro Bernardo Xavier Pinto da Fonseca. Francelina revelou também outras publicações que comprovam atividade literária intensa, livros e jornais.

Entre os analistas da "alma mineira", com tentativas de descrição de um típico e distinto "caráter regional mineiro", diferenciado do resto do Brasil, com textos literários, com caráter apologético, incluem-se Carlos Drummond de Andrade e Guimarães Rosa em diversos escritos, Alceu Amoroso Lima ("A voz de Minas"), Sylvio de Vasconcellos ("Mineiridade"), Murilo Mendes, Pedro Nava, Cecília Meireles, Afonso Arinos de Melo Franco e Affonso Ávila, entre muitos outros, mineiros, de outros Estados e estrangeiros. Há que se acrescentar equipe qualificada de arquitetos e historiadores liderados por Rodrigo Melo Franco de Andrade e Lúcio Costa, que analisaram e instruíram dezenas de processos de tombamento do acervo histórico e artístico monumental mineiro, desde 1937. E uma lista de estrangeiros dedicados a analisar o fenômeno mineiro.

Drummond e Rosa sintetizam as duas vertentes principais da formação cultural mineira e da sua personalidade regional. Drummond, de Itabira, da montanha e do ferro, é homem da Minas minerária e reflete a melancolia saudosista dos primeiros tempos, da aventura da ocupação territorial e a busca do ouro, sempre ensimesmado e triste, impregnado de dúvidas, questionamentos e incertezas, sempre curioso dos mistérios da alma humana, barroco, dualista, dividido, mas extraindo da sua dor a sensibilidade para sua percepção do mundo e sua poesia. José Miguel Wisnik traça magistral percurso, na poesia e artigos de Drummond ("Maquinação do Mundo – Drummond e a mineração", 2018), de Drummond com relação a Itabira e a destruição do Pico do Cauê, da sua infância e a exploração inglesa. E alude também à mineração do Pico do Itabirito ("O Pico de Itabirito", 1965), por capitais ingleses

N. 101.

Quarta Feira 1824 1 de Setembro.

ABELHA DO ITACULUMY.

Vence o trabalho tudo; o que cansou
Seu espirito, e seus olhos algu' hora
Mostrará parte alguma do que achou.
Por. d Bern.

ARTIGOS DE OFFICIO.

MAnda S. M. o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, participar ao Presidente da Provincia de Minas Geraes, que pelo seu Officio N. 17 de 30 de Julho passado, Ficou inteirado das acertadas providencias que tem dado para evitar, que na referida Provincia se propaguem as pessimas, e perigosas doutrinas dos anarchistas, e rebeldes de Pernambuco, e Espéra, que continuará não só neste objecto, como em tudo o mais a dar as mesmas provas do seu zelo, e actividade. Palacio do Rio de Janeiro em 19 de Agosto de 1824 — Clemente Ferreira França — Cumpra-se, e Registe-se. Imperial Cidade do Ouro Preto em 28 de Agosto de 1824 = Vasconcellos.

Pelo Officio N. 67 do Presidente de Minas Geraes; forão presentes a S. M. o Imperador as medidas adoptadas pelo mesmo Presidente para prevenir, que os principios anarchicos da Facção Revolucionaria de Pernambuco possão infestar os Povos limitrophes com aquella Provincia, pondo á disposição do Cap.m Mór interino da Villa da Barra do Rio Grande força armada para repellir qualquer tentativa, e merecendo a Imperial Approvação tão acertadas providencias, assim o Manda participar pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, ao mesmo Presidente, Recommendando-lhe por esta occasião toda a exercção de sua maior vigilancia, zelo, e actividade, não só para não progredir tal flagello, como para o extinguir de huma vez. Palacio do Rio de Janeiro 11 de Agosto de 1824 — João Vieira de Carvalho — Cumpra-se, e Registe-se. Imperial Cidade do Ouro Preto em 28 de Agosto de 1824 = Vasconcellos.

BAHIA.

Proclamação.

O Presidente da Provincia da Bahia a seus habitantes.

Honrados habitantes da Bahia! Tendo dado, em o primeiro de Abril deste anno, as mais decisivas, e incontrastaveis provas da firmeza do nosso caracter em manter a Independencia, e Integridade do Imperio do Brasil, tendo mostrado a todas as Nações do Mundo o mais expressivo testemunho da vossa lealdade, e gratidão á Pessoa Sagrada do Imperador, tendo muito espontaneo, e satisfactoriamente jurado a Constituição Politica do Imperio do Equador, em o sempre memoravel dia 3 de Maio, acabais agora de dar viva demonstração dos mais nobres, e generosos sentimentos, cumprindo religiosamente vossas promessas solemnes, firmando com os vinculos indissoluveis

Exemplar do "Abelha do Itacolomi" de 1824, primeiro jornal mineiro do século XIX
Fonte: www.levyleiloeiro.com.br

e brasileiros e o esforço pela preservação do seu perfil geográfico, objetivo de tombamento pelo IPHAN, anulado pelo regime militar de 1964 e restabelecido após a ditadura, mas já desfigurado. E lembra também o famoso artigo "Triste Horizonte", de 1976, em que reage contra a destruição da Serra do Curral pela mineração como também a ocupação dos adros das Igrejas da Floresta e São José, em Belo Horizonte, por lojas e estacionamentos. Seu artigo, com grande repercussão, impede a mineração de alterar o perfil da Serra.

Guimarães Rosa, de Cordisburgo, entrada do sertão, de chapadões e veredas, é homem das gerais, do norte vaqueiro e "catrumano", que anda em quatro patas, a cavalo, observador das condutas rudes pela sobrevivência, cheia de sortilégios, na luta contra a natureza adversa e a sociedade dos homens fortes, com normas e linguagem próprias, num mundo onde "o limite é o infinito", mas também dualista como todo mineiro, resvalando entre o local e o universal, entre Deus e o diabo, a fé e a descrença, a moral e o desejo, o agir e o falar, tal como manda o sertão, tortuoso, mítico e metafórico. Em ambos, Drummond e Rosa, a alma é mineira e deles não sai, como é muito próprio nos modernistas, lamentosos de ter deixado sua terra, vítimas da fatalidade de que "Minas exporta minérios e mineiros".

A verdade, hoje consagrada pela visão histórica contemporânea, é que Ouro Preto, como conjunto representativo de um sistema urbano setecentista, criado pelo épico movimento de busca do ouro, se tornou no Brasil uma espécie de ícone de alguns sentimentos fundamentais a partir dos quais se forma nossa nacionalidade ou identidade nacional. Significativamente, representou, pelos vários episódios de rebeldia, mas principalmente pela Inconfidência Mineira, um exemplo sempre lembrado como locus de origem do ideário e do sentimento de independência, de autonomia, de liberdade política e econômica. A campanha republicana, necessitando de bases históricas para fundamentar sua formatação doutrinária, foi buscar na velha cidade, na figura de Tiradentes, como também dos inconfidentes, sempre cercados por uma auréola de heróis e mártires e, em menor escala, em Felipe dos Santos, os nomes e histórias que precisava para pregar a implantação do sistema representativo, em substituição ao regime monárquico.

É fato inconteste que a campanha republicana, assim como os movimentos nacionalistas do século XIX, colocaram Ouro Preto na atualidade das discussões históricas e políticas. A velha capital mineira, preservada pela própria pobreza a que foi levada pela exaustão do ouro, com dificuldade para encontrar atividade econômica substituta, até pela inadequação de suas terras para a agropecuária, além do distanciamento geográfico de centros mais evoluídos, permaneceu quase imutável com relação à sua feição e tipologia urbana e arquitetônica formadas nos primeiros anos do século XVIII.

E foi em Ouro Preto novamente, bem como, em menor escala, em Mariana e nas cidades históricas de Minas, que a mentalidade preservacionista, que renasce com a Proclamação da República, vai buscar inspiração para propor e reivindicar ações de proteção e conservação. A República nasce no Brasil sob a inspiração positivista e de seu lema Ordem e Progresso, que necessita sustentar-se num passado proclamadamente glorioso, destino indesviável da jovem nação na construção do seu futuro, agora liberada da monarquia imobilista, agonizante e asfixiante. Ouro Preto, uma vez mais, justificará o pensamento preservacionista brasileiro. Ela era o próprio passado, congelado, tangível, bastante íntegro, com seus casarões e igrejas preservadas, carregadas de história, de vultos, poetas, dramas e martírios. E também com um

passado de propalado e cantado fausto, de opulência e riqueza, contexto que contribuiu para o surgimento de uma arte verdadeiramente nacional no período colonial, arte esta que podia ser vista na arquitetura dos velhos casarões, nas igrejas, chafarizes e pontes, nos trabalhos de Aleijadinho, Vieira Servas, Xavier de Brito, Ataíde e de toda uma legião de artistas de diversos ramos e excepcionais qualidades. Chegou-se a dizer que ela era uma "espécie de Pompeia viva". E o sentimento libertário, sempre irredentista, de Ouro Preto e cidades históricas de Minas, em luta contra o jugo português, fornecia os elementos épicos e revolucionários fundamentais para a formação de uma consciência de resistência, que o embate com a Monarquia exigia.

O interessante é que a República, que tanto usou a cidade e seus vultos, exaltando seu passado e sua conservação para sustentar a necessidade de um futuro de progresso, acabará por motivar a mudança da capital para Belo Horizonte em 1897, lançando Ouro Preto em novo ciclo de decadência econômica. Não se concebia a capital de Minas naquele local topográfica e geologicamente inadequado, o vale do Tripuí, quando a República exigia avanços, transformações e crescimento. Metade da população, repartições públicas e seus funcionários transportam-se para a nova capital e a velha cidade esvazia-se, entra em crise econômica, uma vez mais. Casarões inteiros ficam abandonados. A imobilidade urbana acentua-se e será, novamente, a causa da preservação da cidade. Manuel Bandeira, no seu já citado "Guia de Ouro Preto", diz que, "na sua decadência econômica, que remonta às últimas décadas do século XVIII, não houve dinheiro para abrir ruas, alargar becos, restaurar monumentos. Na reparação dos prédios envelhecidos, a economia levou sempre a alterar o menos possível. Em casas novas ninguém pensava".

Ouro Preto mantém-se quase inalterada até a década de 50. As escolas de Minas e de Farmácia eram as atividades principais. Manifesto dos professores da Escola de Minas foi entregue a Getúlio Vargas, em 1944, pelo professor e físico Francisco de Assis Magalhães Gomes, propondo a transferência do estabelecimento para Belo Horizonte. Sustentava o documento que a cidade não oferecia condições para a presença de professores e de troca de conhecimentos indispensável a uma escola de engenharia, com a evolução tecnológica por que passava o mundo. Muitos professores efetivamente mudaram, transferindo-se para a UFMG, inclusive o professor Magalhães Gomes, onde fundou um Instituto de Pesquisas Radioativas, montando um reator atômico destinado a pesquisas. Durante muitos anos, os professores da escola dividiam-se entre os mudancistas e os que desejavam permanecer em Ouro Preto.

Com o tombamento, em 1938, Ouro Preto adquire certo alento turístico, incentivado também pelo Grande Hotel e o Museu da Inconfidência, ambos de 1944. Têm início as minerações de bauxita e de ferro. Mas será a presença do grupo canadense da Alcan, em 1952, comprando a fábrica de Saramenha, modernizando e ampliando a produção de alumínio, que a cidade tomará novo alento econômico, com a criação de empregos, a geração de novas receitas públicas e a expansão dos bairros populares Bauxita e Saramenha, que circundam as instalações industriais. Com o nome de Eletroquisa a Alcan foi criada em 1934 por Américo Renée Gianetti, engenheiro formado pela Escola de Minas. Dá-se um surto de expansão populacional e urbana, a cidade acorda, mas começará a enfrentar novas questões, entre elas, a ocupação irregular dos morros circundantes, em especial nas fraudas da Serra do Ouro Preto, destruindo reminiscências da mineração ocorrida no século XVIII. E nem o IPHAN nem a Prefeitura souberam oferecer opções de ocupação, fora dos limites da malha urbana e além do alcance do olhar comprometedor.



Comemoração da inauguração da cidade de Belo Horizonte em 1897. Fonte Arquivo Público Mineiro

Ouro Preto vai sendo redescoberta ou relembrada nacionalmente a partir da década de 1920, por meio de visitas e artigos que vão revelando a existência, entre as montanhas de Minas, de uma cidade com heroica e cívica história e com a autenticidade de um verdadeiro museu aberto. Mas que, após a mudança da capital para Belo Horizonte, em 1897, ficou entregue à própria sorte, estagnada, vítima de inescrupulosos antiquários que saquearam obras de arte e mobiliário precioso. Algumas "expedições" pioneiras se inscrevem nesta linha, como a viagem realizada, em 1916, por Alceu Amoroso Lima e Rodrigo Melo Franco de Andrade, com a consequente publicação de textos que reivindicavam proteção para a cidade e seus monumentos. Ambos se tornariam apaixonados defensores da preservação da cidade colonial.

Mário de Andrade, na "Revista do Brasil", relata visita a Ouro Preto e Mariana, em artigo de 1920. Viera a Mariana em 1919 visitar o poeta simbolista Alphonsus de Guimaraens e conheceu, em profundidade, as duas cidades históricas. Desta viagem resultará o interesse dos modernistas no século XVIII mineiro e as cidades históricas mineiras. Gilberto de Alencar , mineiro de Santos Dumont, publicou livro com o título "Cidade do sonho e melancolia", após viagem realizada em 1926, durante a qual encontrou a velha cidade em profunda decadência. Gilberto enfatiza a necessidade urgente de intervenções que pudessem reverter o quadro de decadência em que "agonizava a terra dos inconfidentes". E deplorava o esquecimento de Vila Rica, perdida entre montanhas, "berço das ideias liberais no Brasil (e onde se tramou a República) quando ainda não se fizera a Revolução Francesa". Anos depois, escreverá "Tal dia é o batizado", alusivo à senha dos inconfidentes para a deflagração do movimento insurrecional.

Gustavo Barroso, também em 1926, realiza viagem a Minas, que motivou a sua proposta de criação de um órgão público para cuidar da proteção e preservação do patrimônio histórico e artístico brasileiro. Carlos Drummond de Andrade e outros escritores e jornalistas mineiros, matriculados no pensamento modernista de busca de um passado ilustre autenticamente brasileiro, vão destacar o surto de criatividade artística do século XVIII ocorrido em Vila Rica e

outras cidades históricas mineiras. Martins de Oliveira ("História da literatura mineira") escreve sobre poetas e literatos mineiros do período, revelando escritores de qualidade na Minas colonial, mesmo submetida à repressão que tentava anular qualquer forma de pensamento criativo ou independente. Começa-se a valorizar a época colonial e, particularmente, o século XVIII, e as cidades que formou passam a ser vistas como locais de origem das raízes de uma identidade brasileira, em substituição aos valores importados da Europa, ainda dominantes na cultura nacional. De grande valor histórico é seu estudo sobre a "Arcádia do Rio das Mortes", de 1959.

Há que se reconhecer também os núcleos civilizatórios implantados em Mariana, "cidade dos bispos", a "Roma brasileira", pioneira em vários índices da cultura, da nacionalidade e da vida urbana. Como também em São João del-Rei, sede de imensa comarca, rica por suas terras e seu comércio, berço de homens e ideias, como também o antigo Serro do Frio, núcleo irradiador da ocupação territorial de vasta região, onde esteve Fernão Dias, centro de famílias nobres fundadores de Minas. E ainda Sabará, mais antiga, em região central, ligando os fluxos humanos que vinham do Norte, pelo São Francisco/Rio das Velhas e a região do Tripuí, certamente o núcleo urbano que mais gerou outras cidades, em todas as direções. Essas cidades, povoados primitivos da "Minas do Ouro", entre tantos outros menores e menos conhecidos, serão cópias exatas das vilas portuguesas Braga, Guimarães ou Viana do Castelo, do Norte de Portugal, núcleos de onde vieram os maiores contingentes de portugueses.

O surto artístico não se estende ao século XIX. A sociedade apazigua-se. Passa de mineradora a semi-industrial e, sobretudo, agropastoril. Desenvolvem-se novas relações humanas e econômicas. Ao homem das minas, acrescenta-se o homem rural. Surgem as grandes fazendas e as cidades agrícolas, novas formas de sobrevivência, mais estável e arraigada à terra, por isto conservadora. A sua produção artística torna-se devocional, com oratórios e esculturas sacras, de caráter religioso, domiciliar, recatada. A pintura torna-se acadêmica. Proliferam os motivos franceses, holandeses e italianos, buscados como referência para as obras de ornamentação. A Missão Francesa, trazida por Dom João VI, em 1816, bem como outros artistas vindos mais tarde, já ao tempo de Dom Pedro II, vão exercer influência estrangeira na arte de Minas. As paisagens europeias, neves dos Alpes ou moinhos holandeses, retratos da Paris mundana, líricos e ingênuos, vão dominar os motivos das estamparias nas fábricas de tecidos. Em um e outro caso, registrava-se alguma antropofagia, com a substituição das paisagens europeias pelas montanhas de Minas.

Incentivados por Mário de Andrade, os modernistas realizam histórica viagem a Minas Gerais na Semana Santa de 1924, em caravana destinada a mostrar o interior brasileiro ao poeta de origem suíça Blaise Cendrars (que veio ao Brasil a convite de Paulo Prado), estiveram em São João del-Rei, Tiradentes e Ouro Preto os principais líderes do movimento modernista, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Godofredo da Silva Teles, Tarsila do Amaral, René Thiollier e Olívia Guedes Penteado, que acabavam de promover a Semana de Arte Moderna, de 1922, marco cultural em direção a uma nova leitura da arte brasileira. O Movimento Pau-Brasil, lançado pelo Manifesto Pau-Brasil (1924), de Oswald de Andrade, encontrou inspiração na visita a Minas. Em 1928, Mário de Andrade publica extenso estudo sobre Aleijadinho ("O Aleijadinho e sua posição nacional"), documento que efetivamente lança o artista mineiro nos meios intelectuais brasileiros. Em 1938, Manuel Bandeira, afinado



Procissão da Ressurreição, domingo de Páscoa (2018). Arquivo Graphar, fotografia: Angélica Gonçalves

com o pensamento modernista, publica seu famoso "Guia de Ouro Preto". Com produção e análises fecundas e sistematizadas, encontram grande repercussão as opiniões de Lourival Gomes Machado, expressas em várias publicações sobre o acervo artístico mineiro. Com vasta erudição, aplicada ao estudo dos monumentos mineiros e sua arte, atribui-se a ele a tese da especificidade do Barroco produzido em Minas Gerais.

Merece registro a viagem, já relatada, de Mário de Andrade ao poeta simbolista Alphonsus de Guimaraens, então juiz municipal. Mário o encontra na Rua Direita de Mariana, hoje museu, da qual fez o seguinte relato: "Em Mariana, a Católica, fui encontrá-lo na escuridade de sua casa de trabalho, sozinho e grande. E foi uma hora de inesquecível sensação a que vivi com ele. Na tristura cinza do aposento pude dizer-lhe pausadamente, em calma, as linhas coisas que eu sentia sobre sua arte desacompanhada e incompreendida. Falei-lhe depois do descaso em que deixaram os nossos. Sorriu, num meigo perdão, e recompensou-me com afeto, dando-me versos". Mário viu Mariana e Ouro Preto, conheceu obras do mestre Aleijadinho e daí inscrustou na ideia central do modernismo a necessidade de repensar o Brasil, buscando suas raízes e fontes originais, com caráter próprio, libertando-se de uma arte importada.

Foi nesta decadente, mas preservada Ouro Preto, em movimento extensivo a outras cidades históricas, em especial à próxima Mariana, que os modernistas descobriram as raízes de uma cultura brasileira, capaz de fornecer "uma gramática, senão uma preciosa sintaxe do modernismo brasileiro". Nos casarões adaptados aos materiais, nas soluções construtivas locais e nos gostos de artífices, nas fachadas e talhas das igrejas, nas esculturas e ornatos, nos altares e púlpitos cobertos de ouro, descobriram um "Barroco Mineiro". Descobriram, na intensa criatividade artística de todos os ramos, na criação poética, nas ideias libertárias e nas rebeldias em busca de autonomia política, os "sintomas" de uma sociedade autenticamente brasileira, distinta do resto do mundo, com cânones próprios de vida, pensamento e arte. E que precisa ser vista e decifrada, nos seus simbolismos e significados, marcantes na formação da brasilidade.

E que, sobretudo, como dever básico da pátria, era preciso preservar e difundir. Interessante lembrar que o movimento modernista procurou fazer da famosa Semana de Arte Moderna de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo, não mais um sarau artístico-literário, mas um brado de alerta e advertência contra uma "compreensão lírica" e irrealista do Brasil vigente à época. Assumia, portanto, postura política quando propagou que não era mais possível ver "a cultura como inofensivo adorno (dispensável) das camadas sociais mais abonadas". Nessa linha, as críticas se estendiam a outros campos, inclusive o da economia dependente, a exploração do trabalho e questões afins, que penalizavam um Brasil que espera da República indispensáveis modernizações.

A criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais, proposta por Gustavo Barroso, em 1934, como apêndice do Museu Histórico Nacional, que havia sido criado em 1922, também por sua inspiração, igualmente tomou Ouro Preto como exemplo de cidade que abrigava monumentos preciosos e altamente necessitados de ação conservadora dos governos. O museu chegou a promover algumas intervenções restauradoras em edificações civis e religiosas de Ouro Preto. Propôs-se ao presidente Vargas a concessão à cidade do título de Monumento Nacional, o que ocorre em julho de 1933, por meio de decreto. Este ato foi uma inspiração para a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais. Em 1931, o prefeito João Batista Ferreira Veloso, por decreto municipal, "atendendo à necessidade de manter o estilo colonial característico da cidade de Ouro Preto", proíbe a "construção, no perímetro urbano, de prédios e edifícios em desacordo com suas características arquitetônicas". No âmbito municipal, é ato pioneiro na preservação da cidade.

Em 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Inspetoria foi extinta. As ações e os serviços de proteção ao patrimônio histórico e artístico passaram a ter a orientação dos modernistas paulistas e mineiros, que haviam, através especialmente de Mário de Andrade, inspirado a criação do SPHAN ao ministro Gustavo Capanema, também mineiro, que assumira o Ministério da Educação, em 1936, a convite de Getúlio Vargas. Foi Capanema que, por indicação de Carlos Drummond de Andrade, seu chefe de gabinete, solicitou a Mário de Andrade a elaboração de relatório sobre a cultura brasileira e a criação de serviço de defesa patrimonial, posteriormente transformado no Decreto-Lei 25, assinado por Vargas, e até hoje em vigência como documento-básico que orienta a política de proteção do patrimônio cultural brasileiro. A visão tradicionalista de Gustavo Barroso, homem de visão conservadora radical, foi sucedida pela postura modernista, com quem tinha certo antagonismo conceitual tanto quanto a procedimentos e direção das ações de proteção. Barroso chegou a publicar, em 1928, o texto "A cidade sagrada", no qual fazia propostas concretas de restauração de Ouro Preto, que via como exemplo mais importante de um "glorioso passado" brasileiro.

Mas serão os funcionários do SPHAN, um ano após a criação do serviço, em 1938, que irão realizar o tombamento da cidade, junto com outras cidades históricas de Minas. Nos seus primeiros anos, a equipe do SPHAN, integrada por especialistas recolhidos em todo o Brasil, dedica-se a realizar levantamentos e elaborar propostas de tombamento de monumentos de notório valor cultural, com risco de perda ou desfiguração irreversível. Ouro Preto será o 39º bem tombado, com inscrição no Livro de Belas Artes. Serão também os técnicos da instituição que irão reivindicar e propor à Unesco, ideia alimentada desde 1970, a inclusão de Ouro Preto na lista mundial de Patrimônios Culturais da Humanidade. Em 1977, tendo



Portinari, Antônio Bento, Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco.
Fonte: Arquivo Público Mineiro

o Brasil assinado a Convenção de Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, reiniciam-se os levantamentos para uma consulta àquele organismo internacional, obtendo-se o título em 21 de abril de 1980, entregue solenemente à cidade naquele ano. A Unesco reconhecia Ouro Preto como monumento, conjunto ou lugar notável, perfeitamente enquadrável nos artigos da Convenção. A velha cidade foi a terceira, na completude do seu conjunto urbano, a ser inscrita na lista do Patrimônio Mundial.

Tem sido preocupação da Unesco, e dos órgãos de proteção brasileiros, a incontrolável e inadequada expansão urbana da velha cidade, conforme descrito em capítulo próprio desta publicação. Mas a opinião dominante é que o futuro de Ouro Preto, que o presente já permite enxergar, será consolidar um núcleo histórico preservado, circundado por áreas de menor valor histórico e artístico ou de absoluta ocupação desordenada. Nas elevações e morros, que a topografia acidentada permite contemplar de qualquer ponto de observação, se instala, incontrolavelmente, ocupações de baixa qualidade, com um irreversível comprometimento paisagístico. Esta é uma realidade inexorável, determinada pela injusta e gritante desigualdade regional e pessoal da distribuição de renda que vitima a sociedade brasileira. A redução da taxa de expansão demográfica brasileira, e também do êxodo rural próximo à cidade histórica, ocorrências bem recentes, têm diminuído a expansão urbana, que vem ocorrendo em áreas dos distritos, especialmente Cachoeira do Campo, assim como nas cidades próximas, a exemplo de Mariana e Itabirito. Uma ameaça representou o crescimento da Universidade Federal de Ouro Preto, com a criação de novos cursos, demandando novas moradias para alunos e professores.

Numa síntese, podemos dizer que Ouro Preto, na sua tricentenária história, teve muitos ciclos: a colonização rápida, na épica e tumultuada corrida pelo ouro; a urbanização acelerada em três décadas e a consolidação de uma sociedade já barroca no seu estilo de vida; um fausto ligeiro, mas que chegou a requintes na arquitetura e na ornamentação; a exaustão do ouro e a



Gustavo Capanema solicitou a Mário de Andrade a elaboração de relatório sobre a cultura brasileira e a criação de serviço de defesa patrimonial, posteriormente transformado no Decreto-Lei 25. Fonte Wikipédia

decadência econômica, com a expulsão de população e a mudança do perfil socioeconômico; o inconformismo com a Inconfidência, que marca o surgimento da consciência nativista e autonomista no Brasil e a ideia de república e, durante a longa noite do Império, ora foi fiel ora rebelde à monarquia brasileira. Na campanha pela República, é símbolo de rebeldia, expresso pelos inconfidentes e Tiradentes. Em 1897, deixa de ser capital, perde prestígio e população, entra em longo período de decadência econômica, que a preserva. É descoberta pelo movimento modernista, na década de 20, e tombada pelo SPHAN em 1938. Não cresce por todo esse longo tempo, até 1952, quando tem início o ciclo do alumínio, com a canadense Alcan explorando as grandes jazidas de bauxita de Saramenha, hoje extintas, e onde surgiu uma nova cidade, atraída pelo emprego industrial. A partir da década de 50, ocorre explosiva expansão demográfica, acompanhando a elevada taxa de crescimento populacional brasileiro e o processo de concentração urbano-industrial em região de baixa fixação do homem à sua terra natal, pela inadequação de suas terras para a agropecuária. Com algumas exceções, entre outros motivos estritamente locais, esse é o percurso das cidades históricas mineiras, em geral empobrecidas e, quando essa estagnação econômica foi severa e persistente, mais preservadas por falta de recursos da população local para expansões ou intervenções de reconstrução. E, se ainda abrigam patrimônios culturais, prestam-se ao Turismo Cultural e tornam-se destinos de viajantes, sua nova vocação e hoje uma grande potencialidade econômica de Minas Gerais.

Com abordagens históricas inovadoras, com leituras ampliadas de novos aspectos da vida social mineira, com realismo no tratamento histórico-elucidativo, com quatro tomos sobre a Capitania e a Província, com marcado cunho revisionista contemporâneo, o mais abrangente estudo sobre Minas Gerais e sua formação, é "História de Minas Gerais" (Autêntica, 2007), sob coordenação dos historiadores Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta. Reúne grande grupo de estudiosos, especialistas setoriais, com formação acadêmica rigorosa,



Comemoração da elevação de Ouro Preto a Monumento Nacional em 1933, na Praça Tiradentes. Fonte: Meniconi

tratamento transversal e amplo, quase sempre realizando revisões e algumas "desconstruções". É o que ocorre com vários aspectos e fatos do século XVIII, tradicionalmente valorizado e agora mais realisticamente desvendado, enquanto o século XIX, pouco estudado e menosprezado, é positivamente redescoberto. Outro exemplo são os trabalhos de Laura de Mello e Souza, bastante elucidativos da realidade econômica e social do século XVIII mineiro e os "desclassificados sociais", criminologia, pobreza e conflitos e rebeliões, que desmistificam o difundido e cantado "esplendor" mineiro, ou de uma "Vila Rica" onde o ouro farto tornava todos ricos. José Murilo de Carvalho, também fecundo pesquisador, apresenta vários trabalhos atualizadores e que permitem visão expandida, e por isto mais realista, da formação mineira.

Estão nesta mesma direção atualizadora e amplificadora historiadores e críticos literários, pesquisadores contemporâneos da História de Minas, a maioria com vinculação ou carreira acadêmica, construtores de uma ampla e inovadora bibliografia histórica, como José Murilo de Carvalho, Laura de Mello e Souza, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, Fábio Lucas, Caio César Boschi, Márcio Jardim, Carla Maria Junho Anastásia, Luciano Raposo Figueiredo, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Francisco Iglesias, Lucília de Almeida Neves, Adalgisa Arantes Campos, Júnia Ferreira Furtado, Melânia Silva de Aguiar, Leda Maria Martins, João Pinto Furtado, Douglas Cole Libby, Otávio Dulci, Carlos Magno Guimarães, Eduardo França Paiva, Ângela de Castro Gomes, José Newton Coelho Menezes, João Antônio de Paula, Carla Junho Anastasia, Adriana Romeiro, Carlos Filgueiras, Antônio de Oliveira Mello, Mariza Guerra de Andrade, Márcio Santos, Fernando Correia Dias, Flávio Marcus da Silva, Cristina Ávila, Guiomar de Grammont, Amílcar Martins, Roberto Martins, Lucas Figueiredo, Heloisa Starling, José Maria Rabelo. Com teses de mestrado e dourado, ampliaram-se extraordinariamente, nos últimos anos, os trabalhos acadêmicos sobre a História de Minas abrangendo todos os aspectos da vida econômica, política e social em especial dos séculos XVIII e XIX.

Nos nossos dias, como destino turístico, com renome internacional, Ouro Preto e outras cidades históricas mineiras necessitam evoluir para a qualificação e refinamento da sua cadeia de prestação de serviços aos visitantes e, certamente, como já ocorre com algumas cidades europeias, dentro de alguns anos terá que limitar a presença de visitantes e veículos no seu centro histórico. Com relação a Ouro Preto são claras as vocações da cidade para os segmentos do Turismo Cultural, Turismo de Eventos e Negócios, com ênfase nos conclaves educacionais, e o Vivencial, com base no seu patrimônio cultural e artístico, sua condição de centro educacional, seus atrativos dados pelos parques e áreas de proteção ambiental circundantes e por alguns de seus distritos, que ainda possuem edificações do século XVIII e apresentam condições para as novas modalidades do Turismo Rural, Ecológico e de Aventuras.

A trajetória de Ouro Preto se repete em menor escala em outras cidades históricas de Minas. Diamantina já obteve o título da Unesco (1999), como também o Conjunto da Basílica de Bom Jesus de Matosinhos (1985), em Congonhas, onde estão os Profetas de Aleijadinho e as capelas dos Passos. Restam, ainda bastante íntegras nos seus núcleos históricos originários, entre as cidades históricas do século XVIII, apenas Ouro Preto, Mariana, na sua parte histórica, Diamantina, Tiradentes, Serro, parte de São João del-Rei. Outras cidades possuem hoje apenas conjuntos parciais ou no entorno de monumentos preservados.

Finalmente, cabe, na conclusão destes comentários, texto de Lourival Gomes Machado, estudioso da História de Minas e do Barroco Mineiro: "Esta Minas dos árcades e da Inconfidência, que constitui a culminância e o fecho de três séculos de existência anteriores à trasladação do Estado português, esta mesma Minas ainda possui mais um título a proclamar, entre os mais altos, que a colocam na história de nossa sociedade: o de haver desenvolvido uma cultura cujo avanço e cujo requinte podem ser avaliados, com exatidão, pela capacidade de assimilar inteiramente os padrões europeus para, em profunda reelaboração, formular seus próprios valores e conceitos no que presentam de mais básico, isto é, na própria estrutura mental que os gera e sustem" ("Barroco Mineiro", Lourival Gomes Machado, 1973).

06

Vila Rica, entre o céu e a terra

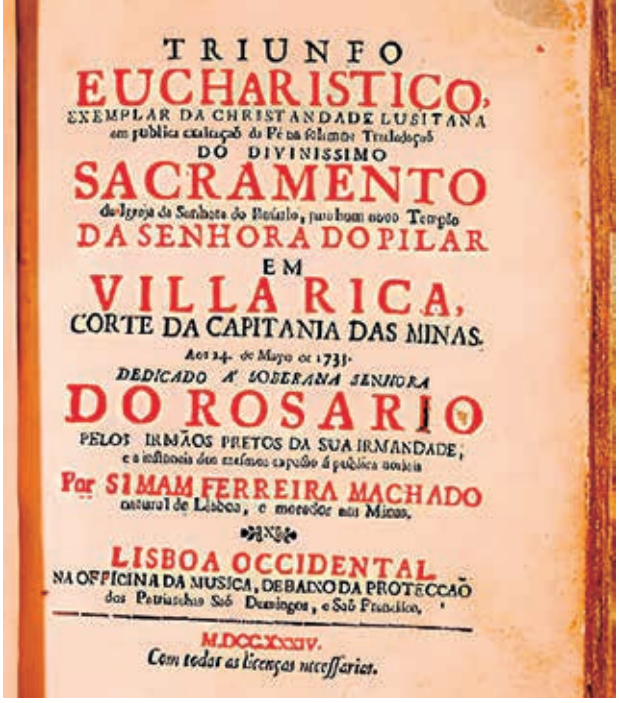
Percorrer os monumentos religiosos das cidades históricas mineiras, matrizes, igrejas e capelas, conhecer suas histórias, épocas e origens, os artistas, artífices e construtores, estilos arquitetônicos, elementos construtivos e soluções plásticas, as devoções e irmandades patrocinadoras, os elementos formadores da sociedade colonial, representa uma gratificante viagem espiritual e intelectual. A contemplação esclarecida destes relicários da arte sacra brasileira, os ornatos dos altares, púlpitos, forros, retábulos e talhas, as esculturas, pinturas, em madeira e pedra, entre muitos outros elementos decorativos, sua interpretação estética, exige atenção ampla, fundada nos vários elementos de informação evocados para sua compreensão.

Permitem, sobretudo, um mergulho denso e instigante nos fenômenos históricos e sociológicos que, em singular confluência de elementos geracionais, explicam o florescimento da criatividade e do esplendor que estes monumentos expressam, de maneira singular e exemplar, com reconhecimento mundial. Na sua história entrelaçam-se a arte e a vida de uma sociedade peculiar, sob a inspiração do Barroco, estilo do catolicismo da Contrarreforma, que conforma um tipo de vida, de uma sociedade e de arte.

Em "Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise", 1984, Celso Furtado diz que "o ciclo barroco brasileiro, cuja expressão mais rica é a integração da arquitetura com a escultura, a pintura e a música ocorridas no século XVIII em Minas Gerais, constitui quiçá a última síntese cultural no espírito da Europa do pré-renascimento". Importante ainda para plena decifração do fenômeno cultural mineiro é outra conclusão de Furtado: "O quadro histórico em que se forma o Brasil – articulação precoce em Portugal do Estado com a burguesia e total domínio da sociedade colonial pelo Estado e pela Igreja – congela o processo cultural no universo europeu pré-humanismo. Daí que se haja dito com razão ser o Aleijadinho, esse artesão e santeiro, o último grande gênio da Idade Média. Importa dizer que, à semelhança da síntese medieval europeia, o Barroco brasileiro era a expressão da sociedade como um todo. Sua mensagem atingia senhores e escravos". Além da discussão que tais considerações provocam, é fato que o século XVIII mineiro representou um momento excepcional, pelas singulares condições sociológicas e históricas que condicionaram a ocorrência do surto cultural. E que terá, em meio século, avanços e mutações que, por si, já revelam, no seu sincretismo, fenômenos muito instigantes.

Lourival Gomes Machado ("Barroco Mineiro", 1967), profundo conhecedor do século XVIII mineiro, sintetiza a opinião dos críticos, nacionais e estrangeiros, que se dedicaram a estudar a Arte Sacra setecentista. Para ele "em Minas, no século XVIII, manifestou-se artisticamente, pela primeira vez, uma autêntica cultura brasileira" ("Arquitetura e Artes Plásticas", 1960) e que "nasceria em Minas a mais forte, mais farta e mais bela expressão de uma arte verdadeiramente brasileira". Já antes, em 1956, em "O Barroco em Minas Gerais", diz que este fenômeno, sem dúvida, é dos mais significativos e, a meu ver, o mais belo de toda a história cultural do Brasil". Sustentam-se nestas opiniões muitas obras de estudiosos que dedicaram-se ao estudo da arte sacra mineira, incluindo a tese básica do Movimento Modernista de que representa a manifestação de uma arte brasileira, que mostra criatividade e expressões libertas de estritos cânones importados da arte europeia.

A plena elucidação deste fenômeno cultural exige mergulho mais aprofundado, buscado nas raízes fundacionais da sociedade que se formou na Vila Rica nascente. Assinala-se que a excepcionalidade da sociedade que surgia já se demonstra na faustosa festa popular comemorativa da inauguração da nova Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, em maio de 1733, na jovem Vila Rica. A festa, sacra e profana, popularesca mas juntando num único desfile pobres e ricos, aristocracia e povo, prenuncia o caráter da sociedade que se formava, seu estilo de vida, religiosidade e criatividade artística, características bem descritas por Affonso Ávila ("Resíduos Seiscentistas e Minas – Textos do século do Ouro e as Projeções do Mundo Barroco", Editoria UFMG, 1967). Sob o nome de "Triunfo Eucarístico", o cronista português Simão Ferreira Machado, "natural de Lisboa e morador nas Minas", descreve em 1734, em pequeno livro, as comemorações, o desfile e seus componentes coreográficos e


TRIUNFO
EUCHARISTICO,
EXEMPLAR DA CHRISTANDADE LUSITANA
em publica exultação da Fé na solemne Trasladação
DO DIVINISSIMO
SACRAMENTO
da Igreja da Sanhora do Rosário, para hum novo Templo
DA SENHORA DO PILAR
EM
VILLA RICA,
CORTE DA CAPITANIA DAS MINAS.
Aos 24. de Mayo de 1733.
DEDICADO Á SOBERANA SENHORA
DO ROSARIO
PELOS IRMÃOS PRETOS DA SUA IRMANDADE;
e a instancia dos mesmos exposto á publica noticia
Por SIMAM FERREIRA MACHADO
natural de Lisboa, e morador nas Minas.
LISBOA OCCIDENTAL
NA OFFICINA DA MUSICA, DEBAIXO DA PROTECÇÃO
dos Patriarchas Sõ Domingos, e Sõ Francisco.
M.DCC.XXXIV.
Com todas as licenças necessarias.

Registro do cortejo do Triunfo Eucarístico por Simão Ferreira Machado: O Triunfo Eucarístico - Exemplar da Cristandade Lusitana, publicado em 1734. Fonte: arquivo do Museu de Arte Sacra da Basílica do Pilar de Ouro Preto

teatrais, a profusão de alegorias e ornatos, sagrados e profanos, efeitos visuais e sonoros, o cortejo de sacerdotes ricamente paramentados, em mística manifestação da preeminência da religiosidade popular e do domínio da Igreja Católica em aliança com o poder colonial.

A festa, na sua precoce mas expressiva diversidade, já revela o caráter festivo da população, o gosto pelo suntuoso, pela ostentação e pela viva exterioridade, com caráter triunfalista, típicos do estilo barroco da Contrarreforma e fornece significativos elementos de análise e interpretação sociológica como fenômeno cultural que distinguirá o século XVIII mineiro na História do Brasil. Para Affonso Ávila, referindo-se à população de Vila Rica na época, foram os portugueses, "na maioria de compleição mística e psicológica residuariamente barroca", que foram "os transplantadores a esta parte do Brasil de um comportamento devoto já inato na alma ibérica, mas que o espírito da Contrarreforma imprimiu um sentido de mais viva e colorida exterioridade".

Diz Laura de Melo e Souza ("Desclassificados do Ciclo do Ouro - A Pobreza Mineira no século XVIII", Graal, 1982) que "o que estava sendo festejado é antes o êxito da empresa aurífera do que o Santíssimo Sacramento e nesta excitação visual, caracteristicamente barroca, é a comunidade mineira que se celebra a si própria, esfumaçando, na celebração do metal precioso, as diferenças que separam os homens que buscam o ouro dos que usufruem do seu produto". Mas o que se constata, não só por esta festa mas pelo caráter geral da sociedade nascente, que será pela força do caldeamento de condicionantes naturais e humanos, pelo barroquismo que conforma uma mentalidade com intensa religiosidade, que se conduzirá o processo civilizatório capaz de produzir um extraordinário acervo cultural, patrimonial e artístico no século XVIII. E terá sido, nos primeiros anos de Vila Rica, que se fará bem expressa "a transplantação de uma mentalidade e um estilo de vida" para a cidade que nascia sob forte influência do catolicismo português, sempre alinhado com o espírito contrarreformista.

Affonso Ávila, mestre dos estudos de interpretação e decifração do Barroco Mineiro, vê o "Triunfo Eucarístico" como demonstração do barroquismo nascente e que já se demonstra como "estilo de arte e de vida", consequência da "transplantação de uma mentalidade e um estilo de vida" para Minas Gerais pelo catolicismo contrarreformista, adotado de forma extremada na Península Ibérica, Portugal e Espanha. Reproduz afirmação de Helmut Hatzfeld que disse que "os conquistadores lusitanos constroem igrejas e não palácios", como ocorre nas primeiras cidades do litoral mas que se voltaria para Minas Gerais no início do século XVIII, para "onde Portugal transporta sua atenção". O intenso fluxo migratório transporta para Minas populações de aldeias portuguesas, "para afluir à corrida do ouro, carregando consigo, como no próprio núcleo do barroco, não apenas a ânsia temporal da riqueza, que o trabalho minerador poderia concretizar, mas aquela capacidade de ensueno" que transmutaria naturalmente a realidade ainda desconhecida numa verdadeira antevisão edênica".

E conclui Affonso Ávilla, sobre o fenômeno artístico mineiro: "Emerge ele de uma sociedade que se inscreve originária e culturalmente sob o signo do Barroco, vivendo-o nas inquietações místico-existenciais que prolongam a Contrarreforma e expressando-o, concomitantemente, em estilo criativo que não esconde as suas raízes formais e ideológicas". É ainda Ávilla que conclui: "Verifica-se, no ritual das solenidades religiosas, que sublimam a vida espiritual e social da coletividade mineradora, a mesma pompa, o mesmo fausto decorativo dos templos numa reverberação lúdica paralela ao adorno imagístico na linguagem poética e à riqueza do detalhe compositivo nas realizações plásticas". E, conclusivamente: "Na verdade se transplantou para as Minas do século XVIII um estilo mais de civilização que estritamente de arte, o qual, favorecido pelas condições geográficas da região, acabou cristalizando-se no seu insulamento e marcando fundamente a trajetória mental do povo das montanhas". A sociedade nascente, em período de fausto pelo ouro ainda um tanto abundante, mostra seu sentimento magnificente e triunfante. Associa-se a estes elementos um natural espírito nativista, de exaltação da terra, que influirá no estilo artístico, que se impõe como resultado de uma competitividade social, que se expressa na busca de construções criativas, na busca de novos materiais, como a pedra sabão e a madeira.

O catolicismo da Contrarreforma, surgido no Concílio de Trento, que realizou-se de 1549 a 1563, é uma reação conservadora da Igreja Católica destinada a retomar a "unidade da fé" e combater a Reforma Protestante, liderada por Martinho Lutero (1483/1546). A Igreja alia-se ao regime absolutista, que se expande após o conclave tridentino, e é intencionalmente profuso e exuberante nos ornatos, ostentatório e exibicionista, sensorial, representando a estratégia e o meio como a Igreja Católica, assim como os reis absolutistas, mostram o seu poder ilimitado. E também despertam e atraem a atenção dos incrédulos ou indiferentes. "O absolutismo domina a vida cultural social, política e religiosa do século XVII e a primeira metade do século XVIII, tendo sido a sua característica essencial o exibicionismo do poder absoluto, fator determinante do caráter geral do barroco e seus múltiplos aspectos estilísticos", afirma Joel Neves ("Ideias Filosóficas do Barroco Mineiro", Universidade de São Paulo, 1986). Os soberanos têm a necessidade natural e permanente de afirmarem seu poder. Donde a necessidade de representação magnífica e de esplendor. A Igreja, também envolvida, após Trento, no esforço de retomar influência e domínio, orienta seus templos para a ornamentação faustosa e rica. Reis absolutistas e a Igreja Católica se casam no esforço de encantarem pelo esplendor e pela representação da riqueza como linguagem que atrai e enleva espíritos.

Em Minas se diz que o florescimento do Barroco e sua profusão de ornatos fez com que o estilo não fosse apenas uma mediação para o culto religioso, passando ele próprio a ser o objeto de culto e admiração. Surge a igreja-teatro, que capta e prende a atenção, servindo também como instrumento de demonstração de força e admoestação, pela riqueza ornamental, no seu esforço por recuperar presença, influência e poder. O Concílio recomendou e instruiu "sobre a invocação e o uso das imagens e relíquias. Como no caso da música, as artes plásticas mereceram um decreto especial", referindo-se "especialmente às imagens e adornos dos templos", visando "defender a arte religiosa dos iconoclastas" ("Ciclo do Ouro – O tempo e a música do Barroco Católico", Elmer Correia Barbosas, 1979, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro). Para este autor, "era necessário dotar a Igreja Católica de recursos para a catequese, na conquista e na reconquista das grandes massas, problemas que mereceram a maior atenção durante os encontros em Trento". A arte tornou-se instrumento básico de apoio litúrgico. Revelaram-se como o instrumento muito eficaz da Reforma Católica os jesuítas, integrantes da Companhia de Jesus, ordem criada por Ignácio de Loyola (1491/1566) pouco antes do Concílio de Trento, que se espalharam por todo o mundo na pregação da retomada do catolicismo. Foram chamados de "soldados de Cristo", por sua organização rígida e pela formação militar de seu fundador, Ignácio de Loyola.

O pleno reconhecimento do barroco como estilo de arte consagrado gerou muitos debates. Alegava-se, até mesmo no século XX, que o estilo era extravagante, representando uma "degeneração da grande arte", tratando-se de estilo sem logicidade e sem elementos estruturais que permitissem caracterização, em flagrante oposição ao classicismo, com proporções bem definidas e linhas harmoniosas, com simetrias e equilíbrios. O Barroco, no entanto, diziam seus defensores, corresponderia ao próprio espírito humano, nem sempre racional, mas tumultuário, submetido ao entrechoque das ideias e emoções, sem regras definidas, tendente ao pitoresco, com profusão de formas, propenso ao teatral. Victor-Lucien Taipé ("O Barroco", 1983) lembra que "se o Barroco, como dizia Eugenio D'Ors, é a arte em que as linhas se entrecruzam, se retorcem ou se rompem, em que os volumes, inflados ou vazados, se animam nos efeitos do contraste, em que, sobretudo, o movimento de opõe ao equilíbrio, à harmonia e à estabilidade, se assim ele interpreta agilmente a paixão ou a fantasia, não o reencontraríamos nas mais diversas épocas da história humana?".

O Barroco por muito tempo foi visto como a decadência da arte renascentista. A sua valorização e sua reinterpretação ganham amplitude através do crítico suíço Heinrich Wolfflin (1864/1945), com sua obra "Renascença e Barroco", de 1888, e sua descrição dos seus aspectos formais. Em seu artigo "Para uma síntese interpretativa do barroco", Affonso Ávila ("Revista Barroco", nº 20) diz que "diante do barroco estamos perante uma arte que nos suscita, de imediato, a liberação da sensibilidade de quaisquer ordenações impostas pelo hábito ao ato de contemplação e fruição do objeto estético". E ainda: "A obra de arte contemplada se oferece aqui através de pontos de vista, ângulos ou perspectivas que quebram a linearidade e a rigidez clássicas, convidando-nos a uma relação visual mais rica de possibilidades fruitivas, em que se ampliam e excitam mais livremente as nossas disponibilidades para a experiência dos sentidos e o gozo da inteligência".

O quadro histórico em que floresce o Barroco, em meados do século XVI, encontra como fatores coadjuvantes, que estimulam elementos contraditórios no espírito humano, a expansão geográfica e a colonização das Américas, a expansão mercantilista, as grandes transformações materiais por que passava o mundo ocidental e, sobretudo, o surgimento da visão cientificista da Ilustração, já nos primórdios do século XVIII, estimulando a observação da natureza e a compreensão racionalista da vida. É época de grandes crises filosóficas, de conflitos ideológicos e religiosos. E que terá sempre, também, como contraponto, já no seu início, "as luzes do Renascimento", que renegam o teocentrismo medieval em favor de um antropocentrismo nascente, que chama a atenção para a razão como de meio de despertar a "autonomia da consciência humana". O relativismo religioso, a descrença do homem dividido, causam uma visão trágica do mundo e, ao mesmo tempo, a necessidade das festas como meio de alienação social e afirmação política. A arte barroca torna-se, por estes condicionantes, simultaneamente trágica e festiva. É instrumento destinado a promover e retomar a "retórica da fé", propagando, através da arquitetura e da arte, a "luz divina" e o caminho da salvação.

Mas o homem deste momento já tem seu espírito alcançado pelas contradições da vida real, já observada com olhos mais críticos, ficando dividido entre os apelos do céu, ditados pelas Sagradas Escrituras, mas também da terra, que passa a melhor conhecer por suas leis naturais e a circulação das ideias que já não viam nas Sagradas Escrituras a verdade única sobre a vida, a morte, as coisas do dia a dia na terra, nas lutas concretas pela sobrevivência, em meio a uma realidade viva, ativa, quase sempre difícil e que não se resolvia por devaneios ou por soluções ingênuas. O conhecimento do mundo, as leis naturais que o pensamento científico nascente já revelavam, tudo isto fará do homem de Vila Rica um ser dicotômico, dividido, atormentado, temeroso de ofender às leis divinas mas já rebelde. Vive e sente, enfim, a "grande crise espiritual" do século XVIII, dividido entre "o céu e a terra".

Esta dicotomia estará refletida na mentalidade e um estilo de vida e terá no regime colonial, e especialmente na região mineradora, isolada e insulada, inóspita e em formação, meio propício à sua propagação: "Os traços fisionômicos do Seiscentos começam já a delinear-se antes do ano 1600, assim como condicionam, por outro lado, a fisionomia do XVIII" ("Conceitos fundamentais da História da Arte", Heinrich Wolfflin). A pompa e o esplendor, "o arrebatamento das formas, às vezes extravagantes", o ritual das festas e solenidades religiosas, o primado do visual, a inovação das composições plásticas, elementos do estilo barroco, arte tipicamente sensorial, vão modelando a vida espiritual e social de Vila Rica. Estas são as raízes do catolicismo devocional mineiro e sua arte, de clara intenção persuasória, trazido pelos portugueses, onde o catolicismo era rigoroso seguidor do espírito contrarreformista. E a religião, com seus preceitos rigorosos, ajudava no controle e na ordem da sociedade em formação e era estimulada pelo governo colonial. A esta realidade se acrescenta a excepcionalidade da sociedade que se forma e que viverá em constante luta pelo domínio da terra e pela sobrevivência, peculiar às atividades da mineração, quase sempre instável, incerta, sempre rebelde e conflituosa mas também inebriante pela possibilidade de encontrar o ouro.

Diz Simão Ferreira Machado que "Vila Rica, mais que esfera da opulência, é teatro da religião", numa síntese da religiosidade que será fator propiciador do surto de criatividade que marcará a arquitetura religiosa de Ouro Preto, expresso no "fausto dos templos" e na "preciosidade dos

altares". Revive-se, até nossos dias, a Paixão de Cristo, a Cerimônia do Descendimento da Cruz e as Procissões do Enterro e da Ressureição, com rigor e direção teatral, atores, palco, luzes e som, figurinos, música, oratória candente, em meio a encenações da Via Crucis, da Crucificação e da Ressurreição. As igrejas exibem suas joias, cruzes procissionais, seus turíbulos e incensos, seus lampadários e estandartes, paramentos centenários ricamente desenhados, alguns com fios de ouro. Fechando a procissão da Sexta-Feira da Paixão, o pálio cobre o corpo do Cristo da Paixão, carregado pelos "homens bons da vila". Os sacerdotes e a centenária banda de música fecham o cortejo. A população se empenha, o casario resplandece, iluminado e enfeitado, as famílias exibem suas colchas nas janelas, antiga tradição ibérica. Da Procissão do Enterro, triste, com a banda em compasso fúnebre, lento e reverencial, com o canto da Verônica em cada Passo da Paixão ("O vos ommes qui transitis ..."), chamando a atenção dos fiéis para o sacrifício de Cristo para salvar os homens, passa-se à Aleluia, no domingo bem cedo, com a Procissão da Ressurreição, com figuras bíblicas, alas de anjos e arcanjos, alegre, festiva, comemorando a Ressurreição, por sobre os tapetes preparados pela madrugada em festa comunitária, com o povo nas ruas. As irmandades exibem seus santos e andores com seus padroeiros e vestem as opas com seus símbolos. Estimula-se os sentimentos de acolhimento e de pertencimento.

Estilo ideológico, por sua intencionalidade, com que Igreja Católica enfrenta a reforma protestante e atua na reconquista dos fiéis, com amparo e sustentação do Absolutismo da Coroa Portuguesa, o Barroco encontrará na aventura da conquista da sociedade mineradora, e sua irrequieta sociedade, as condições propícias à sua propagação. Em Ouro Preto é rico o calendário de festas religiosas, procissões, missas, festividades que se estendem aos distritos, sempre com intensa participação popular e uma atração para os visitantes.

O morador de Vila Rica, assim como de outras cidades históricas mineiras, será o "homem barroco", já oprimido pelo jugo colonial, atormentado e dividido. Nesta dualidade espiritual, sofria a pressão religiosa do catolicismo severo, que ameaçava com a Inquisição em vida e o inferno na morte, e pregava fidelidade plena às Sagradas Escrituras, como fonte única da verdade e da salvação. Encontra-se, portanto, preso no dilema "entre o céu e a terra". De origem e inspiração jesuítica, a Companhia de Jesus, criada por Inácio de Loyola em 1543, os "soldados de cristo", destinada a combater o protestantismo e a sustentar a Contrarreforma, foi a grande inspiradora, nas fases inaugurais do Barroco colonial, das concepções arquitetônicas e dos elementos artísticos transplantados para o Novo Mundo, com seu caráter "severo, grave e canônico". Inspirava mais temor do que amor a Deus. E o Santo Ofício da Inquisição, que realizou "visitações" nas Minas, coordenadas pela Igreja Católica e, a partir de 1745, pela Diocese de Mariana então criada, denunciava hereges e pecadores, nos velhos moldes do inquisidor Torquemada e seus Autos de Fé (Tomás de Torquemada, frade dominicano, 1420/1498, de Avilez, Espanha, criador da Inquisição).

Publicações recentes destacam a ação da Inquisição em Minas, a partir de "Autos de visitação do Santo Ofício da Inquisição", realizados pela Igreja Católica, especialmente em Mariana, Ouro Preto e cidades históricas. Fontes importantes são os livros de Neusa Fernandes ("A Inquisição em Minas Gerais", Mauad Editora, 2014), Evânia França Soares ("Mulher, Judaismo e Inquisição nas Minas", Editora D'Plácido, 2018) e Júnia Furtado e Leônia Chaves de Resende ("Travessias inquisitoriais em Minas Gerais, Saga dos cristãos-novos em Minas e a



Da Procissão do Enterro, triste, com a banda em compasso fúnebre, lento e reverencial, com o canto da Verônica em cada Passo da Paixão ("O vos ommes qui transitis ..."). Fonte: Edilson Pereira.

perseguição aos judeus, feitiçaria, bigamia ou superstição", 2016). Cerca de 400 pessoas foram presas, sentenciadas e, pelo menos duas dezenas, enviadas para Portugal pela ação inquisitorial.

Affonso Ávila ("O elemento lúdico nas formas de expressão do Barroco", Revista Barroco, nº 2) diz que "os acontecimentos que se seguiram ao conclave tridentino, com a instalação da Contrarreforma e a escalada política do Absolutismo, vieram encontrar a alma ocidental insuflada pelo idealismo subjetivista do Renascimento, incapaz por isso de aceitar, sem profundo traumatismo, a reação que nas esferas dos poderes religioso e temporal se desencadeava para a reconquista da hegemonia da igreja". E acrescenta: "A nova consciência do ser no mundo já não suportaria, sem crise, aquela tentativa desesperada de prolongamento da cristandade triunfante da Idade Média para dentro do mundo moderno" (expressão de Charles Moellder, em "A angústia do homem moderno",1968). Na conclusão, afirma Ávila: "O barroco surge dessa extrema tensão do arco histórico e o seu homem, o seu artista, a sua arte, impregnam-se da agonia do instante, estigmatizados pelo dilaceramento existencial, pelo estremecimento metafísico".

Calderon de La Barca (1600/1681), dramaturgo e poeta espanhol, autor de vários autos sacramentais, zarzuelas e comédias religiosas, expressa muito bem o mundo e a mentalidade barroca. E também explica a catequese tridentina por sua inspiração e temas. Suas encenações chegaram às festas públicas de Minas, especialmente sua obra metafórica "O grande teatro do mundo", de 1645, que vê a vida como um "grande teatro", no qual todos os homens atuam na presença de Deus e uma corte celestial, em constante vigilância, e em que o roteiro é o trajeto vivencial de cada um e o cenário é o mundo. Duas outras peças, "A vida es sueño" e "El grande teatro del mundo", também encenadas na Minas colonial, refletem a ideologia do nascimento do mundo barroco, com sua forma de ver a vida e o mundo, seus traços lúdicos, teatrais, ritualísticos e ornamentais. As igrejas transformam-se em teatros, a ornamentação atrai a atenção, a grandiosidade convida ao arrependimento, encanta, enleva



Tradicional Feirinha de Pedra-sabão, no Largo do Coimbra em Ouro Preto.
Fotografia: Sabrina Delamore. Arquivo Graphar

e ofusca os súditos, abrem espaços, ao lado dos camarins e sacristia, para a comunidade reunir-se, os púlpitos onde se pratica a oratória deixam o altar-mor e avançam para a nave. A igreja é uma festa visual, prende a atenção, atrai o olhar e seduz a alma.

Nas procissões e desfiles, nas festas do calendário religioso, a teatralidade impressiona e comove pela dramaticidade, pela música, os personagens e seus figurinos. Torna-se espetáculo completo, como a ópera, gênero múltiplo, de muitas linguagens e contraposições cênicas, típica criação do período Barroco. A ópera, como gênero artístico, surge justamente na corte de Luís XIV, na França, no auge do regime absolutista, que teve como principal arquiteto e articulador o cardeal Richelieu (Armand Jean duPlessis), primeiro-ministro de Luís XIII, de 1628 a 1642, relevando a cumplicidade entre a Igreja Católica e os reis, relação que se estende a Luís XIV, de que foi ministro o Cardeal Mazarino (Jules Mazarino), após 1642. A Igreja aceitava a tese da origem divina dos reis e estes ajudavam na retomada do poder da Igreja Católica, em apoio à Contrarreforma. Vila Rica vive intensamente esta dicotomia, "entre o céu e a terra", que lhe confere uma singular conformação espiritual e que terá especial influência na criatividade artística e na formação do seu acervo sacro-religioso.

É neste contexto histórico e sociológico, de contradições e sofrimento espiritual, de que resultam um "homem em crise existencial", em meio a muitos embates econômicos e de contestação ao regime colonial, que floresce em Vila Rica um "esplendor cultural", que leva a uma maior autonomia de pensamento, produto de uma densidade intelectual, naturalmente política e libertária, formada por uma elite de escritores, poetas, religiosos, naturalistas, comerciantes e militares, que almeja livrar-se do jugo português, pensa em independência e República, em desenvolvimento econômico e aproveitamento das riquezas e potencialidades da terra, já instruída pelas ideias iluministas. Neste contexto é que se diz que em Minas a aspiração de liberdade permeia toda as expressões vivas da sociedade de então e irá dar corpo

e doutrina ao sentimento nativista. A literatura expressa "os dizeres iluministas" e os "ideais enciclopedistas", ao gosto da Ilustração, que tomam conta da segunda metade do século XVIII. Os valores ideológicos exprimem "a afirmação do primado da razão, da experiência e da análise para o conhecimento de qualquer fenômeno", cânones do Iluminismo. Já se verifica nesta produção literária, que distingue Vila Rica pela qualidade e excepcionalidade dos textos, o apelo à noção pré-romântica do retorno à natureza como espaço de harmonia, os postulados de igualdade, liberdade e fraternidade, que a Revolução Francesa de 1789 consagrará, a crença no progresso da humanidade por meio das ciências matematizáveis e experimentais e a decadência dos regimes absolutistas e o surgimento do liberalismo, o início da noção de República, mais adequada à visão laica da modernidade do Estado.

Estruturou-se em Minas um singular fenômeno de aculturação, com a absorção do pensamento universal mais avançado em matéria de organização política, contrariando o imenso atraso do Brasil-colonial, de somente receber e incorporar influências externas sem contestações ou capacidade de gerar ideias próprias. Surge a Inconfidência Mineira, tramada de 1787 a 1789, desta fermentação de ideias, alimentadas pelo regime colonial português, inepto e limitador do progresso. O fenômeno cultural ocorrido em Ouro Preto, como também em outras cidades históricas mineiras, reconhecido internacionalmente, coloca-se hoje entre os mais importantes de todo o processo civilizatório das Américas, por sua expressão artística e pioneirismo. A conjuração mineira de 1789, concordam hoje os historiadores, revela o surgimento do sentimento nativista no Brasil e vai inspirar a Independência de 1822, que ocorre justamente 30 anos após o enforcamento, no Rio, do alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, principal líder da conspiração. Germain Bazin, diretor-conservador do Louvre, autor de duas monumentais publicações sobre a arquitetura religiosa brasileira e sobre vida e obra do Aleijadinho, que esteve pela primeira vez em Ouro Preto em 1945, diz que "a descoberta das minas enriquece Portugal mas traz o fermento que o levará a perder a Colônia".

Além do plano espiritual, outros fatores colaboram para o surto cultural que vai gerar o patrimônio edificado e sua riqueza artística, especialmente na arquitetura religiosa, com feições próprias, em Vila Rica e cidades históricas: o distanciamento geográfico das cidades e portos litorâneos, dificultando a importação de equipamentos e modelos arquitetônicos e ornamentais, o isolamento forçado do território para melhor controle da produção aurífera, a abundante presença da mão de obra escrava de origem africana, essencial à atividade mineradora extensiva, gerando intensa miscigenação racial, a pouca atividade agropastoril, a formação veloz de uma sociedade eminentemente urbana, mais aberta e liberal e menos elitista e discriminatória, ao contrário do Nordeste semifeudal, da Casa Grande e a Senzala.

A singular capacidade construtiva, na arquitetura civil e religiosa, se explica também pelo excedente econômico propiciado pelo ouro abundante, sobretudo na primeira metade do século XVIII, como também pela proibição, pela Coroa Portuguesa, da presença de ordens religiosas tradicionais na região das minas, impedindo a vinda de tipologias e modelos arquitetônicos tradicionais, exceção do partido chamado "jesuítico", nos primeiros anos. A sociedade se organiza em irmandades, com maior liberdade nas suas opções criativas na construção de suas igrejas, sem os protótipos arquitetônicos impostos universalmente pelas ordens religiosas que, de uma maneira bem generalizada, adotavam ainda o gótico, estilo do medievo. Vila Rica atrairá



Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto, onde Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, exerceu funções de arquiteto, esacultor e entalhador. Fotografia Sabrina Delamore. Arquivo Graphar.

mestres de obras, artesãos e profissionais especializados de Portugal e do litoral brasileiro, estimulados pelo intenso processo de urbanização e a extraordinária atividade construtiva e mesmo pela possibilidade do enriquecimento fácil pela atividade minerária.

As construções religiosas, como também a arquitetura civil de maior expressão, evoluíram para as adaptações possíveis dadas pelas condições materiais locais, diferenciando-se dos modelos originais lusitanos e também das edificações brasileiras litorâneas. Dá-se, por estes condicionantes, o abrasileiramento da produção artística, na escultura, na arquitetura, nas soluções plásticas. Já a partir da metade do século XVIII, esgotado o fluxo migratório, uma geração de nativos substitui os mestres portugueses e enseja evolução em vários elementos da técnica construtiva e especialmente na arte decorativa, nos retábulos, na escultura em pedra e madeira, nos ornatos e na pintura e mesmo na arquitetura, como também na música. Vão se distinguir nestas atividades os mulatos, primeira geração de filhos da terra, já libertos da escravidão e que viam nas profissões artesanais, e suas diversas especialidades, especialmente as artísticas, o meio mais fácil de sobrevivência e de demonstração do seu excepcional talento para os trabalhos manuais e a criatividade, traço natural psicossocial herdado de sua condição racial e social.

As igrejas de Ouro Preto, como também das cidades históricas, expressam não só o catolicismo da Contrarreforma mas a autonomia do Barroco Mineiro, pelo sentimento de liberdade e rebeldia que marcou uma sociedade nascente entre as montanhas do interior da "Minas do Ouro", pelos materiais locais moldáveis, com destaque para a "pedra sabão", o cedro e o itacolomito, pelo talento e pelas mãos de um numeroso grupo de artistas de reconhecido talento e criatividade, mestres de obras e artesãos, pedreiros, carpinteiros, escultores, entalhadores, pintores, tendo como expressão maior Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho (Ouro Preto, 1737-1738/1814), arquiteto, escultor e entalhador, Patrono da Artes Plásticas Brasileiras (Lei Federal nº 5.984, de 12 de dezembro de 1973), e Manoel da Costa Ataíde (Mariana, 1762/1830), na pintura, expoentes de uma legião de artistas nos mais



Na terceira fase surge nova tipologia dos elementos artísticos, sobretudo com a "rocalha", a concha, que passa a ter presença ornamental constante nas talhas e demais estruturas. Fonte: anticoantico.com

variados setores, mestres de excepcional talento. Também como resultante deste peculiar clima criativo, a sociedade colonial mineira setecentista irá distinguir-se também na literatura e, de forma distinta, na música sacra. Affonso Ávila diz que o Barroco que se implanta em Minas, essencialmente contrarreformista, será o responsável, perante o artista, pelo "aspecto trágico e patético", resultado do seu "dilaceramento existencial". E afirma: "O grande artista do barroco jamais esquece a sua condição de homem acossado que se encontra em sua própria interioridade pelos valores em embate da fé e da razão, alma agoniada pelo seu exílio do mundo e carne dilacerada pela paixão reprimida dos sentidos".

A arte colonial mineira, cronologicamente, pode ser classificada, de maneira sintética e datas aproximadas, em três fases: a primeira, compreendendo as edificações religiosas construídas de 1698 a 1725, incluindo as capelas primitivas, chamadas "bandeirantes", implantadas pelos primeiros ocupantes do território, nos arraiais mineradores, um só altar, simples e despojadas, alicerces de pedra, especialmente a ganga, a madeira nos elementos de sustentação; um segundo período, de 1725 a 1760, será o apogeu do Ciclo do Ouro, de construção das grandes igrejas matrizes, como Conceição de Antônio Dias (1730) e Pilar (1733), com a plenitude do estilo barroco e sua ornamentação profusa, dramática e pomposa, com intenso douramento, de consagração do poder eclesiástico e demonstração do maior grau de desenvolvimento da cidade. Na primeira fase, conforme estudos recentes, encontram-se os elementos plásticos e decorativos do chamado Estilo Nacional Português, de clara influência do que se chamou Barroco Jesuítico e com características muito próprias e distintas.

O segundo período, denominado joanino, alude ao período faustoso do reinado de Dom João V, que governou de 1707 a 1750, o beneficiário maior do ouro de Minas. Já um terceiro período, a partir de 1750/60, coincidente com o início da exaustão do ouro mas com intensa atividade cultural, caracteriza-se pela passagem do Barroco para o Rococó, com



Pintura em perspectiva do Forro da Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto, obra prima de Manoel da Costa Ataíde. Fotografia Dimas Guedes. Fonte: Arquivo Graphar.

ornamentação menos profusa, mais leve, mais descontraída, maior iluminação natural, com alternância dos espaços cheios e vazios, com relevos de sobreporta no frontispício, com amplos espaços sem ornamentação, produzindo sensação de maior bem-estar, ao contrário da ornamentação das primeiras fases, que demonstra a inquietação barroca com o mundo protestante, grave, canônica, dramática e severa. Nesta terceira fase já surge nova tipologia dos elementos artísticos, sobretudo com a "rocalha", a concha, que passa a ter presença ornamental constante nas talhas e demais estruturas decorativas.

Myriam Ribeiro diz que dois modelos arquitetônicos "exteriores ao barroco lusitano se incorporaram à arquitetura mineira": os planos borromínicos, de inspiração italiana, e ornamentação rococó, de origem francesa e propagação franco-germânica. Surgem desta composição as fachadas curvilíneas (barrocas), com torres redondas mas com interiores que "constituem ornamentação Rococó". O exemplo típico é a Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Ouro Preto, iniciada em 1757, de planta borromínica (arquiteto italiano Francesco Borromini, Roma, 1559/1667), desenho entrelaçado por duas elipses, com ornamentação interior Rococó, com fachadas curvilíneas e torres redondas e um espaço anterior à nave, coberto, denominado galilé, e que influenciará outras construções, especialmente do período de 1750 a 1770, que marca a transição para o rococó ("Arte religiosa em Minas Gerais", Myriam Ribeiro de Oliveira, 1980), que encontra em São Francisco e Carmo de Ouro Preto suas expressões maiores. As igrejas de São Pedro dos Clérigos, do Rio (demolida em 1944) e de Mariana são outros exemplos do estilo. Ambas igrejas borromínicas, de Ouro Preto e Mariana, foram desenhadas por Antônio Pereira de Souza Calheiros. Seu desenho "se delineou ao gosto da Rotunda de Roma", ou seja, o Panteão, como também ao modelo da "rotunda do Vaticano, onde se encontra o túmulo de São Pedro, patrono dos clérigos de todo o mundo" ("O Rococó religioso no Brasil", Myriam Ribeiro de Oliveira, 2003).



Igreja de N. Sra. do Rosário em Ouro Preto. Fotografia: Lucy Sonttag. Arquivo Graphar

O Barroco Jesuítico, com suas primitivas plantas arquitetônicas, desenhadas pelos arquitetos da Companhia de Jesus, foi o desenho básico adotado nas primeiras edificações religiosas, abrangendo toda a América Portuguesa. Substitui as fórmulas neoclássicas renascentistas e maneiristas a partir do início do século XVII, já no espírito da Contrarreforma. O modelo inaugural jesuítico é a "Gesu", Igreja de Jesus, de Roma, projeto de Vignola, iniciada em 1568, a primeira verdadeiramente barroca e que introduziu o estilo no mundo e, de modo especial, nas Américas colonizadas. A "grosso modo" pode-se dizer que a arte religiosa trazida para Minas é o barroco tardio, de raiz jesuítica italiana, e o Rococó de fonte francesa e germânica, ambas previamente aclimatadas e dominantes em Portugal. As plantas jesuíticas predominam amplamente nas edificações do litoral brasileiro, como também nas primeiras soluções plásticas de Minas, implantadas nas velhas matrizes coloniais, construídas por todo o território mineiro. Suas igrejas, de pedra e cal ou sustentação em madeira pesada, paredes de taipa de pilão, com fachadas sóbrias e lisas, retilíneas, retangulares, com duas torres laterais, um frontão desgracioso, sem elementos ornamentais, com duas volutas invertidas, sustentando ao centro a cruz.

No período áureo, suas ambientações eram suntuosas com a prevalência de decorações, a proliferação ornamental da talha, um jogo de luz do tipo claro-escuro, produzido pelos contrastes de luz e sombra, próprio para as velas e tochas, em oposto ao rococó que já permitia a iluminação natural, numa visão unitária de todo o conjunto sobre a visão de cada retábulo. Mostram, no interior, profusa ornamentação, com talha dourada e outros elementos artísticos indicativos do barroco transplantado para a Colônia, nas fases iniciais. A partir da metade do século XVIII, as construções religiosas, como mostram várias edificações em Ouro Preto, tornam-se curvilíneas ou sinuosas, com partidos côncavo-convexos, com novas soluções estruturais, caminhando para um estilo próprio, de nítido "abrasileiramento", traço destacado pelos historiadores da arte e que sustentam a tese de um "barroco colonial mineiro", questão ainda suscitadora de discussões.

As irmandades e confrarias, ordens terceiras, pias uniões, integradas por irmãos leigos, terão papel decisivo na história da construção das igrejas e capelas de Ouro Preto. Ao contrário do que ocorreu nas edificações do litoral brasileiro, onde existiam ordens e congregações religiosas, proibidas de entrarem em Minas já em 1709, a tarefa de construir igrejas e capelas transferiu-se às irmandades, que representavam os segmentos sociais. Incumbiam-se também de realizar batizados, casamentos, funerais, atos de afirmação de cidadania. Por consequência, o estudo da arquitetura religiosa em Minas tornou-se indissociável dos estamentos sociais. Estas associações religiosas terão papel ampliado na organização da sociedade e expressam sua hierarquia social, suas categorias socioeconômicas, a cor da pele e origem racial, bem como profissões. Cuidavam, enfim, da fé e da sociabilidade.

Únicas entidades civis permitidas pelo governo colonial, a edificação de seus templos, conforme suas devoções e afinidades religiosas, realizou-se pela contribuição popular, sempre muito limitada, prolongando por muitos anos o tempo de construção de suas igrejas. Instituídas "para serviço de Deus Nosso Senhor, honra e veneração dos santos". Na verdade, pelas irmandades deu-se a apropriação e controle, por parte do Estado, das instituições surgidas de sua ausência no campo social. Ao subvencioná-las o Estado detinha o controle de suas ações.

Seu papel tornou-se preponderante também na criatividade artística, decorrente de uma competitividade entre elas, interessadas em demonstrar grandeza, beleza e expressividade de suas igrejas. Obras fundamentais na compreensão do papel das irmandades são "Os leigos e o poder – Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais", de Caio Cesar Boschi (Ática, 1986), "Associações Religiosas do Ciclo do Ouro", de Fritz Teixeira de Salles, de 1963, e "Devoção e escravidão", de Julita Scarano, de 1976. Diz Boschi que "nas Minas Gerais pertencer a uma irmandade era condição indispensável, mesmo depois da morte pois nem todos possuíam sepultamento garantido. Daí a sua grande relevância histórica e social na região".

Em 1711, uma Carta Régia recomendava ao governador Antônio de Albuquerque: "Ordeno-vos que não consintais que nas Minas assista frade algum, antes os lance fora todos por força ou violência, se por outro modo não quiserem sair". Outra determinação ocorre em 1721: "Para não consentirem nas Minas religiosos de quaisquer religião que seja por ter mostrado a experiência o grande prejuízo e perturbação que nelas fazem". Em 1759, o Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho, primeiro-ministro de Portugal, expulsa os jesuítas do Brasil. Decorre destas proibições a inexistência, nas cidades históricas mineiras, de conventos, mosteiros ou colégios criados e mantidos pelas ordens religiosas, como os jesuítas, franciscanos, beneditinos, carmelitas, dominicanos e outras. Duas exceções foram abertas, por Ordem Régia, "aos Leigos de Jerusalém, os franciscanos da Terra Santa, encarregados de colher esmolas para a conservação dos Santos Lugares da Palestina", e que tiveram "Casas de Acolhimento" ou Retiro em Ouro Preto e Sabará. Sem recursos vindos das congregações e ordens estrangeiras, as irmandades locais tiveram maior liberdade para adotar soluções plásticas próprias na arquitetura e na ornamentação de suas igrejas.

Eram proibidas nas Minas a "ordens primeiras", integradas pelos "frades professos", de voto perpétuo, de vida em comunidade claustral, em mosteiros. Permitia-se a presença, para o serviço religioso paroquial, das "ordens segundas", representadas pelos padres e freiras, formados em seminários diocesanos, chamado seculares, mas também vistos com restrições pelo governo colonial. As irmandades realizavam a vinculação leiga às tradicionais ordens religiosas, especialmente a franciscana, a carmelita e a dominicana. E cuidavam também de ser corporações de ofícios ou cooperativas, entidades sindicais e culturais. As irmandades, rivalizando-se, competiam na demonstração do seu poder na arquitetura de suas igrejas, na sua ornamentação, no esmero artístico de seus ornatos, imagens de padroeiros e santos da ordem e na organização das festas religiosas. Ainda hoje, o caráter festivo da população se revela a cada celebração religiosa, nas igrejas e nas ruas.

No calendário anual religioso, revestem-se de maior brilho as comemorações da Semana Santa, a Páscoa, o Ciclo do Natal, as festas de Corpus Christi, Santo Antônio, São João e São Sebastião, em parte custeadas por recursos públicos em razão de sua importância para a comunidade. Na Semana Santa competem, até hoje, as matrizes do Pilar e de Antônio Dias, que revezam-se nas celebrações a cada ano e na guarda das imagens. Os livros de registro das associações religiosas, Termos da Vida Religiosa, Batismos e Casamentos, Receitas e Despesas e de Compromisso, são fontes fundamentais para a pesquisa histórica. Em Ouro Preto, como de uma maneira geral nas cidades históricas, e mesmo em grande parte de Minas, obedecia-se às seguintes preferências: eram de brancos as igrejas e ordens de Nossa Senhora do Carmo, São Francisco, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Pilar, São Miguel, Santana; eram de pardos São Francisco de Paula e São José dos Bem Casados; e de negros Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia, São Benedito, Nossa Senhora das Mercês. A Igreja de São José tinha como irmãos os carpinteiros e artesãos e, São Francisco, os profissionais liberais, comerciantes, artistas, intelectuais. As famílias mais abastadas preferiam Carmo e Pilar, divisões hoje bastante alteradas. Admitia-se a confecção de altares laterais nas matrizes e igrejas maiores por irmandades e devoções que ainda não tinham templos próprios.

Enquanto as irmandades mais ricas procuravam pompa e luxo nas festas populares, as entidades dos negros realizavam festas coletivas de notório sincretismo religioso, reizados e congados, entre outras festas e práticas de origem africana, às vezes de caráter pagão e populares, mas também de grande interesse cultural como também de intenso fervor religioso. No período colonial estas entidades religiosas eram apoiadas pelos governos, desobrigados de investimentos na construção e manutenção das igrejas, mas porque contribuíam para a coesão social e pregavam os bons costumes. Existentes até hoje, as irmandades dedicam-se, no entanto, somente às funções religiosas e festivas.

Atribui-se aos modernistas, após a viagem que realizaram a Ouro Preto, em 1924, a divulgação do acervo cultural, arquitetônico, a arte sacra e mesmo os feitos históricos e cívicos da cidade ao longo da história brasileira. Mário de Andrade publica "A arte do Aleijadinho" em 1928 e chama a atenção dos meios culturais brasileiros para o artista. Oswald de Andrade, integrante da comitiva, com visão do ambiente artístico europeu, publica vários artigos na revista "Pau-Brasil", assim como outros participantes da excursão. Manuel Bandeira, em

1938, publica "Guia de Ouro Preto", com preciosas e completas informações sobre a velha cidade. Sustentam os modernistas que foi em Ouro Preto, nas suas igrejas, que encontraram "a mais original arte religiosa do Brasil", com estilo próprio, constituindo o fundamento de uma cultura e autônoma, sonho nacionalista do pensamento modernista nascente.

Mário de Andrade diz que "foi neste meio oscilante de inconstâncias – a Minas Gerais setecentista – que se desenvolveu a mais característica arte religiosa do Brasil. A igreja pode aí, mais liberta das influências de Portugal, proteger um estilo mais uniforme, mais original que os que abrolhavam podados, áulicos, sem opinião própria. Em Minas, o estilo barroco estilizou-se. As igrejas, construídas por portugueses mais aclimatados ou por autóctones, como o Aleijadinho e seu pai, Manoel Francisco Lisboa, desconhecendo o Rio e a Bahia, tomaram um caminho mais determinado e, poderíamos dizer, muito mais nacional". Na exaltação de Aleijadinho, impressionados sobretudo com os Profetas de Congonhas, muitos são os textos que exaltam o artista, que "soube apreender o caráter essencial do barroco". Nas palavras de Moacyr Laterza "há o patético trágico que fartamente se ilustra nos Passos de Congonhas: o patético visionário e de esperanças dos Profetas; o patético da alegria mística dos Mistérios Gozosos", os "Querubins", as "Figuras do Presépio", "Sant'Ana Mestra", "São Joaquim" ("A imaginária do Ciclo do Ouro", Moacyr Laterza"). Revela-se também a emoção de Oswald de Andrade, em sua visita a Congonhas, em 1924: "No anfiteatro de montanhas, os profetas de Aleijadinho monumentalizam a paisagem. As cúpulas Brancas dos Passos, e os cocares revirados das palmeiras, são degraus da arte do meu país, onde ninguém mais subiu. Bíblia de pedra-sabão, banhada no ouro das minas".

Algumas colocações, mais recentes, por especialistas, representam visões mais contemporâneas, e mesmo revisoras, de alguns conceitos sobre a arte colonial mineira. Em publicação na Revista do Instituto de Arte e Cultura da UFOP ("Barroco e Rococó na arquitetura colonial mineira", 1994) Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, diz que "já é tempo de se proceder a uma reavaliação de alguns conceitos tradicionalmente aceitos, elaborados nos anos de 40 e 50 (século XX) por estudiosos do calibre de Lúcio Costa, Paulo Santos, Lourival Gomes Machado ou Sylvio de Vasconcellos, ligados, direta ou indiretamente, à equipe pioneira que sedimentou as bases do trabalho do antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Consagrados definitivamente em livro de Germain Bazin, publicado em francês em 1956 mas só traduzido para o português em 1983, esses conceitos vêm norteando gerações sucessivas de estudantes e pesquisadores, sem que novas teorias interpretativas, determinadas pela evolução dos conhecimentos no processo histórico, venham a somar-se às já conhecidas e substituí-las". E adverte que uma primeira questão que precisa ser reavaliada é o termo "Barroco Mineiro", usado para todas as artes sacras de todo o período colonial. Myriam atribui esta generalização aos autores modernistas "na esteira de Mário de Andrade, para salientar a originalidade da arquitetura colonial mineira, no contexto geral do Barroco Brasileiro de importação portuguesa".

Já em sua publicação "Barroco e Rococó no Brasil"(Ed. C/Arte, 2014) Myriam diz que "o barroco e o rococó são estilos diferenciados e com características próprias, que é preciso conhecer para a correta identificação de seus aspectos nas igrejas construídas no Brasil na época colonial". E aponta, para ilustrar a diferença, as igrejas ouro-pretanas Nossa




À esquerda, Igreja de Nossa Senhora do Pilar, Ouro Preto. Fonte: Arquivo Graphar. À direita, Catedra da Sé, em Mariana. Fonte: mg.gov.br. Ambas, com característica do barroco luso-brasileiro, que produziu as igrejas forradas de ouro, demonstrando a opulência do estilo e seu claro objetivo de atrair o espectador.

Senhora do Pilar, do estilo barroco, e São Francisco de Assis e Carmo, estes exemplos das "ambientações" do rococó, "mais leves e requintadas". Para Myriam "foi apenas em meados do século XX que a historiografia internacional da História da Arte estabeleceu as bases teóricas para a distinção ente os dois estilos". E comenta que "ainda persistem autores que situam o rococó como fase final do barroco, analisando-o com categorias inadequadas que prejudicam a compreensão das obras e sua correta avaliação estética".

A autora, especialista no rococó, com sólida formação acadêmica e longa experiência profissional, autora de "O rococó religioso no Brasil", de 2003, diz que "diferentemente do barroco religioso, atrelado desde aos ideais da Contrarreforma Católica, o rococó religioso não teve nenhum compromisso de origem com qualquer tipo de ideologia, de natureza religiosa ou até mesmo política. Criado na França por volta de 1730 no âmbito das decorações civis, foi inicialmente uma reação dos decoradores contra o excessivo peso ornamental do barroco, reação esta impulsionada pelas novas exigências de conforto da nobreza e da alta burguesia, nas novas decorações dos castelos ou residências urbanas da época". O estilo foi chamado na França como "rocaille" ou Luís XV, e alcançou outros países europeus, considerado criação francesa ao século do Iluminismo. Mas que encontrou, nos primeiros momentos, reação contrária da Igreja Católica, considerado "inadequado para ambientes religiosos".

No rococó torna-se mais elegante a decoração, já com alternância de espaços vazios, brancos ou com tonalidades mais suaves. A ornamentação, sem a profusão do barroco severo e grave da primeira fase, apresenta-se com mais suavidade, despertando um novo tipo de sensibilidade religiosa, menos rigoroso e menos ameaçador, um cristianismo




À esquerda, Igreja de S. Francisco de Assis de Ouro Preto. Fotografia Sabrina Delamore. À direita, Igreja S. Francisco de Assis de Mariana. Fonte: Prefeitura de Mariana. Estilo rococó, abrem-se as janelas para a luz natural, com óculos e vãos que permitem uma iluminação capaz de facilitar leituras dos seus ornatos, tornando-se mais perceptível todo o ambiente, sem os contrastes de sombra e luz.

mais pacificado. Foi o "horror ao vazio", característica do barroco luso-brasileiro, que produziu as igrejas forradas de ouro, demonstrando a opulência do estilo e seu claro objetivo de atrair o espectador. Nas igrejas do rococó abrem-se as janelas para a luz natural, com óculos e vãos que permitem uma iluminação capaz de facilitar leituras dos seus ornatos, tornando-se mais perceptível todo o ambiente, sem os contrastes de sombra e luz. Em "O Barroco e o Rococó nas Igrejas de Ouro Preto e Mariana" (Myriam Ribeiro de Oliveira e Adalgisa Arantes Campos, Programa Monumenta, IPHAN, 2010) as autoras reafirmam que "o Barroco e o Rococó são estilos diferenciados e com características próprias como o visitante perceberá de imediato ao comparar as Igrejas do Pilar e Carmo e, em Mariana, a Catedral da Sé e São Francisco de Assis. As primeiras, grandiosas, e com retábulos integralmente dourados, produzem sensação de deslumbramento e riqueza, com a mensagem subjacente de manifestação de um poder maior, que passa deste mundo ao outro. Já nas últimas, com decoração mais leve e requintados ornatos intercalados com fundos brancos, sugerem encantamento e bem-estar, em harmonia com Deus e o universo de sua criação".

Estudos bem recentes de identificação e análise da presença do Estilo Nacional Português em Minas Gerais tem chamado a atenção de estudiosos e vão permitindo ampliação de conhecimento sobre as igrejas mineiras mais antigas, origens locais e regionais, artistas e entalhadores pioneiros, além de reconhecimento de obras do estilo, de grande valor artístico e histórico. E vem atualizando catalogações e sistematizações destes retábulos. O estilo é encontrado em peças raríssimas dos anos finais do século XVII e até 1727, quando se inicia a fase denominada Estilo Joanino, alusão ao reinado de Dom João



Matriz de N. Sra. de Nazaré, com retábulos no estilo Nacional Português, em Cachoeira do Campo. Fotografia de Sabrina Delamore. Arquivo Graphar

V, de 1707 a 1750, período de maior afluência do ouro de Minas Gerais. É contribuição importante neste debate, pela fundamentação e riqueza de pesquisas e análises, a obra do historiador e professor ouro-pretano Alex Fernandes Boher ("A talha do Estilo Nacional Português em Minas Gerais – Contexto sociocultural e produção artística" (Tese de Doutorado, UFMG, 2015). Para ele, embora sejam muitos e amplos os trabalhos dos mais eruditos pesquisadores e estudiosos em torno da ornamentação das igrejas, há um "hiato: a produção artística mineradora de fins do seiscentos e as três primeiras décadas do setecentos não recebeu ainda trabalho abrangente e sistemático".

Alex Boher cita Robert Smith e seu estudo sobre a talha em Portugal para caracterizar o estilo como o encontrado em igrejas mineiras: "Dois elementos são indispensáveis: a coluna de fuste em espiral, chamado salomônico, e o remate de arcos concêntricos que, combinados, deram ao retábulo português uma nova estrutura, mais estrutural que arquitetônica, dinâmica em vez de estática, emprestando sentido de movimento e efeito de unidade". Uma descrição bastante detalhada do estilo é feita por Adalgisa Arantes Campos em "A terceira devoção do Setecentos Mineiro: o culto a São Miguel e Almas", também citada por Boher: "O retábulo nacional incorporou a coluna totalmente espiralada (coluna torsa) recorrendo às arquivoltas concêntricas, conforme a tradição característica das portadas românicas e manuelinas. Concepção fundamentalmente escultórica, apoia-se em vocabulário ornamental baseado em motivos fitomorfos e zoomorfos, com inclinação para os símbolos eucarísticos: folhagens de acanto, videiras e cachos de uva, de trigo, pelicanos, folhas de parreira símbolos da Eucaristia e o pássaro fênix, símbolo da Ressurreição de Cristo. Considerado uma criação genuína dos portugueses, emprega principalmente a madeira, devidamente policromada e dourada suscitando a expressão talha dourada".



Igrejinha do Ó, com retábulos no estilo Nacional Português, em Sabará.
Fonte: Pinterest

No estilo joanino, descreve Myriam Ribeiro ("O esplendor do barroco na decoração interna das capelas e matrizes", História e Minas – As minas setecentistas", 2007) já se revela uma presença de figuras humanas como tema central da ornamentação, com "o remate do coroamento dos altares em dossel, com sanefas e cortinados de efeito teatral. As colunas torsas evoluem para o salomônico berniniano", mais monumental e com o terço inferior estriado como as do célebre baldaquino de Bernini na Basílica de São Pedro em Roma. O vocabulário decorativo incorpora volutas e conchas, associadas a feixes de plumas e grinaldas de flores. As igrejas continuam forradas de ouro, tendendo a decoração para o preenchimento abrangente das paredes e tetos, sem permitir a alternância de espaços cheios e vazios".

A tese principal de Alex Boher é que tais retábulos, de grande valor artístico e histórico, surgidos em Portugal a partir de 1675, apresentam características marcantes da arte barroca luso-brasileira encontradas em Minas, e que precisam ser mais analisadas e divulgadas. Em sua pesquisa do estilo, ressalta que os retábulos são encontrados em algumas regiões de povoamento mais antigo de Minas: "Contudo, salta aos olhos, pela quantidade e qualidade artísticas, a confecção desse tipo de peça na Bacia do Rio das Velhas. Há 14 retábulos afins em Sabará (Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Igrejinha do Ó e Capela de Santo Antônio de Pompeu) e em Raposos (Matriz de Nossa Senhora da Conceição". E em Ouro Preto, justamente nos distritos localizados nas cabeceiras do Rio das Velhas, na Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, de Cachoeira do Campo, Igreja de Santo Antônio, de Glaura, Igreja de São Bartolomeu e Capela de Nossa Senhora das Mercês, em São Bartolomeu.

O Rio das Velhas, que nasce na Serra do Ouro Preto, é a principal via de penetração dos primeiros desbravadores vindos de Sabará, núcleo mais antigo, fundado por Borba Gato por volta de 1682, e que seguiam seu curso até o Vale do Tripuí, entre Vila Rica e Mariana. Primeiramente, o Rio das Velhas serviu de orientação aos paulistas

bandeirantes e, após a Guerra dos Emboabas, nos anos de 1708 e 1709, aos portugueses e demais aventureiros vindos da Bahia e de Pernambuco, vitoriosos nos conflitos. A vinda para Vila Rica de mestres construtores e artistas entalhadores portugueses foi condição determinante para a qualidade técnica e formal da arquitetura e arte sacras, integradas na construção e decoração das igrejas. A atração era também pelo ouro, cuja fama era de gerar riquezas a curto prazo, mas também pelas oportunidades de trabalho nas cidades em construção.

O maior mestre construtor da região de Ouro Preto será Manoel Francisco Lisboa, português de Lisboa, pai de Aleijadinho, que viveu e trabalhou em Minas de 1721 a 1767, conforme atividade documentada. É autor do risco e também construtor das matrizes de Conceição de Antônio Dias (1727), Santa Efigênia e da Igreja do Carmo (1766), trabalhando também em várias outras intervenções em capelas e edificações civis. Destaca-se também José Pereira dos Santos, do Porto, com vários trabalhos entre 1737 e 1762 incluindo a Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Ouro Preto, de planta curvilínea. Foi construtor de São Pedro dos Clérigos, de Mariana, também curvilínea, sendo ambas igrejas projetadas por outro português, Antônio Pereira de Souza Calheiros. Atribui-se a Antônio Francisco Pombal, irmão de Manoel Francisco Lisboa e tio de Aleijadinho, o planejamento do magnífico interior da Matriz do Pilar, embora haja também citação de autoria do engenheiro militar Pedro Gomes Chaves. Entre os entalhadores, executores de trabalhos magníficos, conforme opinião de especialistas que estudaram a arte sacra mineira, e que integraram uma verdadeira escola de artistas de elevada qualidade escultórica, encontram-se Francisco Xavier de Brito, José Coelho Noronha, Francisco de Faria Xavier, que trabalharam também em outras cidades mineiras.

As obras de talhas dos altares e outros acabamentos ornamentais dos templos, ao lado da exuberância dos seus douramentos, que elevam o aspecto monumental das igrejas setecentistas mineiras, resultam do trabalho de vários mestres, autores de preciosas criações demonstrativas do preciosismo do barroco mineiro. Francisco Xavier de Brito, escultor e entalhador, que veio do Rio, onde deixou obra preciosa na Igreja da Penitência, introduz em Minas "as linhas de um novo gosto formal" nas talhas da Capela Mor da Matriz do Pilar de Ouro Preto, onde trabalhou por volta de 1746 ("Breve histórico da arte religiosa", Affonso Ávila, 1984). Seu trabalho, que passou a ser chamado de "estilo Brito", influenciou outros entalhadores, como Felipe Vieira Servas e Jerônimo Felix Teixeira, que trabalharam na Igreja de Santa Efigênia e na Matriz de Conceição de Antônio Dias. O estilo foi levado também para edificações religiosas de outras cidades pelo entalhador José Coelho Noronha, que deixou várias obras de grande valor.

Terá também tido influência no próprio Aleijadinho que, conforme é justo supor, conviveu com estes mestres e certamente visitou suas obras. Aleijadinho desenvolveu seus ornatos, já no estilo rococó, especialmente na Igreja de São Francisco de Assis, onde adota "uma linguagem decorativa aberta agora na leveza e alegria dos seus motivos e formas", e que "triunfará como as próprias tendências do pensamento clarificado e racionalista de fins do século XVIII" (Affonso Ávila). De imenso valor são também as obras de Francisco




A esquerda frontispício da Igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto – obra de Aleijadinho – Fonte: wikipedia. A direita, Risco da igreja de São Francisco de Assis de São João del-Rei, atribuído ao Aleijadinho. Fonte Arquivo Público Mineiro

Vieira Servas, que trabalhou nas igrejas de São José e Carmo de Ouro Preto, mas com trabalhos magníficos nas Igrejas do Rosário e Carmo de Mariana, Carmo de Sabará, Bom Jesus de Congonhas e São Francisco de São João del-Rei. Companheiro de Aleijadinho na decoração de muitas igrejas, outro artista excepcional é o pintor Manoel da Costa Ataíde, que deixou trabalhos em várias edificações religiosas e particulares em várias cidades. Com trabalhos de reconhecida qualidade, merecem citação também os pintores Manuel Rebelo e Souza, João Baptista de Figueiredo e João Nepomuceno Correia e Castro.

Germain Bazin, conservador-chefe do Museu do Louvre, de Paris, em visitas a Minas, apaixonou-se pela arte sacra mineira e especialmente pela obra de Antônio Francisco Lisboa, a que dedicou dois livros: "Arquitetura Religiosa no Brasil", de 1956, e "Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil", de 1963. Esta última, obra monumental, de refinada análise estética e estilística, lançou Aleijadinho nos círculos mundiais de estudiosos da História da Arte. Para Bazin, "nos últimos anos do século galante num país perdido do outro lado do Atlântico, um mestiço produz esta obra sublime, a última aparição de Deus evocada pela mão do homem". Para Bazin, conforme diz Myriam Ribeiro de Oliveira ("O Aleijadinho e sua oficina", Capivara, 2002), o escultor brasileiro Antônio Francisco Lisboa é o "último produtor de talento na tradição da imaginária cristã de caráter naturalista, ou seja, aquela na qual os recursos da policromia unem-se aos da escultura para a sugestão de vida nas imagens, acentuando sua carga emocional".

É imensa a lista de obras documentadas de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, em diversas cidades mineiras, pertencentes a monumentos públicos mas também em coleções particulares. Em Ouro preto são elas: chafariz do Palácio dos Governadores; busto do Chafariz do Alto da Cruz; risco do altar-mor de São José; medição do risco de Nossa

Senhora do Carmo; risco arquitetônico e várias esculturas em São Francisco de Assis, risco do altar-mor, barrete do altar-mor, como a portada, medalhão e seus elementos ornamentais do frontispício, lavabo da sacristia, púlpitos do Arco-Cruzeiro, risco para altares laterais; quatro anjos de Nossa Senhora do Pilar; retábulos de São João, Nossa Senhora da Piedade, Santa Quitéria e Santa Luzia da Igreja do Carmo; relevo de Almas do Purgatório e portada da Igreja de Bom Jesus de Matosinhos; mesa e quatro cadeiras para o Palácio dos Governadores; risco para um Casa de Açougue. Atribui-se ao artista a execução de várias obras de mobiliário e estatuária, sem comprovação documental. Aleijadinho trabalhou também em Sabará, Rio Pomba, São José del-Rei, Tiradentes, Barão de Cocais, Congonhas.

Atribuem-lhe obras em Mariana, Santa Rita Durão e Caeté (conforme relação de "Vida e obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho", Sylvio de Vasconcellos, 1979). Em 1951 o IPHAN, tentando dar objetividade e certificação ao debate relativo às autorias atribuídas a Aleijadinho, publicou "Relação das obras de Antônio Francisco Lisboa". Esta listagem, junto com as obras relacionadas por Germain Bazin no seu livro ("Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil", publicado em 1963 na França e em 1971 no Brasil), resultante de minucioso levantamento e estudo apurado de estilo e características, constituem ainda hoje fontes fundamentais para as atribuições. Posteriormente, através de um convênio do IPHAN com a Fundação Vitae, a relação foi atualizada com base em estudos das últimas três décadas incorporados ao Inventário de Bens Móveis e Integrados de Minas Gerais.

Aleijadinho, por seu renome, o valor comercial de suas obras, sua vida de artista e mártir, ainda com algumas obscuridades, a excepcionalidade de seu talento múltiplo, suscita naturalmente polêmicas, algumas de boa intenção e valor acadêmico. Outras meras explorações especulativas. A polêmica situa-se preponderantemente no ramo da imaginária/estatuária. Neste campo destaca-se a publicação "O Aleijadinho e Sua Oficina", trabalho de Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, Olinto Rodrigues dos Santos Filho e Antônio Fernando Batista dos Santos (Edit. Capivara, 2002). Intensamente estudado, Aleijadinho teve sua vida e obras pesquisadas em todos os aspectos pelos historiadores e arquitetos do IPHAN e por um grande número de especialistas em História da Arte, brasileiros e estrangeiros, com farta indicação documental, busca de arquivos, análises estilísticas comparativas. E são muitos os documentos, registros inquestionáveis, de sua vida e obras, patrocinados pelo IPHAN. A publicação mais recente, completa em todos os elementos que o envolvem, é de Ivo Porto de Menezes, arquiteto, professor emérito da Escola de Arquitetura da UFMG e da Escola de Minas, diretor do Arquivo Público Mineiro, arquiteto do IPHAN, autor de imensa bibliografia sobre a arte mineira ("Antônio Francisco Lisboa", Editora C/Arte, 2014). No livro, publica relação pormenorizada das obras do mestre, entre comprovadas e as atribuídas.



07

Minas e a proteção aos bens culturais

Em decorrência da excepcionalidade de seu patrimônio histórico, artístico e cultural herdado dos séculos XVIII e XIX, Minas Gerais terá decisivas participações na elaboração da política de preservação e proteção da cultura brasileira como também na criação e atuação do IPHAN. Em 1934, a convite de Getúlio Vargas, o mineiro Gustavo Capanema tornou-se ministro da Educação, cargo que exerceu até 1945. O poeta Carlos Drummond de Andrade, um dos líderes do movimento modernista mineiro, muda-se para o Rio, em 1934 e ocupa a chefia de seu gabinete.

Um ano depois de sua posse, Capanema leva ao presidente da República o anteprojeto do famoso Decreto-Lei 25, elaborado em sua redação final por Rodrigo Melo Franco de Andrade, com base em documento solicitado a Mário de Andrade, no qual não só conceituava o patrimônio cultural como já desenhava órgão público destinado à sua proteção e preservação. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado a 30 de novembro de 1937 pelo Decreto-Lei 25, em vigência até hoje, como legislação básica de proteção da cultura patrimonial brasileira.

O Decreto-Lei 25 reflete o pensamento modernista expresso na Semana de Arte Moderna realizada em 1922, definindo o patrimônio cultural nacional que deveria ser objeto de proteção e preservação, indicando as categorias de arte e criando o instituto do tombamento como principal instrumento da proteção. O patrimônio histórico e artístico nacional passa a ser definido como "o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja preservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico". O conceito básico define que a proteção da produção cultural é fundamental para a identidade de uma nação, o seu processo civilizatório e seu futuro.

Principal instrumento de proteção, o tombamento se faz pela inscrição nos Livros do Tombo, em uma ou mais das seguintes categorias, conforme proposta de Mário: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Adotou-se o modelo português, originário da Torre do Tombo, de Lisboa. Os processos de tombamento e, em especial, os critérios de avaliação e seleção dos bens a serem inscritos, foram objeto de longa e elaborada discussão que persiste até hoje, sobretudo, quanto às exigências relativas a técnicas construtivas e intervenções restauradoras. Questões como a raridade, singularidade e exemplaridade da obra a ser protegida, acrescida pela discussão recente da importância dos bens ditos modernos ou imateriais, também passíveis de tombamento, têm suscitado novas propostas e indagações. "O tombamento é a ação justificadora da responsabilidade do poder público em salvaguardar a memória coletiva. Tombar, mais especificamente, é a ação de inventariar, registrar e tomar sob guarda, para conservar e proteger, bens de valor público" (José Newton Coelho de Menezes, "História e turismo cultural", Ed. Autêntica, 2006).

Outro mineiro, Rodrigo Melo Franco de Andrade, será o primeiro presidente do IPHAN. Com sólida formação intelectual, integrante do movimento modernista, jornalista, advogado e escritor, nascido em Belo Horizonte em 1898, o Dr. Rodrigo, como até hoje é lembrado, reuniu no SPHAN nomes como o arquiteto Lúcio Costa, na Diretoria de Estudos e Tombamentos, o próprio Mário de Andrade e Luís Saia, na direção de São Paulo, o arquiteto Sylvio de Vasconcellos, em Minas, o poeta Manuel Bandeira, o escritor Afonso Arinos de Melo Franco, o sociólogo Gilberto Freyre, o jovem arquiteto Oscar Niemeyer, poeta Carlos Drummond de Andrade e uma equipe qualificada de arquitetos, historiadores, engenheiros, restauradores e pesquisadores, localizados por todo o Brasil.

Em Minas, Serro, Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Sabará, Congonhas do Campo, São João del-Rei e Tiradentes, já em 1938, foram os primeiros núcleos urbanos setecentistas a serem tombados, abrangendo o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico desses



Rodrigo Melo Franco de Andrade (sentado ao centro), primeiro presidente do IPHAN, que reuniu grandes nomes, dentre eles, Carlos Drummond de Andrade (de pé a esquerda da foto). Fonte: projetomemoria.art.br

sítios históricos. No período de 38 a 42, foram tombados 404 bens em todo o Brasil, cerca de 40% do total tombado até os nossos dias. E, até 1981, haviam sido elaborados 820 processos de tombamento, após intensas pesquisas, levantamentos e diagnósticos por todo o Brasil.

É interessante verificar a origem e a natureza desse total de bens tombados, conforme levantamento feito por Joaquim Arruda Falcão, em 1984, e que os classificou nas seguintes categorias: a) monumento vinculado à experiência vitoriosa da etnia branca; b) monumento vinculado à experiência vitoriosa da religião católica; c) monumento vinculado à experiência vitoriosa do Estado (palácios, fortes, fóruns etc.); d) da sociedade, como sedes de fazendas, sobrado urbanos, originários da elite política e econômica do país.

Tardiamente, o despertar da consciência preservacionista brasileira com relação ao patrimônio histórico e artístico edificado ocorrerá a partir do movimento modernista, que busca as raízes de uma autêntica cultura brasileira, libertando-a dos cânones estéticos importados da Europa. É o pensamento modernista que dissemina essa consciência, com a busca e valorização de manifestações culturais identificadas com a formação histórica e a criatividade artística e intelectual brasileiras. A Semana de Arte Moderna, de 1922, realizada por intelectuais modernistas paulistas no Teatro Municipal, expressa essas ideias, exacerbadas pela comemoração do primeiro centenário da Independência, que despertou o sentimento nacionalista e reafirmou a necessidade de o Brasil adquirir uma verdadeira autonomia cultural.

Getúlio Vargas chega ao poder com a Revolução de 1930, com apoio de Minas Gerais, e realiza transformações importantes na modernização do aparelho de Estado, reforça e estimula a busca uma identidade cultural brasileira. Como corolário desses movimentos, amplia-se o processo de reconhecimento e valorização do passado, como informação

indispensável, não só para o entendimento do presente, mas para o planejamento do futuro, em complementação ao pensamento iluminista, que tem origem no século XIX, base da cultura ocidental de cunho desenvolvimentista, que vê no progresso transformador o único conceito de modernidade.

Sob a liderança de Mário de Andrade, os modernistas paulistas organizam excursões de estudo a Minas, especialmente para ver Ouro Preto e Mariana. Em 1919, Mário de Andrade veio sozinho a Ouro Preto e Mariana, com dois objetivos: conhecer o poeta simbolista Alphonsus de Guimaraens, em Mariana, e observar a arquitetura, esculturas e pinturas das duas cidades. Em 1924, volta a Minas com a "Caravana Paulista", integrada por Oswald de Andrade, Godofredo da Silva Telles, René Thioller, Tarsila do Amaral, Olívia Guedes Penteado e o poeta de origem suíça em visita ao Brasil, Blaise Cendrars, que encontram no século XVIII mineiro, e na sua produção cultural, o "lastro cultural" de uma identidade nacional. A caravana, antes de Ouro Preto, passou a Semana Santa em São João del-Rei e visitou Tiradentes. Mário publica em 1920, na "Revista do Brasil", o ensaio "Arte Religiosa no Brasil em Minas Gerais", no qual aborda a arte encontrada em Ouro Preto, Mariana, Congonhas do Campo e São João del-Rei. É quando diz que "na arquitetura religiosa de Minas a orientação barroca – que é amor à linha curva, aos elementos contorcidos e inesperados – passa da decoração para o próprio plano do edifício. Aí os elementos decorativos não residem só na decoração posterior, mas também no risco e projeção das fachadas, no perfil das colunas, na forma das naves". Em 1928, escreverá sobre Aleijadinho e sua obra, dando-lhes dimensão cultural excepcional e realizando grande difusão do seu nome.

Para registro histórico, é importante assinalar tentativas e esforços anteriores ao SPHAN de se criar um programa e uma instituição para proteção do patrimônio artístico e histórico brasileiro. Já em 1916, após viagem a Ouro Preto, Alceu de Amoroso Lima e Rodrigo Melo Franco de Andrade pediam medidas de proteção. Intelectuais mineiros, como Carlos Drummond de Andrade e Afonso Arinos, também escreveram artigos chamando a atenção para a situação das cidades históricas de Minas. Gustavo Barroso, que também visitará Ouro Preto, a toma como ícone da proteção cultural brasileira. Barroso consegue de Getúlio Vargas, em 1933, a concessão à velha cidade do título de Patrimônio Nacional. Consegue também a criação, em 34, da Inspetoria Nacional de Monumentos, que chega a realizar obras de restauro em Minas. A Inspetoria, agregada ao Museu Histórico Nacional, foi extinta em 1937, quando da criação do SPHAN.

Será com base nesse arcabouço conceitual que se criará o órgão brasileiro de proteção patrimonial. E será também dele que se divulgará o fenômeno cultural mineiro contido nas cidades históricas, resultante de um singular momento de confluência de fatores que permitiram o surgimento de uma sociedade com feições próprias em todo o processo brasileiro. Ainda hoje, à luz de novos conhecimentos transversais e interdisciplinares, como parte de uma historiografia ampliada na sua capacidade de pesquisa, se fala em alguns estereótipos do mineiro e de uma "subcultura mineira", com base em textos que tratam do caráter regional, certamente ainda encontrado em localidades e grupos sociais onde a desfiguração ainda não se fez dominante.

Será o IPHAN e sua equipe de intelectuais, atuando com inspirações nacionalistas, surgidas com o pensamento modernista de Mário de Andrade, que irá promover a pesquisa e a descoberta de artistas mineiros, em toda a extensão de vidas e obras, como Aleijadinho e Mestre Valentin, Ataíde e outros. Mas deixando nas sombras um grande número de artistas e mestres portugueses, autores de excepcionais obras, como Manoel Francisco Lisboa, Francisco Xavier de Brito, José Coelho Noronha, Francisco de Faria Xavier, Francisco de Lima Cerqueira, a que devemos a construção e as obras de arte e ornamentação de dezenas de monumentos espalhados pelas cidades históricas mineiras e que fizeram escola, na qual aprenderam multidão de artistas, pedreiros, entalhadores, escultores, pintores e ornamentistas. A "originalidade nacional", encontrada nas igrejas mineiras, diferenciadas das igrejas do litoral ou tipicamente portuguesas dos primeiros tempos, tese defendida por Mário de Andrade e seus seguidores do IPHAN, reforçou a busca de explicações para tal fenômeno, encontradas nos primórdios da formação da sociedade mineira, como a herança da mineração, o modelo de urbanização, as restrições portuguesas às ordens religiosas e a quaisquer meios de libertação intelectual e de consciência crítica e, mesmo, ao surgimento dos mulatos e seu reconhecido pendor artístico.

"Foi neste meio oscilante de inconstâncias, a Minas Gerais setecentista, que se desenvolveu a mais característica arte religiosa do Brasil. A igreja pode aí, mais liberta das influências de Portugal, proteger um estilo mais uniforme, mais original que os que abrolhavam podados, áulicos, sem opinião própria nos dois outros centros… Em Minas, se me permitirdes o arrojo da expressão, o estilo barroco estilizou-se. As igrejas construídas por portugueses mais aclimatados ou por autóctones algumas, provavelmente, como o Aleijadinho, desconhecendo o Rio e a Bahia, tomaram um caráter bem mais determinado e, poderíamos dizer, muito mais nacional", diz Mário de Andrade em "Arte religiosa no Brasil", in "Revista do Brasil", SP, 1920.

Em 1967, eram 687 os bens tombados em todo o país: Minas tinha 165 desses bens, em torno de 23,9% do total, seguida pelo Rio de Janeiro, com 140 bens tombados, 20,3% do total, Bahia, com 131, aproximadamente 19,9% do total, e Pernambuco, com 56 bens, equivalentes a 8,1%. Numa quinta posição, encontrava-se São Paulo, com 41 bens tombados, 6% do total do país ("Revista do Patrimônio", 1996, Silvana Rabino, "O mapa do Brasil passado").

Esta liderança de Minas quanto aos bens tombados, que alguns críticos atribuem ao domínio mineiro no IPHAN, é explicada por Rodrigo Melo Franco de Andrade: "A despeito de só ter o povoamento do território mineiro principiado depois de decorridos dois séculos desde o descobrimento do Brasil, poucas décadas bastaram para que esta área fosse enriquecida de bens culturais e com feição mais definida do que as demais regiões do país". Mário de Andrade atribui, em parte, à "opulência mineira" no século XVIII e à "carência paulista" de bens históricos: "As condições históricas e econômicas deste meu Estado, a contínua evasão dos paulistas empreendedores para outras partes do Brasil nos séculos XVII e XVIII, o vertiginoso progresso ocasionado pelo café são as causas da nossa miséria artística tradicional (...) é sempre certo que sobram aos paulistas mil meios de se consolar de sua pobreza artística tradicional: consolação que não modifica a verdade" (Silvana Rabino, "O mapa do Brasil passado").

Concordam os técnicos da instituição, hoje transformada em instituto, que sua trajetória dos primeiros anos, especialmente quanto às diretrizes de proteção, bem como às intervenções de restauração e preservação, podem ser enquadradas em três fases. A primeira tinha foco nos estudos de identificação de monumentos e elaboração de propostas de tombamento, o que implicou na leitura ampla da produção artística e cultural brasileira. Procedeu-se, então, ao inventário do que existia de amostragem mais significativa da formação brasileira. Uma segunda fase cuidou de salvar alguns monumentos que se encontravam profundamente atingidos pela ruína e ameaçavam perecimento completo. Uma terceira impunha a difusão do conceito de tombamento, visto como medida emergencial, de efeito imediato e salvador de edificações em situação de perigo, evitando desaparecimentos ou desfigurações. O tombamento representa a socialização do bem protegido, que passa, por ser portador de excepcionalidades, a pertencer à sociedade, restringindo-se, é claro, o direito amplo e irrestrito de propriedade.

A ênfase, portanto, recaiu no monumento edificado, chamado de "pedra e cal", conforme expressão até hoje em uso. Focava-se a edificação, as técnicas construtivas, a proteção de seus elementos estruturais e artísticos sob o enfoque da imutabilidade absoluta e da restauração. Trabalhando com a recomendação de normas de restauro e aprovação de projetos enquadradas em padrões específicos, o SPHAN recebeu críticas por ter estimulado o que se chamou "estilo patrimônio". Questionava-se também certa rigidez, a atitude punitiva representada pela negativa de aprovação de projetos e o embargo de obras e a falta de diálogo com as populações, além da inexistência de programas educacionais, de caráter preventivo. Reconhece-se, no entanto, que essa postura salvou centenas de importantes edificações portadoras de história e arte, em todas as cidades brasileiras.

Uma fase posterior enfatizará a atuação na questão urbana. Os sítios históricos brasileiros, sem orientação quanto ao seu crescimento e a ocupação de novos espaços de moradia, de trabalho e de lazer, expandiram-se desordenadamente. Agrava-se no Brasil os processos de industrialização e urbanização, com a especulação imobiliária tornando-se inimiga da preservação. O traçado urbano desordenado, sofrendo os impactos do crescimento imobiliário, impõe tipologia própria, quase sempre desfigurativa do conjunto histórico. O parcelamento do solo não obedece a normas que obedeçam a uma configuração urbanística compatível com cidade histórica. O processo de urbanização das cidades, sobretudo pela industrialização e o êxodo rural, levou a um explosivo crescimento, não escapando desse movimento as cidades coloniais. A desfiguração urbana e urbanística acaba atingindo todo o conjunto e as próprias edificações tombadas. Por meio do enfoque urbano, propõe-se que as ações de proteção e de tombamento não sejam apenas da edificação, mas do seu entorno. A projeção paisagística do monumento deve ser preservada na sua integralidade, evitando-se a construção concorrente, desfigurativa do entorno e do próprio monumento.

Perímetros de tombamento são traçados, suprindo-se lacuna inicial deixada pelos processos de tombamento dos primeiros tempos. Elaboram-se mapeamentos e zoneamentos urbanos, com menores ou maiores exigências quanto à preservação, novas construções e intervenções de restauração. Planos diretores e leis de uso do solo são enfatizados. Nos últimos anos, ações chamadas de "reabilitação urbana", abrangendo regiões deterioradas econômica e socialmente, em edificações de notória degradação, têm sido aplicadas em sítios

históricos, retomando aspectos da vida domiciliar e profissional, adaptadas à exploração turística. No Brasil, o Pelourinho, em Salvador, é o exemplo mais citado, embora também submetido a diversos tipos de crítica.

A plena concordância de que a verdadeira e mais eficaz preservação é feita pela comunidade consciente e organizada, proprietária verdadeira do patrimônio e centenária guardiã desses monumentos, comporia uma terceira fase. Incentiva-se a organização de conselhos comunitários de cultura e de patrimônio, como representantes da comunidade, constituindo forças de apoio ao IPHAN e às prefeituras. Abre-se o IPHAN para a avaliação conjunta de projetos, com representantes de todas as instâncias de governo, especialmente as prefeituras e câmaras municipais, mas, também, as universidades, entidades de engenharia e arquitetura, igrejas, moradores e representantes das organizações da comunidade. Enfatiza-se o poder municipal como instância reguladora do uso do solo urbano. A crônica omissão de prefeituras e câmaras municipais, determinada pela política populista e antirregulatória do uso do espaço urbano, cede lugar à visão da vida coletiva regulada por planos diretores. E aumenta a compreensão de que a propriedade privada não é um direito ilimitado, mas submetido ao interesse social dado pela vida em coletividade.

Cabe às cidades, por seus órgãos legisladores, elaborar sua legislação urbanística, com os direitos e deveres de todos os cidadãos. Ao invés de se sentirem prejudicados pelas normas de preservação, os cidadãos devem entender que são participantes de conjunto urbano excepcional, com normas próprias relativas à vida coletiva e pública. E, costumeiramente, valorizadas pelo próprio significado cultural, especialmente quando a exploração turística se torna atividade altamente rendosa. A edificação tombada, portadora de história e arte, valoriza-se patrimonialmente e apresenta, como adequada destinação de uso, sua exploração por equipamento da cadeia econômica do turismo e da cultura municipais. Revitalizado, passa a gerar receitas para sua preservação e para seu proprietário e, como tal, é um bem econômico, inserido de maneira correta em sítios preservados.

Logo no seu início, o SPHAN enfrentará questão conceitual que até hoje é motivo de polêmica e que se tornou o melhor exemplo das dificuldades relativas aos critérios de análise e aprovação de projetos em sítios tombados. É o caso da construção do Grande Hotel de Ouro Preto, que Getúlio Vargas decide doar à cidade, em retribuição ao fato de ter recebido, do Governo do Estado, o prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia, ex-penitenciária estadual, destinado ao futuro Museu da Inconfidência, que criara em 1938. Apresentaram projetos Lúcio Costa, Carlos Leão e Oscar Niemeyer. Leão propõe construção em estilo neocolonial, proposta indeferida por ser considerada um "falseamento colonial", podendo "confundir quem visitasse a cidade". Lúcio Costa apresenta, então, uma proposta chamada conciliatória, com uma construção em arquitetura moderna, mas "diluída no contexto colonial". Afinal, adota-se o projeto de Niemeyer, conforme razões apresentadas, posteriormente, por Rodrigo Melo Franco de Andrade, em documento de 19 de setembro de 1944: impedir que uma nova construção possa ser confundida dentro do conjunto das edificações tradicionais de Ouro Preto, "evitando-se por esta forma a falsificação da arquitetura colonial brasileira por iniciativa dos poderes públicos"; por enquadrar-se nos fins utilitários que haviam sido considerados pelo SPHAN; e por "constituir o referido projeto trabalho muito valioso como obra de arquitetura".



Grande Hotel de Ouro Preto, projeto de Oscar Niemeyer. Fonte: grandehotelouropreto.com.br

A opção iria definir, por vários anos, o critério da instituição com relação às novas edificações em Ouro Preto. Ainda em 1939, o arquiteto Lúcio Costa diria, ainda quanto à opção tomada pelo projeto de Niemeyer: "E não constituirá um precedente perigoso possível de ser imitado depois com má arquitetura, porquanto Ouro Preto é uma cidade já pronta e as construções novas que, vez por outra, por lá se fizerem, serão obrigatoriamente controladas pelo SPHAN, que terá mesmo, de qualquer forma, mais cedo ou mais tarde, de proibir em Ouro Preto os fingimentos coloniais". Idêntica solução será dada ao projeto de construção da Igreja Metodista de Ouro Preto, elaborado pelo arquiteto José de Souza Reis, "como alternativa para a proposta neocolonial dos proprietários". Outra polêmica, no final da década de 50, foi a construção de auditório para 650 lugares no Cine Vila Rica, como ampliação do prédio do antigo Liceu de Artes e Ofícios, construído em estilo eclético no final do século XIX. O volume, visto de grande parte de Ouro Preto, especialmente da Rua São José, acrescentava massa incompatível com o conjunto urbano tombado. O SPHAN admitiu o acréscimo como inevitável e optou por uma construção despojada, sem elementos ornamentais ou qualquer tipologia diferenciada da arquitetura colonial, realizando uma mimetização integrativa da construção.

Nos anos finais do século XX, ampliam-se os conceitos relativos à preservação, destacando-se a indissociabilidade entre os bens históricos e artísticos, móveis e imóveis, e os recursos naturais, integrados em um mesmo ambiente ou sítio. Cultura e natureza se equivalem e se colocam na mesma dimensão da preservação integrada. Desenvolve-se o conceito de sustentabilidade, que prega a necessidade de observação de limites de suportabilidade para os destinos turísticos. A escala (quantidade de visitantes) e a tipologia (interesses e as motivações de viagem) dos fluxos turísticos devem ser compatíveis com os sítios que abrigam acervos culturais e naturais. Desenvolvem-se estudos contendo paradigmas relativos aos "limites de carga" suportáveis em determinados destinos, sem o que eles passam a ser destruídos e podem até ser extintos. Compatibilidade para a sustentabilidade são conceitos em pleno desenvolvimento na primeira década do século XXI.




Esquerda: Vista parcial do Liceu de Artes de Ouro Preto no início do XX. Fonte Luis Fontana.
Direita: Antigo Liceu de Artes, atual cine Vila Rica após intervenção do IPHAN em 1952.
Fotografia Sabrina Delalmore, arquivo Graphar

Citam-se vários exemplos de destinos extintos, ou que perderam fluxos turísticos e sua vitalidade socioeconômica em razão do uso inadequado e destrutivo de seus recursos culturais ou naturais. Turismo e preservação podem conviver sustentavelmente, mas exigem gestão rigorosa de convivência compatível.

Os planos, programas e demais ações de intervenção preservacionistas têm que, necessariamente, revelar sua preocupação, com medidas objetivas, quanto aos contextos culturais nos quais os bens a receberem proteção estão inseridos. Os mais recentes documentos das instituições patrimoniais revelam sua atenção a conceitos como autenticidade, originalidade, a cultura popular e o patrimônio imaterial. Valorizam-se também as culturas locais, suas tradições, práticas, valores e referências, além daquelas relativas aos códigos éticos e humanistas universais. A evolução desses conceitos se torna muito clara quando se examina o conteúdo dos documentos básicos da preservação cultural, desde as pioneiras Cartas de Atenas, de 1931, inaugurando recomendações sobre a preservação do patrimônio cultural, e de 1933, sobre arquitetura moderna, à Recomendação de Nova Délhi, de 1956, sobre arqueologia, bem como a Recomendação de Paris, sobre paisagens e sítios, de 1962, a Carta de Veneza, sobre monumentos e sítios, de 1964, as Normas de Quito, de 1967, o Compromisso de Brasília, de 1970, na Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, da Unesco, em Paris, em 1972, a Recomendação de Nairóbi, da Unesco, de 1976, a Carta de Burra, do Icomos, de 1980, na Austrália, e vários outros. Especial importância tem a Declaração de Amsterdã, de 1975, resultado do Congresso sobre o Patrimônio Arquitetônico, que reuniu países europeus, EUA e Canadá, inovadora quanto ao "diálogo entre conservadores e urbanistas", integrando as políticas de patrimônio e o planejamento urbano. Seus princípios e recomendações, extensos e criteriosos, foram adotados no ano seguinte na Declaração de Nairóbi, pela Unesco, quando se enfatiza a necessidade da conservação dos conjuntos históricos, visando não só à sua salvaguarda, mas sua integração na vida contemporânea.

Merece lembrança maior a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, já citada, assinada pelo Brasil e pela maioria das nações. Diz que "o patrimônio cultural e o patrimônio natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e econômica que as agrava através de fenômenos de alteração ou destruição ainda mais importantes". E adverte que "a degradação ou o desaparecimento de um bem do patrimônio cultural e natural constitui um empobrecimento efetivo do patrimônio de todos os povos do mundo".

A partir da Conferência Geral das Nações Unidas, a Rio-92, a preservação do patrimônio histórico e artístico se integra à proteção ambiental, como direito humano básico universal. Doravante, são muitos os documentos, de diferentes setores, referentes ao novo milênio, que reforçam essa nova consciência. Em 2005, assembleia da Unesco formada por representantes de 148 países aprovou (exceção dos EUA e de Israel) a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, longamente discutida nos anos precedentes, especialmente quanto ao livre comércio de bens e serviços culturais. É também um documento complementar à Convenção de 1972, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Mundial Cultural e Natural. O texto integra os conceitos de desenvolvimento e cultura, estimula a convivência com as diferenças, adverte sobre o perigo da globalização quanto à sobrevivência de culturas não hegemônicas e, por consequência, valoriza as culturas e práticas locais. Também a Organização Mundial de Turismo tem adotado essas recomendações em seus documentos normativos.

É um documento de fundamental importância, por sua modernidade e abrangência conceitual. Diz que "a diversidade cultural é uma característica essencial da Humanidade" e que "a diversidade cultural constitui patrimônio comum da Humanidade, a ser valorizado e cultivado em benefício de todos". E ainda: "A diversidade cultural cria um mundo rico e variado que aumenta a gama de possibilidades e nutre as capacidades e valores humanos, constituindo, assim, um dos principais motores do desenvolvimento sustentável das comunidades, povos e nações". E, em conclusão fundamental: "A diversidade cultural, ao florescer em um ambiente de democracia, tolerância, justiça social e mútuo respeito, entre povos e culturas, é indispensável para a paz e a segurança no plano local, nacional e internacional".

Podemos concluir, ao analisarmos as fases referidas, que o enfoque patrimonial, dos primeiros tempos, que exigiam ação emergencial protetora, representava certa "apropriação", por parte do IPHAN, do bem objeto da ação de proteção. Esse era o sentido do tombamento, instrumento de proteção largamente usado e, algumas vezes, tachado de autoritário e arbitrário. O proprietário estava submetido a normas de gestão do seu próprio patrimônio e era um "agente passivo" nessa relação. Na terceira fase, é como se o proprietário e a cidade retomassem o poder, participando da elaboração e aplicação das normas coletivas de preservação.

Rodrigo Melo Franco de Andrade preside o antigo SPHAN até 1967, fase chamada de "heroica" por seus funcionários. A primeira tarefa era inventariar o que proteger neste imenso Brasil, socorrer monumentos ameaçados pela ruína ou em processo de desaparecimento, elaborar sua normatização jurídica, formar quadros humanos em arquitetura, história e

restauro. Foi sucedido por Renato Soeiro, funcionário do órgão, que permanece até 1979. Em maio de 1973, o governo federal, unindo vários órgãos, criou o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com um fundo específico para a realização de obras. Em junho de 1975, o Programa foi estendido a Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, também sob a coordenação técnica do SPHAN.

A discussão em torno do bem a ser protegido, e tendo em vista a diversidade cultural brasileira, levou à proposta de criação, em junho de 1975, do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), cujo objetivo era "o traçado de um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira". Pioneiro e revolucionário na pesquisa e no tratamento conceitual da cultura brasileira, trabalhando com base no conceito de "referência cultural", o CNRC desenvolveu quatro programas de estudos: artesanato, levantamentos socioculturais, História da Ciência e da Tecnologia no Brasil e Levantamento de Documentação sobre o Brasil. Mais de 30 projetos de pesquisa, nessas quatro linhas, foram desenvolvidos pelo CNRC.

Aloísio Magalhães, seu coordenador-geral e idealizador, pintor, designer e administrador, se junta ao ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, e ao embaixador Joaquim Murtinho, então secretário de Cultura do Distrito Federal, para a instalação do CNRC, ocorrida um ano depois. Aloísio, em meio à discussão que naturalmente se abria às ações dos CNRC, dizia: "Ocorre, entretanto, que o conceito de bem cultural no Brasil continua restrito aos bens móveis e imóveis, contendo ou não valor criativo próprio, impregnados de valor histórico (essencialmente voltados para o passado), ou aos bens da criação individual espontânea, obras que constituem o nosso acervo artístico (música, literatura, cinema, artes plásticas, arquitetura e teatro), quase sempre de apreciação elitista. Aos primeiros deve-se garantir a proteção que merecem e a possibilidade de difusão que os torne amplamente conhecidos. Deles podem provir as referências para a compreensão de nossa trajetória. Aos segundos basta assegurar-lhes a liberdade de expressão e os recursos necessários à sua melhor concretização".

O CNRC, sob a orientação de Aloísio Magalhães, acrescenta à política brasileira de preservação cultural maior atenção e apoio efetivo a projetos das seguintes linhas: programas para preservar a cultura ameríndia e a cultura negra; programas para preservar a cultura popular e programas para detectar a criação autenticamente nacional. Estabeleceu, portanto, um marco evolutivo fundamental na política pública brasileira de proteção aos bens culturais, hoje plenamente conceituada e expandida, inclusive com a legislação de tombamento de bens imateriais. Juntaram ao esforço realizado pelo CNRC a própria Presidência da República, os ministérios do Planejamento, Educação e Cultura, Indústria e Comércio, Interior e Relações Exteriores, Caixa Econômica Federal, Universidade Federal de Brasília e Fundação Cultural do Distrito Federal.

Em março de 1979, após um diagnóstico que registrava excessivas dificuldades burocráticas e financeiras do IPHAN, além de questões de superposição de gestão, realizou-se sua fusão com o Programa de Cidades Históricas e o CNRC, assumindo a direção Aloísio Magalhães. A experiência com o CNRC permitia avançar no conceito de bem cultural, que se torna mais abrangente e exige maior atenção a novas áreas e práticas culturais. Constata-se no IPHAN a

hipertrofia de setores dedicados ao tombamento e ao restauro, enquanto ocorria insuficiência de meios humanos, administrativos e financeiros para áreas como o patrimônio arqueológico, o patrimônio natural, os arquivos históricos e iconográficos, os acervos etnográficos e muitos outros, especialmente os relativos ao "fazer popular". A incorporação do CNRC ao IPHAN visava permitir a formulação desse conceito mais abrangente de bem cultural, mais inclusivo com relação às manifestações do homem brasileiro e às condições do meio ambiente. Já o Programa de Cidades Históricas, além de propiciar recursos financeiros, revelou a necessidade de o IPHAN estabelecer diálogo mais profundo com as comunidades que abrigam os bens. Questões burocráticas novamente levaram à proposta de se criar a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Educação e Cultura, ao mesmo tempo em que, no Congresso nacional, era aprovado projeto de criação da Fundação Nacional Pró-Memória, o que ocorre em novembro de 1979. Em viagem de trabalho à Europa, Aloísio Magalhães morre a 13 de junho de 1982, quando se encontrava em Veneza.

Em agosto de 2000, o Decreto 3.551 cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Seu objetivo é o apoio a projetos de "identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural". A Unesco define Patrimônio Cultural Imaterial como "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural". O patrimônio imaterial é guardado e transmitido pelas sucessivas gerações e recriado pelas comunidades e grupos, com os condicionantes do seu "ambiente, sua interação com a natureza e de sua história, gerando sentimento de continuidade e identidade, contribuindo para promover a diversidade cultural e a criatividade humana".

O IPHAN realiza e mantém o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial por iniciativa própria ou solicitação. De 2002 até meados de 2009, foram registrados 15 bens como patrimônio imaterial, com outro tanto em processo. Entre eles, o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, Linguagem e Arte Gráfica Wajapi, Círio de N. S. de Nazaré, Samba de Roda do Recôncavo Baiano, Modo de Fazer Viola de Cocho, Ofício das Baianas de Ararajé, Feira de Caruaru, Samba do Rio de Janeiro, Registro de Capoeiras e Ofício dos Mestres da Capoeira, Modo de Fazer Renda Irlandesa. A cada ano, é feita uma avaliação desses bens.

Em março de 2006, através de decreto-legislativo, o governo brasileiro aprovou o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, celebrado em Paris, pela Unesco, em outubro de 2003. A "salvaguarda" dos bens imateriais se faz pelo registro em quatro livros: Livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro das Celebrações, Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro dos Lugares.

Em 2002, por proposta do IEPHA, o modo artesanal de fazer o "queijo de Minas" nas regiões do Serro, Serra da Canastra e do Salitre foi considerado "bem cultural de caráter imaterial da nação Brasileira", tornando-se o primeiro em todo o país. Na justificativa, afirma-se que "símbolo de Minas, o queijo artesanal merece esta honraria porque resistiu a diferentes pressões em muitos momentos". E mais: "O senso comum, muitas vezes, entende cultura como atributo daquilo que é erudito, reservado às elites e a parcela 'educada' da população. Portanto, inacessível à maioria imersa no trabalho do



O Modo artesanal de fazer queijo minas, nas regiões do Serro, da Serra da Canastra e do Salitre, em Minas Gerais, foi inscrito no Livro de Registro dos Saberes, em junho de 2008.Fonte: IPHAN

dia a dia. Outras vezes aos cadernos secundários dos jornais, como a programação de teatro, cinema e TV". O tombamento imaterial coroa todo um longo processo histórico das ações de proteção cultural no Brasil. E entroniza o conceito de civilização como o conjunto dos valores e fazeres de um povo e uma nação, sobre os quais se apoia a ordem política e social, transmitida pelos mais típicos e nobres exemplares da sua criatividade. A 3 de dezembro de 2009, o Conselho Deliberativo do IPHAN, reunido em São João del-Rei, registrou como "patrimônio imaterial brasileiro" o toque dos sinos de Minas, conforme pesquisa realizada pelo arquiteto André Dangelo. É feita a recomendação para que as demais cidades históricas voltem a praticar a "linguagem dos sinos".

Em 2005, a Serra do Espinhaço obteve o título de Reserva da Biosfera, dado pela Unesco, compreendendo três milhões de hectares, de Ouro Preto a Diamantina, no eixo do maciço e áreas próximas. O Espinhaço não só é o divisor de biomas, com a Mata Atlântica a leste e o Cerrado a oeste, e que estão entre os mais ameaçados do planeta, mas também é o separador das bacias do Doce e do São Francisco. Exame acurado das manifestações de fauna e flora na Serra do Cipó, por exemplo, conforme o relatório apresentado à Unesco, demonstrou a imensa biodiversidade da região, que é apenas 1,5% da superfície do planeta, mas onde encontram-se 60% das espécies vivas.

Em 2000, o Ministério da Cultura, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em convênio operacional com o IPHAN e a Unesco, iniciam o Programa Monumenta, destinado a recuperar o patrimônio histórico urbano brasileiro tombado. Enquadraram-se no programa, com prazo de execução estendido até 2009, 83 municípios brasileiros, detentores de 101 sítios urbanos considerados patrimônio histórico, artístico ou arquitetônico. Criam-se em cada município Unidades Executoras sob a coordenação-geral e fiscalização do IPHAN e a previsão é a aplicação de até US$ 150 milhões nas obras, entre recursos do BID e contrapartida

brasileira. A excessiva burocracia envolvendo o programa torna lentos os seus resultados, a ponto de os prefeitos solicitarem sua prorrogação além de 2008, quando se encerraria, até porque ainda é imensa a parcela de recursos não utilizada e maior ainda a lista das demandas de obras. Em 2009, o governo federal anuncia o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) das Cidades Históricas, destinando o recurso inicial de R$ 150 milhões.

Em Minas, Estado que lidera a relação de bens tombados pelo SPHAN, originou-se também grande parte das pesquisas, estudos, proposições e iniciativas relativas à consciência da preservação cultural. Ampliaram-se significativamente, a partir da década de 50, as publicações sobre história e cultura mineiras, a princípio privilegiando o século XVIII, mas, a partir da segunda metade do século passado, realizando uma espécie de amparo da pesquisa acadêmica. E, com os modernos meios da informática, a pesquisa histórica avança extraordinariamente em áreas transversais das sociedades dos três séculos mineiros. Há que se render homenagens, no entanto, aos primeiros pesquisadores da História de Minas, como José Pedro da Veiga, autor de "Efemérides mineiras", de 1897; Diogo de Vasconcelos, que foi um pioneiro, fonte para várias notícias relativas às primeiras ocupações do território mineiro; o cônego Raimundo Trindade, organizador do Museu da Inconfidência, pesquisador e estudioso da história da Arquidiocese de Mariana e seu patrimônio cultural; Salomão de Vasconcelos, que pesquisou intensamente Mariana e a formação mineira; Zoroastro Viana Passos, estudioso de Sabará; Afonso Arinos de Melo Franco, autor de numerosos trabalhos, entre eles, o famoso "História da cultura material do Brasil", elaborado a pedido do presidente Rodrigo de Melo Franco de Andrade, para informação e treinamento dos técnicos do IPHAN; Augusto de Lima Júnior, fértil autor e pesquisador de vários ramos da formação de Minas, da cultura mineira e dos seus principais vultos; Waldemar de Almeida Barbosa, autor de vários trabalhos, entre a eles a "História de Minas"; Lourival Gomes Machado, estudioso do Barroco Mineiro; Furtado de Menezes, na arte religiosa; Joaquim Felício dos Santos, estudioso da formação e da história de Diamantina; José Antônio Marinho, sobre a Revolução dos Luzias, de 1842; Lúcio dos Santos, estudioso da Inconfidência Mineira e da formação do Estado; o francês Germain Bazin, com seus trabalhos "Arquitetura religiosa barroca no Brasil", de 1956, e "O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil", de 1963; o inglês John Bury, com artigos magníficos de interpretação e análise comparativa de Aleijadinho e sua obra; Teófilo Feu de Carvalho, Judith Martins, Miran de Barros Latif, João Dornas Filho, os brasilianistas John Wirt e Kenneth Maxwell, estudiosos da formação de Minas e da Inconfidência Mineira; o poeta e escritor Affonso Ávila, editor da "Revista Barroco", a mais importante publicação sobre o Barroco brasileiro e com vasta obra de pesquisa e análise da produção artística mineira; o crítico e filósofo Benedito Nunes; o historiador João Camilo de Oliveira Torres; Paulo Krugger Correia Mourão, devotado às edificações religiosas de Minas; Francisco Iglesias, estudioso dos séculos XVIII e XIX e da presença de Minas na formação do Brasil; Fernando Correia Dias, sociólogo e interpretador da cultura mineira; Hélio Gravatá, bibliógrafo e incansável pesquisador do Arquivo Público Mineiro; Sylvio de Vasconcellos, pesquisador da arquitetura colonial mineira; Myriam Ribeiro de Oliveira, especialista em Aleijadinho, arte sacra e no

rococó; Suzy de Mello, especialista em arquitetura colonial brasileira; Ivo Porto de Menezes, professor e pesquisador; Fritz Teixeira de Salles, com seu precioso "Vila Rica do Pilar" e que trabalhou no SPHAN ao tempo de Sylvio de Vasconcelos; Cássio Lanari, estudioso do Aleijadinho; Tarquínio José Barboza de Oliveira, revisor e atualizador dos "Autos de Devassa da Inconfidência Mineira", pesquisador e interpretador das "Cartas chilenas" de Tomás Gonzaga e da genealogia das primeiras famílias mineiras; autor de vários trabalhos, Orlandino Seixas, diretor do Museu da Inconfidência, estudioso da arte sacra mineira; Aires da Mata Machado Filho, sobre Diamantina e vários aspectos da cultura popular mineira, padre José Tobias Zico, diretor e historiador do Caraça.

Em 2008, quando os primeiros atos de tombamento completaram 70 anos, surgiu naturalmente a discussão sobre o que representaram para a efetiva preservação das cidades históricas. É preciso tratar esse tema com análises objetivas e verdadeiras. E a primeira constatação é que, das primitivas cidades históricas de Minas elevadas a vila em 1711 e nos anos subsequentes, somente Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, Serro, Diamantina e São João del-Rei, esta parcialmente, ainda possuem conjuntos urbanos expressivos preservados, com harmonia arquitetônica. Cidades como Sabará, Congonhas, Paracatu, Pitangui, Santa Luzia, Caeté, Minas Novas, Barão de Cocais, Santa Bárbara, Catas Altas, Santa Rita Durão, Conceição do Mato Dentro, Ouro Branco e muitas outras dos primeiros povoamentos, ou as que se localizam nas margens dos primeiros caminhos, mesmo fora da região mineradora – embora algumas tenham tombamentos parciais ou do seu conjunto urbanístico – só têm reminiscências, ora um casarão setecentista, ou uma igreja ou mesmo parte de uma rua, mas não mais conjuntos expressivos e originais da malha urbana do século XVIII. É claro que ainda existem pequenas vilas, distritos, com conjuntos preservados, mas de menor porte ou arquitetonicamente menos expressivos.

Quanto às mais preservadas, especialmente Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Tiradentes e Serro, muito devem ao IPHAN. Não fora esta instituição, com seus escritórios locais, fiscalizando e embargando obras, várias vezes sem sucesso – e esta é uma verdade inconteste as transgressões e desfigurações seriam ainda muito maiores em razão da incompreensão e do despreparo das populações para a preservação, além do desinteresse das autoridades municipais. O IPHAN, por outro lado, como a própria instituição reconhece, passou por crises internas, de perda de prestígio, de controvérsias estéticas, de confrontação jurídica e institucional e até de extinção. Persiste a tese de que a preservação de conjuntos urbanos como Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Serro e Tiradentes se deve, de modo especial no século XIX, pela sua pobreza. Passado o período da mineração, que permitiu a sua construção, vieram a exaustão e o consequente imobilismo construtivo. Edificadas pelo ouro e pedras preciosas, serão preservadas por sua decadência econômica, que não gerou recursos privados ou públicos para desfigurações, abertura de novas ruas, alargamento de becos ou outras intervenções. No caso de Ouro Preto, a transferência da capital para Belo Horizonte mergulhou a velha cidade em longo período de estagnação, vista por alguns como causa da sua preservação, uma vez que não sofreu especulação imobiliária nem passou pela sanha de erradicação do velho ou antigo pelo novo.

O IPHAN sempre foi um celeiro de grandes nomes da cultura brasileira. Bastaria citar seu primeiro diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade, autor de vários estudos e textos e grande batalhador pela preservação da cultura brasileira, ou nomes de funcionários e colaboradores como Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Luís Camilo de Oliveira Neto, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Afonso Arinos de Melo Franco, Gilberto Freire, Augusto Carlos da Silva Teles, Manuel Bandeira, Luís Saia, Airton Carvalho, José Ferrão Castelo Branco, João José Rescala, Renato Soeiro, Lygia e Judith Martins, Edson Motta, Dora Alcântara, Sylvio de Vasconcellos, Aloísio Magalhães, Ítalo Campofiorito, Roberto Lacerda, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, Irapuan Cavalcanti de Lyra, Lia Mota, Glauco Campello, Cyro Correia Lyra, José de Souza Reis, Oswaldo José de Campos Melo, Sônia Rabelo e Rafael Carneiro da Rocha, Lauro Cavalcanti, Alcides Rocha Miranda, Jurema Machado, Lélia Coelho Frota e muitos outros, arquitetos, historiadores, engenheiros, jornalistas, artistas plásticos, que atuam nos "tempos heroicos" no Rio de janeiro e nos Estados, nas diretorias regionais ou escritórios locais.

Com apoio da Unesco, a instituição promoveu vários cursos de formação de pessoal para a proteção e restauração de monumentos. O curso realizado em 1981, na Bahia, permanece como Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos (Cecre). Para a formação de pessoal para bens móveis, foram criados, em 1950, pelos professores Edson Motta, na UFRJ, e João Rescala, na UFBA, disciplinas de restauração de pinturas e documentos. Em Minas, junto à Escola de Belas Artes da UFMG, foi criado em 1978 o Curso de Especialização em Conservação e restauro de Bens Culturais Móveis. Dois anos depois, surgiu o Centro de Conservação e Conservação de Bens Culturais Móveis (Cecor), hoje um dos mais procurados do país, com renome internacional. Em 1980, surgiu no Rio a Abracor, Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais.

Em 1990, no desastroso Governo Collor de Melo, o IPHAN foi substituído pelo IBPC (Instituto Brasileiro de Promoção Cultural), sob uma descabida desculpa de racionalidade administrativa, ensejando inúmeras e graves agressões ao patrimônio cultural brasileiro, por falta de ações impeditivas e fiscalizadoras. A sigla foi retomada, mas a instituição continuou carente de recursos humanos e financeiros. Mas, a partir de 2005, requalifica-se sob a gestão de um jovem arquiteto, Luís Fernando Almeida, com maior presença normativa e jurídica e novos recursos humanos e técnicos. E com um decisivo apoio do Ministério Público, que criou promotorias especializadas na preservação do patrimônio cultural e turístico. Mas a tarefa é gigantesca, seja pelo tamanho do Brasil ou pelo muito que se tem a fazer na preservação não só do patrimônio edificado, mas também do fazer cultural raro, singular ou exemplar.

No IPHAN, na diretoria regional e nos escritórios locais, a preservação do patrimônio cultural mineiro muito deve a seus técnicos, arquitetos, historiadores, comunicadores e funcionários. Foram diretores em Minas Sylvio de Vasconcellos, por quase duas décadas, Fritz Teixeira de Salles, Antônio Augusto Vilares, Roberto Lacerda, Dimas Dario Guedes, Coleta Guatimozim, Cláudio Magalhães Alves, Mauro Werkema, Renato Gontijo, Regina



Passadiço da Casa da Glória, Diamantina. Fonte: Prefeitura Municipal de Diamantina

Almeida, Ricardo Lana, Claudia Laje, Leonardo Barreto, Michelle Arroyo e Celia Corsino. Na área de museus são destaques os trabalhos desenvolvidos por Antônio Joaquim de Almeida, criador e diretor do Museu do Ouro, o escritor Rui Mourão, diretor do Museu da Inconfidência por 40 anos e Angela Gutierrez, criadora e mantenedora de museus em Ouro Preto, Tiradentes e Belo Horizonte. A partir de 1974, quando o então governador Rondon Pacheco, por influência direta do seu secretário de Governo, Abílio Machado Filho, criou o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, o Governo do Estado passa a integrar o esforço suplementar pela preservação, realizando tombamentos, intervenções de restauro e elaboração de estudos históricos e patrimoniais. Os arquitetos Luciano Amedée Peret e Galileu Reis foram os implantadores do novo órgão e que teve como presidentes a arquiteta Suzy Melo, o engenheiro Rodrigo Ferreira Andrade, os arquitetos Jurema Machado e Flávio Carsalade, o professor e engenheiro Octávio Elísio Alves de Brito e a arquiteta Vanessa Brasileiro, entre outros.

Hoje, 82 anos depois dos primeiros tombamentos, realizados em 1938, são reduzidas as intervenções destrutivas das edificações situadas nas malhas urbanas tombadas pertencentes a núcleos históricos mais centrais e submetidas a fiscalização permanente. A fiscalização do IPHAN é intensificada com a presença de escritórios locais de representação em várias cidades. E os cidadãos respeitam mais a instituição e submetem seus projetos de restauração ou construção à sua prévia análise e aprovação. Em 2004, em ato emblemático, a Justiça determinou a demolição de construção irregular no entorno da Igreja de Antônio Dias, em Ouro Preto. E, o que é importante, ampliou-se a consciência da sociedade de que o patrimônio conservado é o grande atrativo e a grande riqueza das cidades histórias. É fundamental, portanto, que seja conservado e que permita a exploração compatível e sustentável de um turismo responsável.

Na passagem para o século XXI a questão da preservação do patrimônio cultural adquire importância ainda maior. Insere-se centralmente na discussão sobre a cultura, como também "nas abordagens que hoje se fazem do presente e do futuro das cidades, do planejamento urbano e do próprio meio ambiente" ("Patrimônio cultural — conceitos, políticas, instrumentos", Leonardo Castriota, 2009). Amplia-se o conceito de patrimônio cultural, com a mundialização e a própria expansão do seu campo conceitual e material. Basta ver a abrangência do texto da Constituição Brasileira de 1988, ao definir o "patrimônio cultural brasileiro". Incluem-se hoje nesta categoria os "bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira". Incluem-se entre "as formas de expressão", as edificações e espaços destinados às manifestações artístico-culturais, "as obras, objetos, documentos e edificações" de valor cultural, "as criações artísticas, científicas e tecnológicas" e os "conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico".

Em meio a essa evolução, surgem "no final do século XX ideias como a de patrimônio ambiental urbano, na qual se aproximam três campos: o da preservação do patrimônio, o do planejamento do território e o da preservação ambiental, que até então pouco se comunicavam", diz Leonardo Castriota. Esse conceito vai além da proteção através do tombamento de determinadas edificações ou conjuntos, para enxergar e procurar manter o equilíbrio da paisagem, do ambiente, do patrimônio edificado e suas inter-relações essenciais com a infraestrutura urbana, os lotes e seus usos, estilos e linguagens, a história, definidoras de qualidade de vida. Surge o conceito de "proteção e conservação integradas", que deve presidir as metodologias do planejamento urbano e regional.

A trajetória de Ouro Preto merece citações e lembranças especiais. São vários os seus títulos. É Monumento Nacional, desde 1933, por ato do presidente Getúlio Vargas. Seu "Conjunto Arquitetônico e Urbanístico" é tombado desde 1938. Foi declarada pela Unesco, em 21 de setembro de 1980, "Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade", primeiro título concedido no Brasil, adquirindo reconhecimento mundial como exemplar da arquitetura luso-brasileira setecentista, formada sob o fenômeno da corrida pelo ouro. Em 1985, o IPHAN estende o tombamento de Ouro Preto, até então somente no Tombo de Belas Artes, para os livros de tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, consequência da evolução do entendimento da proteção dos núcleos urbanos tombados.

A primeira manifestação de preservação seria uma Ordem Régia de 1739, que determinava que "os fregueses das igrejas de Minas não se intrometam a reedificá-las ou ampliá-las sem primeiro darem conta ao governador ou provedor da fazenda, mandando-se fazer planta proporcional à necessidade e evitando superfluidades". Em todo o período colonial, ocorreram algumas manifestações, com menor ou maior objetividade, quase sempre de forma pontual, revelando pouca preocupação da Coroa com as cidades e a preservação do patrimônio histórico ou artístico. O refinamento do gosto, expresso nas formas arquitetônicas e nos elementos ornamentais, vão refletir muito mais a cultura local nascente, como forma de expressão nacional. Em Minas, são raras as intervenções governamentais com requintes ornamentais. No Império e na República, Minas irá



Museu da Inconfidência, criado por Getúlio Vargas, em 1938 e inaugurado em 1944, na Praça Tiradentes em Ouro Preto. Fotografia Sabrina Delamore. Arquivo Graphar

fornecer os elementos que permitirão o sentimento nacionalista, a consciência republicana e os fundamentos de um efetivo pensamento preservacionista. A história dos primórdios das ações de preservação no Brasil, como já se demonstrou, encontram sempre em Ouro Preto referencial e exemplo.

Na Instrução para o Governo da Capitania, em 1780, José João Teixeira Coelho informa a existência de 76.819 almas na comarca que incluía Vila Rica e Mariana e seus vários distritos. Pouco mais tarde, José Vieira Couto, em 1801, informava em suas "Memórias sobre a Capitania das Minas Gerais" que a população de Vila Rica era de 20 mil habitantes, o que já refletia o processo de fuga populacional pela decadência da mineração. Em 1897, com a mudança da capital para Belo Horizonte, Ouro Preto perde 40% de sua população. Torna-se uma cidade vazia, imobilizada, o que contribui para a sua preservação, assim como já acontecera com o término do Ciclo do Ouro, na segunda metade do século XVIII.

Getúlio Vargas, em 1944, cria o Parque Metalúrgico para a Escola de Minas, iniciativa que visava incentivar o desenvolvimento da antiga escola, criada por Dom Pedro II e que inicia suas atividades em 1876. Em 1938, cria o Museu da Inconfidência, que será inaugurado em 1944. Custeia a construção do Grande Hotel, inaugurado em 1944. Em 36, implanta-se em Ouro Preto a Eletroquímica Brasileira, para aproveitamento da bauxita então abundante na região contígua à velha cidade, chamada Saramenha. Em 1952, é vendida à Alcan Alumínio do Brasil, empresa canadense, quando passará a ter impacto efetivo na economia regional. A partir de 1960, acelera-se exponencialmente a expansão urbana de Ouro Preto em razão dos fortes atrativos gerados pela indústria extrativa de minério de ferro, a criação de novos cursos universitários, o crescimento do turismo e, preponderantemente, a presença da Alcan e suas empresas agregadas, como a fábrica de cabos, a de ferroliga, a mineração de bauxita, hoje paralisadas.

Em 1949, sob orientação direta de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o arquiteto Sylvio de Vasconcelos, então chefe do 3º Distrito do SPHAN em Minas, e Paulo Thedim Ribeiro, chefe da Divisão de Obras do Departamento de Conservação e Restauração, realizaram levantamento da malha histórica da cidade para subsidiar a implantação de um "Plano de serviços em benefício das edificações antigas de Ouro Preto", visando o uso de recursos previstos no Decreto-Lei 2.809, de 1940, que previa a doação de particulares para a preservação do patrimônio histórico e artístico. O levantamento contou 963 edificações, na área urbana, para uma população que o Censo de 1950 indicava como sendo de apenas 8.751 habitantes. Os dados demográficos confiáveis da evolução populacional, desde os tempos de Vila Rica, mostram grande perda de habitantes e grande decadência econômica, situação agravada pela mudança da capital. Outro levantamento, de 1901, logo após a mudança da capital, quando cerca de oito mil pessoas foram para Belo Horizonte logo nos primeiros anos, revelou que a população caíra extraordinariamente. O dado mais impressionante no levantamento de Sylvio de Vasconcelos é que existiam, em 1917, 1.436 edificações em Ouro Preto, segundo dados da Estatística Corográfica de Minas Gerais. Entre 1917 e 1949, ou seja, num espaço de três décadas, "a cidade não só não teria crescido como teria perdido 473 prédios".

Um relato bastante atualizado sobre Ouro Preto, evolução, conquistas, realizações e fatos históricos e, especialmente, sobre a situação econômica e social após a mudança da capital para Belo Horizonte, em 1897, está em "Ouro Preto – Cidade em três séculos – Bicentenário de Ouro Preto – Memória histórica (1711-1911)", de 2011, escrito e organizado por Maria Francelina Silami Ibrahim Drumond.

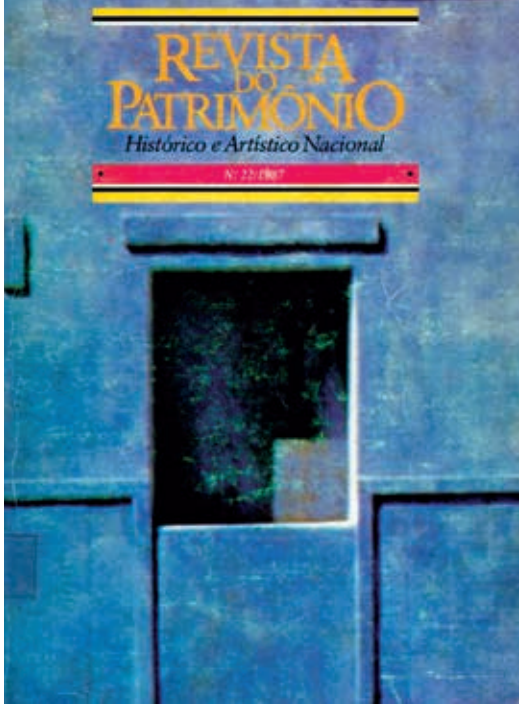
Com recursos angariados em campanha realizada diretamente por Rodrigo Melo Franco de Andrade, e sua esposa Graciema, junto a empresários, artistas, colecionadores de arte e homens ricos, foi possível, no período de novembro de 1949 a setembro de 1950, restaurar 24 casas em estado de risco, entre outras intervenções menores. O levantamento apontou 75 casas novas, 257 consideradas em bom estado, 396 em estado regular, 153 em pior estado e 82 exigindo intervenção urgente. Constatou-se também que ocorrera o fechamento de muitas ruas, especialmente becos, por ocupações novas ou incorporados a casas imediatas. O detalhado levantamento então realizado, com definição de estilos e gabaritos, tornou-se fonte importante para o estudo da preservação e da evolução arquitetônica de Ouro Preto.

A arquitetura Jurema Machado, em documento de análise da evolução urbana de Ouro Preto, elaborado em fevereiro de 1999, enfatizando a necessidade de implantação do plano diretor elaborado em 1996, conclui que "Ouro Preto, durante todo o século XIX e até a segunda metade do século XX, se utilizou da mesma base construída no setecentos". O crescimento, conclui, torna-se explosivo somente a partir da década de 50. Referindo-se a dados de dez anos, diz a arquiteta que "a área tombada de Ouro Preto abrigava, segundo estimativas do Censo Demográfico de 1991, cerca de 25 mil habitantes distribuídos em cerca de cinco mil domicílios, o que equivale a pelo menos cinco vezes o número de edificações encontradas na contagem de 1949".

O crescimento populacional das três últimas décadas, conforme o levantamento para o plano diretor, trouxe várias consequências para a cidade. No núcleo histórico, ocorreu intenso adensamento do tecido urbano com ocupação de lotes vazios, invasão de antigos becos, expansão volumétrica das edificações, maior parcelamento de terrenos. No entorno da cidade, ocorreram as primeiras ocupações de morros, como também se criaram os novos bairros Saramenha, Bauxita e Vila Aparecida. Acelerou-se a ocupação das vertentes da Serra do Ouro Preto e das encostas do Itacolomi, nas áreas além da rodovia do Contorno. Os governos federal e estadual, como também a prefeitura, sem recursos financeiros e técnicos capacitados, não realizaram qualquer planejamento que pudesse oferecer alternativas de expansão urbana para Ouro Preto. O crescimento se deu espontaneamente, com a ocupação desordenada de áreas de geologia instável e aclividade perigosa, com desabamentos a cada período chuvoso. E Ouro Preto, centro de serviços da região, atraiu as populações de uma vasta e pobre região, expulsas das suas terras de origem, onde a sobrevivência era difícil por falta de vocação para atividade agropastoril. A estimativa populacional para a segunda década do século XX é de aproximadamente de 75 mil habitantes, em todo o município, incluindo a malha urbana completa de Ouro Preto e seus distritos, entre eles, Cachoeira do Campo, Santa Rita, Antônio Pereira e Amarantina, núcleos urbanos com elevada densidade populacional.

Trabalho da arquiteta Lia Motta, do SPHAN, em 1987 ("A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios"), que a princípio tinha o objetivo de avaliar o impacto das recomendações técnicas do órgão para a análise de projetos de intervenção, evitando a proliferação do que se chamou de "estilo patrimônio", confirma enfaticamente a explosiva expansão da cidade a partir da década de 1950. Se ainda se mantinha relativamente íntegro o núcleo histórico, a paisagem do entorno se perdia, sem que os técnicos do órgão tivessem instrumentos de intervenção, como zoneamentos, instruções específicas de intervenções de restauração, construções novas, algumas soluções construtivas e arquitetônicas.

O trabalho de Lia Motta suscitou grandes discussões no órgão e foi motivo de encontro técnico em Ouro Preto, em 1987, promovido pela representação local do IPHAN com apoio da Prefeitura Municipal. Neste encontro, Lia Motta apresentou seu trabalho. A conclusão principal deste encontro é que não só o SPHAN necessitava de tornar mais claras suas posições técnicas, como era fundamental a criação de mentalidade de proteção e preservação nas comunidades que abrigavam acervos tombados. Reafirmou-se a imperiosa necessidade de definição de áreas de expansão, criando opções fora da malha histórica. Enfim, somente por esforço próprio, com poucos recursos humanos, deficiente fiscalização, sem uma postura educacional e orientativa claramente exercida, sem uma estratégia global que pudesse dar solução à demanda populacional e à pressão por novas moradias, atuando apenas com função coercitiva, policial ou judicial, os resultados se tornavam bastante ineficazes e ampliava-se a imagem negativa e de resistência para com o SPHAN.





PRESERVAÇÃO / PATRIMÔNIO EDIFICADO

A SPHAN EM OURO PRETO

uma história de conceitos e critérios

LIA MOTTA

Capa da revista do IPHAN nº 22 e página inicial do artigo de Lia Motta. Fonte Iphan.

Lia Motta conclui que a descaracterização arquitetônica acaba por ser aprovada e até estimulada pela instituição, na medida em que, examinando isoladamente cada projeto, recomendava o chamado "estilo patrimônio". Para a arquiteta, "a falsificação se deu em razão da persistência no controle das fachadas para a manutenção do estilo e da estética colonial, mesmo diante do crescimento acelerado e das transformações mais gerais ocorridas nas edificações e suas relações com o espaço externo. Apesar de tudo, o cenário colonial no arruamento foi mantido, enganando o espectador menos familiarizado com a arquitetura tradicional e, muitas vezes, até o especialista".

Levantamento realizado por Tarsila Guedes ("Movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil: o serviço do patrimônio histórico", SPHAN, 2000), relativo ao surto expansionista ocorrido após a década de 50, e sob o impacto da solução dada ao Grande Hotel, permitindo arquitetura moderna no núcleo histórico mais preservado, revela os seguintes números: na década de 40, ocorreram 37 pedidos ao SPHAN para aprovação de projetos, sendo 14 de obras novas e, destes, 12 em lotes da malha histórica; na década de 50, ocorreram 120 pedidos, sendo 101 de obras novas e, destes, 61 na malha histórica e apenas um pedido de loteamento; na década de 60, ocorreram 480 solicitações, sendo 113 na malha histórica e 347 nas áreas periféricas, com seis pedidos de loteamentos.

É significativo lembrar que o SPHAN, desde os seus primeiros anos, adotou em Ouro Preto, bem como em outras cidades históricas, uma postura técnica que levava a uma homogeneização arquitetônica, recomendando sempre uma tipologia construtiva que considerava a mais "autêntica e adequada ao período colonial brasileiro". O pensamento dominante entre os arquitetos modernistas, que inspiraram a criação do SPHAN, criticava a incorporação dos estilos históricos europeus pelo ecletismo no Brasil, considerando essas obras como cópias que evocavam o passado, e que, portanto, não constituíam uma arquitetura brasileira, referência da identidade nacional que almejavam construir.

Desprezavam-se, portanto, edificações em outros estilos, especialmente o eclético, de que existem vários e importantes exemplares em Ouro Preto e outras cidades, a maioria originária do princípio do século XX. O beiral com "cachorrada", o "galbo do contraponto" nos telhados, o formato das caixilharias, desenhos de portas, janelas e vãos, a ocupação dos lotes, a própria pintura das casas, entre outros elementos padronizados, faziam o que se chamou, como já dito, "estilo patrimônio". O SPHAN evoluiu para um manual técnico que respeita heranças culturais diferenciadas, desde que tenham referências históricas, embora se constate, nos nossos dias, novo surto de experiências destoantes e desfigurantes, por conta de um "estilo de passagem", especialmente na pintura.

Na atualidade, fora dos núcleos históricos submetidos a tombamentos rigorosos, o fenômeno da globalização parece acelerar a semelhança das cidades de todo o mundo, que adotam cada vez mais um padrão arquitetônico e sistemas construtivos semelhantes. A atividade turística, que hoje é estimulada por todos os centros urbanos, é grande estimuladora dessa "pasteurização", termo usado pelo relatório do "Habitat – Cities in a globalizing world". "O caráter histórico particular de uma cidade frequentemente desaparece na busca direta e aberta e uma imagem internacional e de negócios internacionais... A identidade local se torna um ornamento, um artefato de relações públicas, projetado para ajudar o marketing". Persiste, na falta de legislação mais rigorosa e proteção continuada, nas cidades que são destinos turísticos, mesmo quando de imenso valor histórico, o perigo desse processo desfigurativo, especialmente pelo turismo alienante, que as conduz a um "não lugar", estandardizado, ao gosto de um público sem maiores exigências culturais.

Será a preocupação com a rápida expansão urbana da década de 60 que levará o IPHAN a solicitar à Unesco o patrocínio da viagem do arquiteto, urbanista e consultor português Alfredo Viana de Lima a Ouro Preto, em 1969. O objetivo era elaborar uma proposta de planejamento urbano, o primeiro efetivamente proposto para Ouro Preto. O documento, contemplando conceitos modernos de urbanismo, propunha zoneamento da cidade, definição de áreas de expansão que não afetassem o sítio histórico e até remoção de áreas de ocupação recente. Indicava Passagem de Mariana como área de crescimento e recomendava o impedimento de novas construções no núcleo histórico. Preconizava a "extinção" da cidade-monumento se não fossem tomadas medidas mais severas contra a "construção anárquica de habitações", a circulação e o estacionamento aleatório de veículos. Suas propostas foram arquivadas, sem qualquer aplicação. O prefeito de então, Genival Ramalho, não se empenhou na sua implantação. Não acreditava nas propostas, as julgava inviáveis, não via ânimo político para implantá-las nem alcance administrativo para promover recursos e obras previstas. E as propostas não encontraram apoio da Câmara de Vereadores e de grande parte da população.

Em 1973, o então governador de Minas, Rondon Pacheco, determinou à Fundação João Pinheiro a retomada do planejamento, envolvendo Ouro Preto e Mariana. Foi montada grande equipe de especialistas, sob a coordenação do urbanista Rodrigo Ferreira Andrade, e ouvido novamente o arquiteto Alfredo Viana de Lima. Foram produzidos vários documentos que poderiam colocar Ouro Preto com valiosos instrumentos de

gestão urbana, como zoneamentos conforme critério de proteção, lei do uso do solo, códigos municipais de postura, levantamentos arquitetônicos de edificações significativas, com indicação de restauração, entre outros. Optava pela absoluta preservação do núcleo histórico, com proibição de novas edificações e indicava áreas de crescimento. As propostas, pela segunda vez, foram desconsideradas pelas autoridades municipais, Prefeitura e Câmara de Vereadores.

Anos mais tarde, dois vereadores contemporâneos do momento de elaboração desses planos afirmaram que não só os desconheciam como os viam com desconfiança, por serem cerceadores de suas atividades, além de irrealistas, não consultando os interesses verdadeiros dos moradores. A verdade é que não havia, na comunidade, consciência de proteção e preservação e faltou à equipe técnica ação pedagógica esclarecedora. Se o prefeito não se interessou, muito menos os vereadores, que viam claramente nos códigos e normas propostas um cerceamento de suas atividades eleitorais populistas. E Ouro Preto perdeu uma segunda oportunidade, rara e única, de modernizar seus instrumentos de planejamento e controle urbano, códigos e normas de uso do solo e de posturas. Se o tivesse feito, certamente evitaria várias desfigurações que agridem o conjunto arquitetônico e dificultam a vida na cidade histórica. Embora sejam iniciativas setoriais, Ouro Preto possui alguns documentos básicos para o seu planejamento urbano.

Em 1970, a Cruzeiro do Sul elabora a Carta Aerofotogramétrica de Ouro Preto, documento de extraordinária importância para a leitura da malha urbana, e atualizado na década de 90. Em 1983, o Geipot (Grupo Especial de Política de Transportes), órgão do governo federal, elabora planejamento do trânsito para a cidade, parcialmente implantado. Esta continua sendo uma questão de difícil solução em Ouro Preto, cidade turística, com traçado urbano do século XVIII mas com vida do século XXI e intensa, sem espaços suficientes de estacionamento e grande movimento nos fins de semana e nos períodos de festas. Em 1985, é elaborada a Carta Geotécnica de Ouro Preto, sob coordenação do geólogo Edésio Teixeira de Carvalho, documento de decisiva função para a avaliação de áreas de risco e da instabilidade das encostas de Ouro Preto. Não obteve aplicação completa, mas é utilizada, com atualizações técnicas, na avaliação de áreas escolhidas para edificações ou intervenções públicas.

Em 1968, o governo federal patrocina a implantação da rodovia do Contorno de Ouro Preto, ligando a BR-356 à entrada de Mariana e, daí, à BR-262, em direção a Ponte Nova, permitindo que o tráfego pesado fosse afastado destas duas cidades históricas. Recebeu o nome de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Em 1987, o engenheiro Dimas Dario Guedes, da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), cedido ao escritório local do IPHAN, elabora proposta para o perímetro de tombamento de Ouro Preto, compreendendo a área do conjunto urbanístico sob jurisdição do órgão para efeito de fiscalização e análise prévia de intervenções arquitetônicas. O perímetro, abrangente, compreendia o conjunto setecentista edificado, mas também as encostas já submetidas a processo de ocupação. O tombamento de 1938 não definia o perímetro de proteção.

Em 1987, organiza-se em Ouro Preto, em iniciativa pioneira proposta pelo escritório técnico do IPHAN, um Núcleo de Análise Técnica (NAT) de projetos de reforma ou

construção, integrado, também, conforme convênio assinado, por representantes da Prefeitura, da Universidade Federal de Ouro Preto e do IEPHA. O órgão patrimonial, pela primeira vez e consoante sua nova postura de dividir responsabilidades com a comunidade, passou a examinar e aprovar projetos junto com a Prefeitura e a Universidade, estando presentes também, mais ocasionalmente, representantes de outras organizações, como o Instituto Estadual de Florestas. Participavam os técnicos do IPHAN de Ouro Preto e Mariana, com suporte técnico de Belo Horizonte. Essa experiência viria a ser repetida e ampliada em 1993, na administração do prefeito Angelo Oswaldo de Araújo Santos (1993-96), que havia sido secretário nacional do IPHAN na gestão dos ministros da Cultura José Aparecido de Oliveira, Aloísio Pimenta e Celso Furtado. Com base esta experiência criou-se posteriormente o Grupo de Análise de Projetos, que passou a centralizar a análise de projetos de edificação e restauração, elaborando também o primeiro Plano Diretor de Ouro Preto, enviado à Câmara Municipal e aprovado em 1996.

O GAP produziu rico e abrangente trabalho, pioneiro e moderno, sobre o planejamento urbano de Ouro Preto, incluindo mapas de zoneamento com indicação de áreas e diretrizes de intervenção arquitetônica, ações indutoras de ocupação em direção a Cachoeira do Campo e programas educacionais. Colocou, pioneiramente, como matéria a ser considerada no planejamento urbano, a vocação para o turismo como a opção econômica para Ouro Preto e cidades históricas, atividade que deve ser tornada compatível com o adequado uso da cidade preservada.

A necessidade de qualificação do fluxo turístico, atraindo, sobretudo, o Turismo de Eventos e Negócios, levou a Prefeitura, através da Secretaria de Cultura e Turismo, a propor a implantação do Centro de Convenções de Ouro Preto, em parceria com a UFOP, projeto efetivamente realizado com a transformação do antigo Parque Metalúrgico da Escola de Minas, desativado desde a década de 60. O estudo básico do Centro foi elaborado por equipe coordenada por George Norman Kutova, consultor de turismo, e iniciado ainda ao tempo do reitor Renato Godinho, mas efetivamente incentivado e concluído pelo reitor Dirceu Nascimento, com apoio decisivo da Prefeitura, que mobilizou patrocinadores e os recursos iniciais da obra, conseguidos com o então ministro da Fazenda do presidente Itamar Franco, Ciro Gomes, em dezembro de 1994. Ouro Preto viveu também período de ativação cultural, com o retorno à cidade do Festival de Inverno da UFMG, realizado em parceria com a UFOP e que, infelizmente, não teve continuidade.

Ouro Preto perdeu uma outra oportunidade de organizar seu núcleo histórico, especialmente a Praça Tiradentes, por não ter a Prefeitura aceito proposta da Fundação Jean Paul Getty, de Los Angeles (EUA), em 1994. A Getty interessou-se por Ouro Preto após uma visita do seu alto corpo diretivo, que aprovara intervenção similar em Quito, no Equador. Uma das mais qualificadas de todo o mundo, por seus recursos técnicos e financeiros, com trabalhos de preservação de sítios históricos e de monumentos em todo o mundo, a fundação enviou técnicos do seu Getty Conservation Institute a Ouro Preto, realizou seminário sobre a Praça Tiradentes, colheu propostas de vários arquitetos e urbanistas mas, ao final, não conseguiu apoio pleno da Prefeitura no sentido de ser elaborado e implantado programa de agenciamento da praça e arredores.

Em abril de 2003, manifestando preocupação com a série de denúncias de destruição do patrimônio ouro-pretano, que estaria em risco de extinção, em razão do descaso da administração municipal, como também a falta de ações de proteção dos governos do Estado e da República, a Unesco enviou à cidade Estebam Prieto, técnico do Icomos (Conselho Internacional para os Monumentos e Localidades), ligado àquele organismo. Em relatório de 26 páginas, o técnico conclui que Ouro Preto ainda não devia ser incluída na lista da Unesco de patrimônio em risco, mas fez uma série de recomendações ao Comitê do Patrimônio Mundial, integrado por 21 países e com sede em Paris. Para o técnico, "paisagem e arquitetura são indissociáveis em Ouro Preto, daí a importância do planejamento urbano e do aparelhamento de órgãos de gestão do patrimônio". Ele recomendou a plena aplicação do plano diretor elaborado em 1996 e o estabelecimento de "zonas de proteção" no entorno da cidade, áreas de preservação rigorosa a serem criadas para impedir a descaracterização do centro histórico. Apontou ainda a falta de recursos do então IPHAN e a inexistência de um órgão municipal de defesa patrimonial como fatores que dificultavam a gestão do crescimento da cidade. Relatórios, com recomendações, foram enviados ao governo brasileiro.

Nos nossos dias, Ouro Preto, quase um século depois de "redescoberta" e exaltada como símbolo do passado brasileiro e ícone de uma "cultura brasileira original", mantém-se em relativa conservação, com a ação de proteção reforçada nos últimos 10 anos por força de uma presença fiscalizatória mais consistente pelo IPHAN e Prefeitura, com apoio do Ministério Público, da Justiça e da própria comunidade organizada. As obras de restauração, assim como os projetos de construção em locais permitidos, passam hoje pela aprovação prévia do IPHAN que, em 2004, fixou normas de intervenção, com detalhamento que melhor orienta a todos, moradores e o próprio instituto. Fixou também normas para sítios urbanos, com orientação técnica sobre as abordagens a serem aplicadas na preservação.

A Prefeitura criou uma Secretaria Municipal para o Patrimônio Histórico, que atua solidariamente ao IPHAN e procura ordenar o crescimento da cidade, centralizando informações e demais instrumentos de estabelecimento de um planejamento urbano e acompanhamento do crescimento da cidade. O plano diretor vigente define áreas edificantes e códigos de postura. A Justiça e o Ministério Público têm atuação mais firme em defesa do patrimônio tombado. De outro lado, cresceu a consciência de que o bem conservado, em sítio histórico autêntico, tem valor comercial ampliado pela exploração turística.

Reconhece-se que o turismo é a moderna resposta socioeconômica à cultura, cada vez mais valorizada pela originalidade, singularidade e exemplaridade dos bens e valores encontrados nos destinos. O patrimônio edificado de valor histórico e artístico possui hoje reconhecimento amplo e já não tem que demonstrar que sua preservação é fundamental para a identidade cultural e os próprios negócios do turismo. Nesse novo contexto, é importante a evolução do conceito de patrimônio, que deixou de ser histórico e artístico para ser cultural e natural, significando o conjunto de bens materiais e imateriais, os recursos naturais, as criações e fazeres de qualquer tempo e espécie, significativos de criatividade humana e dignos de proteção, sem distinção do erudito ou popular.

Estabelecer normas de convivência possíveis entre a cidade viva, que é hoje um centro universitário de porte, e os fluxos turísticos crescentes, cidade que recebe eventos com ascendente número de visitantes, é o principal desafio, o qual requer planejamento moderno e ousado. Questões como o trânsito e áreas de estacionamento de veículos, infraestrutura urbana, transporte público, alternativas de expansão urbana, saneamento básico, oferta de habitação e de outros serviços públicos, a imperiosa necessidade da redução das disparidades sociais, como também a qualificação dos serviços da cadeia econômica do receptivo turístico, requerem normas de gestão pública mais rígidas, de maneira a tornar mais harmônica a convivência entre a cidade viva e a atividade turístico-cultural.

Fundamental se torna a organização da sociedade civil nas diversas categorias e setores, exercendo a cidadania participativa em ação solidária e complementar aos poderes municipais. Evolui a consciência, a partir de exemplos e modelos internacionais, de que é necessária a adoção de restrições e limites usos de espaços públicos por ações inadequadas à preservação ambiental e patrimonial ou que superem os marcos de suportabilidade e de carga da velha cidade de traçado colonial. Espera-se um refinamento das normas de cidadania e educação urbana de maneira a não só disciplinar o uso dos espaços públicos, como estabelecer limites suportáveis de convivência coletiva, respeitando-se, de igual modo, moradores e visitantes.



08

Tiradentes e a conspiração mineira

A rebeldia dos mineiros, traço marcante de toda a sua história, terá na Inconfidência Mineira de 1788/89 sua maior expressão política e ideológica. Em 21 de abril de 1792 era enforcado Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, em ato público espetaculoso, no Rio de Janeiro, em um cadafalso armado no então Largo da Lampadosa, atual Praça Tiradentes. Aos 46 anos, pagava com a vida a aspiração de autonomia política e econômica de Minas, tramada por ele e um grupo composto por poetas, padres, militares, comerciantes, entre os anos de 1788 e 1789, em conspiração que envolveu as principais cidades históricas de Minas e os caminhos para o Rio de Janeiro.




Tiradentes: discute-se até hoje sua personalidade, sua consciência revolucionária, sua aparência física, ora com longa barba, ora vestido como alferes do Regimento de Cavalaria, com aparência jovem, barba raspada como convinha aos militares. À esquerda, fonte: Wikipédia, à direita, fonte: PMMG

Tiradentes e seus correligionários inconfidentes, bem como os diversos fatos e locais onde se desenrolaram os episódios da Inconfidência Mineira, constituem um misto de realidade, drama e sonho de liberdade, autonomia e república que, ainda hoje, são lembrados e celebrados nas cidades históricas mineiras, com muitas narrativas que envolvem e cativam os visitantes que se deparam com os lugares e edificações nos quais viveram ou transitaram os inconfidentes. Pouco mais de dois séculos nos separam da Inconfidência, tempo em que se fortaleceu a reputação de Tiradentes, hoje alçado, pela voz popular, à condição de herói nacional e protomártir da Independência Brasileira, alcançada em 1822, exatamente 30 anos após a sua execução. Por sua importância histórica e política, e também pela evolução da pesquisa histórica sobre a Inconfidência e, sobretudo, sobre vida e atuação do alferes Joaquim José da Silva Xavier, o estudo da conjuração de 1788/89 merece maior divulgação quando Minas comemora, em 2020, 300 anos da criação da Capitania das Minas do Ouro.

Esse reconhecimento não é gratuito ou aleatório, ou consequência única, como afirmam alguns detratores do movimento, da campanha pela República que, a partir de 1870, com o primeiro Manifesto Republicano, se acelera no Brasil e efetivamente é obtida em 1889, e que buscou, no movimento libertário mineiro, inspiração e exemplos e realizou sua divulgação e exaltação por todo o país. Tiradentes, por suas palavras e gestos, até o momento final no cadafalso mas, também, nos diversos depoimentos que prestou à devassa instaurada pelo governo colonial, foi íntegro e correto com os fatos e os companheiros, não renegou suas ideias, assumiu responsabilidades e pregou, com firmeza, sua convicção de que "os brasileiros, se o desejassem, poderiam fazer deste país uma grande nação". De Tiradentes se diz que "foi traído e não traiu jamais a inconfidência de Minas Gerais" (samba enredo de Silas de Oliveira).

Não só ele, mas, sobretudo, os inconfidentes de maior instrução, vários dentre eles de elevada cultura, como mostram seus escritos e revelam os seus depoimentos, refletiam sobre a evolução da "civilização mineira", seu processo histórico e político, ao final de quase um século de lutas de afirmação e busca de autonomia. Desgastada e ambígua, a administração colonial portuguesa inerte em face da depressão econômica em que mergulhara a outrora rica e produtiva região das Minas Gerais, ainda presa a velhas proibições que impediam a expansão econômica substituta da mineração, será contestada por vários movimentos e manifestações nativistas. De resto, o pensamento libertário, autonomista e republicano, já tomava forma e corpo de doutrina, sobretudo a partir da Independência Americana de 1776 e do iluminismo enciclopedista e a Ilustração Francesa, que levaram à Revolução de 1789, data coincidente com a conjuração mineira. Há que se lembrar ainda que, nas cidades históricas mineiras, especialmente nos núcleos mais avançados como Vila Rica, Mariana, Sabará, São João del-Rei e Serro, formara-se camada de homens de pensamento, alimentados não só por sua formação europeia, mas pela própria cristalização de um surto cultural mineiro setecentista. Nos anos anteriores à Inconfidência chegaram a Vila Rica vários alunos de Coimbra, onde conviveram com os pensamentos libertários mais atuais, especialmente de origem francesa.

É claro que a imagem forte de Tiradentes, santificada na opinião pública, decorre da correção da sua conduta, mantida mesmo quando supliciado e condenado. E, por isto, foi usada pelos republicanos, no século XIX, quando precisaram de um contestador do regime, pregador de uma nova ordem política e econômica, autônoma e progressista, que já falava em República tendo como referência a Independência Americana de 1776 e o pensamento iluminista francês. E que, sobretudo, tivesse uma reputação moral e eticamente preservada. Como foi também usada por outros movimentos que, com vários matizes ideológicos, não só faziam o questionamento do regime imperial, mas pregavam a necessidade da evolução social e econômica do Brasil, como saída para o imobilismo a que estava relegado pela monarquia decadente.

Sua imagem foi ainda idealizada como Cristo por vários pintores que o retrataram nos momentos principais do seu longo processo e, em especial, no ato final do enforcamento após cortejo pelas ruas do Rio de Janeiro. Tornou-se ícone dos pensamentos libertários e evolucionistas. Sua pregação se adequava aos ideais republicanos. Percebia-se que este imenso Brasil possuía imensas riquezas inexploradas por um sistema colonial retrógrado, tanto quanto Tiradentes havia dito que Minas tinha tudo para se tornar independente e viveria muito melhor se não estivesse sob o jugo português, que lhe subtraía tantas riquezas, ao mesmo tempo em que proibia, na Colônia, qualquer iniciativa de desenvolvimento.

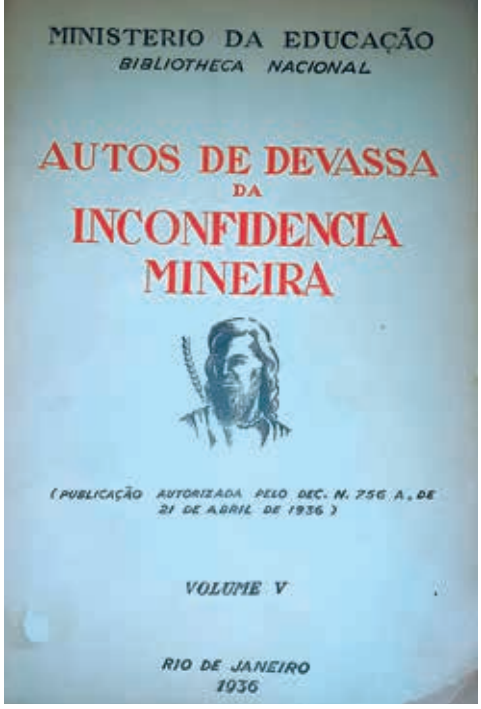
Muitas tentativas de "desconstrução" de Tiradentes, dos inconfidentes e da Inconfidência, como movimento precursor da Independência e da República, foram feitas e continuam na atualidade. Tanto quanto alguns trabalhos de origem acadêmica revelam hoje certa indisposição em relação à Inconfidência Mineira, especialmente estudos ligados a alguns círculos históricos paulistas, muitos outros, majoritariamente, de igual valor, amparados em bases científicas de pesquisa e análise, têm exaltado sua importância histórica. De todos os modos, poucos episódios da História do Brasil continuam ensejando estudos e interpretações quanto a Inconfidência Mineira. Há defensores e detratores, que atualizam



Cristo de autoria do Aleijadinho, com marca de corte no pescoço, possivelmente em alusão a Tiradente. Fotografia: Dimas Guedes. Fonte: Acervo Graphar

informações e leituras de textos anteriores e o fazem sob enfoques novos, transversais, que implicam cruzar elementos e dados que melhor retratem a mentalidade da época e o pensamento dos seus homens. Os defensores pedem que se olhe para o que efetivamente eram os homens do final do século XVIII quanto à sua ideologia e valores, conceitos da ordem política e social, visão de mundo, luta pela sobrevivência nessas montanhas de Minas, na sociedade em crise pela exaustão das minas, submetidos ao regime colonial português – um regime indiscutivelmente inepto e opressivo – e obrigados, para sobreviver, a condutas encobertas. E concluem, benemeritamente, ao julgar esses homens avançados e libertários, sem dúvida contrários ao regime colonial, a maioria adepta da República ou de uma nova ordem política que se elaborava na época, conforme parâmetros ideológicos e políticos fundamentais que não podem ser desconhecidos nesse julgamento.

Os "Autos de Devassa da Inconfidência Mineira", em diversos depoimentos dos inconfidentes sobre conversas e razões da insatisfação, assim como a própria produção literária dos inconfidentes, revelam claramente o pensamento "iluminista" dos principais líderes conspiradores. Bagagem adquirida nas leituras de autores universais comprometidos com a Independência Americana e com o mais atual pensamento libertário, constitucionalista e republicano francês, o qual levou à Tomada da Bastilha, a 14 de julho de 1789 – coincidência histórica com as primeiras prisões em Vila Rica. Bastaria ver as "Cartas chilenas", de Tomás Antônio Gonzaga, apocrifamente lançadas em Vila Rica em 1788 ou 1789, com severas críticas ao governador Luís da Cunha Menezes, o "Fanfarrão Minésio" e, implicitamente, ao governo colonial, despótico e opressor, inepto e impeditivo do desenvolvimento regional, às vezes corrupto, permitindo desvios éticos e condutas autoritárias. Cunha Menezes, conde de Lumiares, chega a Vila Rica em 1783 e ali permanece até 1788, quando é designado governador Luís Antônio Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, o visconde de



Capa dos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira que revelam claramente o pensamento "iluminista" dos principais líderes conspiradores.. Fonte: Arquivo do autor

Barbacena, que irá desencadear o processo de prisão dos inconfidentes, após denúncias do movimento. Barbacena ficou no governo até 1897.

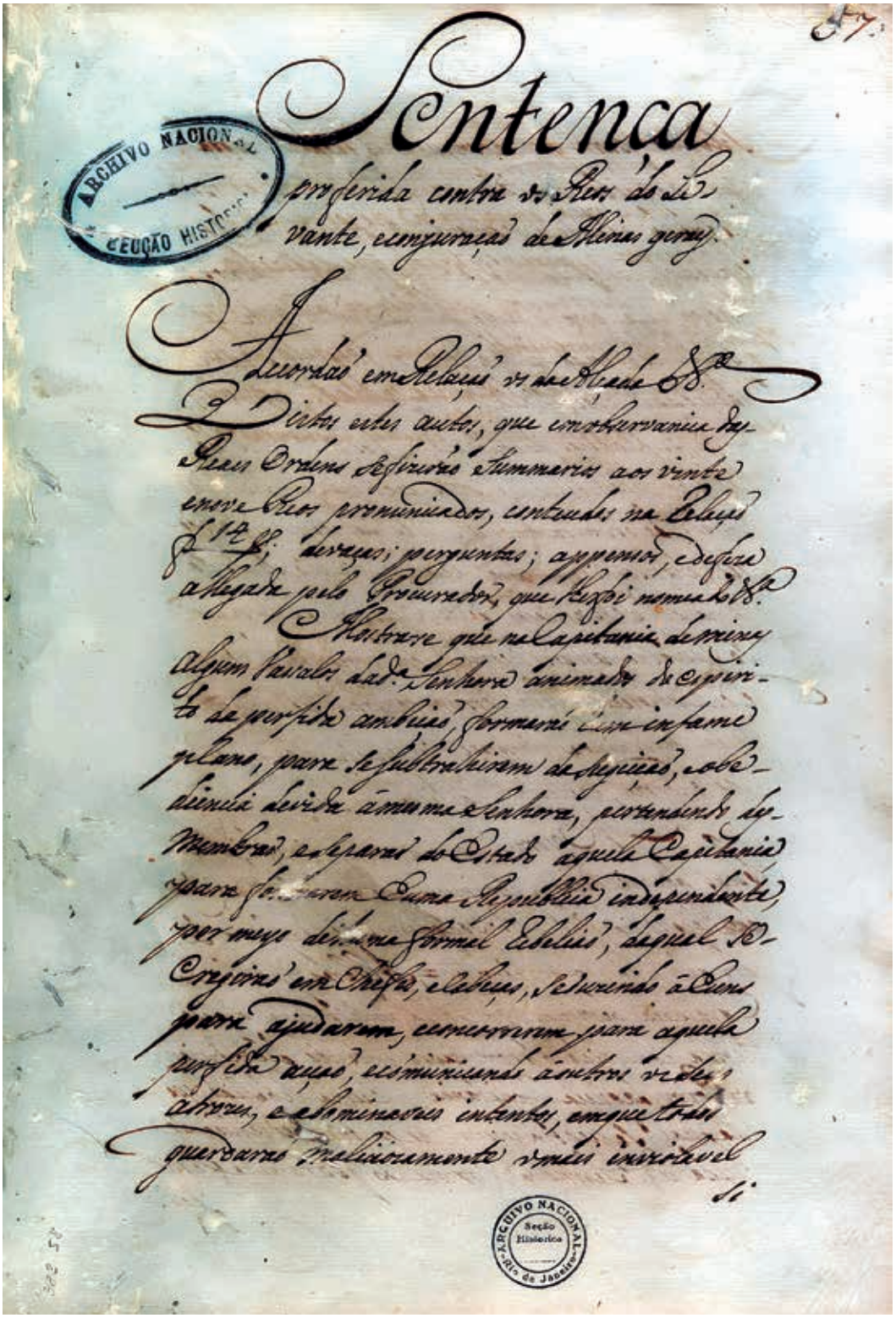
Alguns críticos da Inconfidência ampliam suas análises a outras realidades e circunstâncias da Minas colonial, inclusive o discutido "fausto" ou surto artístico do século XVIII. Afirmam que a ideia ou imagem de opulência e riqueza, ou do difundido dinamismo artístico-cultural, escondem ou disfarçam uma realidade de ampla pobreza, ou a miserabilidade econômica, causadora de ampla exclusão social, própria de uma sociedade muito desigual, descontínua. E incluem, na incredulidade, o próprio Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, de quem já se chegou a negar a existência e a extensão e o valor da obra, manifestações críticas que poderiam ser até naturais e até previsíveis quando se trata de analisar ocorrências tão complexas como a sociedade mineira setecentista, sua criatividade artística e a obra do genial toreuta mineiro. A explicação é que os mineiros, sempre muito orgulhosos da aventura de sua colonização, e com apoio dos modernistas paulistas, sempre foram eficientes na exaltação da própria história. Assim, grande parte do surto cultural e político não passaria de sonho criativo de um certo grupo ilustrado de mineiros do passado, orgulhosos de sua terra e seus feitos, mas sem objetividade como historiadores. E mais: o próprio Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1937, inspirado pelos movimentos modernistas paulista e mineiro, mas implantado e dirigido por mineiros, seria o principal propagador do acervo cultural e político-libertário de Minas e, com este objetivo, teria incentivado vários mitos. Necessitando, assim como ocorreu com o movimento republicano, de encontrar nomes e obras com "autênticas raízes brasileiras", objetivo primordial do novo modo de pensar a cultura brasileira, que devia se livrar dos cânones europeus, os técnicos do SPHAN, de formação modernista e mineira, encontraram no século XVIII de Minas fatos, nomes, monumentos, circunstâncias, portadores de história e arte, aventura, patriotismo, heroísmo e sentimento nativista. E muito sonho.

É fato que os movimentos republicanos do Brasil e Minas exaltaram Tiradentes e os inconfidentes, por óbvias e naturais razões. Afinal, Dom Pedro I e Dom Pedro II, neto e bisneto de d. Maria I, não teriam motivos para lembrar os inconfidentes. É verdade ainda que, mesmo após a Independência, demorou-se muito em reconhecer e reabilitar Tiradentes. Só em 1832, por exemplo, os bens sequestrados dos inconfidentes foram devolvidos aos herdeiros. Em Minas, alguns episódios, como o levantamento do marco de infâmia do local de residência do alferes, em Ouro Preto, na atual Rua São José e que já se chamou Rua Tiradentes, logo após a Independência, já promoviam a sua reabilitação. Mas uma coluna em sua memória, na Praça Tiradentes, só viria a ser implantada em 1866, pelo então governador Saldanha Marinho, que será posteriormente um dos líderes do movimento republicano. E apenas a partir de 1881 o Rio de Janeiro passou a celebrar o 21 de abril.

Contudo, foi a partir de 1870, quando saiu o primeiro manifesto republicano, com peso político, que Tiradentes se transformou no herói do movimento. Em 1882, no Rio, a campanha pela República promoveu a criação do Clube Tiradentes, que passou a comemorar a data de sua morte, dia 21, todos os anos. Em 1890, na comemoração do 98º aniversário, o clube realizou marcha cívica no Rio, com grande número de pessoas. E também uma reunião solene, com presença do chefe do Governo Provisório, marechal Deodoro da Fonseca, sendo orador oficial Silva Jardim.

Desde então ocorre uma "verdadeira batalha historiográfica em torno de Tiradentes", no dizer de José Murilo de Carvalho em "O imaginário da República no Brasil". Discute-se até hoje sua personalidade, sua consciência revolucionária, sua aparência física, ora com longa barba, ora vestido como alferes do Regimento de Cavalaria, com aparência jovem, barba raspada como convinha aos militares. O Partido Republicano propôs um monumento ao herói. A inauguração de uma estátua de Dom Pedro I, em 1862, no Largo do Rocio, no Rio, local suposto do enforcamento de Tiradentes, provocou o primeiro conflito público com a população, incitada pelos republicanos. Abriu-se o embate entre monarquistas e republicanos centrado nas figuras de Pedro I e Tiradentes. Republicanos buscaram conhecer melhor a vida do alferes, suas falas e condutas, exaltando seu comportamento perante a Devassa, bem como de outros inconfidentes, destacando sempre a aspiração de liberdade e autonomia.

Frei Raimundo Penaforte, franciscano, confessor dos réus, fala que a execução de Tiradentes, no Rio, causou grande consternação à população. O desfile do condenado, vestido de branco, barba ampla, à feição de Cristo, abrindo caminho na multidão, com a praça da forca fortemente guarnecida, constituem imagens constrangedoras que ficaram na memória dos presentes. Ao pretender uma demonstração pública de punição severa ao réu, o governo colonial acabou por propiciar espetáculo público que constrangeu e provocou reações adversas na população, que via em Tiradentes um patriota. Penaforte, testemunha insuspeita, afirma que "foi tal a compaixão do povo da infelicidade temporal do réu que, para lhe apressarem a eterna vida, oferecem voluntariamente esmolas para dizerem missas por sua alma". Deixou depoimento no qual diz: "este homem foi um daqueles indivíduos da espécie humana que põem em espanto a mesma natureza. Entusiasta, empreendedor com o fogo de um D. Quixote, habilidoso com um desinteresse filosófico, afoito e destemido sem prudências, às vezes, e outras temeroso ao ruído da caída de uma folha".



Primeira página da sentença condenando Tiradentes e os demais participantes da Conjuração Mineira
Fonte - Arquivo Nacional/RJ

Tiradentes suportou onze interrogatórios e acareações, sempre sereno, tranquilo, convicto, e sustentou suas ideias contrárias à espoliação colonial. "Este país de Minas Gerais", dizia o alferes na tarefa de convencimento do tenente José Antônio de Melo, do seu Regimento, "é riquíssimo, mas tudo quanto produz levam para fora sem nele ficar coisa alguma de tanto ouro que nele se extrai; que os quintos não deviam também sair e que os ofícios se deviam dar aos filhos destas Minas para dotes de suas filhas e para sustentação de suas famílias. E há pouco se tinha despedido deste país um general carregado de dinheiro e que aí vinha outro fazer o mesmo". Ora, neste e outros depoimentos documentados nos "Autos de devassa", conclui-se da clara consciência da espoliação, da injustiça do regime colonial, da ação dos governadores, preocupados em enriquecer a si e a Portugal, sem maiores preocupações, com raras exceções, com a vida da população.

Tiradentes não acusou ninguém, responsabilizando-se, ao final, pela conspiração, conformado com o seu destino. Este é depoimento também do advogado José de Oliveira Fagundes, que defendeu os réus, designado pela Santa Casa de Misericórdia, e que desempenhou muito bem o seu papel, opondo embargos e fazendo tudo o que era possível na defesa, passando à História como profissional correto e digno da advocacia brasileira.

Tiradentes foi condenado a que "com baraço e pregão seja levado pelas ruas públicas desta cidade ao lugar da forca e nela morra morte natural para sempre e que separada a cabeça do corpo seja levada a Vila Rica onde será conservada em um poste alto junto ao lugar da sua habitação, até que o tempo a consuma; que o seu corpo seja dividido em quartos e pregados em iguais postes pela estrada de Minas nos lugares mais públicos, principalmente no da Varginha e Ceboulas; que a casa de sua habitação seja arrasada e salgada, e no meio de suas ruínas levantado um padrão em que se conserve para a posteridade a memória de tão abominável réu e delito e que ficando infame para seus filhos e netos lhe sejam confiscados seus bens para a Coroa e a Câmara Real". Os restos de Tiradentes acabaram sendo distribuídos entre Vila Rica, o Sítio das Cebolas (Inconfidência, ao lado do Rio Paraíba do Sul), no arraial da Igreja Nova (Barbacena), na Estalagem da Varginha, em Queluz de Minas (Conselheiro Lafaiete), e no sítio das Bandeiras, também em Vila Rica, todos os locais no Caminho Novo.

É claro que a exibição da cabeça de Tiradentes na praça principal de Vila Rica, onde hoje está sua estátua, terá causado revolta e constrangimento. Impressão que certamente espalhou-se por muitas cidades, tantas quantas onde o movimento da Inconfidência alcançou com presença de envolvidos e adeptos, especialmente Mariana, São João del-Rei, Tiradentes, Barbacena, Serro e Diamantina.

O brasilianista Kenneth Maxwell, no seu "A devassa de devassa", de 1978, um marco historiográfico pela leitura crítica e revisora que faz da Inconfidência, diz que "a tranquila dignidade com que Tiradentes enfrentou a morte foi um dos poucos momentos heroicos do fracasso sombrio. Quase um século depois, quando o Brasil implantou a república, ele foi proclamado herói nacional. E esta condição de herói nacional do alferes dos Dragões de Minas não é injustificada: em comparação com os seus companheiros de conspiração, o comportamento de Tiradentes, ao ser interrogado, foi exemplar, ninguém o sobrepujou em entusiasmo por uma Minas independente, livre e republicana. Reclamou para si o maior risco e não há dúvida nenhuma de que estava disposto a assumi-lo". E conforme afirmam ter dito Cláudio Manoel da Costa, "tomara que existissem mais homens desta têmpora".



Monumento na Varginha do Lourenço, em Conselheiro Lafaiete, onde, à sombra de uma gameleira, teria ficado exposta uma das pernas de Tiradentes. Fonte: patrimoniocultural.blog.br

Os primeiros historiadores que aludiram à Inconfidência Mineira trataram de reconhecer o movimento como precursor da Independência. Mas a reação apresentou-se na forma de tentativa de desconstrução da figura do alferes e de alguns inconfidentes. A fonte principal foi a publicação, em 1873, de "História da Conjuração Mineira", de Joaquim Norberto de Souza Silva, tendo como base os "Autos de Devassa da Inconfidência Mineira". Por apresentar documentos até então desconhecidos, sua obra tornou-se fonte referencial contra e a favor do movimento. Norberto foi acusado de tentar destruir a figura de Tiradentes e minimizar a Inconfidência, por estar a serviço da Monarquia, como funcionário público e vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico, instituição próxima ao governo imperial, de orientação monárquica e áulica, quase oficial. Seu mérito maior foi ter encontrado e pesquisado os "Autos de Devassa", que localizou no Arquivo Nacional, até então esquecidos, fonte fundamental para conhecimento do movimento, mas que, como todo inquérito policial, necessita ser avaliado com indispensáveis cautelas, sobretudo em razão do despótico regime colonial e a clara parcialidade da justiça de então. A polêmica prossegue, embora após a Proclamação da República tenha se intensificado o culto cívico.

Em 1890, o governo republicano torna o dia 21 de abril feriado nacional juntamente com 15 de novembro, quando da Proclamação da República. Artistas, empenhados na campanha republicana, mas também pelos elementos históricos especialmente centrados nos seus últimos dias, na cadeia e no cadafalso, e ainda pelo fato de se terem dele quaisquer imagens ou descrições pessoais, de qualquer época, em trajes civis ou com uniforme militar, conceberam Tiradentes como herói, mártir e santo, sempre com uma aura mística, barba crescida, olhar perdido, camisola branca, corda ao pescoço.

Nas celebrações do primeiro centenário da Independência, em 1922, Lúcio José dos Santos (Cachoeira do Campo, 1875/1944), publica trabalho de pesquisa cujo principal

empenho foi de restaurar a figura humana e a atuação de Tiradentes, "tantas vezes enganosamente deformada" no intenso debate que se travou sobre sua figura no século XIX. Conhecido e respeitado, homem de cultura, Lucio conseguiu seu objetivo de divulga a Inconfidência e seus personagens, com visão mais realista e justa.

Ajudando a ampliar mitos e imagens da Inconfidência, tornaram-se conhecidos os dramas dos poetas inconfidentes: Tomás Antônio Gonzaga, degredado para Moçambique, onde viveu até 1810 e onde se casou com Juliana de Souza Mascarenhas, "de muitas fortunas e poucas letras", sempre lembrado de sua paixão por Marília, Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, e popularizado pelas "Liras" a "Marília de Dirceu" e por suas "Cartas chilenas". Alvarenga Peixoto, condenado ao degredo perpétuo em Angola, onde morreu em agosto de 1792, sempre recordado junto com sua esposa Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira, que passou à História como mulher forte, de personalidade, que lutou por vários anos para recuperar os bens tomados do marido e que, ao final, acabou recuperando para os filhos. Do mesmo modo também oferecem novos elementos de dramatização as circunstâncias da morte de Cláudio Manoel da Costa, advogado e literato, poeta, autor de várias obras literárias, homem culto, encontrado morto na Casa dos Contos, em Vila Rica, alguns dias depois de ser preso, expressão maior da Arcádia Mineira, morte que a versão oficial registrou como suicídio, mas desculpa na qual a população de Vila Rica não acreditou. Cláudio, mais idoso que seus companheiros, fora secretário do Governo em 1763, do governador Luiz Diogo Lobo da Silva (1763 a 1768). Em 1773, no governo de Antônio Carlos Furtado de Mendonça, é novamente secretário, mas assina o Livro de Posse como vereador à Câmara de Vila Rica.

A reputação de Tiradentes, de herói nacional, dois séculos após a Inconfidência, mantém-se forte na opinião pública, tanto quanto o significado histórico e político da insurreição mineira. Atribui-se à Inconfidência a importância de não ser apenas uma das muitas rebeliões ocorridas durante todo o século XVIII na Capitania, diferenciando-se sobretudo pelos conteúdos ideológicos, o desejo de independência plena e instauração de uma república, aspirações que iam além dos meros conflitos de negócios, de domínio da terra e resistência ao fisco.

Na verdade, a sociedade que se criou na região das minas sempre foi irrequieta e irredentista, por força da sua origem mineratória e a cobiça portuguesa. A Inconfidência foi a última sedição do século, compreendeu maior extensão territorial e certamente inspirava-se em um corpo de doutrina compatível com o pensamento mais avançado da época. E envolveu a elite da Capitania, padres, militares, poetas e literatos, autoridades da própria administração colonial, comerciantes e os mais ricos.

Como causa mais imediata da revolta mineira foi a reação das elites mineiras ao poder espoliador, incompetente e corrupto do governo, que se agravou com as instruções trazidas pelo novo governador, o visconde de Barbacena, determinadas por Martinho de Melo e Castro, que substituiu o marques de Pombal no governo português, que mandava executar a "derrama", cobrança de impostos atrasados. E estabelecia normas rígidas em vários aspectos do comércio e da vida dos moradores, sobre a cobrança dos impostos e restrição de comércio. O governo anterior, de Cunha Menezes, foi farto de "desmandos e desmazelos", com maus exemplos do próprio mandatário. Afirma-se que, com estas instruções, além das



Casa dos Contos de Ouro Preto (1782 - 1784), construída para residência e casa de contratos do arrematante da Arrecadação Tributária das Entradas e Dízimos, João Rodrigues de Macedo, serviu de prisão nobre para Inconfidentes, onde Cláudio Manoel da Costa, foi encontrado morto, alguns dias depois de ser preso. Fotografia: Raphael Simões

críticas condições econômicas da Capitania, "não havia parcela da elite no poder em Minas que não fosse afetada, de um modo ou de outro" (Kenneth Maxwell). Acrescente-se ao quadro de crise as ocorrências em Diamantina, com a corrupção do tráfico de diamantes e as normas que limitavam a extração e a circulação pelo território diamantino.

Mas a atualidade de Tiradentes como herói nacional e precursor da Independência brasileira de 1822, bem como o ideário dos inconfidentes, são verdades incontestáveis. Na noite de 23 de maio de 1789, eram presos os inconfidentes em Vila Rica. A inspiração doutrinária era a mesma, tendo origem na Independência americana de 1776, liderada por Jefferson e Franklin, expressão concreta das ideias iluministas dos enciclopedistas franceses. É incontestável a disseminação do pensamento autonomista e libertário entre os principais líderes do movimento, como demonstram seus escritos, depoimentos e os livros encontrados em suas bibliotecas. Cristalizava-se, a partir de pensadores e autores franceses, a concordância quanto aos direitos dos povos de conduzir seus próprios destinos e que os governantes deviam orientar-se por normas e princípios tiradas do pensamento da maioria da sociedade. A reconstituição das conversas, nos diversos encontros entre os inconfidentes, releva claramente a leitura de Rousseau, Montesquieu e outros pensadores que pregavam o novo regime, constitucional e republicano.

Um autor teve influência especial foi o abade Raynal (Guillaume Thomas François Raynal, 1713/1796) seguramente lido por alguns inconfidentes. A "Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes", que surge em 1770 e foi republicada em 1780, dá a Independência Americana, de 1776, como exemplo a ser seguido pelas colônias e cita especificamente a colonização portuguesa na América.



Ruínas da Fazenda do Pombal, onde nasceu Joaquim José da Silva Xavier, em 1746, na então Vila de São José del-Rei (hoje Tiradentes), atualmente a Fazenda pertence ao município de Ritápolis. Fonte: Wikipedia

Algumas afirmações do alferes, tiradas da sua pregação revolucionária e dos seus depoimentos, bem mostram sua visão e seu comprometimento com a causa inconfidente: "Foi percorrendo as montanhas de Minas, conhecendo as suas riquezas, que passei a desejar a sua liberdade e resolvi me dedicar por inteiro a esse trabalho". Ou: "Havendo armas e gente, nós, entrincheirados atrás das serras, resistiremos eternamente". "Parece que não há mais homens nestas Minas, somente uns vis comodistas. Se eu não encontrar quem me ajude, hei de armar uma meada tal que em dez, vinte ou cem anos se não há de desembaraçar." "Sempre disse aos ministros, quando por inúmeras vezes fui ante o tribunal, que em mim fizessem justiça. Não quero levar atrás de mim tantos infelizes." "A nova república que se estabelecesse deveria ter bandeira, que como a de Portugal tinha nas suas por armas as cinco chagas. Deviam as da nova república ter um triângulo, significando as três pessoas da Santíssima Trindade."

Cidade onde se localizava o governo colonial e residência de vários envolvidos, Ouro Preto é sempre lembrada como sede da Inconfidência e, como tal, pranteada pelo imaginário popular. Ocorreram em Vila Rica os principais encontros e conversas dos inconfidentes, destacando-se os realizados na residência do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, comandante Regimento de Cavalaria, tropa paga da Capitania. Neste casarão, à Rua Direita, conforme depoimentos dos inconfidentes, muitas foram as conversas, com trocas de livros, ideias e estratégias sobre a rebelião, bem como sobre a organização da nova sociedade e seu governo, com a presença dos principais envolvidos, inclusive de outras cidades. Foram feitas avaliações sobre como operar o levantamento popular e um provável enfrentamento militar, bem como analisadas as possibilidades de adesão do Rio e São Paulo. Discutiu-se a extensão do movimento a outras cidades, mesmo àquelas mais distantes. Em uma dessas reuniões, discutiu-se a bandeira da nova república, um triângulo vermelho com o lema em



Pintura da reunião dos inconfidentes organizando a conjuração mineira de 1789.
Fonte todamateria.com.br

latim "Libertas quae será tamen" (Liberdade ainda que tardia), frase tirada de um verso das "Éclogas", de Virgílio. Mas é a Comarca do Rio das Mortes, ou seja, São José e São João del-Rei, que dará o maior número de inconfidentes, nove dos réus entre os 14 inicialmente condenados à pena de morte. E pensava-se em São João para sediar a capital da Província autônoma, bem como para implantação de uma universidade.

Para Ouro Preto, na Praça Tiradentes, a cada ano, a 21 de abril, desde 1952, em decorrência de lei estadual proposta por Juscelino Kubistchek, que o Governo de Minas se transfere e presta em homenagens ao alferes e aos inconfidentes. E são exaltados os elementos históricos e cívicos que fizeram surgir justamente em Minas, nestas terras, o sonho inconfidente de autonomia política e econômica. Se não foi movimento vitorioso, que nem chegou ao confronto pelas armas, a Inconfidência Mineira, no entanto, conforme a concordância da maioria dos historiadores, teve ampla repercussão e levou a Coroa portuguesa, temerosa de movimentos libertários, assustada pela Revolução Francesa ocorrida na mesma data e o guilhotinamento de aristocratas, a realizar ampla devassa e punir severamente os envolvidos, mesmo quando as provas de participação não eram tão claras ou até mesmo porque o movimento não chegou a efetivos combates com o poder constituído. O Governo Federal, pela Lei nº 4.897, de 9 de dezembro de 1965, atribuiu a Tiradentes o título de "Patrono Cívico da Nação Brasileira".

Joaquim José da Silva Xavier nasceu em 1746, na então Vila de São José del-Rei (hoje Tiradentes), na Fazenda do Pombal (hoje localizada em Ritápolis), quarto dos sete filhos do casal de fazendeiros Domingos da Silva Ramos e Antônia da Encarnação Xavier. Família de classe média, que deu instrução aos filhos. Ficou órfão de mãe aos sete anos e de pai aos nove. Não era homem inculto, pois seu irmão, o padre Domingos, cuidou de sua instrução, possuindo leitura e caligrafia de bom nível para o seu tempo, conforme documentos existentes.



Capa do livro Cartas Iluministas de Voltaire. Fonte: www.estantevirtual.com.br



Capa da Encyclopédie. Diderot e d'Alembert, 1751. Fonte:www.universiteparis.com

Ficou até os seis anos na Fazenda do Pombal, residiu logo depois em São José del-Rei e foi para Vila Rica, onde desempenhou vários afazeres, como de minerador e dentista prático. Incorporou-se ao Regimento de Cavalaria e alcançou a patente de alferes, equivalente hoje à de aspirante, primeiro posto do oficialato, e desempenhou diversas missões. "Foi admitido, no posto de alferes, a 1º de dezembro de 1775, Joaquim José da Silva Xavier. Desde então passou a receber variadas missões, algumas bem arriscadas"("Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais", Waldemar de Almeida Barbosa, 1971).

Em 1780, no primeiro semestre, está Tiradentes em Sete Lagoas, como comandante do Destacamento local, encarregado do Registro alí instalado, porta de entrada do Vale Médio do São Francisco ("A Inconfidência Mineira", Márcio Jardim, 1989). Em "Tiradentes em Sete Lagoas", de 2010, o historiador sete-lagoano Marcio Vicente Silveira divulga detalhada pesquisa sobre presença e atuação de Tiradentes na região. Em 1781, foi encarregado de patrulhar o Caminho Novo, que ligava a região das minas ao Rio, onde era grande a ocorrência de roubos e assassinatos. Comandou o destacamento militar do Registro do Paraibuna, na divisa com o Rio. A 21 de abril de 1784, oito anos antes de ser enforcado, foi nomeado pelo então governador Luís da Cunha Menezes para acompanhar o sargento-mor Pedro Afonso Galvão em viagem de estudos "à parte leste da Capitania". A justificativa para a designação era de que o alferes possuía "inteligência mineralógica". Comandou operações contra ladrões também no Norte da Capitania, em Berilo e Minas Novas. Em 2018, Lucas Figueiredo, jornalista e escritor mineiro, publica "Tiradentes, uma biografia de Joaquim José da Silva Xavier", resultado de ampla e exaustiva pesquisa sobre alferes, a mais completa e atual sobre o homem, vida, andanças, pregações, trabalhos e atividades.

Com visão empreendedora, Tiradentes chegou a propor ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza a realização de obras no porto e de canalização das águas dos rios

Andaraí e Maracanã, para abastecimento do Rio de Janeiro e geração de força motriz para moinhos, projetos que foram implantados ao tempo de Dom João VI no Brasil. Alguns relatos sobre o alferes o classificam como homem de espírito irrequieto, loquaz, obstinado e impulsivo e, sobretudo, dotado de sentimento patriótico e com ideias de emancipação política e econômica, pregação que passou a fazer sempre com base na alegação de que a Província de Minas Gerais tudo possuía para tornar-se independente.

Ao ser preso, no Rio, entre seus pertences havia um exemplar do livro "Atos constitutivos da independência das treze colônias confederadas da América Setentrional", textos escritos por Thomas Jefferson e Benjamin Franklin, contendo as justificativas e a Declaração de Independência dos Estados Unidos, de 1776. A edição, francesa, encontra-se hoje no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, recuperada em 1994 do Museu da cidade de Florianópolis, para onde fora doado quando da sua inauguração, retirado dos documentos da Inconfidência do Arquivo Nacional.

Kenneth Maxwell, brazianista estudioso da Inconfidência Mineira, publica em 2013 "O livro de Tiradentes", que traz preciosas análises atualizadoras do significado da Inconfidência e o pensamento iluminista que chegara a Minas, onde se formara uma "sociedade de pensamento", que falava em uma "república florente", como dizia Tiradentes. O livrinho traz a coletânea ("recueil") de artigos sobre a Independência Americana e texto completo das "Leis constitutivas dos Estados Unidos da América" . Maxwell já publicara, em 1973, "Devassa da Devassa", uma reflexão crítica que é referência preciosa sobre a Inconfidência. Neste livro as historiadoras Júnia Ferreira Furtado e Heloisa Starling publicam "República e sedição na Inconfidência Mineira: leituras do Recueil por uma sociedade de pensamento", em que classificam a Inconfidência Mineira como um dos "movimentos revolucionários mais significativos da época moderna., nos sertões auríferos e diamantíferos das Gerais". É texto rico de informações, atualizadas e que mostram os fatores desencadeadores da revolta.

Nas bibliotecas dos inconfidentes, apreendidas pela devassa, constam muitos livros sobre o contemporâneo pensamento iluminista francês, inspirador da Independência Americana e da Revolução Francesa de 1789. Clássico estudo de Eduardo Frieiro, "O diabo na livraria do cônego", informa sobre os títulos encontrados e seus conteúdos. Luís Carlos Villalta, em "Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social", em "As Minas Setecentistas", 2007, realiza análise minuciosa sobre os livros dos inconfidentes, títulos, conteúdos, o pensamento libertário e iluminista então em debate na Capitania. A biblioteca do Cônego Luiz Vieira Silva, de Mariana, a mais completa dos inconfidentes, continham várias publicações da Ilustração francesa, de Voltaire, d'Alembert, Montesquieu, Mably, Domingos Vandeli, Condilac, Barão Biefeld, Antônio Genovese e outros.

No Museu da Inconfidência, encontram-se partes dos "Autos de devassa da Conjuração Mineira de 1789", inclusive os "Autos dos réus eclesiásticos", que haviam sido tornados secretos por ordem de d. Maria I, rainha de Portugal, católica fervorosa. Retirados do conjunto dos documentos da Devassa e levados para Portugal, estes autos foram comprados pelo governo brasileiro de um leiloeiro em Londres, em 1980, onde os havia colocado para venda os descendentes dos Condes de Galveas, um deles ministro

de Ultramar à época do processo dos inconfidentes. Os cinco réus eclesiásticos foram embarcados separadamente e enviados para Lisboa e mantidos presos em vários conventos. A rainha, d. Maria I, enlouquecida, foi substituída a 10 de fevereiro de 1792 por seu filho, Dom João, que permaneceu como príncipe regente até 1799, quando assumiu o título de rei. D. Maria I morreu no Rio de Janeiro a 20 de março de 1816, completamente louca. A execução de Tiradentes, em abril de 1792, ocorreu, portanto, sob a regência de Dom João VI, que só foi coroado rei a 7 de fevereiro de 1818.

Tiradentes permaneceu preso na Fortaleza da Ilha das Cobras, no Rio. Negou tudo nos três primeiros interrogatórios mas, a 18 de janeiro de 1790, no quarto interrogatório, decidiu falar sobre a conspiração, assumindo plenas responsabilidades. Disse, conforme registrado nos "Autos de Devassa", que era verdade que se premeditava o levante, que ele respondente confessava ter sido quem ideou tudo, sem que nenhuma outra pessoa o movesse, nem se inspirasse coisa alguma..." E manteve-se nesta atitude, coerente e corajosa, livrando companheiros, chamando a si culpas e responsabilidades. E nos seus depoimentos reiterou sua convicção republicana, de liberdade e autonomia política e econômica, com afirmações ousadas. Enfrentou, portanto, conforme reconhece a maioria dos historiadores, toda a adversidade com postura corajosa, seja no longo período da prisão, por quase três anos, em condições desumanas, até o momento da morte. Na prisão, sempre foi assistido por franciscanos que reforçaram sua postura religiosa, manifestada nos momentos finais de sua vida.

O historiador Joaquim Norberto de Souza e Silva, em sua "História da Conjuração Mineira", de 1873, apresentada ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, de notória condenação ao movimento e com vários erros de informação e interpretação, afirma que, "erguendo a cabeça, o réu, que abaixava para não se trair, reanimando-se com todo vigor, quis atribuir-se as honras de chefe da conjuração. Poder-se-ia ver neste ato que não deixava de ser heroico, uma tal ou qual leviandade de seu gênio, mas andou tão bem que a ninguém procurou comprometer". É de Norberto também a frase relativa à conduta de Tiradentes nos seus últimos minutos, em que teria beijado os pés do carrasco e dito frases que demonstravam intensa religiosidade: "Prenderam um patriota, executaram um frade".

Presos os inconfidentes em maio de 1789, o interrogatório, a formação de culpa e a sentença demoraram 29 meses. Onze foram condenados à pena de morte e os demais ao degredo perpétuo ou temporário, conforme a sentença de 18 de abril de 1792. A rainha de Portugal, d. Maria I, comutou as penas de morte em degredo, mantendo-se a sentença máxima apenas para Tiradentes. Enforcado, decapitado, esquartejado, suas partes foram espalhadas pelos caminhos de Minas. Seus bens foram confiscados e sua casa, à Rua São José, 132, em Vila Rica, foi destruída e salgado o terreno, com a instalação de um "Marco de Infâmia". Seus descendentes foram declarados infames. No local onde foi sua residência, acha-se hoje a sede da Associação Comercial e Industrial de Ouro Preto. No lugar onde exibiram a sua cabeça, na Praça Tiradentes, foi erigida estátua em tamanho natural, ali colocada em 1984, logo após a Proclamação da República, conforme decisão da Assembleia Constituinte Mineira, que elaborava a nova Constituição Republicana do Estado. A Câmara de Vereadores de Vila Rica, por ordem da Coroa, foi obrigada a celebrar um Te Deum de regozijo pela derrocada da conspiração, tendo, à sua frente, a cabeça de Tiradentes. Foi





Estátua de Joaquim José da Silva Xavier situada na Praça Tiradentes em Ouro Preto, erguida, em tamanho natural, no lugar onde exibiram a sua cabeça. Inauguração da estátua, em 1894. Fonte Arquivo Graphar

orador o primeiro vereador, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, português de nascimento, mas criado no Brasil, que proferiu oratória que não lhe honra a biografia embora tenha lido texto bastante ambíguo. Formado em Coimbra, era amigo de Cláudio Manoel da Costa e de Tomás Antônio Gonzaga e chegou a ser preso, sob suspeita de participação na Inconfidência. Seu filho, Bernardo Pereira de Vasconcelos, jurista emérito, foi presidente da Capitania, ministro e senador do Império e um dos construtores da nacionalidade brasileira ao tempo da Regência e do Primeiro Império.

Ao degredo perpétuo para várias colônias portuguesas na África foram condenados os inconfidentes tenente-coronel Francisco de Paula Freire Andrade, comandante do Regimento de Dragões da Capitania, nascido no Rio, morador à Rua Direita, em Vila Rica; o mineralogista José Álvares Maciel, nascido em Vila Rica, formado em Coimbra; o poeta e advogado Inácio José de Alvarenga Peixoto, carioca, ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, residente em São João del-Rei; o sargento-mor Luiz Vaz de Toledo, nascido em Taubaté, residente em São José del-Rei (Tiradentes); o coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes; Domingos de Abreu Vieira, português, que vivia em Vila Rica, administrador dos Contratos Reais, e Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, carioca, residente em Vila Rica, cirurgião prático. Ao degredo por 10 anos foram condenados o ouvidor de Vila Rica e poeta Tomás Antônio Gonzaga, nascido no Porto, de reconhecido valor literário, autor de "Cartas chilenas" e "Marília de Dirceu"; Domingos Vidal Barbosa, formado em Medicina em Bordeaux, na França, residente em Vila Rica; José de Rezende Costa, nascido em Prados, capitão do Regimento de Auxiliares, fazendeiro e homem de recursos; José de Rezende Costa Filho, nascido no Arraial da Laje (município de Tiradentes); o capitão Vicente Vieira da Motta, português do Porto, capitão de auxiliares e guarda-livros do contratador João Rodrigues de Macedo, que construiu a Casa dos Contos; o capitão João da Costa Rodrigues, nascido em Vila Rica, residente em arraial

próximo de Carijós (distrito de Conselho Lafaiete), onde tinha estalagem; Fernando José Ribeiro, falso denunciante; José Aires Gomes, coronel de Auxiliares, nascido em São João del-Rei, proprietário das Fazendas da Borda do Campo e da Fazenda da Mantiqueira e outros sítios; Antônio de Oliveira Lopes, nascido em Borda do Campo (hoje Barbacena), fazendeiro e coronel do Regimento de Auxiliares; capitão João Dias da Motta, nascido em Vila Rica, capitão do Regimento de Auxiliares de São José del-Rei (Tiradentes), e Victoriano Gonçalves Veloso, alferes do Regimento dos Pardos, em São José del-Rei (Tiradentes). José Martins Borges foi condenado à pena de açoite e galés por dez anos. O advogado, escritor e poeta Cláudio Manoel da Costa, nascido em Ribeirão do Carmo (Mariana), autor de várias obras de reconhecido valor literário e intelectual, encontrado morto em sua cela, na Casa dos Contos, em Vila Rica, teve sua memória declarada infame, assim como a de seus filhos e netos.

Os cinco sacerdotes inconfidentes eram o cônego Luiz Vieira da Silva, nascido no Distrito de Lobo Leite, de Congonhas, residente em Mariana, grande orador e possuidor de biblioteca famosa, com os principais pensadores iluministas franceses; padre Carlos Correia de Toledo e Mello, nascido em Taubaté, São Paulo, vigário de São José del-Rei (Tiradentes), homem de posses e de grande influência na Comarca do Rio das Mortes; padre José da Silva de Oliveira Rolim, figura controvertida, nascido no Tejuco (Diamantina), de grande influência no norte da Capitania, especialmente no Serro, homem de recursos, único a fugir e tentar uma resistência armada; padre Manoel Rodrigues da Costa, nascido em Queluz de Minas (hoje Conselheiro Lafaiete) e morador de Borda do Campo (Barbacena), e padre José de Oliveira Lopes, nascido em Borda do Campo (Barbacena). José de Resende Costa Filho e o padre Manoel Rodrigues da Costa retornaram ao Brasil e foram eleitos como representantes de Minas Gerais à Assembleia Constituinte de 1823, criada por Dom Pedro I após a Independência e no mesmo ano desfeita pelo monarca, que retornava à posição de absolutismo despótico. Ambos voltaram a ser eleitos, em 1826 e 1829, para a Assembleia-Geral. Manoel Rodrigues viveu até os 90 anos e recebeu várias comendas e homenagens, como as Ordens de Cristo e do Cruzeiro e foi designado cônego honorário da Capela Real. José de Resende Costa morreu em 1841, com 76 anos, mas deixou depoimento sobre a Inconfidência a pedido do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. E traduziu e anotou capítulo sobre o movimento do livro "História do Brasil", do inglês Robert Southey, editado em 1810 e republicado em 1862, um dos primeiros a tratar do episódio da Inconfidência com reconhecida isenção. O padre Manoel Rodrigues da Costa dirigiu veemente apelo ao governo imperial em favor da anistia aos mineiros participantes da Revolução Liberal de 1842.

A Inconfidência Mineira ainda é matéria de pesquisa intensa. O historiador Tarquínio José Barboza de Oliveira, revisor-anotador dos "Autos de devassa", republicados em 1976 pelo Governo de Minas e Câmara dos Deputados, em 11 volumes, a propósito do sesquicentenário da Independência do Brasil, autor de estudo elucidativo das "Cartas chilenas", profundo estudioso da genealogia mineira do século XVIII, criador do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, na Casa dos Contos, em Ouro Preto, dizia que a Maçonaria ainda poderia fornecer elementos novos quanto à motivação e participação de vários de seus integrantes no momento, inclusive Tiradentes. Outro campo de pesquisa, capaz de revelar uma dimensão internacional da conspiração mineira, refere-se aos contatos mantidos por

brasileiros no estrangeiro, em busca de apoio dos Estados Unidos e da França ao movimento insurrecional. Estudantes brasileiros em Coimbra, Montpellier e Bordeaux, entre eles, José Joaquim da Maya e Barbalho, José Álvares Maciel, Domingos Vidal Barbosa e José de Sá Bittencourt, conforme documentos irrefutáveis já publicados, realizaram vários contatos e conversas em torno da desejada rebelião. Maya, que, em agosto de 1785, inscreveu-se na Escola de Medicina de Montpellier, onde também estudaram Domingos Vidal Barbosa e José Mariano Leal, inconfidentes, encontrou-se efetivamente com Thomas Jefferson, líder da independência americana e embaixador na França, em Nîmes, em março de 1787, e fez pedido ao governo de Washington de apoio à causa da emancipação do Brasil. Jefferson o recebeu com simpatia, mas não prometeu ajuda política ou militar. No entanto, relatou o encontro a John Jay, secretário de Relações Internacionais do governo americano, em carta escrita de Marselha, a 4 de maio de 1787, conforme várias publicações idôneas (Terezinha de Castro, "História documental do Brasil"), Norma Correia Meyer Santana, "A influência de Thomas Jefferson na independência do Brasil", Brasília, Ed. Horizonte; Isolde Helena Brans, "Inconfidência Mineira, dimensões internacionais do movimento precursor", de 1993. A chamada "missão Vandek", personagem misterioso, que visitou Jefferson e escreveu cartas sobre a situação de Minas Gerais, também aguarda esclarecimentos complementares. Permanece em discussão uma suposta viagem de Tiradentes a Portugal, em 1787, que está a merecer pesquisa aprofundada.

Em 1942, inaugura-se em Ouro Preto, por iniciativa de Getúlio Vargas, o Panteon dos Inconfidentes, na antiga Casa de Câmara e Cadeia, para onde foram transplantados os despojos encontrados na África pelo historiador Augusto de Lima, especialmente designado por Vargas, anos antes, para esta missão. O Panteon integra o Museu da Inconfidência, criado em 1938, mas só inaugurado em 1944. Na sala anterior, é exibida a forca onde morreu Tiradentes. Benedito Valadares, governador de Minas, doou o antigo prédio, construído em 1784, para Cadeia e Câmara de Vila Rica, para instalação do Museu da Inconfidência. A cadeia fora transferida para a Penitenciária Agrícola de Ribeirão das Neves construída anos antes pelo governador Benedito Valadares.

Convidado a entrar na conspiração, o coronel Joaquim Silvério dos Reis decidiu delatar o movimento, com o notório intuito de auferir vantagens. E o fez a 15 de março de 1789, perante o visconde de Barbacena, então governador da Província, no palácio de verão de Cachoeira do Campo. A 11 de abril do mesmo ano apresentou a denúncia por escrito. Mas não pôde viver em paz no Rio de Janeiro para onde se mudou devido à rejeição dos mineiros. Passou a ser hostilizado e a animosidade tornou-se tão grande que alterou seu nome, acrescentando-lhe o sobrenome Montenegro. Mudou-se para o Maranhão, mas relata-se que sofreu atentado a tiros e que sua casa foi incendiada.

Posteriormente, duas outras denúncias ocorreram, também feitas ao visconde de Barbacena: a de Basílio de Brito Malheiro do Lago e a de Inácio Correia Pamplona. Barbacena tratou de suspender a "derrama", nome dado à cobrança dos quintos do ouro, compreendendo parcelas atrasadas de alguns anos e que era o principal motivo de descontentamento a motivar a população para a rebelião. Enviou ofício à Câmara de Vereadores de Vila Rica com data antecipada para 14 de março, conforme registrado nos Autos de devassa.

Diversos visitantes ilustres, que percorreram Minas no século XIX, testemunharam que a memória da Inconfidência e dos inconfidentes permanecia viva entre a população. Richard Burton, que esteve em Minas em 1868, escreveu que era clara a memória dos acontecimentos, bem como era generalizada a opinião de que a pena imposta aos inconfidentes fora excessiva e injusta.

A Inconfidência Mineira deixou várias consequências entre os mineiros. Persiste a notícia, adotada por alguns historiadores, que o movimento possuía maior amplitude humana e regional, alcançando várias cidades. E que a sindicância, centrada nos Autos de Devassa, não alcançou. E que o rigor da punição causou a fuga de vários conspiradores de menor envolvimento. E que deixou "trauma" político e psicológico nos mineiros, convertido em um traço de comportamento que induz à discrição política, à conversa reservada, à fala por entrelinhas e por inferências e ao pé do ouvido, sem citação de nomes. Condutas adotadas pelos mineiros, especialmente os políticos e os "mais antigos", em meio a outros traços que distinguem e caracterizam o caráter regional.

O espírito de rebelião dominou todo o período da Minas colonial. "No século XVIII, a área mineradora foi, sem dúvida, palco privilegiado de manifestações contrárias à Coroa portuguesa e de seus agentes. Essa propensão às revoltas pode ser explicada pela forma como a região mineradora foi ocupada" ("Guerra, sedições e motins", Carla Anastásia, "História de Minas Gerais", 2007) e o jugo opressivo da administração colonial portuguesa, bastante generalizado nas cidades históricas, limitadas no seu comércio e nos anseios de desenvolvimento.

Mas também pelo modo de pensar e se expressar dos homens instruídos da Capitania, sobretudo na segunda metade do século XVIII. A literatura mineira do período, por seu arcadismo, "ao mesmo tempo em que faz a louvação da natureza e da vida simples no campo e proclama os valores das artes e das ciências, bate-se pelas conquistas cívicas do ambiente citadino", diz o crítico Fábio Lucas. E desenvolveu-se em Minas um grupo de letrados, leitores da Ilustração e do Iluminismo que levaram à Independência Americana e à Revolução Francesa. A existência, em Minas, de uma Arcádia Ultramarina foi objeto de longa discussão histórica. Hoje, a partir de artigo de Antônio Cândido, "Os poetas da Inconfidência", publicado no "Anuário do Museu da Inconfidência", Ano IX, admite-se a existência de instituição semelhante em Minas.

O cônego inconfidente Luís Vieira da Silva, em Mariana, é exemplo indiscutível desse novo pensamento, como o comprovam a sua biblioteca, seus sermões e suas declarações nos "Autos de devassa". Manoel Inácio Silva Alvarenga, nascido em Vila Rica, mas que irá para o Rio, onde funda academia literária e acaba preso em 1804, acusado de pregar contra Portugal e a favor da libertação da Colônia, na chamada "Inconfidência do Rio", é outro claro exemplo. E é certo que conviveu com Basílio da Gama e Alvarenga Peixoto. Tiradentes reflete o mesmo pensamento nos seus depoimentos nos "Autos de devassa". Essa espécie de "nativismo libertário", certamente guardando reminiscências do traço aventureiro e irredentista, próprio do bandeirante aventureiro, acompanhará por muitos anos os mineiros e suas manifestações políticas e cívicas. O mesmo traço, salientado e reconhecido por alguns historiadores, é observado na obra de Aleijadinho, na



Panteão dos Inconfidentes, Museu da Inconfidência, Ouro Preto. Fonte, inaugurado em 1942, por iniciativa de Getúlio Vargas. Fonte: Instituto Brasileiro de Museus

rebelião estética que busca estilos e partidos próprios mas, e sobretudo, nos Profetas de Congonhas e nas mensagens e advertências que fazem em suas cartelas. Drummond viu em Congonhas uma "assembleia insurgente de profetas", contemplando as montanhas de Minas. A visão dos Profetas de Congonhas, como uma espécie de "manifesto político" de Aleijadinho tem sido admitida por alguns estudiosos contemporâneos, ao interpretar os textos contidos nas Cartelas dos Profetas. Aleijadinho trabalhou em Congonhas de 1796 a 1806, quando o trauma da Inconfidência de 1788/89 e o enforcamento de Tiradentes, em 1792, ainda eram muito lembrados em Minas.

Interessante contradição, que acaba encontrando expressão na cultura mineira, entre o pensamento contrarreformista, que dominou Portugal e Espanha, nações extremamente religiosas, adeptas do catolicismo extremado, pátrias da Inquisição, citados como exemplos do atraso destes dois países perante o resto da Europa, é o surgimento do racionalismo iluminista na Colônia, claramente libertador do estreito dogmatismo da dominante religião católica.



09

Do ouro ao ferro, ciclos de exploração mineral

Minas Gerais deve sua origem, sua formação e seu nome, como também grande parte de sua economia, até os nossos dias, às suas riquezas minerais. Mas persiste entre os economistas e os historiadores a opinião de que o Estado, pela riqueza de seu solo mineral, poderia já ter alcançado estágio superior de desenvolvimento socioeconômico se estas riquezas, ao longo dos três séculos de ocupação do seu território, resultassem em uma maior retribuição por sua exploração. É reconhecida a importância da mineração para o mundo contemporâneo, mas é também fundamental lembrar que precisa evoluir nos seus impactos humanos, ambientais e sociais, como é ressaltado internacionalmente.



Mineração de ouro, ilustração de Johann Moritz Rugendas. Fonte: Wikipédia

A mineração é finita, deixa impactos às vezes perenes no meio ambiente e, durante sua atividade, gera vários transtornos de natureza social nos seus locais de exploração e, ate quatro anos, o royalty pela exploração mineral, devida aos municípios, era baixo. Aspecto mais grave, e dramático, nos nossos dias, é revelado hoje, em Minas Gerais, pelas muitas as barragens de rejeitos, várias com riscos de rompimento, que já provocaram perdas de vidas e imensa deterioração ambiental, como revelam os rompimentos de Mariana, da Samarco, e do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ambas empresas da Vale.

O Ciclo do Ouro, mesmo com a condição colonial e a espoliação portuguesa/inglesa, o excedente econômico permitido legou-nos as cidades históricas e um acervo patrimonial e artístico excepcional. O Ciclo do Minério de Ferro, embora com outras condições econômicas, não difere muito quanto a não produzir maiores riquezas de natureza econômica nas regiões da mineração, com melhoria das condições de vida das populações das cidades. Várias cidades mineradoras, de vastas regiões, inserem-se plenamente nestes ciclos e oferecem, com sua história, uma fértil narrativa sobre os ciclos de espoliação mineral de Minas Gerais e as rebeldias, lutas e resistências dos mineiros.

A febril busca pelo ouro, como também a vital necessidade de encontrar terras mais férteis para a sustentação alimentar, levaram a uma rápida ocupação territorial. Em cada região promissora na mineração fixava-se um povoado, assim como multiplicaram-se os caminhos que interligavam as zonas de mineração e os arraiais que iam surgindo, formando-se, em breve tempo, uma rede urbana também pioneira no Brasil. Francisco Iglesias, em "Trajetória Política do Brasil", de 1992, diz que "nenhuma outra Capitania teve desenvolvimento tão rápido: a população cresceu, os núcleos urbanos se instalam e se multiplicam, de modo a caracterizar a capitania como uma unidade de precoce urbanização e industrialização".



Mapa das rotas do Ciclo do Ouro. Fonte: cursoenemgratuito.com.br/ciclo-do-ouro

Na História do Brasil, o século XVIII é preponderantemente mineiro, com o Ciclo do Ouro. O veloz deslocamento populacional para a região das minas e a rápida formação de uma rede urbana, com todos os elementos propícios ao estabelecimento de uma nova sociedade, permitirá que adquira personalidade própria quanto à organização da vida cidadã, propiciando ainda o surgimento de um fértil movimento cultural. A Capitania de Minas Gerais será um novo momento econômico, político e cultural no Brasil-colônia provocará a transferência, em 1763, da capital da Colônia de Salvador, na Bahia, para o Rio de Janeiro, facilitando a comunicação e o controle das minas e sua produção, bem como o escoamento do ouro.

Durante todo o século XVIII, a Capitania das Minas do Ouro fornecerá a riqueza que permitirá a Portugal vencer, por quase meio século, sua crônica insuficiência financeira, como também fortalecerá economicamente a Inglaterra, sua principal parceira comercial, mas exigirá atenção e cuidados constantes da gestão colonial, seja para manter a extração do metal e do diamante, para cobrar impostos ou para sufocar constantes rebeliões. A leitura contemporânea do período, com a visão historiográfica revisionista, enfatiza o enfoque político e econômico que nos mostra que é a mineração do ouro que provoca a ocupação do território e também o primeiro ciclo espoliativo de Minas Gerais.

Em 1707, com a morte de Dom Pedro II (1683-1706) sobe ao trono português Dom João V, que governará até 1750. Será o período em que Portugal, com o ouro de Minas, viverá período de maior estabilidade financeira e alguma prosperidade, de construções e festas. Livro de Lucas Figueiredo, "Boa ventura – a corrida do ouro no Brasil (1697-1810)" (Record/2011), é uma intensa pesquisa sobre a retirada do ouro e diamante de Minas e seu impacto nas economias de Portugal e Inglaterra. Para Figueiredo, que realizou minucioso estudo sobre o período, "enquanto no final do reinado de Dom Pedro II a Colônia havia rendido 1,4 tonelada de ouro por ano, já no início do período de Dom João V esse volume

triplicou, passando a 4,4 toneladas. E isto era apenas o início. Um longo e ascendente ciclo de riqueza, poucas vezes visto na Europa, estava começando em Portugal".

Tanto quanto são fartos os textos e publicações sobre a atividade extrativista de ouro e diamantes de Minas são também discordantes as estimativas que tentam calcular o montante da produção. E tudo indica que nunca se chegará a um consenso mínimo sobre valores extraídos nos séculos XVIII e XIX. Em geral, os cálculos têm como base a quantidade tributada, ou seja, o ouro arrecadado pelo imposto do "quinto". O método é precário para se alcançar as reais quantidades produzidas em razão do contínuo contrabando e a fuga generalizada dos mineradores do fisco. Igualmente incerto era o cálculo do ouro retirado por escravos, sobre o qual incidiu, por algum tempo, a tributação. Além disto, os registros, mesmo os contidos nas correspondências diplomáticas, eram frágeis e pouco precisos, além de vários livros terem se perdido ao longo do tempo. É ampla, no entanto, a concordância, entre os historiadores de que o ouro e o diamante mineiros tiveram grande impacto nas economias portuguesa e inglesa.

Wihelm Ludwig von Eschwege (1777/1855), o Barão de Eschwege, que ostentava os títulos de Coronel dos Reais Engenheiros de Portugal e Intendente Geral das Minas, mineralogista alemão que prestou serviços a Portugal de 1802 a 1829, veio para o Brasil a convite de Dom João VI para pesquisar riquezas minerais, especialmente o ouro e pedras preciosas, e incentivar a nascente indústria siderúrgica. Chegou em Vila Rica em 1811 onde ficou até 1821, dedicando-se a intensas pesquisas e iniciativas para a extração de ouro e a produção de ferro. Foi proprietário da Mina da Passagem e realizou pesquisas em toda a região próxima de Ouro Preto. Em 1833, já na Europa, publicou "Pluto Brasiliensis", até hoje uma referência para a questão mineral mineira, em que afirma que a exaustão precoce da produção de ouro se deve a técnicas atrasadas de extração. Em geral, retirou-se o ouro aluvional, com a garimpagem nos leitos dos rios e córregos, a instalação de "mundeos" nos morros para carreamento e separação da lama aurífera, e com as "betas" e perfurações de minas, mas com instrumentos inadequados, com o uso do braço humano escravo. A autoridade colonial portuguesa pouco ou nada interessou-se pela adoção de novas técnicas de exploração, limitando-se a justificar a queda na produção ao contrabando e aos extravios, para o que só tinham como meios a repressão e a fiscalização.

A versão hoje aceita pelos historiadores é que a corte de Dom João V (1707 a 1750), inebriada pela riqueza fácil, entregou-se a ações de dissipação com obras de ostentação e afirmação de reputação mas pouco investiu na modernização da atividade extrativa na Capitania da Minas do Ouro, como também muito pouco evoluiu a administração portuguesa em outros controles da atividade. Dom João V, como registra a própria História de Portugal, com a riqueza fácil, que pareceria não ter fim, tornou-se um dos monarcas ricos da Europa e, dizia-se, tentava imitar o fausto e a criatividade de Luís XIV, o Rei Sol, e Luís XV, o Bem-Amado, monarcas franceses no auge do Absolutismo. Com o ouro de Minas Dom João V construiu o Convento de Mafra, o Palácio das Necessidades, sustentou os gastos de uma corte parasitária e suas festas. O ouro de Minas pagou também grande parte da reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755. Para obter os títulos de "Patriarca de Lisboa" e de "Fidelíssimo", pagou à Cúria Romana fortuna em ouro, diamantes e dinheiro, até hoje motivo de discussão e controvérsias entre historiadores portugueses.

Ao final do período de Dom João V, Portugal voltara a uma situação de dificuldades financeiras. Com sua morte assume o trono seu filho, Dom José I, inepto e sem vocação para o governo, chamado de o "Rei Sombra". E o marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro-ministro de Dom José I, no período de 1750 a 1777, reformador e reorganizador do governo português, não conseguiu recuperar a produção, em curva descendente, com novas técnicas de extração. Roberto Simonsen, no clássico "História Econômica do Brasil", diz que entre "1700 e 1770 a produção de ouro no Brasil foi praticamente igual a toda a produção de ouro do resto da América verificada entre 1493 e 1850 e alcançou cerca de 50% do que o resto do mundo produziu nos séculos XVI, XVII e XVIII".

O próprio Eschwege considera inseguras as estatísticas sobre a produção de ouro no século XVIII. Os números, como advertem quase todos os autores que se debruçaram sobre a questão, são "incertos e inseguros" e decorrem de cálculos aproximados. Numa síntese apurada entre os diversos autores que abordaram o tema, Lucas Figueiredo (obra citada) traz o seguinte resumo: Virgílio Noya Pinto, em "O ouro brasileiro e o comércio anglo-português"(Brasiliana, 1929), autor do mais fidedigno estudo sobre a produção de ouro de Minas, referência para outros historiadores, diz que ela atingiu 874 toneladas no período de 1696 a 1800, embora advirta que seu cálculo é conservador. Já Eschwege fala em 740 toneladas, Pandiá Calógeras em 1.048 toneladas, Roberto Simonsen em 1.200 toneladas. Adolf Soetheer, historiador pioneiro no cálculo da produção internacional de ouro, afirma que no período de 1493 a 1520 a quantidade mundial extraída ficava em torno de 5,8 toneladas por ano, o que permite, por comparação, avaliar o extraordinário volume da produção mineira.

Em 1703, Portugal celebra com a Inglaterra o famoso Tratado de Methuen, nome do hábil diplomata e negociador inglês John Methuen, que exerceu grande influência junto à Corte Portuguesa e que elaborou e obteve a aprovação deste contrato, extremamente danoso a Portugal. Enviado a Lisboa, em 1702, já certamente em razão do interesse inglês no ouro recém-descoberto no Brasil, Methuen conquistou a confiança da Corte Portuguesa e influiu decisivamente em vários negócios, inclusive em posicionamentos com relação à França e à Espanha. Este Tratado definia as relações de dependência e subordinação de Portugal à Inglaterra e é, no seu pleno conteúdo, um diploma mercantilista, estipulando as relações de trocas comerciais de exportação e importação de produtos dos dois países.

O Tratado rezava que o débito português, que sempre manteria sua balança de pagamentos negativa, seria pago com ouro. E Portugal, além da notória insuficiência de produtos alimentícios e utensílios diversos, com uma economia frágil e um governo entre perdulário e pouco empreendedor, ainda tinha grande subordinação à Inglaterra, nas relações políticas e jogos diplomáticos. A rigor para a Inglaterra, a exportação portuguesa era quase limitada aos vinhos, não havendo limites para a produção industrial inglesa, em crescente desenvolvimento. Hoje, a visão de historiadores portugueses é que o Tratado de Methuen era "astucioso" e foi um eficiente mecanismo pelo qual a Inglaterra se apropriou do ouro vindo de Minas Gerais. E pode iniciar a primeira Revolução Industrial. Estas relações constituem um novo elemento na história da espoliação mineral de Minas Gerais.

Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares (1745-1812), em discurso de 1789, resume bem as consequências do Tratado: "O reinado de D. Pedro, época em que se descobriram as grandes minas do Brasil, foi também o do Tratado de Methuen, o qual destruindo todas as manufaturas do reino, e fazendo cair todo o nosso comércio nas mãos de uma nação aliada e poderosa, ficou contra nós a banca de comércio em tal maneira, que o imenso produto das minas foi limitado para saldá-la. As minas retardaram por algum tempo os efeitos daquele desigual Tratado, e foram contudo renegadas, quando principiou a conhecer-se a ruína da indústria nacional. No reinado de D. João V produziram aquela aparente riqueza, que não sendo fundada na indústria, e diminuindo continuamente por uma balança muito ruinosa, veio enfim desvanecer-se. A pouca justiça com que se criminalizaram as minas foi bem conhecida no reinado de Dom José I, de saudosa memória, que procura remediar à sombra do Tratado de Methuen tanto dano da nação, e que era o verdadeiro motivo da nossa decadência". O ouro mineiro financiou a evolução industrial inglesa, especialmente o desenvolvimento das indústrias de tecidos, alimentos e ferragens. A dependência só se reduzirá com o Marques de Pombal e sob o impacto da reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755. Uma minuciosa análise do Tratado de Methuen e suas repercussões em Portugal está em "Minas do ouro e do Barroco" - Adam Smith e o Ouro de Minas Gerais, do livro "O Tratado de Methuen", do professor Washington Peluso Albino.

A partir de 1727, descobre-se o diamante na região do Serro do Frio e do Tijuco, hoje Diamantina. A descoberta abre uma nova e valiosa fonte de riqueza para Portugal e irá expandir a ocupação da região, em geral inóspita para as atividades agrícolas, mas atraindo população. Estima-se em cerca de 750 quilos de diamantes o total da produção em todo o século XVIII. Em 1734, para proteger a exploração e garantir sua participação, a Coroa Portuguesa cria o Distrito Diamantino e a Intendência dos Diamantes no Arraial do Tijuco, diretamente ligadas ao governo em Portugal. A descoberta atrai muitos aventureiros e a Coroa, a partir de 1745, estabelece uma demarcação, procurando impedir o livre acesso à região dos diamantes. Fronteiras e registros são criados, onde se cobravam autorizações e também direitos de fornecimento de alimentos.

Durante todo o século XVIII, Portugal experimentará vários regimes de contratos e de fiscalização da extração e exportação dos diamantes. Até 1740 vigorou o regime da "Livre Extração", seguido pelo de "Contratos" que permaneceu até 1771, já na época pombalina, quando foi estabelecido o monopólio régio, com rígidas normas contidas num novo Regimento Diamantino, que ficou conhecido como o "Livro da Capa Verde". Criou-se uma administração própria, a Junta Diamantina, também subordinada a Lisboa. Controles rígidos foram adotados, com normas de entrada e saída da região, prisões e fiscalização administrativa, constituindo o mais despótico regime de toda a gestão colonial portuguesa. Mas mesmo com estes procedimentos e os diferentes tipos de controle, sempre houve contrabando, roubo e gestão corrupta, sem que Portugal soubesse também administrar os preços do diamante no mercado internacional. O regime especial durou até a primeira década do século XIX, mais precisamente 1808, com a presença de Dom João VI no Brasil, quando ocorre o esgotamento do diamante, a população passa a exercer pressão pela liberação, enfraquece-se o controle administrativo da extração, aumenta o contrabando e busca-se uma economia alternativa para a região, empobrecida.



Aquarelas Mina de diamante no Serro Frio - 1771.
Fonte BND Biblioteca Nacional.

Mas foi esta situação excepcional, fechada e autoritária, que produziu em Diamantina uma sociedade um tanto diferenciada das demais cidades. Mas gerou patrimônio cultural, bastante preservado, e que tornou-se Patrimônio Cultural da Humanidade, título concedido pela Unesco, em 1999. A excelente pesquisa da historiadora Júnia Furtado, "O Livro da Capa Verde – O Regimento Diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração", de 2008, é um minucioso e competente relato histórico do período. "Memória do Distrito Diamantino", de Joaquim Felício dos Santos, de 1894, é um clássico sobre a região da "Comarca do Serro do Frio", incluindo Diamantina, origem, desenvolvimento e a extração do diamante. A extração do diamante, e de outras pedras preciosas, desde então alcançou extensas regiões do Norte-Nordeste de Minas, onde os geólogos registram a existência de uma das mais ricas formações pigmatíticas do mundo, até hoje em franca exploração, sem que os governos federal e estadual tenham até hoje conseguido real controle fiscal da atividade, ainda marcada pelo garimpo predatório que, assim como outras atividades minerárias, não deixa riquezas para as populações das áreas exploradas.

Capítulo ilustrativo da espoliação mineral de Minas Gerais e seus aspectos econômicos, sociais e humanos, é revelado pela dominante presença dos capitais ingleses na exploração do ouro, até hoje muito pouco estudado e desvendado. A Inglaterra, tradicional aliada de Portugal, soube aproveitar a abertura dos portos e o comércio internacional determinado por Dom João VI a partir de 1808. Dom João VI chegou ao Brasil sob proteção da esquadra inglesa, fugindo da invasão napoleônica, cujas tropas já se encontravam em território português. Por contingências estratégicas, que levavam a alinhamentos diplomáticos, Portugal aliou-se à Inglaterra como defesa contra vizinhos sempre perigosos à autonomia da nação. Portugal ficou incorporado à Espanha de 1580 a 1640. Mas sempre temeu o poderio francês. A Espanha levou quase 50 anos para reconhecer a "Restauração" portuguesa. A

Holanda, expulsa do Brasil, recusou-se a fazer as pazes e ameaçava os domínios portugueses na África e Ásia. Vivendo período de extrema fraqueza, econômica e diplomática, Portugal viu no comércio a única forma de equilibrar-se economicamente e foi obrigado a tomar uma decisão, em nome da segurança nacional e do domínio político de suas colônias, especialmente o Brasil, o mais rico: alienou sua autonomia econômica e condenou-se, por longo tempo, a ser vassalo da Inglaterra, situação que teve grandes repercussões no Brasil.

Em acordos firmados em 1642, 1654 e 1661, sob os quais existe ampla documentação histórica, os comerciantes ingleses já vinham obtendo excepcionais privilégios: extensa jurisdição extraterritorial, liberdade de comércio com as colônias, controle sobre as tarifas que as mercadorias importadas da Inglaterra deveriam pagar, presença de agentes ingleses em todas as possessões portuguesas. Em troca, a esquadra inglesa comprometia-se a defender as colônias portuguesas de qualquer invasão estrangeira. "As relações especiais estabelecidas com a Inglaterra – antecipação em vários aspectos da dominação do imperialismo contemporâneo sobre as nações frágeis e de elites equivocadas – vão explicar por que o ouro e os dimanantes das minas brasileiras, no século XVIII, ficaram aqui em muito pequena parte e em Portugal pouco também, indo somar-se à correnteza do industrialismo britânico" ("Os grandes enigmas da nossa história", Nilson Lage, 1981). E conclui: "Ficou evidente porque o motivo pelo qual o movimento constitucionalista do Porto (1821) articulou-se no exílio londrino e respeitou os privilégios ingleses".

"Os poderosos interesses econômicos ingleses, fortalecidos pelo Tratado de 1703, costurado por John Methuen, gozavam de privilégios especiais, obtidos por uma série de acordos concluídos durante a metade do século anterior" ("Preeminência inglesa no Brasil", Alan K. Manchester, Brasiliense, 1933). O Tratado de 1703, obtido pelo diplomata John Methuen, consegue que Portugal aceite uma "Grande Aliança", com conteúdo "defensivo e ofensivo", em que os portos portugueses, incluindo o Brasil, ofereciam base para a armada inglesa em operações no Mediterrâneo e no Atlântico Sul. Os acordos comerciais, contidos no Tratado, iniciaram um período promissor para as relações anglo-portuguesas, período em que o ouro de Minas Gerais terá peso facilitador no sentido de permitir a Portugal adquirir produtos industrializados ingleses, e vender suas mercadorias, em especial os vinhos. Diz Alan K. Manchester que "na verdade, no começo do século XVIII, todo o comércio de transporte de Portugal era praticamente feito através dos ingleses, em vista do amplo comércio entre Lisboa e suas colônias, um negócio lucrativo para os britânicos". Com base em extensa pesquisa histórica e documental, o livro "Boa ventura – A corrida do ouro no Brasil" (1697/1810), do jornalista e escritor Lucas Figueiredo, diz que "pobre em metais preciosos e com um limitado estoque de mão de obra, Portugal padecia de um mal ainda pior: a nobreza desmerecia qualquer espécie de trabalho braçal". Tal quadro ensejou, ainda segundo o autor, mais de um século de "administrações perdulárias e financeiramente incompetentes". A dominação inglesa, segundo a visão contemporânea dos que estudam a trajetória econômica portuguesa, impediu a industrialização do país que, quando se deu a famosa Revolução do Cravo Vermelho, em 1974, que removeu os resquícios da época salazarista, não tinha parque industrial mesmo para a fabricação de produtos elementares.

Após a Independência, a Constituição de 1824, outorgada por Dom Pedro I, autorizou o ingresso de capitais estrangeiros na mineração, permitindo solicitações de empresas inglesas para se instalarem em Minas Gerais. Antes, em agosto de 1817, Dom João VI propôs a criação de sociedades de mineração com o objetivo de reverter a decadência das minas. E nomeou o Barão de Eschwege inspetor das sociedades que se organizassem em Minas, com o objetivo de incentivar os proprietários de lavras a práticas mais modernas na extração do ouro.

A primeira companhia inglesa a instalar-se em Minas Gerais foi a Imperial Brazilian Mining Association, em 1824, que começa a explorar as minas de ouro de Cata Preta, perto do Inficcionado (hoje Santa Rita Durão), Congo Soco, perto de Caeté, em Antônio Pereira, distrito de Ouro Preto, e Serra do Socorro em 1826, próxima de Congo Soco. Foi organizada por um inglês, Edward Oxenford, que residiu em Vila Rica e que conhecia bem as potencialidades minerais da região. A mina do Congo Soco revelou-se como a mais fértil e já vinha sendo explorada, desde 1808, por vários proprietários e, especialmente, por João Batista Ferreira de Souza Coutinho, que mais tarde se tornou o Barão de Catas Altas. A empresa inglesa funcionou até 1856.

Em seu "O ouro em Minas Gerais", publicado em 1894, Paul Ferrand, professor da Escola de Minas, trazido por Henri Gorceix da Escola de Minas de Paris, faz detalhada descrição dos vários aspectos e momentos da empresa bem como de todos os empreendimentos ingleses em Minas Gerais. Por sua importância como empreendimentos minerários, por suas longas e singulares histórias e por refletirem de maneira circunstanciada todos os aspectos dos empreendimentos ingleses em Minas, merecem maiores comentários as Minas de Morro Velho e de Passagem. Em 1830 fundou-se em Londres a Saint John Del-Rey Mining Company Limited, que começou a explorar ouro na Serra do Lenheiro, em São João del-Rei. Em 1834, devido a resultados insatisfatórios, esta empresa adquire a antiga mina de Morro Velho, em Nova Lima, que pertencia a George Francis Lyon, superintendente da Mina de Congo Soco, em Barão de Cocais. A empresa inglesa explorou Morro Velho até 1960, quando a vendeu a uma empresa de Cleveland, Ohio, EUA, a Hanna Mining Company, iniciando a fase do capitalismo americano em Nova Lima.

A história da Mina de Morro Velho, as lutas operárias e políticas por melhores condições de trabalho, jornadas, salários, taxa de insalubridade e assistência médica, que marcaram tragicamente sua trajetória, é contada por Yonne de Souza Grossi, no livro "Mina de Morro Velho – a extração do homem", de 1981, tese de mestrado na UFMG, com prefácio de Edgar da Mata Machado, professor e humanista, líder católico, ex-secretário do Trabalho de Minas. A história de Morro Velho tornou-se exemplo maior e marco histórico da inserção do Brasil na etapa imperialista do capitalismo internacional, predominantemente inglês, interessado nas jazidas de ouro e minério de ferro. Uma das mais produtivas minas de ouro do mundo, a maior em extensão, até 1888 tinha 2.500 trabalhadores, sendo 1.690 escravos, número que dobra na estatística de 1930 e então passa a decrescer pela evolução da tecnologia de exploração. As estatísticas sobre a mão de obra na mina revelam a grande presença de escravos, por vários anos superior à de "homens livres". Nos anos de 1839 a 1847 os escravos representavam cerca de 85% do total da força de trabalho. Entre 1863 e 1867 a mão de obra escrava se mantinha em 65% do total de trabalhadores. Em 1863 haviam 1.691 escravos, conforme registros históricos da mina ("Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil – O caso de Morro Velho", Douglas Cole Libby, 1984).



A história de Morro Velho tornou-se exemplo maior e marco histórico da inserção do Brasil na etapa imperialista do capitalismo internacional, predominantemente inglês, interessado nas jazidas de ouro e minério de ferro. Fonte: historianovalima.no.comunidades.net

A mina sempre foi bastante lucrativa para seus acionistas e sua produção de ouro sempre seguiu uma trajetória ascendente, com poucas interrupções. Em 1940 produzia 90% do ouro extraído em toda Minas Gerais. Chegou a obter uma média de 13,4 gramas de ouro por tonelada de rocha desmontada, enquanto outros países produtores de ouro, como a África do Sul, alcançava de 7 a 10 gramas. A média de Morro Velho era considerada "preciosa" e rara, enquanto as minas dos Estados Unidos e Canadá produziam em torno de 7 a 10 gramas. Em 1955 a produção de Morro Velho foi de 3.225 quilos e, em 1972, com melhoramentos tecnológicos, chegou a 5.400 quilos. A mina chegou a ter 8.163 empregados, com 2.044 trabalhando no subsolo. Estes números decaem pela evolução da maquinaria nos trabalhos de extração, chegando a 4.602 empregados em 1960, dos quais 2.397 trabalhando no subsolo. Em 1980 tinha 3.619 empregados com 2.138 no subsolo ("Mina de Morro Velho – a extração do homem", Yonne de Souza Grossi). Sua história registra três grandes acidentes, em 1857, 1867 e 1886. Em 1867 um incêndio destruiu grande parte do escoramento, causando desmoronamentos, matando 21 escravos e um mineiro inglês. O desastre mais grave foi em 1886, também causado por um grande desmoronamento, matando dezenas de escravos e trabalhadores livres, inclusive europeus, paralisando as atividades da mina por vários anos. "A St. John calou-se a respeito e as reportagens jornalísticas da época não concordaram sobre o assunto" (Douglas Cole Libby).

A empresa obteve, por grande período de sua atuação, isenção de impostos e manteve-se livre de fiscalizações quanto aos regimes de trabalho e suas condições. Influente junto aos governos e aos políticos, conseguiu eximir-se de questionamentos. As lutas políticas e sociais em Morro Velho, descritas no livro de Yonne Grossi, a organização sindical, a repressão policial aos movimentos reivindicatórios, as condições de trabalho na mina, a incidência da silicose, causadora de insuficiência respiratória, doença comum aos operários, constituem



Entre Mariana e Ouro Preto, a Mina da Passagem é a segunda mais longeva das empresas britânicas que vieram para Minas Gerais no século XIX e uma das mais lucrativas.
Fonte: mariana.minasdapassagem.com.br

capítulos históricos e referenciais da atividade minerária em Minas Gerais e da presença do capital estrangeiro e seu modo de organização do trabalho. Das lutas políticas e sindicais de Nova Lima surgiu José Gomes Pimenta, o Dazinho, presidente do Sindicato dos Mineiros (1961/62), fundador da Juventude Operária Católica de Nova Lima, eleito deputado estadual em 1962 e cassado e preso em 1964. Portador da silicose, morreu em 2007. "O estrito controle da empresa, presente a cada momento da vida dos habitantes, pelo poderio econômico e fonte de emprego, pesou na história da localidade entre 1834 e 1959", período do capital inglês, diz Yonne de Souza Grossi. Embora tenha sido geradora de empregos, nas suas diversas atividades, o ouro de seu subsolo não enriqueceu Nova Lima nem representou melhoria da qualidade de vida de seus moradores ou mesmo a implantação de serviços públicos ou de infraestrutura, sempre insuficientes até nos dias atuais. Morro Velho não deixou qualquer instituição para a cidade, escola, hospital ou investimento em infraestrutura urbana. Os ingleses se mantinham segregados da cidade, com vila residencial própria, cemitério próprio, igreja, clube de recreação e outras atividades e condutas mais isoladas.

Entre Mariana e Ouro Preto, a Mina da Passagem é a segunda mais longeva das empresas britânicas que vieram para Minas Gerais no século XIX e uma das mais lucrativas. No estreitamento do caminho de Vila Rica a Mariana, no Morro de Santo Antônio, dava-se a passagem, às margens do Rio do Carmo, donde a denominação. Embora a exploração do ouro na região seja antiga, sediando o início da exploração aurífera dos primeiros anos de ocupação territorial, é importante assinalar o período chamado "franco-inglês", que inicia com a Anglo-Brazilian Gold Company Limited, que permanece de novembro de 1863 a fevereiro de 1873, quando paralisa suas atividades por três anos. É vendida em 1875 a um Sindicato Francês, que adota a denominação de The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Limited, e que permanecerá de

março de 1883 a maio de 1927, quando terminam os domínios empresariais de proprietários estrangeiros. Era uma das poucas de capital francês no Brasil mas com nome inglês e sede administrativa em Londres. A empresa adquiriu minas em Raposos e Borges, próximo a Caeté. Anteriormente, a empresa detentora da Mina da Passagem adquirira, em diferentes épocas, quatro minas na região de Passagem de Mariana, denominadas Mineralógica, Fundão, Paredão e Mata-Cavalos, exploradas desde o século XVIII por vários mineradores. A Mineralógica fora adquirida em 1819 pelo Barão Eschwege, que a explorou até 1923, quando deixou o Brasil. As outras foram compradas pelo minerador inglês Thomas Bawden, em 1850, que as passou para a Anglo-Brazilian em 1863. A Mina de Mata-Cavalos, considerada a mais importante das quatro, após passar por vários proprietários, foi comprada pela empresa inglesa em 1865.

A companhia operou até 1927, quando foi comprada pelo Grupo Ferreira Guimarães, integrada por banqueiros e industriais de Minas Gerais, liderados pelo industrial Benjamim Ferreira Guimarães. Foi criada, pelos novos proprietários, a Companhia Mina da Passagem Sociedade Anônima, que operou até 1954, ampliando extraordinariamente suas galerias. Permaneceu paralisada até 1960. Várias tentativas de reativação foram feitas mas sem gerar atividades contínuas e, de 1967 a 1973, permaneceu paralisada. Em dezembro de 1973 a Companhia Anglo Brasileira de Construções adquiriu seu controle acionário mas também não obteve sucesso no empreendimento. Inundada, exigindo investimento elevado para drenagem da água, ainda sustentou algum trabalho minerário de pouco resultado. A mina tem 12 km de extensão. Seu controle acionário passou a Walter Rodrigues, médico, sem trajetória ou experiência na mineração e, desde 1984, não tem qualquer atividade extrativa. Foi objeto do interesse de grupos empresariais, entre eles a empresa canadense Gold Corporation, que realizou sondagens para verificar a continuidade do filão em profundidade abaixo dos 450 metros, mas não efetivou o negócio. Outros grupos interessados concluíram que seria elevado o investimento para a retirada da água que cobre as galerias mais profundas. Hoje é explorada turisticamente pelos filhos de Walter Rodrigues.

Rafael de Souza Freitas, em seu livro "O ouro gosta de sangue – a Mina da Passagem de Mariana: 1863-1927" (Fapemig, 2015), tese de doutorado à USP, diz que o elevado investimento estrangeiro em Minas Gerais, no século XIX, "está inserido na etapa de consolidação do capitalismo em escala mundial, do liberalismo econômico triunfante e da formação do império ultramarino inglês, cuja ponta de lança eram as grandes companhias de negócios da era vitoriana". Vivia-se, ainda segundo o autor, a "era do capital, das máquinas e do progresso". Ocorre a mecanização do trabalho e os ingleses estiveram à frente de vários instrumentos do progresso, as locomotivas, estradas de ferro e novas máquinas que aceleravam a extração mineral, como as perfuratrizes, como também o uso da dinamite. Acrescente-se que a administração racional inglesa, embora eficiente na busca de resultados, nem por isto se pode dizer enriquecedora dos que trabalhavam: "Homens, mulheres e crianças que produziram a riqueza, mas não tiveram acesso a ela mais que o necessário à mera sobrevivência", diz ainda Rafael de Souza Freitas.

Afirma que "são poucos os relatos detalhados sobre a rotina e as condições de trabalho no subsolo das minas inglesas em Minas Gerais". Igualam-se, com poucas diferenças, às nefastas condições de trabalho dos escravos durante o século XVIII, que abriram suas minas pelo



Ruínas da Capela Anglicana localizada em Passagem de Mariana. Em Passagem, assim como em Morro Velho, os ingleses, tinham residências isoladas, tinham cemitério próprio e igreja protestante anglicana. Fonte: wikimedia commons

trabalho braçal. Coincidem, no entanto, os depoimentos de vários visitantes sobre as condições de trabalho no interior da mina, sob intenso calor, com cheiro de enxofre, umidade, o contínuo som das pancadas dos malhos e das brocas, a derrubada das rochas, o eco das vozes pelas galerias, operários livres e escravos quase desnudos e cobertos de suor se movimentando na escuridão, a fraca luz das candeias, o contínuo medo da morte por acidente ou sufocamento, a dificuldade respiratória causada pela incurável silicose que fechava os pulmões pela poeira da sílica, levando à morte por asfixia e insuficiência cardíaca, o temor do envenenamento pelo vapor do arsênico quando da separação do ouro. Os ingleses, embora estivessem proibidos de participar do comércio negreiro desde 1843, pela famosa Lei de Lord Brougham, não podiam comprar, vender ou ter posse de escravos. Usaram então do subterfúgio de alugá-los de proprietários próximos às minas, aproveitando-se de lacuna da citada lei e da leniência do governo brasileiro.

Os negros africanos trabalharam em todos os setores da extração, ao lado de operários brancos. Neste campo, e especialmente sobre a mão de obra escrava, são esclarecedoras as pesquisas de Douglas Libby Cole, historiador, professor da UFMG, publicadas em vários trabalhos sobre as minas de ouro controladas pelo capital inglês. Relatório da Superintendência da Mina apresenta, nos anos 1896/97, o seguinte quadro de trabalhadores: 580 nos trabalhos subterrâneos, incluindo mineração e transporte; 220 nos trabalhos de vagonetes, pilagem, fundição e cloretação; 80 na superfície, mecânicos, carpinteiros, pedreiros e outros serviços, totalizando 880. Destes, 30 eram ingleses, 440 brasileiros, 300 italianos e 110 austríacos e outros europeus. Em 1914 a mão de obra amplia-se: para 1.195, sendo 1.114 homens, 10 mulheres, 71 meninos (em torno de 14 anos).

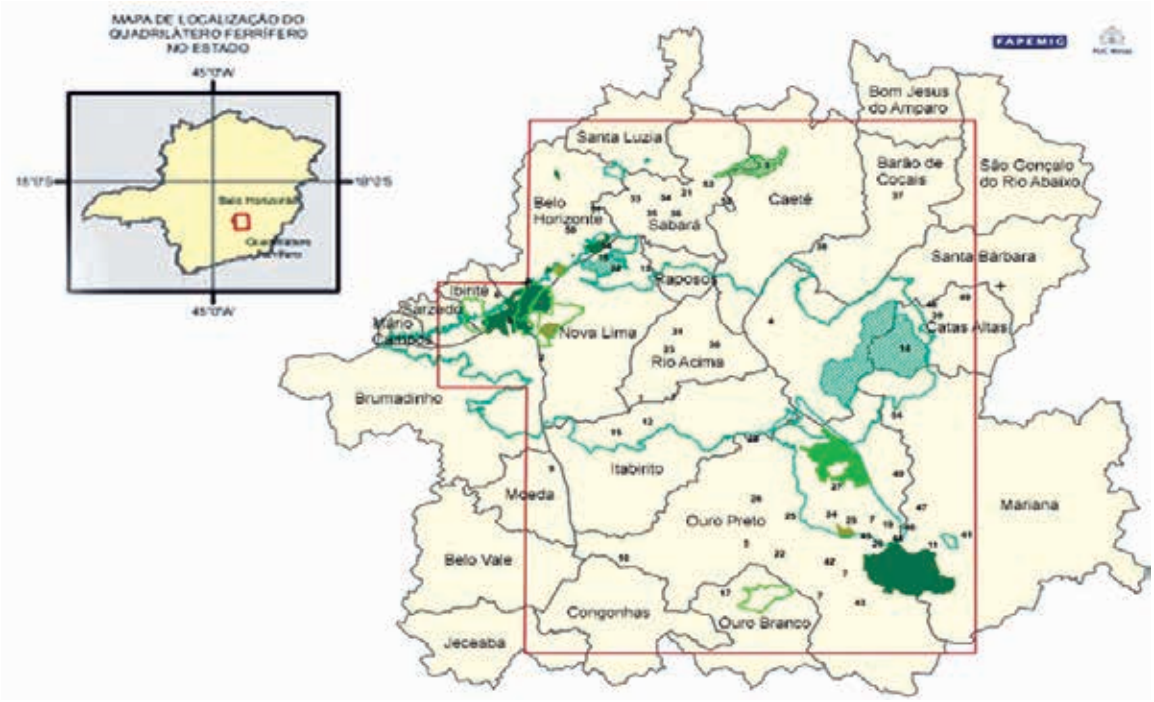
A Mina da Passagem possui registros de que sua produção, de 1896 a 1904, apresentou variações de 9,3 a 13 gramas de ouro por tonelada desmontada, índices considerados bastante lucrativos e que estão um pouco acima dos padrões internacionais. As minas, no século XIX,

tornavam-se inviáveis quando a média caia abaixo de 7 gramas por tonelada. Há registros (Rafael de Souza Freitas) de que a mina fornecia ainda prata, arsênico, bismuto e turmalinas, que eram aproveitados e geravam receitas. Não há estudo mais aprofundado sobre os impactos econômicos das Minas da Passagem em Mariana ou quanto a investimentos em obras públicas. Em Passagem, assim como em Morro Velho, os ingleses, tinham residências isoladas, tinham cemitério próprio e igreja protestante anglicana.

Dom João VI, pela Carta Régia de 28 de fevereiro de 1810, determinou a "abertura dos portos", significando uma clara contrapartida aos ingleses que o protegeram na vinda para o Brasil, contra as investidas de Napoleão e outras nações interessadas na Colônia. Em janeiro de 1827 decreto imperial permitiu a associação de capitais brasileiros a estrangeiros, que não mais precisariam de liberação especial para explorar minas no Brasil. No período de 1824 a 1898 instalaram-se em Minas Gerais 18 companhias inglesas destinadas à exploração do ouro. A atenção de capitais ingleses, segundo alguns historiadores, deveu-se à publicação na Europa de relatos de viajantes que estiveram em Minas Gerais, com destaque para John Mawe, John Lucccock e Francis Burton, tido como agente a serviço do governo inglês. Todos enfatizaram a existência do ouro de maneira abundante em muitas regiões da Província. O Barão de Eschwege também divulgará que o Brasil ainda dispunha de "formidáveis tesouros em seu subsolo e que um vasto campo de trabalho haverá ainda para os vindouros". Mas advertia que "nada se deverá esperar enquanto os serviços não forem realizados em bases seguras por companhias de mineração bem administradas e não forem promulgadas leis mais oportunas".

A primeira foi a Imperial Brazilian Mining Association, em 1824, que adquiriu as minas do Congo Soco, perto de Caeté, da Cata Preta, perto do Inficionado (hoje Santa Rita Durão) e de Antônio Pereira, em Ouro Preto, conforme aponta Paulo Ferrand, que faz descrição detalhada das operações e resultados destas minas. A Brazilian Company, em 1832, iniciou a exploração de ouro na Mina da Cata Branca, no flanco do Pico de Itabira do Campo, hoje Itabirito. A mina funcionou até 1844, quando desabou soterrando 30 homens, a maioria escravos. A mesma empresa explorou minas em Morro das Almas, próximo da Serra do Caraça. Em 1833 a companhia inglesa National Brazilian Mining Association arrendou, por 50 anos, mina em Cocais, distrito da cidade de Barão de Cocais, na região Central do Estado. Em 1851, com a inundação da mina e um desmoronamento, o contrato foi rescindido. Em 1861, a East Del Rey Mining Company Limited iniciou exploração de ouro nas minas de Capão e de Papa Farinha, perto de Sabará, transferindo-se, três anos depois, para as minas do Morro São Vicente e Morro das Almas. Os trabalhos da primeira exploração terminaram em 1875 e os da segunda em 1876.

Em 1862, a Don Pedro North Del Rey Gold Mining Company Limited iniciou exploração no Morro de Santana e em Maquiné, próximas a Ouro Preto e Mariana, ainda em atividade nos primeiros anos do século XX. Em 1862, a Santa Bárbara Gold Mining Company Limited instalou-se em Pari, a 12 km de Santa Bárbara, mantendo-se produtiva até o século XX. Em 1864, a Roça Grande Brazilian Gold Mining Limited instalou-se em Roça Grande, perto de Caeté. Outra iniciativa foi a BrazilianConsols Gold Mining Company Limited, que se instalou em 1873 na mina de Taquara Queimada, entre Mariana e Antônio Pereira. A Pitangui Gold Mining iniciou exploração de Ouro em Pitangui, atividade que durou até 1887.



"A região central de Minas Gerais, especificamente o Quadrilátero Ferrífero, foi ambientalmente devastado, com contaminação dos cursos d'água por mercúrio. Para o Ribeirão do Carmo há registro fidedigno: entre 1884 e 1893 foram lançados 576 quilos de mercúrio nas suas águas". Fonte: UFOP

Constituída em Londres, em 1880, instalou-se em Caeté a Brazilian Gold Mines Limited, mantendo-se ativa até 1887. Em 1887, foi constituída a Societédês Mines d'Or de Faria, destinada a explorar ouro na Mina do Faria, entre Nova Lima e Honório Bicalho, e que funcionou até 1893. A partir da Proclamação da República, em 1889, houve rearticulação de capitais estrangeiros e brasileiros, com o surgimento de novas companhias: Companhia de Mineração do Furquim (1890), em Furquim, distrito de Mariana, Companhia das Minas de Ouro-Falla, 1891, em São Gonçalo do Sapucaí, a Companhia Mineralúrgica Brasileira (1891), em Falcão e Venda do Campo, em Ouro Preto e a Empresa de Mineração do Caethé (1892), para explorar as minas de Carrapato, Carvalho e Arraial Velho, ao sul de Caeté. Várias iniciativas menores, familiares, também se dedicaram à extração do ouro, em diferentes regiões do Estado.

Eschwege, no seu "Pluto Brasiliensis", publicado em 1833, divulgou relação bem completa sobre a exploração do ouro em Minas Gerais, listando 500 minas ou ocorrências auríferas, em produção ou desativadas, bem como o montante da mão de obra empregada, entre homens livres e escravos e a produção apurada em 1814. O inglês William Jory Hernwood, que foi superintendente da Imperial Brazilian Mining Association na Mina do Congo Soco até 1856, publicou em 1871 obra detalhada sobre as minas de ouro do Estado. O viajante inglês Richard Burton, diplomata a serviço do governo britânico, em seu "Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho", que esteve em Minas em 1867, também faz detalhada descrição das minas, englobando aspectos mineralógicos, econômicos, as relações de trabalho nas minas, o uso da mão de obra escrava e seu rude trabalho braçal.

No prefácio ao livro "O ouro em Minas Gerais", de Paul Ferrand, o geólogo e professor da Escola de Minas, J. H. Grossi Sad, referindo-se ao intenso período da mineração de ouro

em Minas Gerais no século XIX, diz que "não ocorreu desenvolvimento industrial de maior significado no Estado com base na mineração de ouro". E ainda: "A região central de Minas Gerais, especificamente o Quadrilátero Ferrífero, foi ambientalmente devastado, com contaminação dos cursos d'água por mercúrio. Para o Ribeirão do Carmo há registro fidedigno: entre 1884 e 1893 foram lançados 576 quilos de mercúrio nas suas águas". O Rio teve seu leito, na década de 1970, inteiramente revolvido em busca de ouro por uma potente draga da empresa Tejucana, o que hoje é considerado um grave crime ambiental. Durante muitos anos os estéreis e rejeitos da mina foram despejados no Rio do Carmo, prática denunciada mas nunca contida inteiramente. Para o geólogo "o governo colonial, seguido pelo imperial, em momento algum agiu no sentido de industrializar Minas Gerais. Não existem ações significativas que rompessem com o declínio econômico do Estado". Suas palavras corroboram a constatação de vários estudos relativos à mineração de ouro em Minas Gerais no século XIX, de que pouco contribuiu para a economia do Estado e as condições de vida da sua população, embora as empresas tivessem auferido grandes lucros com a retirada do ouro do subsolo mineiro. Em 1881, Dom Pedro II visitou a mina de Passagem, quando também esteve na Mina de Morro Velho, deixando relatos em seu Diário de Viagem, mas não deixou comentários mais conclusivos ou opinativos sobre a mina.

Eschwege relata que, em 1821, ao retirar-se do Brasil, em Minas haviam cerca de 30 forjarias. Tratava-se, evidentemente, de uma indústria primária, com redução do minério de ferro em forjarias, confeccionando enxadas, argolas e correntes, foices e martelos, facas, pregos, anzóis, serras e instrumentos de uso diário, no trabalho e em domicílios. A Coroa Portuguesa sempre impediu, por vários alvarás e constante fiscalização, o desenvolvimento de atividade industrial de maior porte. Dom Rodrigo José de Menezes, um operoso governador da Capitania, de 1780 a 1783, em uma exposição a Martinho de Melo e Castro, ministro português de Ultramar, em 1780, denominada "Exposição sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais", procura interessar a Coroa na atividade siderúrgica. Ele propõe, como forma de recuperação econômica, "o estabelecimento de uma fábrica de ferro, pelo Estado ou por particulares. Se em toda parte do mundo é este metal necessário, em nenhuma o é mais que nestas minas; qualquer falta que dele se experimente cessa toda qualidade de trabalho; seguem-se prejuízos irreparáveis e é uma perdição total. Fabricando-se aqui pode custar um preço muito módico. Facilitasse desse modo a compra dele, concorre este artigo para que se faça mais conta no mineiro extrair o ouro, tendo barato o ferro". Afirma ainda Dom Rodrigo que o ferro "era excessivamente caro em Minas Gerais porque totalmente comprado aos suecos, hamburgueses e biscainhos".

No ideário autonomista dos inconfidentes constava a implantação de uma fábrica de ferro, aproveitando as imensas jazidas do minério, conforme depoimentos nos Autos da Devassa. O governador Luiz da Cunha Menezes, em ofício de 21 de abril de 1784, ao designar o alferes Joaquim José da Silva Xavier para missão especial, diz que ele "tinha inteligência mineralógica". O próprio Tiradentes, em depoimento à Devassa, em 18 de janeiro de 1790, menciona afirmação do inconfidente José Alvarez Maciel, mineralogista formado em Coimbra, a propósito da instalação de manufaturas e exploração de minérios, de que "os nacionais desta América não sabiam os tesouros que tinham e que poderiam aqui ter tudo se o soubessem fabricar". Maciel, no interrogatório de novembro de 1789, depõe: "Perguntou-lhe o alferes Joaquim José se podia fabricar ferro em Minas, dizendo o respondente que sim".

Documento de valor histórico e econômico, sempre citado como um marco na evolução da pesquisa mineral e da siderurgia no Brasil, é elaborado em 1799 pelo naturalista José Vieira Couto, químico e metalurgista atendendo a consulta feita pela Coroa Portuguesa sobre a conveniência de se estabelecer a indústria do ferro na Capitania. Couto, nascido no Serro, em 1762, formado em Coimbra, em Portugal, onde também foi professor, pertenceu a várias sociedades científicas europeias, visitou vários empreendimentos metalúrgicos de países europeus, e foi intendente geral das Minas de Diamante no Brasil e inspetor das minas do Tijuco, Ouro Preto e outras. Elaborou a monografia "Memória sobre a Capitania de Minas Gerais, seu território, clima e produções metálicas", em que discorre sobre a necessidade de se restabelecer e animar a mineração decadente do Brasil e sobre o comércio e exportação dos metais e interesses régios. Couto sugeriu a implantação de várias usinas de produção de ferro na Capitania e a construção de estradas para escoamento da produção. Sua Memória foi o documento básico que orientou a política mineral que Dom João VI inicia no Brasil.

Foi efetivamente com o governo português estabelecido no Brasil, com a vinda de Dom João VI, em 1808, que várias iniciativas de obtenção do ferro foram incentivadas. Uma Carta Régia de 1808 encarregou a Manoel Ferreira de Câmara Bittencourt e Sá (1764/1835), nascido em Itacambira, que fora nomeado Intendente Geral das Minas e dos Diamantes, conhecido como o Intendente Câmara, em outubro de 1807, de construir uma usina estatal de ferro no Morro de Gaspar Soares, hoje município de Morro do Pilar, na região Central do Estado, em plena Serra do Espinhaço, abundante em minério de ferro. Com recursos da Fazenda Real, implanta, pela primeira vez no Brasil, pelo método indireto de altos-fornos, fábrica de redução de ferro. Durante sete anos, produziu-se 7 mil arrobas de ferro. Em 1815, várias barras de ferro foram transportadas até Diamantina para serem mostradas à Câmara, episódio comemorado com festas populares, conforme relato da "Revista do Arquivo Público Mineiro", fascículos I e II, 1902. Dificuldades levaram Câmara a pedir o auxílio do técnico alemão Schonewolf, cedido por Eschwege, que construiu fornos suecos. Mas, por volta de 1830, a fábrica já se encontrava paralisada. Vida e obras do Intendente Câmara estão revelados no livro "Do diamante ao aço", de 2018, do jornalista Américo Antunes.

Outra tentativa importante foi conduzida pelo Barão de Eschwege, em 1812, em Congonhas do Campo, na chamada "Fábrica Patriótica", que funcionou até 1821 e produziu sete mil arrobas de ferro. Nesta região encontra-se uma das maiores jazidas de minério de ferro, de alta concentração de hematita, exploradas por longos nos por capital alemão e, recentemente, adquiridas pela Vale, mineradora brasileira exportadora.

Fábricas de menor porte, com processos mais rudimentares de obtenção do ferro, espalharam-se por várias cidades de Minas onde ocorriam jazidas de minério. Santa Bárbara, Mariana, Ouro Preto, Itabira e até Minas Novas possuíram fábricas de ferro, atuando como forjarias na confecção de ferramentaria para a lavoura e construção. O governo imperial procurou, através de várias iniciativas, incentivar a produção, permitindo associações com capitais estrangeiros. Em 1817, o jovem engenheiro de minas francês Jean Antoine Felix Dissandes de Monlevade, formado pela Escola Politécnica de Paris, atraído pela fama mineralógica de Minas Gerais, se dedica a pesquisas e pequenas iniciativas de produção de ferro na Província. Em 1827 monta a fábrica de ferro na cidade que hoje tem

seu nome, aproveitando as condições excepcionalmente favoráveis no local, ao lado do Rio Piracicaba, com minério abundante, florestas, calcário. Conseguiu a produção de 30 arrobas por dia. Em relatório ao presidente da Província de Minas Gerais, em dezembro de 1853, Monlevade afirma que a região tinha todas as condições para a produção de ferro, como "magníficas jazidas de ferro, florestas de fácil reprodução, aguadas altas indispensáveis para mover mecanismos, entre outros atributos", conforme reproduz o professor Francisco Magalhães Gomes, professor emérito da Escola de Minas de Ouro Preto e da Escola de Engenharia da UFMG, no seu precioso "História da Siderurgia no Brasil", de 1983. Segundo Monlevade, "o futuro grandioso da terra mineira, hoje tão decadente, não está no ouro, nos diamantes, mas sim no ferro, este grande agente da civilização, como da segurança dos Estados, e sem o qual os países mais civilizados em pouco tempo estariam reduzidos ao estado selvagem". Hoje, a usina, em plena operação, pertence ao Grupo Arcellor/Mittal.

Uma pioneira iniciativa resultante dos conhecimentos gerados na Escola de Minas é a Usina Esperança, que se implanta em Itabira do Campo, hoje Itabirito, em 1888. Advém da mentalidade de construir fornos altos para a produção de gusa do tipo mais moderno, com recuperação de calor, que dava um rendimento muito superior aos tentados anteriormente, que eram fornos de ferro forjado em cadinhos e forjas italianas ou catalãs, conforme diz Francisco Magalhães Gomes ("História da Siderurgia no Brasil", 1983). A Usina Esperança, pioneira no gênero, operada por engenheiros formados em Ouro Preto, foi implantada em 1888 pela firma Amaro e Gerspacher, constituída por dois engenheiros da ferrovia Central do Brasil, Amaro da Silveira e Henrique Hargreaves, um metalúrgico suíço, Alberto Gerspacher, e Carlos da Costa Wigg, empresário e investidor, seu principal acionista.

A usina era servida pela estrada de ferro e possuía duas jazidas de minério, a do Pico do Itabirito e a da Cata Branca, ambas classificadas entre as mais valiosas de Minas. A usina, posteriormente foi adquirida pelo industrial Joaquim José de Queiroz Júnior, engenheiro civil formado pela Escola Politécnica do Rio em 1893, passando a chamar-se Usina Queiroz Júnior, que deixou descendência que viria a ter presença e expressão cultural marcantes na vida mineira. A falência da usina foi decretada em 1991 e hoje pertence ao grupo VDL Siderurgia. A outra usina construída nesta época, mas já na República, foi em Miguel Burnier, distrito de Ouro Preto, pelos sócios Carlos da Costa Wigg e José Gerspacher, filho do construtor da Usina Esperança. Aproveitava jazida de minério de ferro da região e a presença de importante entroncamento ferroviário, que fazia a ligação de Miguel Burnier com o Rio de Janeiro, passando por São João del-Rei, estendendo-se também, a partir de 1889, a Ouro Preto, Mariana e Ponte Nova. Em Rio Acima, em 1931, foi implantada usina por José Gerspacher e o industrial Pedro Gianetti. Outra usina, também com alto-forno, surgiu em Caeté em 1923, implantada pela firma Purri e Cia, implantada por José Gerspacher, apresentando inovações com relação às plantas anteriores. Também em 1923 iniciou-se a implantação de uma usina em Barão de Cocais, fundada pela Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo, dirigida por Adriano Saldanha. A usina foi vendida, no seu primeiro ano, à firma Hime e Cia e incorporada à Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas. Hoje pertence ao Grupo Gerdau.

Já no século XX, surge a iniciativa que se transformará no maior empreendimento siderúrgico dos primeiros tempos: em 1917, dois engenheiros, também ex-alunos da Escola de Minas, Cristiano França Teixeira Guimarães e Amaro Lanari, fundam a Companhia Siderúrgica Mineira, em Sabará. O alto-forno, a carvão vegetal, para 25 toneladas/dia, foi projetado pelo professor Alberto Augusto Magalhães Gomes, catedrático da Escola de Minas, e os desenhos pelo engenheiro Luís Orsini de Castro, também de Ouro Preto. A construção da usina foi dirigida pelos engenheiros Gil Guatomosin, formado em Ouro Preto, e Amaro Lanari e concluída em 1920. Uma vez mais, o técnico José Gerspacher foi chamado para a operação inicial do alto-forno, o maior até então construído em Minas Gerais.

Em sua vinda a Minas Gerais, em 1920, o Rei Alberto, da Bélgica, convidado pelo então governador de Minas, Artur Bernardes, após ser recebido com amplas homenagens por parte da sociedade mineira, interessou-se por garantir a participação do grupo industrial belgo-luxemburguês no empreendimento de Sabará. Em verdade, havia grande interesse belga em investir fora da Europa, conquistando posições nos países em desenvolvimento. A Primeira Guerra Mundial provocara um desmantelamento e, em vários casos, destruição da indústria siderúrgica europeia, especialmente da Alemanha, França e Bélgica. Entendimentos e consultas preliminares já haviam sido mantidos, com anuência e envolvimento do governador Artur Bernardes, interessado em implantar a siderurgia em Minas. Foi constituída então a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, com participação da Arbed (Acieries Reunies de Burbach-Eich-Dudelange), conforme o ato inaugural assinado a 21 de dezembro de 1921.

O investimento da Arbed não só representou um avanço tecnológico para a incipiente siderurgia mineira como foi uma espécie de marco histórico e político que permitia a independência perante os grupos norte-americanos e ingleses e seus projetos, criticados porque só contemplavam a exportação de minério de ferro, sem a transformação industrial no território mineiro. Estabelecia-se, assim, uma espécie de contraposição ao projeto da Itabira Iron, que visava explorar as jazidas de Itabira, iniciativa de interesse de ingleses e norte-americanos, como veremos.

O grupo belga vai adquirir, na década seguinte, a usina implantada por Monlevade em João Monlevade, transformando-a, a partir de 1937, quando inaugura um alto-forno, em um dos maiores empreendimentos siderúrgicos do Brasil, pelo seu porte e capacidade produtiva, passando, ao logo dos anos, a coordenar um conglomerado de empresas, com destaque para a Samitri em Mariana, fábrica de tubos, implantação de trefilaria em Contagem e a Companhia Agrícola e Florestal Santa Bárbara. A repercussão socioeconômica desta empresa será imensa não só na siderurgia mineira como no Vale do Rio Doce. Mas trará consequências ambientais danosas, com a derrubada de amplas extensões da Mata Atlântica para a produção de carvão vegetal, opção adotada uma vez que Minas Gerais não dispõe de carvão mineral. O uso do carvão vegetal como redutor e combustível será objeto de intensas e prolongadas discussões em Minas Gerais, envolvendo não só a Engenharia Metalúrgica e os meios acadêmicos, como também os ambientalistas e o próprio governo, discussão que se estende até os nossos dias, embora a legislação ambiental atual, com maior rigor, proteja as matas naturais. Hoje, os fornos elétricos já substituem, nas grandes usinas, o carvão vegetal, ainda utilizado na produção, em menor escala, do ferro-gusa. O carvão vem hoje do Norte de Minas, de grandes plantações de eucalipto.

A pouca industrialização de Minas, o perfil de economia exportadora de produtos primários, foram apontados pelo Plano de Recuperação Econômica, elaborado no Governo de Milton Campos (1946 a 1950), sob coordenação do engenheiro Américo Renée Gianetti, formado pela Escola de Minas de Ouro Preto em 1923. O Plano é considerado o primeiro documento público de planejamento econômico global do Estado, com visão realista e caráter técnico. Sucessor de Milton Campos, Juscelino Kubistchek se beneficiará do Plano e tomará várias iniciativas em favor do crescimento e da emancipação econômica de Minas, sendo exemplo maior a criação da Cemig, em 1952, marco histórico do início da industrialização mineira.

Nas décadas de 1950 e 1960 ocorreram várias manifestações nacionalistas, de defesa da riqueza mineral de Minas Gerais. Em 1959, alunos da Escola de Minas criaram a Sociedade de Intercâmbio Cultural e Estudos Geológicos que, no seu primeiro seminário de estudos, ao debater as questões relativas ao minério de ferro e manganês, publicou protesto contra a presença e ações da Hanna Mining no Estado, empresa norte-americana que adquirira jazidas e extensas terras da Saint John Del-Rey Mining Company no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais (Belo Horizonte, Nova Lima e Itabirito), e que realizava exportação sem qualquer investimento transformador, sem preocupação social, ambiental ou qualquer outra retribuição. Para fugir das críticas, a Hanna, de triste memória, envolveu-se na corrupção de políticos e de órgãos de imprensa. Destas denúncias, aliadas a outros protestos, surgiu a campanha "Minério não dá duas safras", frase atribuída a Arthur Bernardes.

Em agosto de 1954, Getúlio Vargas preside em Belo Horizonte a inauguração da Companhia Siderúrgica Mannesmann, empreendimento da empresa alemã de Duesserldorf, destinada a fabricar tubos sem costura e barras metálicas. As conversações para instalação da usina tiveram a participação de Rômulo de Almeida, Glycon de Paiva e do general Edmundo de Macedo Soares e Silva, com amplo apoio do então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek. Sua unidade industrial instalou-se no Barreiro e a mineração em Brumadinho, na região Metropolitana de Belo Horizonte. Em 2007 associou-se ao grupo francês Vallourec e denomina-se Vallourec & Mannesmann Tubes. Em 2007, implanta nova unidade em Jeceaba, localizada na região do Campo das Vertentes, próxima a Congonhas do Campo e Conselheiro Lafaiete, em associação com a Sumitomo Metals.

Merece citação a criação, em Três Marias, em 1956, da Companhia Mineira de Metais, iniciativa do Grupo Votorantim, uma das maiores exploradoras de zinco do mundo, outra riqueza mineral de Minas. A usina mantém-se em plena atividade, após resolver problemas ambientais, e situa-se às margens do Rio São Francisco e ao lado da Hidrelétrica de Três Marias. Firmou sociedade com o peruano Grupo Milpo, formando o grupo empresarial Nexa Resources, que tem outras unidades industriais em Lassance, Paracatu e Juiz de Fora.

Em jazidas minerais do Estado e uma justa compensação, o jornal Diário de Minas realizou, em 1962, a memorável campanha "Minério Não Dá Duas Safras", com apoio de vários setores da sociedade mineira, como também do então governador Magalhães Pinto, no seu início. A campanha foi interrompida com o golpe militar de março de 1964, do qual Magalhães foi um dos líderes. O regime militar considerou a campanha como de inspiração comunista.

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), criado em 1962 pelo governador Magalhães Pinto, elabora em 1968 o "Diagnóstico da Economia Mineira". O documento, que visava orientar a ação do Banco, apontava estrangulamentos e potencialidades do Estado, denunciava o perfil exportador da economia mineira, concentrada em produtos primários e semiacabados. Minas era grande produtora de minérios, exportados para o estrangeiro e outros Estados como matéria-prima de pouco valor agregado por falta de transformação industrial. E, no setor agropecuário, a ausência de indústrias de laticínios e de derivados da carne e de transformação do café, criava nova dependência espoliativa. Minas continuava, portanto, duplamente espoliada, exportando produtos primários, de pouco valor agregado, sem novas unidades de transformação industrial, baixa geração de receitas públicas, pouca criação de empregos, pagando por mercadorias industrializadas fora do seu território.

O "Diagnóstico" do BDMG, um marco histórico e técnico no esforço de desenvolvimento, por alguns chamado de "autópsia da economia mineira", tal a situação do Estado, despertou esforços por atrair investimentos, ação que será implementada pelos governos de Israel Pinheiro (1966 a 1970) e, especialmente, de Rondon Pacheco (1970 a 1974), que criaram programas de atração de projetos industriais, com incentivos diferenciados e oferta de terrenos com infraestrutura, isenções fiscais, participação acionária, como foi o caso da Fiat Automóveis, em 1974. O BDMG e a Cemig criaram o Instituto de Desenvolvimento Industrial (INDI), em 1969, que atraiu cerca de 400 projetos industriais para Minas em variados setores, constituindo o fértil e significativo esforço de desenvolvimento industrial de Minas Gerais. Na sua estratégia de promoção de projetos industriais contou com assessoria de empresa norte-americana especializada. Foi criada a Companhia de Distritos Industriais, a Superintendência de Incentivos Fiscais, a Fundação João Pinheiro e seu Centro de Desenvolvimento em Administração e outros organismos de apoio aos investimentos empresariais em Minas. Foi um excepcional momento de recuperação econômica de Minas, com atração de investimentos de vários países, a partir de um trabalho vitorioso de promoção de oportunidades apontadas em estudos de pré-viabilidade, indicando possibilidades de parcerias industriais, terrenos com infraestrutura, incentivos fiscais e apoio financeiro. O INDI foi o núcleo inicial das Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, criada por Rondon Pacheco, e que teve como primeiro dirigente o engenheiro Francisco Afonso Noronha.

A Açominas, implantada em Ouro Branco em 1986, iniciativa de grupos empresariais mineiros, constituída inicialmente com capitais públicos, hoje pertencente ao Grupo Gerdau, resulta de amplo movimento das entidades das classes empresariais mineiras defensoras da implantação de uma usina siderúrgica integrada, para aços planos e não planos. A Gerdau possui hoje duas siderurgias menores, em Barão de Cocais e Divinópolis, e mineração em Miguel Burnier e Barão de Cocais. A Construtora Mendes Júnior implantou em Juiz de Fora uma siderúrgica, posteriormente incorporada pela Belgo Mineira e hoje integrada à Arcelor-Mittal. Em Araxá, no Triângulo Mineiro, fértil em ocorrências minerais por sua formação geológica, uma chaminé vulcânica, a Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia, empresa do Grupo Moreira Salles, minera e concentra desde 1955 o nióbio, valioso mineral enriquecedor de ligas metálicas, repassando ao Estado

25% de sua receita para o Estado, o que tem representado importante fonte de recursos para grandes investimentos públicos. Com alto valor no mercado internacional, o nióbio gera grandes receitas para a Comig, Companhia Mineradora de Minas Gerais, empresa constituída pelo Estado para recebe r os recursos da CBMM .

Ainda em Araxá, a Vale Fertilizantes, sucessora da Bunges e da Arafértil, explora a apatita, componente de fertilizantes. Em Tapira, a Vale explora ocorrências de terras raras. E em Patrocínio implanta usina para aproveitamento de matérias primas para fertilizantes. A Vale, a CBMM, a estatal mineira Codemig e outras empresas, inclusive estrangeiras, tem manifestado especial interesse pelas ocorrências de minerais classificados como "terras raras" na região, junto com o grafeno, outro mineral que se prenuncia de grande valor e para os quais já surge demanda internacional, ampliada pela grande evolução da indústria eletroeletrônica e de telecomunicações e a sua aplicação para ligas em aços especiais. Será uma nova riqueza de Minas Gerais que, segundo as primeiras explorações, possui ocorrências em quantidades econômicas.

O ouro do solo mineiro continua atraindo investimentos estrangeiros. O grupo Anglo Gold Ashanti, um dos maiores produtores de ouro do mundo, criado em Joahannesburgo, na África do Sul, e que opera minas em nove países, está hoje no Brasil, Minas Gerais, e em Goiás. E tem minas de ouro em Nova Lima, Santa Bárbara, Sabará e Barão de Cocais, com planos de investimento para elevar a produção. Adquiriu a Mina de Morro Velho, em Nova Lima e confirma estudos para voltar a operar a antiga mina, que existiu desde os anos iniciais do Século XIX, passando, em 1832, a ser explorada pela Saint del-Rei Mining Co. Está paralisada há três há quatro décadas com suas galerias mais profundas inundadas.

Em Paracatu, no Noroeste do Estado, a empresa canadense Kinross Brasil Mineração, adquiriu da Rio Tinto o controle total da Rio Paracatu Mineração, que extraia ouro desde 1980, em uma mina a céu aberto, considerada uma das mais lucrativas do mundo. A Rio Tinto é um conglomerado anglo-australiano, com sede em Londres, que explora minas de minério de ferro, cobre, alumínio, carvão, titânico, urânio, boro e talco em 20 países. A Kinross anuncia investimentos para elevar a produção de ouro para 17 toneladas/ano, consolidando-se, segundo a empresa, como a maior produtora de ouro do Brasil, com 22% da produção brasileira. A empresa enfrenta graves questões ambientais, com barragem de rejeitos e questionamentos de contaminação de águas.



10

Minas no Império e na República

Em todos os momentos e atos importantes Minas se fará presente e influente na construção da nacionalidade brasileira. É reconhecida a presença de mineiros nos atos de fundação da nação, na formação do sentimento nativista, na Independência, na construção das instituições do Primeiro Império, nos entendimentos que levarão ao fim do período da Regência e a decretação da maioridade de Dom Pedro II, em 1840, como também na Proclamação da República. Regressando Dom João VI a Portugal, a 26 de abril de 1821, permanece no poder seu filho, o príncipe regente Dom Pedro.



Dom Pedro II, Imperador do Brasil. Fonte: Wikipédia

Jovem, impetuoso, Dom Pedro irá protagonizar momentos difíceis de transição do absolutismo imperial para a monarquia constitucional. Na Declaração do Fico ("Diga ao povo que fico"), de 9 de janeiro de 1822, ato precursor da Independência, Dom Pedro resistiu ao chamado para retornar a Portugal, após terem as Cortes portuguesas cassado autonomias e direitos legislativos, fazendo o Brasil voltar à condição de simples colônia. Em 1820, a Revolução do Porto renovou o governo português sob o regime das Cortes Deliberativas, restringindo o absolutismo do poder monárquico e valorizando o Legislativo. Foi marcante a atuação do mineiro José Joaquim da Rocha, nascido em Mariana em 1777. Transferindo-se para o Rio em 1808, com banca de advogado, tornou-se deputado e foi o grande articulador do Fico junto a Dom Pedro. A atuação de José Joaquim, bem como de outros mineiros, está muito bem estudada pelo historiador marianense Salomão de Vasconcelos ("O Fico – Minas e os mineiros na Independência", 1937), como também por Souza Sobrinho ("A importância de Minas na política nacional", 1973), obras fundamentais para elucidação do período e das discussões do Fico e o momento vivido pelo Brasil. Salomão de Vasconcelos, filho de ilustre família de historiadores, deixou várias obras fundamentais para o estudo da formação mineira. Obra mais recente, de 2013, "Minas Gerais – E o processo da Independência do Brasil", de Helvécio Nascimento, descreve e ilustra a atuação dos mineiros no período.

Estes autores examinam um período agitado e fértil da História do Brasil, de evidente transformação liberalizante em direção à construção dos fundamentos e instituições do Brasil independente. Esse período começa com a Inconfidência Mineira, de 1789, que elaborou um ideário de independência, de autonomia e de república, passa pelo levante de Pernambuco, de 1817, alcança o episódio do Fico, em 1822, e se encerra com a Proclamação da Independência, a 7 de setembro do mesmo ano. Tiveram papéis importantes, nos atos preparatórios da Independência, além do conselheiro José Joaquim da Rocha, os "patriotas mineiros" Pedro Dias Pais Leme e Paulo Barbosa da Silva, emissários da conspiração em

Minas e São Paulo, o padre Belchior Pinheiro de Oliveira, amigo e conselheiro de Dom Pedro e sempre presente nos momentos de decisão, inclusive o ato de Independência de 1822, e também Joaquim José de Almeida, Juvêncio e Inocêncio Maciel da Rocha, que cumpriram missões consideradas precursoras da Independência.

E vários outros, parlamentares e homens de influência no Rio, que integraram clubes de resistência ao absolutismo de Dom Pedro I e os atos de opressão das Cortes Portuguesas, empoderadas. O principal deles criado pelo próprio José Joaquim da Roca, em sua residência, local de constantes encontros e debates, de onde saíram decisões e manifestos. O Fico representou o rompimento com os elos de subordinação a Portugal, ocasionando a organização de um ministério brasileiro e a expulsão das tropas portuguesas. Daí à Independência, um breve passo. A participação dos mineiros, vocacionados para a política, sempre foi marcante e decisiva nesses momentos de construção da nação independente, assim como também o será na República.

O Fico provocou reação em Minas, liderada pela Junta Provisória conservadora, que acabara de ser eleita em razão da Revolução Constitucional portuguesa de 1820. A revolta em Vila Rica tem caráter autonomista e ameaça com separação, passando a não mais reconhecer o governo central. Resultante de uma postura reacionária e elitista da Junta, não encontrou apoio popular até porque contrariava toda a história libertária de Vila Rica. A repercussão, fora de Minas, é grande por tratar-se da terra de Tiradentes, cujo sonho republicano ainda era lembrado. Impunha-se ao príncipe Dom Pedro aplacar logo a revolta, no momento em que a sua autoridade se circunscrevia ao Rio, pois era também negada ao Norte, discutida em São Paulo, problemática no Sul, colocada fora da lei em Lisboa. Tratava-se ainda de assegurar a integração política de uma nação com tão amplo território, evitando revoltas em momento de dificuldades, de transição e busca de novos caminhos.

Com pequena comitiva, Dom Pedro deixou o Rio a 25 de março em direção a Vila Rica, viagem que durou por todo abril e parte de maio de 1822. Sua jornada, os caminhos seguidos, estão bem registrados por Eduardo Canabrava Barreiros no seu "Dom Pedro – viagem a Minas Gerais em 1822". Dom Pedro encontrou apoio e aplausos por onde passou: Barbacena, São João del-Rei, São José del-Rei, (hoje Tiradentes), Prados, Ouro Branco, Itatiaia. Alcançou Vila Rica pelo Capão do Lana, passando pelo Tripuí e entrando na cidade pelo bairro das Cabeças (alusão às cabeceiras dos córregos do Funil e Tripuí).

Em Vila Rica, com firmeza e prudência, evitou conflitos, destituindo os chefes revoltosos. Antes de entrar na cidade, na Fazenda do Capão do Lana, chama o chefe da conspiração, o tenente-coronel José Maria Pinto Peixoto, que acaba escoltando a entrada da comitiva em Vila Rica. Sai vitorioso e fortalecido da cidade, mas toma consciência dos anseios de liberdade do povo. Retorna ao Rio mais forte. Os cronistas desta viagem, os mais próximos da época, afirmam que o contato com Vila Rica, com a expressão cívica de seu povo, assim como de outras cidades mineiras por onde a comitiva passou, reforçou no monarca o sentimento de autonomia e que esta seria inevitável como mostrava claramente o ânimo popular, sob pena de perder o controle da nação. Minas, mais uma vez, com sua vocação autonomista, influi no destino brasileiro. Os muitos movimentos e posições de Minas nos atos que antecedem a Independência são detalhamentos relatados em "Autonomismo, contratualismo e Projeto Pedrino – Minas na Independência", de Wlamir Silva, de 2002.

Cinco meses depois, em setembro, indo Dom Pedro a São Paulo, irá proclamar a Independência no dia 7 de setembro, com o famoso "Grito do Ipiranga". Tem papel destacado no momento do "Grito da Independência" o padre Belchior Pinheiro de Oliveira, mineiro e conselheiro do príncipe e que se encontrava ao seu lado. Nascido em Diamantina mas que exerceu, por 42 anos, seu sacerdócio em Pitangui, onde até hoje é lembrado por suas palavras que teriam sido decisivas na decisão de Dom Pedro. Às margens do Ipiranga, Dom Pedro recebe correspondência de Portugal, na qual as Cortes exigiam seu imediato regresso a Lisboa, entregando-se como prisioneiro, condição a que já se encontrava Dom João VI. Outro documento cassava sua qualidade de regente autônomo e o rebaixava à simples função de delegado temporário. Viu-se, então, Dom Pedro com duas opções: voltar a Portugal ou proclamar a Independência. Os mineiros, atuantes no Fico, já vinham preparando o espírito do príncipe e a quebra dos laços com Portugal tornou-se praticamente inevitável. No esforço preparatório, o grupo conspirador do Rio já enviara emissários às principais cidades mineiras, que retornaram trazendo unânime manifestação favorável à independência. Em 20 de março de 1823, por ato régio assinado por Dom Pedro I, Vila Rica é elevada à condição de Imperial Cidade de Ouro Preto, capital da Província de Minas Gerais, em reconhecimento à sua atuação pela Independência do Brasil.

Conquistada a Independência, a luta se transfere para a instalação de uma monarquia constitucional, uma vez constatada a impossibilidade de estruturar-se, desde já, uma república. No primeiro momento, era preciso evitar que se organizasse, no Brasil, um novo tipo de absolutismo despótico, nos moldes de Portugal, que parecia ser o gosto de Dom Pedro. Os mineiros se envolvem na campanha por uma Assembleia Constituinte e Legislativa, efetivamente convocada por Dom Pedro a 3 de junho de 1822, mas que só se instalará a 3 de maio do ano seguinte. Minas terá 20 deputados à Constituinte, a maior representação, seguida de Bahia e Pernambuco, com 13 parlamentares cada. Faziam parte da representação mineira José Joaquim da Rocha, padre Belchior e dois inconfidentes – únicos que retornaram a Minas, o padre Manoel Rodrigues da Costa, que ficara recluso por dez anos em Portugal, e José de Resende Costa Filho, que morreria somente em 1841. A Assembleia Constituinte logo entrará em choque com o governo e a vocação ditatorial de Dom Pedro. Os parlamentares não só apresentaram vários projetos, cerceadores do poder governamental, como começaram a exercer a fiscalização dos atos executivos. O governo, acostumado com o poder absoluto, reagiu à fiscalização de seus atos. Não estava o país preparado para o regime constitucional ou parlamentar. Travou-se logo uma batalha entre a Assembleia e os integrantes do governo, levando Dom Pedro, cedendo aos absolutistas, a dissolver a Constituinte em ato de 12 de novembro de 1823, após cercá-la com tropas. Foram presos, e mandados para o exílio na França, os deputados Antônio Carlos e Martim Francisco, paulistas, Montezuma, baiano, e os mineiros José Joaquim da Rocha e padre Belchior Pinheiro de Oliveira, com destacada atuação liberal na Constituinte. José Bonifácio, paulista, preso antes, também foi enviado para o exílio. A 25 de março de 1824, Dom Pedro outorga a "Constituição Política do Império do Brasil". Embora resultante do trabalho da Assembleia Constituinte, com clara orientação liberal, não será respeitada, levando a nação a novos conflitos.

Já como imperador, Dom Pedro I voltará a Ouro Preto uma segunda vez, em 1831. Foi recebido friamente, em protesto contra seus insucessos políticos e atitudes absolutistas. E essa recepção terá influência, mais uma vez, no seu ânimo, reforçando a sua decisão de ir para Portugal, instaurando-se no Brasil o período da Regência, que durou até 1840, quando declarou-se, antecipadamente, a maioridade de Dom Pedro II, então com 15 anos. Acredita-se que Dom Pedro tentou buscar apoios em Minas, cuja posição sempre obteve ressonância nacional, servindo como orientação quanto à opinião popular e referendo à sua conduta e aos seus atos políticos, a exemplo do que ocorrera em 1822. Enganou-se e a receptividade, não só em Ouro Preto, mas por onde passou, revelou o descontentamento dos mineiros. A Província de Minas Gerais achava-se envolvida em entrechoques e debates em torno de temas como republicanismo, federalismo, liberalismo.

Revelam os críticos do período que nos anos de 1824 a 1830, apesar das imensas dificuldades econômicas do país, instalou Dom Pedro I uma corte luxuosa e indolente, composta por áulicos e parasitas de toda espécie. Distribuiu títulos aristocráticos de condes, barões e marqueses, conforme seu afeto pessoal. E dedicou-se a uma vida de festas, homenagens e romances. A conduta autocrática acelerou os conflitos com a Assembleia e com os partidos políticos. Em julho de 1830, chegaram de Paris as notícias da revolução que destituiu os Bourbons, saudada no Brasil como o êxito dos liberais e derrota dos absolutistas. Foi como uma vitória do direito e da liberdade sobre as monarquias absolutistas, sempre em choque com o regime representativo e os textos constitucionais. Por isto mesmo, o fato é comemorado e exaltado em várias províncias, transformando-se em verdadeiro júbilo popular nas cidades onde a corrente liberal era dominante. Surgiram também alguns conflitos, inclusive em Minas, em decorrência da repressão policial às manifestações populares.

O periódico "Observador Constitucional", de Líbero Badaró, italiano radicado em São Paulo, criticou severamente os atos punitivos das festas populares. No dia 20 de novembro, é assassinado a tiros, na porta de sua casa e, ao morrer, acusa o ouvidor de São Paulo, que chefiara a repressão às comemorações do povo. Outros veículos da imprensa, como o "Republicano", do Rio, lembravam o ideário dos inconfidentes mineiros e acusavam diretamente o governo de ter mandado matar Badaró. Em todo o país, são muitos os protestos e resistências, acusações e críticas ao regime e à ação de Dom Pedro I e à repressão realizada contra as manifestações populares, agravando a situação o fato de que a maioria dos comandantes militares e da polícia era portuguesa.

Sempre presente e reagente aos acontecimentos políticos nacionais, a Província de Minas Gerais não foge ao clima nacional. Ao contrário, as notícias que chegavam de Minas eram inquietantes. Diziam de revoltas e convulsões iminentes com ampla repulsa até aos próprios liberais que haviam aceitado cargos no governo. É quando Dom Pedro, confiante na sua autoridade e no sucesso obtido em 1822, resolveu visitar novamente Ouro Preto. Esperava nova manifestação de apoio e de solidariedade. Passou por Matias Barbosa, Juiz de Fora, São João del-Rei e Sabará e, em todos estes lugares, sentiu o clima de frieza, desconfiança e descontentamento. Ao invés de aclamarem o imperador, as populações compareceram, na mesma hora, aos ofícios religiosos celebrados em memória

de Líbero Badaró. Antes de Ouro Preto, foi a Mariana, onde também encontrou fria receptividade. Em Ouro Preto, a 22 de janeiro de 1831, dirigiu uma proclamação aos mineiros, que desagradou ainda mais, pois defendia, embora veladamente, o absolutismo, e criticava os que comemoravam o episódio liberal francês.

A marcante repulsa dos mineiros influiu no ânimo do monarca, condição que se agravou com os conflitos entre portugueses e brasileiros, no Largo de Santana, no Rio, quando do seu retorno, no dia 15 de fevereiro. Dois dias depois recebe um manifesto, redigido por Evaristo da Veiga e assinado por várias personalidades políticas, dizendo que "a ordem pública, o repouso do Estado, o trono mesmo, tudo está ameaçado" se o monarca não voltasse a respeitar o regime constitucional. O movimento de revolta alastra-se. Divide-se a nação. Alguns chefes militares aderiram às reuniões de protesto. Nas províncias, igualmente a agitação tomava conta. Dom Pedro mudou o Ministério, mas o ato não apaziguou os ânimos. Em Minas, pediu-se a cabeça dos líderes da facção portuguesa, defensora do absolutismo de Dom Pedro. Mais uma vez o imperador alterou o Ministério, agora integrado por áulicos conhecidos, conservadores.

A revolta amplia-se. Lidera a insatisfação outro mineiro, José Custódio Dias, padre e político, deputado e senador do Império, que vinha se destacando pelo seu pensamento liberal. Sua casa transformou-se em quartel dos sediosos. Outros dois mineiros se destacam nas conversações e no movimento que leva o povo ao Campo de Santana: Cristiano Benedito Ottoni, nascido no Serro, e Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro marquês do Paraná, de Jacuí. Outros mineiros, na ação parlamentar e nos clubes literários, participavam ativamente da revolta. Dividiam-se as opiniões, com os mais radicais opinando pela destituição de Dom Pedro, arrancando-o do trono e expulsando-o do Brasil, como português que era. Falava-se em república. Outros defendiam apenas a monarquia constitucional. O Partido Liberal dividiu-se, a partir daí, entre liberais e exaltados. Por duas vezes o imperador enviou mensagens ao povo reunido no Campo de Santana, reiterando promessa de respeito à Constituição e fazendo apelo pela concórdia e diálogo, ambas rejeitadas. À noite, as guarnições militares do Rio, inclusive a guarda do imperador, aderiram ao movimento, juntando-se ao povo. Resultando improdutivas todas as tratativas, inclusive uma proposta do próprio imperador de nomear outro ministério, não lhe restou outra atitude senão a abdicação em favor do seu filho, com cinco anos, ato que assinou com data de 7 de abril de 1831. Tem início o período da Regência, que só terminará com a declaração de maioridade de Dom Pedro II, a 23 de julho de 1840.

Nas lutas políticas da Regência, destacaram-se muitos mineiros. Historiadores e cronistas da época apontam a atuação de nomes como Bernardo Pereira de Vasconcelos, Honório Hermeto Carneiro Leão e os padres José Custódio Dias e José Bento Leite Ferreira. Custódio, nascido em São João del-Rei em 1770 e falecido no Rio em 1838, era um liberal intransigente desde a Constituinte de 1823 e mantivera-se na Câmara, tornando-se um renhido combatente do Primeiro Reinado. Sua casa, conhecida como Chácara da Floresta, na Rua da Ajuda, no Rio, foi local de reuniões políticas, especialmente na preparação e execução do episódio do Fico. Nela, também foi redigido o "ultimatum" a Dom Pedro, forçando a sua abdicação. Já o padre José Bento Leite Ferreira, mineiro de Pouso Alegre, onde foi vigário, adotou com vigor as ideias liberais na Província de Minas. Elegeu-se para a Câmara sucessivamente em 1826, 1830 e 1834 e foi escolhido senador em lista tríplice.

Deve-se a ele ou, pelo menos, na forma final, a chamada "Constituição de Pouso Alegre", proposta apresentada à Câmara por liberais e, parte, por moderados, com o objetivo de dar à nação um novo texto constitucional e um meio de evitar qualquer golpe restaurador do Primeiro Império. Governava o país o regente padre Antônio Diogo Feijó.

Em meio aos conflitos e dificuldades da Regência, ressurge a facção absolutista, chamada "restauradora", que pregava o retorno de Dom Pedro ao Brasil, como único meio de salvar o país da ruína e da guerra civil, através de um Poder Executivo forte. Essa facção, integrada por grande parte da "nobreza" regada de títulos por Dom Pedro, incorporou a elite aristocrática e reacionária e vários militares, oficiais de maior patente, e provocou vários conflitos, no Rio e nas Províncias. Em diversas partes ocorreram motins, em geral desencadeados pelos conservadores restauradores, entre eles muitos portugueses, sempre combatidos pelos liberais com forte apoio popular.

Irrompe, então, no início de 1833, em Ouro Preto, uma rebelião liderada pelos chefes militares da guarnição local, de cunho notadamente conservador e elitista, defensor da "restauração", e que não encontrará ressonância na maioria liberal e progressista, tradição da Capitania. Incentivada pelo Partido Restaurador, aproveitando-se de certa fragilidade do governo moderado da Regência, a rebelião vai se situar na contramão da história. Aproveitando-se da ausência do presidente da Província, Manuel Inácio de Melo e Souza, que se encontrava em Mariana, e estando no exercício do governo seu vice, Bernardo Pereira de Vasconcelos, os chefes do Partido Restaurador, que de há muito já vinham tramando a sedição, esperavam que, de Ouro Preto, pudesse o movimento repercutir em outras Províncias, com adesões. Na noite de 22 de março de 1833, saíram às ruas as tropas e seus chefes, apoderando-se das repartições públicas e declarando vago o cargo de governador da Província. Bernardo Pereira de Vasconcelos conseguiu sair escoltado da cidade e, em Queluz de Minas, foi solto por iniciativa da própria população local e organizou a resistência, com apoio de São João del-Rei, Barbacena e outras cidades. Os revoltosos tinham como chefe o comandante da Guarda Nacional em Ouro Preto, Manuel Alves de Toledo Ribas, apoiado pelos coronéis João Reinaldo Bilstein e Teobaldo Sanches Brandão e o major Francisco Joaquim Bittencourt.

O fato é que não havia em Minas clima popular para que o pensamento restaurador prosperasse. O povo mineiro, vindo de vários lugares da Província, sob a convocação de Vasconcelos, posicionou-se contra os restauradores e pegou em armas contra a tropa, manifestando-se claramente contra o retrocesso histórico. O governo geral enviou para Minas o general Pinto Peixoto e alguns oficiais, que já encontraram o povo armado e organizado, esperando o comando. Teófilo Ottoni, embora em oposição ao governo federal, marchou do Serro com vários homens e ocupou Caeté, que ameaçava aderir aos conservadores. Deu-se o encontro final no atual Distrito de Rodrigo Silva (antigo José Correia), com a derrocada dos revoltos, dois meses após o início do motim. Mas ficou, uma vez mais, marcada a posição liberal dos mineiros de rejeição a qualquer retrocesso político ou de retorno ao regime absolutista. Em todo o país, porém, o movimento restaurador só viria a desestruturar-se com a morte de Dom Pedro, em 24 de agosto de 1834, no Palácio de Queluz, com apenas 36 anos, pois nascera em outubro de 1798 no mesmo palácio, nas imediações de Lisboa. Seus restos mortais foram trasladados para o Brasil em 1972 e depositados na cripta do Monumento do Ipiranga, em São Paulo.



Bernardo Pereira de Vasconcelos, nascido em Ouro Preto, foi governador da Província, jurista, ministro de Estado, parlamentar. Fonte: Wikipédia

Evoluía rapidamente o quadro político brasileiro. O tempo da Regência, até a decretação da maioridade de Dom Pedro II, em 1840, quando completa 15 anos, pois nascera a 2 de dezembro de 1825, foi certamente o mais tumultuado da História do Brasil, com vários movimentos de contestação da ordem, de norte a sul. Jovem nação, procura sua formação política e institucional em meio a muitos conflitos, ora avanços ora recuos, com intensa discussão ideológica e partidária. Nas discussões envolvendo a decretação da Maioridade, que muitos políticos consideraram um golpe, foi decisiva a participação de mineiros como Bernardo Pereira de Vasconcelos, Teófilo Benedito Ottoni, Honório Hermeto Carneiro Leão, figuras proeminentes da vida política do momento. Aceleram-se os debates com a queda, em 1837, do Regente Feijó.

Um marco importante na evolução política dessa época é o Ato Adicional, de 12 de agosto de 1834, uma conquista liberal, que faz alterações na Constituição do Império e assinala nova fase de descentralização do poder. Opunha-se ao regime do Primeiro Reinado, excessivamente centralizador, característica do absolutismo de Dom Pedro I. A importância do Ato está principalmente na autonomia que concede às Províncias, criando as Assembleias Legislativas Provincianas, em substituição aos Conselhos Gerais previstos na Constituição. A organização dos executivos estaduais e municipais, mal definida no Ato, passou a ser a discussão principal.

A 12 de maio de 1840, uma Lei Interpretativa do Ato voltará a centralizar poderes. Tratava-se de uma conquista dos conservadores, que alegavam a fragilidade e as "fraquezas provinciais" e temiam uma maior liberdade do povo. O país vivia momento de agitações políticas, com revoltas pelas províncias. O Código de Processo, de 1832, complementar ao Código de Processo Criminal, que se constituía em uma conquista dos liberais, pois adotava o instrumento do habeas corpus e a justiça eleitoral, é revisto pelos conservadores, tornando-se mais severo e será causa, entre outras, de rebeliões que convulsionam o período da Regência, como a Sabinada, na Bahia, a Cabanada, no Pará, a Balaiada, no Maranhão, ou a dos Farrapos, no Rio Grande do Sul.



Teófilo Benedito Ottoni será o parlamentar, de orientação liberal, que mais se destacará na discussão política do período. Fonte: Wikipédia

É que após a abdicação de Dom Pedro I ocorre no país uma onda de liberalismo, com conquistas no parlamento e na imprensa, naturalmente provocando efervescência política e social. Em 1941, nova lei vai reformar o Código de Processo Criminal, com melhores definições da ação policial e do aparelho repressor quanto às revoltas. Concordam os historiadores que o movimento cíclico entre períodos ora liberais ora conservadores será o principal traço desse período. Bernardo Pereira de Vasconcelos, ouro-pretano, jurista e parlamentar, será o redator principal dos primeiros códigos. E Teófilo Benedito Ottoni será o parlamentar, de orientação liberal, que mais se destacará na discussão política do período. Vida e obra de Teófilo Otoni estão retratadas no magnífico trabalho "Teófilo Ottoni, ministro do povo"", de 1978, do político e escritor mineiro Paulo Pinheiro Chagas. Outra referência importante é de Nilmário Miranda, jornalista e político, defensor dos direitos humanos no Brasil, que em 2007 publica "Teófilo Ottoni, a república e a utopia do Mucuri", retratando a atuação política de Teófilo e seu esforço de colonização e desenvolvimento da região mineira.

O quadro que se instaura nos primeiros dois anos após a Maioridade de 1840 levará a nação novamente a um clima de insatisfação, especialmente causado pelo Ministério então organizado para o iniciante Segundo Império. O Ministério é acusado de despótico e absolutista, voltado para a manutenção de privilégios de uma aristocracia ultrapassada. A revolta não se fazia contra a monarquia constitucional ou contra a figura do menino-imperador, mas contra os atos do Ministério, centralizador e oligárquico, e que retirara vários poderes das assembleias provinciais, entre outras medidas impopulares, em parte pelo temor das rebeliões populares ocorridas na Regência.

Reação ocorre em 1842, já no reinado de Dom Pedro II, em Minas e São Paulo. Ouro Preto é sitiada pelos adeptos da chamada Revolução Liberal, liderados por Teófilo Ottoni e pelo Barão de Cocais, José Feliciano Pinto Coelho, este presidente interino da Província e que



Recanto dos Bravos, em Santa Luzia. Anualmente é lembrada a revolta dos "luzias" (Revolução Liberal,) e a liderança de Teófilo Ottoni. Mas também a ação do Duque de Caxias é exaltada como pacificador. Fonte: Prefeitura de Santa Luzia.

coordena, nos momentos iniciais, o movimento de discordância e protesto contra o Ministério. A rebelião iniciara-se em Barbacena, por impossibilidade de começar na capital Ouro Preto, e os rebeldes se transferiram para São João del-Rei, esperando se fortalecerem e de lá partir para a tomada da capital da Província. Esperava-se uma decisiva adesão de São Paulo, especialmente de Sorocaba, o que não ocorreu. Os revoltosos acabaram marchando para Sabará, mas travaram os combates definitivos em Santa Luzia, donde o nome de "Revolução dos Luzias". Após derrotarem o primeiro contingente de tropas do governo, os "luzias" foram batidos pelas tropas comandadas pelo Duque de Caxias, Luís Alves de Lima e Silva, após a forte resistência liderada apenas por Teófilo Ottoni. José Feliciano Pinto Coelho desertara, derrotado na sua posição conciliadora. Teófilo é preso e levado para Mariana, onde foi inocentado em dezembro de 1843. Ao entrar na sala do julgamento, é recebido de pé pelos membros do júri e liberado. Em Santa Luzia, anualmente, no local do combate, é lembrada a revolta dos "luzias" e a liderança de Teófilo Ottoni. Mas também a ação do Duque de Caxias é exaltada como pacificador. Em frente à matriz, casarão antigo, hoje museu da cidade, é lembrado como quartel dos amotinados.

Ao irromper o movimento, foi enviado a Dom Pedro II o "Manifesto aos Mineiros", assinado por José Feliciano Pinto Coelho, peça de grande significado histórico e político, que procurava explicar e justificar as motivações dos revoltosos. Na opinião de Souza Sobrinho ("A importância de Minas na política nacional", Ed. Laemmert, Rio, 1973), o "Manifesto aos Mineiros" constitui uma peça que caracteriza muito bem "o processo de formação política do povo mineiro através de sua existência histórica, de suas lutas contra o absolutismo e a prepotência lusitana e que o levaram ao amadurecimento de uma concepção de vida e de dignidade, intimamente ligadas à liberdade condicionada a direitos e deveres". E lembra que o pensamento dos mineiros ficou expresso inicialmente no programa da Conjuração de 1789, quanto já se falou em Independência e República.

Com base nesses princípios, os mineiros atuaram na decisão do Fico, em 9 de janeiro de 1822, na Proclamação da Independência, em 7 de setembro de 1822, na Abdicação de Dom Pedro I, em 7 de abril de 1831, e na Revolução Liberal, em 10 de junho de 1842. Os mineiros, como mostram todos esses episódios, sempre que necessário pegaram em armas ao lado da opção liberal e na defesa da Constituição, mesmo quando episódios de caráter conservador irromperam em seu território. Registro histórico importante do que foi a Revolução Liberal está no livro "História do movimento liberal de 1842", do cônego José Antônio Marinho (nascido em Brejo do Salgado, hoje Januária, em 1803), que teve participou direta na revolta mineira. O livro foi editado pela primeira vez em 1844.

Diz o historiador Francisco Iglesias, em prefácio a uma edição do livro do cônego Marinho, que "o momento armado de 1842, em São Paulo e Minas", demonstra bem o sentido contestador do brasileiro, "contrário ao estereótipo da cordura do povo, que teria uma trajetória de conciliação e sem sangue, tese já definitivamente arquivada". No conjunto de revoltas, destacado no período da Regência e no início do Segundo Império, o movimento de 1842 foi o último, após o que a Província cairia na rotina, sem outras lutas e conflitos maiores. O objetivo do movimento foi "livrar o nosso adorado monarca da coerção em que o tem posto a oligarquia hoje dominante", como se lê no ofício da Câmara de Barbacena, pelo qual se faz a convocação para a posse de José Feliciano Pinto Coelho como presidente interino da Província de Minas. O documento protesta contra o Código de Processo Criminal, que "reduz os direitos dos cidadãos" e faz referência à submissão do governo ao estrangeiro.

Alguns mineiros ilustres, com origens e diferentes formações, revelam bem o caráter regional. Papel destacado em todo o período do Primeiro Império e da Regência, nas vidas mineira e nacional, tem Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850), de ilustre e antiga família ouro-pretana. Protagoniza o famoso episódio do Regresso, de 1837, em discurso na Assembleia Nacional, pelo qual declara que deixa de ser liberal para tornar-se conservador, ou regressista, mas que será decisivo na compatibilização da vida política do país, influindo na normalização política e garantindo a continuidade da Regência e a Declaração da Maioridade. Seu ato, que ele explica como imposição de contribuir para a evolução política da nação, será uma atitude para a manutenção da ordem e evitar a desintegração institucional. Milton Campos, ex-governador de Minas, estudioso de Bernardo, é quem melhor explica essa evolução de Vasconcelos: "Liberal quando a autoridade degenerava em despotismo e conservador quando a liberdade se desfigurava em anarquia". Liberal típico do Primeiro Reinado, adversário do absolutismo de Dom Pedro I, tribuno famoso e jurista, autor de vários códigos, será o principal construtor do pensamento conservador no Segundo Reinado, que entendia ser a posição adequada ao momento político brasileiro, quando iniciava sua vida independente. Filho de ilustre família mineira de juristas e homens públicos, Vasconcelos foi o político de maior influência do período como deputado-geral, senador, conselheiro de Estado, ministro da Fazenda, da Justiça e do Império. Mas foi, sobretudo, jurista eminente, autor do Código Penal e do Código de Processo, além de legislador fecundo, elaborador de projetos criadores das normas do Conselho de Estado, regulamentação das sesmarias e da presença de estrangeiros. Vasconcelos será autor e articulador de um conjunto de reformas

políticas que vão se completar a partir de 1841, com a Maioridade de Dom Pedro II, e que vão permitir o centralismo político do Segundo Império. A Câmara Municipal de Ouro tem o seu nome e o seu retrato ilustra seu plenário.

Outro mineiro influente, neste período, será o conde e marquês do Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão (1801/1856), mineiro de Jacuí, considerado um destacado estadista do Segundo Império. Foi diplomata, magistrado, parlamentar e ministro. Monarquista, conservador, com vocação áulica, foi ministro da Justiça e da Fazenda, pacificou Pernambuco. Conseguiu, em 1832, evitar a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, como pretendia o padre Feijó. Foi o principal articulador da Conciliação de 1853, quando presidia o Conselho de Ministros, denominado Gabinete da Conciliação, acordo que garantirá a estabilidade e a integridade dos partidos exauridos, permitindo o prolongamento do Segundo Reinado com relativa estabilidade, só quebrada em 1870, quando é lançado o primeiro manifesto republicano no Brasil. Dom Pedro II permaneceu no poder por 49 anos.

A Conciliação, que ficará como um traço da personalidade e da conduta política dos mineiros é, na verdade, um pacto conservador das elites, sob a justificativa da preservação da ordem e da tolerância, e que se entendem para evitar rupturas transformadoras sem o seu controle ou que ameacem a sua permanência no poder. A conciliação entrou para a História do Brasil como sendo característica da conduta política dos mineiros e que encontra referência histórica e sociológica no episódio liderado pelo marquês do Paraná. Essa característica ditará a atuação dos políticos mineiros em vários episódios posteriores. Diz-se que o político mineiro, que transita entre o liberal e o conservador, adota, por isto mesmo, uma espécie de transigência, por instinto e experiência, senão esperteza e sobrevivência, que lhe permitem enxergar e distinguir o que é transitório e o que é permanente. Sempre que possível é moderador, melhor meio de construir maiorias que sustentem a permanência.

Exemplo típico do liberal mineiro é Teófilo Benedito Ottoni, nascido no Serro (1807-1869), espírito rebelde, jornalista, comerciante e empresário, empreendedor, republicano e abolicionista, entusiasta do movimento da Independência Americana de 1776. Foi deputado provincial, deputado-geral e senador do Império. Em 1830, cria o famoso "Sentinela do Serro", por meio do qual combate o absolutismo de Dom Pedro I e prega a adoção, pelo Brasil, dos valores e ideais americanos. Apoiou a abdicação de Dom Pedro I em 1831 e a aclamação de Dom Pedro II como imperador, em 1841. Envolveu-se nas lutas liberais do período da Regência. Em 1842, como já dito, liderou a Revolução Liberal de Minas contra o monopólio do poder pelos conservadores. Deputado, tornou-se líder popular no Rio e, por várias vezes, arregimentou a população para protestos no Campo de Santana ou para resistir a atos ditatoriais. Atuou no parlamento e nas ruas, em meio ao povo. Em 1847, afastando-se da política, criou a Companhia de Navegação e Comércio do Vale do Mucuri, por concessão do Governo de Minas. A Companhia pretendia ligar a região ao litoral, através do Rio Mucuri, como via de exportação da produção incentivada de um amplo território, colonizado também por imigrantes estrangeiros, trazidos por Teófilo Ottoni. Em 1852, ao lado do Rio de Todos os Santos, lançou o marco inicial de Nova Filadélfia, cidade que, em 1878, passou a se chamar Teófilo Ottoni. A inspiração veio de Philadelphia, nos EUA, na Pensilvânia, onde foi aprovada a Constituição da Independência Americana, em 1776. Mais tarde, falida a empresa, Ottoni voltou à vida pública.



Ponte Americana, Estrada União e Indústria, entre Juiz de Fora e Petrópolis, inaugurada por D. Pedro II, em 1861. Com 144 km de extensão, foi a primeira rodovia macadamizada da América Latina (processo de pavimentação pré-asfáltico). Fotografia: - Revert H. Klumb. Fonte: Acervo Museu Mariano Procópio, os respectivos originais são custodiados pela Fundação Museu Mariano Procópio.

No seu precioso "História e teoria dos partidos políticos no Brasil" (2ª edição, Ed. Alfa Omega, 1974), Afonso Arinos afirma que "Minas Gerais, por fatalidade da sua história, fornecia em Teófilo Ottoni o tipo simbólico do renascimento liberal, como já oferecera os tipos simbólicos da estabilidade conservadora e da construção parlamentar em Paraná e Vasconcelos. Realmente, se se desejar figurar em três homens as fases de construção, apogeu e decadência do Império, eles seriam três mineiros: Bernardo, Honório, Ottoni".

O engenheiro de minas alemão Henrique Guilherme Fernando Halfeld (Hannover, 1797; Juiz de Fora, 1873) é outro exemplo de vida de realizações. Halfeld ingressou no Exército alemão como tenente e participou da Batalha de Waterloo (junho de 1815), que derrotou Napoleão Bonaparte. Trabalhou em minerações alemãs e veio para o Brasil em 1825 para integrar o Imperial Corpo de Engenheiros formado por Dom Pedro I. Em 1934, adquiriu sesmaria às margens do Rio Piracicaba e, dois anos depois, foi nomeado engenheiro da Província de Minas Gerais, quando residiu em Ouro Preto. Foi designado para construir a Estrada do Paraibuna, uma variante do Caminho Novo, ligando Juiz de Fora a Petrópolis e ao Rio de Janeiro, com a ambição de alcançar Ouro Preto, então capital do Estado. Será a ligação com o Rio que permitirá o crescimento vertiginoso de Juiz de Fora, onde Halfeld fixou-se. Em 1942, como comandante de uma bateria de canhões, participa da Batalha de Santa Luzia, na qual Duque de Caxias derrotou os "luzias", partidários da Revolução Liberal, comandados por Teófilo Ottoni. De 1852 a 1954, realiza completo estudo do Rio São Francisco, de Pirapora até o Oceano Atlântico, percurso de quase 2 mil km, percorrendo todo o trajeto e os principais afluentes, elaborando mapas, cartas topográficas e indicação de canais de navegação. Trabalhou na Saint John Del Rey Mining Company e em minas de ouro do barão de Cocais, José Feliciano



D. Pedro II, família e comitiva de Juiz de Fora, com participação de Mariano Procópio, no Rio Paraibuna, em 1861. Fotografia: - Revert H. Klumb (possivelmente).
Fonte: Acervo Museu Mariano Procópio, os respectivos originais são custodiados pela Fundação Museu Mariano Procópio.

Pinto Coelho. Realizou grande número de obras urbanizadoras em Juiz de Fora e implantou várias estradas em Minas e no Rio. Em Juiz de Fora, onde é considerado um dos construtores da cidade, tem seu nome homenageado em uma das principais ruas e em um parque público.

Com trajetória similar, marcando sua vida com iniciativas modernizantes, foi Mariano Procópio Ferreira Lage (1821-1872), natural de Barbacena, mas que realizou sua vida em Juiz de Fora. Inclinado para a ciência e a tecnologia, tendo realizado estágios na Europa e nos Estados Unidos, foi diretor da Estrada de Ferro Dom Pedro II e das Docas da Alfândega, no Rio. Elegeu-se também deputado. Mas sua obra pioneira foi a constituição da Companhia União e Indústria, integrada por várias colônias de produtores rurais ao longo da Estrada União e Indústria, que implantou de 1856 a 1861, entre Juiz de Fora e Petrópolis, aproveitando o leito do antigo do Caminho Novo, que vinha direto do Rio a Ouro Preto, aberto por Garcia Rodrigues Pais, em 1700. Aprendera, nos Estados Unidos, o processo inventado pelo escocês Mac Adam de mistura de cascalho e piche, produzindo leito rodoviário mais estável e plano. Ao longo da estrada, criou colônias de produtores rurais, trouxe imigrantes da Alemanha e vários engenheiros, como alemães e franceses. Algumas pontes e cortes implantados pela rodovia, até hoje em uso, são soluções tecnológicas inovadoras. Criou escola agrícola, foi proprietário de ricas fazendas, sempre pioneiro na adoção de técnicas modernas de produção e organização empresarial. A Estrada União e Indústria exerceu papel fundamental no desenvolvimento de Juiz de Fora e toda a Zona da Mata. Em Juiz de Fora, em chácara no centro da cidade, o Museu Mariano Procópio, organizado e implantado por seu irmão, Alfredo Ferreira Lage, na velha residência da família, relata sua vida e obra, reunindo preciosa coleção de objetos, obras de arte e documentos de Dom Pedro II e da Princesa Isabel, de quem Mariano Procópio foi amigo.



Em chácara no centro da cidade, o Museu Mariano Procópio, organizado e implantado por Alfredo Ferreira Lage, reuni preciosa coleção de objetos, obras de arte e documentos de Dom Pedro II e da Princesa Isabel, de quem Mariano Procópio foi amigo. Fonte: Acervo Museu Mariano Procópio, os respectivos originais são custodiados pela Fundação Museu Mariano Procópio.

A União e Indústria irá sofrer, a partir de 1854, a concorrência da ferrovia que ligará Juiz de Fora ao Rio, o que a levará à falência. Um prolongamento desta ferrovia chegará até Ouro Preto em 1889, vindo de São Julião (hoje Miguel Burnier) e que alcançava Ponte Nova. O trajeto até Ouro Preto foi inaugurado por Dom Pedro II no princípio de 1889, junto com a velha estação, que ainda hoje serve ao trem turístico até Mariana. Será a Estrada de Ferro Dom Pedro II, precursora da Estrada de Ferro Central do Brasil. Um século depois, no leito da Estrada União e Indústria, será implantada a BR-040, que hoje tem rodovias de contorno tanto em Juiz de Fora como em Petrópolis.

Milton Campos, em texto famoso publicado em "O Jornal", em 1927, sob o título "A constante liberal de Minas", fornece importantes considerações sobre a trajetória política do Estado e seus homens públicos, em toda a História do Brasil. Cita Bernardo Pereira de Vasconcelos, Honório Hermeto Carneiro Leão e João Pinheiro como exemplos, entre muitos outros, de mineiros portadores de uma "constante que, ora manifestada nas demonstrações públicas, ora velada nos motivos determinantes, sempre inspirou a ação política de Minas". É a "constante liberal". Diz ele que "o liberalismo mineiro existe efetivamente, não como partido ou doutrina política, mas como índole, temperamento e vocação. Não é o liberalismo das frases sonoras, atmosfera de incultura e veículo da demagogia. Nem é romantismo político, cujas abstrações fogem ao quadro das realidades. Nada mais característico do temperamento mineiro do que o senso de realidade".

Concordam a maioria dos historiadores que o mineiro, liberal ou conservador, do minerador ao ruralista, mantém, no entanto, traços comuns resultantes de sua herança singular, amálgamas antropológicos formados ao longo de uma trajetória histórica específica.

"Gestou-se em Minas Gerais uma cultura política própria, que ganha relevo nos momentos de transição no Brasil, visível no chamado fenômeno da conciliação" ("Mitologia da mineiridade", Maria A. Nascimento Arruda,1990). Os mineiros tornaram-se vocacionados para a celebração de pactos político-sociais, um dos traços da "mineiridade", formado ao longo da sua trajetória histórica, de lutas entre extremos na conquista do território e na difícil corrida pelo ouro, condições que recomendam a busca do entendimento, do acordo.

Nos últimos 20 anos, a historiografia volta sua atenção para o período provincial (de 1822, com a Independência, quando deixa de ser Capitania, a 1889, com a Proclamação da República), desfazendo, em grande parte, a opinião predominante de que o período, correspondente ao século XIX, fora de estagnação e atraso econômico. Surgem, muito recentemente, sobretudo com a expansão da pesquisa acadêmica, leituras novas da História de Minas, em especial do século XIX, com afirmações de que ocorreram avanços e conquistas importantes, que começam a ser melhor avalizadas quanto aos seus impactos e consequências na economia regional. Realiza-se, portanto, uma revisão desse quadro e a nova abordagem sustenta que o declínio da mineração não provocou estagnação econômica absoluta. Foi a mineração substituída de maneira gradual, e concomitantemente à sua exaustão, sobretudo entre 1780 e 1830, pelo desenvolvimento de um mercado interno de subsistência, num primeiro momento e, logo depois, pela expansão de um sistema produtivo dedicado à exportação, especialmente para o Rio de Janeiro, mas também para outras regiões, inclusive São Paulo. A atividade agropastoril nasceu inicialmente como prática substituta nas regiões de mineração e expandiu-se, fortemente, em menos de três décadas, predominantemente para a Zona da Mata e o Sul de Minas, como também para o Centro-Oeste, onde adquiriu organização mercantil-produtiva de porte com o crescimento de suas cidades e a existência de amplo mercado consumidor no Rio de Janeiro. Na região do Alto Paranaíba, Noroeste Mineiro, a qualidade das terras, planas, permite expansão agrícola excepcional e a vitalidade econômica de cidades como Patos de Minas, Coromandel, Carmo do Paranaíba, Lagoa Formosa, São Gotardo, Ibiá, Patrocínio, Presidente Olegário, João Pinheiro, Unaí e muitas obras.

Além da ocupação agropastoril ocorrida em substituição à mineração, especialmente nas regiões onde se encontram terras de melhor qualidade, sobretudo a partir da presença da Corte portuguesa no Brasil e a extinção da legislação proibitiva da atividade industrial, desenvolveram-se segmentos como a produção de fios e panos, a siderurgia e forjarias e a exploração aurífera subterrânea, esta alimentada por capitais ingleses, que trouxeram melhores técnicas de extração profunda. Por volta de 1830, pelo menos dezoito grandes empreendimentos de exploração de ouro em Minas eram de capitais ingleses. Investimentos já com maquinário da época possibilitando exploração mais eficaz do ouro.

É o que explica o fato de Minas ter mantido e sustentado a maior população escrava do país. Trabalhos de Douglas Libby ("Transformação e trabalho em uma economia escravista", de 1988) e de Roberto Martins ("A economia escravista de Minas Gerais no século XIX", atualizado e ampliado em 2018) sustentam, em oposição a versões anteriores, que não teria havido absoluta involução econômica após a mineração de ouro, mas um crescimento econômico dado especialmente pela atividade agropastoril de subsistência, empregadora de enorme mão de obra escrava. Minas foi a principal província importadora de cativos na primeira metade do século XIX: tinha cerca de 169 mil escravos em 1819 e um total de 382

mil em 1873. Em algumas cidades, de acentuada vocação agropecuária, o número de escravos quase se equivalia ao de homens livres. Proibido o tráfico em 1850, procedeu-se a uma intensa transferência dos escravos para as áreas agrícolas, onde a mão de obra, sobretudo nas grandes lavouras, era essencial. João Teixeira Coelho em sua "Instrução para o Governo da Capitania de minas Gerais", produzida entre1778 e 1780, diz que "os habitantes… largaram os picões e as alavancas e acorreram para a agricultura".

Roberto Martins, economista e professor, publica em 2018, como já dito, uma ampliação de sua tese de 1980, a apresentada à a Universidade de Vanderbilt ("Crescendo em silêncio – A incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX"), trabalho excepcional de pesquisa histórica. Sustenta que nos anos finais do século XVIII e no XIX Minas Gerais constituía um paradoxo, pois continuava a manter o maior número de escravos numa economia tida como de transição e não exportadora, a exceção de algumas regiões mais próximas do Rio de Janeiro. E o contingente de escravos se mantinha em constante expansão. O número de escravos, que era de 170 mil em 1819, passou para 380 mil em 1873. Minas, então, sem a mineração intensiva ou uma forte economia de exportação agropecuária, continuava a ter mais escravos do que qualquer outra região do Brasil.

A tese de Martins, hoje plenamente aceita, essencial para a historiografia mineira contemporânea, confronta a opinião até então dominante de que Minas mergulhara, no século XIX, na pós-mineração, em profunda estagnação econômica. Martins publica extensa pesquisa sobre a economia mineira no século XIX, suprindo carência comentada e lamentada de dados e informações do período, lembrando o historiador Francisco Iglesias que lamentava a "pobreza da historiografia sobre o século XIX mineiro". Para ele, o estudos econômicos contemplavam o modelo de "crescimento primário-exportador", baseado em ciclos econômicos, que buscavam na exportação de um ou outro produto básico sua atividade, o que representava "perda de dinamismo" e surgimento de estagnação quando ocorria o declínio econômico do ciclo. Para o autor, tal posição decorre de uma "mentalidade colonizada", centrada no trinômio "monocultura, latifúndio e escravidão", decorrente de uma "obsessão agrário-plantacionista-exportadora", conceito criado por Caio Prado Júnior e adotado por historiadores como Roberto Simonsen e Celso Furtado. Esta visão de ciclos começa ser quebrada a partir de 1929, com o colapso da demanda externa após a crise mundial do café. É Caio Prado, no seu "Formação do Brasil contemporâneo", de 1942, que diz que "se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns poucos gêneros, mais tarde ouro e diamantes, depois algodão e, em seguida, café, para o consumo europeu". Minas Gerais e sua economia escravista, para Roberto Martins, são exemplos bem concretos que permitem contestar esta visão e que a historiografia contemporânea vem revisando, por força da expansão da pesquisa realizada pelas teses de dissertação e doutorado. Entre 1821 e 1830, período de implantação de grande lavoura cafeeira, "Minas foi o destino de 41,1% de todos os africanos novos remetidos do Rio de Janeiro para o interior do País". Rio recebeu 33,7% e São Paulo 15,2%. Enfim, Roberto Martins sustenta que a propalada estagnação mineira é contestada por uma diversificação econômica no fim dos "setecentos e início dos oitocentos", o que explica a grande demanda e a presença de escravos. E, ao final, pergunta Martins: "Pobreza de Minas ou pobreza da História".

A nova visão para a chamada "crise da mineração" vem substituindo o conceito de "decadência econômica" por "acomodação evolutiva", nas próprias atividades minerárias ou na agropecuária. O barão de Eschwege (Luís Guilherme von Eschwege, mineralogista alemão, 1777-1855), que veio para o Brasil em 1810, fixando-se em Vila Rica em agosto de 1811, só retornando à Alemanha em 1821, sempre a serviço da Coroa portuguesa, realizou, sob o estímulo de Dom João VI, intensa pesquisa sobre as ocorrências minerais na Capitania. Em 1833, publicou a notável obra "Pluto brasiliensis", em dois volumes. Eschwege afirma que existiam ainda em Minas Gerais em torno de 555 lavras, nas quais trabalhavam 6.662 pessoas livres e mais 6.493 escravos. Havia ainda mais de cinco mil faiscadores, ou garimpeiros, trabalhando individualmente. Mas a produção geral do ouro já não passou, neste ano, de 800 quilos. Terá sido Eschwege, em 1812, o primeiro a produzir ferro industrialmente no Brasil, em Congonhas. Adquiriu minas de ouro no Morro de Santo Antônio, entre Vila Rica e Mariana, acima do Distrito de Passagem de Mariana, onde aplicou técnicas de extração inovadoras em toda a região.

A produção agropastoril provocou um amplo sistema de trilhas e estradas, interligando os grandes centros de consumo com as zonas de produção. É o que mostram os Registros de Entradas e Saídas de produtos diversos, existentes na Casa dos Contos, em Ouro Preto, com preciosas informações sobre origens e destinos de mercadorias. Ocorre, desde os últimos anos do século XVIII, a migração de famílias e capitais para a Zona da Mata e, em menor escala, para o Sul de Minas. Um relato pormenorizado desse quadro está no trabalho de Mônica Ribeiro de Oliveira "Negócios de famílias – mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870", Edusc-2005.

Na História de Minas, o século XIX foi o menos estudado em meio a várias lacunas e problemas que marcam todos os períodos, com mais hipóteses do que certezas. A conclusão é que, "embora deficientemente, a Capitania foi estudada, enquanto a Província não mereceu atenção", dizia o historiador Francisco Iglesias em seu "Política econômica do Governo Provincial (1835-1889)", de 1958. Em verdade, feita a Independência, encerrado o regime colonial, Minas, assim como outras províncias, tem que se adequar a um novo regime, organizando governos municipais e estadual, políticas econômicas, representação política, conquistas que não foram fáceis nem rápidas, como mostram as lutas e conflitos de construção das instituições políticas que tumultuam todo o Primeiro Império e a Regência.

Bastaria citar que a Província de Minas, "durante o regime presidencial, no Império, teve 117 períodos administrativos: 59 presidentes e 63 vice-presidentes em exercício", para um tempo de "65 anos, 8 meses e 16 dias (de 29 de fevereiro de 1824 a 17 de novembro de 1889". Para cada administração, a média de quase sete meses apenas. O governo provincial será, portanto, marcado pela transitoriedade das administrações.

Na economia, grande era a deficiência de infraestrutura: ainda eram precários os "meios de comunicação e transportes, desigual era o sistema de distribuição de terras, precária a tributação, não havia mão de obra qualificada". E os governos ineficazes. O presidente Antônio Paulino Limpo de Abreu, em 1835, em relatório à Assembleia Legislativa, já diz que "Minas é uma província agrícola". Produzia, enviando parte para o Rio, café, cana-de-açúcar, tabaco, milho, arroz, feijão, mandioca, algodão e tabaco. Em menor proporção, irregularmente, trigo, chá, uva, linho, cevada e centeio.

A província, com a expansão agrícola, tornou-se também forte na pecuária, com carne e leite, motivo de conquista e abertura de novas fronteiras territoriais, desde os primeiros tempos. A criação do gado tem primazia na colonização de amplas áreas no Norte de Minas, em especial no Vale do São Francisco, a partir da Bahia. O mercado produtor mineiro tornou-se um fornecedor para o abastecimento do Rio e São Paulo. "Nos exercícios financeiros de 1839/40 e 1842/43, a exportação de gado vacum, suíno, toucinho, queijos e couros é mais rendosa que a do café, fumo e açúcar", relata Francisco Iglesias.

Estudos mais recentes reforçam o papel econômico do Sul de Minas como a principal região abastecedora do mercado consumidor do Rio de Janeiro, ampliado com a presença de Dom João VI e a Corte portuguesa a partir de 1808. A expansão da produção agrícola se dará gradualmente, a partir das primeiras décadas do século XIX e se fará, sobretudo, a partir da metade do século, concomitantemente com a expansão das lavouras cafeeiras. Caio Prado Júnior ressalta as condições favoráveis do Sul mineiro "como região abundante de águas, com rios perenes, pluviosidade bem distribuída e forragem privilegiada, mesmo nas áreas mais altas". O Sul de Minas será também pioneiro e exemplar, no país, na organização da produção agropastoril, com fazendas de grande porte, com administração empresarial, adoção das técnicas modernas disponíveis, inclusive plantio de espécimes de forragens de melhor produtividade, diversificação de atividades e vocação mercantil, com alta lucratividade, algumas se especializando em determinados produtos.

Embora o café surja já nos anos iniciais do século XIX, será nas últimas três décadas que se tornará lavoura dominante na Zona da Mata e, em menor proporção, no Sul de Minas, conformando um novo tipo de economia e remodelando o perfil de várias cidades dessas regiões. O café foi o produto predominante, durante quase todo o século XIX, da pauta de exportação mineira: em 1818, era apenas 1,7% do valor desta pauta, já em 1850 alcançava 56,1% e chegava à quase totalidade do valor em 1890, com 84,6%. A pesquisa de Ana Luiza Martins "Império do café – a grande lavoura do Brasil – 1850 a 1890", mostra a expansão das grandes fazendas cafeeiras, dominadas por famílias com ares aristocráticos, em geral com títulos nobiliárquicos, barões, condes, viscondes e marqueses, organizadas como empresas, nas quais havia a casa grande senhorial, forjas e oficinas, máquinas para preparo de outros produtos, especialmente o desdobramento da mandioca e do milho, moenda de cana-de-açúcar e alambique para a cachaça e fabricação de rapadura, olaria, pátio para secagem do café e maquinaria especial para despolpamento, curral e casas de escravos e colonos, escola e capela. Nos nossos dias, o chamado Turismo Rural se torna forte em Minas com a transformação dessas velhas propriedades em hotéis, com preservação, pelo menos parcial, das atividades agropastoris e prática da velha culinária mineira, bastante apreciada.

Outra característica dessa sociedade que se forma sob o impulso das grandes fazendas de café são os casamentos consanguíneos e o estabelecimento de ligações por parentesco e compadrio, como formas de manutenção da indivisibilidade das terras e manutenção de influências e poder político. Este foi o procedimento padrão da organização sócio-familiar, sempre eficaz na multiplicação de oportunidades e consolidação de propriedades. Afinal, quanto mais amplas e sólidas as relações alcançadas nos arranjos matrimoniais, mais se estruturava uma rede de cunho familiar, com repercussões nas atividades comerciais. Essa nova elite, de origem rural, mas com

expressão política pelo poder econômico, passará a ter, sobretudo nas três décadas finais do Segundo Império, alguma expressão política. E sempre na vertente conservadora, escravista, elitista e praticante de um mando político do tipo "curral eleitoral".

Como elos fundamentais da cadeia econômica desse sistema produtivo-mercantil, antes com produtos de primeira necessidade e, mais tarde, com o café, desenvolvem-se grandes casas comerciais importadoras e atacadistas do Rio de Janeiro, quase todas proprietárias de tropas para transporte de mercadorias. Crescem igualmente, no contexto regional, várias cidades sul-mineiras. São João del-Rei e Barbacena, por sua localização geográfica central no mapa mineiro, situadas à margem das principais estradas de ligação, tornam-se dois polos do comércio atacadista, entroncamentos por onde se recolhiam mercadorias vindas de outras regiões, pontos de tropeiros e onde se instalaram grandes armazéns. Recolhiam a produção agropecuária de vasta região e promoviam seu transporte e comercialização. É o que explica seu crescimento urbano e econômico além dos outros núcleos regionais. Por elas passavam mercadorias originárias também de Goiás e do Mato Grosso. Santo Antônio do Paraibuna, que se chamou Juiz de Fora a partir de 1865, núcleo principal do Caminho Novo, beneficia-se igualmente desse fluxo de mercadorias para o Rio.

Estudo de Marcos Paulo de Souza Miranda descreveu e revelou a existência, ao lado das estradas reais dos caminhos velho e novo, usados nos primeiros anos da ocupação do território mineiro, de um "Caminho do Comércio", por onde passavam caravanas de tropeiros vindos das regiões produtoras de Minas. Seu traçado começava em Pati dos Alferes, no Rio, passava por Paraíba do Sul, Valença e, no território mineiro, por Rio Preto, Bom Jardim, Turvo (atual Andrelândia), Madre de Deus, a região do Rio das Mortes, São João del-Rei. Por ela passou Saint-Hilaire, que a descreveu como rota do comércio de mercadorias das regiões produtoras de Minas para o Rio de Janeiro, especialmente nas primeiras décadas do século XIX.

Minas mantém hoje, agora pousadas que exploram o Turismo Rural, várias "fazendas de abastecimento", surgidas nos limites das regiões da mineração. Eram propriedades produtivas de mantimentos para a área mineradora, de terras impróprias para a lavoura e a pecuária.

Desenvolvem-se, do mesmo modo, Paracatu e outras cidades ribeirinhas ao Rio São Francisco, situados ao longo de caminhos por onde transitava o comércio de gado e produtos agrícolas. Viajantes como Saint-Hilaire e Luccock dão notícias da grande movimentação comercial de São João del-Rei, informações confirmadas por Augusto Viegas, em "Notícia de São João del-Rei", aplicado pesquisador e historiador da cidade. Várias firmas atacadistas tinham tropas com até 50 mulas cada, fazendo regularmente o trajeto para o Rio de Janeiro. Spix e Martius também contam do movimento de "mulas cargueiras" que levam para o Rio de Janeiro "toucinho, queijos, algum tecido de algodão, chapéu de feltro, gado bovino, mulas, galinhas e barras de ouro". Minas abastecia o Rio de Janeiro com todos os gêneros alimentícios de primeira necessidade, ficando pouca porcentagem para São Paulo e Paraná, enquanto a navegação de cabotagem trazia produtos mais típicos donorte do país

Um exemplo significativo, citado por Alcir Lenharo, em "As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842", de 1979, é o que revela as atividades de "dona Joaquina do Pompéu, proprietária de largas extensões de terras e tradicional vendedora de gado para a Corte no Rio. Nos dias após a chegada das Cortes

com Dom João VI, ela contribuiu, em um fornecimento especial, com 200 cabeças de gado para o abastecimento do Rio. E o fazia através de seu representante comercial em Vila Rica, Diogo Pereira de Vasconcelos, pai de Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Os tropeiros representam um capítulo especial na História de Minas. Em geral, formados por grupos familiares, organizados de forma independente ou pertencentes a firmas atacadistas ou a fazendeiros, quase sempre com muitos escravos, abriram muitas trilhas pelo território mineiro e percorreram vastas distâncias com mercadorias para grandes centros consumidores. Sua organização, seus caminhos, o trato dos animais, sua hierarquia, seu modo de vida e de alimentação, de canto e regozijo, seus pousos e escambos, constituem uma importante fase da sociedade mineira, com presença marcante em várias regiões e cidades. Provedor do único meio de transporte de mercadorias, agente econômico fundamental, o tropeiro fazia a ligação entre dois mundos, o urbano e o rural. Na região de Ouro Preto, até a década de 1950, tropas de burros passavam por São Bartolomeu, Cachoeira do Campo, Amarantina, Casa Branca (hoje Glaura), Acuruí e Rio Acima, levando mercadorias para Nova Lima, especialmente para a Mina de Morro Velho, então com mais de três mil trabalhadores.

Muitas são as tentativas dos governos provinciais de incentivar o desenvolvimento agrícola. A primeira escola agrícola foi criada, por ato de 31 de março de 1840, no Jardim Botânico de Ouro Preto, que se tornou famoso no cultivo, preparo e fabrico do chá como também na criação do bicho-da-seda e de abelhas. Criado por ordem régia de 1798, mas efetivamente implantado mais tarde, provavelmente só em 1825, o Jardim Botânico de Ouro Preto, o segundo do país, na região do Passa-Dez, abrigou várias atividades e experimentações, sempre descontínuas, até a sua extinção e abandono. Em 1881, ao visitá-lo, quando saía de Ouro Preto, Dom Pedro II relata que o encontrou "abandonado", servindo de local para guardar barris de pólvora, conforme anotou em seu Diário de Viagem. Ruínas antigas, de porte elevado, entre outras reminiscências, são testemunhos da imponência de antigo casarão da escola e da sede do Jardim Botânico.

Outro exemplo de descontinuidade são as tentativas de dar uso adequado ao antigo quartel do Regimento de Cavalaria Regular, como também à antiga casa de campo dos governadores da Capitania, reconstruída em 1787 por Dom Rodrigo José de Menezes, ambas em Cachoeira do Campo. Há informação, registrada por Diogo de Vasconcelos ("História Antiga de Minas Gerais", Volume I) que em 1736 o governador da Capitania, Martinho de Mendonça, mandara edificar um quartel em Cachoeira do Campo para abrigar o Esquadrão de Cavalaria, então sediado em Mariana, "por falta de pastagens" na antiga Vila do Carmo. Mas terá sido o governador Dom Antônio de Noronha, em 1775, que reorganizou as forças militares da Capitania e criou o Regimento Regular de Cavalaria de Minas, realizando a fusão de várias companhias isoladas. O Regimento instalou-se, inicialmente, em Vila Rica, onde hoje se encontra o Colégio Pedro II e o Grande Hotel, na rua das Flores ("Crônica Militar", 1969, Augusto de Lima Júnior), e só terá ocupado o novo quartel, em Cachoeira do Campo, em 1779. Como alferes de cavalaria, Tiradentes pertenceu a este Regimento que foi comandado pelo tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, um dos inconfidentes de 1789, degredado para a África. Transferido o Regimento de Cavalaria, desdobrado em vários outros quartéis, o casarão de Cachoeira ficou sem função.



Pintura do antigo Quartel de Cachoeira do Campo feita por Honório Esteves do Sacramento.
Fonte marcelobretas.webnode.com.br

Dom João VI procurou dar-lhe destinação, com diferentes atividades. Em 29 de julho de 1819, uma Carta Régia mandou estabelecer uma coudelaria para criação e melhoramento de cavalos. Dom Pedro I, que o visitou em 1831, em várias iniciativas estimulou a atividade que, no entanto, acabou extinguindo-se. Transformada em Fazenda Nacional de Cachoeira do Campo, terminou arrendada a vários particulares. Dom Pedro II a doou à Província de Minas Gerais. Já na República, em 1890, o Governo do Estado criou o Núcleo Colonial Cesário Alvim, para ensino agrícola. O seu fracasso acabou determinando a decisão de entregar ambas as propriedades à Ordem Salesiana, o que ocorreu em novembro de 1893, quando era governador Afonso Pena. Dedicado ao ensino agrícola nos primeiros tempos, virou o famoso Colégio e Internato Dom Bosco e, nos últimos anos, foi uma hospedaria, o mesmo ocorrendo com a edificação, denominada Jardim das Rosas, levantada onde havia a antiga residência dos governadores da Capitania, infelizmente demolida no princípio do século XX. O colégio, mantido pelas irmãs Auxiliadoras, ligadas à Ordem Salesiana, mantém-se em pleno funcionamento até hoje.

Nos últimos anos, é farta a historiografia que busca nas transformações econômicas e sociais por que passou a sociedade mineira no século XIX, especialmente das cidades surgidas nas zonas de mineração, os fatores condicionantes de uma personalidade regional. O século XVIII produziu uma rede de cidades de porte, nas quais o espírito aventureiro dos primeiros mineradores se adaptou à vida urbana e produziu surto cultural próprio. Mas essa vida urbana, mais próxima, convivente e com agitação social, terá de também conviver com a atividade rural, que substitui a mineração, seja para a economia de subsistência e, logo, para a geração de excedentes agrícolas exportados. A atividade agrícola é pacata, estável, segura, com um trabalho contínuo nas mesmas terras. Já a mineração exigia mobilidade, era atividade insegura, procurava-se continuamente o novo veio, dependente de alguma sorte e alta dose



Dedicado ao ensino agrícola nos primeiros tempos, virou o famoso Colégio e Internato Dom Bosco e, nos últimos anos, foi uma hospedaria. Fotografia: Raphael Simões

de aventureirismo, podendo ser exercida por um ou por muitos. O mineiro caminhou da mineração para a vida urbana e desta para a vida rural, esgotado o ouro. Acentua-se, no século XIX, o traço rural na personalidade dos mineiros. Fazendeiro, dividindo seu tempo entre a fazenda e a cidade, nesta exercendo também o papel de comerciante de produtos rurais, o mineiro forjou personalidade diferenciada no contexto brasileiro. Guarda os resquícios do minerador, mesclados com o ruralista e, nessa dinâmica psicológica, torna-se saudoso do passado glorioso do ouro. Tende a sonhar com a antiga fase áurea, recheada de ilusórias riquezas e aventuras, mas torna-se simultaneamente apegado à terra, que lhe confere estabilidade. Torna-se igualmente mais contido, assentado, precavido e recatado, austero como é próprio do homem que vive da terra e dos imprevistos fatores climáticos, dado à reflexão e à perspicácia, mais desconfiado das mudanças da vida e do tempo, mais político pela busca de amparos, poder e influência no seu próprio destino e, por isto, mais conciliador. O passado tornou-se um sonho temperado pela atividade rural, que exige aplicação contínua à família, à terra e aos animais, à propriedade, à lavoura.

Os governos provinciais adotaram várias medidas de proteção e exploração das águas minerais, uma nova riqueza de Minas, especialmente nos anos de 1850 a 1889, como análise e captações, instalações adequadas para as fontes, desapropriações, construção de balneários em cidades como Poços de Caldas, Caldas, Caxambu, Contendas, Baependi, Campanha, Lambari, Cambuquira, Araxá, São Lourenço e outras com ocorrências menores. Essas estâncias hidroclimáticas tiveram período de prosperidade, como destinos de repouso e recuperação física, pelo consumo de águas minerais, e, posteriormente, com o jogo, proibido em 1946 pelo então presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra, causando, por longo período, uma estagnação nas estâncias com o decréscimo do turismo.



Parque das Águas, São Lourenço. Os governos provinciais adotaram várias medidas de proteção e exploração das águas minerais, uma nova riqueza de Minas, especialmente nos anos de 1850 a 1889, como análise e captações, instalações adequadas para as fontes, desapropriações, construção de balneários. Fotografia: Wikipedia

Na política nacional, o Brasil viverá, durante toda a segunda metade do século XIX, um período de lutas de ajustamento político, apesar da presença serena de Dom Pedro II, um intelectual preocupado em conhecer o país, incentivador da educação e do desenvolvimento, de vida pessoal austera. O regime monárquico sofrerá contestação contínua, causada em parte pelo próprio imobilismo de uma classe dirigente aristocrática e conservadora, mas, sobretudo, pela campanha republicana, contestadora do regime, que recrudesce a partir de 1870, quando surge o primeiro manifesto pregando o novo regime. Dom Pedro dialoga, sustenta a Guerra do Paraguai (que se estendeu de dezembro de 1864 a março de 1870), resolve a Guerra dos Farrapos (ou Revolução Farroupilha, surgida em 1835 no Rio Grande do Sul e que durou até 1845) e outros motins regionais.

Será a Abolição da Escravatura, em 1888, a causa imediata da Proclamação da República, um ano depois. O governo perde o apoio da classe rural. A administração emperra em meio a sucessivas crises e desordens, políticas e militares. A economia imobiliza-se. Por toda parte surgiam, impunes, a corrupção e a prepotência. A política imperial já causara grande descrédito sobre o regime monárquico, permitindo que a República se implantasse através de uma simples manifestação militar, sem qualquer uso de força ou conflito, sem a participação do povo, que acompanhou o golpe militar "bestializado", expressão do visconde de Ouro Preto (Afonso Celso de Assis Figueiredo, nascido em Ouro Preto a 21 de fevereiro de 1836 e falecido no Rio, a 21 de dezembro de 1912), chefe do último gabinete do Segundo Império. O visconde, atento ao quadro político, acompanhava e contestava a movimentação nos quartéis, com medidas consideradas duras e até ofensivas por alguns chefes do Exército, causando grande descontentamento no meio militar, o que foi o fator desencadeante do golpe republicano.

Não houve quem defendesse o Império, a monarquia ou o imperador, por quem se tinha respeito pessoal, mas não pelo seu governo. Dom Pedro, que se encontrava em Petrópolis, simplesmente aceitou a República, sem qualquer resistência. Queixavam-se todos do sistema imperfeito de impostos, da má gestão financeira, da imobilidade governamental. Dom Pedro II, sétimo filho de Dom Pedro I, que nascera a 2 de dezembro de 1825, no Palácio de São Cristóvão, morreu em Paris, a 5 de dezembro de 1891, onde vivia no Hotel Bedford, de categoria média. Passou os últimos dias frequentando institutos culturais e científicos de Paris. Esteve no poder de 1841 a 1889. Imediatamente após a República, foi para Portugal e depois para Nice, para a casa de sua filha, e, finalmente, para Paris.

A República, para que o movimento não fosse visto como uma simples reação de militares, ou um golpe dos quartéis, adotou e divulgou a ideologia positivista, que tinha no Brasil, como seu principal propagador, a Benjamim Constant de Botelho Magalhães, tenente-coronel do Exército e professor da Escola Militar, com imenso prestígio entre o meio militar. Historiadores contemporâneos atribuem a ele a condição de líder maior da Proclamação da República. Já havia algum tempo que se propagava no Brasil, em meio aos movimentos republicanos e outros que ansiavam pela modernização do país, o pensamento de Augusto Comte, filósofo francês nascido em Montpellier, em 1798, e falecido em Paris, em 1857. Os positivistas ocuparam postos no magistério, na imprensa, nas assembleias, nos governos estaduais e no Exército e se mantinham ativos na sua "Igreja e Apostolado Positivista do Brasil". Constant, proclamada a República, foi o primeiro-ministro da Guerra e logo depois ministro da Instrução.

O movimento republicano buscou também conquistar os movimentos e ídolos populares e elegeu, para tal, a boa imagem pública de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes e dos inconfidentes mineiros. Seu nome foi proclamado em toda a campanha republicana a partir do primeiro manifesto republicano, em 1871, como símbolo de brasileiro progressista, republicano, herói, futurista, revolucionário e combatente, capaz de morrer pela pátria e que manteve-se íntegro por todo o tempo de prisão, conforme atestam os Autos da Devassa da Inconfidência Mineira de 1789. A verdade é que são poucos os heróis brasileiros e Tiradentes, por trajetória de vida e morte, cercada de elementos trágicos, sobretudo por seu enforcamento e esquartejamento, ao lado das tristes histórias dos poetas inconfidentes, como Tomás Antônio Gonzaga, Claudio Manoel da Costa e Alvarenga Peixoto, como também por seu pensamento avançado para a época, ofereciam as condições de melhor representar o pensamento revolucionário republicano. Será o movimento republicano que dará projeção ampliada a Tiradentes e aos inconfidentes mineiros, mantidos em certo esquecimento por muitos anos. Falava-se que lembrar o suplício de Tiradentes poderia ser uma ofensa a Dom Pedro II, neto e bisneto de d. Maria I e Dom João VI, que executaram o herói mineiro.

O primeiro dirigente republicano, marechal Deodoro da Fonseca, de quem dizia-se que pretendia mais substituir o Ministério, e atingir o visconde de Ouro Preto, do que implantar a República, até porque lhe faltavam, como os anos seguintes vão demonstrar, competência e ânimo para a construção de uma nova nação, além da avançada idade. Deodoro, em uma reunião com os militares, dissera: "Sou monarquista, mas, se me convencer que a monarquia é incompatível com os interesses da pátria, optarei pela pátria". Para ele, "os brasileiros

nunca se prepararam" para a República, isto porque "sempre lhe faltarão educação e respeito". Quem, verdadeiramente, irá organizar o Governo Provisório será Rui Barbosa. Deodoro, após conflitos com o Congresso, renunciará em novembro de 1891 em favor do vice-presidente, marechal Floriano Peixoto.

Em Minas, sempre atenta e participante dos debates políticos, trava-se a discussão, como no Rio e outras Províncias, sobre o sistema republicano: será federativo ou unitário, é hora de realizar nova constituinte, o sistema eleitoral precisa ser aprimorado, como organizar o novo governo e sob que inspirações e diretrizes. José Cesário de Faria Alvim é nomeado, a 30 de novembro de 89, presidente de Minas, pelo Governo Provisório Republicano, chefiado por Deodoro da Fonseca, cargo em que permaneceu por quatro meses, quando foi indicado ministro do Interior. Alvim, republicano e liberal, foi deputado estadual e federal por vários mandatos. Mais tarde, já pelo Partido Republicano, elegeu-se senador. A 15 de junho de 1891, foi eleito primeiro presidente constitucional de Minas Gerais.

Floriano Peixoto, militar de feição ditatorial, foi obrigado a destituir e prender políticos e militares para manter-se no poder. Entrou em franca oposição ao Congresso. Decretou "estado de sítio" e determinou a prisão de opositores. Caberia a Minas e a São Paulo lutarem pelo retorno à normalidade constitucional, que se conquista finalmente com a eleição do civil Prudente de Morais, homem de atitudes firmes, mas aberto ao diálogo. Chegou a fechar a Escola Militar, fonte de motins. Pacificou o Rio Grande do Sul. O presidente seguinte, Campos Sales, marcou-se pela busca da estabilidade financeira, tentando tirar o país da bancarrota. Seguiram-lhe Rodrigues Alves e o mineiro Afonso Moreira Penna, de Santa Bárbara, estadista, político experiente do tempo do Segundo Império, ex-aluno do Caraça.

Nilo Peçanha foi o presidente seguinte, seguido pelo marechal Hermes da Fonseca, sobrinho de Deodoro, ministro da Guerra de Afonso Pena e que, no Governo, repetirá o que se chamou de "caudilhismo" dos dois primeiros presidentes militares. Rui Barbosa (1849-1923), lançado por uma convenção dissidente candidato à Presidência, será o grande opositor de Hermes na disputa que se realiza de agosto de 1909 a março de 1910, a chamada "Campanha civilista", com a qual percorre o país e que se encerra, simbolicamente, em Ouro Preto, em fevereiro, dias antes da eleição, e onde, dizia ele, buscava inspiração de liberdade e civismo. Para Rui, Hermes representava apenas o militarismo, pois não tinha carreira política nem era afeito à gestão pública. Era o militar e não o cidadão que se candidatava, o que representava o retorno do militarismo ao poder, prática que Rui considerava danosa não só aos próprios militares como para a vida política e civil. A campanha de Rui passou à História do Brasil como página importante na construção da democracia e no combate às oligarquias que dominavam a política na Primeira República. Em Minas, por onde passou, em Ouro Preto, em que andou pelas ruas, foi recebido com entusiasmo em nome do velho liberalismo mineiro. Rui e seus elaborados discursos civilistas ainda hoje marcam o dicionário político nacional.

Seguem os governos dos mineiros Wencelau Braz, de Brasópolis, e Delfim Moreira de Santa Rita do Sapucaí, o de Epitácio Pessoa e novamente o governo de outro mineiro, Artur Bernardes, nascido em Viçosa. Bernardes será sucedido pelo paulista Washington Luiz, que vai desencadear a Revolução de 30, quando Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba se unem contra São Paulo e levam o gaúcho Getúlio Vargas ao poder. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada,



Colheita do café. Fonte: Acervo Museu Café-referencia

de Barbacena, governador de Minas, lidera a Aliança Liberal em oposição às pretensões de Washington Luiz de fazer Júlio Prestes, prefeito de São Paulo, seu sucessor. Na verdade, eram antigos e muito os choques entre o governador de Minas e o presidente da República, situação que se repetia com outros Estados. Antônio Carlos propõe a Getúlio uma candidatura própria, enquanto Washington Luiz oficializava o nome de Júlio Prestes, quebrando a velha política do "café com leite". Minas obtém a adesão de João Pessoa, da Paraíba, e lança a campanha, que encontrará franco apoio na imprensa de quase todo o país. Realizada a eleição, Júlio Prestes é eleito em processo contestado. Irrompe a revolta, com as tropas de Minas confrontando-se com as paulistas na fronteira dos dois Estados. Getúlio é empossado na Presidência.

Entre os meses de julho e outubro de 1932, ocorre a Revolução Constitucionalista de São Paulo, que visava a derrubada do governo provisório de Getúlio Vargas e a promulgação de uma Constituição para o Brasil. Foi, sobretudo, uma revolta contra a Revolução de 30, que acabara com a autonomia dos Estados adquirida por meio da Constituição de 1891. O 9 de julho, data em que os paulistas guardam a memória de 1932, é feriado estadual. São Paulo considera este o maior movimento cívico de sua história. Foram quase três meses de efetivos combates, com um saldo de quase dois mil mortos até a rendição paulista, a 2 de outubro. Os líderes paulistas, em seus pronunciamentos, sustentavam que a Revolução de 30 não fora feita contra Washington Luiz, presidente de 1926 a 30 e que preterira Minas na sucessão presidencial, mas contra São Paulo e seu progresso. Irineu Machado, senador fluminense, declara que "a reação contra a candidatura de Júlio Prestes representa não um gesto contra o presidente do Estado, mas uma reação contra São Paulo, que se levantará porque isto significa um gesto de legítima defesa de seus próprios interesses". Tropas paulistas chegaram a tomar Pouso Alegre, em Minas, mas foram rechaçadas. Os principais combates se deram no alto da Serra da Mantiqueira, na Garganta do Embaú (antiga passagem de bandeirantes), próximo a Passa Quatro, na fronteira entre os dois Estados, ponto estratégico pela existência de um túnel atravessado pela estrada de

ferro que permitiria o acesso à vasta região do Sul de Minas. Os paulistas invadiram também Passa Quatro, sendo afugentados por tropas mineiras, que tiveram decisivo papel na vitória. Em 1934, Getúlio se reconcilia com São Paulo e promulga nova Constituição.

Alguns historiadores, não comprometidos com a causa paulista, como Afonso Arinos, oferecem visão um tanto diferente. Para ele, "vitoriosa a Revolução de 30, em grande parte feita contra o prussianismo" paulista, era natural que aquele Estado sofresse o contragolpe. Daí a Revolução de 32, que foi muito mais paulista que constitucionalista. O apelo à constitucionalização era apenas a procura da única forma capaz de diminuir o poder de um governo que asfixiava os círculos políticos de São Paulo e feria os brios e a susceptibilidade do povo mais progressista do país".

A mudança da Minas mineradora para a Minas agrária, em processo que se inicia nas décadas finais do século XVIII e que se consolida no século XIX, faz surgir as grandes fazendas mineiras. A Província, antes predominantemente urbana, torna-se interiorana ou rural. Com a expansão do café, predominantemente na Zona da Mata e no Sul de Minas, o fazendeiro e, muito especialmente, o cafeicultor, adquire ares aristocráticos. Já o criador de gado, proprietário de grandes extensões de terra, vira coronel, chefe político, com mando efetivo de vida e morte no seu território. Dedica-se, fundamentalmente, a disputas de mando municipal, com intermináveis conflitos entre as famílias representantes das oligarquias locais. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, o poder dos coronéis estendia-se a uma rede complexa criada pela redução do patrimonialismo rural e o avanço da burocracia urbana. E do seu poder político dependiam os governos: "O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento, por parte deste, do seu domínio no Estado. O coronelismo é uma fase do processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo". O coronel impunha, nos domicílios eleitorais, o "voto de cabresto", quase sempre negociado com algum favor ou tráfico de influência. Os títulos de coronel e outras patentes eram concedidos pela Guarda Nacional, criada em 1831, segundo modelo francês, e serviu para atrelar os proprietários rurais aos governos. Recrutava cidadãos com renda elevada e seu objetivo era defender a Constituição, a liberdade, a Independência e a integridade do Império. Alguns coronéis instituíram guardas próprias.

Após a República, a classe rural mineira adquire maior poder na condução da política, situação que perdura durante toda a Primeira República (1889 a 1906). Embora a causa republicana já congregasse vários ativistas, especialmente após o Manifesto Republicano, publicado em 3 de dezembro de 1870, redigido por Quintino Bocaiuva, Joaquim Saldanha Marinho, que governara Minas, e Salvador de Mendonça, o Partido Republicano Mineiro só será criado em 4 de junho de 1888, em Ouro Preto, com presença de representantes de 47 cidades na convenção inaugural, secretariada por dois defensores ardorosos da República: João Pinheiro da Silva e Antônio Olinto dos Santos Pires, o último político e professor da Escola de Minas e que governará o Estado. No PRM, criam-se as condições para que a elite política rural se alie às novas classes urbanas, intelectuais e burocratas, celebrando novos acordos de



O Café, Candido Portinari. Fonte: www.pinterest.com.br

domínio e conservação mas, em várias medidas, renovando a velha política mineira. Em Minas a campanha republicana ganhou muitos adeptos, sendo importante lembrar, entre outras publicações, o "Sentinela do Serro", de Teófilo Ottoni, e "O Jequitinhonha", editado por Joaquim Felício dos Santos, em Diamantina, propagadores das ideias republicanas. Ottoni e Felício dos Santos, com suas numerosas famílias, com vários militantes políticos, tiveram grande influência no pensamento e na vida politica mineira em meados do século XIX ("Ideias filosóficas e políticas em Minas Gerais no século XIX", José Carlos Rodrigues, 1986).

Será no estuário doutrinário dos partidos republicanos estaduais que se manterá, uma vez mais, o pacto conservador, renovado pelas exigências da evolução da contemporaneidade. Serão essas agremiações, em Minas e São Paulo, que irão engendrar o chamado "Acordo do Café com Leite", o qual perdurará até 1930, pelo qual os dois Estados elegiam alternadamente os presidentes da República. Em 1913, os governadores de Minas, Júlio Bueno Brandão, e de São Paulo, Cincinato Braga, celebram o "Pacto de Ouro Fino", que combinava a alternância de políticos de Minas e de São Paulo na presidência do Brasil, o "café paulista e o leite mineiro". São Paulo tinha maior poder econômico e Minas maior população. Na verdade uniram-se as duas oligarquias, desagradas com o governo de Hermes da Fonseca, que combatia seu mandonismo político. Este pacto definiu governadores durante todas a Primeira República, rompido com a Revolução de 1930, com Getúlio Vargas no poder e o ato discricionário de Washington Luís, paulista, que elege Júlio Prestes, em eleição contestada, preterindo Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, governador de Minas. Getúlio Vargas, gaúcho, disputara a presidência.

Surge, por essa época, como produto dessa realidade histórica, como já dito, um novo estereótipo do mineiro, em especial do político, que perduraria até os dias de hoje, embora com mais raros exemplos. Trata-se de uma forma de fazer política, ou de comportar-se, que se classifica de "mineiramente". José Murilo de Carvalho, no seu "Ouro, terra e ferro – vozes de Minas", escrito para o livro "Minas e os fundamentos do Brasil moderno", coordenado

por Ângela de Castro Gomes (UFMG, 2005), assim exemplifica: "Após 1930, a figura mais representativa deste estilo, em dimensão quase caricatural, foi sem dúvida Benedito Valadares (interventor em Minas, de 1933 a 1945), seguido, de perto, sem caricatura, por Tancredo Neves. Na versão positiva, o estilo inclui habilidade na negociação, na conciliação, na criação de consenso. Pelo lado negativo, denota capacidade de desconversa, de ocultamento, de confabulação, do exercício da política pela política, pela mera aquisição e manutenção do poder. Em nenhuma das duas versões indica ambição de realizar grandes projetos, arrojo e audácia". Dizia-se que "enquanto Minas fazia política, São Paulo fazia economia", e, nesse quadro, perdeu tempo, posição e população, a exemplo do que já ocorrera com a exaustão do ouro e na segunda metade do século XIX. A História de Minas parece viver sempre a dialética entre a tradição e a modernidade.

Por sua vez, Afonso Arinos afirma que "o espírito mineiro se define historicamente pela junção da política com a cultura, ou seja, nele, a busca pelo poder não se separa da atração pelo mundo das ideias e pelo esmero de sua expressão formal. Esta é a marcha do nosso processo histórico, que nunca se desviou, desde a Inconfidência, que constitui a primeira expressão da consciência coletiva em Minas Gerais".

Será também José Murilo de Carvalho que definirá, com exatidão, a transformação de Minas e dos mineiros nos anos finais do século XIX: "À medida que o século avançava e o café expandia-se pelo Sul de Minas e Zona da Mata, o caráter rural dos mineiros se acentuou. O domínio da "Minas da terra" se consolidou após a Proclamação da República. De início, o princípio federal favoreceu disputas de poder entre as lideranças das várias regiões do Estado. Silviano Brandão (governador de Minas de 1898 a 1902), político do Sul, conseguiu implantar a hegemonia da nova política, usando como instrumento de ação o Partido Republicano Mineiro. A antiga liderança, que girava em torno de Cesário Alvim (duas vezes governador, em 1889-90 e 1891-92), e tinha como participante Antônio Olinto, fundador do PRM, desapareceu do mapa político, ou passou para o segundo plano. O novo partido enquadrou os coronéis, restringiu os poderes municipais, unificou a política do Estado. A bancada mineira na Câmara Federal, antes fragmentada, passou a ser conhecida como a 'carneirada', a serviço do presidente do Estado e de suas alianças com o presidente da República. A política mineira adquiriu a imagem que ainda perdura: governista, conservadora, cautelosa, estável. A elite começou a falar de si mesma como o fiel da balança da Federação, como o ponto de equilíbrio do país nos momentos de instabilidade. Em 1889, Silviano Brandão, presidente do Estado, aliou-se a Campos Sales na formação da política dos Estados que estendeu ao nível federal o alcance do domínio das oligarquias rurais".

Essa caracterização do político mineiro ou da elite dirigente do Estado, desde o final do Segundo Império, aplica-se, com maior ou menor enquadramento, em razão de distinções pessoais, aos homens que governaram o Estado no período. São traços comuns a todos – mesmo entre os mais ilustrados e empreendedores, ou mesmo entre os adeptos da renovação econômica – o espírito socialmente conservador, a conduta um tanto retraída, a estudada simplicidade. Transitam entre a honestidade e a sovinice, são religiosos, apegados ao clã familiar e ao municipalismo. Não fogem a essa caracterização os governadores, anteriores à República, e mesmos os que chegaram depois ao poder.

Proclamada a República, o presidente de Minas, João Batista dos Santos, visconde de Ibituruna, recebe em Ouro Preto telegrama de Deodoro da Fonseca comunicando-lhe a nomeação de José Cesário de Faria Alvim (nascido em Pinheiros Altos, distrito de Piranga), empossado sem qualquer resistência. Seguiram-no, como governadores do Governo Provisório Republicano, em curtíssimos períodos, Antônio Olinto dos Santos e João Pinheiro da Silva (primeira vez), ambos nascidos no Serro, Domingos José da Rocha, Crispim Jacques Bias Fortes, de Barbacena, Frederico Augusto Álvares da Silva e Antônio Augusto de Lima, de Nova Lima. O primeiro presidente eleito, no período republicano, será novamente José Cesário de Faria Alvim, empossado a 18 de junho de 1891, seguido por Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, de São João del-Rei, Afonso Augusto Moreira Penna, de Santa Bárbara, Crispim Jacques Bias Fortes (segunda vez), de Barbacena, Francisco Silviano Brandão, de Campanha, Joaquim Cândido da Costa Sena, de Conceição do Mato Dentro, Francisco Antônio de Salles, de Lavras, João Pinheiro da Silva (segunda vez), do Serro, Júlio Bueno Brandão, de Ouro Fino, Wenceslau Braz, de Brasópolis, Júlio Bueno Brandão (segunda vez), Delfim Moreira da Costa Ribeiro, de Cristina, Artur da Silva Bernardes, de Viçosa, Raul Soares de Moura, de Ubá, Olegário Maciel (primeira vez), de Patos de Minas, Fernando de Melo Viana, de Sabará, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, de Barbacena, Olegário Maciel (segunda vez) e Gustavo Capanema (breve período), de Pitangui. Como interventores, governaram Minas Benedito Valadares e, por períodos pequenos, Nísio Batista de Oliveira, João Tavares Beraldo, Júlio Ferreira de Carvalho, Noraldino Lima e Alcides Lins.

Benedito Valadares, interventor, nomeia Juscelino Kubitschek prefeito de Belo Horizonte em 1940, cargo em que permanece até 1945. E Juscelino será o melhor exemplo de um novo homem público, progressista, moderno, incentivador do diálogo e apoiador das manifestações culturais, desempenho que repete à frente do Governo do Estado e na Presidência da República.

Mas uma análise da evolução econômica de Minas exige que voltemos ao século XIX. O desenvolvimento da Província e também a ocupação de territórios ainda inexplorados vão ocorrer de maneira dispersa e desarticulada, em grande parte devido à própria qualidade diferenciada das terras e das vocações econômicas substitutas. A exaustão da atividade mineral, esgotada nem sempre pelo término do ouro, mas pela falta de meios e técnicas mais eficazes de perfuração e desmonte de rochas, leva populações inteiras a procurar novos territórios. A substituição da atividade econômica não é fácil nas regiões e cidades que viviam da mineração. A substituição leva pelos menos três décadas e as cidades histórias, surgidas da mineração, situadas em terras pouco adequadas para a exploração agrícola, sofrem empobrecimento, com redução das atividades do comércio e fuga da população. Os viajantes estrangeiros que percorrem Minas, nas primeiras décadas do século XIX, deixam relatos testemunhando a decadência, com o esvaziamento das antigas cidades históricas, perda de população e fuga para o campo.

Em 1812, conforme já relatado, o barão Eschwege construiu em Congonhas do Campo um forno-baixo, produzindo ferro destinado a ferramentas e ferragens diversas. Em 1817, o engenheiro francês Jean Antoine Felix Dissandes de Monlevade implantou fábrica de ferro na cidade que hoje tem seu nome, e onde seria construída, no futuro, a maior unidade da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Mas somente muito mais tarde,

em 1883, quando Armand de Bovet, da Escola de Minas, contou em torno de 75 pequenas fábricas de ferro, a forno-baixo, é que se pode dizer que a vocação mineral tinha já alguma expressão econômica e era efetivamente uma atividade substituta.

Dispondo de capitais e melhor tecnologia, e aproveitando a abertura propiciada pela presença de Dom João VI no Brasil, que foge para o Brasil sob proteção da esquadra inglesa, grupos daquele país investem na exploração de ouro. A Imperial Brazilian Mining Association inicia a operação da mina da Cata Preta, em Itabirito, Congo Soco, em Barão de Cocais, Antônio Pereira, em Ouro Preto, e Serra do Socorro, em 1824. A Saint John d'El Rey Mining Limited, em 1830, implanta-se em São João del-Rei e, logo depois, adquire em Nova Lima a famosa Mina de Morro Velho, já explorada havia alguns anos. Os capitais ingleses mantinham também empreendimentos em várias outras regiões mineiras. "O ouro em Minas Gerais", de Paul Ferrand, professor da Escola de Minas, publicado em 1894, é documento fundamental para conhecimento da atividade mineratória, sua organização e técnica, bem como a presença inglesa nesta atividade em Minas. Ferrand chegou ao Brasil em 1882, então com 27 anos, recém-graduado pela École Nationale Supérieure des Minas de Paris, e juntou-se ao pequeno grupo de professores liderados por Henri Gorceix, fundador e diretor da Escola de Minas de Ouro Preto (1876).

Nas décadas finais do século XIX, a Mata, Sul e Triângulo passam a ter vida ligada ao Rio e São Paulo, polos de atração econômica e consumidores de bens agropecuários. A Mata e o Sul se dedicam ao café e a laticínios. O Triângulo concentra-se, pela adequação de suas terras, à agropecuária, mas só vai tornar-se um polo moderno desta atividade a partir de 1890, especialmente na criação de gado, com o desenvolvimento de raça especial para o corte, de origem indiana. Hoje, o Triângulo beneficia-se de sua centralidade geográfica e da proximidade com São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Brasília, passando por rápida industrialização. Os grandes vales, do São Francisco, do Jequitinhonha, Mucuri e Doce, mantiveram-se na pecuária extensiva. O Norte, com distanciamento geográfico e terras não muito favoráveis, permaneceu menos diversificado, com predomínio da criação bovina. Merece destaque nesta região a plantação de algodão, que se inicia em meados do século XIX e alcança expressão econômica importante, exportando para todo o Brasil, atividade que perdurou até a metade do século XX.

A tecelagem será a mais importante atividade industrial de transformação no século XIX mineiro, com várias iniciativas. Diversas localidades implantaram fábricas de tecidos. A pioneira, em 1872, primeira em Minas e segunda no Brasil, foi a Companhia de Tecido Cedro, mais tarde denominada Cedro e Cachoeira, implantada pelos irmãos Bernardo, Caetano e Antônio Mascarenhas em Tabuleiro Grande, hoje Caetanópolis. A companhia também implantou fábricas em Biri-Biri, distrito de Diamantina, em Gouveia e outras cidades. Em 1874, Sabará, Pitangui, Machado, Curvelo, Pará de Minas, Oliveira e Dores do Indaiá possuíam fábricas de tecidos.

Um dos Mascarenhas, Bernardo, visitou fábricas na Inglaterra e implantou unidades de tecidos em Juiz de Fora e uma usina hidrelétrica, em 1889, a primeira a operar comercialmente na América do Sul, hoje pertencente à Cemig. Bernardo Mascarenhas integra a lista dos grandes industriais e empreendedores de Minas Gerais, com várias



Bernardo Mascarenhas, implantou, em Juiz de Fora, a usina hidrelétrica Marmelos Zero, em 1889, a primeira a operar comercialmente na América do Sul, hoje pertencente à Cemig. Fotografia: http: jfsustentavel.com.br/

iniciativas, pioneiras na industrialização do Estado. Há que se lembrar que na mesma Juiz de Fora, em 1888, instalou-se o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, encerrado no Governo Eduardo Azeredo. O Sul de Minas também vai se distinguir no ramo da tecelagem, com a operação de várias unidades industriais.

No entorno de Juiz de Fora, incluindo as cidades de Lima Duarte, Palmira (hoje Santos Dumont), Barbacena e os antigos distritos de Oliveira Fortes e Antônio Carlos, desenvolve-se forte bacia leiteira, com matrizes importadas pioneiramente da Holanda, por volta de 1910, junto com técnicos laticinistas que ali vão criar as primeiras fábricas de beneficiamento. Nasce, também nesta região, a indústria de queijos especiais, chamados "do reino", com massa cozida, com um bom número de fábricas de laticínios, desenvolvidas e dirigidas por técnicos holandeses, com sobrenome Jong, Kima e Werkema, até hoje com produção destacada no mercado brasileiro. A implantação, em Juiz de Fora, do Instituto Cândido Tostes, para ensino e desenvolvimento tecnológico de laticínios, dará modernidade tecnológica à atividade. A seu favor, havia a proximidade com o grande mercado consumidor do Rio de Janeiro, abastecido em grande parte pelo Sul de Minas. O dinamismo industrial da Zona da Mata foi bastante expressivo, especialmente em Juiz de Fora, que chegou a ser chamada de "Manchester Mineira".

O importante trabalho de Clélio Campolina Diniz, "Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira – O atraso mineiro e suas explicações", publicado em 1981, identifica na segunda metade do século XIX o período em que o Estado perdeu a corrida desenvolvimentista por ter se dedicado, nas suas melhores terras, à cafeicultura. Os indicadores econômicos de Minas, relativos ao período da chamada Primeira República, de 1889 a 1906, revelam declínio comparativamente a São Paulo, como também em números absolutos. Mesmo o café, que vinha em crescimento, mostra redução neste período, exceção do ano de

1895. Vários fatores, inerentes à economia cafeeira, explicam a relativa estagnação mineira e, sobretudo, o grande desequilíbrio econômico entre as diversas regiões do Estado. A mão de obra das lavouras em Minas, essencialmente escrava, foi perdida, em 1888, com a Abolição, enquanto em São Paulo já se adotava o trabalhador assalariado, proveniente de imigrantes estrangeiros, italianos, alemães, japoneses, trazidos em sucessivos programas. Surgiu o colono, no sistema de meeiro, mais produtivo do que a mão de obra escrava.

Censo de 1890 contabilizava a população de Minas em 3.184.099 habitantes, dos quais 46.787 eram estrangeiros, a maioria formada por imigrantes vindos por meio de programas especiais. São Paulo tinha população de 1.384.753 pessoas, das quais 75.030 já eram estrangeiros. Nos anos seguintes, os governos fazem esforço para trazer imigrantes, com poucos resultados. A maioria vai se fixar em São Paulo e Rio, que ofereciam melhores condições, com a vantagem do menor distanciamento geográfico. Minas tinha o maior número de escravos, condição vista como fator que afastou os imigrantes, situação que também "deformou o caráter nacional, marcando-o profundamente, com a estigmatização do trabalho braçal como tarefa inferior, indigna do homem livre" (Francisco Iglesias, "Política econômica do Governo Provincial mineiro – 1835 a 1889"). Em 1872, Minas apresentava população total de 2.102.689 pessoas, sendo 465.099 negros e 687.542 mulatos, o que mostra a importância da mão de obra escrava na Província e o que representou para ela a Abolição. Em 1890, para a população global de 3.184.099 pessoas, Minas tinha 583.048 negros e 1.112.255 mulatos.

A economia paulista tornou-se mercantilizada, com adoção de métodos capitalistas. De sua parte, a expansão das lavouras, em Minas, esbarrou nas terras de vocação mineral, impróprias para o plantio, limitadas, ainda, pela aclividade do relevo. Minas, mediterrânea, sem porto marítimo, distante do litoral e sem estradas de boa qualidade, tinha dificuldades adicionais para a exportação, facilitada em São Paulo, onde surgiram empresas comerciais, casas bancárias e sistemas de transporte rodoferroviário. O sistema ferroviário só começa a ser implantado no território mineiro em 1869, mas vai se expandir apenas nas décadas de 80 e 90. O beneficiamento do café, gerando valor agregado, ampliou-se rapidamente em São Paulo. Contudo, o café em Minas não produziu excedentes acumulativos de capital, essencial ao surgimento do empresário capitalista. Além disto, a chamada "fazenda patriarcal mineira", como cita Campolina, dedicada à subsistência familiar, arcaica e com dificuldades para se transformar em empresa, não produziu economia mercantilista.

Uma análise detalhada desta questão encontra-se em "Café e indústria em Minas Gerais – 1870-1920", de João Heraldo Lima. Perfil da exportação de Minas em 1902 mostrou que 64% da receita fiscal do Estado vinha do café, 19% de bovinos, 5% de produtos do leite, especialmente queijo, e o restante de vários produtos, todos agrícolas e primários. Entre 1889 e 1926, o café representou em média 52,39% do conjunto de todos os produtos exportados por Minas. A produção cafeeira mineira, concentrada na Zona da Mata e no Sul, representava, em média, 20,42% da produção nacional entre os anos de 1876 e 1930. São Paulo, acima de Minas, tinha uma participação de 54,43% da produção cafeeira nacional. Em terceiro lugar estava o Rio de Janeiro, com 20,08%.



Imigrantes europeus na cafeicultura mineira, como mão de obra na lavoura de café. Fonte: Pinterest

Nota-se a dependência de sua atividade econômica a um só produto e a pouca elaboração industrial apresentada pela economia mineira em todos os anos finais do século XIX.

A cafeicultura, que se firma nas primeiras décadas do século XX, sofre com a erradicação operada pelo Governo Vargas na década de 30, realizada para recompor preços e mercados em face de uma excessiva produção e da retração no mercado internacional com a crise econômica de 1929. Somente a partir da metade do século XX é que a cafeicultura mineira passará à liderança na produção brasileira, com São Paulo e Paraná diversificando suas atividades econômicas. Constata-se também que o Sul de Minas e a Zona da Mata possuem condições climáticas mais adequadas a novas culturas, com terras acima de 700 metros de altitude. A cafeicultura produzia lideranças políticas, em geral, conservadoras, gestadas e sustentadas em sociedades oligárquicas, por elites aristocráticas e quase sempre infensas ao progresso transformador. Por outro lado, a monocultura explica bem o atraso econômico mineiro em todo esse período, situação que será sentida e lamentada a partir de meados do século XX, quando o Estado inicia um esforço pela diversificação econômica e, em especial, pelo avanço da agroindústria, e se elaboram diagnósticos do quadro macroeconômico pelos órgãos de fomento que vão surgindo.

Em verdade, a historiografia contemporânea, marcada por várias pesquisas e teses acadêmicas, ainda discute intensamente o período compreendido entre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX, consideradas de evidente atraso para Minas Gerais, que perdeu população e posição econômica para São Paulo. Matérias como sistemas de abastecimento, vida social e familiar, relações entre a cidade e o campo, da moderna História Social, vão revelando novas relações e modos de vida da época. Questiona-se a importância econômica do café, tido por alguns como a principal riqueza do Estado e causa da elevação política mineira no cenário nacional, em razão da representação política que teria gerado.

Amílcar Vianna Martins em "O segredo de Minas – a origem do estilo mineiro de fazer política – 1889/1930", de 2009, contrariando algumas teses relativamente consagradas na historiografia mineira, afirma que, em Minas, no período estudado, a "estrutura econômica era um agregado de milhares de unidades produtivas isoladas e autossuficientes", o que não levou o setor econômico a assumir uma efetiva "política de representação dos interesses do Estado". E lembra afirmação de Francisco Iglesias sobre "o velho dito" de que os fazendeiros mineiros "só importavam sal e pólvora e não era motivado por orgulho, mas resultado da pobreza". Salvo algumas exceções, a economia agrária mineira era de subsistência, pouco gerando para a exportação. Pauta dos produtos de exportação de Minas no período mostra que não havia preponderância ampla de qualquer setor.

Assim, "cada ramo produtivo, separadamente, e o setor exportador como um todo, tinham pouca influência na vida política do Estado". É ainda Amílcar quem afirma que a presença marcante da política e de políticos de Minas no plano nacional se deve, preponderantemente, por seu "estilo pragmático e sempre propenso à busca de soluções negociadas", herança do período colonial, marcado pela luta contra a opressão portuguesa. Este traço conformou o estereótipo, conhecido na cultura política brasileira, do "político mineiro", sempre usada para significar "esperteza, sagacidade e uma habilidade especial para compor articulações, para negociar e para chegar a acomodações". Na prática, a conduta revela sempre tendência a "rejeitar posicionamentos ideológicos, a preferir a visão pragmática de resolução de conflitos, a apoiar o governo da hora, a ser a favor da situação, sem muitas críticas". Em verdade, desde 1930, quando surgem na literatura e são amplamente usadas por escritores mineiros, as expressões "mineiridade, mineirismo ou mineirice" acabaram também "sinônimas de perspicácia política e de disposição para barganhar e para aceitar fazer concessões".

A força de Minas ou, então, o "segredo de Minas" – afirma Amílcar Martins – reside na sua capacidade de diálogo e de coesão política interna, demonstrada por vários episódios, especialmente aqueles nos quais o Estado enfrentou momentos críticos. As ambições, choques de interesses e mesmo as ambiguidades, naturais na política e nas relações de poder, cederam lugar ao acordo, sempre que o Estado necessitou, quando ameaçado de rupturas graves. É o traço da conciliação, praticado pelas oligarquias mineiras em vários episódios da sua tricentenária existência". Bastaria também examinar a conduta dos governadores de Minas, no período republicano, em diversas situações, até os nossos dias. A propalada "vocação nacional dos mineiros", o "senso grave da hora e da ordem", frases que definem a conduta política dos mineiros, de João Pinheiro a Milton Campos, o papel de mediação e de equilíbrio nacional, até por decorrência da localização geográfica central, região de passagem, como diz John With ("Minas Gerais na federação brasileira – 1889-1937 – O fiel da balança", 1982) confirmam a tendência ao entendimento e à conciliação.

Na sua tese "Imigração e colonização em Minas — 1889 a 1930", Norma de Góes Monteiro realiza levantamento detalhado do esforço mineiro por substituir a lavoura escrava, liberta em 1888, sobretudo para a lavoura cafeeira e suas grandes fazendas. E conclui que a ineficácia das tentativas de trazer mão de obra estrangeira, conforme diretriz republicana, é um dos fatores da estagnação econômica mineira ao tempo da Primeira República. E, contrariamente ao ocorrido em Minas, a imigração intensa foi um dos fatores decisivos da



Livro "O segredo de Minas – a origem do estilo mineiro de fazer política – 1889/1930", de Amílcar Vianna Martins, 2009, contrariando algumas teses relativamente consagradas na historiografia mineira, afirma que, em Minas, no período estudado, a "estrutura econômica era um agregado de milhares de unidades produtivas isoladas e autossuficientes".
Fotografia: Acervo do Autor

arrancada econômica paulista acontecida por essa época. Estatísticas oficiais dizem que entrou em Minas, de 1894 a 1901, como resultado de programas oficiais de atração de estrangeiros, um total de 52.582 estrangeiros, que se destinaram a suprir a falta de braços nas lavouras de café da Mata e do Sul. Esse foi o período de melhor resultado na vinda de estrangeiros, esforço que decai substancialmente nos anos posteriores. Os que entraram no Estado se dirigiam para algumas colônias agrícolas criadas pelo governo estadual. De 1908 a 1914, somente 6.646 estrangeiros vieram para Minas, enquanto, de 1910 a 1914, um total de 362.898 foi para São Paulo. Esses números constatam o fracasso de Minas para trazer mão de obra substituta.

Realizava-se a diversificação da economia paulista, abrindo oportunidades para uma grande massa de trabalhadores, enquanto Minas, com uma economia predominantemente agrícola, não era atrativa para imigrantes que buscavam melhores condições de vida. Nos anos de 1912 e 1913, entraram em Minas apenas 2.145 imigrantes, sendo 871 espanhóis, 420 alemães, 377 italianos, 300 portugueses, 41 austríacos, 17 russos, 7 suíços, um húngaro, 9 franceses, 16 holandeses, 4 ingleses, um dinamarquês, 2 argentinos, 4 norte-americanos, distribuídos em colônias agrícolas e fazendas particulares. Pela primeira vez, vieram 109 japoneses, exclusivamente para trabalhar na Mina de Morro Velho, em Nova Lima. Para São Paulo, dirigiram-se majoritariamente italianos e japoneses, estes em épocas posteriores a 1910.

No período de 1890 a 1930, embora ocupasse posição de destaque na política nacional, Minas perdia na economia. "Os Censos de 1907 e 1920 nos dão a medida da posição de Minas no processo industrial brasileiro. Considerando apenas o valor da produção – elemento básico para apreciação do problema – no Censo de 1907, Minas aparecia num modesto sexto lugar,

perdendo para o Distrito Federal, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Paraná. No Censo de 1920, sua posição é um quinto lugar, ainda modesto, perdendo para São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro", segundo Norma de Góes Monteiro. De 1894 a 1922 o Brasil cresceu sua população, passando de 14,3 milhões de habitantes em 1890 para 17,4 milhões em 1910 e 30,6 milhões em 1920. Minas tinha a maior população, seguida por São Paulo, que terá maior população ainda na década de 20.

Ainda há poucos anos, algumas regiões do Norte e Leste de Minas ainda viviam da mineração de pedras preciosas, especialmente de Teófilo Ottoni e Araçuaí. Na primeira ainda existe um rico potencial gemológico, que exporta para os principais centros criadores de joias do mundo. Outra região rica em pedras está em Nova Era. No limite com a Bahia, na rica Mata Atlântica hoje quase toda dizimada, a retirada da madeira gerou por vários anos uma atividade de razoável suporte econômico. A corrida na extração de diamantes, após o rápido apogeu do século XVIII, foi sucedida pelo garimpo, nos rios e grupiaras, mas sempre errático e predatório e que até há poucos anos vivia das ocorrências pigmatíticas da região. Dragas, nos cursos d'água, removiam seus leitos, retirando ouro e pedras, processo agressivo e predatório de fauna e flora, hoje tornado ilegal pela legislação de proteção ambiental. Historicamente, esta atividade, a de extração de pedras preciosas, quase sempre clandestina, fugindo do fisco e às vezes invasiva, não gera riquezas ou progresso para as regiões. Ao contrário, cria problemas sociais nos garimpos e destruição ambiental. As cidades do garimpo permaneceram estagnadas.

Já o centro de Minas perdeu economia para a Mata e o Sul, para o Vale do Paraíba e até para o Norte do Paraná. O chamado Quadrilátero Ferrífero não tem terras mais apropriadas para a agropecuária e a atividade extrativa mineral, temporária e ambientalmente danosa, se realizada sem controles, não gera riquezas transformadoras. O longo declínio só se altera a partir da década de 30, quando a nova capital, Belo Horizonte, passa a exercer alguma atração econômica e política.

Até por volta de 1920 dizia-se que Minas começa onde terminam as estradas. Hoje, a centralidade mineira no mapa brasileiro transformou-se em condição competitiva com as grandes rodovias que cortam o Estado, que tem seis fronteiras com outros Estados. Já no final do século XIX Minas começa a perder a liderança populacional para São Paulo. Em 1900, quando possuía população de 3.594.471 pessoas, São Paulo, em rápido crescimento, já ostentava 2.282.279 pessoas. Por volta de 1920, os dois Estados se igualarão populacionalmente. São Paulo começa seu processo de liderança econômica a partir desta década, contando com grande contingente de imigrantes estrangeiros e também de brasileiros que se fixaram no Estado, em busca de melhores oportunidades de sobrevivência. O fato é que Minas pouco participa do surto desenvolvimentista das primeiras décadas do século XX. Mantém-se ruralista e exportadora de matérias-primas minerais.

Os ímpetos modernizantes trazidos pela República, proclamada em 1889, sob a inspiração positivista do lema "Ordem e Progresso", de Augusto Comte, embora tenham provocado alguma reação em Minas, desejosa de vencer o imobilismo do Segundo Império e alcançar novos patamares de desenvolvimento, acabaram vencidos em meio a um conjunto de dificuldades, vindos principalmente do tradicionalismo, arraigado no velho ruralismo e no mandonismo político municipal. Pode-se dizer que esse foi um período de ajuste do velho Estado, submetido

a um mandonismo oligárquico, ruralista e municipalista, para o regime republicano. Era o conservadorismo, representado pela dominação tradicional, contra o liberalismo, que representava a ideologia republicana e os setores mais avançados política e socialmente. Todo o período da Primeira República se marcará por essa luta entre os que pregavam o avanço econômico e político e o tradicionalismo expresso pelas velhas oligarquias, vindas do Segundo Império, em sua maioria. É importante lembrar que o tipo de ocupação territorial de Minas, determinado pela corrida do ouro e a busca de atividades substitutas agropastoris, legou o maior número de aglomerações urbanas entre todos os Estados brasileiros, o que onera as despesas públicas. No princípio do século XXI tem 853 municípios e perto de cinco mil distritos, arraiais ou povoados.

A mudança da capital para Belo Horizonte, a 12 de dezembro de 1897, realizada quando era governador Crispim Jacques Bias Fortes, é uma opção determinada pela constatação de que a velha cidade colonial, Ouro Preto, fisicamente limitada pela sua condição topográfica, geologicamente instável e com grande aclividade, não poderia expandir-se e beneficiar-se dos impulsos modernizantes da República, proclamada em 1889. Ouro Preto não suportava o crescimento dos serviços públicos em constante expansão. Em verdade, como se constata nos nossos dias, a mudança da capital salvou a "ilustre e heroica" cidade da destruição de seus monumentos e relíquias que, com toda certeza, seriam alterados pelas transformações que o progresso traria. A lei, transferindo a capital para novo local, no antigo arraial de Curral del-Rei, foi votada em Barbacena a 17 de dezembro de 1893. O grupo contra a mudança, integrado por nomes como Rocha Lagoa, Costa Sena, Rebelo Horta, Camilo de Brito, Ferreira Alves, parlamentares ao Congresso Estadual, votou na escolha de Curral del-Rei, em detrimento de Várzea do Marçal, em São João del-Rei.

Pretendia-se uma capital republicana e moderna. E para tanto buscou-se referenciais nos Estados Unidos e França. Nos EUA Pierre L'Enfant projetou Washington e, na França, o Barão Haussmann realizou uma grande reforma em Paris, sob o comando de Napoleão III, "ordenando seus espaços de forma cartesiana ou "comteana" (de Augusto Comte), alterando o traçado medieval em reticulado xadrez com avenidas e boulevares majestosos" ("Urbanização mineira – precocidades e modernidades", Roberto Luís Monte-Mor). La Plata, na Argentina, foi planejada, em 1882, para ser a capital da Província de Buenos Aires.

A nova capital receberá nos seus primeiros anos cerca de 10 mil ouro-pretanos, funcionários do Governo do Estado e de outros serviços públicos que deviam sediar-se na capital. A tese da mudança, que começa a ser discutida em 1893, sob a inspiração dos ventos modernizantes republicanos, já pensada pelos inconfidentes de 1789, provocou intensos debates em Ouro Preto, dividindo opiniões. O debate radicalizado entre mudancistas e preservacionistas forçou a transferência do Congresso Estadual e do próprio governador para Barbacena, por falta de clima para o livre debate do tema e até mesmo de segurança dos parlamentares em Ouro Preto.

Em "Mudança da capital", de 1957, o autor, Joaquim Linhares, em publicação preciosa por suas fontes e informações, reproduz debates, legislações, pareceres e decisões que antecederam a mudança. Para enfrentar o argumento da inadequação da velha cidade para a modernidade desejada, Ouro Preto realizou várias, legislação, decisões relativas obras, ligando a cidade alta à parte mais baixa, implantou sistema de coleta de esgotos, não levadas em conta na decisão de mudança.

Vários locais foram examinados para a nova capital. Entre eles Barbacena, Juiz de Fora e a Várzea do Marçal, em São João del-Rei. Este último local, que esteve escolhido, foi condenado por sua insegurança geológica, bastante pantanosa, conforme estudo feito por engenheiros da Escola de Minas de Ouro Preto. Escolheu-se afinal a antiga Vila do Curral del-Rei, pertencente à Comarca de Sabará, por seu clima, condições topográficas, disponibilidade de água, com várias córregos e os rios das Velhas e Arrudas. A Serra do Curral, que nasce na Serra da Piedade, integrante da Cordilheira do Espinhaço, e prossegue nas serras do Rola-Moça e da Moeda, é barreira natural que limita, ao sul, o território, origem histórica do nome da antiga vila, um curral natural, e que define o horizonte da nova cidade. Retirou-se o território da nova capital, medindo 331 km², do município de Sabará. Território muito pequeno se comparado ao de Ouro Preto, de 1.245 km². O nome dado à nova capital inicialmente foi Cidade de Minas, logo mudado para Belo Horizonte.

Organizou-se comissão construtora, sob coordenação do engenheiro Aarão Leal de Carvalho Reis (1853-1936), nascido em Belém do Pará, diplomado em ciências físicas e matemáticas em 1874, pela Escola Politécnica do Rio. Era republicano e adepto do positivismo, movimentos nos quais militou ativamente. E sua competente "biografia intelectual" está em "Engenheiro Aarão Reis – o progresso como missão", de Heliana Angotti Salgueiro, publicado pela Coleção Centenário/Fundação João Pinheiro, 1997. Com vasta experiência em obras públicas, Aarão Reis coordenou o planejamento básico e tomou as providências iniciais de implantação, mas ficou pouco mais de um ano à frente da comissão construtora. Entrou em atrito com o Governo do Estado e foi substituído por Francisco Bicalho. Seu projeto, de uma cidade-jardim, uma democracia urbana, com traçado e denominações positivistas, não foi inteiramente implantado e acabou sendo parcialmente destruído ao longo do tempo. A construção da nova capital, de 1893 a 1897, a obra simbólica de maior envergadura da nova República em Minas, exemplo maior do pioneirismo mineiro, não foi fácil e o antigo arraial do Curral del-Rei foi inteiramente demolido, gerando alguns protestos, de resto vencidos com certo autoritarismo.

O plano original da nova cidade, sob a ideologia positivista, incorpora o "encontro dos mineiros com os brasileiros", na história, no civismo, na exaltação dos construtores da pátria brasileira e das nossas raízes étnicas. E o fez também porque, ao contrário das outras cidades, sobretudo as mais antigas, surgidas e expandidas pelo casuísmo e o espontaneísmo territorial, a cidade planejada teve seu traçado geométrico imposto ao terreno. Foi inventada e suas denominações pensadas fora de um passado histórico local. Em "Belo Horizonte – um espaço para a República" (Ed. UFMG, 1981), Beatriz Magalhães e Rodrigo Andrade revelam e discutem a concepção republicana da nova capital. Assim é que são dados às suas avenidas e ruas nomes da História do Brasil, como Tomé de Souza, Cristóvão Colombo, Álvares Cabral, Fernandes Tourinho, Antônio de Albuquerque, Felipe dos Santos. E dos inconfidentes Cláudio Manoel da Costa, Alvarenga Peixoto e Tomas Antônio Gonzaga, da musa Marília de Dirceu, dos escritores Bernardo Guimarães, Gonçalves Dias e vários outros. Afonso Moreira Penna, então governador do Estado à época da assinatura da lei que autorizou a transferência da capital, deu nome à principal avenida. E Bias Fortes que efetivou a mudança. Contemplaram-se as nossas raízes indígenas, com os nomes das ruas Tupis, Tupinambás, Araguari, Tamoios, Goiás, Goytacazes, Guaicurus, Guarani, Pitangui,



Curral del Rey, escolhida para ser a nova capital de Minas Gerais, pertencente à Comarca de Sabará, por seu clima, condições topográficas, disponibilidade de água, com várias córregos e os rios das Velhas e Arrudas.. Fonte: Wikipedia

Guajajaras, Caetés, Carandaí. Santos Dumont foi lembrado, assim como os rios Amazonas e Paraná, ou os Estados, como Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e outros, além de capitais como Curitiba e Manaus.

Alterações, ao longo do tempo, tiveram motivos variados. A Praça da Liberdade se ligava à Praça da República, hoje Afonso Arinos, pela Avenida Liberdade, que passou a se chamar João Pinheiro. E a Rua Levindo Lopes era Rua da Liberdade, completando o entorno do Palácio da Liberdade, edificado em 1896, a sugerir que a República se encontrava, ou só é possível, com a liberdade. A Avenida Dezessete de Dezembro ficou, pela voz popular, Avenida do Contorno. Nenhuma denominação de santos da Igreja Católica, conforme o pensamento agnóstico positivista. Em "Praça da Liberdade – História, arte e cultura", de Flávio Carsalade e Celina Borges Lemos, encontramos a mais completa divulgação sobre a Praça, origens, arquitetura, elementos e descrições artísticas e históricas. Hoje, com a mudança dos órgãos govenamentais para a Cidade Administrativa, a Praça transformou-se em um Circuito Turístico e Cultural, com uma visão ampliada e integrada do seu excepcional conjunto de atrativos históricos, arquitetônicos e artísticos, museus e exposições permanentes e outras edificações e atrativos próximos da Praça.

Vários imigrantes europeus, artistas, artesãos, pintores e construtores, revelaram-se na construção da capital. Entre eles, o pintor francês Emile Rouede (três telas sobre o arraial de Curral del-Rei e o início de Belo Horizonte estão no Museu Abílio Barreto), Frederico Steckel, Luís Olivieri, João Amadeu Muccchiut, os irmão Natali, Francisco Soucasaux e Igino Bonfioli. José de Magalhães, arquiteto, desenhou os prédios oficiais e a decoração coube a Frederico Steckel, responsável pelos pintores e escultores. Uma legião de artesãos italianos e espanhóis implantou os fartos elementos decorativos do estilo eclético, dominante na



Sede da Fazenda da Jaguara.
(por Augusto Riedel, maio.1869, fotografia colorizada)

nova cidade. A comissão construtora previa 190 mil habitantes para o ano 2000. Mas, ao completar 100 anos, em 1997, Belo Horizonte já ultrapassava os dois milhões de habitantes.

Exemplo maior da corrente progressista e modernizante no período republicano foi João Pinheiro da Silva, nascido no Serro, a 16 de dezembro de 1860, mas depois radicado em Caeté, onde comprou casarão que pertenceu ao Barão de Cocais, José Feliciano Pinto Coelho. Em Caeté implantou, em 1894, indústria cerâmica, que funcionou por muitos anos. Adepto ardoroso da República, era admirador do desenvolvimento norte-americano. Estudou por dois anos na Escola de Minas de Ouro Preto, mas forma-se em Direito em São Paulo, na Faculdade do Lago de São Francisco. Advogou por poucos anos em Ouro Preto e tornou-se um dos principais propagandistas da república. Morre aos 47 anos, a 25 de outubro de 1908, em meio ao mandato de presidente de Minas, cargo que exercia pela segunda vez. Já em 1890, quando tinha apenas 29 anos, tornara-se presidente em substituição a Cesário Alvim, nomeado ministro. É nesta época que se coloca favorável à mudança da capital de Ouro Preto para o arraial de Curral del-Rei. Por várias iniciativas, inclusive a famosa fábrica de cerâmica de Caeté, passa a História de Minas como um dos fomentadores do pensamento modernizante e desenvolvimentista no Estado. Liberal, progressista, é sua a famosa frase de que Minas Gerais tem o "senso grave da ordem", a propósito da Constituição Republicana e os embates entre os primeiros dirigentes, de vocação militar-ditatorial, e o Poder Legislativo. Em 1903, organizou o primeiro Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas, marco do desenvolvimento do Estado pelas diversas iniciativas que gerou. Em 1904 elegeu-se para o Senado Federal e em 1906 para o governo de Minas. Seu filho, Israel Pinheiro, engenheiro da Escola de Minas de Ouro Preto, será governador do Estado de 1966 a 1970, repetindo o ímpeto empreendedor do pai e transformando-se em um dos operosos governador de Minas. A vida de João Pinheiro está "Minas e os fundamentos do Brasil Moderno", coletânea de artigos organizados por Angela de Castro Gomes, de 2005.



Porto da Fazenda Jaguara aguara no Rio das Velhas e barco a vapor em testes construído por Henrique Dumont. Fotografia RIEDEL, Augusto. Fonte: Biblioteca Nacional

É desta época outro mineiro ilustre, Carlos Justiniano Ribeiro Chagas, médico e sanitarista, nascido em Oliveira, em 1879, que dedicou sua vida a pesquisar as doenças tropicais no Instituto Osvaldo Cruz. Chefiou várias missões científicas e de combate a epidemias. Dirigiu o Instituto de Manguinhos, elaborou o primeiro Código para a Saúde Pública do Brasil, criou o Departamento Nacional de Saúde Pública e implantou serviços especializados, dedicados à higiene infantil, endemias rurais, tuberculose, hanseníase, doenças venéreas. Em 1907, em Lassance, às margens do Rio São Francisco, Carlos Chagas instalou serviço de combate à malária e pode observar e pesquisar o barbeiro, alojado nas paredes de pau a pique, conseguindo identificar toda a sua trajetória na transmissão daquela que ficou conhecida como Doença de Chagas. Contribuiu também para o conhecimento e controle da malária.

Merece lembrança entre os mineiros empreendedores Alberto Santos Dumont, que nasce a 20 de julho de 1873 em Palmira (hoje Santos Dumont), no Sítio Cabangu. Foi o sexto filho do engenheiro Henrique Dumont, mineiro, mas formado em Paris e que viera para Ouro Preto a fim de trabalhar em obras públicas, em 1854, onde casa-se. Após Ouro Preto, trabalhou na mina de ouro do Congo Soco, distrito de Barão de Cocais, comprou a histórica Fazenda Jaguara e, em 1871, coordena a construção da ponte sobre o Rio das Velhas, em Sabará. Neste mesmo ano, muda-se para Palmira, morando no Sítio Cabangu, como engenheiro construtor de trecho da Estrada de Ferro Central do Brasil. De 1874 a 1879, o jovem Alberto mora com a família em Valença, na fazenda de café do avô materno. Em 1879, muda-se para Ribeirão Preto e, aos 18 anos, em 1891, viaja com a família para Paris. Retorna ao Brasil e matricula-se, por breve período, na Escola de Minas em Ouro Preto, onde não se adaptou. Herda grande fortuna do pai, que morre em 1892. Em 1897, já com 24 anos, parte para a França, onde se dedica a estudar a pilotagem de balões. Obtém uma série de conquistas, com constantes

avanços no domínio de voos tripulados e ganha reconhecimento internacional. No dia 13 de novembro de 1899, com um balão, contornou a Torre Eiffel pela primeira vez. Em 1906, voa com o seu 14-bis, mais pesado que o ar. É reconhecido na França e em vários países com o inventor da aviação. Em 1917, constrói em Petrópolis a "Casa Encantada", com invenções. Na França, interna-se por três vezes em sanatórios, a partir de 1926. Doente, depressivo, retorna ao Brasil em 1931, trazido por seu primo Jorge Dumont Villares, passando por Araxá, Rio e São Paulo e fixando-se em Guarujá, no Hotel La Plage, onde, no dia 23 de julho de 1932, suicida-se, aos 59 anos. Manifestara seu desgosto ao ver aviões atacando o Campo de Marte, em São Paulo, contra a Revolução Constitucionalista.

O pensamento desenvolvimentista em Minas tem na Escola de Minas de Ouro Preto, que inicia suas atividades a 12 de outubro de 1876, sua principal fonte inspiradora. Esta sempre foi a orientação do seu organizador, primeiro diretor e orientador, o mineralogista francês Henri Claude Gorceix, enviado pela Escola de Minas de Paris, a que Dom Pedro II solicitou apoio na fundação da escola ouro-pretana.

A mineração e a siderurgia em Minas tem histórias próprias e muito devem à Escola de Minas de Ouro Preto, demonstrando que a vocação do Estado está na atividade mínero-metalúrgica e que não se alcançaria o desenvolvimento econômico sem a indústria siderúrgica, motivo de debates e confrontos em toda a primeira metade do século XX. Os engenheiros da Escola de Minas elaboraram os principais documentos e códigos brasileiros da área mineral e estiveram presentes na fundação de quase todos os empreendimentos mínero-metalúrgicos de Minas e do Brasil desde os anos finais do século XIX.

Ouro Preto já possuía uma Escola de Farmácia, criada em 1839, ao tempo da Regência, primeira instituição de ensino superior de Minas Gerais, organizada e dirigida pelo farmacêutico Manuel José Cabral. Em 1886, sob a liderança de Crockatt de Sá e Archias Medrado, criou-se em Ouro Preto um Liceu de Artes e Ofícios, responsável pela formação de gerações de jovens em várias profissões. O Liceu construiu sede própria, no atual Largo dos Contos, e funcionou até 1952. Em 10 de dezembro de 1892, um grupo de mineiros ilustres instala na velha cidade a Faculdade Livre de Direito, transferida para a Universidade de Minas Gerais em 1930, hoje UFMG. Faziam parte desse grupo, entre outros, Afonso Penna, Virgílio de Melo Franco, Afonso Arinos de Melo Franco, Levindo Lopes, João Gomes Rebelo Horta, Francisco Silviano Brandão, João Pinheiro e José Antônio Alves de Brito e outros. Ocupou o chalé situado na antiga Rua da Praia, onde também a Escola de Farmácia iniciara suas atividades. Também foi cadeia de Ouro Preto. Hoje pertence à Prefeitura de Ouro Preto. Em 1969, é criada a Universidade Federal de Ouro Preto, inicialmente com as duas primitivas unidades, de Farmácia e Minas.

A partir da década de 50, em meio à retomada do desenvolvimento no pós-guerra, capitais alemães adquirem jazidas de minério de ferro em Congonhas do Campo, ali instalando a Ferteco, exportadora para a Europa, hoje pertencente à Vale. As cidades de Santa Bárbara e Nova Era tornam-se grandes fornecedoras de minério de ferro, com suas jazidas exploradas por várias empresas, abastecendo o mercado interno e exportando, atividade que se estende aos nossos dias. Nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, tanto a Vale, criada por Getúlio Vargas em 1942, em Itabira, quanto a CSN criada em 1944, em volta Redonda, sofrerão grande retração de mercado, quase paralisando suas atividades.



Alberto Santos Dumont, que nasce a 20 de julho de 1873 em Palmira (hoje Santos Dumont), no Sítio Cabangu. Em 1906, voa com o seu 14-bis, mais pesado que o ar. É reconhecido na França e em vários países com o inventor da aviação. Fonte: Museu do Amanhã, RJ.

Em 1888, unem-se Carlos da Costa Wigg, também engenheiro e ex-aluno de Henri Gorceix na Escola de Minas, Henrique Hargreaves e Amaro da Silveira, engenheiros da Estrada de Ferro Dom Pedro II, para fundar a Usina Esperança, em Itabirito, primeiro alto-forno de Minas Gerais. O alto-forno foi implantado pelo "maitre de forges" Jean-Albert Gerspacher, ex-diretor da Usina de Audincourt, na França, onde estagiara Augusto Barbosa da Silva, enviado por Henri Gorceix, e que se casou com a filha do mestre francês. Gerspacher chegou ao Brasil em 1887 e, mais tarde, seu filho, Joseph-Albert, pôs em operação vários fornos, como o da Usina Wigg, em Miguel Burnier, que também tinha como sócio Carlos da Costa Wigg, aproveitando jazidas de minério de ferro e o entroncamento ferroviário. Gerspacher, filho, fundou também as usinas de Rio Acima, da Companhia Siderúrgica Mineira, de Barra Mansa, no Estado do Rio, e de Barbará & Cia. A Usina Esperança, próxima da Serra e do Pico do Itabirito e da reserva do Morro da Cata Branca, importantes jazidas de minério de ferro, servidas por ferrovia, acabou sendo adquirida pela família do engenheiro Queiroz Júnior, que lhe deu seu nome. Passou por vários proprietários, esteve paralisada e encontra-se até hoje em funcionamento, embora limitada por sua capacidade.

A exploração do Pico do Itabirito, situado na Borda Leste da Serra da Moeda, merece comentários por sua importância geográfica, econômica e histórica. O pico é formado por hematita e magnetita a 69,9% de concentração, uma das maiores do mundo. Sua exploração começou em 1942 pela ICOMI, criada por Augusto Trajano de Azevedo Antunes, que representou no Brasil, por muitos anos, os interesses dos grupos norte-americanos e foi alvo de críticas, em várias ocasiões, por operações consideradas antinacionais. O pico, de 1.586 metros de altitude, é marco referencial paisagístico para extensa região e consta ter orientado os primeiros bandeirantes que procuravam o Vale do Tripuí, entre Ouro Preto e Mariana,



Usina Esperança em Itabirito, fundada em 1888, pelos engenheiros Carlos da Costa Wigg, Henrique Hargreaves e Amaro da Silveira, primeiro alto-forno de Minas Gerais. Fonte Jornal O Liberal

como também as nascentes do Rio das Velhas. Sob ameaça de destruição, foi tombado em 1962 pelo IPHAN. Mas o Grupo Caemi conseguiu o seu destombamento, favorecido pelo regime autoritário surgido com o golpe militar de 1964. Pressionado pela comunidade itabiritense e pelo próprio IPHAN, o Grupo Antunes entrega ao Instituto, em 1987, carta em que se compromete a manter o perfil do pico, minerando apenas em seu redor. Em 1989, finalmente, o Pico do Itabirito, já bastante descaracterizado, volta a ser tombado, desta vez pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. Hoje todo o conjunto pertence à Vale, que em 2009 inaugurou usina de pelletz e usa o ramal da Ferrovia do Aço, estrada iniciada na época do regime militar e que a mineradora completou. Paralela à BR-356 está grande barragem de rejeitos da mina do Pico, em que a Vale vem implantando, após 2019, várias providências de segurança.

Em 1908, instala-se a usina hidrelétrica Rio de Pedras, em Acuruí, no Rio das Velhas, uma das pioneiras em Minas, destinada a abastecer Belo Horizonte. Hoje, assoreada, fornece energia apenas para Acuruí, distrito de Itabirito, e para uma mina de ouro. Em 1917, dois outros ex-alunos da Escola de Minas, Cristiano Guimarães e Amaro Lanari, fundam a Companhia Siderúrgica Mineira, em Sabará, colocando em funcionamento um alto-forno em 1919. Em 1920, aproveitando a visita que o rei Alberto, da Bélgica, fazia a Minas, o então governador Artur Bernardes reivindica ao monarca a aplicação de capitais belgas no Estado. Bernardes, nacionalista, sempre defendeu a implantação da siderurgia no Estado e não somente a exportação de minério de ferro, sem investimento na indústria de transformação. Desenvolvidas as conversações, através de missão enviada pelo rei a Minas, em 1921, o grupo belga Arbed (Aciéries Reunies de Burbach-Eich-Dudelange) adquiriu o controle acionário da empresa, que passou a se chamar Companhia Belgo-Mineira, incorporando e ampliando a usina de João Monlevade. Hoje pertence ao Grupo Arcelor-Mittal.



A exploração do Pico do Itabirito, situado na Borda Leste da Serra da Moeda, merece comentários por sua importância geográfica, econômica e histórica. Fotografia: pedal.com.br

Em 1922, fundou-se em Rio Acima o Alto-Forno Pedro Gianetti, transformado em 1931 em Metalúrgica Santo Antônio. Em 1925, em Barão de Cocais, foi criada uma siderúrgica pelo grupo Hime & Cia, transformada depois em Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas (CBUM), posteriormente vendida ao Grupo Cimetal e, hoje, pertencente ao Grupo Gerdau. Também em 1925, inaugurou-se em Caeté a firma J. S. Brandão & Cia, incorporada pela Companhia Ferro-Brasileira, com capital francês, hoje extinta. Nas regiões de Divinópolis e Sete Lagoas, surgiram igualmente várias usinas de ferro-gusa, fornecedoras para o mercado interno e exportador.

Em 1941, Benedito Valadares inicia a implantação da Cidade Industrial de Contagem, inaugurada em 1946. Israel Pinheiro, seu secretário de Indústria, Comércio e Agricultura, atua na implantação da Cidade Industrial. Cria também a Feira de Amostras em Belo Horizonte, obra pioneira na promoção industrial mineira e onde, mais tarde, constrói a rodoviária de Belo Horizonte. E cria a Usina Hidrelétrica de Gafanhoto, para abastecer a nova Cidade Industrial, já servida pela Estrada de Ferro Central do Brasil e pela Rede Mineira de Viação, e que também contava com boa oferta de água. Outra obra desse período é a rodovia, hoje Avenida Amazonas, ligando a Cidade Industrial a Belo Horizonte. E duas pequenas usinas hidrelétricas já haviam sido inauguradas: a de Pai Joaquim, no Rio Araguari, para abastecer Uberaba e Araxá, onde foi construído o Grande Hotel (inaugurado em 1944), e a usina de Santa Marta, para atender Montes Claros.

Em 1947, dez indústrias já operavam na Cidade Industrial de Contagem – a primeira a se instalar foi a Companhia de Cimento Portland Itaú. Israel Pinheiro criou o instituto Cândido Tostes, destinada à qualificação profissional e desenvolvimento de tecnologia de laticínios, em Juiz de Fora e que exerceu função transformadora no setor. E foi o construtor do Grande Hotel, em Araxá, inaugurado por Getúlio Vargas em 1944. O hotel destinava-se a

explorar as águas minerais da "chaminé vulcânica" do Barreiro, incentivar o turismo e ainda explorar o jogo. A obra, ousada pelo seu porte, consumiu quase um orçamento anual do Estado e foi projetada pelos arquitetos Luiz Signorelli e Francisco Bolonha e o engenheiro Lincoln Continentino. Os arquitetos Rafaello Berti, Raphael Hardy e Shakespeare Gomes participaram da construção. Israel Pinheiro, como engenheiro e secretário de Estado de Benedito Valadares, supervisionou as obras.

Mas tanto Araxá como a totalidade das estâncias hidrominerais mineiras foram surpreendidas com o Decreto-Lei 9.215, de 30 de abril de 1946, do presidente Eurico Gaspar Dutra, proibindo os "jogos de azar" no Brasil. Atribuiu-se a medida à influência de sua esposa, Carmela Teles Leite Dutra, chamada de d. Santinha, e às pressões da Igreja Católica. Cerca de 70 cassinos em todo o Brasil foram paralisados e as estâncias mineiras, que até hoje manifestam esperança no retorno do jogo, viveram períodos de decadência e esvaziamento econômico, sobretudo Caxambu, Lambari e Cambuquira.

Na área política, vinha o Brasil sob o regime Vargas, desde 1930. A 9 de julho de 1932 irrompe em São Paulo rebelião contra Getúlio, a chamada "Revolução Constitucionalista", derrotada por forças federais e de Minas, em confrontos na divisa entre os dois Estados. A vocação ditatorial do presidente torna-se absoluta após o Estado Novo, implantado em 1937, em reação oportunista ao ataque feito pelo movimento integralista ao Palácio do Catete. Por volta de 1945, já se antevendo a queda da ditadura Vargas, o governador de Minas, Benedito Valadares, organiza o Partido Social Democrata, o PSD, com apoio de Vargas, reunindo as lideranças ligadas ao Estado Novo. Conservador, reuniu as antigas oligarquias rurais e terá vida ativa na política até 1964, quando é extinto pela ditadura militar junto com outros partidos, quando foram criados a Arena e o MDB. O PR, antigo Partido Republicano, sobrevivente, fiel à liderança de Artur Bernardes, integrou a Arena. A oposição ao Estado Novo foi predominantemente mineira: Virgílio de Melo Franco e Luiz Camilo de Oliveira Neto a lideravam juntamente com Adauto Lúcio Cardoso, Dario de Almeida Magalhães e Afonso Arinos.

Já pouco antes, a velha tradição liberal mineira se fará presente mais uma vez, em 1943, por meio de um documento hoje histórico: o "Manifesto dos Mineiros". Os liberais de Minas, homens de variada formação e origem, unem-se para lançar um manifesto à nação, que passa à História como a primeira manifestação coletiva contra o Estado Novo e o regime varguista, e que terá grande repercussão, minando as bases políticas e populares de apoio ao ditador. Vargas, que fora levado ao poder por Minas Gerais, com apoio do então governador, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, em 1930, perdia o apoio dos mineiros, os quais, em 1932, pelas armas, também haviam sufocado o movimento constitucionalista de São Paulo, que levou a confrontos com tropas federais e de Minas. A nação estava cansada do autoritarismo getulista. O documento, datado de 24 de outubro de 1943, com grande significado político e histórico, parte de uma longa rememoração do pensamento liberal mineiro ao longo da História do Brasil, e cita vários nomes de mineiros ilustres comprometidos com o liberalismo, desde os inconfidentes de 1789. Por fim, faz um chamamento aos mineiros, convidando-os à reação: "Conclamamos os mineiros a que se unam acima de ressentimentos, interesses, comodidades, sob os ideais vitoriosos de 15 de novembro de 1889 e reafirmados solenemente em outubro de 1930, a fim de que, pela federação e pela democracia, possam todos os brasileiros viver em liberdade uma vida



Grande Hotel, em Araxá, inaugurado por Getúlio Vargas em 1944.
Fotografia: mercadoeeventos.com.br

digna, respeitados e estimados pelos povos irmãos da América e de todo o mundo". Vargas, reagindo ao documento, realizou vários atos de retaliação e perseguição contra os signatários.

Assinaram o Manifesto: Achiles Maia, Adauto Lúcio Cardoso, Afonso Arinos de Melo Franco, Afonso Pena Jr., Alaor Prata, Alberto Deodato, Alfredo Carneiro Viriato Catão, Aloysio Ferreira de Sales, Álvaro Mendes Pimentel, André de Faria Pereira, Antônio Carlos Vieira Christo, Antônio Neder, Arthur Bernardes, Arthur Bernardes Filho, Arthur Soares de Moura, Astolpho Rezende, Augusto Couto, Augusto de Lima Jr., Belmiro Medeiros da Silva, Bilac Pinto, Bueno Brandão, Caio Mário da Silva Pereira, Caio Nelson de Sena, Cândido Neves, Carlos Campos, Carlos Horta Pereira, Carmelindo Pinto Coelho, Dalmo Pinheiro Chagas, Daniel de Carvalho, Dario de Almeida Magalhães, Darcy Bessone de Oliveira, Edgar de Oliveira Lima, Edmundo Menezes Dantas, Mendes Pimentel, Fausto Alvim, Feliciano de Oliveira Pena, Flávio Barbosa Melo Santos, Francisco de Assis Magalhães Gomes, Galba Moss Veloso, Geraldo Rezende, Gilberto Alves da Silva Dolabella, Gudesteu Pires, Heitor Lima, J. Sandoval Babo, João Edmundo Caldeira Brant, João Franzen de Lima, Joaquim de Salles, Jonas Barcelos Correa, José Bonifácio Filho, José de Magalhães Pinto, José Maria Lopes Cançado, José Urbano Baeta Alvim, José do Valle Ferreira, Lincoln Prates, Luís Camillo de Oliveira Netto, Mário Brant, Milton Campos, Múcio Continentino, Nelson de Senna, Odilon Braga, Ovídio de Andrade, Paulo Pinheiro Chagas, Pedro Aleixo, Pedro Baptista Martins, Pedro da Silva Nava, Raul de Faria, Renan Rodrigues Borges, Salomão de Vasconcelos, Sylvio Marinho, Tristão da Cunha e Virgílio A. de Melo Franco.

Por sua luta contra a ditadura Vargas e em favor dos direitos humanos, pela liberdade e contra qualquer tipo de opressão, um mineiro, de Barbacena, o advogado Heráclito Fontoura Sobral Pinto (1893-1991) merece lembrança. Destacou-se, sobretudo, na luta contra o Estado Novo getulista e a ditadura militar de 1964, como defensor de presos políticos. Aceitou defender Luís Carlos Prestes após o levante comunista de 1935. No

caso do alemão Harry Berger, membro do Partido Comunista, barbaramente torturado pela polícia getulista, exigiu do governo a aplicação do artigo 14 da Lei de Proteção aos Animais ao prisioneiro, uma vez cessados os argumentos com base nos textos legais de proteção aos direitos humanos. Defendeu vários cassados após 64 e recusou convite do presidente JK para assumir vaga no Supremo Tribunal Federal, alegando que poderiam supor que a defesa que fez da posse de Juscelino tivesse algum interesse pessoal. Sobral Pinto honra a memória e a tradição liberal dos juristas mineiros.

O movimento que elaborou o "Manifesto dos Mineiros" deu origem à União Democrática Nacional (UDN), "partido dos bacharéis", que fará oposição a Getúlio, em contraposição ao Partido Social-Democrata (PSD). A UDN, conforme definição de Afonso Arinos de Melo Franco, era a "legítima herdeira" da tradição liberal que propunha a reforma dos costumes políticos e administrativos. Fundava-se nos sentimento vindos do civilismo, da pregação republicana e da Aliança Liberal. Era o partido do "liberalismo burguês, mais ilustrados, partido de bacharéis. A figura principal do partido, o brigadeiro Eduardo Gomes, representa bem o espírito liberal. "Eduardo Gomes é o Prestes da burguesia, como o capitão vermelho é o brigadeiro do proletariado", diz Afonso Arinos.

É importante lembrar que a UDN nasceu na ilegalidade, a princípio como instrumento de luta de todos os que queriam atuar contra a ditadura Vargas. O Partido Republicano (PR) acabará se aproximando da UDN, embora tendo sempre como traço uma posição centrista ou, para alguns, oportunista, ficando sempre ao lado do poder. O Partido Social-Democrata (PSD) será fator importante na estabilidade e na ordem. Será sempre conservador, integrado pelas velhas oligarquias rurais e tornar-se-á símbolo da esperteza e da negociação política mineira, sempre voltado para o governo ou o poder, não se importando com ideologias ou doutrinas, ou mesmo limites éticos para a conquista e permanência no poder. Será o partido das "velhas raposas", denominação popular para os políticos "pessedistas". Já a UDN, chamada de "partido dos bacharéis", também conservadora, mais tarde irá apoiar e compor, cedendo nomes, para o regime militar implantado em 1964, como Milton Campos e Pedro Aleixo. Mais tarde, Getúlio criará o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em apoio à sua política trabalhista, de defesa e apoio ao trabalhador.

Derrubado Getúlio em 1945, dá-se a redemocratização do país, com a edição da Constituição liberal de 1946. Elege-se presidente da República o marechal Eurico Gaspar Dutra, que fora ministro da Guerra de Getúlio, derrotando o brigadeiro Eduardo Gomes, apoiado pela UDN. Em Minas, é eleito governador Milton Soares Campos, da UDN, jurista e homem de cultura humanista, de Ponte Nova. O sucessor de Milton Campos será Juscelino Kubitschek de Oliveira, de Diamantina, de 1950 a 1955, do PSD, que se elegerá presidente da República. Antes, de 1941 a 1945, foi prefeito de Belo Horizonte. Em 1952 criou a Cemig, marco da industrialização de Minas Gerais, com base no Programa de Eletrificação lançado em 1950. Até o surgimento da Cemig, existia na área central do Estado a Companhia Força e Luz de Minas Gerais, subsidiária da Bond and Share, com pouca disponibilidade de energia e tarifas caras. Nos primeiros anos da década de 1940, no governo de Benedito Valadares, tendo Israel Pinheiro como secretário da área econômica, ocorre o inicio da implantação da Cidade Industrial de Contagem.



Em 1958, a Comissão do Vale do São Francisco contratou a Cemig para a construção de Três Marias, no Rio São Francisco. construída em 1959, Rio São Francisco. Fonte cemig.com.br

Ainda na década de 50, a Cemig implantou suas três primeiras usinas: Tronqueiras (janeiro de 1955), Itutinga (fevereiro de 1955) e Salto Grande (1956). Em 1958, a Comissão do Vale do São Francisco contratou a Cemig para a construção de Três Marias, no Rio São Francisco. Ainda em 1958, então presidente da República, Juscelino implementou a construção da Hidrelétrica de Furnas aproveitando o imenso potencial do Rio Grande e outros cursos d'água. Com 25% de capital da estatal mineira e acordo com o governo de São Paulo, com o compromisso de fornecer 50% da sua energia para abastecer Rio e São Paulo, a hidrelétrica será inaugurada em 1965 e formou o imenso lago de Furnas, chamado de "Mar de Minas", que alcança 34 municípios e abastece 12 usinas, prestando-se também, no seu compromisso originário, a um "uso múltiplo", representado por atividades turísticas, náuticas e de lazer em extensa região. Em 2020 municípios lindeiros aos lagos de Furnas e Peixoto lutam por manter as cotas de 762 e 663 para os dois lagos, permitindo o pleno restabelecimento das atividades econômicas, além da geração de energia elétrica, em campanha que tem apoio das entidades empresariais mineiras, do Governo do Estado e Assembleia Legislativa.. Em setembro de 2017 quatro usinas da Cemig foram privatizadas, São Simão, Volta Grande, Jaguara e Miranda, em decorrência de decisões, bastante contestadas, do Governo Federal e sob protesto do governo mineiro, da própria Cemig e do meio empresarial mineiro.

Médico, político conciliador, do PSD, fará governo sempre comprometido com o desenvolvimento econômico e de apoio às atividades culturais. JK foi um salto à frente na industrialização brasileira, além das velhas raízes agrárias. Adotou o lema "50 anos em cinco", com prioridade para o binômio "Energia e transporte", já praticado em Minas. Tenazmente, aplicou-se na construção de Brasília, inaugurada em 1960, quando passou a Presidência da República a Jânio da Silva Quadros. Com JK, o Brasil viveu período de prosperidade, os "anos dourados" da Bossa Nova e do Cinema Novo, sob a inspiração



Em 1971, em sua cidade natal, Diamantina, Juscelino Kubitschek sentou na praça para ouvir um violãozinho de um cantor de voz macia a quem chamavam de Bituca, que, como todos sabem, era o Milton Nascimento. Na foto podemos ver junto de JK, Lô Borges, Marcio Borges e Fernando Brant. Por detrás, o Seminário de Diamantina onde JK estudou. Fotografia de Juvenal Pereira do acervo do "Museu do Clube da Esquina"

de um presidente otimista e determinado. Deu à Pampulha o patrimônio modernista e seu caráter cultural e turístico. Construiu Brasília, implantou a indústria automobilística e anistiou os militares que tentaram rebeliões contra seu governo.

Com Milton e Juscelino no Governo do Estado, Minas Gerais experimenta época de avanço político e cultural, de civilidade e concórdia. Será Juscelino que proporá, em 1952, lei estadual que determina a realização anual em Ouro Preto, no dia 21 de abril, de cerimônia de homenagem a Tiradentes e aos inconfidentes, com a transferência do Governo do Estado para aquela cidade. Em 1955 Juscelino será candidato à Presidência e deixa o governo estadual com seu vice, o médico e professor Clóvis Salgado da Gama, do Partido Republicano, natural de Leopoldina, e que permanece no cargo de março de 1955 a janeiro de 1956. Será eleito a seguir o governador José Francisco Bias Fortes, do PSD, de Barbacena, por sua vez, sucedido por José de Magalhães Pinto, da UDN, eleito em 1960, derrotando Tancredo Neves, do PSD. Serão governadores de Minas, em sucessão, Israel Pinheiro, Rondon Pacheco, Aureliano Chaves, Francelino Pereira, Tancredo Neves, Hélio Garcia, Newton Cardoso, Eduardo Azeredo, Itamar Franco, Aécio Neves, Antônio Anastasia, Fernando Pimentel e Romeu Zema.

Na área cultural, a nova capital de Minas começa a despertar a partir da década de 1920, sob o impulso do movimento modernista paulista que alcançava Minas. Como já foi dito, os modernistas paulistas descobrem Minas a partir de 1919, quando Mário de Andrade faz visita ao poeta simbolista Alphonsus de Guimaraens em Mariana. A sua correspondência com os modernistas mineiros, sobretudo Carlos Drummond de Andrade, amplia-se. A Semana de Arte Moderna de 22 estimula o movimento de busca de raízes de uma cultura



Drummond e Capanema, entre os dois Rodrigo Mello Franco de Andrade. Em 1937, Getúlio Vargas cria o IPHAN, por influência do ministro da Educação, Gustavo Capanema, que teve como chefe de gabinete Carlos Drummond de Andrade, sendo seu primeiro presidente e implantador Rodrigo Melo Franco de Andrade.
Fonte: gestaouniversitaria.com.br

autenticamente brasileira. Em 1924, os paulistas realizam excursão cultural a Minas. Passam por Belo Horizonte, vão a São João del-Rei, onde assistem à Semana Santa, visitam Tiradentes e percorrem Ouro Preto, viagem que despertará um vivo e contínuo interesse do movimento pelas cidades históricas e o surto artístico nelas ocorrido no século XVIII. O diálogo com intelectuais modernistas mineiros torna-se intenso e cooperativo e terá vários desdobramentos, sobretudo na produção literária e, mais tarde, já na época Vargas, em iniciativas concretas de proteção do patrimônio cultural brasileiro. As cidades históricas mineiras, especialmente Ouro Preto e Mariana, descobertas e divulgadas pelos modernistas, que veem nelas raízes e elementos de uma autêntica cultura brasileira, fora dos cânones europeus, serão as principais inspiradoras e referências do movimento de busca de mecanismos de proteção do patrimônio edificado brasileiro de valor histórico e artístico.

O IPHAN, criado por Getúlio Vargas em 1937, se fez por influência do ministro da Educação, o mineiro Gustavo Capanema, que teve como chefe de gabinete Carlos Drummond de Andrade. E seu primeiro presidente e implantador será o mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade, ambos afinados com o movimento modernista.

Sob o estímulo da efervescência cultural do movimento modernista, com estilos e aptidões próprias, surgirão a partir da década de 1930 vários nomes de expressão na criação artística mineira. Eduardo Frieiro, escritor e crítico literário, bibliógrafo, elabora uma relação de artistas mineiros, especialmente pintores, publicada em 1925, na qual cita os nomes de Aníbal Mattos, Alberto Delpino, Belmiro Frieiro, Celso Werneck, Armando Bueno de Azevedo, Francisco Rocha, Genesco Murta, Honório Esteves, Joaquim Gasparino,

J.J. das Neves, Orézio Belém, J. Quirino, José Peret, Paulo Brandão e Paschoal Ciali. O pintor Genesco Murta, com a técnica "pontilhista", que realizara estágios na Espanha e na Alemanha, obteve grande repercussão nas décadas de 20 e 30. É significativo lembrar que a Academia Mineira de Letras foi fundada em 25 de dezembro de 1909, em Juiz de Fora. Entre os doze idealizadores estavam Machado Sobrinho, Belmiro Braga, Dilermando Cruz, Amanajós de Araújo E entre os primeiros sócios, incluídos logo após, Alphonsus de Guimaraens, Nelson de Sena e Carlos de Gois.

Já no final do século XIX, a construção de Belo Horizonte, a partir de 1896, trouxera a Minas artistas de vários países. O pintor francês Emile Rouéde, de Avignon, França, vem e retrata os últimos momentos do arraial do Curral del-Rei, que se transformará, em 1897, na nova capital. É o que também faz o pintor, mas igualmente construtor e empreiteiro, Francisco Steckel, nascido em Dresden, Alemanha. Rouéde pinta também Ouro Preto, onde reside por algum tempo. O alemão George Grimm retrata Ouro Preto, Sabará e Lagoa Santa. Em 1928, o intelectual fluminense Aníbal Mattos cria o Curso de Belas Artes e organiza a Pinacoteca do Estado, instituições pioneiras, com várias transformações nos anos posteriores. Em 1908, é criada em Juiz de Fora a Academia Mineira de Letras, cuja transferência para Belo Horizonte, que já se firmara como a nova capital, se dará em 1915.

Na literatura, o movimento modernista gera, também a partir da década de 20, uma fértil geração de escritores, poetas, jornalistas e intelectuais mineiros. A nova cidade, que Cyro dos Anjos dizia ser "provinciana e sem passado", será comentada e discutida pelos militantes do movimento modernista, que se mantêm ativos em publicações de artigos em revistas e jornais da época. Integram este momento e este debate, em que Minas e Belo Horizonte e o passado e a modernidade sempre aparecem nos escritos, Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura, Abgar Renault, Cyro dos Anjos, Guilhermino César, João Alphonsus, Eduardo Frieiro, Abílio Barreto, Martins de Almeida, Alberto Campos, Murilo Mendes, José Oswaldo de Araújo, Pedro Nava, Djalma Andrade, Mário Casassanta, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Afonso Arinos de Melo Franco, Gabriel Passos, Milton Campos e Gustavo Capanema, os três últimos realizando carreira na política. E Guimarães Rosa, contista, romancista, cronista, diplomata de carreira, expoente da fertilidade da literatura mineira e brasileira.

Análise do período, seus personagens, mentalidade e seu caráter nostálgico, encontram hoje farta literatura, sendo importante citar "A Belo Horizonte dos modernistas – Representações ambivalentes da cidade moderna", de Luciana Teixeira de Andrade, de 2004; "O modernismo em Belo Horizonte – Década de 20", Antônio Sérgio Bueno, de 1982; e "Mário, Drummond e Nava na Belo Horizonte dos anos 1920", Wander Miranda, 2018; "Belo Horizonte entre palavras e formas: o que restou da modernidade?", Carlos Antônio Leite Brandão, 2018; "Belo Horizonte de expectativas: a despedida de Drummond", Sérgio Alcides, 2018 e "Belo Horizonte – Quais horizontes", João Antônio de Paula, 2018.

A arte brasileira libertava-se do academicismo. Até então, antes do movimento modernista, eram exaltados "a ópera e as musas do Parnaso, com uma pintura infensa às revoluções estéticas. Acumulavam-se as reproduções dos mestres renascentistas, diluições românticas, as paisagens alpinas e flamengas, as naturezas-mortas e os rosais franceses, rococós, que se misturavam com heróis mitológicos transplantados para cenários indefinidos", no dizer do crítico de artes

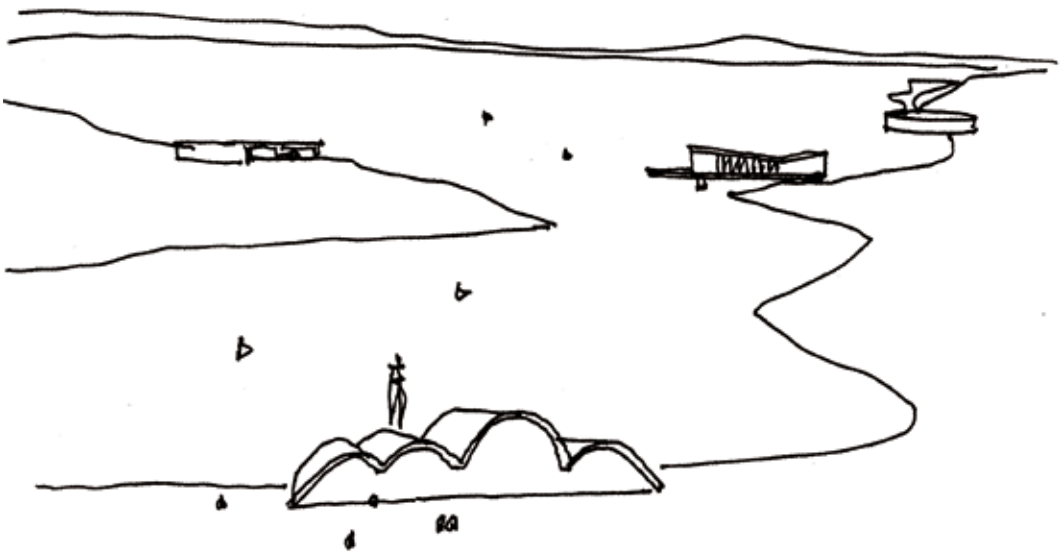


JK e Oscar Niemeyer. Fonte: História Mundi

visuais Márcio Sampaio ("A paisagem mineira", de 1977). Nacionalistas, em busca de cultura autóctone, os modernistas, não só na pintura, buscavam temas nacionais, a paisagem brasileira, sentimentos e coisas da nossa vida real.

Merece lembrança, por sua obra seminal, a presença em Belo Horizonte da psicóloga e educadora Helena Antipoff (1829, Grodna, Bielorussia, 1974, BH).Com formação sólida adquirida na França e na Suiça, veio em 1929 para Minas a convite do Governo o Estado, integrando a Comissão Pedagógica Europeia convidada pelo governador Antônio Carlos para assessorar a reforma do ensino mineiro coordenada por Francisco Campos e Mário Casassanta". Antipoff fundou a Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico, a Escola Normal, hoje Instituto de Educação, inicialmente destinada a formar professoras, e o Instituto Pestalozzi, na Fazenda do Rosário. Formou gerações de educadoras, pedagogos e psicoterapeutas, modernizando a educação fundamental mineira, reconhecida por sua qualidade em todo o Brasil. Integrou a Missão a artista Jeanne Louise Milde, escultora e professora de Artes (1900/1989), que integrou a Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico, passando o ensino de artes a compor o currículo escolar. Jeanne deixou várias obras, especialmente esculturas. Entre os grandes nomes formadas no período destaca-se Lucia Monteiro Casassanta, educadora.

A presença de Juscelino na Prefeitura de Belo Horizonte e no Governo do Estado representará grande impulso à fixação de uma mentalidade moderna em Minas, condição que se transfere também às atividades culturais. Como prefeito, urbaniza a Pampulha, com Oscar Niemeyer, que projetou o cassino, hoje Museu de Arte da Pampulha, a Casa do Baile, a Igrejinha de São Francisco e o Iate Tênis Clube. E um hotel, que não chegou a ser construído. O lago inicial da Pampulha fora implantado em 1936 por Américo Otacílio Negrão de Lima (prefeito de 1935 a 1938 e de 1947 a 1951), ao represar as águas do ribeirão Pampulha (nome dado pelo português Manoel Leandro, em 1835, morador da região,



Croqui do conjunto arquitetônico da Pampulha feito por Niemeyer e apresentado a JK.
Fonte: www.projetomemoria.art.br

recorrendo a bairro homônimo de Lisboa, onde existe carvão de pedra, o pampa hulha) para abastecer a região. Em 1940, Juscelino ampliou a represa, dando-lhe o contorno de 18 km e convidou o urbanista francês Donat Alfred Agache para elaborar projeto de urbanização, que não foi aceito. Realizou então concurso nacional, que novamente desapontou. Foi então que Rodrigo Melo Franco de Andrade, que assumira o IPHAN em 1937, indicou a Juscelino o arquiteto Oscar Niemeyer. Em seu livro de memórias, "As curvas do tempo", de 1998, Niemeyer conta que havia estado em Belo Horizonte, trazido por Gustavo Capanema, a pedido de Benedito Valadares, para elaborar projeto de um cassino na região do Acaba Mundo, onde hoje se acha a Praça JK, ao pé da Serra do Curral, não construído. Em uma só noite, hospedado no Grande Hotel, onde hoje está situado o edifício Archangelo Maletta, Niemeyer desenhou as propostas para a Pampulha, aprovadas por Juscelino no dia seguinte.

A Pampulha receberá as primeiras obras em estilo moderno de Minas, com integração entre a paisagem circundante e as projeções arquitetônicas. Empregou-se o concreto armado, que permitia grandes vãos, preenchidos com o vidro mais leve e transparente, sustentado por esquadrias metálicas. Os pilotis e estruturas em balanço e o uso da curva, como na Casa do Baile, são outras características do modernismo. Rompiam-se radicalmente os padrões de linhas retas e rígidas, até então dominantes na arquitetura brasileira. Aproximava-se, em vários aspectos, da arquitetura colonial mineira. Niemeyer diria: "A curva, livre e sensual que a nova técnica sugeria e as velhas igrejas barrocas mineras lembravam".

A Igrejinha, inaugurada em 1943, com a presença de Getúlio Vargas, repete as formas das montanhas de Minas, com suas linhas curvas, "da natureza e das igrejas de Ouro Preto", diz Niemeyer. Nela trabalhou grupo de artistas de expressão nacional, como Cândido Portinari que, em 1945, fez os azulejos externos, o mural do altar, em têmpera sobre argamassa, representando São Francisco despindo-se, os 14 quadros da Via-Sacra, em têmpera sobre eucatex, e os grandes painéis externos na parede posterior, sobre os azulejos. Os desenhos representam aspectos da vida de São Francisco.



A Igrejinha, inaugurada em 1943, com a presença de Getúlio Vargas, repete as formas das montanhas de Minas, com suas linhas curvas, "da natureza e das igrejas de Ouro Preto", diz Niemeyer. Fonte: IPHAN

A iconografia causou grande polêmica, a ponto de o arcebispo conservador, Dom Antônio dos Santos Cabral, recusar-se, por vários anos, a permitir sua sagração, alegando que, na sua construção, não foram obedecidas normas do Direito Canônico e da arquidiocese. E não aceitava as inovações arquitetônicas e principalmente a ornamentação pictórica. O meio católico conservador dizia que se tratava de obras de dois comunistas, Niemeyer e Portinari. A recusa à sagração gerou grande debate nos meios culturais e só foi encaminhada uma solução quando Juscelino, então na Presidência da República, intercedeu junto às autoridades religiosas. A igreja foi então doada pelo então prefeito, Celso Melo Azevedo, à Arquidiocese de Belo Horizonte e sagrada em 1959, pelo então arcebispo Dom João Resende Costa. O jornalista José Mendonça, editor do jornal católico "O Diário", no seu livro de memórias, lançado em dezembro de 2009, diz que Dom Cabral, pouco antes de morrer, pedira parecer a três católicos: Alceu Amoroso Lima, grande líder cristão, padre Orlando Vilela, filósofo cristão, e monsenhor Nabuco de Araújo, professor de História da Arte. Os três opinaram pela sagração que Dom Cabral não teve tempo de realizar.

Coube a Alfredo Ceschiatti (1918-1989) implantar o baixo-relevo do batistério, em bronze fundido, fixado sobre a alvenaria. Paulo Werneck (1907-1987) fez os mosaicos e painéis das paredes externas da nave. Roberto Burle Marx (1909-1994) concebeu os jardins do entorno da igreja. Os artistas Poi, Santa Rosa, Athos Bulcão e José Moraes também trabalharam na igreja, em apoio às intervenções. Em 2008, o historiador Luís Gonzaga Teixeira publica preciosa monografia sobre a Igreja da Pampulha, em todos os seus momentos e aspectos. No Museu, trabalhou o escultor José Pedrosa (1915-1970). O "conjunto modernista" da Pampulha, criado por Niemeyer, integra desde 16 de julho de 2016 a lista dos Patrimônios Culturais da Humanidade da Unesco, proposta encaminhada pelo então prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda, elaborada pelos órgãos de cultura e turismo da Prefeitura, com participação e apoio do IPHAN.

Ainda na Pampulha, Niemeyer projetou a Casa de JK e, na cidade, as residências de Pedro Aleixo (demolida) e de João de Lima Pádua, o Conjunto JK, na Praça Raul Soares, a Biblioteca Pública Estadual e o Edifício Niemeyer, na Praça da Liberdade, a sede do antigo Bemge (Banco do Estado de Minas Gerais), o Clube Libanês, o Colégio Estadual e um grupo escolar (demolido). Para Diamantina, na mesma época, projetou um hotel e uma escola, também a pedido de JK. Em Ouro Preto, projetou o Grande Hotel, doado por Getúlio Vargas à cidade e que ainda hoje gera controvérsias por ser arquitetura moderna implantada em núcleo histórico tombado de estilo luso-brasileiro. Sylvio de Vasconcellos define, no seu "Mineiridade", a importância dos projetos de Niemeyer em Minas: "A obra de Oscar Niemeyer não é resultado do acaso, capricho individual ou exotismo. Expressa uma cultura ou, pelo menos, uma aculturação específica. Ambos, Oscar e Antônio Francisco Lisboa procuram desesperadamente as proposições mais simples, diretas, conclusas, contidas em mínimo de elementos interessados a um máximo de expressão". Niemeyer, ao falar sobre a sua criação, revelas suas preferências formais: "Não é o ângulo reto que me atrai, nem a linha reta, dura, inflexível, criada pelo homem. O que me atrai é a curva livre e sensual, a curva que encontro no curso sinuoso dos seus rios, nas nuvens do céu, no corpo da mulher amada. De curvas é feito todo o universo, o universo curvo de Einstein". E, em diversos textos, lembra o traçado curvo das "igrejinhas mineiras", consagradas por Aleijadinho.

O impacto da Pampulha traz outros resultados: terá sido Portinari, em 1944, o autor da sugestão feita a Juscelino para trazer para Minas Alberto da Veiga Guignard (Nova Friburgo, 1898; Belo Horizonte, 1962), para um curso de pintura e desenho, reivindicação de jovens artistas, curso que viria, dois anos depois, a transformar-se em escola livre, funcionando no Parque Municipal, nas edificações inacabadas do Palácio das Artes, insalubres e inadequadas. Ao tempo em que o curso funcionou ao ar livre, algumas aulas eram dadas sob as árvores do parque. Guignard foi auxiliado pelo escultor Franz Weissmann e por Edith Bhering. Só em 1980 a escola terá sede própria, no bairro Mangabeiras, em prédio exatamente concebido para o ensino de artes plásticas, com projeto do arquiteto Gustavo Penna. No final de 1950 é criada a Escola de Belas Artes, inicialmente como curso de artes na Escola de Arquitetura da UFMG e posteriormente transformada em unidade acadêmica. Em Ouro Preto, Nello Nunes e Anna Amélia Lopes, com a presença contínua de Carlos Scliar, criam uma escola de arte, mais tarde integrada à Fundação de Arte de Ouro Preto.

Naquele mesmo ano de 1944, também por iniciativa de Juscelino, realiza-se no Edifício Mariana a 1ª Exposição de Arte Moderna, reunindo os mais expressivos nomes do país, como Anita Malfati, Tarsila Amaral, Di Cavalcanti, Segall, Portinari, Vicente do Rego Monteiro, Ismael Nery, Volpi, Rebolo, Heitor dos Prazeres, Djanira, Carlos Scliar, Bonadei, Clóvis Graciano. A tela "A nau catarineta", do pernambucano Luís Soares, foi rasgada a canivete por um visitante irritado com a arte moderna. O catálogo da exposição traz texto de apresentação de Guimarães Menegale, jornalista e estudioso da arte, amigo dos modernistas paulistas, que faz ampla análise da significação da arte moderna e o contexto mineiro. Disse Menegale, no catálogo, que "essa arte, a moderna, não é tão ilógica, tão enigmática, tão criptográfica, enfim, que o comum dos observadores, à força de vê-la, não acabe por compreendê-la e, por consequência, estimá-la".



Terá sido Portinari, em 1944, o autor da sugestão feita a JK para trazer para Minas Alberto da Veiga Guignard, para um curso de pintura e desenho, que viria a transformar-se em escola livre, funcionando no Parque Municipal. Fotografia: Luiz Alfredo. Acervo O Cruzeiro

Juscelino pede também a Oscar Niemeyer que projete o novo Teatro Municipal, com um Grande Teatro, construído, e um menor, de Câmara, não edificado. As obras começam em 1942, no Parque Municipal, mas ficaram paralisadas até 1968. Foram retomadas por Israel Pinheiro, que inaugurou o Palácio das Artes no início de 1971. Israel, ao retomar a obra, sob estímulo do seu secretário de Saúde, médico e professor Clóvis Salgado da Gama, incentivador da área cultural mineira, contratou o arquiteto Hélio Ferreira Pinto para uma "atualização" do projeto original de Niemeyer, que contemplava um grande teatro lírico, com dimensões operísticas internacionais, e outro de câmara, inteiramente inseridos no Parque. Com visão ampliada e futurista, Israel executou o grande teatro e a galeria que se abre para a Avenida Afonso Pena, deixando de construir o teatro de câmara. Dava a Belo Horizonte não só um teatro, mas uma fundação cultural, com novos espaços para artes plásticas, cinema de arte e outros equipamentos que conferem ao Palácio das Artes a posição de mais completa instituição cultural brasileira. Hoje homenageia, com seu nome, o médico, professor e governador Clóvis Salgado, apoiar das atividades culturais e artísticas mineiras. Nos anos de 2003 e 2004, o conjunto passa por intervenções que consolidam o caráter de fundação cultural múltipla, a partir de estudos e projetos dos arquitetos Álvaro e Marisa Hardy, então representantes de Niemeyer em Minas.

O Teatro Municipal da nova capital foi inaugurado em 1909 e, em 1941, vendido ao empresário Juventino Dias Teixeira, para se transformar em Cine Metrópole. Juventino Dias, nascido em Betim (1976/1884), um dos maiores industriais do seu tempo: implantou fabricas de cimento, indústrias de tecido, construtora e transportadora e fazendas. Atuou no setor bancário, foi proprietário do Cine Brasil, na Praça Sete, e de vários cinemas em Juiz de Fora.. O Cine Metrópole foi destruído em 1984 para construção de uma agência bancária e sob protesto das classes culturais de Minas, pelo seu então proprietário,



Juscelino pede também a Oscar Niemeyer que projete o novo Teatro Municipal, com um Grande Teatro, construído, e um menor, de Câmara, não edificado. As obras começam em 1942, mas ficaram paralisadas até 1968. Foram retomadas por Israel Pinheiro, que inaugurou o Palácio das Artes no início de 1971. Fonte: Fundação Clovis Salgado

o banqueiro e rico proprietário imobiliário, Antônio Luciano, para ceder lugar a uma agência bancária paulista, em prédio de mau gosto. JK construiu, então, Parque Municipal, o Teatro Provisório, que se tornou definitivo com o nome de Francisco Nunes.

Em 1946, com o término do período de Vargas no ano anterior, provocando a queda de Benedito Valadares em Minas, dá-se a redemocratização do país, expressa na Constituição liberalizante deste ano. No princípio de 1947, toma posse como governador de Minas Milton Soares Campos, nascido em Ponte Nova, em 1900, militante do movimento modernista, escritor, professor catedrático de Direito Constitucional, deputado, senador e ministro de Estado, intelectual de refinada formação humanista e clássica. Assinara o "Manifesto dos Mineiros" e integrava a UDN. Milton Campos é uma das poucas unanimidades na vida pública mineira. Dele disse Tristão de Athayde: "Milton Campos é a imagem viva do grande político mineiro. No que ela tem de mais puro: a cultura sedimentada, o sentido do concreto, a ponderação equilibrada, o humanismo autêntico, a polidez do trato, o senso jurídico, o humour, em suma, da mais britânica da nossa grei cultural. Foi um homem do centro, em todos os sentidos".

Carlos Drummond de Andrade, amigo de Milton desde os primeiros tempos do movimento modernista, diz que "ele exerceu sobre a sua geração um magistério espiritual que não se qualifica em palavras". Para Rodrigo Melo Franco de Andrade, Milton Campos era "humilde, discreto, desambicioso e sereno. Serviu com proficiência à sua pátria, em favor da qual, em postos vários, legou os frutos de sua lúcida inteligência de sua profunda cultura, com esclarecida firmeza de convicções e atitudes, de sua exemplar dignidade, de sua inabalável dedicação à causa pública".



Em 1947, toma posse como governador de Minas Milton Soares Campos, nascido em Ponte Nova, em 1900, militante do movimento modernista, escritor, professor catedrático de Direito Constitucional, deputado, senador e ministro de Estado, intelectual de refinada formação humanista e clássica. Milton Campos é uma das poucas unanimidades na vida pública mineira, governou até 1951. Fonte: Wikipedia

Sob sua inspiração, com coordenação de Américo Renée Gianetti, industrial e empreendedor, gaúcho radicado em Minas, engenheiro formado em Ouro Preto, foi elaborado o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção de Minas Gerais, com indicação de várias ações e projetos para o desenvolvimento da economia mineira.

É a primeira experiência de planejamento técnico e global para o Estado e um dos planos pioneiros da América Latina, com critérios científicos e modernidade conceitual e, sobretudo, com indicação clara das deficiências econômicas mineiras e da fragilidade da máquina estatal. O diagnóstico feito pelo plano dizia que "a tendência ao conservantismo levou Minas Gerais à condição de Estado de economia colonial. Vende e exporta matéria-prima de baixo preço, compra e importa, em troca, artigos manufaturados de alto teor". O Plano foi a base para o surto de crescimento que ocorreria no período posterior, com o governador Juscelino Kubistchek e seu binômio Energia e Transporte. Gianetti presidiu a Federação das Indústrias de Minas de 1939 a 1945, entidade que fundara, em 1933, junto com Euvaldo Lodi e Alvimar Carneiro de Resende. Lodi, nascido em Ouro Preto, em 1896, formado na Escola de Minas, foi também fundador da Confederação Nacional da Indústria. Criou a Brandão e Cia, produtora de ferro-gusa em Caeté. Empreendedor, fundou várias indústrias em Minas e outros Estados. Gianetti, posteriormente, foi prefeito de Belo Horizonte. Um histórico da Fiemg, seus fundadores e os pioneiros na industrialização mineira está em "Essas Gerais – Uma viagem fascinante pela História da Industria de Minas", de 2009, patrocinado pela própria Fiemg e coordenado e escrito pelo jornalista Carmo Chagas.

Nas décadas de 40 e 50, como um natural prosseguimento do movimento modernista mineiro e pela presença nos governos de homens como Milton Campos e Juscelino, ocorreu em Belo Horizonte e outras cidades mineiras um florescimento das atividades culturais e de criação artística. Já nos anos de passagem para a década de 60, em decorrência dos movimentos populares que propunham reformas sociais de base no país, mobilizando e envolvendo amplos setores da sociedade, com destaque para os festivais de música patrocinados pelas emissoras de televisão e para o movimento estudantil, com o Centro de Cultura Popular da União Nacional dos Estudantes, inicia-se novo ciclo de efervescência artística. Esse surto cultural será sufocado e interrompido pelo corte abrupto e retrógrado imposto pelo golpe militar de 1964 a todo o país. Os temas mineiros, a pesquisa histórica, a busca de um "caráter regional", no entanto, por todo esse tempo, nunca deixaram de integrar a literatura que se produziu, ampliando o que se tem chamado de coleção "mineiriana", histórica ou literária.

São muitos os nomes que irão marcar diferencialmente a produção intelectual e literária mineira, além da geração modernista das décadas de 20 e 30. Carlos Drummond de Andrade, nascido em Itabira em 1902, poeta, jornalista e servidor público no IPHAN, recolhido ao Rio de Janeiro a partir de 1934, como chefe de gabinete do ministro Gustavo Capanema, embora nunca tenha voltado, não esqueceu sua origem, sobretudo sua terra natal e Belo Horizonte, bem como a "alma de Minas", e manteve-se ativo até a sua morte, em 1987. "Alguns anos vivi em Itabira. Principalmente nasci em Itabira. Por isso sou triste, orgulhoso: de ferro. (...) Tive ouro, tive gado, tive fazenda. /Hoje sou funcionário público. Itabira é apenas uma fotografia na parede. Mas como dói" ("Confidência do Itabirano"). Drummond sempre apelou ao "espírito ordenador de Minas", em meio à confusão da cidade grande: "Espírito de Minas, me visita, e sobre a confusão desta cidade (...) lança teu claro raio ordenador".

Drummond, convidado várias vezes, não voltou a Minas: "(...) quer ir para Minas, Minas não há mais" ("José"). Mais tarde, alguns anos antes de sua morte, escreveu em 1976, no jornal Estado de Minas, uma "Despedida de Belo Horizonte", através do poema "Triste horizonte": "Por que não vais a Belo Horizonte? A saudade cicia e continua, branda: Volta lá. Tudo é belo e cantante na coleção de perfumes das avenidas que levam amor, nos espelhos de luz e penumbra onde se projetam os puros jogos de viver. Anda. Volta lá, volta já. E eu respondo, carrancudo: Não. Não voltarei para ver o que não merece ser visto, o que merece ser esquecido, se revogado não pode ser" (...) Não, Mário, Belo Horizonte não era uma tolice como as outras.(...) Esquecer, quero esquecer é a brutal Belo Horizonte (...) Quero não saber da traição de seus santos. Eles a protegiam, agora protegem a si mesmos, São José, no centro da cidade, explora estacionamento de automóveis. (...) Não quero mais, não quero ver-te/ meu Triste Horizonte e destroçado amor". Cita também o uso do entorno da Igreja da Floresta para um intenso comércio, isolando-a em meio às construções de lojas. E lamenta a destruição o perfil da Serra do Curral, pela mineradora MBR, e a proibição de visitas à Serra do Curral, fechada pela empresa.

A MBR explorou totalmente a jazida de Águas Claras, na Serra do Curral, conhecida por seu alto teor de hematita e com o minério "à flor da terra", retirado a baixo custo, tendo Belo Horizonte como cidade prestadora dos serviços à empresa, reduzindo seus custos de sustentação dos empregados. Águas Claras esgotou-se em 2003 mas a Vale mantém seu interesse na exploração de várias jazidas na região, com limitações devido à proximidade de centros urbanos e empreendimentos habitacionais, como também nascentes de água para a Grande BH. Durante quase toda a sua atividade, até princípios do século XXI, sofreu críticas por desfigurar a Serra do Curral e outros impactos ambientais. A exploração de Águas Claras já havia sido recusada à Hanna na década de 1950. E a Assembleia Legislativa chegou a considerar a Hanna uma empresa "non grata" em Minas, em fins da década de 1950.

A autorização foi obtida por Augusto Trajano de Azevedo Antunes por suas conhecidas ligações com o regime militar, instalado no Brasil um ano antes. Antunes participou, como empresário, da articulação do golpe militar de 1964, tendo financiado a criação do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), integrado por empresários e militares que atuavam na preparação do golpe. Hoje, seus terrenos pertencem à Vale, proprietária de grande extensão de terras na região, inclusive várias lagoas, entre elas as do Miguelão e das Codornas, que abastecem antiga usina geradora de energia elétrica para a Mina de Morro Velho, em Nova Lima.

A partir de 1974, com a MBR autorizada a operar, a velocidade da extração do minério de ferro da jazida de Águas Claras começou a desfigurar o perfil da serra, provocando reação de vários segmentos da opinião pública. Os protestos tiveram o apoio de Carlos Drummond de Andrade em famosa crônica, publicada no Estado de Minas e amplamente reproduzida. O mal estar causado levou a MBR a assumir o compromisso público de manter o perfil da serra mas, do outro lado, assusta a quem vê o tamanho e a extensão das intervenções. Hoje, a imensa área da antiga mineração, com um lago profundo da antiga exploração, inteiramente estéril, não obteve reparação ambiental que a legislação determina. E permanece sem destinação.

Em 1965 já tinha lamentado a destruição do Pico do Itabirito, em poema com este nome, o que guarda similaridade com o desmonte do Cauê, em Itabira, inteiramente desmontado para extração do minério de ferro desde os anos da Itabira Iron. E que, no seu "Canto mineral", renova seu lamento. "O Pico do Itabirito, será moído e exportado, mas ficará no infinito seu fantasma desolado". E prossegue: "St. John del Rey Mining sai, mais Hanna mais Icominas e sem dizer água-vai serram os cerros de minas, nobres cerros altaneiros que davam, com sobriedade, aos de casa e forasteiros, um curso de eternidade". Em "Maquinação do mundo – Drummond e a mineração", José Miguel Wisnik, de 2018, faz análise excepcional sobre os textos poéticos de Drummond e seus protestos em defesa mineral do Estado. Outro excepcional trabalho está em "Belo Horizonte de expectativas: a despedida de Drummond", de Sérgio Alcides, de 2018, publicação do BDMG Cultural.

João Guimarães Rosa, médico e diplomata, nascido em Cordisburgo (1908-1967), andou pelo sertão de Minas, em 1952, por onze dias, "na culatra de uma boiada na região das Gerais entre Cordisburgo e os barrancos do Rio São Francisco". Tomou nota e publicou, quatro anos depois, dois grandes livros, entre outras publicações: "Corpo de baile"' e "Grande sertão: veredas". Desvendou o mineiro e o sertão, o das minas e o sertanejo, revelando



Drummond, Rosa e Bandeira. Fotografia: Levy Leiloeiro

um novo universo da "mineiridade" mais profunda, em linguagem metafórica, instigante, sempre mostrando o universo da antinomia humana, na dicotomia entre "Deus e o diabo, a fé e a descrença, a moral e o desejo, o falar e o agir".

É imensa e amplamente reconhecida, na sua qualidade e diversidade, a produção literária mineira. A longa a lista de escritores, começando pelo século XVIII, configura uma vocação e um pendor dos mineiros, traço realçado pelos historiadores da literatura brasileira. Admite-se que os movimentos literários mineiros mais contemporâneos expressam uma "pluralidade de vozes", que se mostra clara no modernismo de Minas, que "ficou entre o ambiente barroco e interiorano" das velhas cidades e o "traçado geométrico e moderno de Belo Horizonte'. O modernismo mineiro 'ficou entre o arcaico e o novo .... o Império e a República", formando "um ser moderno dotado de natureza homogênea e plural" ("Modernismo revistado", Eneida Maria de Souza).. O médico e escritor juiz-de-forano Pedro Nava, sempre evocativo do passado, amargo e crítico, memorialista, é uma vocação literária na terceira idade. Afonso Arinos de Melo Franco, de família de literatos, com igual nome, intelectual, historiador e político, inteligência ampla, chanceler brasileiro e senador da República, deixou vários trabalhos de análise da vida mineira, da Minas antiga e sua luta pela modernidade.

Paulo Pinheiro Chagas, médico, político, excepcional memorialista, nos revelou vida e obra de Teófilo Ottoni e a vida política de Minas na primeira metade do século XX, em obra biográfica, excepcionais trabalhos de pesquisa histórica. Abílio Barreto, autor de "Belo Horizonte, memória histórica e descritiva", obra magistral das primeiras décadas da nova capital. O filólogo, folclorista e historiador Ayres da Mata Machado Filho, diamantinense, pesquisador da formação e da vida mineira. Os escritores Cyro dos Anjos, Emílio Moura, Henriqueta Lisboa, Murilo Mendes, Anibal Machado, Eduardo Frieiro, Bueno de Rivera, Júlio Ribeiro. O literato e ensaísta, alma irrequieta e revolucionária, Fritz Teixeira de Salles, de Santa Luzia, que nos deu os preciosos "Vila Rica do Pilar" e "As irmandades religiosas do Ciclo do Ouro". O

psicanalista Hélio Pellegrino, analista da alma humana, cronista do seu tempo, que também mudou-se para o Rio. Os escritores e jornalistas, essencialmente mineiros, Fernando Sabino, Otto Lara Resende, Paulo Mendes Campos e José Aparecido de Oliveira; o romancista Autran Dourado, que mudou-se para o Paraná; o professor, historiador e ator João Etienne Filho, o pensador católico, professor de Direito e humanista Edgar de Godói da Mata Machado, o crítico Oscar Mendes; o cronista e jornalista Milton Amado; o escritor Martins de Oliveira; o poeta Dantas Mota; o professor e jurista Orlando de Carvalho; os filósofos e professores Artur Versiani Veloso, Henrique Claudio de Lima Vaz e Carlos de Campos; o pesquisador, folclorista e historiador João Dornas; o antropólogo Morse Belém Teixeira; o romancista, dramaturgo, poeta e jornalista Lúcio Cardoso; o historiador e cronista Delso Renault; os cronistas Djalma Andrade e Moacir Andrade; o poeta Austen Amaro de Moura Drummond; o antropólogo e escritor Darcy Ribeiro; o poeta Alphonsus de Guimaraens Filho; o contista Murilo Rubião; o romancista Mário Palmério; os mineiros adotivos Carlos Castelo Branco e Rubem Braga; os jornalistas e escritores Celso Brant e Wilson Castelo Branco; o memorialista Bernardo Guimarães; o escritor Vivaldi Moreira; os marianenses Duílio e Danilo Gomes; o cartunista Henfil e seu irmão Betinho; os filósofos e críticos de arte Moacyr Laterza e Sônia Viegas; o pesquisador e historiador Hélio Gravatá; o historiador Francisco Iglesias; os escritores Osvaldo França Júnior e Roberto Drummond; a escritora Maria José Queiroz, e poeta Affonso Ávila e sua excepcional obra sobre o Barroco Mineiro; o escritor Affonso Romano de Santana; a poetisa Laís Corrêa de Araújo; Antônio Olinto, de Ubá, poeta, professor e escritor, com imensa obra e membro da Academia Brasileira de Letras; o crítico Fábio Lucas; o poeta, escritor e crítico literário Antônio Cândido (nascido no Rio, mas que estudou em Cássia e Poços de Caldas); o jornalista e escritor Benito Barreto; o escritor Rui Mourão; o crítico Silviano Santiago.

E mais: o sociólogo Fernando Correia Dias; o historiador Waldemar de Almeida Barbosa; o escritor Luiz Vilela; o jornalista e escritor Carlos Herculano Lopes; o jornalista e escritor Ivan Ângelo; o ensaísta, crítico e romancista Silviano Santiago; a escritora e professora Eneida Maria de Souza; o historiador e professor João Antônio de Paula; o escritor e jornalista José Bento Teixeira de Salles; o professor e escritor Delson Gonçalves Ferreira; o jurista e historiador Washington Peluso Albino de Souza; o jornalista e biógrafo Fernando Morais; os escritores e folcloristas Nelson de Sena, Saul Alves Martins e José Moreira de Souza e Antônio de Paiva Moura e muitos outros; o escritor e cronista Manoel Lobato; o professor e literato Jacynto Lins Brandão, o jornalista, filósofo e pensador Adauto Novaes; o contista dos "casos" de Minas Olavo Romano; os médicos e escritores José Geraldo Dangelo e Angelo Machado, a escritora Carmen Schneider Guimarães; o jornalista e escritor Wilson Figueiredo; o escritor Sérgio Santana; o jornalista Humberto Werneck; o economista e escritor Eduardo Giannetti; o escritor Frei Betto; os filósofos padre Henrique Vaz e José de Anchieta Correia; a poetisa Adélia Prado; o escritor Bartolomeu Campos de Queirós; o psiquiatra Marco Aurélio Baggio. Em 1966 criou-se o Suplemento Literário do Minas Gerais, sob direção de Murilo Rubião, que passou por várias fases e direções, sofreu censura política mas lançou e divulgou vários escritores mineiros. Rubião, que atuou como secretário de Cultura de Israel Pinheiro, criou ainda a Fundação de Arte de Ouro, a Fundação Escola Guignard, que surgira em 1942 como escola livre no Parque Municipal, e a Galeria Mineiriana do Palácio da Liberdade.

Em nossos dias consolida-se uma geração de novos historiadores, estimulada pela evolução da pesquisa acadêmica e o exercício do magistério, ampliando pesquisas e leituras sobre a História de Minas, como José Murilo de Carvalho, Maria Efigênia Lage Resende, Luiz Carlos Villalta, Heloisa Starling, Carla Maria Junho Anastasia, Regina Horta Duarte, Caio Boschi, Carlos Antônio Leite Brandão, Joao Antônio de Paula, Otávio Soares Dulce, José Newton Coelho Menezes, Laura de Mello e Souza, Júnia Ferreira Furtado, Eduardo França Paiva, Douglas Cole Libby, Eliana de Freitas Dutra, Luciano Figueiredo, Flávio Marcus da Silva, Renato Pinto Venâncio, Adriana Romeiro, Carlos Magno Guimarães, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, Adalgisa Arantes Campos, Roberto Martins, Amilcar Martins.

O gosto pelo espetáculo lírico sempre distinguiu os mineiros, desde os tempos das casas de ópera das cidades coloniais, especialmente Ouro Preto, Sabará, São João del-Rei, Paracatu e Diamantina. Lavras, por exemplo, com seu Teatro Municipal inaugurado em 1917, teve atuação marcante nesse gênero desde os anos finais do século XIX e recebeu várias montagens. Em Belo Horizonte, no Teatro Municipal (inaugurado em 1908), no Cine-Teatro Brasil, construído em 1936, no Teatro Francisco Nunes e, a partir de 1971, no Palácio das Artes, a população belo-horizontina sempre demonstrou gosto pela música lírica, herança das cidades históricas e da presença de italianos e espanhóis na construção da capital. Algumas entidades, como a Sociedade Mineira de Cultura Artística, a Sociedade Mineira de Concertos Sinfônicos ou Sociedade Coral de Belo Horizonte tiveram papéis decisivos na expansão da música lírica desde a década de 40 do século passado.

O Madrigal Renascentista, o coral Ars Nova, criado pela UFMG, o Teatro de Bonecos, de Álvaro Apocalipse, o Coral Lírico do Palácio das Artes (fundado em 1971) ou a Fundação de Educação Artística são exemplos de instituições que cumpriram trajetórias importantes na formação artística musical mineira. A história da música erudita na capital é longa, com algumas datas relevantes: em 1925, é criado o Conservatório Mineiro de Música, sob a direção do maestro Francisco Nunes, que organizou no mesmo ano a Sociedade Coral de Belo Horizonte. Em 1944, a orquestra da Sociedade passou a se chamar Sinfônica de Belo Horizonte, dirigida pelo maestro italiano Guido Santorsola. Em 1948, trazido por Juscelino, o maestro Artur Bosmans fundou a Orquestra Sinfônica Estadual, que se fundiu em 1951 com a de Belo Horizonte, com o nome de Sociedade Mineira de Concertos Sinfônicos, subvencionada pelo Estado e a Prefeitura. Seu regente era o maestro italiano Sérgio Magnani, que elevou, com seu vasto conhecimento, a produção operística mineira. Magnani foi regente titular da Orquestra Sinfônica do Palácio das Artes e dirigiu varias óperas e grandes concertos sinfônicos.

Várias temporadas líricas foram realizadas desde então no Teatro Francisco Nunes. Mas, com dificuldades de sobrevivência, acabou paralisando suas atividades. A 2 de setembro de 1976, foi assinada lei estadual criando a Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, integrada por músicos de diversas origens. Seu primeiro regente, escolhido em concurso público, foi o alemão Wolfgang Groth. E, a pedido do então governador do Estado, Aureliano Chaves, o então presidente da Cemig, Francisco Afonso Noronha, conhecedor da música erudita e a musicista Norma Silvestre, coordenaram trabalho internacional de formação da Orquestra. Em 21 de fevereiro de 2008 foi inaugurada a Orquestra Filarmônica de Minas Gerais, criada pelo Governo do Estado, que construiu sede própria para o grupo, que se mantém como corpo artístico de excelência.



O italiano Sérgio Magnani, maestro, compositor, regente, pianista, com ampla formação cultural, professor de cultura italiana, que será responsável pela elevação da música orquestral e operística mineira e formação de várias gerações de músicos e cantores. Fonte: otempo.com.br

Fugindo de conflitos na Europa, vem para Minas nomes como Georges Bernanos, humanista e pensador, e Emeric Marcier, que se fixaram em Barbacena. Marcier, com sólida formação expressionista, homem marcado por uma vida nômade, deixa obras magníficas com temas sacros. Veio igualmente o italiano Sérgio Magnani, maestro, compositor, regente, pianista, com ampla formação cultural, professor de cultura italiana, que será responsável pela elevação da música orquestral e operística mineira e formação de várias gerações de músicos e cantores. Adotam Minas Gerais pesquisadores como o anatomista e patologista Luigi Bogliolo, que funda cátedra de Anatomia Patológica de renome internacional na Escola de Medicina da UFMG, e também o microbiologista Giorgio Schreiber, que amplia o conhecimento em vários ramos da parasitologia, em especial sobre a Doença de Chagas. Sua esposa, Maria Schreiber, juntamente com Anita Uxa, funda a sociedade Amigas da Cultura, em 1952. E deve-se a Juscelino a vinda para Belo Horizonte, na década de 40, do maestro Arthur Bosmans, para dirigir a Orquestra Sinfônica revigorada.

Em Juiz de Fora, o Núcleo Antônio Parreiras desempenha a mesma renovação realizada pela Escola Guignard em Belo Horizonte. Dele, participaram artistas como Inimá de Paula e Edson Mota. Mais tarde, novo grupo vai gerar importantes artistas como Nívea Bracher, Roberto Gil, Roberto Vieira e Carlos Bracher e, pouco depois, Arlindo Daibert. A Estamparia Litográfica Juiz de Fora atraiu mestres desta arte, alguns vindos da Europa, aplicando seus princípios nas marcas publicitárias, especialmente para os produtos do polo industrial que nascia no Sul de Minas, especialmente o de laticínios. Essas marcas foram apropriadas por Lótus Lobo nos seus trabalhos, quase sempre utilizando imagens e paisagens mineiras. Ao final da década de 60, instala-se em Juiz de Fora a Galeria Celina, criada por Carlos e Fani Bracher, que passa a centralizar o movimento artístico da cidade.

Além dos irmãos Nívia, Décio e Carlos Bracher e Fani, congrega artistas e intelectuais e promove mostras de vanguarda. Carlos Bracher e Fani Bracher, casados, mudam-se para Ouro Preto após temporada na Europa. Carlos Bracher realiza carreira internacional na primeira década do século XXI.

Na antiga Vila Rica, residia Estevão Souza, pintor. Em 1963, Nello Nuno e Annamélia Rangel também se transferem para Ouro Preto e ali criam uma escolinha de arte, posteriormente incorporada à Fundação de Arte de Ouro Preto (Faop), criada por Vinícius de Moraes, a atriz Domitila Amaral e o escritor Murilo Rubião. Destaca-se também, por essa época, na pintura, Mário de Oliveira. Na restauração, Jair Inácio faz escola e a Faop, com curso especializado de restauração, forma dezenas de técnicos. Carlos Scliar manteve residência na cidade, onde passava alguns meses de cada ano. Ivan Marchetti também ali residiu por vários anos. Merece lembrança, por seu múltiplo e excepcional trabalho artístico, Calmon Barreto, de Araxá, pintor, gravador, escultor e fundidor.

A UFMG, com o caráter de extensão universitária, cria em 1967 o Festival de Inverno de Ouro Preto, interrompido em 1980 por pressões políticas, originárias do regime ditatorial. O Festival deixará, assim, a velha cidade, para onde retornou, por um breve período em 1993. Atribui-se ao Festival a formação de dezenas de artistas e o surgimento do Uakti, de música instrumental, e do Galpão, de teatro de rua. Desde 1995, com a retirada UFMG, a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) passou a realizar seu festival de inverno, nos últimos anos extensivo a Mariana, patrocinando também um festival de literatura, por meio do seu Instituto de Filosofia, Artes e Cultura. Em Mariana, onde prolifera uma escola de entalhadores, alguns artistas revelam grande talento: Hélio Petrus, entalhador, Elias Layon, entalhador e pintor, e Olga Tukoff, especialista na policromia. Zizi Sapateiro tornou-se famoso na pintura primitivista, retratando os cenários coloniais de Minas. Mariana abriga hoje uma escola de escultores, entalhadores e santeiros de elevada qualidade artística.

Registro especial, como fenômeno cultural singular, merece Cataguases, onde ocorre um fértil e vigoroso período de criação artística e intelectual, a partir de 1927, capitaneado pelo Movimento Verde, integrado à inspiração modernista. Iniciado por jovens poetas, dentre os quais Enrique de Rezende e Ascânio Lopes, vão integrar o chamado Grupo Verde os poetas e escritores Guilhermino César, Francisco Inácio Peixoto, Rosário Fusco, Cristóforo Fonte Boa, Antônio Martins Mendes, Oswaldo Abritta, Camillo Soares e o pianista Renato Gama, que lançaram a "Revista Verde" (publicada entre 1927 e 1929) e o Manifesto Verde, com os quais definem as bases e princípios do seu movimento. Cataguases é chamada de "Ouro Preto do Século XX" por seu movimento cultural e pelas edificações que recebe, com projetos de Oscar Niemeyer e obras de Djanira. Marcier também realiza pinturas hoje integrantes do acervo artístico de Cataguases. Na década de 60, experimentou novo surto cultural de vanguarda, por meio do Centro de Arte de Cataguases e do Centro de Arte Experimental de Cataguases.

O movimento cultural de Cataguases gerou também Humberto Mauro (1897-1983), pioneiro do cinema brasileiro. Com Pedro Comello, imigrante italiano, fotógrafo, Humberto começou em 1925 com uma câmara de 9,5 mm e um curta de cinco minutos. Fundou a Phebo Sul América Film e produziu, em 1926, "Na primavera da vida" e, logo após, "Thesouro perdido", premiado como o melhor filme brasileiro, em 1927. Rebatizou sua

produtora de Phebo Brasil e realizou vários filmes, entre eles "Brasa dormida", lançado em 1929 e distribuído para todo o país, considerado ousado para a época. Em 1929, com o lançamento da Cinédia, vai para o Rio, quando produz vários filmes, com destaque para "Ganga bruta", em 1933, com estrutura narrativa revolucionária para a época. Mais tarde, trabalhou no Instituto Nacional do Cinema, período em que produziu vários longas-metragens. Manteve-se em atividade criativa até 1974, quando se mudou para Volta Grande, onde morreu. Ao todo, produziu onze longas-metragens e mais de cem curtas, além de documentários e participação em filmes de outros diretores.

A atuação do governo de Juscelino na área de estradas começou com a abertura de concorrência para asfaltar 500 quilômetros e construir 2.000 quilômetros de novas rodovias. Mas conseguiu, no período 1951-55, abrir 3.725 quilômetros. Outra ideia dessa época, uma fábrica de montagem de aviões em Lagoa Santa, não se efetivou e só foi retomada em 2009, por decisão do Ministério da Aeronáutica.

A economia mineira, por falta de um parque industrial transformador, torna-se fornecedora de matérias-primas para São Paulo, perfil que só começará a ser efetivamente mudado no início da década de 70. Não sem motivo, predominava o dito de que Minas exporta "mineiros, minérios e boi em pé", recebendo de volta, com maior valor agregado, os produtos transformados industrialmente. Os melhores empregos, a indústria de apoio, a receita tributária ficavam nos centros produtores industrializados, especialmente paulistas.

Minas concentrava sua atividade industrial no setor extrativo mineral e na agropecuária, herança do século XIX. A falta de energia elétrica industrial, de estradas interiores e outros itens de infraestrutura mantiveram o Estado nessa dependência. Tanto que o esforço dos órgãos de fomento econômico, como o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), criado em 1962, no Governo Magalhães Pinto, e do Instituto de Desenvolvimento Industrial (INDI), criado em 1969, por Israel Pinheiro, imaginado por engenheiros da Cemig, em parceria com o BDMG, é no sentido de quebrar essa dependência, passando do produto primário exportado ao produto acabado, fabricado integralmente em território mineiro.

Israel Pinheiro, governador de Minas de 1966 ao início de 1971, embora eleito em certa oposição ao regime militar, teve desempenho excepcional quanto ao desenvolvimento do Estado. Engenheiro civil e de minas, formado em 1919, em Ouro Preto, Israel seguirá a vocação desenvolvimentista do pai, João Pinheiro. Nascido em Caeté, foi prefeito da cidade aos 25 anos. Cuidou da cerâmica implantada pelo pai. Em 1933, com 37 anos, tornou-se secretário de Agricultura, Industria, Viação e Obras Públicas de Benedito Valadares, cargo que ocupou por nove anos, até 1942, quando foi indicado para presidir e implantar a Companhia Vale do Rio Doce, então criada por Getúlio Vargas. Israel, como governador, também cria na Fundação João Pinheiro, um Centro de Desenvolvimento em Administração, em parceria com a Universidade de Colúmbia (EUA), uma Superintendência de Incentivos Fiscais e a Companhia de Distritos Industriais, que foi essencial ao processo de atração de novos empreendimentos industriais. Como secretário de Benedito Valadares implantara a cidade industrial de Contagem em 1941, o Grande Hotel de Araxá, a escola de laticínios Cândido Tostes, em Juiz de Fora, a Fazenda Experimental de Felixlândia, uma fazenda-escola em Florestal, a Rádio Inconfidência em 1936, a Feira de Amostras de BH, onde hoje está a rodoviária. Atuou na implantação da



Israel Pinheiro, a partir de 1956 foi o engenheiro-chefe da Novap, empresa construtora de Brasília, a convite de JK. Fonte: cpdoc.fgv.br

Escola de Veterinária, hoje integrada à UFMG. E também na criação da Escola Superior de Agricultura de Viçosa. Concluiu a construção do Palácio das Artes, iniciada por Juscelino, então prefeito de BH, em 1941, paralisada desde 1945. De 1946 a 1956 foi deputado federal. A partir de 1956 foi o engenheiro-chefe da Novap, empresa construtora de Brasília, a convite de Juscelino. Vida e obras de Israel estão em vários artigos em "Minas e os fundamentos do Brasil moderno", organizados por Angela de Castro Gomes, de 2005.

O INDI, contando com pleno apoio do governador Rondon Pacheco, elaborou vários estudos de pré-viabilidade para investimentos industriais, procurando integrar vertical e horizontalmente o parque industrial mineiro. Foi responsável por várias missões empresariais ao exterior e pela construção de diferenciais de competitividade do Estado, estratégia fundamental para atração de novos projetos. Elaborou um bem-sucedido programa especial de industrialização do Sul de Minas, aproveitando-se do transbordamento e da proximidade do eixo Rio-São Paulo. Contando com um ousado pacote de incentivos fiscais, financeiros e de infraestrutura, além de terrenos preparados pela Companhia de Distritos Industriais (CDI), atraiu mais de 400 projetos para Minas. O resultado foi que, de 1970 a 1977, Minas Gerais recebeu 25% dos investimentos industriais feitos no país, chegando a obter taxa média de crescimento de 16,5%, ao ano, neste período. A partir de 1978, no entanto, passa a crescer mais lentamente que o Brasil, chegando a taxas negativas em 1981 e 1982.

Em 2003, um relatório do INDI informava que os projetos decididos para Minas, "com assistência do INDI", de 1972 a 2003, totalizaram investimentos de US$ 14 bilhões, com geração de 260 mil empregos. Seu primeiro presidente foi o engenheiro Francisco Afonso Noronha, tendo como diretores Abílio dos Santos e Paulo Valadares. Noronha foi secretário de Indústria, Comércio e Turismo no Governo Rondon Pacheco e presidiu a Cemig mais tarde. Abílio dos Santos, engenheiro, também presidiu o Indi e o BDMG, já no governo

Aureliano Chaves. O INDI formou uma equipe de técnicos e especialistas em promoção industrial que participaria, mais tarde, da gestão superior de vários empreendimentos. E foi, em certo sentido, uma reação empreendedora do corpo técnico da Cemig, interessada também em dar densidade de consumo ao mercado de energia elétrica, tendo, como foco, portanto, a captação de indústrias, sem maiores preocupações quanto a perfis socioeconômicos, orientação defendida pelos economistas do BDMG. Essas divergências não chegaram, porém, a impedir a ação conjunta dos dois órgãos.

Em 1967/68, técnicos do BDMG elaboraram o "Diagnóstico da Economia Mineira", coordenado pelo economista Fernando Roquette Reis, no qual apontavam estrangulamentos e potencialidades da economia regional, estudada desde 1945. O documento foi chamado, à época, de "autópsia da economia mineira", tamanhas as dificuldades e estrangulamentos encontrados. Atuando, logo depois, através de programas setoriais, com financiamentos especiais, o BDMG transformou-se em poderoso instrumento de alavancagem de vários setores industriais, como o de agronegócios, com destaque para os ramos de laticínios e sucroalcooleiro, o mínero-metalúrgico, o cimenteiro e o eletroeletrônico, além do financiamento para reposição de máquinas e equipamentos. Na área cimenteira, outra vocação mineral de Minas, implantam-se várias usinas de grande porte, sobretudo a partir de 1970, como a Ciminas em Pedro Leopoldo, a Soeicon, em Lagoa Santa, a Cimento Tupi, em Carandaí, o Grupo Itaú, em Vespasiano, o Grupo Holcim, em Barroso, e o Cauê, em Mesquita. O grupo francês Lafarge, maior produtor mundial de cimento, da marca Mauá, adquire usinas em Arcos e Matosinhos e fabrica também peças de concreto e agregados. A Área Mineira da Sudene, criada em 1959, até o final da década de 60 tinha apenas dois empreendimentos de porte, a Matsulfur, de cimento, e o Frigonorte, ambos em Montes Claros. Mais tarde, como resultado do esforço do BDMG, novas indústrias se instalam.

Na criação e consolidação do BDMG, dois nomes se destacam na sua consolidação e expansão, Paulo Camilo de Oliveira Penna, seu primeiro presidente, e Hindemburgo Pereira Diniz, ao tempo de Israel Pinheiro, e seu dirigente ao tempo de elaboração do Diagnóstico. Posteriormente, o BDMG coordenou dois novos documentos: "Economia Mineira: Diagnóstico e Perspectivas", de 1989", e "Minas Gerais no século XXI – Uma visão do novo desenvolvimento", de 2002. A visão dos técnicos do BDMG, especialmente no Diagnóstico de 1968, sempre foi objetiva e verdadeira quanto ao caráter de dependência da economia mineira, na agropecuária e nas indústrias de base, gerando matérias primas para a transformação em outros Estados, com maior capacidade industrial, gerando produtos de maior valor agregado, mais empregos e receitas públicas.

A Usiminas, criada em 1956, com 40% de capital japonês e recursos públicos brasileiros, inicia sua operação em 1962, com a Usina Intendente Câmara, em Ipatinga, produzindo chapas para a indústria automobilística paulista. Como subsidiária, funda a Usimec, no setor de bens de capital, no qual já atuavam várias empresas atendendo especialmente as grandes demandas do setor mineral. Privatizada em 1997, experimentou grande expansão, adquiriu a Cosipa e outras empresas. Com diferentes contribuições, nos diversos momentos e ações de sua criação, podem ser considerados fundadores da Usiminas Amaro Lanari Júnior, Gil Guatimozim, José de Lima Barcelos, Gabriel Janot Pacheco, Demerval Pimenta, Lídio Lunardi, João Ewerton



Usiminas, criada em 1956, com 40% de capital japonês e recursos públicos brasileiros, inicia sua operação em 1962, com a Usina Intendente Câmara, em Ipatinga, produzindo chapas para a indústria automobilística paulista.. Fonte: www.diariodoaco.com.br

Quadros, Sílvio Barbosa, Athos Lemos Rache, Sebastião de Sant' Anna e Silva, Osvaldo Fortini e os japoneses Kaname Suzuki, Teizo Horikoshi, que chefiaram as duas primeiras missões do Japão, e mais Yuichi Susgihara e Yoshio Shiraishi, seus primeiros diretores. O engenheiro Luís Verano foi o chefe de implantação da usina. O engenheiro metalurgista Rinaldo Campos Soares presidiu a empresa por 18 anos, deixando o cargo em 2009, consolidando-a como grupo industrial siderúrgico de elevado padrão técnico, com orientação empresarial moderna e humanista e destaque mundial. A Acesita já surgira em 1944, resultante de associação entre Percival Farqhuar, Athos de Lemos Rache e Aminthas Jacques de Morais, para produzir aços especiais, que seriam transformados em produtos finais em São Paulo.

Muito pouco se industrializava na área de laticínios e alimentos. De grande porte, apenas a mineração, quase toda de capital estrangeiro, e sempre objeto de polêmica pela pouca receita tributária e pelo comprometimento ambiental. Já a indústria siderúrgica usava carvão vegetal, sendo a principal responsável pelo amplo desmatamento de Minas Gerais, especialmente do Norte do Estado.

Em Araxá, chaminé vulcânica fértil em ocorrências minerais, a CBMM, do Grupo Moreira Salles, minera, concentra e exporta desde 1955 o nióbio, enriquecedor de ligas metálicas. Sua mina e instalações industriais, em Araxá, são exemplos pedagógicos de conservação ambiental em empreendimentos minerais. Hoje, a CBMM tem parceria com a Codemig, empresa do governo mineiro, que recebe 25% da receita em compensação pela exploração da jazida do Estado em Araxá. Em parceria com Codemig, a CBMM pesquisa novas jazidas de "terras férteis" e do grafeno, na região. E a Bunges, sucessora da Arafértil, explora a apatita, componente de fertilizantes, ambas em parceria com o Estado, detentor parcial das jazidas. Já em Tapira, em região próxima, são exploradas ocorrências minerais raras pela Vale.

A Alcan, canadense, se instala em Ouro Preto em 1952, aproveitando as grandes reservas de bauxita, matéria-prima para o alumínio, enviado para transformação em produtos acabados em São Paulo, foi economicamente importante para a cidade, mas gerou expansão urbana que, nos nossos dias, exige grandes investimentos públicos. O grupo canadense adquiriu a fábrica criada em 1936 por Américo René Gianetti, ex-aluno da Escola de Minas, com o nome de Elquisa (Eletro-Química Brasileira S.A) e destinada a explorar a bauxita e a produzir alumínio primário. A iniciativa sofreu boicote do truste internacional do alumínio, que alegava existir grande oferta no mercado internacional no pós-guerra. Vendida a grupo indiano em 2007, denomina-se Novelis e, em 2009, reduz suas atividades drasticamente por falta de competitividade e devido à falta de bauxita, energia elétrica própria e ferrovia na região, além de ser tecnologicamente muito antiga. Novelis é uma líder mundial na produção de laminados e recilagem de alumínio. Em 2014 deixa de produzir alumínio primário e destina-se à reciclagem de alumínio. Mais tarde, em Poços de Caldas, surgirá a Alcoa, também na área de alumínio primário.

Em agosto de 1954, inaugurada por Juscelino e Getúlio Vargas, instala-se em Belo Horizonte a Mannesmann, produzindo tubos sem costura, investimento da filial de Dusseldorf, hoje pertencente ao grupo francês Valourec, que realiza, em 2009, grande investimento em nova fábrica em Jeceaba, próxima a São Brás do Suaçuí. A Açominas, hoje do Grupo Gerdau, usina integrada, implantada em Ouro Branco e Congonhas, operando desde 1986, resultou de ampla e longa campanha das entidades do comércio e indústria de Minas e representou acréscimo importante à capacidade produtiva do parque siderúrgico mineiro. A Gerdau possui em Minas duas outras siderúrgicas menores, em Barão de Cocais e Divinópolis. Importante lembrar que já funcionavam em Minas, desde a década de 60, perto de 60 fábricas pequenas e médias de ferro-gusa.

Atraída por empenho pessoal do governador Rondon Pacheco e um trabalho promocional do INDI, BDMG e da Secretaria de Estado da Fazenda, dirigida pelo economista Fernando Reis, a Fiat se instala em 1974 em Betim (foi inaugurada por seu sucessor, Aureliano Chaves, em 1976), com várias indústrias de autopeças, em especial a FMB, fabricante de motores. Para atrair a Fiat, disputada por outros Estados, o Governo de Minas participou do empreendimento, nos primeiros anos, com capital acionário de até 40%, financiamento especial, oferta de terreno com infraestrutura, incluindo terraplanagem, energia elétrica, telecomunicações, garantia de água industrial e incentivo fiscal por dez anos. Em 2008, a Fiat anuncia que a fábrica de Betim será a maior unidade do grupo em todo o mundo e tem grande impacto na indústria eletroeletrônica mineira e no setor de autopeças. A industrialização avança em todo o território mineiro no Governo Rondon Pacheco, com polos fortes na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), no Sul de Minas e no Triângulo.

O processo acelerado de urbanização, em direção à RMBH e às grandes cidades, provoca mudança significativa no perfil da ocupação espacial do Estado. Na década de 80, em torno de 75% da população encontrava-se nas cidades. Em 2009, Minas tem população de 19,6 milhões de habitantes. A RMBH, que compreende 6,9% do território estadual, abrange 34 municípios em 2009, com população de 5,4 milhões de pessoas, aproximadamente 25% do total do Estado. E o grau de urbanização da população mineira era de 84,9%. Em



Fábrica da Fiat instalada em Betim. Atraída por empenho pessoal do governador Rondon Pacheco e um trabalho promocional do INDI, BDMG e da Secretaria de Estado da Fazenda. Fonte www.jornalotempo.com.br

2020, a população estimada pelo IBGE é de 21.292.666 pessoas. Belo Horizonte tem 2.550 mil habitantes em 2019 (PIB Municipal, PMBH, 2019), já com seu território, de 331 km², retirado de Sabará, quase todo edificado. Capital, sede do governo estadual, centraliza uma Área Metropolitana de 34 municípios, com população total próxima de seis milhões de habitantes. Economicamente, Belo Horizonte se consolida nesta segunda década do século XXI como uma cidade da Economia Criativa.

A grande dependência dos setores extrativo mineral e metalúrgico, com predominância do ramo siderúrgico, ainda é hoje o perfil dominante da economia mineira. Em razão deste seu rico solo mineral, Minas ainda é, em grande parte, fornecedora de matérias-primas para outros Estados e outros países, com algumas exceções setoriais. A indústria eletroeletrônica desenvolveu-se, demandada, sobretudo, pela Cemig e pelo setor automotivo, mas permanece bastante dependente de São Paulo. A indústria de montagem automotiva, representada pela Fiat, em Betim, e a Mercedes-Benz, em Juiz de Fora, ainda demanda em torno de 40% do parque de autopeças localizado em outros Estados. Expandiu-se o agronegócio em regiões vocacionadas, mas ainda não explorando devidamente o imenso potencial mineiro. "O ouro proclama a riqueza. Mas os mineradores continuaram pobres", já dizia Sylvio Vasconcelos sobre Minas Gerais.

Após Rondon Pacheco, ocupou o Governo de Minas Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, também pela via indireta, indicado pelo regime militar. Nascido em Três Pontas, engenheiro e professor universitário, formado em eletromecânica em Itajubá, parlamentar estadual e federal, secretário de Estado várias vezes e ministro de Estado, também era udenista de origem. Especialista em energia, conhecedor da economia mineira, tipicamente mineiro, de vida pessoal simples e austera, também fazendeiro, Aureliano deu prosseguimento ao esforço do

Estado pelo desenvolvimento industrial, elaborando o II Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social. Apoiou a consolidação da Fiat, a expansão da Usiminas e iniciou a implantação da Açominas, em Ouro Branco. A economia mineira crescia em taxa elevada. O Produto Interno Bruto (PIB) estadual alcançou 11,1% do nacional, contra 9% em 1976.

Aureliano criou a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e a Comissão de Política Ambiental. Embora politicamente conservador, era legalista e liberal nas relações políticas. Dizia que "nós mineiros, não somos tímidos. Somos prudentes. A timidez é a incapacidade de tomar decisões. A prudência decide na hora certa". Aliou-se com a ala nacionalista e mais liberal dos militares, liderada pelo general Ernesto Geisel. Em 1968, na Câmara Federal, votou contra a licença solicitada pelo governo militar para processar o deputado Márcio Moreira, episódio que desencadeou o Ato Institucional nº 5, instrumento que suprimiu direitos básicos e implantou o regime ditatorial absoluto mais radical, desde o golpe de 1964. Deu novo exemplo de independência ao ser o orador na homenagem ao deputado Djalma Marinho, afastado da Comissão de Justiça da Câmara por ser contra o processo de cassação. Permaneceu no governo de Minas por apenas três anos, de 1975 a 1977, quando foi convocado para a Vice-Presidência da República pelo general João Baptista de Figueiredo, cargo que desempenhou de março de 1979 a março de 1985. Ocupou várias vezes a Presidência da República. Exerceu papel político importante no processo de abertura política do regime. Apoiou o movimento pelas eleições diretas. Chegou a ser lembrado, pelo PDS, para a Presidência. Seu vice, Ozanan Coelho, de Ubá, do velho PSD, assumiu o Governo do Estado de julho de 1978 a março de 1979.

Foi sucedido por Francelino Pereira dos Santos, também da antiga UDN, que ocupou o Palácio da Liberdade entre 1979 a 1983, o último a ser indicado pelo regime militar, com o referendo da Assembleia Legislativa do Estado. Nascido em 1921, em Angical, no Piauí, veio aos 22 anos para Belo Horizonte. Formou-se em Direito pela então Universidade de Minas Gerais, depois UFMG, participou do movimento estudantil e da fundação da UDN em 1943, quando conviveu com os principais nomes do partido. Foi vereador de 1951 a 1955 e autor do projeto de criação do Imaco, escola técnica da Prefeitura que se instalou no Parque Municipal. Participou do governo de Magalhães Pinto e foi procurador municipal na administração do prefeito Osvaldo Pierucetti. Tornou-se deputado federal por Minas, com quatro mandatos consecutivos, de 1963 a 1979. Em 1994, elegeu-se para o Senado, função que ocupou até 2003. Foi dirigente partidário, presidente da Arena, agremiação de apoio aos governos militares, mas manteve-se sempre como homem de diálogo, de vida pessoal simples. Realizou governo voltado para o desenvolvimento do Estado. Eletrificou o Vale do Jequitinhonha e, em seu governo, foi construído o Aeroporto de Confins e implantada a Açominas. Sua gestão coincidiu com período de grande concentração econômica e decisória no governo federal, que impunha restrições e prioridades, exigindo solidariedade aos chamados "objetivos nacionais".

Por sugestão do seu secretário de Planejamento, Paulo Haddad, Francelino adotou o "planejamento para a negociação", junto com o "planejamento participativo", o primeiro como estratégia de busca de apoio e recursos junto ao governo federal, e o segundo

como "canal de negociação entre o Estado e a sociedade civil", amenizando a dissociação entre a população e o regime militar concentrador. Adotou o programa "Cidades-Dique", representado por 16 cidades de porte médio que deveriam conter a explosão populacional da Área Metropolitana de Belo Horizonte. Implantou, com o prefeito indicado de BH, Maurício Campos, o Parque das Mangabeiras e também o Minascentro, destinado a receber eventos. Nas comemorações do Centenário de BH, sugeriu a transformação da Praça da Liberdade em um centro cultural, projeto em implantação nos anos de 2009 e 2010.

Com o retorno às eleições diretas nos Estados, em 1982 foi eleito Tancredo de Almeida Neves, de São João del-Rei, que tomou posse a 15 de março de 1983 e permaneceu no cargo até 14 de agosto de 1984, quando deixou o governo para disputar a eleição, ainda indireta, para a Presidência da República. Deputado por várias legislaturas, senador, fora ministro da Justiça de Vargas e primeiro-ministro do regime parlamentarista implantado no Brasil em 1960, quando assumiu o governo o vice-presidente João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros. Nos seus dois anos à frente do governo mineiro, dedicou-se a "costurar" o processo político para a transição do regime militar.

Transformou a antiga Coordenadoria de Cultura em Secretaria de Estado de Cultura, entregue ao deputado José Aparecido de Oliveira, que atuou intensamente na transição política e na campanha pelas "Diretas Já" nos anos de 1983 e 1984. Aparecido, que fora cassado pelos militares logo após o golpe de 1964, mobilizou políticos, artistas, jornalistas, expoentes da cultura brasileira pela redemocratização liderada por Tancredo Neves. E foi o primeiro ministro da Cultura, já no governo de José Sarney, e também governador do Distrito Federal. Aparecido implantou a TV Minas, modernizou a Rádio Inconfidência, restaurou o Santuário do Caraça, ativou o diálogo com todas as classes culturais mineiras e brasileiras. Experiente, homem do diálogo e da conciliação, formado no antigo PSD e um dos criadores do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido de oposição consentida pelos militares, Tancredo Neves montou em Minas governo eclético, com todos os partidos políticos, capacitando-se a liderar a famosa campanha pelas eleições diretas e pelo retorno ao regime democrático, que ocupou ruas e praças do Brasil com manifestações de intensa participação popular. O deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT) apresentara projeto de lei restabelecendo as eleições diretas para a Presidência da República, desencadeando ampla campanha por sua aprovação denominada "Diretas-Já". Eleito presidente da República pelo Congresso Nacional, já que fora derrotado projeto das diretas, Tancredo declarou-se enfermo 24 horas antes da posse, assumindo o vice José Sarney. Faleceu no dia 21 de abril de 1984.

O vice de Tancredo, Hélio Carvalho Garcia, assumiu o Governo de Minas a 14 de agosto de 1984, permanecendo até 15 de março de 1987. Em 1981, fora nomeado prefeito de Belo Horizonte indicado pelo próprio Tancredo, cargo em que se manteve por quase dois anos. Antigo udenista, nascido em Santo Antônio do Amparo em 1931, advogado pela UFMG, marcou-se como conciliador e convivente. Deputado estadual em 1962, pela antiga UDN, foi líder de Magalhães Pinto na Assembleia. Deputado federal em 1971, integrou também o PDS e a Arena, partidos governistas, e, com o fim do bipartidarismo, em 1979, foi um dos fundadores do PP (Partido Progressista), criado justamente para permitir a transição do regime militar, que já se prenunciava.



Itamar lançou o Plano Real a 30 de junho de 1994, a mais bem-sucedida iniciativa de conter o processo inflacionário que assombrou o país desde o segundo choque do petróleo e a deflagração da crise da dívida em 1979. Fonte: memorialdademocracia.com.br

Presidiu a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (Minascaixa) no Governo Aureliano Chaves, liquidada extrajudicialmente durante o Governo Collor, em 1990.

Hélio Garcia apoiou Newton Cardoso (1987 a 91) para seu sucessor, seguindo-se período conturbado na gestão pública e na política mineira, com questionamentos e denúncias. Nascido em Brumado, na Bahia, em maio de 1938, veio para Belo Horizonte aos 15 anos para trabalhar na Magnesita, que possuía fábricas na Bahia e em Contagem. Foi por três vezes prefeito de Contagem, em 1972, em 1982 e em 1997. Foi eleito deputado federal em 1979 e, em 1995. Mais tarde tornou-se vice-governador no governo de Itamar Franco.

Hélio Garcia reelegeu-se novamente, para o período 1991 a 1995, realizando governo de conciliação, sem grandes realizações, em meio a uma crise financeira que não permitia ao Estado investimentos básicos ou indutores de desenvolvimento. Foi sucedido por Eduardo Brandão Azeredo (1995 a 1998). Azeredo, filiado ao PSDB, vinha da Prefeitura de Belo Horizonte, onde assumiu por dois anos (de abril de 1990 a dezembro de 1992) na condição de vice do prefeito Pimenta da Veiga, que deixara o cargo para se candidatar ao Governo do Estado. Criou a Lei Estadual de Incentivo à Cultura, a Lei Robin Wood e realizou a primeira etapa do Expominas. Elegeu-se senador em 2003.

O engenheiro Itamar Augusto Cautiero Franco, de Juiz de Fora, governou Minas Gerais de 1999 a 2003, exatos quatro anos depois de deixar a Presidência da República, que assumira a 2 de outubro de 1992, ocupando-a por dois anos, com o impedimento de Fernando Collor de Mello. Deixou a Presidência com ampla aprovação popular. Prefeito de Juiz de Fora em dois mandatos, filiado inicialmente ao PTB e depois ao MDB, sempre em oposição ao regime militar, elegeu-se para o Senado em 1974 e 1982. Itamar lançou o Plano Real a 30 de junho de 1994. Foi embaixador do Brasil em Portugal. No Governo de Minas,

realizou gestão de contenção financeira e austeridade administrativa. Chegou a decretar uma moratória, alegando incapacidade de pagamento do Estado, pelo que foi penalizado pelo Governo Federal com sucessivos cortes de receitas devidas a Minas. Itamar também interrompeu o processo de privatização da Cemig, iniciado por seu antecessor, que já havido vendido cerca de 30% do seu capital acionário a um consórcio norte-americano. E com ações ousadas, com uso da Polícia Militar, impediu a privatização de Furnas, que havia sido incluída por Fernando Henrique no Programa Nacional de Desestatização.

Itamar teve atuação decisiva na eleição do seu sucessor, o então deputado federal Aécio Neves, que reelegeu-se para um novo período. Foi seguido por Antônio Anastasia, que fora seu vice-governador e secretário de Planejamento. Construiu uma segunda etapa do Expominas e a Cidade Administrativa no bairro Serra Verde, região Norte de Belo Horizonte, com a transformação da Praça da Liberdade em centro turístico-cultural. Em 2020, por ação da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo, passou a ser o Circuito Cultural Praça da Liberdade, com ações e abrangência ampliadas. Valorizou ainda região norte de BH com a Linha Verde e a ativação do Aeroporto de Confins, que realiza programa de expansão em 2010. Elegeram-se governadores do Estado posteriormente Fernando Pimentel, do PT, de Belo Horizonte, e Romeu Zema, de Araxá, do Partido Novo.

Alteram-se, como é natural, com a evolução histórica, alguns traços e paradigmas da "Minas colonial". Há, na paisagem urbana mineira, o fenômeno bastante recente do veloz crescimento de vários municípios, muitos ultrapassando os 100 mil habitantes. Mas o municipalismo e o ruralismo, assim como outros traços herdados dos primeiros tempos, no século XVIII, ainda se encontram preservados em várias regiões, cidades e arraiais mineiros. Hoje, tanto quanto se consolidou a preocupação com a proteção ambiental – agora alçada a consciência planetária – amplia-se igualmente a consciência em torno da imperiosa necessidade de preservação dos valores, tradições e práticas culturais. De resto, como resistência à globalização, valorizam-se os atrativos locais singulares ou exemplares, devidamente preservados.

Cabe salientar, em registro final, que "após quatro anos seguidos de queda do PIB a partir de 2014,a economia de Minas deverá acumular quatro décadas de baixo crescimento. Minas chega, ao final da segunda década do século XXI, com o PIB per capita ainda 10% inferior ao PIB per capita brasileiro" ("A economia de Minas: quatro décadas de baixo crescimento", Paulo Haddad, em "Estudos de Belo Horizonte e Minas Gerais", BDMG Cultural, 2018). Acrescenta Haddad que "Minas precisa vivenciar um novo ciclo de grande transformação". E aponta, como questão grave, a "dualidade espacial de Minas. Do ponto de vista do seu desenvolvimento econômico podemos distinguir duas Minas: Dos 853 municípios do Estado, 491 tinham PIB per capta inferior à metade do PIB per capta brasileiro em 2011. Quase todos municípios do Norte de Minas, no Vale do Jequitinhonha, no Vale do Mucuri, algumas microrregionais do Vale do Rio Doce e da Zona da Mata." E acrescenta: "Esses bolsões regionais de subdesenvolvimento e de pobreza se contrapõem à prosperidade econômica e ao progresso social das áreas do Triângulo Mineiro, do Sul de Minas, do Alto Paranaíba, do Noroeste e da Área Central de Minas".



11

Ciclos do minério de ferro e siderurgia

Desenvolver a indústria siderúrgica em Minas foi uma natural e antiga aspiração do Estado, deixando de ser apenas exportadora de minério de ferro sem qualquer transformação industrial. A luta mineira por esta pretensão tem na história da "Concessão Itabira Iron", no início do século XX, um didático exemplo logo no começo do Ciclo do Minério de Ferro. O episódio foi gerador de uma intensa e longa polêmica durante quase toda a primeira metade do século XX. E Ouro Preto, pela Escola de Minas, exerce um importante protagonismo nos debates então travados. Decisiva e marcante foi a condutado governador de Minas, Artur Bernardes, que sempre se destaco na defesa dos interesses do Estado na área mineral.



George Chalmers a esquerda na entrada da Mina Grande, Nova Lima.
Fonte: Arcevo Centro de Memoria AGA

No governo do presidente Afonso Moreira Penna (1906/1909), mineiro de Santa Bárbara, foi organizada a Comissão Geológica e Mineralógica Nacional, presidida por Orville Delbert Derby (1851/1915), geógrafo e geólogo norte-americano, naturalizado brasileiro, eminente pesquisador das riquezas naturais do Brasil.

Foram criados três distritos: o primeiro abrangia o Sul, especialmente a região carbonífera, sob a direção de Paulo de Oliveira. O segundo compreendia o Centro do País, sob a direção do geólogo Luís Felipe Gonzaga de Campos e, o terceiro, todo o Norte, sob a chefia de Antônio Olinto Santos Pires, os dois últimos ex-alunos e professores da Escola de Minas de Ouro Preto. Antônio Olinto viria a ser o primeiro governador de Minas com a Proclamação da República, em 1889. Geólogo de amplo conhecimento e imensa experiência no estudo do subsolo mineiro, Gonzaga de Campos é autor de estudo que definiu e criou a expressão "Quadrilátero Ferrífero", obtido por linha imaginária que passa por Itabira, Rio Piracicaba, Mariana, Congonhas do Campo e Itaúna e que concentra a riqueza desta região quanto à ocorrência de jazidas de minério de ferro.

Gonzaga de Campos elabora, em 1908, relatório com uma avaliação das jazidas de ferro de Minas Gerais, apresentado em Estocolmo, em novembro de 1910, ao XI Congresso Mundial Geológico e Mineralógico, por Orville Derby. O Congresso foi organizado pelo presidente Theodore Roosevelt, dos Estados Unidos, com a participação de vários países interessados no desenvolvimento da indústria siderúrgica. O relatório trazia um memorial denominado "The iron ores of Brazil", com informações sobre as principais jazidas de minério de ferro de Minas Gerais, sua localização e dimensionamentos. E afirmava que "o Brasil é um dos países que possuem as maiores reservas de minério de ferro" do mundo e que "o Estado de Minas só por si daria essa fama ao Brasil". Avaliava-se as jazidas brasileiras em 3,5 bilhões de toneladas de minério de ferro, de elevada qualidade, o que provocou grande interesse

e movimentação em todos os países que procuravam implantar indústrias siderúrgicas em suporte ao seu esforço de desenvolvimento. Estimulou-se a cobiça internacional e uma "nova corrida mineral" em torno do minério de ferro de Minas Gerais, que já se antevia essencial ao progresso econômico em todos os seus setores através da indústria siderúrgica.

Expedições alemãs, norte-americanas, inglesas e franco-belgas, vieram a Minas e adquiriram, a preços irrisórios, grande parte das terras minerais onde estavam as jazidas até então identificadas, segundo parecer apresentado pelo engenheiro de minas e professor da Escola de Minas, da qual foi diretor no biênio 1930/31, Clodomiro de Oliveira, que em 1918 era secretário de Estado da Viação do governo Artur Bernardes (governador de Minas de 1918 a 1922 e presidente da República de 1922 a 1926). Diz Clodomiro que os estrangeiros "adquiriram as propriedades compreendendo o subsolo, de que os nossos compatrícios ignoravam o valor de seus depósitos de minério de ferro, e aproveitaram a ignorância dos mesmos de que fossem uma fortuna". Já na época do relatório de Gonzaga de Campos e Orville Derby se apontava que, embora fossem excepcionais as jazidas de minério de ferro de Minas Gerais, grande era a deficiência de carvão mineral, essencial à transformação siderúrgica e inexistente em Minas Gerais. As distâncias geográficas de Minas, Estado mediterrâneo e central no mapa brasileiro, e a ausência de estradas e meios de transporte, eram apontadas como obstáculos para a siderurgia no Estado – "a mãe de todas as indústrias" – na expressão do Barão de Mauá, maior empresário e empreendedor brasileiro do período, conforme cita Fábio Lucas, em "Mineiranças – O Ferro na História do Brasil e de Minas Gerais", 1991.

Clodomiro de Oliveira, professor da Escola de Minas e, posteriormente seu diretor, com apoio de seus colegas de Ouro Preto, assim como outros estudiosos da questão mineral, com visão nacionalista, dirá que "os caçadores de jazidas de minérios visam tão somente sua exportação para o fim especial de abastecimento das grandes usinas de que são representantes". E mais: "São os produtos do trabalho mecânico, e não os nossos recursos naturais com suas boas e más qualidade, que devem ir para os mercados porque a melhoria das condições industriais somente pode vir da expansão das manufaturas. Ora, dentre os recursos naturais de um país o que intervém poderosa e vultosamente sobre o seu desenvolvimento econômico é o que se refere ao seu recurso em minério de ferro, cuja utilização é posta em valor pela indústria da siderurgia, que o definirá como potência industrial e militar, indústria que é o termômetro que dá o grau de desenvolvimento de um povo e que é a alavanca que move as sociedades".

Também formado em Ouro Preto, Demerval Pimenta, estudioso da história econômica mineira, reproduz, em seu livro "História da Vale do Rio Doce", texto de um significativo prospecto distribuído em Londres, em 1909, por uma empresa que oferecia a venda de suas ações para a aquisição das jazidas mineiras: "Devemos assegurar o nosso futuro adquirindo em países amigos, como o Brasil, reservas que valorizam com o tempo. Dentro de algumas dezenas de anos, as jazidas do Rio Doce poderão valer milhões de vezes o preço pelo qual poderíamos adquiri-las hoje, e o Império Britânico disporá da maior reserva de minério de ferro do mundo. Se cada banqueiro, cada industrial, cada inglês, dispender sem esperanças de remuneração imediata, algumas libras para adquirir ações do sindicato que acabamos de fundar, ficará assegurado o futuro da siderurgia britânica".

O engenheiro inglês Murley Cotto, representando os capitalistas ingleses Banung Brothers, Cecil Rhodes, E. Cassem, De Candolle e C. Rotschild, adquiriu extensas terras em Itabira, incluindo o Pico do Cauê onde estavam as minas do Cauê, da Conceição e de Santana, com reservas de minério de ferro estimadas em 1 bilhão de toneladas, conforme indicava o relatório do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, com base no estudo de Gonzaga de Campos. Comprou também a Fábrica do Girau, fundição, forjaria, mecânica e pilagem de carvão e enxofre e pioneira nestes campos. Logo depois, foi constituída em Londres a organização denominada Brazilian Hematite Syndicate, um consórcio integrado por capitais interessados no minério de ferro do Brasil. Este grupo criou, em 1911, a Itabira Iron Company destinada a explorar o minério de ferro de Itabira. As dificuldades encontradas na exploração levaram os ingleses a se associarem, vendendo o controle da Itabira Iron, em 1919, ao empresário norte-americano Percival Farguhar (1864/1953), com trajetória capitalista visionária e polêmica e uma discutível atuação em negócios em vários países da América Latina. Farquhar era um ativo empreendedor já conhecido nos meios financeiros e políticos brasileiros. Sua atuação incluía a exploração do serviço de bondes de Nova Iorque, ferrovias na Guatemala e operação da companhia de eletricidade de Cuba, além de vários outros empreendimentos no Brasil, como a montagem da Light no Rio de Janeiro, a construção do Porto de Belém, a construção da famosa estrada de ferro Madeira-Mamoré, a exploração da borracha e investimentos em energia e ferrovias.

Epitácio Pessoa, presidente da República de 1919 a 1922, em encontro em Nova Iorque, em julho de 1919, convencido por Farquhar, procurou oferecer as condições para o início efetivo do projeto de exploração da Itabira Iron. As atividades de exploração mineral eram objeto de legislação federal e dependiam de concessão do Governo Federal. Em decorrência deste entendimento, o Congresso Nacional aprovou, a 5 de janeiro de 1920, a Lei nº 3.991, que atendia as pretensões de Farquhar e seus sócios ingleses, interessados na efetiva implantação do projeto da Itabira Iron e na conclusão da construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas. Houve, no entanto, reação contrária do Governo de Minas, presidido por Artur Bernardes, que passou a defender a tese de que a exportação de minério de ferro deveria estar relacionada com a implantação de uma usina siderúrgica em Minas Gerais, solidarizando-se com a posição nacionalista defendida pelos professores e engenheiros da Escola de Minas de Ouro Preto.

Estava clara a intenção da Itabira Iron de exportar o minério pela Estrada de Ferro Vitória-Minas, da qual adquiriu ações e cujo primeiro trecho havia sido inaugurado em 1904. O projeto de construção da ferrovia havia sido aprovado pelo Governo Campo Sales em 1892, com traçado partindo de Vitória, atravessando o Vale do Rio Doce, passando por Peçanha e chegando até Diamantina. Sua implantação foi iniciada em 1903, empreendimento sustentado pelo empresário e engenheiro Pedro Nolasco Pereira da Cunha (1865/1935), nascido no Rio de Janeiro. Conforme seu projeto original, destinava-se a transportar, de Diamantina a Vitória, produtos do Norte de Minas, especialmente madeira, café e outros da produção agropecuária. A ferrovia terminaria em Cariacica, na região metropolitana de Vitória, onde se encontram os portos de Tubarão, Praia Mole e Barra do Riacho.

Demerval Pimenta afirma que "o projeto dos ingleses tinha por finalidade não só apoderar-se do minério de Itabira mas também adquirir o controle dos transportes da Estrada de Ferro Vitória a Minas, mediante a compra da maioria das ações da companhia proprietária dessa estrada, e ainda celebrar contrato com a Companhia do Porto de Vitória para o embarque do minério destinado ao abastecimento das usinas siderúrgicas da Inglaterra e mesmo de outros países da Europa. Para coroar este projeto faltava apenas celebrar um contrato com o Estado de Minas, no sentido de ser fixada a taxa de exportação sobre o minério a ser embarcado". Pela legislação vigente, cabia aos Estados fixar as alíquotas relativas ao tributo cobrada pela exportação de minérios, que exerceu esta atribuição, como já revelado, com taxação pesada. Instalou-se então um intenso debate sobre a questão siderúrgica. Fundamentalmente, duas correntes de pensamento se debatiam: uma representada pela Escola de Minas, com posição nacionalista, com apoio da Sociedade Mineira dos Engenheiros e outras instituições da sociedade civil; o outro pensamento, favorável aos capitais ingleses, era manifestado por integrantes do Governo Federal e alguns empresários, especialmente o Conselho Técnico de Economia e Finanças, órgão de assessoramento do Presidente da República. O Estado-Maior do Exército bem como o Conselho do Almirantado, da Marinha Brasileira, se manifestam contrários às pretensões da Itabira Iron. Consideraram a questão não uma simples matéria econômica, mas de alto interesse político, que dizia respeito à própria segurança ou defesa nacional. Por pressão dos ingleses, exercida por Farguhar, alterou-se o traçado inicial de ferrovia, que passaria a alcançar Itabira, para aproveitamento do seu minério de ferro.

Artur Bernardes, com posição nacionalista, assessorado pelo professor Clodomiro de Oliveira, seu secretário de Estado, defendeu a implantação, na região de Itabira, de um grande complexo industrial mínero-siderúrgico, transformando-a numa espécie de um novo Vale do Ruhr, na Alemanha, onde está um dos maiores complexos siderúrgicos do mundo. Sustentava que o interesse do Estado era a indústria siderúrgica e que a simples exportação de minério de ferro não atendia aos objetivos de desenvolvimento do Estado e do País, que necessitava de ferro. Mas o objetivo de Farquhar era exportação de minério de ferro bruto, com uso da ferrovia e do transporte marítimo associados unicamente à atividade exportadora, embora tenha chegado a prometer a instalação de uma pequena usina siderúrgica em Vitória, para 150 mil toneladas/ano.

Bernardes torna-se presidente da República em 1922, em sucessão a Epitácio Pessoa, e imporá uma derrota aos propósitos de Farguhar e de outros interesses estrangeiros na exploração da riqueza mineral de Minas Gerais. Em 1923, após intenso debate legislativo, Bernardes proclamou o embrião de uma política siderúrgica nacional, firmando que "a concessão de empréstimos assumidos pelo governo federal se faria exclusivamente às empresas nacionais organizadas para a criação de novas usinas". Recomendava a "instalação de três usinas, de capacidade de 50 mil toneladas, sendo uma no Vale do Rio Doce, preferindo-se quanto a esse forno elétrico; uma no Vale do Paraopeba, a coque mineral, e uma na Bacia Carbonífera do Sul, para aproveitamento dos carvões de Santa Catarina".

Os mineiros, contrários à simples exportação do minério para empresas estrangeiras, sem qualquer transformação no País, alegavam que Minas Gerais não poderia repetir a espoliação ocorrida no século XVIII quando o seu ouro e pedras preciosas foram levadas

por Portugal e Inglaterra, restando para o Estado apenas buracos e terras estéreis e pouco, ou nenhum, desenvolvimento econômico. Já os defensores da Itabira Iron afirmavam que o consumo de aço no Brasil não justificaria a instalação de uma siderúrgica de grande porte e que os investimentos governamentais deveriam se concentrar no social, deixando para a iniciativa privada a função dos investimentos industriais.

Em meio à polêmica expõe-se também a questão do carvão, imprescindível à indústria do ferro e do aço, como redutor do minério e como combustível e que não existe em Minas Gerais. Colocava-se a necessidade de importação do carvão mineral uma vez que o encontrado no Sul do país não era de boa qualidade. O uso do carvão vegetal, que será a solução adotada pelas siderúrgicas mineiras, determinará a extinção de grandes reservas florestais naturais de Minas Gerais, especialmente do Vale do Rio Doce, integrantes da Mata Atlântica, hoje praticamente exterminada, com a substituição pelas florestas de eucalipto, de que o Estado dispõe hoje em várias regiões, especialmente no Norte de Minas..

Análises mais recentes sobre a questão revelam que a posição intransigente do Governo Mineiro com relação ao projeto da Itabira Iron, com sustentação técnica da Escola de minas de Ouro Preto, resultava também da presença, a partir de 1922, da Arbed, grupo siderúrgico da Bélgica e de Luxemburgo, em Sabará, e que representava uma alternativa viável e consequente para a questão siderúrgica brasileira e mineira. Já na implantação inicial, o grupo empresarial, um dos mais bem sucedidos do mundo, acenava com amplas possibilidades de expansão, o que efetivamente ocorreu com a aquisição da usina de João Monlevade logo depois. O grupo não visava a simples exportação de minério de ferro nem impunha condições monopolistas, como a Itabira Iron. A decisão belga foi sustentada pelo rei Alberto, que veio a Minas em 1920, a convite do governador Artur Bernardes, já manifestando seu interesse em trazer a indústria siderúrgica para Minas. O rei Alberto foi recebido com grandes festas e cerimônias em Minas.

Com defesa intransigente das riquezas do subsolo mineiro e sua efetiva exploração em favor da economia do Estado, obtém grande repercussão a publicação, em novembro de 1934, o livro "A Concessão Itabira Iron", do professor Clodomiro de Oliveira, refletindo a posição da Escola de Minas, com ampla argumentação, técnica e econômica, contrária ao projeto de Farquhar (Imprensa Oficial de Minas Gerais, outubro de 1934). O livro passou a ser uma espécie de referência histórica, nacionalista, como também ética, para os que defendem, mesmo nos dias atuais, uma maior e mais justa retribuição socioeconômica ao Estado pela exploração de seus recursos minerais, por empresas nacionais ou estrangeiras.

Clodomiro lembra o autor americano, Orthis Schmith, que expressando o claro interesse dos Estados Unidos, conceitua: "O acréscimo do elemento do trabalho no produto exportado há de significar que nós não estamos barganhando a herança de nossos recursos naturais, mas que, ao contrário, estamos apenas usando desses recursos como base para a exportação do trabalho, que se renova incessantemente". E ainda: "O trabalho de qualquer país é mais beneficiado pela importação de minério bruto e pela importação de matérias primas do que pela importação de produtos manufaturados".

E cita as seguintes aquisições estrangeiras em Minas, após o Congresso de Estocolmo: Grupo inglês, representado pela Itabira Iron Ore Companhia, adquiriu as jazidas de Conceição, Cauê e Girão, em Itabira. Grupo americano, representado pela Braziliam Iron and Steel,



Livro "A Concessão Itabira Iron" de Clodomiro de Oliveira, refletindo a posição da Escola de Minas, com ampla argumentação, técnica e econômica, contrária ao projeto de Farquhar. O livro passou a ser uma espécie de referência histórica, nacionalista, como também ética, para os que defendem, mesmo nos dias atuais, uma maior e mais justa retribuição socioeconômica ao Estado pela exploração de seus recursos minerais, por empresas nacionais ou estrangeiras. Fonte: www.budanoleiloeiro.com.br

adquiriu três jazidas, em Itabira, e as de Esmeril e Periquito, em Rio Piracicaba, a do Agudo em Mariana e a de Alegria. Grupo Alemão, representado pela Deutsch Luxemburgisch Beyaert In Huten adquiriu, em Sabará, a jazida do Gaya e, em Bonfim, a do Córrego do Feijão. O capital francês, representado por três grupos diferentes, o da Societé Civil dês Mines de fer de Jangada, representado por Jules Benard, Mathien Goudechaux e Cia, adquiriu em Bonfim a Jazida do Jangada; o da Braculhy Falls Cia, representado por dois brasileiros e por M. Methayer, adquiriu em Bonfim as Jazidas de Nhotin e do Mendonça; o da sociedade Franco-Brasileira adquiriu, em Itabira, as jazidas do Andrade. Posteriormente, informa ainda Clodomiro, a "The S. John Del Rey Gold Mining, que já operava em Minas desde 1834, com a Mina de Ouro de Morro Velho, passou a comprar, por preços muito baixos, terras em que ocorriam jazidas de ferro e manganês, estendendo suas propriedades aos municípios de Nova Lima, Raposos e Sabará, numa imensa extensão de terras, chegando até a Serra do Curral, divisa natural ao sul de Belo Horizonte, com a famosa Jazida de Águas Claras, hoje já inteiramente explorada. Grande parte da Serra da Moeda foram incluídas nestas compras.

Rica em minério de ferro, esta região até hoje em franca exploração, atualmente pela Vale, que é sucessora de vários proprietários anteriores, todos estrangeiros. E sempre foi objeto de contestação e polêmica, pela extensão territorial, proximidade de cidades e condomínios, pela questão ambiental e, sobretudo, nos anos mais recentes, pela ameaça das barragens de rejeitos, além de questionamentos quando à retribuição socioeconômica ao

Estado. Afirma Clodomiro que "o Governo de Minas viu, assim, que as importantes jazidas de minério de ferro localizadas nas vertentes dos rios das Velhas e Paraopeba, parte central do Estado, como as da bacia do Rio Doce, parte nordeste do Estado, estavam sendo, ou já tinham sido adquiridas por sindicatos estrangeiros, aquisições que se justificavam no objetivo de exportação de minério de ferro e manganês". Previsão que o futuro viria confirmar e que acelerou-se extraordinariamente nos últimos 20 anos, com o avanço da tecnologia de extração mineral, mas especialmente pelo gigantismo da Vale, criada em 1942 e que adquiriu a quase totalidade das jazidas de minério de ferro, todas destinadas à exportação, já que a empresa não tem usina siderúrgica em Minas.

A Vale tornou-se também proprietária da totalidade do sistema ferroviário, essencial à logística de transporte e exportação do minério de ferro. Em geral, as minas operam a baixo custo, próximas de cidades que representam suporte de serviços à mineração e aos seus empregados. Acrescenta-se a estas condições a favorabilidade do mercado comprador internacional nas últimas décadas, especialmente da China, Japão, Alemanha e Estados Unidos, com a tonelada do minério de ferro atingindo valores muito lucrativos, acima de US$ 120 a tonelada, nos últimos meses de 2020 e início de 2021. A redução do minério de menor qualidade para "pelletz" (pelotas, com redução primária do minério) encontra preços ainda maiores no mercado internacional, que faz da atividade de exploração do minério de ferro uma atrativa atividade, fazendo com que as mineradoras estejam, nos últimos anos, buscando licenciamento para novas minas.

A questão mineral provocou intenso debate, que se estendeu aos anos de 1921 e 1922, envolvendo técnicos do próprio Estado, engenheiros de minas, professores da Escola de Minas, políticos, imprensa, mobilizando a opinião pública. Mas foram mantidas as posições elaboradas por Clodomiro de Oliveira, com apoio de outros estudiosos da questão, de que a exportação do minério de ferro deveria estar subordinada à indústria siderúrgica, a ser implantada no Estado. Não se opunha à exportação mas esta atividade, além de ter de pagar taxas consideradas justas por tonelagem, estaria condicionada a que "5% do minério sejam reduzidos e transformados em aço, fixando no mínimo em 150.000 toneladas a produção de ferro e aço" ("A concessão Itabira Iron", pág 77). Afinal, em 1923, já o então presidente de Minas, Raul Soares (1922 a 1924), em duas conferências com o próprio Percival Farquhar, recusou-se a celebrar qualquer contrato com a Itabira Iron Ore. Em mensagem enviada ao Congresso do Estado, em julho de 1923, o presidente Raul Soares discorre sobre as razões de sua recusa. Prevaleceu a opinião de Clodomiro.

Uma última tentativa da Itabira Iron ocorreu em 1938 quando Farquhar criou, em associação com capitais brasileiros, a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia (CBMS), da qual mantinha 47% das ações. Em 1937, a Constituição do Estado Novo, proclamada por Getúlio Vargas, determinava que a exploração das jazidas minerais no Brasil dependeria de prévia concessão do governo federal e que só poderiam ser outorgadas a empresas brasileiras. Na época, Farquhar obteve, através da CBMS, a concessão para operar a estrada de ferro Vitória-Minas. Por esta época, através de financiamento público, Farquhar consegue fazer com que a estrada de ferro alcance o Pico do Cauê, em Itabira, construindo 22 quilômetros restantes e adaptando a ferrovia para a exportação do minério.

Esta empresa, entre 1940 e 1942, exportou milhares de toneladas de minério de ferro para a Inglaterra, os Estados Unidos e o Canadá. Com a Segunda Guerra Mundial, escassearam-se os recursos financeiros externos, dificultando a expansão da empresa. Farquhar animara-se com a divulgação, em 1938, de um relatório aprovado pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, elaborado pelo ex-aluno de Ouro Preto e industrial Pedro Demóstenes Rache, amigo de Percival Farquhar, a quem se associaria mais tarde na criação da Acesita. Seu parecer era favorável à exploração das jazidas de Itabira, mesmo sem o investimento na usina siderúrgica. Criticava também o "Estado industrial e negociante", conforme cita José Murilo de Carvalho ("A Escola de Minas de Ouro Preto – o peso da glória", 1978). Várias vozes discordantes se manifestaram, inclusive setores nacionalistas do Exército, a Escola de Minas, vários industriais produtores de gusa e a própria imprensa.

A Congregação da Escola de Minas, em carta a Getúlio Vargas, sustentou que "é dever dos brasileiros fazer com que uma riqueza tão considerável como o minério de ferro do nosso solo seja aproveitado ou exportado para melhoria da nossa economia, nossas estradas e defesa nacional e não para beneficiar quase exclusivamente uma empresa estrangeira". Também a Sociedade Mineira de Engenheiros apresenta ao Governo Federal documento, denominado "Siderurgia nacional e exportação de minério de ferro", elaborado pelo professor Francisco Magalhães Gomes e assinado por vários engenheiros, formalizando sua oposição à Itabira Iron e citando as opiniões do professor Clodomiro de Oliveira e a "tradição da Escola de Minas e do Estado de Minas na defesa dos interesses nacionais". Propõe, finalmente, a criação de uma siderúrgica a carvão vegetal, objetivo que será alcançado em 1944, com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, resultante de acordo entre o presidente Vargas e os governos dos EUA e Inglaterra, como parte do esforço de guerra e a entrada do Brasil no conflito..

A polêmica com a Itabira Iron só termina em 11 de agosto de 1939, quando o presidente Getúlio Vargas decretou o encerramento de qualquer ajuste. Através do Decreto 1.507, reiterou a extinção do contrato assinado em 1920 com a Itabira Iron, ficando, assim, o governo brasileiro "completamente livre para procurar a solução dos dois problemas: a implantação da siderurgia nacional e a exportação do minério, a cargo de empresa brasileira". E, em 1942, determinou a desapropriação das jazidas e demais propriedades da empresa em Itabira, patrimônio incorporado à Companhia Vale do Rio Doce, então criada. O ato contou com o apoio dos ingleses em troca da participação brasileira no esforço pela guerra. A nova companhia incorporou também a Estrada de Ferro Vitória-Minas, essencial na atividade de transporte do minério. Na verdade, Getúlio Vargas já manifestara, em diversas ocasiões, com base em estudos realizados pela Comissão Siderúrgica Nacional, surgida nos anos iniciais da década de 1930, que era questão estratégica para o Brasil a substituição de importações de aços pesados, entre outros produtos especiais da indústria siderúrgica de que o País não dispunha. Todos os estudos indicavam que o Brasil necessitava de uma grande usina, a coque, empreendimento de grande vulto que o capital privado isoladamente não suportaria. Através do Decreto-Lei 3.002, de 30 de janeiro de 1941, Getúlio autorizou a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), ficando a cargo do Tesouro Nacional gerenciar a integralização do capital da sociedade.

Ao mesmo tempo, em meio ao cenário da Segunda Guerra Mundial, Vargas conduziu hábil negociação com os Estados Unidos e a Inglaterra tendo em vista a participação brasileira nos conflitos e no apoio econômico e industrial ao esforço de guerra. O Export-Import Bank havia concedido financiamento para iniciar a siderúrgica, em Volta Redonda, localização definida pela Comissão Siderúrgica Nacional, e que gerou discussão e protestos de Minas Gerais e São Paulo. Minas, detentora das maiores jazidas do minério, sentiu-se preterida. Hoje, a CSN explora jazida de minério de ferro em Congonhas, com problemas ambientais, próximo ao Morro do Maranhão, onde se encontra a Basílica de Bom Jesus de Matosinhos e o conjunto escultórico dos profetas esculpidos por Aleijadinho, patrimônio Cultural da Humanidade. O argumento básico, que prevaleceu, é que a usina deveria instalar-se em local próximo ao mar, facilitando a exportação. Em 1945, a usina já se achava em fase preliminar de operação, para em abril de 1946 iniciar sua produção.

A entrada da CSN no mercado provocou uma explosão de iniciativas nos diversos ramos do setor metalúrgico, com investimentos em vários Estados brasileiros. A criação da Cosipa, em 1953, foi uma reação dos paulistas à localização da CSN em Volta Redonda. Afirmavam ser inconcebível que o maior parque industrial brasileiro não contasse com uma siderúrgica. Idêntica reação tiveram os círculos empresariais mineiros, que defenderam a localização da CSN em Lafaiete, próxima das jazidas de minério, região servida pela então Estrada de Ferro Central do Brasil.

Com apoio do governador Juscelino Kubitschek, então candidato à Presidência da República, fortaleceu-se o movimento pela criação de uma nova siderúrgica em Minas. Em 1956, Minas Gerais recebeu uma missão empresarial japonesa, tornando-se claro o interesse do Japão em investir no Estado. Definidos os interesses, de São Paulo e de Minas Gerais, com apoio do governo federal, criaram-se as condições para o surgimento da Usiminas, o que se efetivará a 25 de abril de 1956, quando foi constituída. A Cosipa, em São Paulo, e a Usiminas, em Minas, resultaram, portanto, de um acordo político conduzido com franco apoio do governo federal, que apaziguava os dois Estados insatisfeitos com a localização da CSN. Pelo acordo, a Cosipa receberia o minério de ferro através da Vale do Rio Doce, usando o transporte marítimo de Vitória até o Porto de Santos. A Usiminas contou com 40% de capital japonês e recursos públicos brasileiros do Banco do Brasil e inicia sua operação em 1962, produzindo chapas de aço, especialmente para a indústria automobilística que se desenvolvia no País. Privatizada em 1997, é gerida por um conselho de administração que representa seu capital compartilhado por várias organizações empresariais.

Em 2011, adquire o controle acionário da Usiminas, a Nippon Steel, japonesa, e o grupo Ternium/Technint, de capitais italianos e argentinos. A Cosipa, privatizada em 1993, na reorganização do seu capital, em 2005, passou a ser uma subsidiária da Usiminas, que adquiriu parte do seu capital. Com diferentes contribuições, podem ser citados como seus fundadores da Usiminas Amaro Lanari Júnior, Gil Guatimozim, José de Lima Barcelos, Gabriel Janot Pacheco, Demerval Pimenta, Lídio Lunardi, João Ewerton Quadros, Silvio Barbosa, Athos Lemos Rache, Sebastião de Sant'Anna e Silva, Osvaldo Fortini e os japoneses Kaname Suzuki e Teizo Horikoshi, que chefiaram as primeiras missões dos japoneses na fase de negociação e início da construção. Na montagem e

gestão da Usiminas predominaram os engenheiros formados pela Escola de Minas de Ouro Preto, com destaque para o engenheiro Rinaldo Campos Soares, presidente a partir de 1990 e por 15 anos, período de grande expansão da empresa em várias subsidiárias.

Percival Farquhar, em 1942, com o dinheiro recebido com a desapropriação da Itabira Iron, associou-se a dois engenheiros de minas, Amintas Jacques de Morais e Athos de Lemos Rache, para fundar a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia, nome inicial da Acesita, hoje Companhia de Aços Especiais Itabira, localizada em Timóteo, no Vale do Aço, próximo a Coronel Fabriciano, Ipatinga, Nova Era e Itabira, onde estão grandes jazidas de minérios de ferro. Destina-se à produção de aços inoxidáveis e siliciosos. Em 1952, após vários financiamentos, o Banco do Brasil assumiu o controle da Acesita. Em 1992, a empresa foi privatizada, sendo adquirida por vários sócios. Em 1998, seu controle acionário passou à Usinor, empresa francesa produtora de aços especiais. A Usinor, em fevereiro de 2002, fundiu-se com o grupo Arcelor, da Espanha, e o grupo Arbed, de Luxemburgo. O novo grupo, Arcelor, se associará ao conglomerado indiano Mittal Steel Companhy, passando a formar a ArcelorMittal, a que pertence hoje à Acesita.

Em agosto de 1954, Getúlio Vargas preside em Belo Horizonte a inauguração da Companhia Siderúrgica Mannesmann, empreendimento de tradicional empresa alemã de Duesserldorf, destinada a fabricar tubos sem costura e barras metálicas. As conversações para instalação da usina tiveram a participação de Rômulo de Almeida, Glycon de Paiva e do general Edmundo de Macedo Soares e Silva, com amplo apoio do então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek. Sua unidade industrial instalou-se no Barreiro e o minério de ferro vem de Brumadinho, na região Metropolitana de Belo Horizonte. Em 2007 associou-se ao grupo francês Vallourec e denomina-se Vallourec & Mannesmann Tubes. Em 2007, implanta nova unidade em Jeceaba, localizada na região do Campo das Vertentes, em associação com a Sumitomo Metals, que iniciou sua operação em 2010.

A reduzida industrialização mineira, o baixo aproveitamento do rico subsolo em ocorrências minerais, além do minério de ferro, e o perfil de economia exportadora de produtos primários, foram apontados pelo Plano de Recuperação Econômica, elaborado no Governo de Milton Campos (1946 a 1950), sob coordenação do engenheiro Américo Renée Gianetti, formado pela Escola de Minas de Ouro Preto em 1923. O Plano é considerado o primeiro documento público de planejamento econômico global do Estado, com visão realista e caráter técnico. Sucessor de Milton Campos, Juscelino Kubistchek se beneficiará do Plano e tomará várias iniciativas em favor do crescimento e da emancipação econômica de Minas, sendo exemplo maior a criação da Cemig, em 1952, marco histórico do início da industrialização mineira.

Nas décadas de 1950 e 1960 ocorreram várias manifestações nacionalistas, de defesa da riqueza mineral de Minas Gerais. Em 1959, alunos da Escola de Minas criaram a Sociedade de Intercâmbio Cultural e Estudos Geológicos que, no seu primeiro seminário de estudos, ao debater as questões relativas ao minério de ferro e manganês, publicou protesto contra a presença e ações da Hanna Mining no Estado, empresa norte-americana que adquirira jazidas e extensas terras da Saint John Del-Rey Mining Company no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais (Belo Horizonte, Nova Lima e Itabirito), e que realizava exportação sem qualquer investimento transformador, sem preocupação social, ambiental ou qualquer outra retribuição.

Para fugir das críticas, a Hanna, de triste memória, envolveu-se na corrupção de políticos e de órgãos de imprensa. Destas denúncias, aliadas a outros protestos, surgiu a campanha "Minério não dá duas safras", frase atribuída ao governador Arthur Bernardes.

A Açominas, implantada em Ouro Branco em 1986, constituída inicialmente com capitais públicos, fruto de campanha das classes empresariais mineiras, hoje pertencente ao Grupo Gerdau, resulta de amplo movimento das entidades das classes empresariais mineiras defensoras da implantação de uma usina siderúrgica integrada, para aços planos e não planos. A Gerdau possui hoje duas siderurgias menores, em Barão de Cocais e Divinópolis, com mineração. A Construtora Mendes Júnior implantou em Juiz de Fora uma siderúrgica. Em Araxá, a Vale Fertilizantes, sucessora da Bunges e da Arafértil, explora a apatita, componente de fertilizantes. Em Tapira, a Vale explora ocorrências de "terras raras". E em Patrocínio implanta usina para aproveitamento de matérias primas para fertilizantes. A Vale, a CBMM, a estatal mineira Codemig e outras empresas, inclusive estrangeiras, tem manifestado especial interesse pelas ocorrências de minerais classificados como "terras raras" na região, junto com o grafeno, outro mineral que se prenuncia de grande valor e para os quais já surge demanda internacional, ampliada pela grande evolução da indústria eletroeletrônica e de telecomunicações. Será uma nova riqueza de Minas Gerais que, segundo as primeiras explorações, possui ocorrências em quantidades econômicas. No norte mineiro, em Araçuaí, expande-se a mineração de lítio, outro mineral de grande valor.

Já citado por sua atuação na área mineral, merece nova menção empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes, engenheiro, paulista, nascido em 1906, figura exaltada por uns como empreendedor, mas criticada por outros por suas negociações internacionais, sobretudo com grupos e capitais norte-americanos dos quais foi sócio e representante no Brasil. Antunes criou em 1942 a Icomi (Indústria e Comércio de Minérios), que iniciou a exploração do Pico de Itabirito e várias outras jazidas próximas. Estas jazidas hoje pertencem à Vale, que expandiu a mineração e a exportação como também implantou usina de pelotização, otimizando o transporte por mineroduto conectado à infraestrutura ferroviária da região, constituída pela interligação realizada pela Ferrovia do Aço com a antiga Estrada de Ferro Dom Pedro II, cujos trechos principais, de Miguel Burnier a São João del-Rei e ao Rio de Janeiro e ao Espírito Santo, haviam sido implantados no século XIX. A Ferrovia do Aço, uma iniciativa dos governos militares, inconclusa nos trechos finais, acabou sendo adquirida e concluída pela Vale.

Em 1949 o Grupo Antunes criou a Caemi (Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração), que ampliou sua atividade no Estado. Em 1974, obtendo licença exploratória para a MBR (Minerações Brasileiras Reunidas), resultado da junção de suas reservas, representadas por várias jazidas na região de Itabirito e Nova Lima, iniciou a exploração da Serra do Curral. Associou-se à Hanna Mining, que havia adquirido nos anos finais da década de 1950 as extensas terras da S. John Del Rey Mining Co., proprietária da Mina de Morro Velho em Nova Lima. Na época, a Hanna dividiu-se em duas empresas, a Mineração Morro Velho S/A, dedicada à extração de ouro, e a Mineração Novalimense, ficando esta com as grandes extensões de terras que alcançavam de Nova Lima a Itabirito, com muitas reservas de minério de ferro. Poderoso grupo internacional norte-americano, possuidor de estaleiros, navios, bancos e minerações em vários países, a Hanna mantinha 49% das ações da MBR e era grande exportadora de minério de ferro para os Estados Unidos.

A Hanna, que recebeu críticas e contestações por sua atuação, passou o controle específico da mina de ouro Morro Velho, de Nova Lima, aos empresários brasileiros Walther Moreira Sales, Horácio de Carvalho e Fernando de Souza Mello Viana, mantendo-se minoritária no empreendimento. Em 1975, Morro Velho é vendida à Anglo American Corporation, em 1980 ao Banco Bozano Simonsen e, em 1999, ao Grupo AngloGold, hoje associada à Ashanti-Goldfields, que explora minas de ouro em Santa Bárbara, Barão de Cocais e Nova Lima.

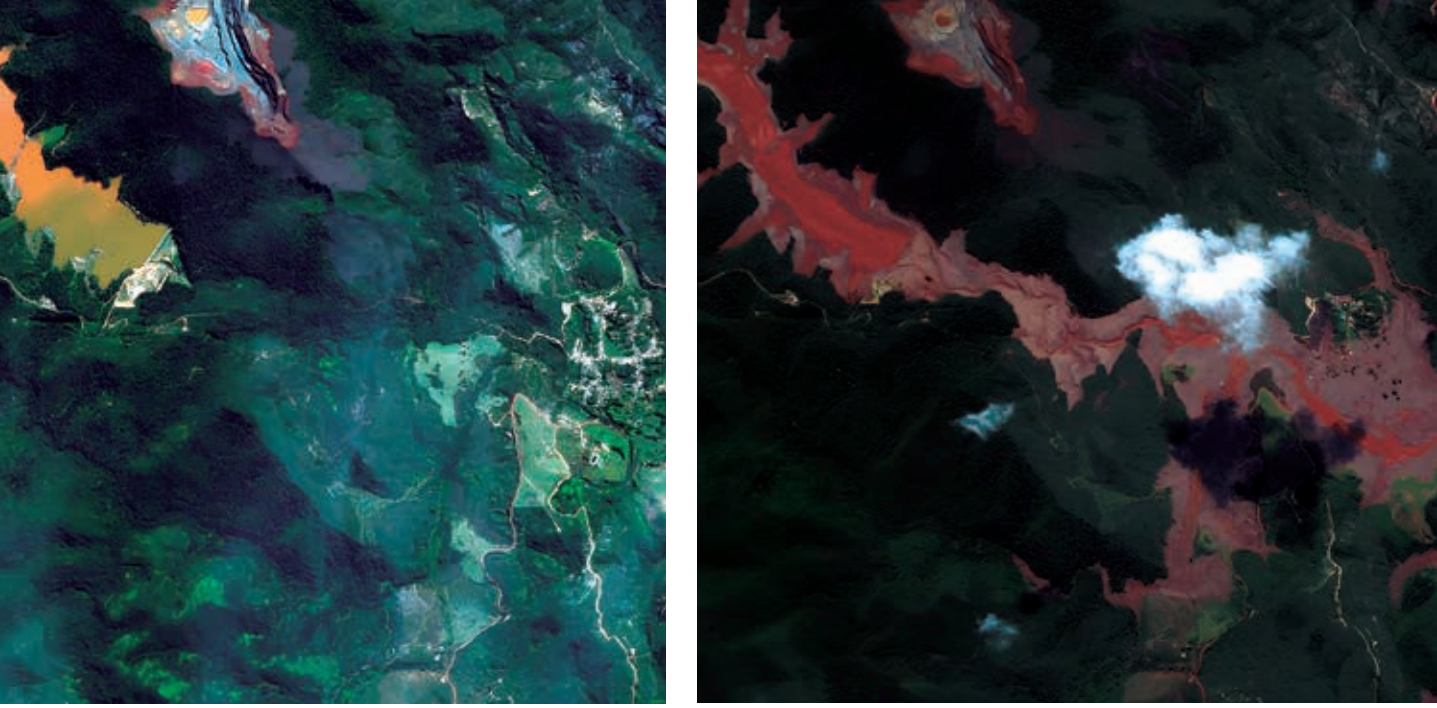
A MBR, sob a orientação de Antunes e decisivo assessoramento do engenheiro Eliezer Batista, com larga experiência internacional na área de mineração e sua comercialização no mundo, abriu a exportação para o mercado japonês, contrariando interesses da Hanna. Com reputação negativa em Minas Gerais, criticada e objeto de denúncias e da reação nacionalista de vários setores do Estado, a Hanna se tornou, nas décadas de 1950 a 1960, o exemplo da exploração capitalista norte-americana das riquezas minerais do Estado, sem a devida retribuição econômica e social. Dizia-se que a remuneração deixada pela retirada do minério era irrisória, ficando o Estado apenas com os buracos e terras estéreis, além de a atividade gerar poucos impostos e empregos de má qualidade. Trata-se ainda de atividade transitória, ou seja, existente apenas enquanto a jazida for produtiva. Na época, a legislação de proteção ambiental era praticamente inexistente.

Entre 2008 e 2015, foram realizados em Minas vultosos investimentos na mineração, segundo dados da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, e não só em minério de ferro, mas também em ouro, que voltara a ter preços competitivos no mercado internacional, mas também bauxita, potássio, fosfato, silício, terras raras, rochas ornamentais e vários agregados para a construção civil, especialmente mármores e granitos, areia e brita. Mas é o próprio José Mendo que afirma que "a nova fronteira mineral demanda também uma nova fronteira para o desenvolvimento sustentável", ao referir-se aos impactos ambientais e sociais (jornal O Tempo, pág. 8, edição de 4 de dezembro de 2001).

A verdade é que o "boom" mineral requer, com urgência, definições do Governo do Estado e da sociedade quanto à prioridade entre as questões ambiental, urbana e socioeconômica, e a mineração, naturalmente predatória.

Um componente novo nesta realidade, cujas consequências ainda estão se consumando, é a venda e desnacionalização das grandes siderúrgicas mineiras, como a Usiminas, a Belgo-Mineira, a Acesita, a Açominas, a Mendes Júnior e outras de menor porte. Na mineração, a BHP Billiton, a Rio Tinto, a AngloGold, a Anglo American, a Ferrous. Grupos chineses manifestam interesse em investir no Estado. A Vale, que teve sua origem em Minas, em Itabira, hoje pertence ao Banco Bradesco e a fundos de pensão e acionistas, e concentra investimentos no Pará, em Carajás, que já produz e exporta 50% da produção da empresa. Ao mesmo tempo, o Governo de Minas já não tem participação na formação destas novas composições empresariais, com pouco poder quanto à formulação de políticas públicas para o setor mineral, a não ser na fase de licenciamento ambiental, ainda sob seu controle mas flexibilizado face às pressões econômicas e políticas.

Uma grande demanda internacional de minério de ferro ocorre nas décadas de 1940 a 1950, aumentando novamente o interesse dos capitais internacionais sobre o Quadrilátero Ferrífero. Novamente o conhecimento da geologia da região, propiciado pela Escola de Minas, favorecerá as decisões de investimento.



Area de Bento Rodrigues antes e depois da tragédia/desastre ambiental.
Fonte Icmbio. Foto de satélite

A Vale é proprietária, em regime acionário, da quase totalidade da logística de transporte ferroviário de Minas, das regiões de mineração aos portos de exportação de Minas, Rio e São Paulo. Em junho de 1996, com a extinção da Rede Ferroviária Nacional, que passou o sistema ferroviários brasileiro aos capitais privados, a Vale ganhou concessões de todos os trechos da chamada malha ferroviária do Corredor Centro-Leste. E constituiu a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), pertencente à holding VLI, que opera 7.200 km de ferrovias, passando por 300 municípios e realizando as ligações de Minas Gerais com o Espírito Santo e Rio de Janeiro. Constituiu também, em 1996, com outros acionistas, especialmente siderúrgicas, a MRS Logística, junto com a CSN, Usiminas e Gerdau, que opera 1.600 km de ferrovias da Região Centro-Sudeste de Minas, com ligações da Região Metropolitana de Belo Horizonte com Rio e São Paulo.

E opera, também por concessão, a "Vitória a Minas", única linha de passageiros, de Belo Horizonte a Vitória, no Espírito Santo, que pertencera, desde a primeira década do Século XX, aos capitais ingleses que mineravam em Itabira e que integrou a Vale, criada em 1942. E pequenos trechos turísticos, como os de Ouro Preto a Mariana e Tiradentes a São João del-Rei. A logística de transporte do minério de ferro extraído em Minas está hoje, em sua quase totalidade, controlada pela Vale, que transporta também outros produtos do parque industrial e da produção agropecuária mineira. Em 2019 a Assembleia Legislativa aprovou relatório de uma Comissão Pró-Ferrovias propondo o retorno da "Linha Mineira", que ligava Belo Horizonte ao Rio, com o trem de passageiros "Vera Cruz", como também a linha, em parte inaugurada por Dom Pedro II em 1889, que saia de Belo Horizonte, passava por General Carneiro (Sabará), Rio Acima, Itabirito, Miguel Burnier, Rodrigo Silva, Ouro Preto e Mariana. E que teria evidente valor turístico e de transporte de cargas, em razão da presença de indústrias e mineradoras na região,



Brumadinho antes e depois satélite; area do centro administrativo e area da barragem pos tragedia.
Fonte Icmbio. Foto de satélite

em região de muitos atrativos turísticos. A Vale recursou também, em 2019, proposta de retorno de linha de Belo Horizonte a Brumadinho, que beneficiaria a recuperação econômica da região e o turismo para o Museu Inhotim. A Vale detém as concessões destes trechos e vem declarando a inviabilidade de seu retorno. A questão permanece em discussão e, em novembro de 2020, o governo federal anuncia que irá rever concessões, abrindo oportunidade para grupos privados interessados.

Uma associação igualitária entre a Vale e a empresa anglo-australiana BHP Billiton, as duas maiores mineradoras do mundo, explora o minério de ferro nas regiões de Mariana, Santa Rita Durão, Catas Altas e Ouro Preto. As duas empresas adquiriram a Samarco Mineração, criada em 1977 com a absorção da Samitri (Mineração da Trindade), que pertencia à Companhia Siderúrgica Belgo Mineira. A Samarco explora as imensas jazidas da região, concentradas em duas unidades operacionais da Mina do Germano, em que realiza a extração e o beneficiamento do minério e três concentradoras e onde estava a barragem de rejeitos do Fundão. Em 2015, produziu 24,9 milhões de toneladas, 97% em pelotas e 3% em finos de minério. Era a 12ª maior exportadora do Brasil, com mercados nas Américas, Ásia, Europa. A região é servida por ramal ferroviário, a partir do embarcadouro de Timpobeba, pertencente à Vale, que liga a região ao município de Anchieta, no Espírito Santo. Ao lado do porto de Ubu, com instalações marítimas adequadas à exportação, encontram-se quatro usinas de "pelotização" do minério enviado para lá através de quatro minerodutos, com 400 km de extensão, atravessando 26 municípios e que, juntos, são os maiores do mundo. Gerava 6 mil empregos, entre diretos e indiretos. A operação da Samarco foi paralisada em novembro de 2015, quando ocorreu o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão. A empresa retornou atividades parcialmente, cerca de 26% da sua produção anterior, no segundo semestre de 2020 , prevendo aumento gradativo em 2021.



Ponte ferroviaria atingida no desastre do rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho, em 2019. Fonte: www.icmbio.com.br

Relatório da Samarco aponta um lucro de R$ 13,5 bilhões, em 2014, tendo repassado para Mariana R$ 37,7 milhões a título da CFEM (Contribuição Financeira pela Exploração Mineral), estipulado em 2% do faturamento líquido. No final de 2017, a alíquota passou a 3,5% do faturamento bruto por lei federal aprovada pelo Congresso Nacional, reivindicação antiga dos municípios mineradores, que arcam com vários problemas com a atividade e que, afinal, são também os possuidores desta riqueza mineral.

Em menos de uma década, Minas Gerais dobrou as reservas conhecidas de minério de ferro de 30 para 60 bilhões de toneladas. É o que afirma o consultor em mineração e fundador do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), José Mendo Mizael de Souza, em entrevista à imprensa em dezembro de 2011. Para ele, a valorização das "commodities" minerais no mercado internacional, o grande avanço na tecnologia de exploração e beneficiamento, com ganhos de escala e redução de custos, e as pesquisas geológicas realizadas nos últimos anos, ampliaram extraordinariamente as fronteiras minerais do Estado, muito além do Quadrilátero Ferrífero, descrito por Gonzaga de Campos no início do século passado. Com a produção de "pelletz"e a implantação de minerodutos, ampliou-se a exploração de minérios de menor qualidade em minas mais distantes e fora do "Quadrilátero Ferrífero".

Entre 2008 e 2015, foram realizados em Minas vultosos investimentos na mineração, segundo dados da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, e não só em minério de ferro, mas também em ouro, que voltara a ter preços competitivos no mercado internacional, mas também bauxita, potássio, fosfato, silício, terras raras, rochas ornamentais e vários agregados para a construção civil, especialmente mármores e granitos, areia e brita. Mas é o próprio José Mendo que afirma que "a nova fronteira mineral demanda também uma nova fronteira para o desenvolvimento sustentável", ao referir-se aos impactos ambientais e sociais (jornal O Tempo, pág. 8, edição de 4 de dezembro de 2001).



Antigo distrito de Bento Rodrigues em Mariana, atingido no desastre do rompimento da barragem da Samarco, em 2015. Fonte: www.icmbio.com.br

A grande demanda internacional pelo minério de ferro e por produtos siderúrgicos acarreta várias mudanças no setor mineral mineiro. E um componente novo nesta realidade é a desnacionalização das grandes siderúrgicas mineiras, como a Usiminas, a Belgo-Mineira, a Acesita, a Açominas, a Mendes Júnior e outras de menor porte. Na mineração, a BHP Billiton, a Rio Tinto, a AngloGold, a Anglo American, a Ferrous, estão ampliando investimentos no Estado. A Vale, que teve sua origem em Minas, em Itabira, hoje pertence ao Banco Bradesco e a fundos de pensão e milhares de acionistas, e realiza investimentos no Pará, em Carajás, que já exporta 50% da produção da empresa. No Pará, com menos problemas ambientais e 3.000 quilômetros mais próximo da China e do Japão, conferem a Carajás melhor condição competitiva. Ao mesmo tempo, o Governo de Minas já não tem participação na formação destas novas composições empresariais, com pouco poder quanto à formulação de políticas públicas para o setor mineral, a não ser na fase de licenciamento ambiental.

Merece destaque a aquisição, feita pela Vale, em operação concluída no final de 2019, da mineradora Ferrous Resourses, que já operava em Minas desde 2007 e que atua também na Bahia. Com a aquisição a Vale assume o controle das minas Viga, em Congonhas, Esperança em Brumadinho, e Santana em Itatiaiuçu. A empresa prevê investimentos em minerodutos e porto de exportação no Espírito Santo e já se torna uma das maiores mineradoras de Minas Gerais.

Em 2008, instala-se em Minas Gerais, para explorar as jazidas de minério de ferro de Conceição do Mato Dentro, a AngloAmerican, um conglomerado britânico que atua no campo da mineração na África, onde começou em 1917, e ainda na Ásia, Europa, EUA, América do Sul e Austrália. Veio para o Brasil em 1973, em Goiás. Seu campo de atuação compreende um vasto conjunto de minerais. Sua produção em Conceição é de

26,5 milhões de toneladas/ano de minério de ferro, transportadas por mineroduto, a água, de 529 quilômetros, até o porto de São João da Barra, no Estado do Rio. As jazidas de Conceição, conhecidas há muitos anos, não foram exploradas por se distanciamento do litoral e falta de logística de transporte.

Minas Gerais não recebe o ICMS pela exportação de minérios, extinto pela Lei Kandir mas arca, junto com os municípios mineradores, com imensas responsabilidades na provisão de infraestrutura de educação, saúde, rodovias, saneamento, habitação nas cidades submetidas ao impacto da mineração. A Lei Kandir, de 1996, para incentivar a exportação, retirou o imposto estadual sobre exportações e Minas perdeu, em 20 anos, cerca de R$ 200 bilhões, segundo a Secretaria da Fazenda do Estado. Maior estado brasileiro explorador de minérios, tinha nesta atividade fonte importante de receita pública. A partir de 2020 o governo federal vem repassando, a título de ressarcimento da Lei Kandir, recursos bem inferiores aos demandados.

As mineradoras, nos nossos dias, lutam por obter licenças para operar ou ampliar explorações em jazidas na Serra da Piedade, na Serra da Canastra, Serra da Gandarela, Serra da Moeda, Serra de Congonhas, Serra do Brigadeiro, Conceição do Mato Dentro, Morro do Pilar, região de Itabirito, Matosinhos, Nova Lima, Ouro Preto e no Norte de Minas, em avanço que conflita com a questão ambiental em várias regiões. É justo dizer que o ouro pelo menos nos deixou, no século XVIII, as cidades históricas e um rico acervo artístico e cultural, enquanto o minério de ferro vem nos deixando terras estéreis e barragens perigosas.

Uma consequência da acelerada exploração mineral são as grandes barragens de rejeitos, que constituem hoje uma ameaça a várias populações próximas de grandes minerações. E tornam críticas a convivência e a própria expansão da mineração em Minas Gerais. O rompimento da barragem de rejeitos da Mina do Fundão, em Mariana, da Samarco, empresa mantida pela Vale e pela australiana BHP Billigton, ocorrida a 15 de novembro de 2015, matou 19 pessoas, atingiu 39 municípios e destruiu completamente os distritos de Bento Rodrigues e Paracatu, danificando várias outras comunidades. A lama, estimada em 40 milhões de metros cúbicos, composta por areia e barro, percorreu 600 quilômetros do Rio Doce, chegando até ao Oceano Atlântico. O desastre é considerado a maior catástrofe ambiental do Brasil e um dos maiores do mundo. Desde então, a Vale e a BHP Billiton, através de organização especialmente criada, a Renova, realiza ações de reparação de danos ambientais, indenização de atingidos, reconstrução de comunidades atingidas. O retorno da Samarco está anunciado para 2021.

A 25 de janeiro de 2019, ocorre em Brumadinho novo rompimento, de consequências também graves, na mineração do Córrego do Feijão, também da Vale, uma das mais antigas de Minas Gerais. O rompimento matou 275 pessoas e destruiu moradias e edificações ao longo da inundação, atingindo o Rio Paraopeba, que abastecia várias populações, inclusive a área metropolitana de Belo Horizonte. A Vale, a exemplo de Mariana, continua realizando investimentos de reparação à população atingida e na recuperação ambiental, arcando com pesadas multas e processos judiciais que responsabilizam seus funcionários e diretores. Os desastres de Mariana e Brumadinho indicam fortemente a necessidade de a mineração, e não só de ferro, realizar mudanças nas suas barragens de rejeitos como também em intervenções e convivência com populações próximas e o meio ambiente.

Em Minas, existem cerca de 80 barragens de rejeitos, entre em operação e desativadas, de diversos minérios, algumas com riscos de rompimento e sob constante vigilância e observação, realizando intervenções de descomissionamento e na segurança. Em Gongonhas está uma das maiores barragens, com rejeitos da CSA, que provoca constante sobressaltos à população próxima. Na região de Ouro Preto, Mariana e Barão de Cocais existem várias barragens sob vigilância da Vale, que já realizou a retirada de moradores nas regiões próximas. Em Paracatu, está uma grande barragem de rejeitos da antiga mineração de ouro. Em 9 de setembro de 2019, o IBRAM (Instituto Brasileiro de Mineração), após discussão e avaliações de todo o setor, divulgou "Carta Compromisso da Mineração", documento que reconhece a necessidade urgente e imperiosa, após os desastres de Mariana e Brumadinho, de rever a gestão de resíduos, reduzir ameaças, adotar projetos de inovação e novas tecnologias na segurança de barragens e geração de rejeitos.

Desde então, na busca de recuperação de uma melhor reputação para a mineração e implantar maior segurança humana e ambiental na atividade, o IBRAM tem feito seminários abordando os diversos aspectos da mineração, inclusive quanto o apoio aos municípios mineradores na adoção de programas de substituição da atividade e o emprego útil dos recursos recebidos da Cefem (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais). Com o royalty elevado a 3,5%, sobre a receita bruta, os municípios mineradores dobram suas receitas mas não investem em atividades substitutas da mineração, que é finita, ou seja, as minas se esgotam.

Os desastres de Mariana e Brumadinho mantém-se na memória, sentimentos e expectativas dos mineiros quanto a medidas de salvaguardas para evitar novas ocorrências mas também quanto à evolução da mineração, vocação de Minas Gerais e que gera riquezas econômicas e sociais essenciais ao mundo contemporâneo. Municípios, entidades ambientais, entidades da sociedade civil, demandam novas tecnologias na formação e contenção de barragens, gestão de resíduos, melhoria de licenciamentos ambientais, um maior compromisso das mineradoras quanto ao encerramento das minas e recuperação de áreas degradadas, maior investimento nos municípios mineradores. Mas também amplia-se a consciência de que a mineração, riqueza maior do Estado, poderia ter contribuído mais, no passado e no presente, para que o Estado alcance um estágio superior de desenvolvimento. Hoje, a mineração é 60% das exportações mineiras. Só a vale já alcançou 407 milhões de toneladas em 2017, incluindo a produção de Mina Gerais e de Carajás, no Pará. Em 2020 reduziu para cerca de 320 milhões, em decorrência dos desastres de Mariana e Brumadinho e a diminuição de atividades dependentes de barragens perigosas. A exportação de minério de ferro, com 62% de ferro, encerrou 2020 valendo US$ 160 a tonelada, em razão da retração da produção internacional gerada pela pandemia. A China absorve cerca de 70% da exportação mineira. A exportação mineral representa pouco mais de 10% do PIB estadual e gera 100 mil empregos diretos e 150 mil indiretos (IBRAM/2020). Minas explora 182 minerais, o que revela a imensa diversidade mineral do seu subsolo. Mas o presidente do IBRAM, Wilson Blumer, afirmou em 2020 que o potencial mineiro é muito maior, faltando novas pesquisas geológicas que descubram novas jazidas de minério de ferro e outros minerais.



12

Polêmicas históricas

Muitos fatos que distinguem e conformam a História Mineira, em alguns fundamentos básicos, conceitos e vultos humanos, merecem ser lembrados criticamente, quando procuramos traçar uma retrospectiva dos três séculos da criação da Capitania. Esta leitura retrospectiva, embora necessária e própria dos embates históricos, mas também questionáveis, se faz necessária pela própria evolução da historiografia contemporânea, muito fértil nos últimos anos e que, além de qualquer compromisso apologético ou caráter impressionista, permite releituras importantes. A proliferação dos cursos de História, as teses acadêmicas e a informática revolucionam a pesquisa nos últimos anos. E, em meio às polêmicas, traz novos fatos, versões e interpretações, com metodologia e abrangência interdisciplinares, com ênfase na História Social. Mas incorpora informações e interpretações como, também, desfaz enganos, reduz exaltações, nativismos e ufanismos extremados.

Esta evolução da historiografia mineiriana, que já se chamou de releitura "desconstrutivista", em vários aspectos, contribui para ampliar conhecimentos de episódios e personagens consagrados da História de Minas, retratados à luz de diferentes motivações e critérios em suas respectivas épocas. E vai além da História das Mentalidades e nutre-se, enriquecedoramente, das leituras chamadas multidisciplinares ou transversais.

Trata-se, enfim, de releitura polêmica de temas básicos da história mineira, levantados e sustentados por autores de reconhecido currículo e competência, a merece leitura. Três ícones de Minas, alvos ilustres de revisionismo histórico, merecem atenção maior como exemplos pedagógicos: o conceito de Mineiridade, síntese do caráter regional atribuído aos mineiros, motivo de discussão e divergências, Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, artista maior do Século XVIII mineiro e seu esplendor cultural, e o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, líder e mártir da Inconfidência Mineira e suas aspirações de Independência e República.

O conceito de mineiridade, por exemplo, transforma-se e já se torna difícil classificá-lo por padrões de pensamento e de condutas reconhecidas, colhidos pela leitura tradicional dos que descreveram o caráter e a personalidade dos mineiros. Trabalhos mais recentes vão afirmando, com elaboração histórica e sociológica contemporâneas, é que a personalidade dos nascidos em Minas, e que se chamou de mineiridade, decorre do "imaginário ilustrado" de algumas elites intelectuais que fizeram mais ensaios do que obra de história. Esta é a tese básica de "Mitologia da mineiridade" (Brasiliense/1989, de Maria Arminda do Nascimento Arruda, tese de doutorado em Sociologia na USP, obra indispensável para quem desejar se aprofundar na questão de um discutido caráter regional do mineiro.

A autora faz, com objetividade, fundamentada em análises e pesquisas de fontes variadas, a radiografia da sociedade que se forma em Minas, logo nos primeiros momentos do século XVIII, com a colonização abrupta, aventureira e inquieta, causada pela busca do ouro. E vai às "fontes dos mitos", na tentativa de estabelecer "as conexões entre as falas por eles emitidas e a história de onde são originárias", para afirmar que foram os fatores e contingências de uma realidade histórica que incentivaram um forte e cultivado "memorialismo mineiro", operado por uma espécie de "sacralização das lembranças da terra". Os bandeirantes foram descritos como heróis e seus feitos como verdadeiras epopeias. De fato, a história da ocupação territorial do interior brasileiro, que começou pioneiramente pela região das minas em busca do ouro e pedras preciosas, foi verdadeira aventura, tarefa de ousadia e coragem, realizadas por homens fortes, aventureiros e determinados. Os primeiros historiadores mineiros realizaram a "glorificação do passado", mas coube aos ensaístas e literatos, com visão idílica destes tempos, a tarefa maior de "codificadores" da mineiridade e os muitos "enleios" que romantizaram seus feitos. E os políticos, a partir do século XIX, explorando traços de uma personalidade muito própria da sociedade que se criou nas "Minas do Ouro" e, posteriormente, na "Minas agropastoril", teriam sido os grandes emissários dessa visão, que a literatura regional adotou como atributo marcante e diferencial. Lembra Arminda que os primeiros historiadores de Minas eram homens públicos, políticos, eruditos mas sem maiores recursos de acesso a fontes e também sem maior preocupação pela pesquisa documental.

Como já sobejamente descrito, serão os modernistas paulistas, liderados por Mário de Andrade, na ânsia de descobrir uma cultura autenticamente brasileira, que vão desencadear, após a Semana de Arte Moderna de 22, uma "nova onda" exaltativa de Minas Gerais. Nas visitas a Minas, descobrem que o século XVIII nos legou as chamadas cidades históricas, especialmente Ouro Preto, Mariana, São João del-Rei, Tiradentes, Sabará, Congonhas, Diamantina e Serro, onde ocorreram surtos artísticos excepcionais, que produziram, em diversos campos da criatividade humana, acervos extraordinários, com características estéticas próprias. De Minas, do seu século XVIII, saíram as bases para a criação da cultura patrimonialista brasileira, representada pela então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criada em 1937, a partir de texto propositivo elaborado por Mário de Andrade sobre a imprescindibilidade e urgência de proteção da cultura brasileira. Das pesquisas e estudos da SPHAN, na busca de uma criatividade artística singular, saíram Aleijadinho e muitos outros nomes, surgiu o Barroco Colonial Mineiro e a exaltação de um surto que alcançou os vários ramos da criatividade artística. É farta a literatura que exalta o surto artístico e cultural mineiro dos primeiros tempos, produto de uma celebração nacionalista que faltava ao Brasil, ainda preso aos cânones europeus. Minas viveu e aliou então aventura, pioneirismo, história, arte, autonomismo estético, irredentismo libertário e vocação política, em um "caldo de cultura" que gerou muitos "mitos e sonhos", alimentados em grande parte pelo SPHAN, na sua tarefa de descobrir, com a visão modernista, a "cultura autenticamente brasileira", voltando grande parte de sua atenção para a "Minas setecentista".

Após lembrar que a mineiridade não tem sido tema privilegiado pela reflexão acadêmica, Maria Arminda enfatiza a importância de "acompanhar os seus desdobramentos" e, o que é tarefa que a atualidade mineira ainda mais requer, "vislumbrar a sua possível ruptura". O tema é rico, se feitas as extrapolações naturais nessa discussão que Minas precisa ter. A mineiridade é atributo que determinou procedimentos e padrões de conduta. Escapismos, meros ranços de elites conservadoras e saudosistas, mistificação geradora do ato de conciliar para permanecer e evitar rupturas e avanços, enfim, a que isto terá servido? Acabou? As dificuldades da Minas advêm do "caráter regional" que a mineiridade forjou? Minas conciliou e evitou rupturas, mas ficou para trás, fazendo política enquanto São Paulo fazia economia? Nos anos finais do Segundo Império e até na República, até 1920, Minas perdeu população e pouco avançou na economia. A pesquisa acadêmica começou a avançar em tais questões antes quase que intocáveis até porque representaria "desencantar" os próprios mineiros, sempre tão ciosos de sua "mineiridade", vista como característica positiva, pela sabedoria e esperteza, equilíbrio, ponderação, perspicácia, capacidade de unir e muito mais. Mas, também, fonte de traço conservador, reacionário, introspectivo, pouco afeito a mudanças, mais próximo da esperteza e do oportunismo, a que melhor cabe o adjetivo mineirice, entre outros já bastante descritos por muitos que se dedicaram a esse tema, na verdade muito apreciado por quase todos os escritores mineiros.

Maria Arminda vê "a História como a verdadeira atribuidora de significados aos mitos". História e imaginário popular encontram em Minas um memorialismo glorificador. Obra como "Memória do Distrito Diamantino", publicada em 1868 por Joaquim Felício

dos Santos, sublinha a autora, é importante como registro documental e até conceitual do século XVIII, mas é, também, o exemplo mais ilustrativo desse memorialismo. Não se questiona os feitos e o caráter dos mineiros de então, e seus singulares perfis humanos, mas a obra é claramente laudatória e estimuladora de uma suposta realidade mágica nem sempre próxima das verdades chocantes, ou seja, aquelas dos homens como são, com suas fraquezas e vícios. Não há como negar, nessa mesma linha de raciocínio, que obras como "Voz de Minas", de Alceu Amoroso Lima, ou "Mineiridade", de Sylvio de Vasconcellos, ou ainda "Vila Rica do Pilar", de Fritz Teixeira de Salles, ensaios eruditos e brilhantes, elaborados com visões muito próprias dos autores, são defensoras de um caráter próprio do mineiro mas que hoje se chocam com o que a sociologia com base na História Social contemporânea e mesmo a moderna historiografia, vão revendo e reescrevendo.

A moldagem do caráter regional e de uma "identidade mineira" contribuíram para a formação do mito. Diz a autora que "a mineiridade adquire certa dimensão épica por apoiar-se no imaginário tecido pela realidade". O gênero memorialístico tem na sua natureza épica algo inerente. O que ocorre em Minas é, "de um lado, todo um passado suscitador de devaneio e provedor de seiva alimentadora do imaginário; de outro, um tempo histórico titubeante para promover transformações, rupturas e projetos integradores", o que acaba por ensejar "a possibilidade de cristalização do passado, que vai sendo miticamente incorporado". O passado, os primeiros tempos de conquista e aventura, foram melhores do que os atuais, massificados, sem heróis, diz a voz popular.

Os historiadores ufanistas leram com olhos condescendentes o relato dos viajantes do século XVIII, conforme chama a atenção Maria Arminda, que vê neles fonte de muitos mitos. Quase todos falam da ruína econômica, da falta de agricultura, e de comércio e indústria organizados, embora relatem a presença de pessoas de melhor educação, ao lado da boa conversa e da boa mesa em Minas Gerais. Mas, em geral, nos escritos de Mawe, Saint-Hilaire, Luccok, Spix e Martius, Pohl, Gardner ou Burton, entre muitos outros, estão as radiografias de "uma gigantesca ruína, sobretudo humana, pela penúria" da condição econômica e social em razão da dificuldade de promover a substituição da mineração aurífera por outras atividades. A substituição pela agropecuária, pela ocupação de terras mais férteis, sobretudo nos anos finais do século XVIII, será lenta e muitas são as dificuldades para sua plena expansão e efetiva capacidade de promover riquezas amplas.

Já em 1780, o governador Dom Rodrigo de Menezes, ao propor medidas para soerguer Minas, que se achava "em grave desorganização econômica", falava que a espécie de monocultura de que até então vivera, o ouro e o diamante, estava em exaustão, com a "Colônia afundada em dívidas e a população na miséria". Este é o quadro, hoje bastante conhecido, em que se encontrava Minas em 1789, caldo de cultura para a insatisfação inconfidente contra um colonialismo atrasado e explorador e causa imediata da conspiração contra o governo português, entre inepto e opressivo.

Os mineiros serão os primeiros a codificar a aspiração de uma nação livre e soberana, mas a frustração da Inconfidência vai lhes custar caro. A Inconfidência passou a ser um trauma. Nasce daí, mesclada na dinâmica sociológica que fermenta realidade e mito, a exaltação dos mineiros como libertários, arrojados, conspiradores políticos. "Utopia

prudente de poetas e do clero", diz a autora para logo situar a Inconfidência como ponto central a partir do qual grande parte da "tradição de Minas é inventada". A conspiração tem todos os ingredientes para potencializar o imaginário dos ensaístas, como o perfil singular dos homens, poetas, padres, militares, comerciantes, em meio à ambiência setecentista de Minas, a crise da exaustão das minas, o pensamento iluminista que chega na Capitania: "Em suma, a identidade de Minas nasceu de uma derrota e daí o seu caráter vitorioso, permitindo aos mineiros cultivar a sua própria permanência no desenlace da vida. Dom Quixote, similarmente, buscou no ocaso de um estilo de vida a identidade cavalheiresca". E só assim se firma ou "passa a ser entendida no plano da significação imaginária".

Surgem, diz Maria Arminda, do trauma da Inconfidência, por força da natureza de seus condicionantes sociológicos, estimulados pelo meio e a realidade histórica, alguns traços que vão plasmando o imaginário da mineiridade. Alguns deles, entre outros, que a autora identifica com raízes nos primeiros tempos da colonização e no tipo de sociedade que se forma, e que a repressão à rebeldia fortaleceria, são a moderação, o equilíbrio, a ponderação da realidade, como também o irredentismo: "A liberdade permanece como ideal exatamente quando é vencida". Ou ainda "o mineiro-quixote será mais prudente ao avançar sobre os moinhos de vento", pois "cavalgam agora em busca de alvos certeiros". A vocação libertária e o pragmatismo político são ritos que daí surgem. O mineiro passou a falar no pé do ouvido, a conversar por inferência, pelas entrelinhas, em rodas menores, desconfiado.

São muitos os traços da mineiridade, todos calcados na excepcionalidade do meio, na sociedade ímpar que se formou, nas dificuldades de sua formação econômica e urbana, tudo isso compondo uma organização social sempre em transição, tensa, conflitiva, barroca pelo estilo de vida e visão do mundo. A decadência das minas, a derrota da Inconfidência, a dificuldade de tirar da terra o sustento agrícola, sua condição topográfica íngreme e agreste sugerem o tempero do bom senso "aos projetos ensandecidos", quixotescos. "Elabora-se por isso um estado de equilíbrio, de perene suspensão, vivenciador da atemporalidade característica das construções místicas". E mais: "O equilíbrio remete à integração sem mudança enquanto o movimento navega no mar das contradições". Pratica-se, portanto, a conciliação, acomoda-se, fala-se com cuidado e nas entrelinhas, heranças sociológicas do século XVIII, que se incorporam à mineiridade, como conduta ostensiva.

A cobiça pelo ouro gera o ímpeto de achá-lo, mas também o medo de perdê-lo. É sempre uma aventura, a exigir arrojo, coragem e desenvoltura, mas com certa discrição, pois não convém propagar o veio. Assim foi sendo tecido o imaginário, com ligações intercorrentes, analógicas e conceituais que permeiam o mito e a realidade: "Quando políticos, os mineiros sempre temperaram o entusiasmo romântico — tão necessário para se vislumbrar e tentar alguma coisa nesse imenso país ainda tão mal alinhavado — com ponderação realista". Por isso, avança a autora, os mineiros "tornaram-se elementos de equilíbrio indispensáveis ao governo central" e a eles "conferiu-se uma missão que não é apenas preservativa e conservadora. É reformadora".

Será no meio cultural que existem outras fontes que vão formando o "enleio do imaginário". As montanhas e a condição mediterrânea de Minas são exemplos ilustrativos. Sua centralidade geográfica, por exemplo, suas muitas fronteiras, "o obriga a reelaborar

as contradições das quais é alvo". A construção mítica, tema que a autora dedica um capítulo, é particularmente rica e interessante aos olhos do pesquisador que busca decifrar o caráter regional e apontar o quanto o imaginário ampliou e fez virar rito, entre os que mantiveram o gosto pela história e o cultivo da tradição.

Cultura e política são dois campos privilegiados para a propagação de mitos. Explica-se o gosto maior dos mineiros pela memória, pela vivência da política e a literatura, que "são os grandes instrumentos de repetição e perpetuação do imaginário". Os políticos, os memorialistas, os literatos exprimem esse profundo apego ao imaginário mineiro. E deles deriva, afinal, o carrear ilustrativo do mito. "E assim, como Quixote e Sancho, simbolizando a decadência do estilo cavalheiresco", as elites mineiras "foram permanentemente perseguidas pelo espectro da decadência, que ocorreu com o declínio da mineração", a partir das décadas finais do século XVIII. E com a evolução de São Paulo. Em uma verdadeira diáspora, gerações sucessivas de mineiros exilaram-se. Mudaram para o Rio e são Paulo. Mas sempre constituíram uma espécie de "confraria mineira", que "nutria-se do passado", forma de exaltar sua origem, aplacar o sentimento negativo do deslocamento social.

Basta ver vidas e obras de Carlos Drummond, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Pedro Nava, Cyro dos Anjos, Afonso Arinos de Melo Franco, Murilo Mendes e toda uma geração de intelectuais, escritores, artistas, jornalistas. E mesmo Guimarães Rosa, que andou pelo mundo como diplomata, nos difíceis anos da Segunda Guerra Mundial. E, em anos mais recentes, grande número de escritores, jornalistas, artistas, professores e pensadores, que se mudaram para o Rio ou São Paulo, como Paulo Mendes Campos, Hélio Pellegrino, Fernando Sabino, Otto Lara Resende, Sábato Magaldi, Antônio Olinto, o historiador José Murilo de Carvalho, o médico Ivo Pitanguy, o bailarino Klauss Vianna, o escritor Affonso Romano de Sant´Anna, os irmãos jornalistas Moacir Japiassu e Celso Japiassu, o jornalista e publicitário José Alberto da Fonseca, o crítico Frederico Morais, o sociólogo Betinho (Herbert de Souza), o cineasta Neville d´Almeida, os jornalistas José Aparecido de Oliveira, Fernando Morais, Murilo Felisberto, Mauro Santayana, Jacques do Prado Brandão, Humberto Werneck, Ivan Ângelo, Fernando Gabeira, Fernando Mitre, Nirlando Beirão, os cartunistas Ziraldo e Henfil, o filósofo e jornalista Adauto Novaes, Antônio Telles, Wilson Figueiredo, Carmo Chagas, José Maria Myrink, os escritores Frei Betto, o crítico Fábio Lucas, Maurício Gomes Leite, Flávio Vieira Pinto e muitos outros. A este êxodo de mineiros se chamou de "diáspora mineira".

"A mineiridade, em ampla medida, confeccionou a solidariedade do grupo, revigorando-a para enfrentar as adversidades de um ambiente amplamente desconhecido." No Rio, mas sem nunca esquecer sua Itabira e a alma mineira, Drummond apelava: "Espírito de Minas me visita, e sobre a confusão desta cidade, onde voz e buzina se confundem, lança teu claro raio ordenador. Conserva em mim ao menos a metade do que fui de nascença e a vida esgarça: não quero ser um móvel num imóvel, quero firme e discreto o meu amor, meu gesto seja sempre natural, mesmo brusco ou pesado, e só me punja a saudade da pátria imaginária".

Significativas são conversas dos próprios modernistas mineiros, nos bares da Rua da Bahia, sobre a Belo Horizonte de "ruas largas", mas "sem graça", e "mansamente provinciana", com a imensa maioria dos moradores, quase todos funcionários públicos, recordando tristemente suas terras natais, de onde vieram com a mudança da capital. Nos

meios artísticos, é tema comum acusar-se como causa da fuga para o Rio ou São Paulo o fato de não existir na jovem capital mineira mídia impressa ou eletrônica com alcance nacional, capaz, portanto, de levar ideias, nomes, produções culturais, formar reputações além das fronteiras de Minas, em dimensão nacional. Profissionais da propaganda sempre reclamaram da mesma questão.

Falava-se, "mineiro não acredita em mineiro", ou dizia-se que escassa era a solidariedade entre os mineiros, traço próprio da cultura regional. "Mineiro só é solidário no câncer", conforme a frase de Otto Lara Resende. E prevalecia a frase lamentativa: "Minas exporta mineiros e minérios". E sempre surgia o exemplo, triste, muito triste, do poeta Alphonsus de Guimaraens, de imenso talento, melancólico entre os cinamomos de Conceição do Mato Dentro, onde foi juiz de Direito, e os sinos das velhas igrejas de Mariana, solitário, ébrio nos últimos anos. Seus versos transitavam entre o amor e a morte, cumprindo seu "exílio terrestre", no dizer de Augusto Frederico Schmidt, ao falar na inauguração do mausoléu do poeta, na Igreja de Santana, em tocante cerimônia, dignamente construído por Juscelino, em dezembro de 1953, que retirou seus restos de cova rasa da Igreja do Rosário e lhes deu sepultadora mais digna.

Alphonsus só foi retirado da sua solidão pela visita de Mário de Andrade, em Mariana, em julho de 1919: "Em Mariana, a católica, fui encontrá-lo na escuridade da sua casa de trabalho, sozinho e grande. E foi uma hora de inesquecível sensação a que vivi com ele. Na tristura cinza do aposento, pude dizer-lhe pausadamente, em calma, as lindas coisas que eu sentia sobre a sua arte desacompanhada e incompreendida". Após a publicação de artigo de Mário, outros poetas, como Bilac e Oswald de Andrade, deram conhecimento ao Brasil da existência do "artista esquecido em Mariana". Mas "Poesias", em livro exclusivo, só saiu em 1938, por iniciativa do ministro da Educação, Gustavo Capanema, edição organizada por Manuel Bandeira e com nota biográfica de João Alphonsus. Oswald de Andrade,, quando o poeta morreu, em 1921, traduzindo o pensamento dos modernistas, escreveu no seu "Manifesto antropofágico", em que criticava a Academia Brasileira de Letras, que nunca se lembrou do simbolista mineiro no seu exílio: "Aphonsus de Guimaraens valia sem dúvida todos os poetas juntos da Academia Brasileira. Faleceu em Mariana, pobremente, onde vivia fazendo há vinte anos os melhores versos do seu país". Do poeta e seu drama ficou, na memória popular, o soneto de Andersen Braga Horta: "Pobre Alphonsus – clamavas – pobre Alphonsus. Mas um coro de arcanjos te seguia, como o avesso de luz dos teus responsos".

Afinal, salienta Maria Arminda, Minas é um delicioso enigma, de muitos paradoxos, contradições, enleios e mistérios. Se virtudes ou não, se são mais mineirice do que mineiridade, o fato é que alguns traços distinguem os mineiros e são ainda, em muitos lugares, a graça de Minas, embora em outros tenham sido também a Minas-fictícia, na verdade ainda pobre, que viveu longo período despreparada para um novo tempo. Graça e desgraça, portanto. É claro que a redução da distância entre mito e realidade é essencial a planos e projetos realistas e menos ingênuos, que visam à atualização, que se deve fazer sem prejuízos das tradições. Vai nascendo, sem dúvida, uma nova Minas, com certeza bem-vinda, mas que nos deixa, às vezes, dúbios entre achar que tanto é injustificável a pobreza degradante quanto a modernização sem alma, ambas fatores de desagregação e desintegração da memória. Mas é preciso reconhecer que a historiografia avança, reconstrói e, com visões novas, estimula evoluções.

O tema é abordado em várias obras. Algumas, publicações importantes, contestam o ufanismo inconsequente e vão expondo uma realidade que nem sempre é a pioneiramente revelada. Enquadram-se, nessa linha, obras como "A devassa da devassa", de Kenneth Maxwell, mais antiga e imprescindível no conhecimento da Inconfidência de 1789, ou os "Desclassificados do Ciclo do Ouro – A pobreza mineira do século XVIII", de Laura de Mello e Souza, no qual desmistifica o proclamado "esplendor" de Vila Rica ou a fantasiosa riqueza do século XVIII mineiro. Muitos outros trabalhos já se juntam a essa linha, inclusive no campo das monografias acadêmicas, em extrapolações correlatas, como "O paradoxo mineiro: fortalecimento econômico e enfraquecimento político", de Clélio Campolina, ou "As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia", de Otávio Dulci.

Para alguns, o expoente maior dessa corrente é o historiador mineiro José Murilo de Carvalho, autor de vasta obra, sempre preocupado com os processos sociais que vão criando "mitologias e simbologias", conforme as necessidades de determinados períodos da construção da nacionalidade, o que é uma experiência mundial, própria do ser humano. Importante e fecunda é sua contribuição. Três textos, relativos a Minas Gerais, dois bem recentes, ilustram bem a renovação histórica que domina sua obra: "Escola de Minas de Ouro Preto – o peso da glória", de 1978, no qual descreve com objetividade e verdade os fatores da decadência da escola, entre os quais o fenômeno do nepotismo; "A formação das almas – o imaginário da República no Brasil", de 2005, em que trata com absoluto realismo vários temas e episódios do tempo da formação do pensamento republicano no Brasil, especialmente o estímulo ao "imaginário popular", incentivado pelos próprios republicanos, entre eles o de Tiradentes, que emprestou seu "rosto" e sua vida como ícones de uma pátria progressista e livre do velho regime imperial, servindo como herói para a campanha republicana; e o capítulo "Ouro, terra e ferro – vozes de Minas", do livro "Minas e os fundamentos do Brasil moderno", de 2005, em que afirma que "não há uma voz de Minas, como queria Alceu Amoroso Lima. Em Minas, há muitas vozes, algumas dissonantes". Sua tese, a partir da qual realiza nova leitura de Minas, é que, "pela tonalidade, a voz do ouro era um vibrato fortíssimo, a da terra, baixa e pianíssima, a do ferro, forte ma non troppo. Grito, cochicho e conversa, combinados em arranjos variados, nem sempre harmônicos". Eis uma visão mais atual da "mineiridade".

O relato histórico deve trazer sempre uma fiel aproximação da realidade. Raramente algo acabado, sobretudo quanto a perfis humanos. Mesmo no que se julga estabelecido, é prudente a abertura que permita ir além das aparências, visões e mentalidades consagradas. É o que acontece com a Inconfidência Mineira e, especialmente, em vigor intenso, com a figura do alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. O tema mantém-se em permanente elaboração histórica após dois séculos, somados a partir da Vila Rica de 1789. Afinal, dizia Marguerite Yourcenar, "cada época escolhe seu passado". A obra recente de Lucas Figueiredo, "O Tiradentes – Uma biografia de Joaquim José da Silva Xavier, de 2018, amplia, repõe e revê informações sobre a vida do alferes, em trabalho meticuloso e essencial aos estudiosos.

O debate histórico é essencial à evolução do conhecimento. Entre os trabalhos de valor histórico, alguns exaltam, outros desconstroem. Dois deles, de origem acadêmica, ilustram bem essa discussão pela vertente da crítica e merecem comentários. Realidade, idealizações, sonhos e utopias são o que revelam, a mostrar que a obra de história é complexa e ideológica,





Livro A devassa da devassa. Fonte: www.amazon.com.br
Livro Desclassificados do Ouro. Fonte: www.submarino.com.br

atrelada a interesses, às vezes, circunstanciada, em outros casos. O primeiro é da professora paulista Maria Alice Milliet, historiadora da arte, com imenso e sólido currículo no campo das artes visuais. Sua tese, "Tiradentes: o corpo do herói", trata da formação, popularização e consagração da reputação de Tiradentes a partir dos movimentos republicanos que se ampliam no Brasil pelos meados do século XIX. É trabalho que transcende a área das artes plásticas e evolui para a seara da História. Tiradentes, na sua tese, seria produto da pregação republicana e, de modo especial, da "pintura de história" ou "estatuomania", a exemplo de países "em busca de afirmações nacionais", com muitos exemplos na Europa, na América Latina, em especial no século XIX, nas lutas de independência e de consolidação dos estados nacionais.

O segundo estudo é tese de doutoramento, também desenvolvida na USP, do historiador e professor mineiro da UFMG, João Pinto Furtado, "O manto de Penélope – História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788/89", de 2002, em que confronta a "visão mítica e heroica criada em torno de Tiradentes" com contornos mais humanos e realistas. E focaliza não só o alferes, mas outros inconfidentes, à luz da mentalidade, ideologia e instituições da época. Alega que seu objetivo é também "separar o real do que foi construído posteriormente". Ambas desnudam ou dessacralizam Tiradentes.

O texto de Milliet procura desnudar as origens da construção da fama do alferes Joaquim José da Silva Xavier. Está na linha, muito frequente, de parte da intelectualidade paulista, com raízes na USP, com visões críticas de valores e vultos de Minas, com especial foco na Inconfidência Mineira e em Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, de quem até já negaram a existência. E desqualificam até a qualidade da produção artística do chamado Barroco Mineiro. Quanto à Inconfidência, alega-se ser produto de divulgação dos mineiros e que teriam sido revelados e exaltados pela campanha republicana, no século XIX, pelo movimento modernista, na década de 20 do século XX, e pela ação da SPHAN, a partir

de 1937, criado pelo mineiro Gustavo Capanema e dirigido por mineiros, em especial Rodrigo Melo Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade, com o apoio dos modernistas paulistas. Sustentam que republicanos, modernistas e o SPHAN precisavam de heróis e artistas, revolucionários e criadores de cultura. E encontraram Minas.

Maria Alice Milliet começa afirmando que, "infame aos olhos da Coroa, menosprezado pelo Império, poderia ter permanecido no limbo da História não fosse a mudança do regime e a necessidade que os novos governos têm de legitimar-se". E prossegue: "Entre a representação e o real, qual a relação? Um exame das fontes que inspiraram a 'heroicização' do Tiradentes revelaria documentos manipulados desde a origem. A História da Inconfidência Mineira encobre muitos segredos". E assim inicia sua tese de que "a República fez dele um mito". A formação do mito, afirma a autora, começa antes, na própria cerimônia de execução, a 21 de abril de 1792, no Rio. Grandiosa e solene, para infundir temor, acaba despertando a paixão popular, penalizada com a figura do único condenado à morte entre os 23 inconfidentes sentenciados. Enforcado e esquartejado, salgado o terreno de sua casa em Ouro Preto, marcado com padrão de infâmia, condenado até a terceira geração. E indaga: "Por que o vestiram como santo? Não há criança brasileira que não conheça seu vulto fantasmático de camisolão branco e corda ao pescoço, a invocar indisfarçável semelhança com o Cristo". Aproveita-se a religiosidade do brasileiro. Estimula-se o carisma dos personagens trágicos. Para a autora, Tiradentes não é perdoado nem nesse episódio: "O Tiradentes enforcado era outro". E lembra Joaquim Norberto de Souza e Silva, primeiro historiador e crítico de Tiradentes: "Prenderam um patriota, executaram um frade". Religioso, aprofunda sua crença em três anos de cadeia, torna-se um beato, único meio de aplacar seu sofrimento e recriar esperanças.

Para a autora, "sobre o terreno fragmentado e movediço da história viceja o imaginário". E assim "...facilita a criação do herói ao sabor das necessidades do momento, dos interesses políticos, das motivações ideológicas". E, sintetizando: "A heroicização do Tiradentes sob a égide da República não é um acaso histórico nem simples expressão de patriotismo; antes, constitui criação objetiva que visa identificá-lo como Protomártir da Independência e da República, fazendo dele um dos pilares da nacionalidade". Tudo com a sanção oficial, como se pode ver com a decretação, em 1890, do feriado nacional de 21 de abril, "ato que abre a institucionalização do herói".

E diz que Tiradentes é lembrado e exaltado como mártir e herói, mas sobretudo como líder da luta pela Independência e pela República, somente quando estas doutrinas passam a ter representação política e expressão institucional já no Segundo Império. Enfim, "não fossem os partidários da República nunca teria deixado de ser apenas o bode expiatório da conspiração de 1789". Ou de "um homem feio e espantado", frase escapista de Alvarenga Peixoto nos "Autos de Devassa", conclui a autora.

Os clubes republicanos, os movimentos da sociedade civil, sempre à margem do conservadorismo oficial que dominava as instituições oficiais, como o próprio Instituto Histórico e Geográfico, passaram a fazer a construir uma nova imagem de Tiradentes. Falar de Tiradentes, em cerimônias oficiais, era um insulto ao imperador Dom Pedro II, afinal bisneto de d. Maria I. A Inconfidência parece ter sido um tema sempre difícil para a

elite cultural do Segundo Império. O Brasil era uma monarquia constitucional governada pela Casa de Bragança, contra a qual lutaram os inconfidentes que pregaram uma nação republicana no modelo americano. Não seria fácil exaltar Tiradentes e a Inconfidência sem condenar seus algozes e o regime vigente. No entanto, nos diversos braços do movimento republicano, são inúmeras as sessões de homenagem a Tiradentes e aos inconfidentes.

Com patrocínio oficial, a primeira grande manifestação de exaltação a Tiradentes só vai ocorrer a 21 de abril de 1890, um ano após a Proclamação. Realiza-se, como promoção do Clube Tiradentes, a grande marcha cívica pelo centro do Rio, repetindo o fúnebre trajeto de 1792. Para a autora, é o "ritual de passagem" que faltava. Tiradentes passou a encarnar a alma cívica e libertadora nacional. No seio do Exército, chegou-se a discutir se o herói nacional republicano deveria ser Tiradentes ou Benjamim Constant, Frei Caneca, Zumbi dos Palmares. Outros nomes foram examinados, como Deodoro da Fonseca, proclamador da República, ou Floriano Peixoto, Duque de Caxias ou os combatentes Osório e Tamandaré, heróis da Marinha brasileira. Mas nenhum possui a aura popular de Tiradentes nem seu trágico destino, entre outros ingredientes essenciais à alimentação do mito.

A iconografia do herói amplia o mito. Do erudito ao popular. Alcança o inconsciente coletivo. A autora lembra processos similares de formação de heróis, para despertar sentimentos patrióticos. Exemplo didático é a Revolução Francesa, de 1789, contemporânea da Inconfidência e sobre a qual a bibliografia é farta. Os revolucionários valeram-se dos ânimos exaltados e posições radicalizadas para difundir imagens, pinturas e bustos, de Voltaire, Rousseau e outros, levados às ruas de Paris em meio às marchas fúnebres de líderes como Mirabeau, Le Peletier, Marat ou Joubert. Na América Latina, os exemplos são incontáveis. Figuras humanas como Robespierre e Danton até hoje suscitam controvérsias.

Escolhidos didaticamente pela autora, são muitos os artistas que focalizam Tiradentes, desde os primeiros tempos, como José Wasth Rodrigues, Julius Kaudal, Antônia Vinhaes, Virgílio Cestari e sua estátua de bronze de 1894, Décio Villares e sua série chamada cristográfica, Pedro Américo e seu "Tiradentes esquartejado", Aurélio de Figueiredo e seu "Tiradentes no patíbulo", Almeida Reis e o busto para o Clube Republicano, as pinturas de Leopoldino de Faria, Eduardo de Sá, Rafael Falco, relativas à leitura da sentença e ao encontro com o carrasco, entre muitas outras de variadas épocas. Na escultura, é enorme a produção: a escultura de Francisco de Andrade, na Assembleia Legislativa do Rio, é o protótipo da sacralização. Ainda na pintura, a obra extensa de Antônio Parreiras, para o Conservatório de Música da UFMG, é modelar. Na modernidade, persiste o mito. Portinari com o painel "Tiradentes" e sua série de desenhos é o exemplo maior. Ou João Câmara e sua "Conjuração mineira". E Guignard, com seu "Sacrifício de Tiradentes". E, bem recente, o busto de Bruno Giorgi, amplamente reproduzido. O famoso concurso da Caixa Econômica Federal deixou obras de alguma importância na iconografia de Tiradentes, como as de Sigaud, Glauco Rodrigues, Newton Cavalcanti, Wellington, Poteiro, entre outros. No cinema e no teatro, muitos são os títulos sobre Tiradentes e os inconfidentes. A Casa da Moeda teve Tiradentes em várias cédulas. Os anônimos, ou de cunho popular, são dezenas. O Partido Comunista explorou a imagem, assim como movimentos militares de direita. Cada um interpreta e usa o alferes conforme sua ideologia. Em 1964, empresários conservadores mineiros, direitistas, preparando o golpe

contra João Goulart, com comprovado apoio da Embaixada dos EUA, se intitularam "Os novos inconfidentes". E, logo depois do golpe, já na resistência, um grupo de militantes de esquerda, organizando guerrilha, se denominou "Movimento Revolucionário Tiradentes".

Ao final, para sustentar que a construção do mito prossegue, a autora cita dois episódios nos quais "os mineiros exaltam seu passado". O Panteão da Pátria, inaugurado a 7 de setembro de 1986, em Brasília, dedicado a Tancredo Neves, iniciativa do então governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, mineiro convicto: "De ponta a ponta o destaque é Tiradentes. Na penumbra, ou melhor, na quase escuridão de uma vasta sala, o painel de 21 metros sobre a Inconfidência surge como um filme em sala de cinema". E cita artigo do jornalista Cláudio Abramo, na "Folha de S. Paulo": "O Panteão da Pátria recém-inaugurado em Brasília é um exemplo eloquente do imperialismo político-histórico de Minas Gerais sobre o resto dos brasileiros e especificamente sobre a estrutura administrativa e burocrática deste país". E lamenta que frei Caneca, "que pegou em armas", não tenha sequer uma sugestão de lembrança. Para a autora, "a promoção de heróis se faz agora com a participação de setores organizados da sociedade e o apoio governamental". E dá o exemplo final: a 7 de setembro de 1994, o presidente de Portugal, Mário Soares, ganha do Brasil busto de Tiradentes de Bruno Giorgi e, em retribuição, assina o "Ato de Reabilitação do Alferes Joaquim José da Silva Xavier perante a Pátria Portuguesa". Era embaixador em Portugal José Aparecido de Oliveira e, presidente da República, Itamar Franco, mineiros e cultores da História de Minas. Para Milliet, "são as duas últimas manifestações de vitalidade do mito do Tiradentes".

"O manto de Penélope — História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1789", é outro didático exemplo de releitura histórica. Penélope fazia, desfazia e refazia seu manto. E assim revivia seus votos nupciais com Ulisses. Com esta metáfora, o historiador e professor João Pinto Furtado alude à "permanente construção/desconstrução da historiografia da Inconfidência Mineira". O estudo contemporâneo da Inconfidência ainda se faz, segundo o autor, a partir de quatro matrizes formadoras: Joaquim Norberto de Souza (1873), Lúcio dos Santos (1922), Kenneth Maxwell (1973) e Márcio Jardim (1988). Acertos e erros vão se mantendo, mesmo com novas interpretações documentais. Outra matriz, documental, diz o autor, "são os Autos de devassa", que sofrem leituras diversas, mas que induzem, como vício maior, uma espécie de "lógica jurídica" na análise de fatos e homens, notoriamente incapaz de enxergar a diversidade de interesses e a complexidade dos homens e seus ambientes. Kafka, no seu O processo, bem mostrou o que é o reducionismo da Justiça".

Mesmo antes do movimento republicano, já nas décadas de 20 e 30 do século XIX, diz Furtado que já se exaltava a "Inconfidência Mineira como uma tentativa de libertação nacional", ou "como se tivesse constituído uma espécie de pré-Grito do Ipiranga". Sua primeira tese é que não havia uniformidade de objetivos, aspirações ou modos de pensar entre os inconfidentes, homens de diferentes estamentos, posições, fortunas e formação. O que os unia? A ideologia republicana/libertadora? Interesses econômicos? Habitantes de diferentes regiões da Colônia, que aspirações iguais teriam em face do regime colonial português? Leitura simples dos homens, suas vidas e atividades mostram claramente suas tremendas diferenças. E os padres? Os militares? Estudo recente revelou o Padre Rolim, do Serro, como um bandido, matador e contrabandista, aliás o único que opôs resistência real

à prisão, só ocorrida três meses depois. E amplia-se, cada vez mais, o vulto de José Álvares Maciel, mineralogista de Coimbra, que esteve em Londres e nos Estados Unidos, com claras ideias libertárias e formação econômica, apontado como verdadeiro líder da Inconfidência. Estudos focados em cada um dos inconfidentes têm, enfim, elucidado muita coisa. Em geral, têm despojado a visão romântica e irreal.

O autor diz que a vida e atuação de Joaquim José da Silva Xavier demanda muita pesquisa. Nascido em 1746, na Fazenda Pombal, propriedade da família, que não era "de poucas posses", como chegou-se a divulgar. Possuía 35 "datas" de exploração de ouro, tinha 35 escravos. Pelas mãos de um tio, apreendeu a tirar dentes e exerceu a atividade de tropeiro, o que exigia certo cabedal. Assim, aprendeu os caminhos de Minas e fez muitas relações. Tinha leitura, como mostram suas habilidades. Mas, ressalta, é preciso saber mais do que fez e por onde andada entre 1764 e 1775, quando ingressa na tropa paga. Em verdade, hoje a pesquisa histórica, em livros já citados, revelou suas andanças e missões, na divisa de Minas com o Rio, em Sete Lagoas, onde chefiou destacamento da Cavalaria destinado a vigiar a entrada do serão mineiro, como também em Berilo, no Norte de Minas, e no Rio de Janeiro, como em missões policiais em caminhos de Minas. Tinha residência na Rua São José, em Vila Rica, e possuía conhecimentos hidrológicos, como mostram as propostas feitas para Rio Maracanã, no Rio.

Furtado dedica páginas à análise do que seria, por volta de 1780, o conceito de nacionalismo ou de republicanismo e como poderiam ter alcançado Minas no seu contexto colonialista. Tiradentes, ao ser preso, como mostra o sequestro de seus bens, portava um livrinho com a "Declaração da Independência e as Leis constitutivas dos Estados Confederados da América Setentrional", obra de Jefferson e Benjamin Franklin, que hoje é exibido no Museu da Inconfidência. Traz os textos inaugurais da Independência americana. O iluminismo, expresso pelos enciclopedistas franceses, chegara a Minas, como atestam várias bibliotecas. E teria mesmo estado em Lisboa em 1787, como reivindica Isolde Branz, a partir de assinatura homônima no Livro de Portas palaciano?

É também João Pinto Furtado o autor do capítulo "A Inconfidência Mineira: um novo tempo ou reedição dos motins do Antigo Regime", do volume 2 da coletânea "História de Minas Gerais – As Minas Setecentistas". O próprio título já desqualifica o movimento de 1789, remetendo-o a simples motim, igualando-o a muitos outros, com diferentes motivos, épocas e regiões, ocorridos no território mineiro durante todo o século XVIII. Com declarado esforço e objetivo, realiza a tarefa de desconstruir o movimento e todos os seus participantes. Esmiúça a vida de todos, procurando seus vícios e situações de vida. O empenho na pesquisa até surpreende pelo detalhamento revelado pela pesquisa da vida dos personagens, suas origens, vidas, interesses. Para ele, não havia motivações nobres, ideológicas ou de espírito público, dentro do espectro político do século XVIII, mas interesses variados, imediatos e menores, negócios contrariados. E, dentre eles, o maior que era não pagar a "derrama", acumulada por anos de insuficiente produção de ouro. Mas também a grande insatisfação contra a opressão do governo da Capitania, que cerceava novos negócios e impunha taxações excessivas. A Inconfidência não passava, portanto, de uma mera revolta de natureza fiscal. De resto, meras conversas nas horas vagas de potentados, certamente alcançados pelas ideias libertárias em voga, mas sem ânimo real de realizar uma revolução armada libertadora.

E, em certo momento, nos adverte que "exigir de homens e mulheres do século XVIII certos padrões de coerência e comportamentos compatíveis com as expectativas do século XIX ou XX é sempre uma temeridade, compreensível quanto às 'urdiduras' da memória nacional no século XIX, mas incompatível com os horizontes da historiografia e prática profissional comprometida com a objetividade histórica em sua concepção contemporânea". E conclui que "o que quer que possa deslustrar os inconfidentes, seja do ponto de vista moral ou de sua existência material e cotidiana, com frequência é colocado em segundo plano, quando não ignorado ou citado em notas absolutamente secundárias".

Uma recente releitura, bastante controversa, relativa a um ícone de Minas, ocorreu em 2009, com a publicação de "Aleijadinho e o aeroplano – o paraíso barroco e a construção do herói colonial", da escritora ouro-pretana Guiomar de Grammont, tese de doutorado elaborada também junto à USP. Não precisamos ler o texto para conhecer o sentido da obra. Basta ler os dois prefaciadores, orientadores da tese, o professor Roger Chartier, do Collège de France, e o professor João Adolfo Hansen, professor emérito da USP, um reconhecido e respeitado intelectual e filólogo brasileiro. Para o primeiro, "com minúcia e sutileza, Guiomar de Grammont identifica as ilusões, os anacronismos e as intenções que transformaram em ícone da brasilidade uma vida sobre a qual se sabe tão pouco e uma obra de atribuições duvidosas". Para o segundo, a autora "discute a historicidade das noções de autoria, de autenticidade e de originalidade, correntes em discursos do mercado de arte, quando Aleijadinho é mercadoria e preço, e em textos da História da Arte, quando é tema e ideologia". Guiomar, com erudição e boa argumentação, decorrentes de leitura e pesquisa interpretativa intensas, realiza ampla revisão de vida e obra de Aleijadinho e vai propondo interpretações críticas que permitem identificar o surgimento, a formação e o desenvolvimento dos mitos em torno da sua incomum trajetória pessoal e profissional.

Argumenta que "Rodrigo Melo Franco de Andrade e uma equipe de pesquisadores do SPHAN vasculharam os arquivos de Minas em busca de provas documentais que pudessem dar consistência às informações contidas na primeira biografia do artífice, publicada em 1858, por Rodrigo Ferreira Bretas". Nascido em Cachoeira do Campo em 1814 e falecido em 1866, em Ouro Preto, Bretas foi professor de Filosofia e Retórica em Barbacena e Ouro Preto, promotor público, dirigiu colégios e foi deputado provincial por quatro legislaturas. Com a biografia de Aleijadinho ("Traços biográficos relativos ao finado Antônio Francisco Lisboa", publicada em dois artigos no Correio Oficial de Minas, em 1858), ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sua principal fonte é o relato elaborado pelo vereador de Mariana, José Joaquim da Silva e publicado em 1790, sob o título Registro de fatos notáveis da cidade de Mariana, obra desaparecida, em que Aleijadinho é citado, segundo Bretas. A autora esclarece: "Nosso trabalho não acrescenta novos documentos a esses que já existem: o que fazemos é apresentar uma leitura completamente diferente não apenas desses documentos, mas também dos discursos que sobre eles foram feitos".

É inconteste que passada a fase da visita dos viajantes estrangeiros, na primeira metade do século XIX, o acervo artístico mineiro do século anterior permaneceu em relativo esquecimento até que os modernistas paulistas, organizadores da Semana de Arte de 1922, voltam sua atenção para a velha Minas, realizando a "redescoberta" das cidades históricas,

por meio de viagens de conhecimento em 1919 e 1924. Mário de Andrade publicará em 1928 o artigo "Aleijadinho", que coloca o artista mineiro como expressão maior de uma arte autenticamente brasileira. Caberá ao SPHAN, criado em 1937, sob inspiração do movimento modernista — o relatório que orienta sua criação foi elaborado por Mário de Andrade, a pedido do ministro mineiro Gustavo Capanema, em 1936 — lançar-se ao campo na busca da confirmação de um acervo artístico incomum nas velhas cidades coloniais mineiras. Teria havido uma "recriação" histórica, notoriamente exaltativa, em que mitos, artistas e heróis, eram necessários.

Para a autora, "a idealização e a mitificação desse artífice, que começa a tomar forma cerca de cinquenta anos após a sua morte, tornaram-no pouco a pouco um herói nacional, tópica de diferentes programas de construção de ideias diversas sobre a identidade brasileira ao longo da historiografia do país". Assim, conforme as leis que governam a criação de mitos e heróis, "Aleijadinho é uma imagem que foi reinventada para adequar-se aos objetivos políticos de cada época". Nesta linha, afirma que, "de qualquer forma, procuramos mostrar que Antônio Francisco Lisboa, se existiu, foi apenas como um dos artífices que resultaram de uma convenção artística comum ao período colonial, à qual foram sendo acrescentadas outras preceptivas imitadas por artífices locais".

Na argumentação crítica, a primeira contestação é quanto à credibilidade do depoimento do biógrafo Bretas, já levantada no passado por outros analistas. "O artista teria existido ou não passa de uma invenção romanesca de Bretas?", indaga. O fato é que se trata de trabalho exaustivo de Guiomar, de notória e rica erudição, de pesquisa e análise histórica e sociológica, construído com rigor conceitual e boa formulação ideativa e argumentativa, sempre com esforço comparativo "entre o Aleijadinho de Bretas e o Aleijadinho real", passando por estudo de estilo e autoria, "originalidade versus emulação".

Sempre polêmico e declarado opositor do IPHAN, a partir de 1941 Augusto de Lima Júnior, reconhecido historiador mineiro, lança uma renhida campanha de negação da existência do Aleijadinho. Pouco mais tarde, evolui para a afirmação de que Antônio Francisco Lisboa foi artista menor e "não o genial mestre apontado pelos pesquisadores da DPHAN". Em 1942, lança o livro "*O Aleijadinho e a arte colonial*", sustentando que a maior parte das obras que lhe foi atribuída não podia ser de sua autoria e que a fonte citada por Bretas, ou seja, o "*Relatório*" do segundo vereador de Mariana, era falso. Lima aderia a Salomão de Vasconcelos, historiador marianense que, em 1939, publicara texto dizendo que existiram mais de um Antônio Francisco Lisboa. Os pesquisadores do Patrimônio, liderados por Rodrigo Melo Franco de Andrade, responderam com documentos, assinaturas, atas de irmandades, recibos de pagamento. O mesmo o fizeram historiadores como Zoroastro Vianna Passos, de Sabará, e Judith Martins, entre outros.

Em 1945 veio ao Brasil e esteve em Ouro Preto Germain Bazin, erudito em artes plásticas, diretor conservador do Louvre, de Paris. Viera visitar um irmão, mas encantou-se pela obra de Aleijadinho e em 1958 publicou, em Paris, "*A arquitetura religiosa barroca do Brasil*", livro divulgado no Brasil somente em 1963, por iniciativa e apoio financeiro de Assis Chateaubriand. E, em 1971, saiu no Brasil o livro "o Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil", tornando o artista internacionalmente conhecido, o que acirrou os

ânimos de Augusto de Lima e Salomão de Vasconcelos. Lima publicou artigo radical e demolidor em revista de amigos, sob o título "O mito de Aleijadinho na História de Minas Gerais". E, em 1963, em entrevista à revista "*O Cruzeiro*", repete todos os seus argumentos, com grande repercussão. Bazin contestou os argumentos de Lima, e a própria "*O Cruzeiro*", no mês seguinte, publicou artigos dos historiadores Vicente Racioppi, então presidente do Instituto Histórico de Ouro Preto, e de Orlandino de Seitas Fernandes, então diretor do Museu da Inconfidência, contestando amplamente a Augusto de Lima, que foi um constante crítico do IPHAN. Preterido na indicação para primeiro presidente do órgão, ocupado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, Lima passou a contestar a própria atuação do IPHAN. Lima, a pedido de Getúlio Vargas, promovera o repatriamento dos despojos dos inconfidentes que encontrou na África e influenciou a criação do Museu da Inconfidência. Os despojos foram entregues em Ouro Preto em 1938, com a presença de Vargas, quando se criou o Museu, só inaugurado em 1944, após as reformas da antiga Casa de Câmara e Cadeia.

Vemos, então, que a polêmica é antiga e envolveu estudos e controvérsias. Já não se contesta a existência de Aleijadinho e a discussão do valor de suas obras tornou-se meramente exercício acadêmico, de cunho impressionista. Identifica-se certo preconceito contra Minas e os mineiros, sua história, sua cultura e a indiscutível exaltação que promovem ao longo do tempo. Prossegue, adequadamente, a discussão em torno da autoria de algumas peças, em um mercado de arte em que são muito valiosas. O trabalho da professora Guiomar de Grammont é leitura importante para os estudiosos e especialistas e se inscreve na linha "desconstrutivista", como confessa a autora. De resto, é ela quem diz que "nossa abordagem orienta-se para demonstrar que Aleijadinho é um *constructo* dos discursos que repercutem na história. Nessa construção fizeram coincidir a figura do artífice Antônio Francisco Lisboa".

Epílogo

LER MINAS

Uma filosofia da mineiridade: a ancestralidade como futuro

I. A HISTÓRIA E SEU EXCEDENTE

O sentido que permanece

Ao fechar um livro de história, não se encerra o território que ele procurou narrar. Minas permanece aberta, anterior e posterior às páginas, maior do que os acontecimentos nelas reunidos. Continua nas cidades e nos caminhos, nas águas e nas rochas, nas casas, nos ofícios, nos ritos, nas palavras, nos silêncios e nas maneiras pelas quais seus habitantes reconhecem a si mesmos. Um livro pode ordenar o tempo, precisar datas, relacionar fatos e conferir inteligibilidade ao passado; não pode conter inteiramente uma terra formada por tantas durações, paisagens e experiências humanas.

Depois da extensa travessia histórica oferecida por este livro, não é necessário recomeçar a narrativa, mas perguntar pelo sentido que dela permanece. O que significa pertencer a um território cuja unidade foi construída entre diferenças, conflitos, deslocamentos e permanências? Que ideia de Minas pode nascer quando a precisão dos fatos encontra a experiência humana, e quando o passado deixa de ser apenas aquilo que aconteceu para tornar-se responsabilidade diante do presente?

Ler Minas, ao final, é reconhecer que nenhuma cronologia esgota o território. A história alcança sua maior densidade quando datas, instituições e fronteiras revelam as vidas que organizaram, os mundos que romperam e as formas de criação que tornaram possível continuar. A grandeza não apaga a ferida; a ferida não elimina a capacidade de transformar sofrimento, matéria e memória em comunidade, arte e pensamento.

É nesse território de memória, criação e disputa que se inscreve a obra de Mauro Guimarães Werkema. Ao longo da vida, ele fez de Minas não apenas objeto de estudo, mas compromisso intelectual. Jornalista, escritor e homem profundamente ligado à preservação do patrimônio e à vida cultural, compreendeu que uma sociedade precisa conhecer a própria história para não se tornar estrangeira em relação a si mesma.

Há um modo Werkema de ler Minas. Ele começa pelo respeito aos acontecimentos e aos lugares em que aconteceram. Datas, governos, conflitos, instituições, divisões territoriais, mudanças econômicas, caminhos, fronteiras e transformações políticas não aparecem em sua obra como simples sequência cronológica. Constituem a ossatura sobre a qual Minas adquiriu forma histórica.

Mauro organiza o tempo e o território. Acompanha a passagem dos arraiais às vilas, da Capitania à Província, da Província ao Estado; as alterações das fronteiras; a formação das estruturas administrativas; a criação das instituições; os deslocamentos das centralidades; as relações entre cidades, sertões, vales e Gerais. A precisão cronológica permite compreender o encadeamento dos fatos; a exatidão geográfica revela onde e em que condições eles produziram consequências.

Essa é uma das grandes riquezas deste livro. A geografia não funciona como cenário imóvel sobre o qual a história se desenrola. Participa dos próprios acontecimentos. Uma estrada aproxima territórios e modifica economias; uma fronteira reorganiza pertencimentos; a criação de uma vila institui autoridade e representação; a mudança da capital desloca centros de poder; um rio estabelece caminhos, alimenta comunidades e condiciona formas de ocupação. O espaço não recebe passivamente a história. Dá-lhe direção, resistência, escala e sentido.

É dessa dupla precisão — histórica e geográfica — que pode emergir uma filosofia da mineiridade.

A mineiridade não se forma acima dos lugares. Forma-se dentro deles. Nasce das relações entre distância e encontro, interior e centralidade, cidade e caminho, rio e povoamento, serra e sertão, fronteira e pertencimento. Cada região produz uma experiência singular de Minas. A unidade não elimina essas diferenças; constrói-se por meio delas.

Em História, arte e sonho na formação de Minas Gerais, Mauro aproximou o processo histórico da imaginação que o torna compreensível. Em Ouro Preto na história: protagonismos, paradigmas e revisões, retornou à cidade fundamental não para repeti-la como imagem consagrada, mas para interrogar as narrativas construídas a seu respeito. Em História e formação de Minas Gerais em 300 anos da Capitania, reuniu acontecimentos políticos, instituições, personagens e transformações territoriais numa interpretação ampla e cronologicamente organizada de uma sociedade que jamais coube numa única explicação.

Há, nessa trajetória, uma capacidade rara: construir a estrutura historiográfica sem empobrecer a vida que existe dentro dela; reconhecer a importância das instituições sem reduzir Minas às instituições; datar os fatos sem retirar deles sua dimensão humana; localizar os acontecimentos sem aprisionar os territórios numa cartografia imóvel. Mauro oferece a ossatura histórica e geográfica, mas permite que se percebam nela as cidades, as artes, os conflitos, os silêncios, as comunidades e as sucessivas formas de pertencimento.

Esta nova edição pertence a esse percurso. Um livro retorna porque sua pergunta ainda não terminou. Retorna porque Minas mudou, porque o presente formulou novas exigências e porque toda obra histórica viva aceita ser atravessada por outras vozes. A obra de Mauro ergue a arquitetura histórica sobre a qual esta reflexão final procura compreender Minas como experiência humana e civilizatória.

II. ARTE, LINGUAGEM E INTERIORIDADE

O território que cria

A arte oferece a passagem decisiva entre essa ossatura histórica e uma filosofia da mineiridade. Ela não chegou depois que Minas estava pronta: participou de sua formação. Nas igrejas, reuniu arquitetura, escultura, pintura, música, rito, trabalho e poder; nas cidades, transformou pedra, madeira, pigmento, som e percurso em experiência coletiva. Ao redor dos grandes nomes trabalharam mãos quase sempre anônimas, inclusive as de homens e mulheres escravizados. A obra reconhecida e o trabalho silenciado pertencem à mesma história.

É nessa transformação da matéria que Minas revela uma de suas forças mais persistentes: receber o mundo sem apenas reproduzi-lo. Repertórios trazidos de fora atravessaram caminhos, línguas, crenças, técnicas e materiais; ao chegarem, já haviam mudado. A originalidade mineira não nasceu do isolamento. Nasceu da tradução.

Entre o Barroco, o moderno e o contemporâneo não há sucessão pacífica nem continuidade de estilo. Há rupturas, reaparecimentos e uma insistência: a obra nunca é somente objeto; é relação entre matéria, território, corpo, memória e futuro. Em Minas, projetar e criar raramente significam começar do zero. Significam entrar numa conversa iniciada antes de nós e decidir o que pode ser transformado sem destruir a continuidade.

A literatura transformou território em linguagem. De Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga a Henriqueta Lisboa, Murilo Rubião, Cyro dos Anjos, Fernando Sabino, Otto Lara Resende e Conceição Evaristo, Minas produziu vozes que ajudaram o Brasil a compreender-se.

Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade e Adélia Prado oferecem três forças fundamentais para pensar a mineiridade: a travessia, a memória e o cuidado.

Em Rosa, o sertão deixa de ser margem vazia ou atraso geográfico. Torna-se linguagem, conflito, pensamento e abertura. O particular alcança o universal sem abandonar o lugar de onde fala. O interior não precisa deixar de ser interior para produzir arte, filosofia ou ciência. O centro não é apenas uma localização. É o lugar de onde uma sociedade se sente autorizada a interpretar o mundo.

O interior que se faz centro não procura inverter a hierarquia para dominar outros territórios. Recusa a ideia de que alguns lugares nasceram para pensar e outros para receber o que já foi pensado. Quando uma comunidade formula uma ética da terra, quando uma cozinheira transforma experiência em conhecimento, quando um mestre transmite um ofício, quando uma cidade aparentemente distante produz arte capaz de alcançar o mundo, centro e periferia deixam de ser destinos fixos.

Em Drummond, essa abertura carrega uma fratura. Itabira permanece dentro daquele que partiu, não como paisagem intacta, mas como matéria da consciência. O ferro atravessa a cidade, a economia, o corpo e a memória. A modernidade retira a matéria da montanha e a coloca em circulação; a poesia pergunta o que permanece no lugar.

A pedra drummondiana concentra o paradoxo mineral da história mineira. O minério ergue cidades, estradas, indústrias e fortunas, mas sua retirada transforma irreversivelmente o território. Depois de Mariana e Brumadinho, Minas já não pode pensar o mineral apenas pela linguagem da riqueza. À antiga pergunta — a quem pertence o valor retirado da terra? — acrescentou-se outra: que território permanecerá depois da retirada?

Para os Krenak, o Watu não é recurso exterior à comunidade. É presença, parente e dimensão da própria existência coletiva. Um rio pode continuar no mapa e deixar de existir como ambiente vivo. Uma serra pode conservar o nome depois de removida. Há perdas que nenhum cálculo recompõe integralmente.

Ler Minas é aprender a ler o limite. Nem tudo o que a técnica permite deve ser realizado. Nem todo território apresentado como vazio está desocupado de sentidos. Nem toda riqueza disponível precisa ser imediatamente convertida em mercadoria. A modernidade ensinou a dominar, medir e acelerar. O futuro exigirá também a capacidade de conter, reparar, proteger e renunciar.

Se Drummond transforma a matéria em consciência, Adélia Prado reconduz a consciência à vida comum. Sua poesia encontra o extraordinário na casa, na cozinha, no corpo, na família, na fé, no desejo e nos gestos aparentemente menores. O sagrado não precisa abandonar o mundo para existir. Manifesta-se na matéria tocada, no alimento preparado, na palavra, no silêncio e no amor reconhecido sem espetáculo.

Adélia permite compreender que a cultura não se sustenta apenas nos monumentos e nos acontecimentos públicos. Permanece porque alguém abre a igreja, prepara a festa, ensina a receita, guarda a imagem, cultiva o quintal, transmite uma oração, organiza um arquivo, costura uma roupa e conta novamente uma história.

Grande parte desse trabalho foi historicamente desempenhada por mulheres sem que sua autoria fosse reconhecida. A história monumental registrou governantes, proprietários, artistas e autoridades; a continuidade cotidiana dependeu frequentemente de trabalhos femininos tratados como naturais e, por isso, invisibilizados.

Quando o cuidado é reconhecido como produção cultural, a casa deixa de ser espaço passivo; a cozinha torna-se conhecimento; a devoção, organização comunitária; a oralidade, arquivo; a cerâmica, linguagem. O cuidado deixa de ser obrigação silenciosa atribuída às mulheres e passa a ser responsabilidade política de toda a sociedade.

Conceição Evaristo amplia esses caminhos ao converter memória, corpo, experiência negra e vida urbana em escrita. Sua escrevivência não acrescenta apenas personagens a uma narrativa já pronta. Modifica o lugar de onde a história é narrada e, por isso, transforma a arquitetura da memória.

Uma sociedade não se torna plural apenas acrescentando sujeitos diferentes a uma narrativa organizada pelos mesmos centros. Torna-se plural quando aceita que outras vozes modifiquem as perguntas, os critérios de valor, as noções de conhecimento e as imagens de futuro.

As muitas Minas constituem um mundo de muitos mundos. Não são variações pitorescas de uma identidade central. O Cerrado não é versão incompleta da montanha;

o Jequitinhonha não é apenas ausência de desenvolvimento; o Norte não é distância em relação ao centro; a periferia não é cidade ainda não concluída; o quilombo não é vestígio do passado; a aldeia indígena não é sobrevivência anterior à modernidade.

Cada território é uma maneira de construir mundo.

III. A CULTURA COMO RELAÇÃO

Vozes, corpos e lugares

A música mineira realizou de maneira luminosa essa passagem entre origem e abertura. Do repertório colonial às bandas, aos Reinados, às violas, às serestas, ao samba, ao rock, ao pop e ao rap, Minas fez do som um território em movimento.

O Clube da Esquina fez do encontro uma linguagem. Reuniu amizade, estrada, cidade, memória, infância, América Latina, rock, jazz, harmonias complexas e canto popular. A esquina não era apenas endereço. Era passagem, cruzamento e abertura para muitas direções.

Mas Minas canta também pela viola, pela música caipira e pelos repertórios rurais que atravessaram o Triângulo, o Alto Paranaíba e tantas outras regiões. Pena Branca e Xavantinho revelaram a força artística de uma tradição ligada ao trabalho, à terra, às Folias e à memória. A experiência urbana do Jota Quest mostrou outra Minas: pop, contemporânea, aberta à cultura de massas e capaz de dialogar com o mundo sem precisar ilustrar a própria origem.

Pertencer não é repetir sinais regionais. É transformar, a partir do lugar, aquilo que se recebe.

Rubinho do Vale fez do Jequitinhonha matéria musical sem reduzi-lo à pobreza ou à distância. Pereira da Viola levou para a canção a memória quilombola, a religiosidade e a terra. Saulo Laranjeira reuniu música, teatro, humor e narrativa oral. Titane aproximou pesquisa vocal e repertórios comunitários. Maurício Tizumba fez do tambor e do corpo uma afirmação das Afromineiridades. Sérgio Pererê transformou ancestralidade e espiritualidade em linguagem contemporânea.

Esses nomes não formam um inventário. Tornam visíveis algumas linhas de uma criação muito maior, atravessada por bandas, corais, violeiros, sanfoneiros, seresteiros, músicos de igreja, cantadores, compositores e intérpretes que, em cada território, renovam a paisagem sonora de Minas.

Nas Congadas e nos Reinados, música, dança, indumentária, fé, teatralidade e ocupação do espaço constituem uma experiência inseparável. Quando uma guarda atravessa a cidade, não representa apenas uma tradição anterior: refaz no presente uma comunidade histórica. O passado deixa de ser recordação imóvel e volta a caminhar.

A coroa não é adereço; a bandeira não é ornamento; o tambor não acompanha exteriormente o rito. Cada elemento participa de um mundo no qual as ancestralidades africanas e afrodescendentes, a devoção católica reinterpretada e a experiência comunitária se convertem em presença pública.

Não existe um Congado abstrato, idêntico em toda Minas. Existem guardas de Congo, Moçambique, Catopês, Marujos, Candombes e outras formações, cada qual com

sua história, sua música, sua autoridade ritual e sua relação com o território. Rainhas, reis, capitãs, capitães, caixeiros, cantadores, bordadeiras, cozinheiras, crianças e anciãos constroem juntos uma obra que não pode ser separada da comunidade.

O patrimônio existe antes do inventário, na responsabilidade cotidiana daqueles que o mantêm vivo.

A cultura popular mineira possui muitos rostos e matérias. No Vale do Jequitinhonha, Isabel Mendes da Cunha, Noemisa Batista dos Santos e Lira Marques fizeram do barro, do desenho e das cores da terra formas de pensamento. Em suas mãos, a matéria não ilustra o território: torna-se conhecimento. GTO construiu na madeira um universo de corpos entrelaçados; Mestre Guarany encontrou nas margens do São Francisco figuras atravessadas pela força do rio e da imaginação ribeirinha.

A matéria popular não é categoria menor da arte. É uma de suas formulações mais profundas.

As vozes dos Meninos de Araçuaí transformaram repertórios, brincadeiras e memórias do Vale em formação artística, pertencimento e abertura para o mundo. O Ponto de Partida, em Barbacena, demonstrou que permanecer no interior não significa aceitar uma condição periférica. Fez da pesquisa, da estrada, da palavra e do encontro uma dramaturgia capaz de alcançar outros lugares sem abandonar o território que a formou.

O teatro acrescentou à civilização mineira outra forma de presença. A cena constrói espaços com corpos, luz, voz, silêncio e convivência. Existe apenas quando alguém se dispõe a estar diante de outro alguém. É uma arquitetura temporária do encontro.

Pedro Paulo Cava ajudou a fazer do teatro espaço de formação, pesquisa, resistência e continuidade. Ílvio Amaral e Maurício Canguçu revelaram a força do teatro popular capaz de atravessar décadas e transformar o riso em vínculo. João das Neves, Teuda Bara, o Ponto de Partida, o Grupo Galpão, o Giramundo, o Grupo Corpo e tantos outros artistas, técnicos e produtores fizeram da rua, do boneco, da dança, da estrada e do palco diferentes formas de construir comunidade.

O Galpão fez do deslocamento parte de sua linguagem; o Giramundo reuniu desenho, escultura, engenharia e dramaturgia; o Grupo Corpo transformou a dança em arquitetura do gesto. Em todos eles, Minas não aparece apenas como tema. Aparece como capacidade de produzir coletivamente, incorporar influências e criar linguagem sem se fechar ao mundo.

A cidade contemporânea trouxe novas formas para essa criação. O hip-hop transformou a periferia de lugar observado em lugar de enunciação. O rap, o DJ, o breaking e o grafite produzem outra cartografia: nomeiam ruas, narram violências, confrontam o racismo, disputam o direito à cidade e convertem experiência urbana em linguagem.

Sob o Viaduto Santa Tereza, o Duelo de MCs transformou uma infraestrutura de passagem em território de permanência, palavra e formação. O concreto tornou-se praça; a batalha de rimas, arena de pensamento; o encontro, exercício do direito à cidade.

Djonga, Renegado, Clara Lima, FBC e tantos outros artistas mostram que a periferia não está fora da cultura mineira. É um de seus centros contemporâneos de invenção. O hip-hop não rompe a história cultural de Minas. Abre dentro dela outra temporalidade. O

tambor encontra a batida eletrônica; a oralidade encontra o microfone; a disputa verbal encontra a batalha de rimas; a inscrição sobre a matéria encontra o grafite.

Essas experiências não são equivalentes e não devem ser confundidas. Compartilham, porém, a capacidade de transformar criação em presença e comunidade.

Uma filosofia da mineiridade precisa ser capaz de reunir a igreja barroca e o viaduto ocupado; o retábulo e o grafite; a partitura colonial e o rap; a cerâmica do Jequitinhonha e a instalação contemporânea; a guarda de Congado e o corpo que dança na periferia.

Não para dissolver suas diferenças numa identidade cômoda, mas para reconhecer que Minas se constituiu pela convivência de temporalidades que jamais se substituíram completamente.

IV. TRADIÇÃO, JUSTIÇA E DESENVOLVIMENTO

Preservar sem imobilizar

A fé atravessa essa formação porque, em Minas, o sagrado raramente permaneceu separado da forma e da comunidade. Está nas igrejas e nos terreiros, nas procissões, nos jubileus, nas romarias, nos Reinados, nas folias, nos ex-votos, nas lapinhas, nos altares domésticos, nos caminhos percorridos por promessa e nos alimentos partilhados depois da celebração.

A fé organiza o tempo. Reúne pessoas dispersas, preserva músicas, imagens, receitas, objetos e formas de cuidado. Uma procissão é devoção, mas também desenho urbano em movimento. Um Reinado é fé, mas igualmente memória, arte, política e presença pública. Uma romaria é experiência espiritual, mas também deslocamento, hospitalidade e encontro entre territórios.

A pluralidade religiosa de Minas precisa ser reconhecida sem apagar as desigualdades que a atravessaram. O catolicismo possui presença decisiva em sua formação, mas não esgota sua espiritualidade. Povos indígenas, tradições de matriz africana, espiritismo, protestantismos e outras experiências religiosas construíram comunidades, linguagens e formas próprias de relação com o sagrado.

Liberdade religiosa não significa apenas tolerar que o outro creia de maneira diferente. Significa garantir-lhe o direito de existir publicamente sem perseguição, racismo ou inferiorização.

O turismo da fé, assim como o turismo cultural, ambiental, gastronômico e de memória, pode transformar pertencimento em desenvolvimento, desde que não converta comunidades em cenários. O visitante não chega apenas a um monumento. Chega a uma experiência construída por moradores, artistas, cozinheiras, artesãos, religiosos, guias e guardiões da memória.

Quando uma cidade histórica preserva a aparência, mas perde os moradores e as relações que lhe dão sentido, conserva o cenário e empobrece o patrimônio. O turismo somente será economia de futuro se fortalecer a permanência de quem mantém vivo o território.

Durante séculos, Minas construiu parte de sua riqueza retirando matéria da terra. O futuro exige que aprenda também a produzir valor preservando aquilo que permanece:

a água, a paisagem, a biodiversidade, a memória, os conhecimentos, a fé e a capacidade criadora das comunidades.

Cultura, turismo, gastronomia, agricultura familiar, ciência, tecnologia, economia criativa, educação e conservação ambiental podem formar sistemas de desenvolvimento enraizados nos territórios. Não são ornamentos acrescentados à economia depois que as decisões consideradas importantes foram tomadas. Produzem trabalho, renda, conhecimento, circulação e pertencimento.

As energias renováveis também participam dessa nova imaginação, mas nenhuma fonte se torna justa apenas por receber esse nome. O sol, os ventos, a biomassa e as novas tecnologias podem diversificar a economia e reduzir impactos; podem também concentrar terras, alterar paisagens e reproduzir desigualdades quando implantados sem escuta e participação.

A transição precisa ser ambiental, econômica, social e cultural. Precisa perguntar quem controla a energia, quem recebe seus benefícios, quais comunidades suportam seus custos e o que permanecerá depois de cada intervenção.

A técnica não se torna ética por si mesma.

A ancestralidade como futuro não significa recusar a técnica. Significa submetê-la à vida.

A ciência pode medir a água, mas a comunidade conhece também sua memória. A tecnologia pode produzir energia, mas o território precisa participar das decisões que o transformarão. O conhecimento especializado não perde valor quando dialoga com saberes tradicionais; torna-se mais responsável.

A destruição ambiental não atinge todos da mesma maneira. Comunidades indígenas, negras, quilombolas, periféricas e tradicionais frequentemente suportam os maiores custos de modelos econômicos cujos benefícios se concentram em outros lugares.

Uma sustentabilidade sem justiça apenas moderniza a desigualdade.

Minas não precisa escolher entre preservar e desenvolver-se. Precisa recusar uma ideia empobrecida de desenvolvimento que somente reconhece valor depois que a matéria é extraída ou convertida em mercadoria. Uma nascente protegida, uma paisagem recuperada, um centro histórico habitado, uma festa transmitida, uma técnica preservada e uma comunidade capaz de permanecer em seu território também constituem riqueza.

V. A MINEIRIDADE COMO FUTURO

Pertencer sem excluir

É nesse ponto que a mineiridade deixa de ser descrição de costumes e se torna filosofia.

A mineiridade não é essência natural produzida pelas montanhas, pelo isolamento ou por um temperamento imutável. É construção histórica, prática de relação e maneira de interpretar a experiência.

Está na mesa compartilhada, na festa que reorganiza a cidade, no mutirão, na banda, na guarda de Congado, na viola, no terreiro, na capela, no campo de futebol, no palco, no ateliê, no viaduto, no quintal e na conversa demorada.

Está também nas contradições dessas práticas. A hospitalidade pode acolher e excluir; o silêncio pode proteger ou ocultar; a conciliação pode construir convivência ou adiar reparações. Nenhum traço cultural é apenas virtude.

Conciliação sem justiça transforma-se em acomodação. Prudência sem coragem converte-se em medo. Tradição sem liberdade torna-se submissão. Memória sem abertura reduz-se à celebração de poucos. Identidade sem autocrítica transforma pertencimento em fronteira.

A mineiridade somente poderá ser linguagem de futuro se reconhecer os povos, os territórios, os corpos e as experiências que suas representações mais conhecidas deixaram fora da imagem.

Durante séculos, muitas existências somente puderam sobreviver sob silêncio, ocultamento ou medo. Uma sociedade se torna mais humana quando deixa de exigir que alguém negue a própria natureza para pertencer.

O direito à diferença não é concessão. É o reconhecimento de que a vida humana não cabe numa única forma de amar, crer, habitar o corpo ou construir pertencimento. Nenhuma tradição permanece viva quando transforma singularidade em culpa.

Existir plenamente é participar do mundo comum sem precisar esconder a própria verdade.

Ser libertadora não significa oferecer uma narrativa sem conflito. Significa libertar a memória de seus silêncios, o patrimônio de suas hierarquias, o território da condição de mercadoria absoluta e a identidade da necessidade de excluir.

Libertar Minas não é rejeitar sua tradição. É devolver a tradição a todos os que participaram de sua criação.

As muitas Minas precisam ser mais do que formulação literária. O interior não é plateia à espera da cultura produzida no centro. Possui seus mestres, artistas, calendários, instituições, redes e formas próprias de invenção.

Descentralizar não é somente levar ações de um centro para regiões consideradas receptoras. É reconhecer que todo território produz pensamento e que toda comunidade deve poder criar, preservar, decidir e narrar a própria experiência.

Cada município guarda uma parte do tempo mineiro. Há uma Minas reconhecida internacionalmente e outra preservada por quem abre uma capela, afina os instrumentos da banda, cuida dos objetos de uma guarda, transmite uma receita, organiza fotografias, registra histórias, ensina uma dança ou impede que o nome antigo de um lugar desapareça.

O patrimônio não está concentrado num relicário. Distribui-se pela obra excepcional e pelo gesto cotidiano, pelo edifício monumental e pelo território vivido, pelo objeto musealizado e pela prática ainda em transformação.

Preservar não é congelar. É permitir que uma relação continue a produzir sentido.

A tradição vive porque muda. Uma festa altera seu percurso; uma música recebe outro instrumento; uma comunidade reorganiza suas práticas; um jovem transforma a memória dos mais velhos por meio de uma linguagem inexistente quando eles nasceram.

Autenticidade não é reprodução absoluta. É continuidade consciente de uma relação.

A obra de Mauro Werkema participa dessa ética da continuidade. Sua fidelidade a Minas não é submissão ao elogio fácil. É dedicação a um território que precisa ser compreendido em suas grandezas e contradições. Ele soube que preservar uma cidade não significa encerrá-la numa imagem; que homenagear um artista não significa isolá-lo da sociedade; que narrar um acontecimento não significa retirar dele as perguntas que o presente ainda lhe dirige.

A altura deste livro está em oferecer uma ampla estrutura histórica e geográfica sem afirmar que toda a experiência mineira cabe nela. Mauro organizou fatos políticos, instituições, territórios, cidades e transformações; ao fazê-lo, permitiu que novas interpretações encontrassem uma base sólida sobre a qual continuar pensando.

Há livros que terminam quando o leitor fecha a última página. Outros começam novamente nesse instante. Transformam a leitura em responsabilidade.

Esta obra pertence a essa segunda espécie.

VI. ANCESTRALIDADE COMO DIREÇÃO

A responsabilidade de continuar

Celebrar a civilização mineira não significa afirmar que ela foi harmoniosa, justa ou completa. Significa reconhecer a extensão daquilo que criou, compreender as contradições dessa criação e assumir responsabilidade pela herança recebida.

Dos profetas de Congonhas às figuras modeladas por Dona Isabel; dos céus de Ataíde às paisagens de Guignard; das chapas de Amilcar às fotografias de Rosângela Rennó; da pedra de Drummond ao sertão de Rosa; do cotidiano sagrado de Adélia à escrevivência de Conceição Evaristo; da viola de Rubinho do Vale ao tambor de Maurício Tizumba; do teatro de Pedro Paulo Cava ao riso partilhado por Ílvio Amaral e Maurício Canguçu; do Ponto de Partida às vozes dos Meninos de Araçuaí; do Clube da Esquina ao Jota Quest; dos cantos do Rosário às rimas do hip-hop, o território inventou formas para dizer aquilo que nenhuma definição conseguiria conter.

Esses nomes não encerram a criação mineira. Apenas tornam visíveis algumas de suas vertentes. A eles se unem artistas sem nome, artesãos, músicos, mestres, bordadeiras, ceramistas, cozinheiras, construtores, atores, escritores, restauradores, foliões, capitães de Reinado, guardiões de acervos e comunidades que transformam a vida em forma, memória e presença.

A civilização mineira não é obra de uma galeria de gênios solitários. É criação coletiva, transmitida por gerações, refeita em cada região e aberta àqueles que ainda chegarão.

A arte foi uma das formas mais duradouras de Minas tornar-se centro sem deixar de ser interior. Não um centro que subordina, mas um centro que produz pensamento e devolve ao mundo aquilo que recebeu, transformado pela experiência do território.

Minas nasceu antes de Minas.

A frase retorna agora com outro sentido. No início, afirmava a anterioridade da terra, dos povos e das águas em relação à criação política da Capitania. Ao final, indica que Minas continua a exceder suas instituições, seus símbolos e as imagens construídas para representá-la.

Minas nasceu antes do nome e continuará depois de cada definição. Sua continuidade não está numa essência imóvel, mas na capacidade de transformar herança em criação, diferença em relação e memória em responsabilidade.

As minas ensinaram a profundidade; os Gerais, a extensão. As cidades do ouro revelaram a potência da concentração; os sertões, a inteligência da distância. O Barroco transformou matéria em transcendência; a modernidade, projeto em espaço; a arte contemporânea, memória e paisagem em interrogação. Povos indígenas reafirmaram a inseparabilidade entre vida e território; as Afromineiridades demonstraram a força de recriar comunidade diante da violência; as culturas populares guardaram conhecimento no gesto e na festa; as periferias transformaram ausência de reconhecimento em presença criadora.

Nenhuma dessas experiências explica sozinha o que é Minas. Juntas, tampouco formam uma síntese sem conflito.

A unidade mineira não é conclusão. É trabalho contínuo de relação entre diferenças.

A obra de Mauro Werkema demonstra que compreender Minas é tarefa de uma vida inteira. Ele organizou historicamente o tempo e geograficamente o território, oferecendo às gerações seguintes não uma resposta definitiva, mas as condições para que a pergunta continue.

Cada geração recebe a tarefa de reler Minas. A nossa precisa fazê-lo diante da crise ambiental, da desigualdade, da aceleração tecnológica e da transformação das formas de convivência. Não basta conservar os símbolos recebidos. É necessário perguntar quais vidas eles representam, quais continuam ausentes e quais futuros ajudam a construir.

A resposta talvez esteja menos na procura de uma definição definitiva do que na disposição para o cuidado. Cuidar das águas e das palavras, dos monumentos e dos gestos, das cidades e das comunidades, dos mortos e daqueles que ainda virão.

Cuidar não para impedir a transformação, mas para que ela não destrua a possibilidade de pertencimento.

Talvez seja em Brumadinho que essas temporalidades se encontrem hoje de maneira mais visível. Ali estão a terra mineral, a memória da tragédia, o trabalho das comunidades, a necessidade de reparação, a força da paisagem e uma das experiências artísticas mais singulares do mundo contemporâneo.

É nesse território, e não fora dele, que Inhotim precisa ser compreendido.

Desde sua abertura ao público, Inhotim reúne museu de arte contemporânea, Jardim Botânico, arquitetura, educação, pesquisa, turismo e paisagem. Suas galerias, obras externas e jardins propõem uma experiência em que o deslocamento do corpo participa da compreensão da arte. A paisagem não funciona como moldura neutra; integra a obra e modifica a percepção daquele que a percorre.

Inhotim não é a conclusão pacificada dessa história. Está situado num território marcado pela mineração, pela perda e pela obrigação de reconstruir. Por isso, não pode ser apenas jardim que oculta a ferida nem museu separado da comunidade.

Sua grandeza futura dependerá da capacidade de manter juntas a excelência artística, a preservação ambiental, a educação, a memória de Brumadinho e a participação daqueles que vivem ao seu redor.

Mas é justamente nessa tensão que pode tornar-se símbolo de outra Minas. Uma Minas que não abandona a matéria, mas transforma sua relação com ela; que não apaga o passado, mas o converte em consciência; que não separa beleza e responsabilidade; que reconhece na arte uma forma de conhecimento, na natureza uma presença irredutível a recurso e nas comunidades os sujeitos do futuro.

Da pedra ancestral do Peruaçu às obras abertas entre os jardins de Inhotim, Minas atravessou milênios de criação sem permanecer a mesma. Nesse percurso, a arte não eliminou a ferida, mas impediu que o território fosse reduzido a ela; não substituiu a justiça, mas ampliou nossa capacidade de imaginar outro futuro.

Inhotim não é o ponto final dessa civilização. É uma de suas perguntas mais recentes: como reunir arte, natureza, arquitetura, educação, turismo e comunidade sem separar beleza e responsabilidade?

E talvez essa não seja apenas uma pergunta de Inhotim, mas de Minas: como transformar sua extraordinária capacidade de criar, extrair, construir e imaginar numa ética capaz de preservar a vida, reconhecer todos os seus povos e repartir o futuro?

A história começou antes da Capitania.

O futuro começa quando compreendemos que terra, arte, memória e vida pertencem a uma única responsabilidade.

Ancestralidade não é retorno. É direção.

Leônidas Oliveira
Belo Horizonte, 2026

Fontes bibliográficas

ACADEMIA Mineira de Letras, "Dossiê Academia Mineira de Letras, 110 anos", 2019.

ALBINO, Washington. Minas do ouro e do barroco — as raízes históricas da cultura mineira. Belo Horizonte: Barlavento Grupo Editorial, 2000.

ALMEIDA, Lucia Machado de. Passeio a Ouro Preto. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1985.

ÁLVAREZ, Vera Cíntia. Diversidade cultural e livre-comércio, antagonismo ou oportunidade. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco e Representação da Unesco no Brasil, 2008.

ANASTASIA, Carla Maria Junho, Vassalos rebeldes, C/ Arte Editora, 1998.

ANDRADE, Carlos Drummond. Antologia poética. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2002.

ANDRADE, Carlos Drummond. Sentimento do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2ª edição, 1995.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. A invenção das Minas Gerais — Empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América Portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ANDRADE, Mário de. Cartas de trabalho — Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945). Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, SPHAN, 1981.

ANDRADE, Mariza Guerra. A educação exilada — Colégio do Caraça. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ANDRADE, Rodrigo Mello Franco. Rodrigo e o SPHAN. Coletânea de textos. Rio de Janeiro: SPHAN, 1987.

ANTONIL, João André. Cultura e opulência do Brasil. São Paulo: Ed. Itatiaia-Edusp, 1982.

ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957.

ANUÁRIOS do Museu da Inconfidência — SPHAN. Ouro Preto, Minas Gerais.

ARRUDA, Maria A. Nascimento mitologia da mineiridade. São Paulo: Editoria Brasiliense, 1990.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA de MG e Instituto de Geociências Aplicadas. As denominações urbanas de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1997.

ÁVILA, Affonso. Catas de aluvião — Do pensar e do ser em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Graphia, 2000.

ÁVILA, Affonso. Iniciação ao Barroco Mineiro. São Paulo: Nobel, 1984.

ÁVILA, Affonso. O poeta e a consciência crítica. São Paulo: Summus Editorial, 1978.

ÁVILA, Affonso. Resíduos seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, Ed. UFMG, 1967.

AZZI, Riolando. Os salesianos em Minas Gerais — O decênio inicial (1895-1904). Belo Horizonte: Ed. Dom Bosco, 1986.

BANDEIRA, Manuel. Guia de Ouro Preto. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938; Rio de Janeiro: Ed. Letras e Artes, 1963.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. A decadência das minas e a fuga da mineração. Belo Horizonte: UFMG, 1971.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Barão de Eschwege. Belo Horizonte: Edição da Casa de Eschwege, 1977.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. História de Minas, vol. 1, 2 e 3. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. D. Pedro — Jornada a Minas Gerais em 1822. Rio de Janeiro: Livraria São José; José Olímpio Editora, 1973.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. Episódios da Guerra dos Emboabas. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia-Edusp, 1984.

BASTOS, Wilson de Lima. Mariano Procópio Ferreira Lage — Sua vida, sua obra, descendência, genealogia. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1991.

BAZIN, Germain. O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1971.

BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. São Paulo: Editora Senac, 1997.

BESOUCHET, Lídia. Exílio e morte do imperador. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1975.

BORGES, João Gomide. O sertão de Nossa Senhora das Candeias da Picada de Goiás. Belo Horizonte: Consórcio Mineiro de Comunicação, 1992.

BORREGO, Maria Aparecida Menezes de. Código e práticas — O processo de constituição urbana em Vila Rica colonial (1702-1748). São Paulo: Annablume, 2004.

BOSCHI, Caio. Os leigos e o poder. São Paulo: Ática, 1986.

BOXER, C. R. A idade do ouro no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª edição, 1969.

BRANT, Francisco, "Cidades históricas que mudara o Brasil", 2012.

BUENO, Antônio Sérgio. O modernismo em Belo Horizonte: década de 20. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

BURTON, Richard. Viagem de Canoa de Sabará ao Oceano Atlântico. São Paulo: Ed. Itatiaia-Ed. USP, 1977.

BURTON, Richard. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho. São Paulo: Itatiaia-Ed. USP, 1976.

CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. Ouro Preto. Belo Horizonte: S.ed., 1ª ed., 1946; 2ª ed., 1969.

CALMON, Pedro. A vida de Dom Pedro II — o rei filósofo. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

CAMELLO, Maurílio. Caraça: Centro Mineiro de Educação e Missão (1820-1830). Belo Horizonte: Imprensa Oficial de MG, 1973.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Cultura barroca e manifestações do rococó nas Gerais. Ouro Preto: FAOP, 1998.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Roteiros sagrados — Monumentos religiosos de Ouro Preto. Belo Horizonte: E. Francisco Inácio Peixoto, 2000.

CAMPOS, Milton Soares. Testemunhos e ensinamentos. Textos coligidos por Antônio Gontijo de Carvalho. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1972.

CARPEAUX, Otto Maria. Ouro Preto. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2000.

CARRARA, Ângelo Alves. Minas e currais, produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 1997.

CARSALADE, Flávio. Pampulha. Belo Horizonte: Conceito Editorial, 2007.

CARVALHO, Delgado. Organização social e política brasileira. Rio de Janeiro: Record, 1977.

CARVALHO, Geraldo Barroso de. Doenças e mistérios do mestre Aleijadinho, Ed. Graff Cor Ltda., 1998.

CARVALHO, José Murilo de. Introdução e organização — Bernardo Pereira de Vasconcelos. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. A Escola de Minas de Ouro Preto — O peso da glória. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. Dom Pedro II. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, José Murilo. A formação das almas — O imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. Repensando o Brasil do oitocentos — Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2009.

CASTRIOTA, Leonardo Barci(Org.). Urbanização brasileira — Redescobertas. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio cultural — Conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Ed. Annablume, 2009.

CHAGAS, Carmo; ANDRADE, Danilo. Essas gerais — História da indústria de Minas. Belo Horizonte: Sistema Fiemg, 2009.

CHAGAS, Paulo Pinheiro. Teófilo Ottoni, ministro do povo. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1978.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças; MAGALHÃES, Sônia Maria de; PIRES, Maria do Carmo (Org.). Câmara Municipal de Mariana — 300 anos. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2008.

COUTINHO, Mário Alves; GOMES, Paulo Augusto (Org.). A presença do CEC — 50 anos de cinema em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Crisálida, 2001.

CUNHA, Raimundo José Matos da. Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837). Belo Horizonte: Imprensa Oficial de MG, 1981.

CURY, Isabelle (Coord.). Cartas Patrimoniais — IPHAN. Rio de Janeiro: Ed. do Patrimônio, 1995.

DANGELO, André Guilherme Dornelles. O Aleijadinho arquiteto e outros ensaios sobre o mesmo tema. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2008.

DEBRUM, Michel. A conciliação e outras estratégias. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DIAS, Fernando Correia. A imagem de Minas — Ensaio de Sociologia Regional. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de MG, 1971.

DINIZ, Clélio Campolina. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1981.

DORNAS FILHO, João. Achegas de etnia e folclore. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de MG, 1972.

ESCHWEGE, W. L von. Pluto brasiliensis, vol. I e II. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1979.

ESTUDOS sobre Belo Horizonte e Minas Gerais, nos 30 anos do BDMG Cultural, coletânea de artigos, Eliana Dutra e Caio Boschi, organizadores, 2018.

ESPÍNDOLA, HarufSalmen. Sertão do Rio Doce. Bauru: Edusc-Ed. Univale, 2005.

FERREIRA, Delson Gonçalves. O Aleijadinho. Belo Horizonte: Rona Editora, 2001.

FIGUEIREDO, Luciano (Org.). A era da escravidão. Rio de Janeiro: Ed. Sabin, 2009.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Barrocas famílias — vida familiar em Minas Gerais no Século XVIII. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

GUIMARAENS FILHO, Alphonsus de. Alphonsus de Guimaraens no seu ambiente. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Desenvolvimento da civilização material no Brasil (1938). Rio de Janeiro: Topbooks Ed., 3ª edição, 1985.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos — decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: Ed. Livraria José Olympio, 5ª Edição, 1977.

FREITAS DE JESUS, Alysson Luiz, (No sertão das Minas – Escravidão, violênciaz e liberdade (1830-1888), 2017; Annablume.

FREYRE, Gilberto. Tempo de aprendiz. São Paulo: Ibrasa, 1978.

FRIEIRO, Eduardo. Feijão, angu e couve — Ensaio sobre a comida dos mineiros. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1966.

FRIEIRO, Eduardo. O diabo na livraria do cônego. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1957; São Paulo: Ed. USP, 2ª edição, 1981.

FIGUEIREDO, Lucas, "Tiradentes – uma biografia de Joaquim José da Silva Xavier, Compahia das Letras, 2018.

FROTA, Lélia Coelho. "Ataíde". Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centenário da República — 1889/1989, Análise & Conjuntura, Belo Horizonte.

FURTADO, João Pinto. O manto de Penélope, história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FURTADO, Júnia Ferreira. Chica da Silva e o contratador dos diamantes — o outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FURTADO, Júnia Ferreira. O livro da capa verde — O regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da real extração. São Paulo: Anablume Editora, 2ª edição, 2008.

GAMA, Geraldo Guimarães da. Os Mistérios na Vida do Aleijadinho. Belo Horizonte: Rona Ed., 2004.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka Martini. Turismo, políticas públicas e cidadania. São Paulo: Editora Aleph, 2007.

GIFFONI, Luís. Dom Frei Manoel da Cruz. Belo Horizonte: Pulsar, 2008.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). Minas e os fundamentos do Brasil moderno. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

GOMES, Francisco Magalhães. História da siderurgia no Brasil. Belo Horizonte-São Paulo: Ed. Itatiaia-Edusp, 1983.

GONZAGA, Tomás Antônio. Marília de Dirceu e mais poesias. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 3ª edição, 1961.

GRAMMONT, Guiomar de. Aleijadinho e o aeroplano — o paraíso barroco e a construção do herói colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRINOVER, Lúcio. A hospitalidade, a cidade e o turismo. São Paulo: Ed. Aleph, 2007.

GUEDES, Tarsila. O lado doutor e o gavião de penacho, movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil — o IPHAN. São Paulo: Annablume, 2000.

GUIMARÃES, Archimedes Pereira. E agora padre Belchior? Belo Horizonte: Imprensa Oficial de MG, 1972.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 9ª edição, 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Visão do paraíso. São Paulo: Ed. Brasiliense, 5ª Edição, 1992.

HOLTEN, Birgitte e Michael Sterll, P.WLund e as grutas com ossos em Lagoa Santa, 2011, editora UFMG.

IGLESIAS, Francisco. Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889).

Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1958.

IGLESIAS, Francisco. Trajetória política do Brasil, Companhia das Letras, 1992.

JANCSÓ, István; KANTOR, Íris. Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa, vol. I e II. São Paulo: Hucitec/Ed. USP, 2001.

JARDIM, Márcio. O Aleijadinho — uma síntese histórica. Belo Horizonte: Ed. Stellarum Ltda, 1995.

JARDIM, Maria Nelly Lages. O vale e a vida — História do Jequitinhonha. Belo Horizonte: Ed. Companhia das Idéias, 1998.

JESUS, Alysson Luiz Freitas de. No sertão das Minas — Escravidão, violência e liberdade (1830-1888). Belo Horizonte: UFMG, 2007.

JORGE, Fernando. O Aleijadinho. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

JOSÉ, Oiliam. Marlière, o civilizador. Esboço Biográfico. Belo Horizonte: Ed.Itatiaia, 1958.

JOSÉ, Oiliam. Tiradentes. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1985.

KELLY, Celso. O profeta Aleijadinho. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1964.

LANARI, Cássio. Rodrigo José Ferreira Bretas – Biógrafo do Aleijadinho. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiro, UFMG, 1968.

LARA, Mário, "Nos confins do Sertão da Farinha Podre – Povoamento, conquistas e confrontos no Oeste de Minas", 2009.

LANGE, Francisco Curt. História da música na Capitania Geral das Minas Gerais. Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de MG, 1983.

LAPA, M. Rodrigues. As "Cartas chilenas" — Um problema histórico e filológico. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura-INL, 1958.

LATIF, Miriam de Barros. As Minas Gerais. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1960.

LEITE, Mário. Paulistas e mineiros, plantadores de cidades. São Paulo: Edart, 1961.

LEME, Pedro Taques de Almeida. Notícias das Minas de São Paulo e dos sertões da mesma capitania. Belo Horizonte-São Paulo: Ed. Itatiaia-Edusp, 1980.

LENHARO, Alcir. As tropas da moderação — O abastecimento na Corte na formação política do Brasil – 1808-1842. São Paulo: Ed. Símbolo, 1978.

LIBBY, Douglas Cole. Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil — o caso de Morro Velho. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1984.

LIMA, Alceu Amoroso. Voz de Minas. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

LIMA, Alceu Amoroso. Voz de Minas. Belo Horizonte: Fiat Automóveis, 1983.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. A Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USO, 1978.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. Cláudio Manoel da Costa e seu poema Vila Rica. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de MG, 1969.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. Crônica militar. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de MG, 1969.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. Pequena história da Inconfidência de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de MG, 1955.

LITERATURA Mineira: trezentos anos, org. Jacynto Lins Bandão, 2020.

LUCAS, Fábio. Luzes e trevas — Minas Gerais no Século XVIII. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

LUCAS, Fábio. Mineiranças. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

LUSTOSA, Isabel. Dom Pedro I — um herói sem nenhum caráter. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1991.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. O negro e o garimpo em Minas Gerais. Belo Horizonte-São Paulo: E. Itatiaia-Edusp, 1985.

MACHADO, Lourival Gomes. Barroco Mineiro. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

MAGALHÃES, Aloísio. E Triunfo?: A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MARINHO, José Antônio. História do movimento político de 1842. Belo Horizonte-São Paulo: Ed. Itatiaia-Edusp, 1977.

MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. O segredo de Minas — Origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930). Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

MARTINS, Roberto, Crescendo em silêncio – a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX, 2018.

MARTINS, Ana Luiza. Império do café — A grande lavoura no Brasil — 1850 a 1890. São Paulo: Atual Ed., 1984.

MARTINS, Kao; MARTINS, Sebastião. O engenheiro da utopia – Israel Pinheiro e seu tempo. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1992.

MARTINS, Saul. Folclore: teoria e método. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de MG, 1986.

MARTINS, Wilson. História da inteligência brasileira. Tomos I a IV. São Paulo: Editora Cultrix, 1979.

MATIAS, Herculano Gomes; OLIVEIRA, Tarquínio Barboza de.(Revisores e anotadores). Autos de devassa da Inconfidência Mineira, volumes de I a XI. Publicação da Câmara dos Deputados e Governo do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1976.

MAXWELL, Kenneth. A devassa da devassa — A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal — 1750-1808. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.

MEIRELES, Cecília. Romanceiro da Inconfidência. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1953.

MELLO E SOUZA, Laura, Discurso histórico sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720, Coleção Mineira, FJP.

MELLO, Susy de. Barroco mineiro. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

MELLO, Susy de. Barroco. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

MENDES, Murilo. A idade do serrote. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2003.

MENDES, Nancy Maria. O Barroco mineiro em textos. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MENESES, José Newton Coelho. História e Turismo Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MENESES, José Newton Coelho. O continente rústico — Abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

MENEZES, José Newton Coelho, Artes Fabris e Ofícios banais, Fino Traço, 2013.

MILLIET, Maria Alice. Tiradentes, o corpo do herói. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MONTEIRO, Normas de Góes. Imigração e colonização em Minas Gerais — 1889-1930. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1994.

MORAIS, Geraldo Dutra de. Jazidas de ferro do Brasil. Belo Horizonte: Biblioteca de Estudos Mineralógicos, 1944.

MOTA, Carlos Guilherme. Atitudes de inovação no Brasil 1789-1801. Lisboa: Livros Horizonte, 1970

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. As igrejas setecentistas de Minas. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1964.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. Interpretar o patrimônio — um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, Ouro Preto, Minas Gerais. Anuários, revistas e Oficina da Inconfidência. S.d.

NEVES, Joel. Idéias filosóficas no Barroco Mineiro. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed.USP, 1986.

NASCIMENTO, Helvércio,"Minas Gerais – E o processo de Independência do Brasil, Multifoco, 2013.

NOVAES, Adauto (Coord.). Tempo e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

OLIVEIRA, Fernando Vicente de. Capacidade de carga nas cidades históricas. São Paulo: Papirus Editora, 2003.

OLIVEIRA, Franklin de. Morte da memória nacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

OLIVEIRA, Franklin. A tragédia da renovação brasileira — Minas Gerais e São Paulo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

OLIVEIRA, Martins de. História da literatura mineira. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de MG, 1963.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. Negócios de famílias — mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira — 1700-1870. Bauru: Funalfa-Edusc, 2005.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus. São Paulo: Cosac &Naif, 2005.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. O santuário de Congonhas e a arte do Aleijadinho. Sabará: Edições Dubolso, 1984.

OLIVEIRA, Tarquínio José Barboza. Cartas chilenas, fontes textuais. São Paulo: Editora Referência, 1972.

PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira. Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas. São Paulo: Annablume, 2008.

PAIVA, Eduardo França e Isnara Pereira Ivo, organizadores, Escravidão mestiçagem e histórias comparadas, Anablume, 2008.

PASSOS, Zoroastro Viana. Em torno da história do Sabará. Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940.

PAULA, João Antônio de. Raízes da modernidade em Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PIMENTA, Demerval José. Caminhos de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de MG, 1971.

PINTO, Virgílio Noya. O ouro brasileiro e o comércio anglo-português. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.

PIRES, Simeão Ribeiro. Raízes de Minas. Montes Claros: Minas Gráfica Editora, 1979.

PONTES, Salvador Pires. Nomes indígenas na geografia de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 1970.

PROTEÇÃO e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: MEC/SPHAN, 1980.

RABElO, Jose Maria, João Antônio de Paula, Fernando Correia Lima, Ricardo de Moura Faria, História de Minas Gerais, Legrahar, 2018.

RAMA, Angel; ALTO, Romulo Monte. Literatura, cultura e sociedade na América Latina. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

REIS, Paulo Pereira dos. O colonialismo português e a Conjuração Mineira. São Paulo: Brasiliana, 1964.

RENAULT, Delso. A vida brasileira no final do Século XIX — Visão sociocultural e política de 1890 a 1901. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.

RENAULT, Delso. Chão e alma de Minas — Memória socioeconômica e política (1920-1937). Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1988.

RESENDE, Letícia Antunes. A complexidade do fenômeno turístico na leitura dos cenários socioespaciais. Bahia: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2004.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM — 1889-1906. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (Coord.). História de Minas Gerais — As Minas Setecentistas, volumes I e II. Belo Horizonte: Ed. Autêntica-Ed. UFMG, 2007.

Revista Barroco, nº 2, 4, 5, 8, 10, 11, 12,13,14 e 15. Affonso Ávila (ed.). Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, UFMG.

Revista do Patrimônio – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Edições 20, 21, 23 e 24. S.d.

RIBEIRO, Marília Andrés. Neovanguardas: Belo Horizonte, anos 60. Belo Horizonte: C/Arte, 1997.

ROCHA, João de Sena. Vida de um tropeiro. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1988.

RODRIGUES, AdyrBalastreri. (Org.) Turismo e ambiente: reflexões e propostas. São Paulo: Ed. Hucitec, 2000.

RODRIGUES, José Honório. A Assembléia Constituinte de 1823. Petrópolis: Editora Vozes, 1974.

RODRIGUES, José Honório. Aspirações nacionais — Interpretação histórico-política. São Paulo: Fulgor, 1965.

RODRIGUES, José Honório. Conciliação e reforma no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

RODRIGUES, José Honório. História, corpo do tempo. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975.

ROLF, Toman. (Coord.) El barroco: arquitetura, escultura, pintura. Madrid: Könemann, 1997.

ROMEIRO, Adriana. Paulistas e emboabas no coração das minas — idéias, práticas e imaginário político no século XVIII. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo. Belo Horizonte-São Paulo: Ed. Itatiaia-Edusp, 1974.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à Província de Goiás. Belo Horizonte-São Paulo: Ed. Itatiaia- Edusp, 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem às nascentes do Rio São Francisco. Belo Horizonte-São Paulo: Itatiaia-Edusp, 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte-São Paulo: Ed. Itatiaia-Edusp, 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil. Belo Horizonte-São Paulo: Ed. Itatiaia-Edusp, 1974.

SALLES, Fritz Teixeira de. Associações religiosas no Ciclo do Ouro. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, Universidade de Minas Gerais, 1963.

SALLES, Fritz Teixeira de. Vila Rica do Pilar. Belo Horizonte-São Paulo: Ed. Itatiaia-Edusp, 1982.

SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil, 1500-1627. Belo Horizonte-São Paulo: Ed. Itatiaia-Edusp, 1982.

SAMPAIO, Márcio. A paisagem mineira. Livro/catálogo da Exposição A paisagem Mineira, Palácio das Artes. Belo Horizonte: Editora Santa Edwiges, 1977.

SANTIAGO, Luís. Serro — Política, geografia e cultura. Belo Horizonte: Edições Morada Santiago, 2006.

SANTOS, Jorge Fernando dos. BH em cena — teatro, televisão, ópera e dança na Belo Horizonte centenária. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

SANTOS, Lúcio José dos. A Inconfidência Mineira — Papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira, 1922, Edição Imprensa Oficial/MG, 1972.

SANTOS, Lúcio José dos. História de Minas Gerais. Resumo Didático. Belo Horizonte: Imprensa Oficial/ MG, 1926.

SANTOS, Márcio Roberto Alves. Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco e do Verde — Povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, FAFICH-UFMG, 2004.

SCHWARCZ, Lílian Moritz. As barbas do imperador — Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL GUIMARÃES ROSA. Veredas de Rosa. Belo Horizonte: PUC Minas, 1998/2000.

SEMINÁRIO SOBRE A CULTURA MINEIRA — II — Período contemporâneo. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de MG, 1980.

SEMINÁRIO TIRADENTES HOJE: Imaginário e política na República Brasileira. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de História, 1994.

SILVEIRA, Ariosto da. Ao longo da trilha, lembranças da infância de Minas. Belo Horizonte: Fumarc, 2004.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Preservação do patrimônio cultural em cidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SIMÃO, Wilson. Os bastidores da ópera. Belo Horizonte: Sistema Estaminas de Comunicação, 1986.

SIMONSEN, Roberto C. História econômica do Brasil (1500-1820). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco, raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1976.

SOBRINHO, Souza. A importância de Minas na política nacional. Rio de Janeiro: Ed. Laemmert, 1973.

SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro — A pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

SOUZA, Laura de Mello e. Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de1720. Estudo crítico. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

SOUZA, Laura de Mello e. Norma e conflito — Aspectos da História de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

SOUZA, Miguel Augusto de. O marquês de Queluz e sua época. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1988.

SOUZA, Wladimir Alves de. Guia dos bens tombados — Minas Gerais. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1984.

TRINDADE, Raimundo. São Francisco de Assis de Ouro Preto. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, DPHAN, 1951.

STARLING, Heloisa, Ser republicano no Brasil – História de uma tradição esquecida, Companhia das Letras, 2019.

VASCONCELOS, Diogo de. História antiga de Minas Gerais. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Ed., 1974.

VASCONCELOS, Diogo de. História média de Minas Gerais. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia, 1948.

VASCONCELOS, Salomão. O Fico — Minas e os mineiros na Independência. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de MG, 1972.

VASCONCELOS, Sylvio de. Mineiridade, ensaio de caracterização. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de MG, 1968.

VASCONCELOS, Sylvio de. Arquitetura, arte e cidade. Celina Borges Lemos (Org.). Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2004.

VASCONCELOS, Sylvio de. Vida e obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

VEIGA, José Pedro Xavier. As efemérides Mineiras, 1664-1897. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

WAGNER, Roberto de Almeida. Entre a cruz e a espada — a saga do valente e devasso Padre Rolim. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002.

WERKEMA, Mauro, Ouro Preto na história, paradigmas, revisões, Legrafhar, 2018.

WERKEMA, Mauro, História, arte e sonho na formação de Minas Gerais, Legrafhar, 2009.

WERNECK, Humberto. O desatino da rapaziada – jornalistas e escritores em Minas Gerais. São Paulo: Companhia das Letras/Instituto Moreira Salles, 1992.

WIRT, John D. Minas Gerais na federação brasileira — 1889-1937 — O fiel da balança. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1982.

XAVIER, Herbe. A percepção geográfica do turismo. São Paulo: Editora Aleph, 2007.

ZICO, José Tobias. Caraça, ex-alunos e visitantes. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1979.

ZICO, José Tobias. Caraça: peregrinação, cultura, turismo. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1982.



Este livro foi produzido nas tipologias:
MS Reference Sans Serif e Garamond
ARTS Realizações
www.artsrealiza.com.br
2026

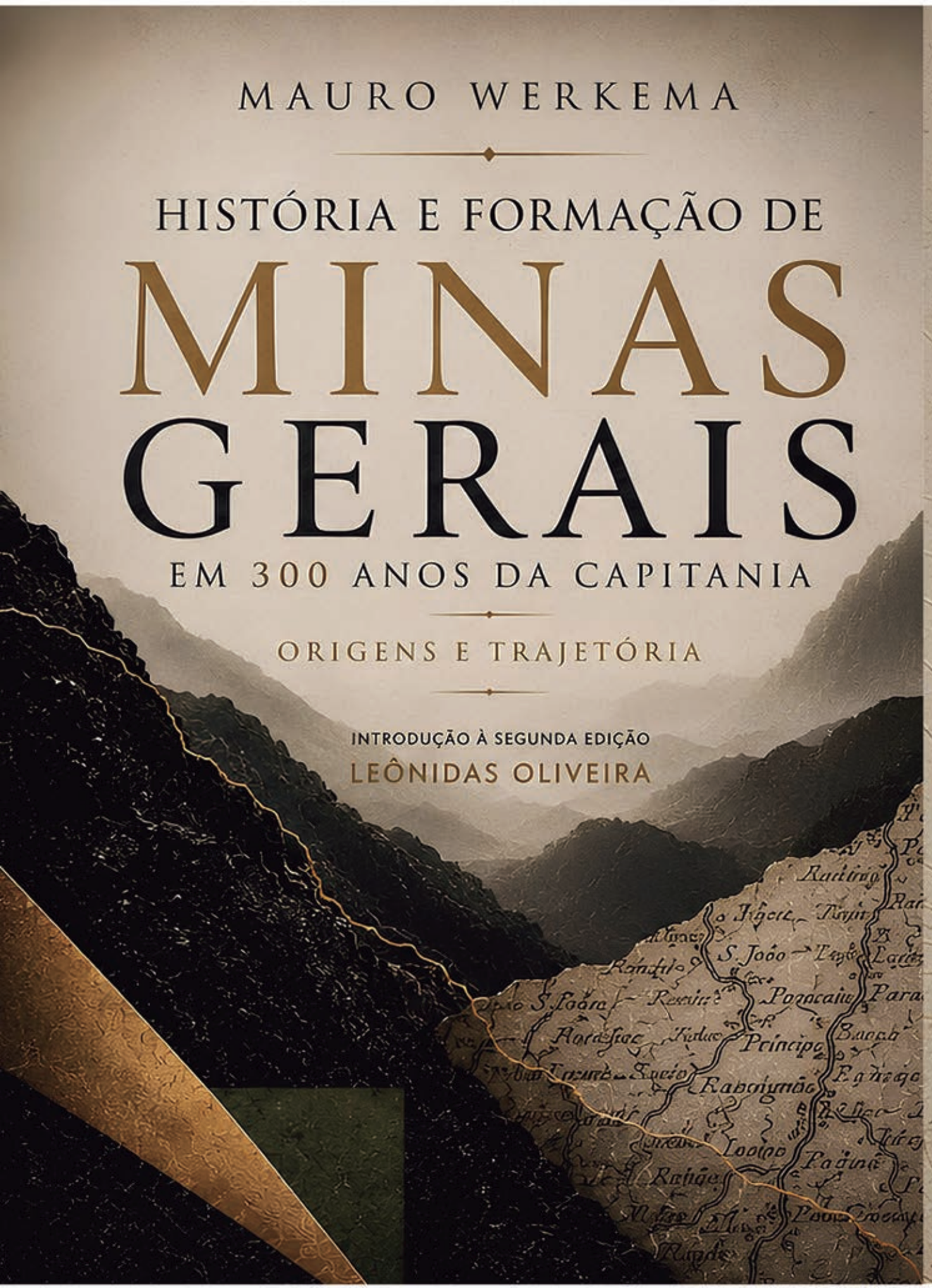
MAURO WERKEMA

HISTÓRIA E FORMAÇÃO DE MINAS GERAIS EM 300 ANOS DA CAPITANIA

ORIGENS E TRAJETÓRIA

INTRODUÇÃO À SEGUNDA EDIÇÃO

LEÔNIDAS OLIVEIRA



O AUTOR



MAURO WERKEMA

Jornalista, psicólogo e historiador, Mauro Werkema integrou a TV Globo e o Estado de Minas, onde foi editor-chefe. Integrou o Instituto de Desenvolvimento Industrial de MG e o BDMG e a Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Turismo. Foi diretor em Ouro Preto e em Minas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), secretário de Cultura e Turismo de Ouro Preto, presidente da Belotur e, por duas vezes, presidente da Fundação Clóvis Salgado (Palácio das Artes). Trabalhou nas Secretarias de Estado de Cultura e de Turismo. É autor dos livros "História, arte e sonho na formação de Minas Gerais", de 2010, e "Ouro Preto na história, protagonismos, paradigmas e revisões", de 2018, e "História e formação de Minas Gerais em 300 anos da Capitania", de 2021.

É coautor dos livros "Aleijadinho - 200 anos", "Igrejas e Capelas de Ouro Preto", "História da Escola de Minas" da Graphar Editora, "Museus de Ouro Preto", "Furnas, Peixoto e Serra da Canastra, patrimônios paisagísticos e culturais de Minas Gerais", 2024; "Via liberdade, rota turística-cultural – Br-040", 2023; "Vale do Jequitinhonha", 2025; Grande Hotel de Ouro Preto – 80 anos".. Coordenou, pela Secretaria de Estado de Turismo, a elaboração do Plano Diretor de Turismo para Minas Gerais, em 2007. Presidiu a Fundação Municipal de Cultura de BH. Presidente da Casa do Jornalista de MG em 2015/2017.